VIII CICLO DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Temas de Pedagogia na Contemporaneidade

março a novembro de 2015

URI | ERECHIM

Anais

VIII Ciclo de Estudos Pedagógicos

Temas de Pedagogia na Contemporaneidade

19 de março a 20 de novembro de 2015

EDIFAPES

ISBN 978-85-7892-098-2

O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).
Permitida a reprodução, desde que citada a fonte

C568t Ciclo de Estudos Pedagógicos (8*: 2015: Erechim, RS*)
Temas de pedagogia na contemporaneidade [recurso eletrônico] : Anais / VIII Ciclo de Estudos Pedagógicos. - Erechim, RS: EdiFAPES, 2015.

ISBN 978-85-7892-098-2

Modo de acesso:
http://www.uricer.edu.br/cursos/informacao.php?default=eventos.php&cod=18
Temas de pedagogia na contemporaneidade (acesso em: 01 mar. 2015).

Evento realizado na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Erechim.

Com a coordenação de Arnaldo Nogaro, Carlos Antônio da Silva, Idanir Ecco.

1.Formação profissional 2. Neurociências 3. Egresso – Pedagogia 4. Diferenças Étnicas I. Título

C.D.U : 37.013(063)

Catalogação na fonte: bibliotecária Sandra Milbrath CRB 1012/78

EDIFAPES
Livraria e Editora
Av. 7 de Setembro, 1621
99.709-910 – Erechim-RS
Fone: (54) 3520-9000
www.uricer.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA 9
APRENDIZAGEM SIGNIGFICATIVA: UM ESTUDO TEÓRICO 16
EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR OU PARA ALÉM DA JORNADA ESCOLAR? 22
A ESCOLA E AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES 31
ESTRATÉGIAS PARA A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA PREVENÇÃO DAS AÇÕES DE BULLYING 39
A RELAÇÃO FAMILIA X ESCOLA: O IMPACTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS 45
GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ELO ENTRE A PARCERIA DE FAMÍLIA E ESCOLA 55
RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 65
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 72
O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR 80
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL 93

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E LUDICIDADE

A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL 102
A INFLUÊNCIA DA LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM NOS ESTUDANTES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ERECHIM/RS 106
A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 115
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 125
APRIMORANDO SABERES DE FORMA PRAZEROSA 133
CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE ATUAL: O FOCO NA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL 142
A DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL 152
O “BRINCAR” NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA 159
AS BRINCADEIRAS INFANTIS NO COTIDIANO DA CRIANÇA 166
A PSICOMOTRICIDADE COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 175
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, NO BRASIL 180
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: DA ORIGEM Á CONTEMPORANEIDADE 188

EIXO TEMÁTICO: ENSINO E APRENDIZAGEM

MÉTODOS E PRÁTICAS DA TENDÊNCIA LIBERAL-TRADICIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR ATUAL 195
A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS LEITORAS 207
APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL: O PEDAGOGO NESSE PROCESSO 214
RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA 223
A PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENT INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM 231
O DESENVOLVIMENTO SOCIO AFETIVO E SUA IMPLICAÇÃO NA APRENDIZAGEM 240

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CURRÍCULO

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A PRÁTICA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH) 246
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM JORNADA AMPLIADA NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ERECHIM/ RS DE 2010 A 2014 261
DESAFIOS DE SER PROFESSOR NA ATUALIDADE 269
A FORMAÇÃO CONTINUADA FRENTE O FAZER DOCENTE: ASPECTOS EDUCACIONAIS 276
O PRIMEIRO CONTATO DA CRIANÇA COM A GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 287
AUTOESTIMA DA CRIANÇA NA SALA DE AULA EM ANOS INICIAIS 294

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS

JOGOS TECNOLÓGICOS EDUCATIVOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 299
INFÂNCIA E TECNOLOGIAS: ORIGENS E A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS 307
JOGOS: UMA TECNOLOGIA PARA AUXILIAR NA ALFABETIZAÇÃO 318
POSSIBILIDADES TECNOLÓGICAS PARA ENSINAR GEOGRAFIA NO QUINTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 326
SOFTWARES: UMA ALTERNATIVA PARA FACILITAR A COMUNICAÇÃO ENTRE CLIENTES SURDOS E PROFISSIONAIS OUVINTES EM AMBIENTES COMERCIAIS 335

EIXO TEMÁTICO: OUTRAS TEMÁTICAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO

A CRIANÇA CEGA E A EDUCAÇÃO INFANTIL 340
INCLUSÃO: NOVOS OLHARES E SIGNIFICADOS 346
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EMPRESA 352
O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL 359
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS 366
O MÉTODO SOCIOLINGUÍSTICO DE ALFABETIZAÇÃO E AS IDEIAS DE PAULO FREIRE 376

EDUCAÇÃO SOCIAL: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL COM RECICLADORES DO MUNICÍPIO DE ERECHIM 384
O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NO UNIVERSO ESCOLAR..... 393
EVASÃO ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL..... 400
EDUCAÇÃO E ESCOLA DO CAMPO: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES 407
CONTRIBUIÇÕES DO PACTO PELA ALABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA PARA A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL 416
LETRAMENTO NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DE BARÃO DE COTEGIPE 426

APRESENTAÇÃO

O Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões tem como objetivo primordial a formação profissional e humana de professores/educadores. O **VIII Ciclo de Estudos Pedagógicos**, enquanto evento científico, estruturou-se considerando os seguintes objetivos: aprofundar conhecimentos pedagógicos, contribuindo para a formação e qualificação de acadêmicos e educadores; Contribuir para a atualização e aperfeiçoamento continuado entre acadêmicos e profissionais da Educação; Aprofundar estudo considerando temáticas relevantes para e no contexto educacional atual.

Estamos vivendo um tempo (contemporaneidade) de reflexões e de crise de paradigmas. Na área da educação, mas especificamente em relação à formação de profissionais da educação, estudos e pesquisas revelam e reforçam a necessidade de transformações profundas no processo de formação.

Entendemos que o momento atual é profícuo ao educador, no sentido de problematizar suas ações e concepções, isto é, assumir uma postura vigilante afim de que sua prática pedagógica contribua para a formação dos sujeitos envolvidos no processo.

Para que os atos pedagógicos possam contribuir para a formação dos sujeitos envolvidos no processo educacional exige-se do educador muito mais que o domínio de informações e os procedimentos para acessá-las e disseminá-las. Fundamentalmente, tem que assumir a irrefutável condição de que a essência do trabalho do educador são seres humanos.

Desse modo, o evento, além de possibilitar momentos de estudo e debates pedagógicos, em torno da temática central do evento, qual seja, *Temas de Pedagogia na Atualidade*, apresentou-se, também, como um espaço/momento de socialização de pesquisas e relatos de vivências, oportunizando aos participantes, do Ciclo de Estudos Pedagógicos, reflexões e aprofundamentos em relação às questões teóricas e práticas da atuação do pedagogo. Portanto, discutir Temas de Pedagogia não somente contribui para a atualização de conhecimentos relacionados à área, mas também possibilita a compreensão e a transformação da prática educativa.

Comissão Científica do Evento

TRABALHOS COMPLETOS

INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Marivete Moretto [1]
Denise Aparecida Martins Sponchiado [2]
Dilvana Bruna Framento [3]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Falar de educação inclusiva é um tanto quanto complicada, pois a palavra inclusiva nos remete a inclusão de todos os seres sem distinção alguma, mas no entanto nos deparamos com uma realidade totalmente diferente da estabelecida, por este fato necessita-se buscar novos métodos e estratégias de educação inclusiva as quais garantem o acesso deste aluno, seja na escola , na família ou na sociedade, o mesmo precisa sentir-se bem, acolhido e amado, por todos a sua volta, pois a educação inclusiva somente ocorrerá quando todos estiverem dispostos a mudar para um mundo sem preconceito e descriminação, quando de fato os profissionais do trabalho estiverem aptos a desenvolverem suas funções sociais e educacionais, no campo da educação, pois este aluno tem o direito de ser incluso e aceito por todos no meio social no qual ele vive, atualmente professores, família e escola tem se mobilizado pra atender as necessidades dos alunos especiais em classes de educação formal, com o intuito de mudar para uma educação de qualidade e sem preconceito.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Educação.

Introdução

Neste trabalho buscasse-a entender de que forma ocorre o processo de Educação Inclusiva de Crianças especiais. O objetivo aqui é de fato defender a ideia de que para se obter sucesso na inclusão de alunos especiais na escola é necessário antes de tudo, que os professores estejam aptos para recebê-los, tendo conhecimento das suas limitações e

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: mari_moretto@hotmail.com
[2] Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: denisesponchiado@gmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: bruna_framento5@hotmail.com

possibilidades, e é justamente por este motivo que me proponho a pesquisar e entender a inclusão das crianças especiais.

A inclusão surge para proporcionar a crianças especiais, as mesmas condições de estudo, onde um aprende com o outro através da convivência. O maior desafio desta educação inclusiva está, não somente no acesso destas crianças a escola, mas principalmente na sua permanência, pois estar na escola depende exclusivamente da estrutura, dos recursos que a escola disponibiliza e das políticas públicas que favorecem a efetiva inclusão.Um professor comprometido com a educação não se limita somente ao planejamento, mas sim, busca conhecimento e formação durante toda sua vida, cria estratégias diferentes de ensinar e aprender, pois sabemos que a aprendizagem acontece a todo momento e de diferentes formas, isto tudo aliado a um ambiente de amor, carinho, afetividade, respeito e preocupação com o outro, garantindo aos alunos um crescimento sadio e uma vida mais feliz.

Mesmo que os alunos resistam é importante que os professores nunca desistam deles e comprometam-se na busca de métodos e estímulos, bem como conhecer a situação vivida pela criança fora da escola, para depois conquistá-la, valorizando, apoiando, educando-lhe para a vida.

Por tanto após a temática apresentada, justifica-se a pesquisa sobre o assunto pela necessidade de buscar novos conhecimentos em relação a Crianças especiais, procurando compreender a importância da Inclusão, verificando o valor do papel do educador e da família no desenvolvimento de habilidades, satisfação e crescimento das mesmas.

Desenvolvimento

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade. Inclusão é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas (FREIRE, 2008, p.4).

É um grande desafio para todos nós professores e também estudantes, será um trabalho difícil, sendo que em vários casos, os professores não apresentam uma formação especializada, por falta de interesse dos mesmos, ou não possui oportunidades para que possam estudar e garantir uma boa estadia de nossos estudantes com Deficiência na Escola Regular de Ensino. Mas não basta somente uma formação, no começo de tudo, precisamos saber qual a melhor forma para ensiná-lo, nos preocupando muito, pois o aluno com a deficiência apresenta uma certa dificuldade em aprender, de desenvolver sua autonomia, uma vez que, muitos trazem em sua bagagem um currículo com exclusão, tanto por parte da escola como pela sociedade.

Segundo Klein e Hattge (2011) trata-se de um desafio, o como ensinar a todos, mantendo "todos incluídos", uma preocupação importante, sendo fundamental o encontro com os professores e a equipe pedagógica da escola, para uma discussão sobre a inclusão. Poder criar novos meios e estratégias pedagógicas, para serem utilizadas em sala de aula, objetivando a aprendizagem de todos os estudantes, como nos diz Vigotsky:

> Usar a educação como ferramenta de apoio, pois, não nascemos completos, como afirma Vygotsky "[...] o ser humano nasce apenas com recursos biológicos, mas com a convivência social, com seus valores e sua cultura, esses recursos concretizam o processo de humanização, essencialmente possível por meio do processo ensino-aprendizagem [...] (VYGOTSKY, 1997, 2003).

Usamos a educação como uma ferramenta de apoio, buscamos nela, um meio para que possamos tornar a sociedade menos excludente, com a inserção do estudante na Escola Regular de Ensino, faz com que os demais alunos desde crianças, aprendam a lidar com essa diferença, sem excluí-los.

Mantoan (2000, p. 7-8), observa que as escolas abertas à diversidade são escolas:

> [...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de

> aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos.

Quando pensamos em educação inclusiva e uma escola realmente para TODOS nos lembramos do que aprendemos com Paulo Freire (2003) ao redefinir o conceito de educar. Para ele, o processo educacional deve partir da vida e da realidade local do educando. Isso possibilita desenvolvimento da consciência crítica dos educandos, para combater as formas de opressão, injustiças e desigualdades, e construir formas de libertação, justiça e solidariedade.

Quando nos propomos a trabalhar com crianças, devemos ter como princípio, conhecer seus interesses e necessidades. Isso significa saber verdadeiramente quem são essas crianças, conhecê-las de fato, saber um pouco da história de cada uma, suas dificuldades e potencialidades, conhecer a família, as características de sua faixa etária e a fase de desenvolvimento em que se encontram além de considerar o tempo que permanecem na escola. Além de todos os fatores citados a pouco é necessário ainda conhecer os transtornos de aprendizagem das crianças especiais que integram nossas turmas para poder ajudá-las e evoluir e se socializar dentro do espaço escolar, pois somente sentindo-se parte deste espaço conseguirão criar vínculos e aprender.

Após essa averiguação das características desse aluno, é que o professor pode traçar um planejamento pedagógico, levando em consideração que os demais alunos precisam aprender junto com o estudante que é portador de deficiência e vice versa, tendo uma prática efetiva da inclusão. É através de estímulos significativos, desde seu nascimento, que se torna possível e visível o aprendizado dos mesmos, sendo que sua aprendizagem é mais lenta em relação aos demais, mas ele irá aprender de acordo com o seu tempo e com o apoio dos professores e pais, que devem sempre andar juntos.

A Deficiência desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde o que a escola preconiza (Gomes, et al., 2007, p. 16).

A criança é um ser completo, que interage e constrói o conhecimento em tempo integral. Isso nos possibilita dizer que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade, sendo o professor a chave mestra neste processo. "É na interação social que a criança entrará em contato e se utilizará de instrumentos mediadores, desde a mais tenra idade." (OLIVEIRA, 2010, p.28).

Mesmo que os alunos resistam é importante que os professores nunca desistam deles e comprometam-se na busca de métodos e estímulos, bem como conhecer a situação vivida pela criança fora da escola, para depois conquistá-la, valorizando, apoiando, educando- lhe, como nos traz Cury:

> [...] por trás de cada aluno arredio, de cada jovem agressivo há uma criança que precisa de afeto [...] Pais brilhantes e professores fascinantes não desistem dos alunos, ainda que eles os decepcionem e não lhes dê retorno imediato. Paciência é o segredo, a educação do afeto é a sua meta (CURY, 2003, p. 97).

E de grande importância demostrar afeto, carinho por esses alunos, para que possamos nos comunicar mais, interagir mais e para que o mesmo possa nos dar uma chance de poder ajudar e contribuir para o seu crescimento.

Apesar de todas dificuldades que enfrentamos, sempre iremos colher frutos, independente das barreiras que iremos confrontar. Poder ver uma criança com alguma deficiência sendo inclusa e essa inclusão trazendo resultados é de grande valia.

Considerações Finais

Como exposto ainda engatinhamos em busca de uma educação inclusiva de qualidade, onde todos recebam o mesmo tratamento indiferente de serem especiais ou não. Essas crianças precisam de pessoas que as aceitem, as amem e as valorizem de verdade como elas exatamente são, pois as mesmas conseguem produzir, criar e aprender, independente de suas

limitações cada uma aprende de acordo com o seu tempo. Por esse, fato é necessário que o educador, a família e a sociedade estejam dispostos a trabalhar em conjunto, que ambos criem e inovem pensando na realização e no aprendizado desta criança especial, que o trabalho coletivo esteja disposto assumir os desafios surgidos ao longo do caminho. Sendo assim acredito e apoio que Crianças especiais merecem sim estarem inclusas em uma sala de aula normal, com as demais crianças, participando, interagindo e desenvolvendo suas habilidades e capacidades, pois estás crianças são seres humanos iguais as demais independente de suas limitações, pois elas também são capaz de produzirem e criarem, basta sentirem-se amadas, respeitadas e aceitas por todos.

No entanto mesmo que os alunos resistam é importante que os professores nunca desistam deles e comprometam-se na busca de métodos e estímulos, bem como conhecer a situação vivida pela criança fora da escola, para depois conquistá-la, valorizando, apoiando, educando-lhe a emoção pois,

> [...] por trás de cada aluno arredio, de cada jovem agressivo há uma criança que precisa de afeto [...] Pais brilhantes e professores fascinantes não desistem dos alunos, ainda que eles os decepcionem e não lhes dê retorno imediato. Paciência é o segredo, a educação do afeto é a sua meta (CURY, 2003, p. 97).

Sendo assim o educador tem a função de buscar, aprimora-se e aprender mais acerca do assunto, que deve ser desmistificado ao tratado cotidianamente. O professor não pode parar no tempo, sempre deve buscar mais, pois seu conhecimento e aprendizagem serão desenvolvidos dia após dia, precisa ter paciência e vontade de fazer a diferença através de seus atos e ensinamentos que produziu ao longo de sua trajetória enquanto educador, sentir-se bem e realizado na função que exerce de ser Educador.

Referências

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Sextante. 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2003.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, vol. 16, n.1, p.4, 2008

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** O que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2000.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de O. (org.). **Educação Infantil:** muitos olhares.9. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

APRENDIZAGEM SIGNIGFICATIVA: UM ESTUDO TEÓRICO

Dilvana Bruna Framento [4]
Denise Aparecida Martins Sponchiado [5]
Marivete Moretto[6]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Este estudo é recorte de um trabalho de monografia apresentado na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI- Câmpus de Erechim, tendo como objetivo o processo de ensino e de aprendizagem de um aluno com Deficiência no espaço da escola regular, sendo este desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica, por meio de uma leitura sistemática, ressaltando os pontos abordados por autores que tratam do assunto. Trabalhar com uma criança com alguma deficiência, nos remete a pensar como vou ensiná-la? Será que ela vai aprender? São perguntas que nos questionamos todos os dias. Apesar das dificuldades que enfrentamos e que ainda enfrentaremos, devemos buscar meios e formas para tentar sanar essas dificuldades, para que possamos pensar que ele é um aluno como os demais, sendo que a única diferença e que ele estará precisando de uma atenção maior. Através do conhecimento do professor, pode-se formar uma ligação entre a família deste aluno e a escola, os dois trabalhando juntos podem tornar os dias do aluno com deficiência mais prazeroso, proporcionando a ele, não só o conhecimento do professor mas também o de sua família, sendo este muito importante, sua família é seu porto seguro, é onde ele encontra o amor, o carinho que necessita para poder seguir em ente e vencer qualquer barreira que o impeça de ser feliz, de aprender, de poder viver sem preconceito.

Palavras-chaves: Aprendizagem. Estratégias de Ensino. Inclusão

Introdução

> O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, sente, pensa e cria. Tem uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos de comportamento, aspectos estes muitas vezes atípicos, uns fortes e adaptativos, outros fracos e poucos funcionais, que lhe dão um perfil intraindividual peculiar. Possui igualmente discrepâncias no desenvolvimento biopsicossocial, ao mesmo tempo em que aspira a

[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: bruna_framento5@hotmail.com.
[5] Pedagoga. Mestre. Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: denisesponchiado@gmail.com.
[6] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: mari_moretto@hotmail.com.

> uma relação de verdade e de autenticidade e não a uma relação de coexistência conformista e irresponsável (FONSECA, 1995, p. 9).

Discutir as questões da deficiência e da inclusão no cenário brasileiro atual é tarefa difícil, mas necessária, pois este tema vem sendo discutido e visado em diferentes contextos e áreas da sociedade. A inclusão escolar é um tema presente na sociedade, e está dando seus primeiros passos, ainda que incertos e inseguros, caracterizando-se um desafio aos pedagogos, à família e aos educandos.

A família, por sua vez, luta todos os dias, para que seu filho com deficiência possa ter uma boa educação e para que o mesmo seja aceito na sociedade sem que haja aquele olhar de discriminação e exclusão. A escola luta pelos mesmos objetivos, todavia, não apresenta disciplinas adequadas para atender esta demanda.

Por isso, destaca-se a importância da formação continuada de professores, com o propósito de realizar um bom ensino e para que o aluno tenha um bom aprendizado, no intuito de fazer com que a inclusão aconteça em um contexto onde a inserção de uma criança com deficiência, não seja só por parte da família em querer dispor para ela uma sala, em uma escola regular, mas também sendo como dever da escola se organizar tanto em meios de acessibilidade, quanto curriculares e pedagógicos.

Aprendizagem: Um Processo Continuo

A escola, em primeiro lugar, para ser considerada inclusiva, deve promover as possibilidades e potencialidades de todo e qualquer sujeito, sobretudo aquele com deficiência.

Deve-se considerar o professor como um adulto importante e mais experiente que tem papel fundamental no desenvolvimento da criança:

> [...] a inclusão deve ser instituída como uma forma de inserção radical, completa e sistemática, em que as escolas devem se propor a adequar seus sistemas educacionais às necessidades especiais da clientela de alunos, todos os alunos, não se restringido somente aos alunos com deficiência. Nessa perspectiva, a escola inclusiva deve estar disposta a adaptar seu currículo e ela dos diferentes aspectos do contexto onde ela está inserida. (FARIAS, MARANHÃO e CUNHA, 2008, p.366.

Para que isso se concretize, Fernandes e Viana (2009) referem que a escola precisa acolher e cumprir sua missão de educar as crianças com necessidades especiais adaptando-se às suas peculiaridades no campo da aprendizagem. Dessa maneira, para que a avaliação se torne inclusiva, ao invés de apenas centrar-se nas limitações da criança autista, é necessário voltar-se para o trabalho que esta sendo desenvolvido através do atendimento de suas capacidades e da participação ativa de toda a comunidade escolar, proporcionando à criança participação e a interação com as pessoas do seu meio social.

No entanto a educação inclusiva pressupõe formação docente e uma adequada organização do espaço escolar para que se possa garantir o direito de todos à educação. Rodrigues et al. (2011) apontam à necessidade de se investir na formação de professores para que se possam desenvolver modelos inclusivos na Educação. Onde para eles a Educação Inclusiva deve ser entendida como uma reforma educacional que, para se realizar, necessita que os professores sejam formados em modelos de ensino e comunicação diferentes dos modelos tradicionais.

Em razão das múltiplas necessidades que devem ser supridas a partir das práticas inclusivas, a Educação Especial tem sido vista como um desafio a ser vencido pelos profissionais da educação que almejam tornar a inclusão algo real, que possibilite serem atingidos resultados satisfatórios. Nesse sentido, Schneider (2003) aborda a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular, como um desafio para o educador. Tendo como eixo temático a prática docente institucional. Centralizando suas preocupações na discussão de questões fundamentais para a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais, como é o caso da conquista social deste mediante as interações que se estabelecem no interior da escola através dos grupos de trabalho.

Contudo, são poucos os programas de formação e treinamento para capacitação de professores e, quando existentes, além de serem insuficientes, são limitados em extensão e conteúdos. Sendo assim, é eficaz que ocorra uma mudança na representação social, a escola e o professor sejam norteadores de suas práticas através da compreensão dos diferentes aspectos que esta criança apresenta, bem como suas características e consequências para o desenvolvimento infantil. Como nos afirmou Paulo Freire (2003, p.18)“[...] formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente na prática de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

No entanto, ainda muitos educadores tem insegurança em trabalhar com essas crianças, por medo em não saber desenvolverem métodos e práticas eficazes, ou até mesmo por terem ideias formadas, as quais acabam influenciando diretamente as crianças, ou muitas vezes até mesmo as expectativas sobre o desempenho de seus alunos, afetando diretamente a eficácia de suas ações.

Percebendo-se assim o quanto importante e de grande valia é o trabalho desenvolvido pelos professores e a família da criança, tanto no processo de inclusão quanto a sua inserção em sala de aula e, também, no desenvolvimento de suas aprendizagens. Para que o ambiente escolar seja prazeroso para o desenvolvimento de aprendizagens e para a socialização da criança, é necessário engajamento da escola e da família, unidas em um mesmo ritmo, fazendo o melhor para o desenvolvimento da criança. Para a inclusão acontecer e a Criança sentir-se bem é necessário um trabalho em equipe, que não exista diferenciação alguma, que família e escola estejam preparadas e que sejam capazes de assumir os desafios surgidos ao longo do caminho, pois a inclusão só ocorrerá no momento em que ambas estiverem conectadas a um mesmo objetivo.

Com isso torna-se possível a aprendizagem de um aluno com deficiência, sendo esta concreta e não mecânica, sendo possível uma boa estadia no grupo escolar e na sociedade em geral, proporcionando para o mesmo uma nova maneira de viver.

Conclusão

A educação é um direito fundamental da pessoa humana e deve ser proporcionada a todos de maneira igualitária e justa, independentemente de suas diferenças. Assim, este estudo mostrou o quanto é importante a formação continuada do professor que trabalha com a inclusão, com crianças que apresentam algum tipo de deficiência. A cada ano que se passa, percebe-se o grande número de crianças com deficiência, cujos pais tomam a decisão de colocá-las em escolas regulares de ensino, no propósito de lhes oferecer uma vida sociável com os demais. Sendo que esta inclusão, muitas vezes, não é bem aceita por parte da sociedade e até por alguns professores e demais alunos, mas percebe-se que isto está mudando, é só uma questão de tempo e adaptação para que todos aceitem, tanto nas escolas como em casa.

É preciso enfatizar que professores e pais buscam a melhor forma para que seu aluno ou filho se torne um membro da sociedade, não simplesmente seja incluído como "mais um" no canto da sala de aula, mas sim, se faça presente, participe dos meios sociais. Para que isso aconteça, é necessário que todos, tenham ais tolerância e compreensão para com o outro, sem tantas exigências e comparações a modelos estereotipados, onde haja afeto nas relações, pois isso sim vai causar impacto na sociedade. Assim, aí está a importância dos pais na participação escolar de seus filhos, sendo que a escola é a segunda instituição social com que as crianças têm contato.

Elas precisam de tempo e compreensão, e o professor precisa descobrir métodos e estratégias que irão fazer com que ela aprenda, sabendo que para dar certo precisará fazer inúmeras tentativas até acertar qual a estratégia que mais dá resultado com cada aluno.

É preciso buscar melhores métodos para ensiná-los, melhores estratégias de inclusão, para que estes alunos não venham a sofrer, a se sentirem mal por estarem estudando em uma escola regular, pois cada indivíduo é diferente, cada um possui inteligência própria, mas é preciso moldá-las de acordo com cada ambiente e situação.

Com isso, destaco a importância da continuação deste estudo, pois, faltam conhecimentos nos diferentes temas apresentados acima, com o intuito de proporcionar uma melhor escolaridade para estes alunos e também um melhor desempenho de atuação para os professores.

Referências

FARIAS, I.M; MARANHÃO,R.V.A; CUNHA, A.C.B. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (Mediated Learning Experience Theory). **Rev. Bras. Educ. Espec**., v. 14, n. 3, Marília, sept./dec. 2008

FERNANDES, T.L.G.; VIANA, T. V. Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. **Est. Aval. Educ.**, São Pulo, v. 20, n. 43, maio/ago., 2009.

FONSECA, V. **Educação especial:** programa de estimulação precoce – Uma introdução as ideias de Fuerstein. 2. ed. rev. aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2003.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? **Educ. Rev**., n .41, p. 41-60, 2011.

SCHNEIDER, R. Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: um desafio para o educador. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v.4, n.4, p.85-98, 2003.

EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR OU PARA ALÉM DA JORNADA ESCOLAR?

Ana Claudia Beilke de Araujo[7]
Franciele Fátima Marques[8]
Rosângela Piaseski[3]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente artigo é parte de um trabalho de conclusão de curso do Curso de Pedagogia da URI - Campus de Erechim. Com base em pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, realizada mediante leitura sistemática, com fichamento de cada obra, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão, o presente texto compreende uma análise acerca da Educação Integral no contexto da escola formal, buscando subsídios que deem sustentação a um processo de educação em tempo integral que vá além da jornada ampliada e que consiga proporcionar aos estudantes, uma educação em sua integralidade. A hipótese de tal trabalho se fundamenta no fato de que, para que tal educação ocorra, o planejamento faz-se necessário quando da importância de se atribuir ao ensino, novos elementos escolares, assim como também, a possibilidade de ampliação dos objetivos, conteúdos e métodos, possibilitando ações do professor na realização de uma formação integral da criança e o adequado desenvolvimento dela, que passa a maior parte de seu dia no contexto da escola. Assim sendo, o tempo em que a criança permanece na escola será objeto de reflexão, com o intuito de verificar sua possível contribuição, por si só, para o desenvolvimento integral da criança.

Palavras-chave: Educação formal escolar. Educação Integral. Criança. Desenvolvimento. Planejamento.

Educação Integral: Uma Breve Introdução

O termo *Integral*, segundo o dicionário Aurélio, quer dizer total, inteiro, global. Assim sendo, o que se pretende com a Educação Integral, é desenvolver os alunos de forma

[7] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: anajonas10@hotmail.com
[8] Pedagoga. Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade de Passo Fundo / Universidade do Minho – Braga – PT. Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: francielemarques@hotmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: rosangela_piaseski@hotmail.com

completa, em sua totalidade, o que se constitui em um grande desafio, havendo a necessidade constante de se trabalhar a partir de um planejamento conjunto e coerente entre os profissionais da educação e, assim, existirá grandes conquistas. Pensa-se muito mais do que o tempo integral em sala de aula, mas sim uma Educação Integral para reorganizar conteúdos e espaços, visando a formação total da criança.

Assim sendo, pretende-se com este tempo integral dar novas oportunidades para as crianças que estão no espaço escolar, que este tempo a mais na escola, tenha sentido para a criança, que as pessoas envolvidas nesta etapa da aprendizagem estejam dispostas a priorizar uma Educação Integral de qualidade, ocupando diferentes tempos e espaços na escola e não simplesmente cumprir horário.

A Educação Integral implantada atualmente visa integrar mais crianças na escola e promover "mais educação" para as crianças, em tempo e desenvolvimento. O objetivo desta pesquisa é o de realizar uma busca pela diferenciação entre a ampliação do tempo escolar por meio da proposta de tempo integral. Tema este crescente e de fundamental importância na rede pública no Brasil, haja vista que o processo de Educação Integral visa o pleno desenvolvimento do sujeito, ou seja, em sua integralidade.

Neste sentido, busca-se, sobretudo, que esta formação que se busca neste tempo e espaço, seja uma formação por inteiro, construindo situações em que a criança se reconheça como um ser importante neste espaço e, possa se desenvolver. (MOLL, 2012) Aponta-se para a necessidade de uma educação que prima pela integralidade do ser humano, visando uma formação social, afetiva e cognitiva.

Desafios da Educação Integral: Ampliação da Jornada Escolar ou para Além da Jornada Escolar?

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 1996) prevê a ampliação do período de permanência na escola a critério dos sistemas de ensino. É efetivamente no ano de 2007 com o plano de Desenvolvimento da Educação que é criado o Programa Mais Educação.[4]

[4] O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

O Programa Mais Educação, trabalha neste sentido desde 2008, promovendo a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, de modo que a tarefa de educar seja dividida com os pais e a comunidade. Ele se caracteriza por apresentar uma estratégia educacional inovadora que, dentre outros aspectos, articula projetos.

Este programa proposto pelo Governo Federal, em parceria com outras instituições educacionais e sociais, visa a promoção do aumento da permanência dos alunos nas escolas. Os projetos concebidos pelas escolas se fundamentam em propostas de ampliação dos espaços educacionais. Criando assim novas oportunidades educativas, no compartilhamento da tarefa de educar entre professores, família, comunidade e outros atores, mas essa é apenas uma complementação do horário escolar com outras atividades educativas, numa perspectiva de Educação Integral.

Desde 2007, busca-se esta ampliação do tempo de permanência das crianças na escola. As escolas de Ensino Fundamental que fazem a adesão ao Programa Mais Educação, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades presentes nos macrocampos, tais como, acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Já, na Educação Infantil, as atividades desenvolvidas durante a ampliação de carga horária devem ser planejadas e executadas pelo professor regente da turma, possuindo apenas algumas intervenções, tais como, psicomotricidade, teatro, música e dança.

As atividades citadas acima remetem um ambiente de sociedade, organização, convívio, ou seja, o ambiente em que a criança vive, o que desperta a atenção é de que se esses temas são bons, falta apenas o professor buscar novos caminhos para que esse "conteúdo" seja de relevância para a criança, que isso venha a complementar a vida dela e não apenas preencher seu dia, ocupando as horas para que os familiares possam trabalhar.

Neste ponto de vista, Arroyo (2012, p.33) que defende a Educação Integral como uma elevação, fala de quem é a responsabilidade de oferecer mais educação: "[...] consciência política e o Estado e aos governantes cabe o dever de garantir mais tempo de educação, de articular os tempos-espaços de seu viver, de socialização".

Ao mesmo tempo, o autor alerta que os riscos de uma Educação Integral, pois muitas vezes esses são de baixa potência e acabam simplesmente por ser para a criança ficar mais tempo na escola, isso sem ter significado algum, o tempo que a criança fica na escola deve ter

um significado, um aprendizado, um novo conhecimento, Arroyo (2012), afirma que: "[…] uma forma de perder seu significado político será limitar-nos ao oferecer mais tempo na mesma escola, ou mais um turno – turno extra – ou mais educação do mesmo tipo de educação".

No entanto, Moll (2012) defende e relata sobre o Mais Educação, onde diz que este é um ciclo de formação onde a criança tenha mais tempo na escola. Relata, assim, a importância do trabalho em grupo, família e escola, família e comunidade, onde a criança tenha presente em suas atividades seu cotidiano.

> A identidade do Programa Mais Educação é a sua preocupação em ampliar a jornada escolar modificando a rotina da escola […]. Esse aspecto refere-se ao esforço para contribuir no redimensionamento da organização seriada e rígida dos tempos na vida da escola, contribuição esta reconhecida nos conceitos de *ciclos de formação* que redimensionam os tempos de aprendizagem e de *cidade educadora, território educativo, comunidade de aprendizagem* que pautam novas articulações entre os saberes escolares, seus agentes (professores e estudantes) e suas possíveis fontes. Esses últimos articulam as relações entre cidade, comunidade, escola e os diferentes agentes educativos, de modo que a própria cidade se constituía como espaço de formação humana. (MOLL, 2012, p.133)

Moll (2012) deixa claro que a função do Programa Mais Educação, vivenciando espaços e tempos, é que ocorra uma aprendizagem de qualidade, unindo todos seus agentes sejam eles internos ou externos da escola, mas todos em busca do mesmo objetivo, a formação humana. A Educação Integral refere-se ao tempo na escola, mas não simplesmente ao tempo, mas sim ao seu aproveitamento, ou seja, na busca pelo processo de ensino-aprendizagem que prima pelo desenvolvimento do sujeito na sua integralidade.

Um dos grandes educadores e pedagogos do século XVII foi Comenius[5]. Este produziu obra fecunda e sistemática, cujo principal livro é a Didática Magna. Nesta obra, Comenius propõe, dentro de suas diversas propostas e defesas, a educação igualitária para

[5] Jan Amos Komenský, nome original de Comenius, nasceu em 28 de março de 1592, na cidade de Uherský Brod (ou Nivnitz), na Morávia, região da Europa central pertencente ao antigo Reino da Boêmia (atual República Tcheca). Tendo perdido seus pais e irmãs, em 1604, aos 12 anos, foi cuidado pela família de sua tia paterna e, sua educação básica não fugiu aos padrões da época, inspiradas num ideal positivista: saber ler, escrever e contar, ensinamentos aprendidos num ambiente escolar rígido, onde a figura do professor imperava. O rigor da escola e a falta de carinho familiar marcaram a vida do órfão Comenius, a ponto de inspirar os princípios de uma didática que pode ser considerada revolucionária e "ousada" para a sua época, o século XVII. Sua preocupação com a educação veio do fato de que, a seu ver, sua própria educação havia sido ruim. (NARODOWSKI, 2001 *apud* MARQUES, 2010)

todos, onde também acreditava que o método mais rápido e eficaz de aprendizagem seria o de ensinar com as experiências cotidianas das crianças e este deveria ser um ensino igual a todos. (NARODOWSKI, 2001).

O pensamento de Comenius aparece com tal intensidade ao afirmar que "todos deveriam estudar tudo", colocando esse indivíduo inacabado, incompleto, no centro dos processos sociais. Comenius já reclamava uma escola para todos e via a educação como um assunto exclusivo dos professores e das famílias e, não de políticos, burocratas ou técnicos. Sua preocupação com a educação veio justamente do fato de que, a seu ver, sua própria educação havia sido ruim. (NARODOWSKI, 2001 *apud* MARQUES, 2010).

O núcleo central da obra de Comenius (*apud* NARODOWSKI, 2001), é a capacidade de condensar aspectos da Pedagogia do século XVI e início do século XVII. Para ele, as escolas da época não estavam preparadas para exercer sua função, visto que, apenas uma pequena parcela da população, privilegiada, possuía acesso a esta, o saber era fragmentário e não havia harmonia interna, uma extrema ausência de objetivos comuns que dão coerência ao seu funcionamento interno. Instituições segmentadas, desorganizadas e desequilibradas, onde o processo reproduz uma lógica irracional. É contra tudo isso que o pedagogo vem se confrontar. Comenius foi, portanto, o criador da Didática Moderna e um dos maiores professores da época, quando, já no século XVII, concebeu uma teoria humanista e espiritualista da formação do homem que resultou em propostas pedagógicas hoje consagradas ou tidas como "muito avançadas". (MARQUES, 2010).

O ideal pedagógico comeniano pregava a necessidade da interdisciplinaridade, da afetividade do professor e de um ambiente escolar arejado, bonito, com espaço livre e ecológico. Defendia a escola como o "lócus" fundamental da educação do homem, sintetizando seus ideais educativos sob o pressuposto: "Ensinar tudo a todos", e que para ele, significava os fundamentos, os princípios que permitiriam ao homem se colocar no mundo não apenas como espectador, mas, acima de tudo, como ator, em contraste com os ideais vigentes que lutavam por uma educação só para os privilegiados. A utopia comeniana expressa a vontade pela universalização do ensino escolar, de pôr em funcionamento um ambicioso plano de dispersão de estabelecimentos de ensino, de maneira que todas as crianças e jovens possam ser atingidos, visando uma passagem natural do âmbito familiar ao âmbito escolar, dado que, os pais já não podem se encarregar da educação dos seus filhos, pois não dispõem do tempo e nem dos conhecimentos necessários a esse fim. (MARQUES, 2010).

O objetivo central da educação comeniana, orientada por princípios dogmáticos e autoritários na busca por uma verdade absoluta e um método único de ensinar, consistia em formar o bom cristão, o que deveria ser sábio nos pensamentos, dotado de verdadeira fé em Deus e capaz de praticar ações virtuosas, estendendo-se a todos: aos pobres, aos portadores de deficiências, aos ricos, às mulheres. Este objetivo se sustentava na crença de que Deus, em sua infinita bondade, colocara a redenção ao alcance de todos os seres humanos, mas para tanto era necessário educá-los convenientemente. (MARQUES, 2010).

Segundo Comenius, através da educação desperta-se a sabedoria, a moral e a perfeição, pois cada um tem sua inteligência e em uma sala existem as mais diversas. Para tanto, estes aprendizados devem-se também partir do educador, tudo o que se sabe, deve-se ensinar e mais proveitoso seria se tivesse como fazê-la de forma prática, ficando assim mais prático e prazeroso a criança, lembrando que para tudo tem princípios gerais e tudo é aprendido em seu tempo. Para Comenius, negar oportunidades educacionais era antes ofender a Deus do que aos homens. (NARODOWSKI, 2001).

Numa mesma linha de pensamento, Freinet[6] (2015) creditava que a educação, a organização escolar deveria ser de todos e para todos. O objetivo principal de Freinet (2015) era desenvolver uma escola popular, ou seja, que fosse voltada ao povo. Em sua concepção, a sociedade é plena de contradições que refletem seus aspectos da vida social, principalmente na escola. Em sua concepção é contra a escola tradicional, pois esta é fechada, o aluno não se expressa, não tem voz e vez e isto faz com que a criança não sinta prazer em estar ali, de certa forma barra o seu desenvolvimento. Analisou de forma crítica o autoritarismo da escola tradicional, por suas regras rígidas da organização do trabalho, no conteúdo escolhido, imposto de forma autoritária, e desatualizados com a realidade social e ao progresso de tudo.

Para Freinet (2015) as mudanças necessárias e profundas na educação devem ser feitas pela base que são os próprios professores. O movimento pedagógico dele era pela defesa de

---

[6] Celestin Freinet foi um pedagogo e pedagogista anarquista francês, uma importante referência da pedagogia de sua época, cujas propostas continuam tendo grande ressonância na educação dos dias atuais. Ele se identificava com a corrente da Escola Nova, anti-conservadora1 , e protagonizou as chamadas Escolas Democráticas. Pois, para ele, além das técnicas pedagógicas, achava que o aspecto político e social ao redor da escola não devia ser ignorado pelo educador. A pedagogia traz em seu bojo a preocupação com a formação de um ser social que actua no presente. O professor deve mesclar seu trabalho com a vida em comunidade, criando as associações, os conselhos, eleições, enfim as várias formas de participação e colaboração de tudo na formação do aluno, direccionar o movimento pedagógico em defesa da fraternidade, respeito e crescimento de uma sociedade cooperativa e feliz. Para Freinet, "*a* democracia *de amanhã se prepara na democracia da escola*". (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9lestin_Freinet. Acesso em: 21. Jun. 2015).

uma escola centrada na criança, que é vista não como um indivíduo isolado, mas, fazendo parte de uma comunidade, de um grupo seja ele na escola ou fora dela, onde ele interaja e participe com um cidadão e não como uma tábua rasa. O autor atribui ênfase ao trabalho, ou seja, as atividades manuais têm tanta importância quanto as intelectuais, a disciplina e a autoridade resultam do trabalho organizado. Questiona ainda, as tarefas escolares, feitas sobre forma de repetição e decoreba, e enfatiza a importância das atividades lúdicas, numa relação entre trabalho/prazer, gerada pela sociedade capitalista industrial. A escola por ele concebida é vista como elemento fundamental e ativo para as perspectivas de mudança social, pois incluem todas as classes sociais, atribuindo uma mesma educação a todas.

Freinet (2015) elabora toda uma pedagogia, com base na experimentação, que dão à criança a base para aprofundar seu conhecimento e desenvolver sua ação e esta deve ser com calma e com atividades que se relacionem com sua vida real, com seu dia a dia, onde esta criança possa ser o autor de sua própria história, que consiga descobrir e aprender de formas lúdicas e de certa forma voluntária, que seja uma aprendizagem prazerosa e que o autoritarismo não faça mais parte desse cotidiano e que a repetição e decoreba fiquem apenas na história da educação e não como algo ainda presente na vida escolar.

Que a escola e os professores façam com que a criança queira saber e que tenha curiosidade cada dia mais, para que ela possa mais tarde fazer diferença na sociedade que esta inserida. Para Freinet (2015), o desejo de conhecer nasce de uma situação de trabalho concreta e problematizadora. O trabalho não se limita ao manual, pois o trabalho é um todo, assim como o homem e, embora adaptado à criança, o trabalho deve ser uma atividade verdadeira e não um trabalho para brincar, assim como a organização escolar é também uma representatividade da própria sociedade.

Reforça a importância da participação e integração entre famílias/comunidade, família/escola e escola/comunidade, a família de estar presente sim não somente em momentos chamada para “problemas”, e assim lembrando, enfatizando a importância da voz da criança.

Com tudo isso que é necessário trabalhar na escola e fora dela, a LDB e o PNE entre outras veem a necessidade da ampliação da jornada escolar. Por diversos motivos, como: a criança tem mais oportunidades de aprendizagens em tempos-espaços e também é uma forma de diminuir as desigualdades.

A Lei de Diretrizes e Bases LDB (9.394/96), em seu artigo 34, indica o aumento

progressivo da jornada escolar para 7 horas diárias como horizonte da escola pública nacional e o Plano Nacional de Educação PNE (2001-2010), diz que o aumento da jornada escolar é um avanço para diminuir a desigualdade social e ampliar as aprendizagens.

No entanto Ferreira (2011) deixa bem claro que o objetivo da Educação Integral é formar um homem integral, aproveitando os tempos e espaços, preservando sua infância, sua identidade e seus valores. Com a Educação Integral podemos deixar as crianças fora dos perigos e dentro da escola onde ocorra aprendizagem. Ela complementa dizendo que não adianta a escola ser apenas de tempo integral, ou seja, de tempo e espaço, mas sem verdadeiras funções sociais, que possam fazer a diferença na vida da criança.

A individualidade da criança é muito importante e a opinião dela em sala de aula é de grande valia, não que a aula siga somente o que a criança quer, mas que através da expressão dos gostos dela o professor em seu planejamento crie momentos com atividades diversificadas, proporcionando mais prazer à criança e fazendo com que a sua aprendizagem seja valiosa e que sua formação seja integral, seja ela em valores, cultura ou em qualquer área do conhecimento.

Desafios e Contradições: Algumas Considerações

Para que a Educação Integral da criança ocorra em sua totalidade não adianta os professores planejarem individualmente, pois em muitos casos as crianças têm aulas com diversos professores em diferentes turnos, esse planejamento é de muita importância, pois, é necessário que os professores saibam o que acontece com seus alunos no turno inverso e também para que os professores trabalhem com a mesma linguagem, facilitando assim a aprendizagem das crianças e o melhor aproveitamento dos tempos e espaços que estas estão na escola.

Estamos diante de um cenário de quebra de paradigmas e de certos desafios em busca da melhor forma de trabalhar com a Educação Integral, afinal estão se superando barreiras culturais. Torna-se um desafio trabalhar a ressignificação das ações pedagógicas, mudando as regras de imposição dando mais voz e vez aos alunos e a sociedade, deixando a criança a maior parte do seu dia em uma escola e mesmo assim a responsabilidade de educar continua sendo não somente da escola e sim de uma parceria entre todos que a cercam.

A Educação Integral se concretiza em propostas que integram diferentes tempos,

espaços e agentes educativos além da sala de aula, das disciplinas e do professor, buscando um desenvolvimento qualitativo da criança. Essas diferentes interações permitem que os estudantes experimentem linguagens, contextos diversificados que permitem o desenvolvimento de capacidades físicas, sociais, afetivas, além das intelectuais. (MOLL, 2012). Desta forma, a organização e a atuação dos profissionais da educação na garantia de uma educação que prime pela integralidade do ser humano, requer momentos de construção de ações que venham de encontro a tal proposta, ou seja, requer momentos de planejamento no contexto da escola.

Referências

ARROYO, M. O direito a tempos-espaços de um justo digno viver**.** In MOLL, J. et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil:** direito a outros tempos-espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p.33-45.

BARBOSA, M.C.S. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil:** bases para a reflexão sobre a orientação curricular. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 Abr. 2015.

_____. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 10 Abr. 2015.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** MEC/SAEB. Brasília. 1998.

FERREIRA, P. C. **A Educação Integral no município de Ararica:** Desafios para uma educação de qualidade. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71928/000880676.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 Jun. 2015.

MARQUES, F. F. **O livro didático na educação formal escolar:** da alienação à humanização. Dissertação de Mestrado. UPF, 2010.

MOLL, J. (ORG.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil:** direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

NARODOWSKI, M. **Comenius & a Educação.** Coleção Pensadores & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WIKIPEDIA. **Celéstin Freinet.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki.Célestin_Freinet>. Acesso em: 10 Abr. 2015.

_____. **Comenius**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Comenius>. Acesso em: 05 Abr. 2015.

A ESCOLA E AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Rosangela Fatima Piaseski [9]
Ana Claudia Beilke De Araujo [10]
Márcia Dos Santos Caron Caron [11]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente trabalho "A escola e as diferentes configurações familiares" busca resgatar a história familiar, identificar suas variações e diversidades argumentando a importância da proteção a seus direitos bem como demonstrar seus deveres para com os que se encontram nela envolvidos. Objetiva com isto análise, e reflexão a respeito do assunto. Justifica-se que a sociedade vem evoluindo a cada dia e que cada um possui em si uma cultura particular que lhe é oferecida a partir do momento do seu nascimento, enquanto é cuidado pela família e quando incluída na sociedade, mais precisamente na escola. Subentende-se que as crianças passam por inúmeras situações de experiências relacionadas à convivência entre as diversidades existentes na sociedade, ou seja, subentende-se que todo ser humano é capaz de aprender e evoluir. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores de relevante importância par a sociedade acadêmica e ainda leituras de artigos relacionados. Neste contexto, abordou-se a relevância da diversidade familiar como uma contribuição para uma revolução social. Buscou ainda mostrar que a diversidade familiar está presente na sociedade e como ela permeia o cotidiano das pessoas na sociedade e nas escolas. Os resultados observados até o momento indicam que faz se necessária uma maior e melhor análise sobre o assunto, pois este é extremamente relevante para a comunidade em geral.

Palavras-chave: Sociedade. Família. Escola. Diversidade.

Introdução

Ao longo dos séculos, tem-se visto uma mudança histórica na sociedade, entre estas mudanças esta a maneira de como vem se compondo as famílias, ou seja, estas vem mudando radicalmente a forma de relações, as composições familiares estão cada vez mais diversificadas. As pessoas estão tendo liberdade de escolha para viver da forma que quiserem

[9] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Câmpus de Erechim. E-mail: rosangela_piaseski@hotmail.com
[10] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Câmpus de Erechim. E-mail: anajonas10@hotmail.com
[11] Professora do Departamento de Ciências Humanas URI Câmpus de Erechim. E-mail: marciacaron@uri.com.br

e que melhor lhes satisfaz. Para que isso ocorra de forma saudável, para que todos vivam em sociedade é preciso que se pense nos direitos e deveres de cada um, para que haja um consenso entre todos.

Pretende-se com este trabalho oportunizar o conhecimento e a compreensão das diversidades familiares que nos permeiam no nosso dia a dia, da relação famílias e escolas e como as mesmas trabalham esta realidade, pois como sabe-se, a escola tem a necessidade de se adequar ao contexto em que trabalha na sociedade, pois só assim a aprendizagem acontece de fato, mas isso precisa acontecer sem a escola deixar de repassar o conteúdo ao qual realmente esta destinada a fazer. Seguindo este princípio, nota-se uma grande preocupação em relação à forma que esta deve agir para atuar de maneira harmoniosa para com todos os envolvidos neste contexto, envolvendo as famílias nos trabalhos predestinados a serem oferecidos as crianças, sem esquecer, da existência das diversas famílias que fazem parte do cotidiano atual.

Tendo em vista a diversidade cultural existentes na sociedade atual, acredita-se que pode se extrair uma grande contribuição positiva de interferências para o desenvolvimento dos alunos nas escolas, pois quanto maiores as diversidades maiores serão os conhecimentos, as bagagens dos indivíduos.

A Legitimação da Diversidade de Arranjos Familiares

A sociedade desde sua origem já sofreu muitas alterações, em todos os sentidos, e como não podia ser diferente, as relações familiares também passaram e vem passando por modificações, e entende-se que esse processo é natural, pois a evolução da sociedade é crescente e necessária para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária embora que para que isso aconteça são necessárias muitas discussões e lutas para a conquista de reconhecimento:

Segundo Giddens (2005), as relações familiares são reconhecidas dentro de grupos de parentesco mais abrangentes, como dois adultos vivendo juntos num núcleo doméstico com suas crianças ou com crianças adotadas. Assim segundo os estudiosos, o conceito de família tradicional é um pai, uma mãe e seus filhos, vivendo juntos debaixo do mesmo teto. Este conceito existe em grande proporção ainda, mas deixou de ser o único idealizado pelas pessoas que compõe a sociedade atual.

Carvalho (2002), relatou que o campo da família é particularmente sensível, às crises (política, social, econômica e do pensamento) e coloca questões que desafiam o saber já acumulado. Segundo o autor, as estruturas familiares parecem obedecer modelos diversos onde estes desenvolvem uma dimensão cultural propriamente dita .

Neste mesmo sentido o autor afirma que as estruturas familiares parecem obedecer a modelos diversos que representam e atendem as necessidades da sociedade, através do seu trabalho ou seu consumo Carvalho (2002). Dessa forma, entende-se que os moldes vivenciados nos tempos atuais, tem raízes dos tempos passados. Vive-se em uma sociedade onde os sujeitos são influenciados a serem livres, autônomos e responsáveis por si próprios, esta teoria vem se concretizando a muitas décadas e vem ganhando uma força extraordinária nos últimos tempos, pois com o avanço das tecnologias e o desenvolvimento crescente da sociedade torna-se necessário tal acontecimento.

Conforme demonstrado, sendo a família considerada uma instituição, esta segue adaptando-se sempre às normas e necessidades consideradas necessárias para um bom andamento e desenvolvimento da sociedade e vice- versa, Isto é, tão certo que não se fala mais em família, mas famílias e em novas configurações familiares. Isso se deve em grande parte à diversidade que aumentou nas últimas décadas o conceito família.

Em se tratando de um grupo onde existe uma ligação sanguínea ou de afeto, pode ser considerada uma família, inclusive uma pessoa que mora sozinha é considerada assim se achar conveniente, dando assim uma margem numerosa de exemplos das diversidades a serem consideradas nesse sentido. Com isso, torna-se necessário que ocorram mudanças também na mentalidade das pessoas, diminuindo o preconceito que ainda existe por parte da sociedade em relação a questões envolvendo famílias e pessoas, só assim conseguir-se a, viver de maneira mais harmoniosa e justa.

No decorrer dos anos, havendo tantas mudanças em relação ao contexto familiar, existiu muita insegurança e medo por não se ter certeza de fato se estas transformações e conquistas seriam reconhecidas e assim seus direitos assegurados, havendo assim uma necessidade de se por no papel os direitos e deveres que são tão relevante, as pessoas que compõe a nossa sociedade:

Até meados do século XX, pensava-se em família apenas quando existia a matrimonialização de um casal, ou seja, o casamento. Somente assim era dada a legitimidade ao fato, somente com as núpcias seria possível configurar uma família. Porém um ocorreu um

conjunto de movimentos que modificaram a sociedade tradicional e isso afetou profundamente a família, mas mesmo com todas mudanças acontecendo, de maneira alguma a família deixou de existir e por isso é considerada um fenômeno de longa duração, pois apesar de ouvir-se falar por várias vezes em decadência familiar, essa continua existindo apesar das mudanças pelas quais passam, essa continua existindo apesar das mudanças que a modificam, tornando-se assim possível acreditar que vale a pena e que é possível construir e manter a união quando esta é desejada de fato, e não importando de quem sejam os escolhidos para que façam parte do casal conjugal. (RUSYK, 2005, p. 78 e 92).

Após a Constituição de 1988 o Brasil passou a se adequar as leis que foram criadas dando direitos e deveres aos que deles precisavam. Assim, essas mudanças sociais que aconteceram no decorrer dos anos, que são muitas e variadas, ocorreram devido as simultaneidades existentes em decorrência dos fatores sociais e entre eles está o direito que oferece novas formas de vida, novas realidades que são descobertas e apanhadas no cotidiano das pessoas comuns e com isso, com a liberdade de expressão e de pensamento, conquistou-se o direito de conduzir a vida da melhor maneira que cada pessoa entenda possível.

Rusyk (2005), argumentou que pode se afirmar que o modelo de família (nuclear) que tinha como base o casal heterossexual formado por um homem e uma mulher foi marcado pela desigualdades no passado, o homem era o provedor e a mulher vinha com menor escolaridade e voltada apenas para a vida doméstica, onde cuidava da casa e da criação dos filhos. Vindo esta realidade, começar a ser mudada a partir da constituição de 1988. Reforçando esta realidade a Constituição Federal de 1988 estabeleceu regramentos regulamentando as novas possibilidades de famílias, reconhecendo igualdade entre homem e mulher (Art. 226, § 3º da CF/1988). A Carta Magna representa um marco na evolução do conceito família, abrindo possibilidade de reconhecimento para as uniões estáveis assim como para as uniões homo afetivas que buscavam proteção legal por parte do sistema jurídico a muito tempo, enquanto estão sendo aceitos pela sociedade. (ROUDINESCO, 2003).

E assim é nos dias atuais. As pessoas se envolvem, constituem uma família e consequentemente aumentam as diversidades, e caso não der certo acabam o relacionamento e recomeçam com outro (a) parceiro (a), sendo que nestes relacionamentos são gerados filhos aumentando assim o número e tipos de famílias existentes em nossa sociedade: Dessa maneira compreende-se que família está ocupando seu espaço na sociedade, de forma que é reconhecida como tal indiferente a maneira que é composta ou constituída, independente de

que é o parceiro ideal para esta ser composta, as pessoas tem obtido o direito de escolha para seguir e constituir seu circulo familiar de acordo com suas percepções e idealizações.

Ainda segundo Teperman(2010), uma grande porcentagem das crianças experimentou o rompimento de sua família, a separação dos pais durante sua frequência na escola, e essas modificações vem causando algumas preocupação e exigindo uma preparação maior das escolas para com seus alunos, pois, na maioria dos casos a escola acaba sendo uma segunda família para as crianças, as quais passam mais tempo nela que com seus próprios pais, influenciando de maneira direta na sua personalidade.

Sendo assim é inevitável que a escola apresente-se mais preparada do que a família para enfrentar estas mudanças, e uma relação saudável da escola e as famílias para um bom desempenho escolar de seus alunos é essencial pois, há na escola uma quantidade grande de diversidades culturais, são muitas pessoas envolvidas em um mesmo ambiente onde convivem juntas no dia a dia sendo que cada criança por exemplo, trás uma vivência particular de casa, uma cultura que já está inserida na sua educação particular.

Família e Escola: Alianças Cotidianas

Considerando as especificidades já citadas, demonstrar as possibilidades de contribuições que as diversas culturas possuem para o currículo escolar acaba não sendo uma tarefa muito fácil, uma vez que a quantidade de diferenças que existe neste meio é grande. Sabendo-se que a cada dia que passa as pessoas estão cada vez mais sociáveis e interagindo cada vez mais umas com as outras, influenciando-se assim mutuamente, acontece sim um aproveitamento destas diferenças culturais para o aumento da bagagem cultural de cada um e a escola é o principal canal de comunicação entre as maiores instituições envolvidas, ou seja, a família e a sociedade, pois é inevitável a passagem das crianças pelas escolas e enquanto isso , mudanças continuam acontecendo, Teperman (2012).

Por tratar-se de um assunto tão importante e relevante para a construção da sociedade e também para a educação, este trabalho de pesquisa aponta outros caminhos de exploração. Muito ainda há o que se produzir sobre o tema, pois, conforme Wagner(2011), não é incomum encontrar-se casais com baixos níveis de satisfação em sua vida conjugal que mantem seus casamentos alegando que é em função dos filhos, embora vivam em divergência continuam juntos com esta desculpa, por vezes envoltos de briga, discussões e ausências na

educação dos filhos, isso sabe-se que afeta negativamente os filhos. Seguindo esta reflexão entende-se que não existe família desestruturada, o que existem são famílias funcionais ou não funcionais.

Vagner (2011), coloca que estudiosos do tema sugerem que para modificar alguns aspectos dessa relação, é preciso que os profissionais envolvidos na educação aceitem que seu saber educativo não pode distanciar-se nem se colocar acima do saber das famílias.

Sugere, ainda, que é fundamental que se entenda que pais e professores, cada um no seu espaço, cumprem papéis diferentes e complementares na educação das crianças, pois a educação não se restringe ao ambiente escolar ou familiar. Ambas precisam andar juntas e aliadas na busca de um mesmo objetivo, neste caso, a educação das crianças.

Teperman (2012), disse que a expressão "família desestruturada" que circula no discurso social, é utilizada de maneira genérica, apontando insuficiência ou carência dos pais, reconhecendo neles os responsáveis pelos problemas dos filhos/alunos. Mas sabe-se que a personalidade da criança é construída ao longo de sua vida, onde outros meios influenciam de maneira importante a construção e na formação do individuo.

Seguindo este pensamento, Teperman(2012), reforça dizendo que a função materna abrange cuidados dirigidos à criança pequena de forma singular e não anônima, A criança precisa que um adulto lhe ofereça cuidados necessários para ela viver, sendo esta indefesa ainda, mas quando se fala em função, o que está em jogo não é a presença da mãe ou do pai, biológicos, mas que haja alguém que ocupe para a criança as referidas funções, com isso fica claro relacionar esta teoria com a realidade existente no nosso cotidiano, onde entende-se ser possível sim, haver a possibilidade de uma integração harmoniosa entre os personagens envolvidos no ambiente familiar, este sendo com filhos biológicos ou não, pois, o que realmente importa é que a família seja funcional antes de ser estruturada para que a criança chegue na escola com uma maior segurança.

Hoje em dia em muitas escolas vem se trabalhando o dia da família, onde os integrantes participam com seus filhos em atividades que são realizadas pelos pais, irmãos, avós ou outros integrantes que participam efetivamente na criação dos mesmos. Essa atitude reforça a ideia de que a escola vem se preocupando em manter bom relacionamento entre todos os componentes destas, da mesma forma que ressalta a importância de haver um maior contato destes com as crianças, mesmo que os eles não convivam diariamente numa relação mais íntima de convívio diário.

Compreende-se que não é do dia para a noite que uma cultura é transformada e ou aceita pela sociedade. Assim os diversos modelos de famílias também passam por uma certa rejeição ou aceitação pelos membros da sociedade que aos poucos vai avançando na conquista de seu espaço.

Pode-se perceber que aos poucos esse espaço vem ganhando uma força cada vez maior por parte dos casais homossexuais e também conseguindo a aceitação de uma grande parte da sociedade. Nos últimos tempos vem se observando acontecimentos importantes para a contribuição neste sentido, que é além da legalidade do casamento gay e da adoção de filhos pelos mesmos, a sociedade vem observando a mídia vem contribuindo fortemente em favor destas conjunturas familiares, ao retratar em seus programas e telenovelas a realidades existentes das múltiplas famílias na nossa sociedade onde o afeto substitui tradição, com isso percebe-se um declínio na rejeição por parte das pessoas em relação a esta realidade.

Considerações Finais

Com base no estudo realizado, pode-se dizer que a Sociedade é uma instituição dinâmica que cresce e evolui constantemente. Isto exige de todos nós uma adaptação constante aos novos modelos de configuração social, bem como da diversidade cultural, social e familiar que atualmente se desenha.

Ao analisar a diversidade familiar existente na sociedade contemporânea, entende-se que houve uma grande mudança em relação às composições familiares tradicionalmente existentes na sociedade.

Muitas conquistas vieram a ser determinantes para a evolução da sociedade. Entre estas conquistas estão os direitos adquiridos por parte das mulheres e das famílias compostas de modo diverso àquelas constituídas tradicionalmente em sociedade.

Embasando-se no trabalho realizado pode-se entender e confirmar que família e sociedade andam junta, uma dependendo da outra, precisando ambas adaptar-se constantemente para que haja uma evolução qualitativa na vida das pessoas

Para isso constatou-se a criação de leis, criadas a partir da constituição de 1988 em defesa das famílias constituídas fora dos padrões tradicionais existentes no início da sociedade, estes por sinal são muitos e variados e também leis de amparo ao divórcio ou as

pessoas que passam por essa situação, entre elas as famílias compostas por casais homossexuais, as quais sabe-se, ainda lutam por um espaço na sociedade.

Referências

BRASIL . **Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, p. 247, 1998.

CARVALHO, M. C. B. (org) [et al.] **A família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC / Cortez, 2002

GIDDENS, A. Sociologia. tradução Sandra Regina Nets. – 4. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROUDINESCO, E., 1944- **A família em desordem** / Elisabeth Roudinesco; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge ahar Ed., 2003

RUSYK, C. E. P. **Famílias simultâneas:** da unidade codificada à pluralidade constitucional. RJ: Renovar, 2005.

TEPERMAN, D. Educação Infantil. **PÁTIO**. Ano x, n. 32 jul/set 2012

WAGNER, A. **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisa e reflexões / Adriana Wagner...[et al.]. – Porto Alegre: Artmed, 2011.

ESTRATÉGIAS PARA A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA PREVENÇÃO DAS AÇÕES DE BULLYING

Dayane Agnolin [12]
Eva Grazieli dos Santos [13]
Denise Aparecida Martins Sponchiado [14]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Esta pesquisa é um recorte de uma monografia que traz a contribuição da ultima seção do trabalho do curso de pedagogia da URI-Erechim, realizada a partir da revisão de literatura a respeito do assunto. O objetivo é pacificar o convívio social dentro do contexto escolar atual que vem sofrendo com as ações nocivas do bullying. A discussão baseia-se na necessidade de estratégias de intervenções pedagógicas na prevenção das ações nocivas que o bullying alastra dentro do contexto escolar, como a ajuda da comunidade escolar se torna importante e necessária no combate ao bullying dentro do contexto escolar e como a família, docentes e escola devem agir perante seus educando, quando os mesmo forem indivíduos participantes de maneira direta e indireta das ações do bullying. Sugestões de estratégias pedagógicas e a importância das mesmas na vida escolar dos educados são ressaltadas e apontadas como ferramentas para a erradicação do bullying na escola.

Palavras-chave: Bullying. Prevenção. Contexto Escolar.

Introdução

O presente trabalho busca relatar a contribuição do trabalho de conclusão de curso desenvolvido através de revisão de literatura pelas acadêmicas do curso de pedagogia da Uri Campus de Erechim. A discussão aborda alternativas de estratégias para a intervenção pedagógica na prevenção das ações de bullying no contexto escolar.

No entanto, para que as estratégias de intervenção e prevenção possam fazer parte do contexto escolar, precisam ocorrer mudanças estruturais e humanas, utilizando-se como aliada a comunidade escolar em geral. Para uma sociedade com características tão profundas em

[12] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI Câmpus de Erechim. E-mail: day.agnolin@hotmail.com
[13] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI Câmpus de Erechim. E-mail: graziely65@hotmail.com
[14] Pedagoga. Mestre em Educação. Professora do Departamento de Ciências Humanas – URI Câmpus de Erechim.. E-mail: smdenise@uri.com.br

termos de desigualdade, a escola é o início de uma convivência social igualitária e justa para todos.

Diante disto busca-se alternativas pedagógicas para combater as ações de bullying no contexto escolar, acima de tudo buscando ações efetivas dentro do contexto escolar com a colaboração de toda a comunidade escolar.

Desenvolvimento

O bullying é uma ação que inserida no contexto escolar pode danificar e prejudicar indivíduos em todos os segmentos sociais, psicológicos e acadêmicos.

> Frente a esse problema, é de suma importância a conscientização dos professores, estudantes e familiares sobre a incidência do *bullying*. È necessário explicar o que é o *bullying*, elaborar programas de sensibilização sobre o tema e formar grupos com pessoas preparadas para a intervenção em casos de *bullying*. Os alunos devem criar regras de convivência e discuti-las com a equipe pedagógica, buscando soluções e respeitando as diferenças de cada um. Os pais também devem ser ouvido e orientados a colocar limites e estar cientes de que seus filhos, agressores ou agredidos, precisam de ajuda especializada. Este é um momento de aprendizado para todos e é imprescindível mostrar como se controlar, manter a calma e evitar comportamentos de violência. Após essa sensibilização, pode-se constituir uma comissão para implementar uma campanha de intervenção, tendo como função a coordenação do projeto. (GUARESCHI et.al, 2008, p.83)

O processo de intervenção nas escolas é complexo e deve envolver toda a comunidade escolar e deve estar definido no Projeto Educativo, visando implementar uma identidade própria numa instituição, afirma Pereira (2002, p. 173). Assim incluindo alunos, familiares, professores e todos que participem efetivamente no ambiente escolar.

O papel da família é de grande relevância no combate ao bullying escolar, pois a família é o primórdio das relações sociais das crianças, é aonde aprendem através de modelos como se relacionarem na sociedade, a família exerce influências tanto positivas como negativas.

> [...] a família de todos os envolvidos, não deve deixar que a situação seja resolvida somente pela escola, devendo contribuir com uma participação ativa. A participação familiar é definidora no desenvolvimento da estrutura psicológica e, portanto, os pais devem se comprometer a oferecer-lhe, desde seu nascimento, uma formação digna, respeitosa e saudável. (LEMOS, 2007, p. 72)

Um modo de prevenção para se realizar dentro da família é mostrar-se disponível a ajudar, ouvir, aconselhar e esclarecer o assunto da maneira mais eficaz possível. Além da disponibilidade de atenção, deve-se procurar profissionais preparados para atender seus filhos seja dentro ou fora da escola.

A família é tão importante no processo de prevenção e recuperação do indivíduo que está envolvido nas ações de bullying tanto quanto no desenvolvimento acadêmico, nada funcionará se na escola houver prevenção e na base familiar ainda houver bloqueios de relações.

Além da família manter uma relação amistosas com os envolvidos nas ações de bullying, a escola também deve manter uma relação sem bloqueios, pois a comunicação entre os profissionais que trabalham na mesma com os seus educandos são de extrema importância para identificar e combater as ações do bullying.

Dentro do contexto escolar o docente que nela se encontra deve estar preparado para realizar possíveis intervenção escolares, assim como a escola no geral também deve estar preparada. Para que as escolas possam realizar intervenções sobre as ações do bullying, deve-se reconhecer que na escola existe um problema para que se possa encontrar uma solução. Somente quando a comunidade escolar encarar o bullying como um problema grave e que o mesmo está instalado dentro da escola é que a prevenção realmente terá efeito.

Para que os docentes possam agir contra as ações de bullying dentro da sala de aula, os mesmos precisam obter conhecimentos suficientes para enfrentar as dificuldades que encontrará perante o assunto. Somente quando os docentes tiverem uma melhor compreensão sobre o bullying é que realmente a escola terá subsídios para iniciar a intervenção sobre o mesmo.

> Inúmeras iniciativas vêm sendo desenvolvidas nas mais diversas partes do mundo, visando sempre à melhoria da competência dos profissionais e da capacidade de intervenção social nas relações interpessoais, além da estimulação de comportamentos positivos, cooperativos e solidários. Tais iniciativas veem as escolas como sistemas dinâmicos e complexos, possuidoras de suas próprias peculiaridades, devendo-se respeitar as características culturais e sociais de seus componentes. Assim, cada escola possui sua realidade e a partir dela é que se devem desenvolver estratégias e ações cotidianas e contínuas. Dessa forma, todas as inciativas escolares empreendidas têm, como ponto comum, a ideia de que a violência pode ser evitada e, consequentemente, minimizado o seu impacto. (FANTE, 2012, p.92)

O papel do docente só será eficaz se a escola der o suporte necessário para o profissional que ali trabalha como formações, equipe externa de apoio, materiais adequados para trabalhar o assunto, assim a intervenção pedagógica será facilitada para todos os profissionais.

Algumas estratégias dentro da sala de aula auxiliam os docente na sondagem sobre as ações de bullying. Vídeos aulas e filmes são excelentes oportunidades para que os alunos possam expor o que entendem sobre o bullying.

O vídeo "A peste de Janice" é uma excelente maneira de introduzir o assunto bullying em sala de aula. O vídeo é baseado no conto "A peste de Janice" de Luis Augusto Fischer, o mesmo relata o dia a dia de Janice em uma escola de meninas de classe média alta, Janice é filha da faxineira do local e sofre com humilhações, deboches e comentários maldosos de suas colegas.

Sessões de filmes são estratégias que possibilitam mediações mais significativas sobre o tema, pois mostram as consequências que essas ações provocam nas vidas dos indivíduos que dela fazem parte.

O filme Bang bang, você morreu (2002), de direção de Guy Ferland relata a triste história de um adolescente que sofre bullying na escola e relata através de vídeos os momentos e atormentados pelo bullying dentro e fora da escola. Neste filme ainda demonstra a importância da relação da família e do professor com os educandos.

A estratégia para intervenção do bullying deve ser pensadas para a realidade em que a escola está inserida para a sua realização seja realmente eficaz no combate ao bullying.

Quanto antes e maior forem as iniciativas das escolas em aceitar e diagnosticar o bullying como um problema a ser enfrentado e encarado de maneira direta e objetiva, melhor será o ambiente escolar em todos os aspectos e para todos que nele participam e como consequência a educação será realmente para todos, visando um cidadão crítico e ativo perante a sociedade.

Considerações Finais

Diante do exposto, considera-se necessário que se faça a intervenção do bullying nas escolas, pois todos que convivem com o mesmo acabam sendo prejudicados, o ambiente

escolar precisa ser o mais saudável possível aonde as relações estabelecida sejam pacificas para que o desenvolvimento do educando seja mais adequado e amplo possível.

> O fenômeno bullying é uma realidade no meio escolar, portanto faz-se necessário refletir as práticas pedagógicas no intuito de, não apenas de ter acesso ao conhecimento científico, mas também na formação da cidadania, na prática do auto-respeito, da auto-estima, no conhecimento e prática da ética e valorização do ser humano e da diversidade de suas representações sociais, na busca de formar pessoas firmes e decididas, capazes de representar e re-apresentar seus sentimentos, conhecimentos e posturas, melhores preparadas, para dizer não ao fenômeno bullying, ou seja, agindo de forma significativa. Sem dúvida, a escola pode contribuir muito para essa tarefa. (PEREIRA e RODRIGUES, 2012, p. 131)

Outro ponto importante a considerar é a importância do papel desenvolvido pela família, pois as relações sociais e a cultura repassada pela família intervê de maneira significativa nas relações que os educandos irão estabelecer no contexto escolar e como a família é importante na prevenção e recuperação do indivíduos participantes das ações de bullying.

Portanto a necessidade de um intervenção pedagógica na prevenção o bullying escolar é a maneira mais eficaz para se atingir objetivo positivos em relação a ações nocivas do bullying. Deseja-se que com a elaboração e execução das estratégias pedagógicas as escolas possa realizar realmente seu objetivo de realizar uma educação de igualdade, respeito e que seja considerada benéfica para todos.

Referências

FANTE, C. Fenômeno **Bullying:** Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 7ª edição. Campinas SP: Verus Editora, 2012.

GUARESCHI, P. A. SILVA, M. R. da. **Bullying mais sério do que se imagina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

LEMOS, A. C. M. Uma visão psicopedagógica do bullying escolar. **Revista Psicopedagogia**. Brasília, p.68-75, 2007.

PEREIRA, B. O. **Para uma escola sem violência:** estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PEREIRA, G. R.; RODRIGUES,T. D. O bullying no ambito escolar: algumas reflexões. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.3, n.9, p.122-132, 2012.

A RELAÇÃO FAMILIA X ESCOLA: O IMPACTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS

Bruna Samoyedem [15]
Franciele Marques [16]
Luana Jenifer Santin Mariani [17]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Perante as inúmeras mudanças sociais que o mundo vem enfrentando em todos os âmbitos da sociedade, surge a necessidade de uma reflexão acerca das influências de tais mudanças também no contexto das relações estabelecidas entre família e escola e, portando, na educação. Parte-se do pressuposto que, há uma intrínseca necessidade de garantir as relações família e escola para a melhoria da qualidade do ensino. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo abordar aspectos acerca das transformações da sociedade atual, para tentar entender e analisar se tais mudanças influenciam e modificam a relação família e escola e, consequentemente, a educação. A metodologia da presente pesquisa consiste em uma reflexão bibliográfica, fundamentada no diálogo, interpretação e argumentação dos autores com fichamento de cada obra, ressaltando os pontos principais e de relevância para fundamentação do tema.

Palavras-chave: Sociedade. Transformação. Relação família e escola.

Introdução

A sociedade atual, denominada de diferentes formas por distintos autores, é uma sociedade complexa e, portanto, imprevisível de transformações e cheia de desafios, de novidades e de riscos que permeiam a vida dos sujeitos, desencadeando assim, os desafios da educação contemporânea. Tais desafios aparecem estampados diariamente, seja nos noticiários, nas reportagens, nos livros, seja nas preocupações diárias dos professores, no cotidiano escolar, onde, em meio a tantas mudanças se produz a 'desreferencialização' da

[15] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: bruna-samoyedem@hotmail.com
[16] Pedagoga. Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: francielemarques@uricer.edu.br
[17] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: luly_santin@hotmail.com

educação. Neste sentido, como coloca Kuhn (2011), "[…] pensar a educação em tempos de fluidez é relevante, pois estão em jogo o indivíduo, o cidadão e a sociedade que fazemos parte."

A presente pesquisa, desta forma, justifica-se pela relevância da temática apresentada, haja vista as inúmeras mudanças sociais que o mundo vem enfrentando, mudanças estas que abrangem todos os âmbitos da sociedade, fundamentando-se a necessidade de refletir acerca da relação família e escola e seus novos papéis perante a sociedade. A hipótese que se apresenta é de que essas mudanças ocorridas na sociedade têm um rebatimento importante sobre a família brasileira, o que reflete no processo educativo escolar, tornando essa relação, na atualidade, um tanto complexa, mas muito necessária.

O Contexto Atual: uma Breve Caracterização

A sociedade atual rompeu inúmeros paradigmas e vem evoluindo e modificando-se impulsionada pela modernização. Em tempos de sociedade pós-moderna, os referencias ou tudo que era tradicional e concreto são derretidos e vão dando novos moldes e novos sentidos, surgindo desta forma, também, um novo contexto, onde as transformações são cada vez mais rápidas, dinâmicas, profundas.

Neste panorama, Bauman (2001) descreve que se vive uma modernidade que pode ser vista, ou tida, como modernidade líquida, onde as transformações advêm rapidamente, mudando conceitos e valores que se tinham como princípios, sendo assim, destaca-se uma sociedade que não mantém a forma, não é estável, mas é marcada por transformações, desestabilidades, construções e desconstruções. Essa liquidez, por sua vez, perpassa pelo contexto das relações, interferindo significativamente nas construções sociais de cada sujeito.

> Os tempos são "líquidos" porque tudo muda tão rapidamente. Nada é feito para durar, para ser "sólido". As relações (pessoais, trabalho, e em comunidade, em conjunto) sociais não são mais estáveis, concretas duráveis. Com a globalização e a abertura social, por ser incompleta, tornou-se uma "sociedade impotente como nunca antes", tem dificuldade em decidir com certeza o caminho a seguir. (BAUMAN, 2007, p.13)

Por não manter mais estas formas, a sociedade como um todo torna-se líquida, porque tudo transforma-se rapidamente, não há tempo suficiente para se solidificar, nada é feito para durar, sejam mercadorias, trabalho, e até mesmo as relações sociais, não mantêm a forma por muito tempo, e assim vão se moldando novos padrões, concepções e consequentemente uma vida líquida.

> A "vida líquida" e a "modernidade líquida" estão intimamente lidas. A "vida líquida" é uma forma de vida que tende a ser levada a frente numa sociedade líquido-moderna. "líquido-moderna" é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e a da sociedade se alimentam e revigoram -se mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo. (BAUMAN, 2007, p.07)

Os principais marcos dessa vida líquida são a incerteza, a insegurança, este é o novo estilo de vida, complexo e plural, desde os valores mais importantes da vida, tornaram-se momentâneos e mercadológicos, pois os indivíduos precisam estar se adaptando e sendo flexíveis conforme as mudanças sociais, os valores são tomados pelo individualismo onde cada um precisa encontrar e moldar sua própria identidade e buscam o referencial nas prateleiras das lojas e comerciais de televisão tornando-se objetos de consumo, pois nessa sociedade incerta, sem padrões a resposta da satisfação se encontra no consumismo.

Percebe-se que nessa sociedade líquida, nesta vida líquida, as "relações são de bolso", instantâneas e de curta duração, os valores sociais são tomados pelo individualismo exacerbado, sendo que também passam a ser materializados, mercadológicos, e influenciam também abruptamente no contexto familiar, fazendo das relações no interior deste contexto, também líquidas.

Nesse contexto, as vidas humanas são transformadas em objetos de consumo. O ser humano deixa de ser sujeito e passa a ser objeto na relação de compra e venda, pois, em uma sociedade incerta, o consumo aparece como resposta à satisfação das ansiedades dos indivíduos. E assim todos dominam a arte de viver no labirinto, nessa nova sociedade, sem padrão, sem referências, em meio à desorientação e a crise de identidade, de formação da personalidade

Perante este novo contexto social encontram-se a escola e a família, moldando-se e transformando-se conforme o molde social vigente, ambas perdem as suas tradições e culpam-se mesmo sem saber quais são os seus papeis, prejudicando principalmente os filho/alunos que são o centro deste processo. Isto acontece, pelo fato de viverem e serem influenciadas pelo contexto social, da mesma forma passarão por mudanças que modificarão as relações entre elas, nos levando a entender o porque da tão difícil relação entre família e escola.

O Impacto das Mudanças Sociais na Relação Família e Escola

Pode-se observar os impactos que modificaram a sociedade atual, inúmeros modificaram a vida nesta sociedade e por este motivo, também as relações entre filhos, pais e principalmente escola, pois ambos são formados e construídos socialmente, fazem parte deste contexto e transformam-se conforme as exigências sociais, como colocou Gasparin et. al. (2011, p. 3) "Como todas as instituições de nossa sociedade, a escola e a família estão passando por transformações tão profundas que se torna cada vez mais difícil identificarmos os papéis e as responsabilidades específicas de cada uma delas."

Essas mudanças passam a acontecer primeiramente pela perda de referência e formação da identidade do sujeito, que vive agora em uma sociedade líquida, onde sofre-se com a presença marcante do efêmero, com a sensação de insegurança, com o consumo em excesso e competição, bem como, com o enfraquecimento das autoridades e o surto da individualização.

Neste mesmo sentido, Lino (2012, p.22), aponta que:

> […] neste mundo contemporâneo, a família deixou de ser "unidade de produção" para assumir o papel de "unidade de consumo" proveniente, principalmente, pela perda do sentido de tradição. Por conta disso, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho antes vividos por meio de papéis pré-estabelecidos passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade prevalece e adquire cada vez mais importância social implicações nas relações familiares.

Neste momento que a família deixa de ser a reprodutora de construções de valores e passa a ser reprodutora do consumir, onde o comprar substitui o afeto, o carinho e a falta de

tempo que a família possui para conviver com as crianças e assim desenvolve-se uma mudança de valores como cita Agostini (2008), "[…] uma mudança de valores, sendo o "ter" e o "prazer" de consumir os impulsos que comandam a vida." O "ser" pai e mãe passa a ser substituído por "comprar". Parolin (2005, p.60), descreveu que além de a autoridade se tornar vaga o desenvolvimento de valores, de métodos avaliativos que a família utiliza, passam a acontecer por esse contexto mercadológico, prejudicando tanto o filho, quanto o aluno em sala de aula e como um sujeito integrante da sociedade, quando tudo torna-se um apelo emocional, comprados com prêmios, ganhos e perdas.

A escola, assim, encontra dificuldades de trabalhar com esses alunos que não veem a educação como papel de construção de conhecimento, que não valorizam os saberes, os professores e a educação, e sendo assim, essa também possui a visão de mercadoria, perde a sua autoridade na formação de valores e respeito. Os filhos são mais livres e tem a visão de que tudo pode resolver-se pelo comprar, o diálogo e a reflexão são deixados de lado. A escola recebe agora alunos com menos respeito, menos regras e, mais individualistas e consumistas.

> Quando crianças e jovens não recebem limites, não entendem o trânsito social, os papeis e o funcionamento do mundo. A criança não percebe o outro como alguém igualmente importante. Ela fica centrada em si mesma, em suas coisas, em seus desejos em seu ponto de vista, tornando-se incapaz de compreender situações e fazer leituras sociais. (PAROLIN, 2005, p.55)

Tal postura familiar não influencia somente nas relações desses indivíduos com a escola e, portanto, com o processo de ensino-aprendizagem, mas com toda a sociedade de modo geral, e assim, os valores de educação passam a ser difusos, e a família moderna, líquida, individualista e consumista, repassa para a escola todo o dever e a responsabilidade de educar.

Os papeis de pais e de professores passam a ser também substituídos e a autoridade dá lugar a um diálogo vago, ao comprar, onde este é visto como a valorização de coisas positivas, dar o que os filhos pedem se tiverem boas condutas e boas notas, ganhar o que desejam, e como forma de castigo a privatização de coisas materiais. Sem muito diálogo, a

construção da educação e a formação de valores acontecem sem construção de valores significativos, mas valores que são constituídos no ato de comprar, de ganhar e de possuir.

A educação também passa por crises, por mudanças, como já citadas, decorrentes das transformações sociais que influenciam e modificam desde os sujeitos até as estruturas de funcionamento da sociedade e os novos papéis que essa exige que a escola se adapte e participe dessas mudanças. Tedesco (2002, p.13), relata que toda essa crise que envolve a educação perpassa as insatisfações dentro do contexto escolar, mas que abrange sim todos os contextos sociais:

> A crise da educação já não se apresenta como um fenômeno de insatisfação no cumprimento das demandas relativamente estabelecidas, mas com uma expressão particular de crise do conjunto das instancias da estrutura social: desde mercado de trabalho e o sistema administrativo até o sistema político, a família e o sistema de valores e crenças.

As dificuldades que, tanto família quanto escola possuem são as mesmas, seja economicamente de possuir valores materiais, seja de (re) estruturação e até mesmo de perda de autoridade e diálogo. Desta maneira que se chega à reflexão que as mudanças que ocorrem na família e na escola partem das mudanças que ocorrem na sociedade, que ambas perderam seus papeis, que vivem hoje essa sociedade líquida, essa vida líquida onde não existem mais padrões pré-estabelecidos, mas que é preciso criar novas formas modelos e padrões para se encaixarem na nova conjuntura social. Se o indivíduo possui dificuldade em encontrar a sua identidade imagine a escola e a família que são as principais formadoras e integrastes dos grupos sociais?

Por fim analisa-se que vivemos em uma sociedade líquida, sem tradição, que por este motivo desenvolveu uma crise na família, por viver esses aspectos dessa modernidade, que encontra-se desestruturada procurando se adaptar e reestruturar-se conforme o recipiente atual, ocasionando assim uma crise na escola por perdas de sentidos, que ocorrem na família na sua estrutura, e perdas de sentido da educação em relação à família, alunos/filhos e sociedade, sem contar que da mesma forma precisa se reestruturar novamente.

Família e Escola: Uma Relação Necessária

Para a educação se tornar significativa, ela precisa estar em contexto com a sociedade, suas mudanças, com conhecimentos atualizados, onde o conhecimento não seja meramente repassado, mas seja apreendido, nessas condições ao se desenvolver a parceria de família e de escola, os conhecimentos estarão tendo mais sentido, pois a família em conjunto com a escola estará canalizando os anseios da sociedade atual, tornando a educação mais significativa, como colocou Abreu (2012, p.18):

> A família é bastante importante na educação. A relação entre a escola e a família encontra-se ligada às mudanças sociais, à vida em sociedade, à formação do cidadão, etc.. Se não existirem famílias bem constituídas, nem escolas bem organizadas, não se encontrarão pessoas civilizadas. A educação da criança compete aos professores e a todos aqueles que são modelos da vida social, sendo assim, a família tem de estar incluída nos processos educativos, esta tem como função completar a escola.

A parceria dá nova dimensão e sentido à educação, aonde também tende a fortalecer-se e os alunos apresentarão resultados mais positivos, desde as questões de ensino e aprendizagem, até mesmo as questões de educação e valores, pois as duas instituições mais importantes de interação e integração social estarão juntas buscando a formação integral desses filhos/alunos.

A nossa sociedade carece de coletividade, de parcerias, de achar sentido e amparo, se essa parceria se idealizar se observará que não haverá somente contribuição para os filhos/alunos e a educação, mas tanto a escola quanto a família juntas auxiliar-se-ão perante todos os problemas sociais que se encontram hoje.

> Como a escola é uma instituição que se propõe a formar cidadãos, torna-se necessário construir uma relação de diálogo, onde exista entre família e escola uma troca de saberes. E como em qualquer relação é necessário que exista compreensão. É necessário que uma instituição saiba escutar a outra, e, principalmente, respeitar e compreender as ideias, crenças e valores diferentes, tornando-se complementares, integradoras. (TAVARES, 2013, p.51)

Enfim, a busca dessa parceria é necessária, pois a escola como sendo agente e mediadora de conhecimentos e transformadora social, precisa do amparo e parceria da família para que ambas desenvolvam a criança integralmente, que em conjuntos criem e desenvolvam

melhores condições futuras e até mesmo, quem sabe, uma sociedade melhor, mais cooperativa e menos individualistas com igualdade e direitos iguais a todos.

> A busca de uma boa relação entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo que tem como foco a criança. Além disso, a escola também exerce uma função educativa junto aos pais, discutindo, informando, aconselhando, encaminhando os mais diversos assuntos, para que família e escola, em colaboração mútua, possam promover uma educação integral da criança. Uma relação baseada na divisão do trabalho de educação de crianças e jovens, envolvendo expectativas recíprocas. (REIS, 2010, p.22)

Expectativas recíprocas de um futuro e de uma educação melhor frente à sociedade líquida e frágil de hoje, parceria que se finda no objetivo de uma educação que atenda as necessidades de ensinar conteúdos, habilidades e competências e principalmente para desempenharem um bom papel na sociedade. Uma educação, uma formação "um molde social" que não se concretiza somente na escola, mas na parceria necessária da família com a escola, que visam os mesmo objetivos em busca do sucesso dos filhos/aluno.

Considerações Finais

Como exposto percebe-se grandes influencias, mudanças e desafios que a sociedade em seu desenvolvimento e crescimento trouxe a família e a escola, percebendo que essa crise se inicia com a crise da sociedade, de perda de tradição e emergir da modernidade líquida, solúvel, rápida e fusas, que traz a crise da família, que ocasiona a crise na escola por todas as influências e mudanças de uma sociedade que não possui nenhum referencial e também se molda conforme o crescimento e a modernização.

Durante a realização da presente pesquisa, percebe-se o quanto as mudanças impulsionam e influenciam os indivíduos, que modificam as relações sociais e que, consequentemente, modificam as estruturas familiares e também o contexto da escola, ou seja, influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem, na formação de indivíduos críticos, reflexivos e agentes sociais de transformação. A relação entre ambas faz-se muito necessária, pois como citamos inúmeras vezes, uma educação de qualidade e de sentido não se faz sozinha, mas necessita do conjunto das instituições que são as principais e mais importantes disseminadoras dos conhecimentos e formação social.

> Participação familiar é uma necessidade contemporânea e almejada por todos que fazem parte do contexto escolar. Daí a importância voltada para identificar essa possível falta de participação da família no contexto escolar. Porque educar é uma função de todo nós e quando a família participa da educação da criança, elas podem sair-se muito melhor na escola e na vida. (REIS, 2010, p.12)

É neste sentido que Brandão (2007, p.99) escreveu e pensou o reinventar a educação, algo que abrange conhecimentos e métodos e que influencia a vida e a sociedade, onde destaca,

> […] reinventar, mais do que só a educação, a sua própria vida social. O mais importante nessa palavra, "reinventar", é a ideia de que a educação é uma invenção humana e, se em algum lugar foi feita um dia de um modo, pode ser mais adiante refeita de outro, diferente, diversos, até oposto.

Sendo assim sociedade família e escola são as três instituições que mais influenciam na vida do ser humano e que se transformam conjuntamente. É impossível pensar transformações sem levar em consideração esses três elementos, onde ambos evoluem, apresentando sempre os mesmo objetivos, onde um reforça e transmite o que a sociedade visa dos indivíduos que nela vivem e a família e a escola são as principais transmissoras e formadoras, por isso a parceria se faz indispensavelmente necessária para um futuro melhor e promissor de nossos filhos/alunos.

Referências

ABREU, A. C. A. **A importância da cooperação entre a família e a escola – Um Estudo de Caso**. Castelo Branco: IPCB, 2012.

AGOSTINI, F. N. Pós-modernismo e Ser Humano. São Paulo: **Revista de Cultura Teológica,** v.16, n.63, abr./jun., 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GASPARIN, J. L.; MAIA, R. B.S. **Um novo educador para uma nova relação professor-aluno na escola contemporânea**. Maringa, CONPE, 2011.

KUHN, M. **Desreferencialização**: Educação e Escola na Modernidade Líquida. Ijuí: UNIJUI, 2011.

LINO, M. V. A contemporaneidade e seus impactos nas relações familiares. Rio de Janeiro: **Revistas IGT**, v.6, n.10, 2009.

PAROLIN, I. **Professores formadores**: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem. Curitiba: Positivo, 2005.

REIS, L. P. C. **A participação da família no contexto escolar**. Salvador, UNEB, 2010.

TAVARES, C. M. M.; NOGUEIRA, M. de O. Relação família-escola: possibilidades e desafios para a construção de uma parceria. Belo Horizonte. **Revista Formação Docente**, v.5, n.1, jan/jun, 2013.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo**. Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2002.

GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ELO ENTRE A PARCERIA DE FAMÍLIA E ESCOLA

Luana Jenifer Santin Mariani [18]
Denise Aparecida Martins Sponchiado [19]
Bruna Kátia Samoyedem [20]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO

Este artigo é recorte de uma monografia de conclusão de curso de pedagogia da URI- Campus de Erechim. A escola perpassa por uma nova visão, por mudanças que abrangem em todos os sentidos, desta forma o presente trabalho vem com o intuito de estudar a gestão democrática como sendo o principal artefato para essas modificações, destacando-se como o elo entre família e escola, na busca de uma educação de qualidade. Perante as inúmeras mudanças sociais que o mundo vem enfrentando, percebe-se que muitas influenciaram e modificaram as relações sociais bem como a relação entre família e escola. Com base em pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, realizada mediante leitura sistemática, com fichamento de cada obra, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão. Sendo assim, acredita-se que a gestão democrática é hoje um dos principais pilares para desenvolver uma educação de qualidade e que esteja em sintonia com a sociedade.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Família e escola. Educação de qualidade.

Introdução

O presente trabalho é um estudo sobre a Gestão Democrática e o elo que este propõe entre as relações família e escola. Este trabalho tem por objetivo analisar a Gestão Democrática, compreendendo os benefícios que a mesma pode trazer para o espaço escolar, melhorando as relações entre a comunidade escolar e principalmente as famílias, público este

[18] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: luly_santin@hotmail.com
[19] Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: smdenise@uricer.edu.br
[20] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: bruna_samoyedem@hotmail.com

que cada vez mais esta difícil de ser conquistado para uma participação ativa nas tomadas de decisões das escolas.

Almeja-se que a escola trilhe sempre o melhor caminho, colha sempre os melhores frutos, viva sempre as melhores experiências, e para que isto aconteça, é fato de que a Gestão Democrática precisa existir, mesmo ela sendo um grande desafio ela não se torna impossível, ela se torna eficaz para se ter uma educação de qualidade e a proximidade das famílias. Todos os profissionais da educação necessitam conhecer mais a respeito da Gestão Democrática, como ela funciona e principalmente o que ela é, conceito que muitos sofrem em definir, causando uma má impressão acerca do que é a Gestão Democrática.

Desenvolvimento

Fala-se e ouve-se muito de que o objetivo da escola é o de formar um estudante para a vida, formando um ser pensante, que tenha voz e vez, que seja protagonista de sua própria história, resumindo que democraticamente torne-se um cidadão ativo e reflexivo.

Deste modo é indispensável à parceria entre a família e a escola, para que conjuntamente elaborem metas e as alcancem, pois a família tem função primordial em canalizar, repassar os anseios da sociedade, para formação de um sujeito crítico e reflexivo perante ela.

Nessas circunstâncias, cabe lembrar que um dos maiores desafios das escolas é o de trazer as famílias para o ambiente escolar, sendo assim é notório que a Gestão Democrática pode possibilitar a solução dessa problematização, cabendo apenas ao grupo escolar fazer de sua administração uma gestão.

Neste sentido Paro afirmou que:

> Considero uma providência dessa natureza de fundamental importância na medida em que rompe com a ideia de que os problemas escolares podem ser resolvidos nos estritos limites da escola, e procura, ao mesmo tempo, propiciar condições de participação concretas das camadas trabalhadoras no sentido deque aceita a necessidade, da participação efetiva dos trabalhadores nas decisões que dizem respeito a educação de seus filhos e buscam-se os mecanismos necessários a distribuição da autoridade no interior da escola. (PARO, 2001, p.14).

Sabe-se bem, que o processo de ensino aprendizagem não começa na escola e nem se encerra nela, pois este acontece dia após dia, não se resumindo ao letramento ou alfabetização, pois é um processo longo que envolve diversos fatores sendo um deles a relação entre a família e a escola, que de fato só se findará se houver uma Gestão Democrática que vise estes objetivos e a democratização de ensino.

> Para a formação plena do indivíduo, é importante que a família e a escola estejam juntas nesta tarefa árdua de educar o cidadão para o futuro, promovendo a autoconfiança, um ser crítico, sua socialização e o respeito mútuo dentro da sociedade em que vive, buscando a formação plena do indivíduo em todas as suas potencialidades, para isso é importante: escola e família intrinsecamente interligadas neste contexto. (NASCIMENTO, 2011, p.11)

Pode-se observar, e como Nascimento expos, as escolas tem um grande desafio pela frente. Um desafio de reformular sua educação e principalmente a sua forma de administrar, sendo assim a Gestão Democrática entra em contra partida para que haja maiores interesses tanto pela família, quanto pela escola, pois é desta parceria que resultará uma educação de fato cidadã, que vise, almeje e busque em parceria uma sociedade mais justa, igualitária que advém desta prática participativa e democrática, bem como nos colocou Santana et. al. (2014, p. 3):

> Quando falamos em democracia, é necessário se definir em que setores a gestão democrática é autenticada e desejada, quando este setor está a favor da participação, isto é, a participação deve ser desejada por aqueles que acreditam na educação como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da mesma e da sociedade, pois é o verdadeiro exercício de cidadania e a participação autêntica que ajuda a implantação de uma escola verdadeiramente democrática.

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta em seus textos legais, o direito, acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos na educação, mas não se é refletido sobre os métodos que são utilizados pelas escolas, para alcançar tais objetivos descritos em leis.

Luck (2007), em uma de suas obras, também salienta que Gestão Democrática é um novo desafio, sendo ela uma estratégia para melhorar a qualidade pedagógica, garantir ao currículo escolar maior sentido de realidade, aumentar o profissionalismo dos professores,

motivar o apoio das comunidades escolares e desenvolver objetivos comuns na comunidade escolar.

Com este enfoque percebe-se, que a Gestão Democrática não é somente um princípio pedagógico, mas também um preceito constitucional, com ênfase àquelas que tratam sobre o direito da criança e do adolescente à educação e a participação da família na escola, ressaltando a importância da interação escola-família na busca de uma melhor qualidade do ensino.

Ao apontar o direito da criança e adolescente à educação a Constituição Federal de 1988 no artigo 205 determina que

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, p. 1988).

Conclui-se muito bem, como exposto na lei, que a educação é garantia da família e da escola, deste modo como não haverá a parceria entre elas?

Desta forma, se torna imprescindível que a escola estabeleça uma parceria com as famílias, o que leva à necessária implementação de uma gestão democrática nas instituições de ensino. Bem como em seu artigo 206, a Constituição Federal de 1988 também inclui no Inciso VI, a "gestão democrática do ensino público" e estabelece no parágrafo único do artigo primeiro que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente", entendendo a participação social e popular como princípio fundamental à democracia.

Por todos esses motivos, e por cumprimento da lei, a gestão democrática além de ser essencial para uma gestão de qualidade na escola, visa essa ligação da comunidade escolar, ou seja, necessita da parceria de família e escola para poder alcançar todos os objetivos, formando sujeitos que estejam cada vez mais preparados para viver em sociedade. Ishida et al. (2014, p. 5) segue esta linha de pensamento ao afirmar que:

> [...] para garantir o direito da criança e adolescente à educação é fundamental a efetividade da gestão democrática. O Estado e a família são os principais responsáveis pelo cumprimento desse direito, tornando fundamental a interação escola-família. Esse trabalho colaborativo se desenvolve em parceria, e se materializa nas práticas democráticas de gestão escolar.

Sendo assim, a escola é um espaço social que celebra a aprendizagem, vive o encanto da construção da emancipação humana, consolida relações, contribui pra a humanidade. E pela gestão democrática se garante uma prática da construção emancipadora da existência das pessoas e da humanidade. (PARO, 1998.)

A partir disto pode-se conceituar uma escola democrática como aquela que está aberta ao diálogo com toda comunidade escolar. Em uma escola democrática não pode faltar o comum acordo entre os diferentes membros da comunidade escolar, através, justamente, da participação ativa na construção de propostas e alternativas que fortaleçam a união em torno da gestão.

Por esse motivo a Gestão Democrática é tão importante, essencial e indispensável nas escolas, pois ela propõe uma educação com relevante valor social, pois será a partir de uma ação coletiva que as mudanças poderão acontecer, onde todos os indivíduos estarão envolvidos no processo, até pelo fato que a educação, o conhecimento, a aprendizagem e o saber, não são de poder único da escola, mas acontece no dia a dia, na convivência com o outro, e que busca realmente preparar alunos-cidadão, que estejam prontos pra viver em sociedade, que sejam reflexivos perante ela e principalmente participativos.

É com o início de uma gestão participativa, que desenvolveremos uma sociedade mais participativa, neste sentido a Gestão Democrática é um grande desafio para todos, mas que evidentemente possibilita uma educação de qualidade para todos os envolvidos no processo educativo, e principalmente uma melhor e maior relação entre a família e a escola, é com este enfoque que Santana et al. (2014, p. 2) descreveu:

> Sabendo que a educação é um continuo processo que se desenvolve na família e no meio social, por meio de um olhar crítico busca-se apontar que a participação da família ajuda no processo ensino-aprendizado e a interação entre ambas neste trabalho conjunto, contribui para a formação integral do aluno, pois esta participação é prevista por lei. É necessário que o gestor favoreça e seja mediador nesta parceria, e como pode atuar para melhorar a participação, para alcançamos uma educação de qualidade.

É nessa direção que a gestão democrática encontra o seu mais amplo sentido, pois implica a construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária, em que os cidadãos atuem como participantes desse processo, articulando o mundo de dentro da escola

(professores) e de fora dela (pais), pois como cita Beserra (2013), "[…] a família e os educadores precisam ter consciência que eles são os modelos de aprendizagem das crianças" para assim desenvolverem uma educação de qualidade e cidadã. A gestão democrática nas escolas é um dos principais artefatos para que ocorra essa formação cidadã onde se desenvolverá uma sociedade menos desigual, como coloca Gadotti (2014, p. 6):

> O princípio da gestão democrática não deve ser entendido apenas como prática participativa e descentralização do poder, mas como radicalização da democracia, como uma estratégia de superação do autoritarismo, do patrimonialismo, do individualismo e das desigualdades sociais.

Ao desenvolver a Gestão democrática da escola, se observará que essa parceria, de união e fortalecimento da escola com a comunidade resultará em uma nova dimensão e sentido para à educação, aonde também fortalecerá os estudantes envolvidos no processo, pois sentirão e observarão que a família os acompanha, apresentando assim resultados mais positivos, desde as questões de ensino e aprendizagem, até mesmo as questões de educação e valores, pois as duas instituições mais importantes de interação e integração social estarão juntas buscando a formação integral desses filhos/alunos.

A nossa sociedade carece de coletividade, de parcerias, de achar sentido e amparo, se essa parceria se idealizar se observará que não haverá somente contribuição para os filhos/alunos e a educação, mas tanto a escola quanto a família juntas auxiliar-se-ão perante todos os problemas sociais que se encontram hoje.

> Como a escola é uma instituição que se propõe a formar cidadãos, torna-se necessário construir uma relação de diálogo, onde exista entre família e escola uma troca de saberes. E como em qualquer relação é necessário que exista compreensão. É necessário que uma instituição saiba escutar a outra, e, principalmente, respeitar e compreender as ideias, crenças e valores diferentes, tornando-se complementares, integradoras. (TAVARES et al., 2013, p.51)

Integrar, a gestão vem com este enfoque, vem se opor ao que é tradicional nas escolas, tornando-se uma atividade colaborativa, de cunho participativo e extremamente aberto, preocupando-se com as transformações do ambiente escolar. Sem contar, que busca a qualidade da educação, na formação de cidadão que estejam cotidianamente integrando

conhecimentos escolares com conhecimento de mundo, onde a família seja a ponte que une esses conhecimentos para formação de mundo, melhor mais junto e igualitário.

Dentro deste contexto, é fácil fazer uma ligação sobre o que é importante em uma escola, o que realmente faz a diferença e se proponha a trazer resultados para o âmbito escolar, a arma mais poderosa que falta para uma educação promissora, emancipadora, e de qualidade esta em nossas mãos o que resta é sair do comodismo, não ter medo de desafios e realmente querer mudanças, esta arma nada mais é do que a de pelo menos tentar englobar a Gestão Democrática nas escolas, pois é desta maneira que trará mais facilmente as famílias para o contexto educacional, sendo esta o principal elo que as escolas precisam ter.

Desta forma, percebe-se então que a Gestão Democrática exige uma ruptura do que antes era considerado certo, para o novo incluindo maior participação de todos que formam o grupo escolar, ultrapassando fronteiras e buscando novos rumos para a educação. Segundo Veiga (1995, p. 67): "A gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos das escolas nas decisões/ações administrativo pedagógicos ali desenvolvidos."

Não há dúvidas de que romper paradigmas, não é fácil, ainda mais quando a sociedade impõe um modelo a seguir, mas sabe-se que quando se trata de mudar para o que é melhor todos os esforços valem a pena. Conforme Freire (1995, p. 25) "[...] não se muda a "cara" da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente".

Portanto resgatar a importância da escola, demonstrar a todos que a mesma precisa da colaboração mútua de todos e agir de forma democrática e não autoritária, talvez possa reinventar uma nova escola, moldando uma nova sociedade.

A democratização no ambiente escolar ainda é um processo em construção, mas a escola já evoluiu muito, por isso é preciso acreditar nas novas possibilidades e crer no poder da educação, e principalmente o poder que as famílias tem para auxiliar a escola nesse processo tão difícil como é a educação, é sim importante que os muros das escolas sejam derrubados e novas forças sejam restabelecidas, unir família e escola é possível principalmente quando se há uma Gestão Democrática, pois como já se havia falado, Barbosa (2013, p. 50) salienta:

> A educação não se confina as escolas, e a responsabilidade de educar esta longe de esgotar-se nas instituições escolares. Se queremos a educação como alavanca do desenvolvimento humano, e se este há de consistir, no presente momento, na capacitação das pessoas para valores pós-materialistas, então, deixemos de sequestrar a educação nas escolas, de fazê-las refém de espaços e de agentes manifestamente insuficientes na ignição de atitudes, na modelagem de comportamentos e na transformação de mentalidades.

Vivenciar a prática da Gestão Democrática permite que os envolvidos tornem-se autônomos, preparados para os desafios que a sociedade impõe. Desta maneira, entende-se que o trabalho democrático dentro das escolas públicas, é fundamental para os estudantes tornarem-se autônomos, sendo ela um dos principais pontos para que ocorra a formação cidadã, e uma parceria mútua entre família, escola e comunidade escolar.

Conforme o exposto acima, tendo a educação como socializadora e formadora juntamente com os anseios da sociedade atual, Rossato et al. (2007, p. 90) descrevem que a educação, na sociedade atual, possui uma importância maior ainda, pois desenvolve o papel de formação cidadã.

> As características da educação do nosso tempo, coerentes com a formação de um cidadão futuro, instrumentalizado para protagonizar o seu tempo podem se resumir nas seguintes: autonomia, seletividade, planejamento, interação social, coletividade, flexibilidade e criatividade. Há evidencias de que estas são as condições básicas para se atingir o sucesso nesse novo século.

Considerações Finais

A Gestão Democrática apesar de estar descrita em Leis brasileiras, ainda enfrenta dificuldades para que saia dos papéis legais e comece a agir nas escolas, sendo assim esse estudo proporcionou analisar a importância, da Gestão Democrática nas escolas oportunizando uma melhora no ensino na aprendizagem dos estudantes e no trabalho coletivo, trazendo as famílias para que juntos construam espaços mais ricos, possibilitem a interação de um todo e principalmente saindo totalmente do que é tradicional.

A busca por uma Escola Democrática, com uma gestão participativa ainda é um sonho que não pode morrer nos papéis de inúmeros governos, é uma ação que precisa imediatamente ser instalada e trabalhada nas escolas de uma forma que juntamente com famílias e todas as

comunidade locais a batalhar por um mesmo ideal, uma educação de qualidade, promissora que venha auxiliar na formação cidadã de todos os estudantes.

Por fim, Stürmer (2013, p.2):

> A escola democrática é aquela que está aberta ao diálogo intenso com toda comunidade escolar, sem distinção; procura moldar as formas instituídas de organização da escola ao novo momento de democratização da sociedade e da educação escolar e, necessariamente, precisa criar novos meios de se adaptar ao paradigma da participação. Em uma escola democrática não pode faltar o comum acordo entre os diferentes membros da comunidade escolar, através, justamente, da participação ativa na construção de propostas e alternativas que fortaleçam a união em torno da gestão do ensino.

De acordo com o autor acima citado, pode-se concluir que, para a escola ser realmente democrática, todos precisam estar engajados na participação e na ação conjunta. A Gestão Democrática é uma ação que ainda sofre vários pré-conceitos, principalmente por parte do próprio corpo docente das escolas, fazendo com que a mesma não tenha força para que seja desenvolvida pelos gestores. Assim, ela perde o seu encanto de formação cidadã, que visa a qualidade de ensino, e a busca da autonomia dos estudantes, e principalmente trazer a família para o contexto educacional.

Referências

BARBOSA, M. G. **Educação e desenvolvimento**: cultivando a humanidade nas esferas da sociedade civil. Passo Fundo, UPF, 2013.

BESERRA, L. G. **Escola e Família**: uma relação de parceria na construção do conhecimento da criança. Guarabira: UEPB, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GADOTTI, M. **Gestão Democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. CONAE, 2014.

ISHIDA, F. L. de M. R.; SOUZA, T. N. **Gestão Democrática**: A participação da família na escola. Franca: SIPPEDES, 2014.

LÜCK, H. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

NASCIMENTO, A. P. **A relação família-escola e a otimização do processo de aprendizagem**. Rio de Janeiro: UVA, 2011.

PARO, V. H. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

ROSSATO, R.; HENZ, C. I. **Educação humanizadora na sociedade globalizada**. Santa Maria: Biblios, 2007.

SANTANA, E. D. M.; GUIMARÃES, I. **Gestão Escolar Democrática**: O papel da família na escola. São Paulo: FAMESP, 2014.

SANTANA, M. C.; NOVAES, M. F.; SILVA, P. A. **Família**: Uma discussão na perspectiva crítica. São Paulo: Intertemas, 2010.

STÜRNER, A. B. **Escola democrática:** estrutura, gestão e participação. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/escola-democratica-estrutura-gestao-e-participacao-1058085.html>. Acesso em: 04 abr. 2015.

TAVARES, C. M. M.; NOGUEIRA, M. de O. **Relação família-escola**: possibilidades e desafios para a construção de uma parceria. Belo horizonte Revista Formação Docente, v. 5, n.1, jan./jun., 2013.

VEIGA, I. P. (org). **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível, SP: Papirus, 1995.

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Vanessa E. Seemann[21]
Jacqueline R. B. Enricone[22]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A pesquisa aborda a temática da relação família e escola, teve por objetivo analisar a percepção das professoras de uma escola de educação infantil sobre a importância dessa relação. É relevante conhecer as percepções das professoras que trabalham com a educação infantil para saber qual o interesse da escola em relacionar-se diretamente com os pais e também o interesse dos mesmos em relacionar-se efetivamente com a escola dos filhos, é importante saber se a participação dos pais na escola gera benefícios ou conflitos com o desenvolvimento do trabalho educativo que a escola oferece, e de que forma se dá essa participação. Fizeram parte da amostra 4 (quatro) professoras de uma escola de Educação Infantil, os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada e a partir da análise de conteúdo percebeu-se que na percepção das professoras a participação da família na escola se dá essencialmente através de reuniões e atividades de integração. Conclui-se então que a escola deve estimular o encontro com as famílias, compreendendo que a relação entre ambas é fundamental para o desenvolvimento da criança na educação infantil.

Palavras-chave: Família. Escola. Educação Infantil.

Introdução

A relação família e escola é tema de grande relevância na educação infantil, nível de ensino no qual os pais em geral estão presentes. Conhecer a percepção dos professores sobre este tema contribui para compreender melhor esta relação, e auxiliar para a qualificação da integração entre ambas as instituições.

[21] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: vanessa.ronan@yahoo.com
[22] Mestre em Educação e Professora na Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: jenricone@uricer.edu.br

Assim, pode-se conhecer, na perspectiva dos professores da educação infantil, quais os motivos da participação ativa ou da não participação dos pais na vida escolar dos filhos, saber se essa relação da escola com a família auxilia ou prejudica o processo educativo, observar em que aspectos a participação da família é colaborativa com o desenvolvimento do trabalho da escola.

Desta forma, destaca-se que a pesquisa busca analisar as concepções e opiniões de professoras de uma escola de educação infantil sobre a relação família-escola e sua repercussão no desenvolvimento escolar da criança. Propõe-se caracterizar as formas de participação dos pais no processo educativo.

De acordo com Ferreira e Barrera (2010), o bom desenvolvimento da criança está relacionado com a atenção da família e o cuidado em casa. A família que acompanha o aprendizado da criança, lê para ela e a escuta, auxilia nas lições de casa e sustenta a afetividade, garantem competência, pois, a relação da família com a criança influencia no desempenho escolar da mesma. Muitos são os fatores que podem influenciar a aprendizagem de uma criança, dentre eles destacam-se variáveis da escola, da própria criança e do ambiente familiar. Ainda, conforme os autores, a escola e a família são definidos como os ambientes mais importantes de socialização e também considerados como ambientes educacionais, os quais devem ser entendidos enquanto contextos sociais.

A partir das entrevistas e da análise de conteúdo realizadas foram elencadas 5 (cinco) categorias:

1- Formas de participação dos pais no processo educativo da escola.

2- Contribuições dos pais para o desenvolvimento educacional de seus filhos.

3-Fatores da relação família/escola que prejudicam o processo educativo e afetam o desenvolvimento das crianças.

4-Percepções das professoras sobre a temática relação família-escola.

5-Responsabilidades da família e da escola na educação das crianças.

Apresentação e Discussão dos Dados

Formas de participação dos pais do processo educativo da escola

De acordo com as professoras entrevistadas há diferentes formas de participação dos pais na vida escolar dos filhos, nesta pesquisa foram citadas algumas delas, como: encontro em reuniões, encontros individuais e contatos diários.

a) Encontros em reuniões

As professoras entrevistadas percebem de forma geral que as famílias são presentes nas reuniões. Descreveram que fazem uma entrevista com os pais para saber como são os alunos, quais as vivências deles, as habilidades e dificuldades.

b) Encontros individuais

Quando não se consegue atingir o objetivo de reunir todas as famílias para um único encontro, a escola propõe um segundo momento para um diálogo com as famílias que não puderam estar presentes, para neste momento repassar a elas o que foi dialogado na reunião.

c) Contatos diários

Percebe-se através das respostas das professoras, que a comunicação com a família é feita diariamente, pode-se perceber também que ocorre de modo informal.

Percebe-se que há muitas possibilidades de participação dos pais na vida escolar dos filhos que não foram citadas pelas professoras, como a participação dos pais na tomada de decisões da escola, na elaboração e discussão do seu projeto político pedagógico (PPP). As professoras relataram a participação dos pais essencialmente através do comparecimento da família nas reuniões e da comunicação informal entre elas.

A partir das falas das professoras é possível considerar que a escola considera positivamente a família que se preocupa com os filhos e comparece quando é chamada e que a forma de incluir os pais se dá através de reuniões, na permissão para que os pais permaneçam no período de adaptação ou em datas comemorativas. Porém, para uma Escola de Educação Infantil, onde a união entre essas duas instituições é indispensável, não houve relatos de formas de interação onde a família participe efetivamente da gestão escolar.

É necessário que a escola proporcione às famílias ocasiões em que haja a interação entre ambas, incluindo desta forma as famílias não apenas para reuniões informativas ou de orientação, mas também em atividades de planejamento de ações e definição de estratégias educativas estruturadas na escola.

Contribuições dos pais para o desenvolvimento educacional de seus filhos

Na percepção das professoras o principal fator que contribui no desenvolvimento da criança é a família ser presente na vida escolar e dar atenção necessária à mesma.

As professoras relataram aspectos de contribuições, como: estar sempre presente, se interessar em saber como foi o dia da criança, agir corretamente frente à criança, pois, a família é tida como exemplo para as crianças. Impor limites, e acompanhar a criança no processo ensino-aprendizagem.

Para Sandi (2008), a família é uma instituição que tem por responsabilidade a formação de princípios e valores:

> A família é o berço da formação de regras, princípios e valores, outras instituições assim como a escola, possuem também papel muito importante nesta formação moral, a escola se organizando de forma democrática, oportunizando uma vivência cidadã. Dessa forma, promovem o nascimento crescimento do respeito mútuo e o desenvolvimento da autonomia, ingrediente para formação moral. (p. 50)

As noções básicas do comportamento moral devem ser constituídas no ambiente familiar, como a educação de valores, o estabelecimento de limites, para que a criança fora do ambiente familiar demonstre respeito perante a sociedade. Isso é importante para que ela consiga conviver não somente na escola, mas na comunidade em que está inserida.

Fatores da relação família/escola que prejudicam o processo educativo e afetam o desenvolvimento das crianças

A maior parte dos fatores expostos pelas professoras que podem interferir no desenvolvimento das crianças tiveram foco na família.

As professoras destacaram a superproteção no período de adaptação como fator que prejudica o desenvolvimento da criança. Outro fator destacado foi à desestruturação familiar e a violência, que pode gerar problemas psicológicos que afetam a criança e interferem no seu desenvolvimento. Umas das participantes da pesquisa relatou como fator prejudicial a falta de comprometimento da família com a escola e a dificuldade na construção de limites, sendo que esses valores precisam ser construídos no ambiente familiar primeiramente.

Pôde-se observar que as professoras percebem a participação nas reuniões como a necessidade maior da escola em relação as famílias. Elas não relataram a necessidade e nem descreveram a oferta de oportunidades de envolver as famílias em outros projetos de desenvolvimento em conjunto.

Percepções da professoras sobre a temática relação família/escola

De acordo com Meira e Pinheiro (2014), o papel que a família desenvolve pode ser substituível, porém, o olhar de interesse e a presença da família faz diferença para a criança e isto é insubstituível. A família precisa ser amorosa e responsável, educando através de limites, com a intenção de que a criança seja feliz. A família, da maneira que for constituída, deve ensinar valores éticos para as crianças que convivem com ela.

Para todas as professoras da escola a percepção sobre a temática relação família e escola foi semelhante, todas pensam ser importante e fundamental essa relação. Elas afirmam que a família deve ser presente a participativa, tendo responsabilidade de se relacionar com a escola desde o momento que a criança começa a frequentá-la.

Responsabilidades da família e da escola na educação das crianças

Na percepção das professoras todas concordam que a instituição família e escola têm responsabilidades diferentes, elas destacaram que a formação de valores tem início no ambiente familiar.

Verifica-se que para as professoras, há uma diferença no papel da escola e da família. A escola tem uma função específica de trabalhar com o conhecimento, já a família teria o papel de educar para o convivo social, transmitindo valores importantes como moral, ética, respeito. As professoras afirmam que a escola também pode contribuir na socialização, dando continuidade ao trabalho da família. Conforme nos afirmou Ponce (2009) a escola seria o lugar onde a criança teria a oportunidade de receber educação, afeto e amparo, uma vez que não encontre esses valores no ambiente familiar.

> A instituição escolar é um espaço privilegiado de construção de cidadania, portanto deve / pode constituir-se em espaço efetivo de exercício de convívio democrático e solidário, aspectos que constituirão o conteúdo da própria educação em valores... as crianças deveriam receber, desde o berço, uma educação moral no seio de suas famílias e àquelas cujas famílias eram consideradas incapazes de fazê-lo diante do modelo proposto - seria dada a oportunidade, por meio da escola, de superarem os vícios adquiridos. Daí a necessidade de oferecer a essas crianças um reforço na sua formação moral. (p.11)

Para o autor, a instituição escola é um espaço para a construção de valores éticos para o exercício da cidadania. A criança que não tem a oportunidade de receber a educação moral no ambiente familiar poderia ter acesso a esta educação de valores na escola, como podemos perceber o autor defende esta ideia de que a escola pode ser um reforço para a formação moral e cidadã da criança.

Considerações Finais

De algum modo, no desenvolvimento de algumas crianças poderão existir lacunas de afetividade, de estímulos, de atenção e cuidados. Estas lacunas podem ter origem no modo como a família se responsabiliza ou não por fazer o seu papel, mas também na forma como a escola, especialmente a escola de Educação Infantil, atende as necessidades das crianças. As duas instituições são fundamentais para a criança e deveriam trabalhar unidas a fim de não permitir a ausência de acompanhamentos fundamentais para seu desenvolvimento.

Nesta pesquisa as professoras de Educação Infantil referem a participação dos pais de forma um tanto reducionista em função de que entendem participação como a vinda dos pais em reuniões e atividades integradoras. Não houve nenhuma descrição de atividades ou apontamentos sobre a possibilidade de participação dos pais no processo de tomada de decisão sobre práticas escolares e de gestão. Sabe-se que a participação democrática envolve mais que reuniões e atividades comemorativas e de integração.

Percebeu-se ainda que as professoras entendem que há diferença na função de cada instituição, cabendo à família a educação para a socialização e formação de valores. Pensando nas crianças pequenas, talvez a escola deva assumir que há necessidade de se estabelecer uma parceria mais efetiva com os pais nestes aspectos.

Desta forma a escola pode trabalhar com estratégias que estimulem a família a ser mais presente e acompanhar a vida escolar dos filhos e ao mesmo tempo favoreçam a inserção

cada vez maior da escola na comunidade, dividindo responsabilidades sobre a educação das crianças.

Referências

FERREIRA, S. H. de A.; BARRERA, S.D. Ambiente familiar e aprendizagem escolar em alunos da educação infantil. **PSico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 4, pp. 462-472, out./dez. 2010.

MEIRA, I. De F.; PINHEIRO, M. A. **A família em mutação e o conflito temporal**. HumanÆ. Questões controversas do mundo contemporâneo, v. 8, n. 2, 2014 .

PONCE, B. J. A educação em valores no currículo escolar. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.5, n.1, dez 2009.

SANDI, A. V. Família: berço da formação de regras, princípios e valores. **Revista Atividades&Experiências**, p. 50 - 50, 01, set. 2008.

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Julia Carolina Culau [23]
Denise Aparecida Martins Sponchiado [24]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

Resumo
O presente estudo tem como objetivo principal analisar a inclusão do aluno surdo na educação infantil, destacando também como se dá a inclusão na sociedade e na família. Por outro lado procura abordar quais são as estratégias utilizadas pelos professores para que a aprendizagem deste aluno ocorra, sintetizando como ocorre a relação professor aluno e como o processo de ensino aprendizagem se desenvolve. Tendo a família e a sociedade como grande aliadas para que a inclusão aconteça, a escola tem o importante papel de iniciar a conscientização das pessoas para que os alunos com deficiência sejam aceitos e bem acolhidos nos mais diversos espaços em que os mesmos frequentem. Outro fator que contribui para esta inclusão é o relacionamento entre professor, aluno surdo e aluno ouvinte, durante às aulas, pois o mesmo proporciona o desenvolvimento tanto físico quanto cognitivo do aluno, e durante o processo de ensino-aprendizagem, em que professor e aluno aprendem juntos, um auxiliando o outro. Mas, para que este processo se desenvolva resultando em aprendizagens, é necessário, por parte do professor, buscar estratégias de ensino lúdicas que vão ao encontro das necessidades dos alunos. Deste modo propõe-se, um ensino prático, possibilitando ao aluno surdo participar, se envolver nas atividades propostas e interagir com os demais colegas na realização das mesmas.

Palavras-chave: Inclusão. Relação professor e aluno. Estratégias lúdicas.

Introdução

A inclusão do aluno surdo pode acontecer em diversos espaços, sendo na escola, na família e na sociedade. De acordo com Carvalho e Silva (2014) é na família que a pessoa com deficiência passa pelo seu primeiro processo de inclusão, pois a família precisa aceitá-la para incluí-la e se adaptar às deficiências que a pessoa necessita. Dentro do processo de inclusão,

[23] Acadêmica do curso de Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim/RS. E-mail: juculau@hotmail.com.
[24] Mestre em Educação pela UNISINUS/ RS, Professora do Departamento de Ciências Humanas e Coordenadora do Curso de Pedagogia da URI Erechim/RS. E-mail: smdenise@uri.com.br.

encontra-se também a escola, sendo que esta é um espaço privilegiado, onde todos têm a oportunidade de construir conhecimento. E, por fim, a inclusão na sociedade é um dos processos mais difíceis que a pessoa com deficiência encontra.

O processo de inclusão do aluno surdo em todos estes espaços pode ser mais difícil, pois possui a linguagem diferente da maioria da população, o que se torna um dos maiores desafios a ser enfrentado.

Quanto ao relacionamento entre professor aluno, tanto em sala de aula quanto na escola em geral, este é de extrema importância para que todos se sintam bem nos mais diversos espaços que a escola possui.

Onde, através de um bom relacionamento, o processo de ensino aprendizagem se torna mais agradável e de mais entendimento. Tendo também como uma ferramenta para que este processo se desenvolva da melhor forma, as estratégias lúdicas e diversificadas que devem ser utilizadas pelos professores.

Inclusão: Escola, Sociedade e Família

Na escola, existe uma educação inclusiva, que garante o acesso à escola de todas as pessoas, independentemente se tem deficiência ou não. Esta é amparada por várias legislações que asseguram o direito à educação para todas as pessoas, bem como o direito de estar numa escola onde suas necessidades deverão ser supridas.

No entanto, para que este processo ocorra da melhor forma possível, a escola deve estar preparada para receber estes alunos, sempre tendo em mente que ninguém é igual a ninguém, consciente de que irão surgir diferentes conhecimentos, diferentes tempos de aprendizagem, diferentes habilidades e diferentes dificuldades.

Para que a inclusão se desenvolva da melhor forma possível, tanto professores quanto alunos precisam estar engajados em um processo permanente, em que respeitar as diferenças seja uma ação natural do dia a dia e as qualidades ou habilidades de cada um sejam admiradas por todos.

De acordo com Claudio e Neta (2009), a educação de surdos pode acontecer em diferentes espaços escolares: - realizada em escolas especiais para surdos, através de professores especializados, visando a construção do conhecimento; - em escolas de ouvintes, por professores não especializados; - em classes especiais para surdos, dentro de escolas

ouvintes. A partir desta perspectiva, pode-se obter diversas alternativas pedagógicas, pois os surdos estão envolvidos em uma grande diversidade cultural, podendo a educação existir nos mais diversos espaços.

Sendo um espaço de aprendizagem, a escola deve se ajustar para ensinar a todos, tendo a criança a tarefa de se adaptar e, a escola o compromisso de proporcionar o aprendizado, tendo em mente que cada um tem um tempo de aprendizagem e uma maneira de aprender.

À medida que a inclusão ocorre na escola, esta deve acontecer também em toda a sociedade. No entanto, em meio à sociedade atual, encontram-se pessoas com deficiências que são alvos de investigações e muitas vezes excluídas. Não sendo considerados sujeitos capazes de construir seu saber e sua identidade e de trilhar seu caminho, são questionados pelo modo como se expressam ou como andam ou como falam e não sendo aceitos.

Percebe-se, então, que, para ser uma pessoa ativa na sociedade, esta precisa ser "normal", ou seja, sem nenhuma deficiência ou limitação, conceito este que é falso, pois muitas pessoas com deficiência ou limitação participam muito mais da sociedade em que as aceitam, do que muitas pessoas ditas "normais". Mas, não esquecendo que as pessoas com deficiência ou limitações contribuem do seu jeito, procurando sempre estar presente.

Em relação à família, esta é a base para o desenvolvimento do aluno surdo, onde é através dela que a criança adquire suas primeiras concepções de mundo, e a escola como um espaço de grande importância, que possibilita para as crianças aprendizagens diversas e a compreensão do mundo que está ao seu redor.

Por fim, percebe-se que para que a inclusão realmente aconteça família, escola e sociedade, precisam estar trabalhando em conjunto para que este processo aconteça de uma forma que contribua para o desenvolvimento dos alunos surdos.

Relação Professor Aluno: Ensino - Aprendizagem

A relação professor – aluno é de extrema importância para a formação escolar tanto do professor quanto do aluno, mas esta não deve ser apenas um processo, ou um tempo de aprendizado e sim construção de conhecimento e de uma identidade de ambos, pois aluno aprende com o professor e o professor aprende com o aluno, tornando a aprendizagem um processo constante e construtivo.

O relacionamento que se tem em sala de aula, contribui para que a aprendizagem dos alunos ocorram. Porém, muitas são as ferramentas dos professores para que esta aprendizagem aconteça, mas a linguagem é a ferramenta máxima do trabalho do educador. E pode ser desenvolvida, segundo Domingues et al. (2008, p. 38), através da "[…] relação da criança com o ambiente, onde proporciona o desenvolvimento de certas habilidades, além da linguagem, que facilitarão a interação com outras pessoas".

Não sendo apenas como ferramenta do educador, a linguagem é extremamente necessária tanto dentro da escola quanto fora dela. Por isto é fundamental que o aluno surdo mantenha contato com outras pessoas surdas, resultando deste modo num aprimoramento de sua linguagem, pois apenas a teoria não é suficiente para que os alunos adquiram uma linguagem, é necessário também pôr em prática tudo o que a teoria transmite.

Sendo o processo de aprendizagem do aluno surdo muitas vezes um pouco complexo, é necessário que os professores tenham um olhar diferenciado sobre eles, pois o conhecimento deve partir de cada um.

Todas as experiências que os alunos trazem consigo são aprendizagem e contribuem para o surgimento de novas aprendizagens e experiências. E é papel da escola utilizar destas experiências para que a aprendizagem ocorra com sucesso, em que ao serem aprofundados esses conhecimentos adquiridos, será possível que cada aluno surdo e aluno ouvinte pensem mais a respeito de suas atitudes, ou do próprio modo como veem o mundo, tornando-se cidadãos mais ativos e participantes da sociedade.

Mas nem sempre é isso que acontece nas escolas, pois de acordo com Thoma e Lopes (2006), ficou claro que a aprendizagem dos alunos tanto surdos como ouvintes é constatada através de testes e exercícios, que cobram respostas referentes aos conteúdos trabalhados, determinando se os alunos estão aptos para seguirem os estudos.

Assim, percebe-se que o que muitas escolas proporcionam é a aprendizagem mecânica, em que os alunos não adquirem conhecimento algum e sim apenas memorizam certo conteúdo por um determinado tempo. Os alunos surdos são prejudicados neste processo, pois não adquirem conhecimento, e informação que os auxiliem na comunicação com as demais pessoas.

Esta torna-se uma experiência escolar prejudicial para que ocorra uma aprendizagem significativa por parte dos alunos, não os auxiliando e nem contribuindo para seu futuro tanto profissional quanto escolar. Ao serem questionados não terão base nenhuma para a resposta,

pois na escola tudo o que lhes foi transmitido foi mecânico, o professor perguntava e o aluno respondia o que o professor queria ouvir, e depois o assunto era esquecido, não construindo conhecimento algum no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

A relação que se tem tanto em sala de aula, quanto na escola de um modo geral, é considerada uma prática pedagógica a qual possibilita que tanto professor quanto aluno compartilhem ideias, conhecimentos, tornando-se pessoas com um ótimo convívio, que pensam e buscam conhecimentos por si próprios e pelos outros.

Portanto, é de extrema importância que o professor de um aluno surdo reavalie suas práticas pedagógicas no sentido de, segundo Leite e McCleary (2008), organização e planejamento, para contribuir para o processo de aprendizado do aluno surdo, não se restringindo apenas às aulas formais.

Onde, os materiais didáticos devem ser adequados, uma vez que na ausência destes, o trabalho do professor torna-se mais complicado, pois não terá recursos necessários para transmitir o conhecimento para estes alunos, dificultando tanto o relacionamento entre professor e aluno, quanto o processo ensino – aprendizagem.

Retornando às práticas pedagógicas, estas devem criar alternativas para que os alunos surdos aprendam da melhor maneira o que lhes é apresentado. É tarefa do professor buscar estratégias, recursos especiais, trocando experiência com profissionais da área, e encontrando maneiras diversificadas de transmitir o conhecimento, partindo sempre das necessidades dos alunos e das dificuldades, com o objetivo de saná-las para então seguir adiante.

Para que a aprendizagem do aluno surdo ocorra da melhor forma são necessários estratégias de ensino, e estas devem suprir as necessidades dos alunos, oferecendo diferentes espaços para que o processo ensino aprendizagem ocorra de uma forma lúdica e que se desenvolva de uma forma prazerosa e agradável, tanto por parte do professor quanto por parte dos alunos, resultando num processo de fácil entendimento e acesso.

Os professores precisam ter em mente que é necessário reconhecer as diferenças em sala de aula para, a partir de então, planejar atividades lúdicas, sendo estas adequadas para todos os alunos, tendo a tarefa também de adaptar os conteúdos, de modo que estes estejam adequados com a aprendizagem dos alunos.

O professor deve instigar os alunos e transformar os ambientes que a escola possui em ambientes desafiadores, agradáveis, ambientes nos quais a criança pode explorar sua capacidade, suas habilidades, bem como sua autonomia, se tornando também um ambiente

onde é possível que haja compartilhamento de brincadeiras e de experiências entre professor – aluno, e aluno – aluno, ocorrendo interação entre ambos.

Porém, para os alunos surdos tenham aprendizagens, por meio d estas estratégias de ensinos, as mesmas devem conter objetivos e não devem ser vistas apenas como uma forma de proporcionar uma atividade diferente. Quando as estratégias possuem objetivos, estas desenvolvem nos alunos aprendizagens, habilidades e formas do aluno conhecer o mundo que está a seu redor, e quando o professor se envolve nesta atividade, o ensino e o aprendizagem se tornam mais acessíveis para ambos.

Mas, além de repensar nas suas práticas pedagógicas, o professor também precisa conhecer seu aluno, tendo em mente que por mais que este seja surdo, ele também tem sonhos, vontade de se comunicar e desejo de aprender e, descobrindo seu aluno, perceberá que seu ensino se tornará de mais fácil entendimento.

Um abraço, um sorriso e uma descoberta, são oportunidades de se adquirir aprendizagem e de enriquecer o afeto e um bom relacionamento entre ambos. Sendo que isto se torna uma maneira de valorizar as potencialidades do aluno.

É importante lembrar que as crianças surdas e ouvintes constroem seu aprendizado desde o nascimento até a fase adulta, deste modo o processo de aprendizagem se dá até o fim da vida.

Percebe-se então que desde seu nascimento as crianças surdas têm contato e começam a se relacionar com os adultos, mesmo sendo através de gestos e sinais e não através dos sons. De acordo com Goldfeld (2002), a aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados desde os primeiros dias de vida da criança, e a aprendizagem está sempre um pouco adiante, resultando deste modo, no desenvolvimento desta criança. A aprendizagem desta criança ao ser bebê é totalmente influenciada pelas relações que ela estabelece no meio social em que está inserida.

Goldfeld (2002,) ainda deixou claro que a aprendizagem da criança surda não se limita somente ao aprendizado escolar, pois desde o nascimento está em constante processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Isso significa que para a criança surda obter aprendizagens escolares e ter um bom relacionamento com os professores, precisa chegar à escola com alguma bagagem para que assim, relacionando as aprendizagens de casa e da sociedade, consiga assimilar e obter

aprendizagens escolares. A LIBRAS desde o nascimento, seria o procedimento adequado para essa bagagem.

Considerações Finais

No decorrer deste estudo, ficou claro que, para que o aluno surdo obtenha aprendizagens, a relação professor e aluno é de extrema importância, pois assim ambos ficarão à vontade para aprender juntos e construir conhecimento.

Também é essencial que os professores tenham formações continuadas e revisem suas práticas pedagógicas, com o objetivo de se aperfeiçoar buscando cada vez mais meios para facilitar o processo ensino – aprendizagem de seus alunos surdos, utilizando da LIBRAS tanto professor como aluno.

Por fim, as experiências de cada um devem ser levadas em conta, para que o aprendizado ocorra de uma forma natural e busque solucionar problemas e questionamentos dos alunos.

Após todas estas observações, fica claro que a aprendizagem inicia muito antes da escola e que é papel desta apropriar-se desses conhecimentos adquiridos e transformá-los em aprendizagens específicas capazes de promover tanto os alunos surdos como seus professores.

Referências

CARVALHO, N. S de. A.; SILVA, C. A. F. Educação inclusiva para surdos. **Revista virtual de cultura surda**. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro. 2014.

CLAUDIO, J. P; NETA. C. N. X. **O mundo surdo infantil**. FADERS. Rio Grande do Sul. 2009

DOMINGUES, A. F; MOTTI, T. F G; PALAMNIN, M. E. G**. O brincar e as habilidades sociais na interação da criança com deficiência auditiva e mãe ouvinte**. Campinas, p.37 – 44. Jan./mar., 2008.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo. Plexus Editora, 7ª edição. 2002.

LEITE ,T. de A.; MCCLEARY, L. Estudo em diário: Fatores complicadores e facilitadores no processo de aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira por um adulto ouvinte. In: QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (Orgs). **Estudos Surdos IV**. – Petrópolis, Rio de Janeiro : Arara Azul, 2009.

THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. **A invenção da surdez II**: Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Daiane Lira[25]
Denise A. M. Sponchiado[26]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A inclusão vem sendo utilizada nos discursos dos últimos anos, com muita frequência. Com o advento do modelo de inclusão e com a necessidade de ampliação do acesso e permanência, perpassa hoje por diferentes formas, fundamentando a igualdade e a diferença como valores indissociáveis. O crescente ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior torna necessário um aprofundamento na reflexão sobre a educação inclusiva. Este artigo tem por objetivo central analisar e discutir algumas ideias a respeito do professor universitário frente os desafios relacionados à inclusão no ensino superior. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, a qual foi realizada a partir do levantamento de referências teóricas. A Educação Inclusiva soa como um ideal, uma proposta a ser compreendida e almejada, visto que se relaciona à aspiração da educação para todos, aos princípios de uma Universidade que seja capaz de promover aprendizagens significativas, independentemente das condições, das características, das possibilidades e das limitações do seu alunado. Para tanto, é valido compreender os aspectos conceituais e filosóficos que permeiam a Educação Inclusiva, bem como quais são os desafios enfrentados na contemporaneidade, para que esta finalidade seja concretizada. O papel do professor no contexto do ensino superior remete-nos a uma postura ativa, dialética, política e ética. Por isso, entender a verdadeira função social da educação superior requer a sensibilização de todos os atores institucionais para a criação de uma nova cultura, que priorize a articulação da tríade "pesquisa-ensino-extensão" em busca da resolução de problemas e demandas da comunidade na qual está inserida.

Palavras-chave: Desafios. Inclusão. Professor Universitário. Ensino Superior

[25] Graduada em Ciências Biológicas – Licenciatura, URI-Erechim, acadêmica do Curso de Pedagogia URI-Erechim, Mestranda em Educação pela Universidade de Passo Fundo/ PPGEDU-UPF. E-mail: daiane.lira1990@gmail.com
[26] Mestre em Educação UNISINUS/ RS; professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia da URI Erechim/RS. E-mail: smdenise@uri.com.br

Introdução

As universidades, pelo importante papel que exercem na transmissão e produção de saberes e conhecimentos, são constantemente evocadas pela sociedade para contribuir e acompanhar as mudanças da vida e das relações humanas, frutos da transformação de conceitos que regem nossa vida em sociedade. Isso requer das Instituições de Ensino Superior e profissionais do ensino superior constantes atualizações no intuito de acompanhar tanto os avanços de suas áreas de conhecimento, quanto das demandas sociais que surgem em virtude da busca pelo conhecimento. Todos querem tê-lo, participar da disputa por ele, isto é, todos querem usufruir do que a obtenção do conhecimento pode propiciar.

As profundas transformações que vêm ocorrendo nos últimos tempos têm determinado alterações significativas nos mais diversos setores. A educação, imersa neste cenário, passou também a experimentar um período de grandes mudanças, distando da pouca mutabilidade que caracterizou o ambiente educacional ao longo das últimas décadas.

O tema *Inclusão* vem sendo motivo de ansiedade e reflexão por muitos educadores presentes em todos os níveis de ensino, pois com isso, pressupõe mudanças textuais, legais e simbólicas (curriculares, avaliativas, etc.), de representações sobre os sujeitos a serem incluídos e das identidades de todos os envolvidos no processo.

Os desafios para tanto são múltiplos e variados, podendo ser encarados de forma integra e coletiva. O papel do professor no contexto do ensino superior remete-nos a uma postura ativa, dialética, política e ética, fazendo com que tenha um compromisso permanente com a vida dos acadêmicos, assim como com a autonomia de seus educandos, oportunizando espaços onde a liberdade possa ser exercida de forma criativa e espontânea.

O educador, neste contexto universitário necessita de reflexões, capacitação e uma preparação que garanta o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários a uma ação segura por parte desses profissionais. Neste sentido, Perrenoud (2002, p.47) revela que "[...] uma postura e uma prática reflexiva devem constituir as bases de uma análise metódica, regular, instrumentalizada, serena e causadora de efeitos".

Neste âmbito, os professores necessitam refletir sobre suas práticas, procurando não se limitar apenas ao bom senso e experiência pessoal. O profissional precisa de saberes que o permita a reinventar coletivamente, estando baseado numa filosofia em que haja uma cultura no âmbito das ciências humanas. É necessário reconhecer o professor e valorizá-lo enquanto

ser inacabado é necessário ressignificar os processos educativos, admitindo na tendência de formação reflexiva "[...] uma estratégia para melhorar a formação de professores, uma vez que pode aumentar sua capacidade de enfrentar a complexidade, as incertezas e as injustiças na escola e na sociedade" (ZEICHNER apud PIMENTA, 2005, p. 30).

A presente pesquisa tem como objetivo central analisar e discutir algumas ideias a respeito do professor universitário frente os desafios relacionados à inclusão no ensino superior. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, a qual foi realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

> [...] Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa "são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema".

Educação Inclusiva na Contemporaneidade

Ao nascer, a criança é apresentada a um mundo que já dispõe de normas, valores, signos e significados construídos pelos seres que a precederam. O primeiro indício de pertencimento, de igualdade e de identificação desta criança para com seu grupo e do grupo para com mais o novo integrante são as características físicas, ou seja, a cor da pele, os traços do rosto e a integridade do corpo.

A Educação Inclusiva soa como um ideal, uma proposta a ser compreendida e almejada, visto que se relaciona à aspiração da educação para todos, aos princípios de uma Universidade que seja capaz de promover aprendizagens significativas, independentemente das condições, das características, das possibilidades e das limitações do seu alunado. Para tanto, é valido compreender os aspectos conceituais e filosóficos que permeiam a Educação

Inclusiva, bem como quais são os desafios enfrentados na contemporaneidade, para que esta finalidade seja concretizada.

Mendes (2010, p. 22) destaca que,

> [...] o termo "educação inclusiva" foi uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado "Inclusão Social", que é posto como um novo paradigma, que implicaria na construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos. O movimento pela inclusão social, está atrelado à construção de uma sociedade democrática, na qual todos deverão conquistar sua cidadania, na qual a diversidade será respeitada e haverá aceitação e o reconhecimento político das diferenças. Trata-se em suma de um movimento de resistência contra a exclusão social que historicamente vem afetando grupos minoritários e que é caracterizado por movimentos sociais que visam à conquista do exercício do direito ao acesso a recursos e serviços da sociedade.

A autora relata também que a Educação Inclusiva tem um papel de fundamental importância para o desenvolvimento e manutenção de um estado democrático, visto que as relações estabelecidas na escola se estendem para a sociedade e vice-versa, em que uma contribui com a outra no sentido de impulsionar e trabalhar para a construção de uma sociedade inclusiva.

Pacheco (2007, p. 14), ao buscar uma conceituação de Educação Inclusiva, pontua que "o termo ‘educação Inclusiva’ cobre várias tentativas de atender à diversidade total das necessidades educacionais dos alunos nas escolas de um bairro" e afirma:

> A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional. A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola (integração) (PACHECO, 2007, p. 15).

Já Oliveira (2007, p. 32) discorre que:

> A política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania

> um direito de todos; viabilizar a prática escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais, e incluir o educando 44 com necessidades educacionais especiais no ensino regular comum. Essa política de educação inclusiva aponta para a democratização do espaço escolar, com a superação da exclusão de pessoas apresentam necessidades especiais e da dicotomia existente entre o ensino comum e a educação especial por meio de suas classes especiais.

A autora afirma ainda que a efetivação da inclusão escolar será possível mediante mudanças estruturais na escola, que viabilizem as pessoas deficientes condições e oportunidades de aprendizagem. Para tanto, salienta que é necessário investir em práticas pedagógicas que valorizem a aprendizagem a partir das interações e as potencialidades dos alunos. E ainda, para corroborar com as conceituações apontadas até o momento, é válido discorrer sobre o conceito apresentado por Díez (2010, p. 17) ao afirmar que:

> A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propões escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum. A educação inclusiva se concebe como um processo inacabado que desafia a qualquer situação de exclusão, procurando mecanismos para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos.

A partir dos conceitos apresentados, é válido ressaltar que a Educação Inclusiva está fundamentada em uma concepção de educação para todos, ou seja, em uma escola que garanta possibilidades igualitárias de aprendizagem a todos os alunos, independentemente de suas possibilidades ou limitações.

Todas as vezes que são feitas referências à Educação Inclusiva são suscitados os mais variados sentimentos: desde incertezas e angústias até entusiasmos e paixões. Esses sentimentos antagônicos, segundo Souza (2005) são perfeitamente compreensíveis tanto por estarmos inseridos em uma sociedade que mantém cristalizadas concepções tradicionais e preconceituosas, quanto pela “novidade desafiadora” proposta pela Educação Inclusiva. Complementando, Silva e Aranha (2005) afirmam que

> [...] a mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, exige um processo complexo de transformação tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana do ensino (p. 374)

O grande desafio proposto pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regula responsabilidades em nosso país, segundo BEYER (2005), dependerá de um esforço coletivo que envolva os próprios alunos, os professores, as equipes diretivas e pedagógicas, os funcionários e os gestores do projeto político-pedagógico. As mudanças operacionais necessárias para que as escolas se tornem inclusivas de fato só acontecerão

> [...] quando as instituições reconhecerem suas responsabilidades com cada aluno, abolindo as discriminações e as preferências, oferecendo ao professor melhores condições de atuarem na inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Isto envolve capacitação, conscientização da comunidade escolar sobre deficiências e deficientes, material pedagógico, adaptação curricular, apoio técnico, entre outros (SOUZA, 2005, p. 98).

Entretanto, embora não se possa ainda afirmar que todas as iniciativas de inclusão no país sejam exatamente processos de inclusão vitoriosos, também não se pode negar que, "[...] a educação inclusiva é algo que vem se efetivando, mesmo que a duras penas, buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito" (TESSARO et al., 2005, p. 107).

A Inclusão no Ensino Superior

Refletir sobre as relações estabelecidas na sala de aula universitária é evidenciar que a prática pedagógica vai além da figura do professor (como aquele que ensina), do aluno (como aquele que deve aprender), da disciplina (o assunto a ser transmitido ao aluno e dominado pelo professor) e do método (a forma como o professor transmite o conhecimento). Na verdade, há um processo de interação com o meio social em que mediação e internalização aparecem como aspectos preponderantes para que ocorra a aprendizagem e, consequentemente, o conhecimento (MOREIRA, 2004).

A resistência ainda é grande por parte dos professores para realizar as adaptações necessárias ao processo de aprendizagem de alunos com deficiência. Fato que confirma a necessidade de buscar alternativas para possibilitar aos professores universitários desenvolverem habilidades que venham a favorecer efetivamente a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior (VITALIANO, 2007).

Há ainda de se destacar que o sistema educacional tem vivido um processo de democratização do acesso ao ensino superior, o que tem gerado maior heterogeneidade do corpo discente, o que levam os professores à necessidade de saber lidar com uma diversidade cultural antes não tão acentuada e com turmas cada vez mais numerosas, pois a baixa correlação aluno/professor, antes indicador de qualidade, hoje representa "ineficiência do sistema" (PACHANE, 2005).

Libâneo (2010) argumenta que a urgência de se contar com professores mais bem preparados, capazes de lidar com a diversidade de perfis de alunos que, à luz da nova sociedade, dos conhecimentos ora requeridos e dos muitos e variados universos culturais de seus alunos, consigam oferecer um ensino de melhor qualidade. Aponta, assim, a importância de formar melhor os futuros docentes, dotando-lhes de uma cultura geral mais ampliada, de uma maior capacidade de aprender a aprender, de competência para saber agir na sala de aula, de habilidades comunicativas, do domínio da linguagem informacional, de saber usar meios de comunicação e de articular as aulas com as mídias e multimídias.

Castanho e Freitas (2005) acreditam que, no universo do ensino superior, a prática docente frente a alunos com deficiência necessita além de políticas públicas, de ações compartilhadas capazes de orientar o educador na formação de sujeitos, valorizando a diversidade em todos os espaços e fazendo valer o verdadeiro sentido da inclusão enquanto processo que reconhece e respeita diferentes identidades e que aproveita essas diferenças para beneficiar a todos e a todas. Dessa forma, cabe às instituições de ensino superior, instituir políticas de inclusão e demover ações de exclusão, valorizando cada vez mais, ações pautadas no respeito à diversidade, considerando o papel que tais ações podem assumir ao longo da história da sociedade.

Portanto, as ações do docente, de acordo com Neuenfeldt (2006, p.05), precisam levar em conta:

> Todo o contexto que envolve a sala de aula, servindo, além de mediador do conhecimento e da aprendizagem, de motivador em todo o processo educativo. Além disso, suas experiências devem servir de exemplos que enriqueçam sua prática docente, levando em conta todas as suas construções e vivências anteriores a esse processo e que irão influenciar diretamente nas práticas pedagógicas.

É preciso que os professores repensem suas práticas pedagógicas e, desse modo, possam contribuir para que os alunos com deficiência permaneçam e concluam o ensino superior sem qualquer barreira, levando-os a desenvolver a própria autonomia.

A educação inclusiva precisa contar com professores preparados para a docência, como recomenda Bueno (1999), isto significa uma formação teórica sólida e adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o "saber", como o "saber fazer". Assim, o professor, ou especialista da escola inclusiva, deve ter competência para articular conhecimentos sobre a organização e os fundamentos do trabalho pedagógico e, para tanto, necessita estar ancorado em um sistema de ensino inclusivo na sua totalidade.

Nogueira e Nogueira (2010) consideram que para os docentes do ensino superior lidarem com a inclusão de alunos com deficiência é preciso não só predisposição para lidar com o novo, mas, supostamente, um reaprender a olhar sobre: o que se ensina, como se ensina; o que se aprende, como se aprende; o que partilhar, como partilhar; o que sentir, como sentir; o que esperar, por que esperar; o que devo fazer, como fazer; o que é meu, o que não é meu; até onde posso ir; até aonde quero ir.

A educação inclusiva não separa o lugar ou o tempo de aprender do lugar ou do tempo de ensinar. Lá onde e quando se aprende é também o lugar em que se ensina. É o lugar em que todos ensinam e aprendem. Em tal processo, a função dos profissionais em educação se liga ao sentido dessa construção dinâmica, a saber, a formação não pode se dar no vazio ou na abstração deslocada de uma prática efetiva que mostra, ao mesmo tempo, tanto a forma quanto o conteúdo da educação inclusiva. Educar para a inclusão é proporcionar encontros de vivências inter e transculturais. Significa criar redes entre os diferentes e pontes entre as identidades.

Educar para a inclusão é manter viva a utopia da igualdade humana em termos de oportunidade e de acesso, fundamentando-se a dúvida, a incerteza e a crítica aos processos de mistificação do status quo. E isso inclui, certamente, a necessidade de formação continuada destes profissionais como forma de reflexão crítica sobre a prática (GADOTTI, 2002). É preciso ter consciência de que a prática pedagógica é por si exemplar. O estudante aprende não somente conteúdos, mas aprende acima de tudo o exemplo dos profissionais da educação.

> É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação. (ZABALA, 1998, p. 29)

Portanto, a inclusão é um processo complexo inserido na organização da educação nacional que necessita de ações transformadoras de perspectivas realistas frente à importância de fazer do direito de todos à educação num movimento que deve ser coletivo.

A inclusão no ensino superior exige rupturas e busca de alternativas, formação do professor e práticas educativas diferenciadas, por isso, nas Instituições é necessário haver uma postura politica de aceitação das diferenças e conhecimentos técnicos.

A Universidade Diante da Inclusão

A Universidade para Castanho e Freitas (2005) contribui socialmente com a produção de conhecimento, promove o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem como indivíduo na sociedade. É o meio para a produção do conhecimento científico e para o avanço tecnológico, portanto, é responsável pela promoção da cidadania e tem o dever de oportunizar e incentivar uma educação para todos.

Na Universidade a inclusão deve ocorrer de forma que proporcione à pessoa com deficiência a possibilidade de conquistar o espaço social que almeja por seu esforço e mérito. Atualmente verifica-se que está sendo possível pelos deficientes o acesso a vários segmentos da sociedade, proporcionando oportunidades que até então não eram nem cogitadas, por exemplo, a presença de deficientes no ensino superior.

Todas as ações que buscam a inclusão das pessoas com deficiências devem ser bem planejadas, visando à eliminação de barreiras que estejam impedindo a inclusão, como por exemplo, o aprimoramento na formação de professores, a adaptação/adequação do ambiente escolar e dos valores e atitudes sociais, para que todos os direitos possam ser respeitados, visando uma sociedade menos preconceituosa, discriminativa e sem barreiras, baseada em valores e atitudes socialmente inclusivos (MOREIRA, 2003).

Segundo Castanho e Freitas (2005), a Universidade tem fundamental importância para a efetivação do processo inclusivo, pois deve contribuir para que o processo de exclusão possa ser combatido e, desta forma, viabilizar a democratização do conhecimento.

Ferreira (2003) menciona que os professores universitários não podem omitir-se sobre o novo paradigma da educação, na qual é enfatizada a existência e a presença das diferenças inerentes a todos os seres humanos, e que essa diversidade deve ser valorizada e respeitada. Rodrigues (2004) vem em consonância ao comentar que o tratamento diferenciado é uma forma de assegurar a igualdade de oportunidades, entretanto mesmo aquele tratamento que se apresente de forma inofensiva, normal e impessoal pode beneficiar alguns em detrimento de outros.

As escolas, sejam elas de educação básica ou de ensino superior, além de outras funções, destacam-se como sendo o espaço onde se forma cidadão por meio da transmissão ou da construção de seu conhecimento e, consequentemente, favorecem o desenvolvimento da capacidade crítica do educando, sua autonomia individual, bem como o acesso as oportunidades e às condições igualitárias a todos os estudantes (OLIVEIRA e CARMO, 2003).

A Universidade, portanto, tem como papel fundamental a formação profissional do graduando, de maneira que ele possa atuar de forma competente, utilizar o seu poder pessoal inerente a todas as pessoas, independente de sua condição, e assim realizar suas escolhas e tomar decisões, com as quais irá controlar sua vida, principalmente no que diz respeito ao direito de acesso, ingresso e permanência em um curso universitário, tendo sua identidade respeitada dentro da comunidade acadêmica.

Oliveira e Carmo (2003) ressaltam que é dever do Estado, assegurar o direito à educação e à igualdade de oportunidades, favorecendo e reanalisando as condições de ingresso no nível superior, acesso ao currículo e permanência para que se consiga terminar o curso. Porém, essas condições só serão possíveis se houver investimento em material pedagógico, qualificação dos professores e demais profissionais envolventes no processo educativo, infraestrutura adequada, bem como a atenção a qualquer forma de discriminação que possa ser imposta por barreira atitudinais, de comunicação ou curriculares.

Dessa forma, a educação inclusiva necessita de uma atenção à diversidade, sendo que, para ser respeitada e valorizada, a instituição tem que definir sua responsabilidade nas

relações, as quais envolvem os profissionais em um amplo processo de discussão, estudo e reflexão sobre a inclusão.

Considerações Finais

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de descriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal.

Na concepção de homem, pode dizer que é indispensável à eliminação de barreiras atitudinais, que segundo Ferreira (2007) esse tipo de modificação apenas se fará com um trabalho de informação, mobilização, conscientização, que instrumente e concretize a realização de ações de respeito à diversidade e valorização das diferenças como elementos enriquecedores da contínua aprendizagem que é a existência humana. Por isso, alerta Moreira (2005), a universidade deve ampliar o significado de sua função social a fim de que as pessoas com Necessidades Educativas Especiais deixem de ser representadas pelas categorias da ineficiência, do desvio, do atípico e do improdutivo e a elas sejam assegurados o direito à igualdade de oportunidades e à educação.

A inclusão é capacidade de aceitação das diferenças e diversidades de cada pessoa, a fim de garantir acesso igual às oportunidades, principalmente no campo da educação. A inclusão vai além do acesso ao ensino superior pois envolve a permanência e o sucesso de ensino –aprendizagem.

Portanto, entender a verdadeira função social da educação superior requer a sensibilização de todos os atores institucionais para a criação de uma nova cultura, que priorize a articulação da tríade “pesquisa-ensino-extensão” em busca da resolução de problemas e demandas da comunidade na qual está inserida.

Referências

BEYER, H. O. H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista de Educação Especial**. Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), v. 3. nº 5, p.7-25, 1999.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N**. Inclusão e prática docente no ensino superior. Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria, n. 27, 2005.

DIEZ, A. M. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. **Inclusão**, Brasília, DF, v. 5, n.1, p. 16-25, jan./jul. 2010.

FERREIRA, S.L. Diversidade e ensino superior: a Universidade Estadual de Londrina na construção de uma "sociedade para todos". In: MARQUEZINE, M.C. et al. (Org.) **Inclusão**. Londrina: Eduel, 2003.

FERREIRA, J.R. Escola, educação e sociedade inclusivas. **Temas sobre desenvolvimento**. São Paulo, v.7, n. 39, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, L.C. (Org.). **Avaliação de escolas e universidades.** Campinas: Komedi, 2002.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo, 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora**?: novas exigências educacionais e profissão docente. 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

MOREIRA, L. C. A Universidade e o aluno com necessidades educativas especiais: reflexões e proposições. In: RIBEIRO, M.L.S.; BAUMEL, R.C.R. **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003

_____. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais das ações institucionais às práticas pedagógicas**. Tese de doutoramento – USP, São Paulo, 2004.

NEUENFELDT, M. C. Formação de professores para o ensino superior: reflexões sobre a docência orientada. In: II Seminário Nacional de Filosofia e Educação - Confluências, 2006, **Anais...** Santa Maria/RS.

NOGUEIRA, L. F. Z.; NOGUEIRA, E. J. Inclusão de deficientes no ensino superior e o envolvimento do trabalho docente. In: Congresso Brasileiro de educação especial; Encontro Nacional dos pesquisadores da educação especial, 4., 2010. São Carlos. **Anais...** São Carlos, 2010.

OLIVEIRA, E.T.G.; CARMO, L. H. M. Uma proposta de serviço social para estudantes com necessidade educacional especial na Universidade Estadual de Londrina- Paraná. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.) **Inclusão**. Londrina: Eduel, 2003.

PACHANE, G. G. Políticas de formação pedagógica do professor universitário: reflexões a partir de uma experiência. **Ícone**, Uberlândia, v. 11, p. 17-30, 2005.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Tradução de G. Klein. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, I. A. Política de educação inclusiva nas escolas: trajetória de conflitos. In: JESUS, D. M. et al. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação, 2007.

RODRIGUES, D. **A inclusão na Universidade**: limites e possibilidades da construção de uma Universidade inclusiva. Cadernos de educação especial. Santa Maria, n.23, 2004.

SILVA, S. C. da; ARANHA, M. S. Interação entre professora e alunos e m salas de aula com proposta pedagógica de Educação Inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp**., Marília, set.-dez. 2005, v. 11, n. 3.

SOUZA, C. da C. **Concepção do professor sobre o aluno com sequela de paralisia cerebral e sua inclusão no ensino regular.** 2005. 115 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TESSARO, N. S.; WARICODA, A. S. R.; BOLONHEIS, R. C. M.; ROSA, A. P. B. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicologia Escolar e** Educacional, v.9, n. 1, 2005.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 13, n. 3, p.399-414. set./dez. 2007.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar**.** Porto Alegre: ARTMED, 1998.

ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores**: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 2005.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Fabiola Duarte [27]
Arnaldo Nogaro [28]
Maiara Fernanda Fusinatto [29]

Eixo Temático: Educação e Diversidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO

A indagação que move o presente trabalho diz respeito à forma pela qual a formação do professor da Educação Infantil influencia na aprendizagem da criança? A necessidade de estudar este assunto surgiu durante a prática em dois ambientes de Educação Infantil, onde observou-se a relação que há entre a formação do professor e o resultado de seu trabalho, atuação e o desenvolvimento das crianças. Com base em pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, realizada mediante leitura sistemática, com fichamento de cada obra, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão, buscamos argumentar a respeito do binômio formação-atuação docente, visando que esta apresenta grande influência na aquisição da aprendizagem da criança. Buscou-se também refletir sobre a dicotomia cuidar e educar na educação infantil, onde ambos os termos são importantes no desenvolvimento da criança. Porém a formação do professor deve ser sim, qualificadas, contribuindo plenamente para o processo de aprendizagem das crianças. Para isso, é necessário que a formação contínua seja constante na vida de todos os professores que buscam, de fato, contribuir para a construção do conhecimento e de aprendizagens. Desta forma acreditamos que o estudo e problematização dos processos formativos do professor contribuem para compreender a formação do professor da Educação Infantil e sua relação a aquisição da aprendizagem da criança.

Palavras-chave: Formação do professor. Educação Infantil. Criança.

[27] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Erechim. fabi1duarte@hotmail.com

[28] Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Erechim. narnaldo@uri.com.br

[29] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Erechim. mayafusinatto@hotmail.com

Introdução

Percebe-se que a Educação Infantil apresenta grande importância na vida das crianças e o professor que estiver atuando neste nível de escolaridade deve ser capacitado e qualificado para o pleno desenvolvimento dos sujeitos envolvidos.

Segundo Nogaro e Nogaro (2012, p. 103) o educador que vai atuar na educação infantil, "[...] por ser um espaço e um tempo pedagógico, com função educativa, organizada e explícita, deverá ter preparo e estar ciente da diversidade do processo e ter clareza do desafio que é atuar neste nível de escolaridade".

Desse modo, o docente não deve ser apenas portador de um diploma ou certificado, mas, de fato, conhecedor dos aspectos importantes no que diz respeito ao desenvolvimento infantil e à preocupação com o real crescimento e aprendizagem de seu aluno.

Professor ou Mero Cuidador?

Sabe-se que é de responsabilidade de todo professor desencadear e enriquecer a curiosidade infantil ao mesmo tempo em que se criam situações de aprendizagens com ela. Mas, para que isso ocorra o professor precisa estar apto a transformar em saber as ansiedades naturais da turma com que está trabalhando. E neste momento surge o seguinte questionamento: de que forma o professor pode desenvolver tais situações?

Hoje, o lúdico se apresenta como forma criativa e estimulante de ensinar a criança, de resgatar o direito à infância, salvando sua criatividade e sua espontaneidade. Segundo Nogaro e Nogaro (2012, p.103) faz-se necessário:

> [...] compreender que a aprendizagem é fenômeno complexo que envolve uma gama de componentes. [...] Algumas pessoas podem pensar e imaginar que trabalhar com crianças nesta idade é muito fácil, sem grandes exigências. [...] Basta investigarmos junto a educadores que atuam na educação infantil, para nos convencer-nos de que encontraremos um quadro bem diferente do imaginado acima.

O profissional que irá atual neste nível de escolaridade deve ser qualificado, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto epistemológico. Não basta ser portador de um diploma. Cabe ao mesmo a aquisição de conhecimentos que legitimem a atuação junto aos alunos e garantam seu êxito. Sendo assim, precisará estar capacitado por meio de cursos de formação que enfatizem desempenho capaz de garantir a interação dele com a criança além da

qualidade de sua prática pedagógica. Deve haver um comprometimento com a criança em seu todo.

O professor de Educação Infantil não pode centrar sua atividade somente na atenção básica, ser um mero cuidador, mas constituir-se em um profissional preocupado também com a real aprendizagem da criança. Seu papel é de suma importância, pois é ele quem transforma os espaços, disponibiliza formas e materiais, participa das brincadeiras, sendo fundamental que tenha conhecimento do saber que a criança constrói na interação com o ambiente familiar e sociocultural para organizar seu planejamento.

Cabe ao profissional trabalhar de tal maneira que envolva as crianças em situações educativas, utilizando-se de suas experiências e saberes, para que assim aconteça uma troca de informações, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um, valorizando e trabalhando com as dificuldades específicas que surgirem. "A Educação Infantil integra a Educação Básica juntamente com o Ensino Fundamental e Médio. Ou seja, por lei, a Educação Infantil é um nível de ensino e isto traz consequências para o perfil do profissional que atua neste campo." (FARIA, PALHARES, 1999, p.101). Reforça-se, com isto, que a Educação Infantil não é apenas um espaço assistencialista, mas um local onde a criança vai ser cuidada, mas associado a isso estarão as atividades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento e a aprendizagem dos envolvidos.

A LDB nº 9.394/96 garante às crianças de 0 a 6 anos de idade, o direito de acesso a escolas infantis, a partir da Lei 12.796 de 4 de abril de 2013, torna-se obrigatório para os pais a matrícula das crianças de quatro anos e dever do Estado em ofertar, com base nessas informações, percebe-se que a etapa da Educação Infantil é uma etapa fundamental no desenvolvimento da criança e a formação do professor apresentará influências.

Conforme Vieira (2009, p. 12) "[...] paralelamente ao crescimento das matrículas iniciais na pré-escola, ocorreu o aumento de professoras sem formação". Com o aumento da demanda de profissionais neste nível de escolaridade, cresceu também o número de profissionais, porém muitos sem a mínima formação. No entanto, nos dias atuais, nota-se preocupação mais intensa por parte de teóricos e gestores sobre a qualificação do professor da Educação Infantil, pois se espera dele consistência teórica, vivência prática e um cabedal de conhecimentos sobre a área em que vai atuar.

A mesma autora Vieira (2009, p.11) salienta que a

> [...] existência de adultos habilitados, qualificados e valorizados, a presença de propostas pedagógicas e de diretrizes curriculares, a qualidade da infraestrutura e dos recursos pedagógicos disponíveis são aspectos ou condições que precisam ser observados para que o cuidado e a educação ministrados sejam de qualidade.

Os profissionais atuantes na Educação Infantil, a família e a sociedade não podem esquecer que a criança é um ser de direitos e um ator social, na busca de uma sociedade crítica e democrática, a própria Vieira (2009), já citada, recorda ainda que não se trata do direito de uma educação qualquer, mas do direito a uma educação que promova oportunidades para todos.

A formação do professor deve lhe proporcionar condições de programar atividades pedagógicas que desenvolvam os conceitos que as crianças já estão aptas a fazê-lo e que sejam adequadas às possibilidades reais de interação e compreensão que elas apresentam em cada estágio de seu desenvolvimento, ou seja,

> [...] defende-se que a formação do profissional da educação infantil deve estar inserida em cursos universitários, como o de pedagogia, a partir da defesa de uma sólida formação teórica, bem como, a unidade entre teoria e prática, tendo a pesquisa como princípio formativo. (MANCHOPE; PASQUALOTO, 2011, p.213).

Para o bom desempenho em sala de aula o professor deve ter a formação mínima em curso de graduação em Pedagogia ou como muitos professores iniciantes o Ensino Médio Normal, e buscar sempre aperfeiçoar-se para o trabalho com êxito junto ao aluno para poder acompanhar as transformações que se processam nas diferentes transições geracionais a que um professor está submetido ao longo de sua carreira.

O profissional atuante na Educação Infantil deve considerar a criança um sujeito ativo e participativo na construção do próprio conhecimento, deve ser um mediador[30], auxiliando a criança e não apenas entregando as atividades prontas. Jamais deve considerar a criança como um sujeito incapaz de produzir e aprender. A parceria entre a família é fundamental para um bom trabalho escolar. Neste sentido o professor passa a ser visto como um mediador, que se comunica e conduz a vida de seus educandos na conquista das descobertas acerca do desconhecido.

[30] Postura assumida pelo educador na condução do trabalho pedagógico na qual há espaço para a ação da criança sob seu olhar e acompanhamento.

> O paradigma mediador é nosso melhor referencial nos dias de hoje; remetemos a ele todo educador, pois nele encontramos plena coerência com relação aos processos mencionados, uma vez que integra, de maneira minuciosa, cada uma das fases essenciais na construção do conhecimento. (TÉBAR, 2011, p. 224).

O professor deve estar preparado para trabalhar com a adaptação da criança ao ambiente escolar, ou seja: "O professor precisa ajudar a criança a superar a ansiedade da separação e outros conflitos cuja resolução é necessária para aumentar-lhe a confiança no mundo fora da família." (OLIVEIRA, 2011, p. 210). Pois para muitas crianças o professor é o contato social mais intenso fora dos componentes familiares, e este deve estar preparado para atender os anseios, inseguranças e incerteza.

É de responsabilidade de este profissional trabalhar de maneira afetuosa, não somente na Educação Infantil, mas em todos os níveis de ensino. Além disso, ele necessita estar apto a construir um ambiente positivo, que encoraje os alunos a propor soluções, explorar possibilidades, levantar hipóteses, justificar seu raciocínio e validar suas próprias conclusões. Desta forma, os erros fazem parte do processo de aprendizagem, devendo ser explorados e utilizados de maneira a gerar novos conhecimentos, novas questões, novas investigações.

Segundo Nogaro e Nogaro (2012, p. 107) o professor "[...] passa boa parte do dia com a criança, o contato e convívio devem servir não só para orientar e trabalhar com elas, mas também para desenvolver e aprimorar atitudes, bem como observar e detectar sinais e sintomas de saúde das mesmas". Muitas vezes a criança permanece em tempo integral na escola infantil, e cabe ao professor identificar dificuldades das crianças, relacionadas a fala, visão, audição, dificuldades de aprendizagem e relacionamento, para isso o mesmo não deve apenas portar um diploma, mas estar qualificado para trabalhar com as crianças.

A formação mínima exigida é a do curso Normal (magistério) ou a graduação em Pedagogia, porém essa questão é pensada há não muito tempo, conforme Arce; Martins (2009, p. 55) a

> [...] formação das professoras de Educação Infantil é um tema que começou a se intensificar nas políticas educacionais e nos debates acadêmicos nacionais da área a partir de meados da década de 1990, sobretudo com os desdobramentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996.

Percebe-se que a teorização e realização de pesquisas sobre a formação de profissionais na Educação Infantil, é algo relativamente novo, pois esta etapa era considerada

apenas de assistência para as crianças, hoje ainda se encontra profissionais, instituições e demais sujeitos que se pautam pelo senso comum que acreditam que atuar na etapa infantil não exija qualificação. Porém é um período muito importante no desenvolvimento da criança e cabe ao professor atuante neste nível de escolaridade trabalhar de maneira a auxiliar e favorecer o desenvolvimento dos envolvidos.

O professor deve ministrar suas aulas, ensinando às crianças regras e limites, pois os mesmos são importantes na formação adulta, porém constitui-se em um trabalho conjunto entre a escola e a família, não sendo dever apenas da escola e do professor. "Portanto, dar limites aos comportamentos é inevitável e necessário para a formação de nossas crianças" (MENIN, 2012, p.11).

A ação do professor, antes de tudo, precisa ser refletida, planejada e, uma vez executada, avaliada. É importante que essa ação se oriente no sentido de ampliar o repertório das crianças, não só do ponto de vista linguístico, como também do cultural. Cabe a ele a tarefa de alimentar o imaginário infantil, de forma que as atividades das crianças se enriqueçam, tornando-se mais complexas.

Atuar na Educação Infantil é um desafio, o professor inserido nessa etapa não pode ser considerado e também não se considerar um mero cuidador, que apenas vai auxiliar a criança nos aspectos biológicos. Realmente a criança necessita de auxílio na alimentação, higiene e, muitas vezes, na locomoção, porém todos esses aspectos se realizarão com a interação do professor e cabe a este estar qualificado para trabalhar de maneira a favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Acreditamos que ser professor é um ato de amor em todos os níveis de ensino, mas na Educação Infantil o trabalho amoroso e afetuoso deve ter uma marca significativa, neste ponto Antunes (2004, p. 60) salienta:

> Sabendo-se que em toda educação o que mais marca é, primeiro o amor; depois, o exemplo; e, em terceiro lugar, o ensino, seria essencial que o (a) educador (a) infantil tivesse ilimitado amor a sua profissão e integral condição de transmiti-la através de seus atos, gestos e de suas intervenções. Que gostasse muito de crianças e que se mostrasse extremamente sensível ao afeto que desperta e às dores e angústias que revela.

Nota-se que a formação do professor para a Educação Infantil tem muitas influências na aquisição da aprendizagem das crianças, pois o profissional não deve ser apenas um

cuidador, mas um profissional preparado, qualificado e formado para atuar nesta etapa. O mesmo deve buscar qualificações e não apenas o mínimo exigido, ir à busca de formação específica para a faixa etária que estiver atuando. E, ainda, deve trabalhar de maneira reflexiva, revendo seu planejamento e adequando sempre que necessário, para obter com êxito o resultado, o que de acordo com Esteves e Chaves (2006, p. 177)

> [...] não se constrói por acumulação de conhecimentos e técnicas, mas, sim, através de um "trabalho de reflexividade crítica". [...] Assim, a formação deve ser um processo que se constrói e se reconstrói constantemente, interativa e dinamicamente, num espaço em que haja lugar para o diálogo entre os professores com vistas ao relato de experiências e ao "compartilhamento" de saberes.

Acredita-se que além de oportunizar cursos de formação continuada, o professor deve auto avaliar-se diariamente na busca de proporcionar aos alunos sempre o que de melhor pode oferecer de si mesmo. E desta forma segundo Zabalza (1998, p. 60) "[...] os profissionais desta etapa possam desfrutar de seu trabalho e sentir-se satisfeitos com a sua própria contribuição pessoal". Ou seja, o professor deve sentir realizado, feliz e responsável por uma prática de qualidade, visando sempre o desenvolvimento das crianças.

Considerações Finais

Com base na elaboração do trabalho, percebe-se a importância da Educação Infantil para a formação da criança, pois é neste período da escolaridade que o sujeito cria sua personalidade, seus conceitos, suas opiniões e, por esse motivo, não deve ser vista como uma etapa sem importância ou sem objetivos.

Para a criança que frequenta a Educação Infantil, os atos praticados em seu benefício, que envolvem o cuidar e o educar, são indissociáveis. As atividades diárias tornam o educador seu principal articulador e executor. O professor é quem desenvolve os procedimentos que permitem a formação de conhecimentos pela inserção de componentes curriculares significativos para a criança. É aquele que avalia as situações e interage no ambiente onde a sua rotina acontece. É também quem observa as práticas necessárias para a sua manutenção da

vida e de seus cuidados relacionados à saúde. E, não menos importante, é quem acompanha o seu desenvolvimento físico e o seu progresso intelectual.

Dessa forma, o profissional atuante neste nível de escolaridade, deve ser qualificado para trabalhar com dúvidas e descobertas, contribuindo com o pleno desenvolvimento das crianças, pois conforme Freire (2011, p. 40) "[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática". É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. Para que ocorra uma aprendizagem com êxito é fundamental que o professor reflita diariamente sobre sua prática, revendo métodos, buscando sempre favorecer o desenvolvimento e aprendizagem dos principais envolvidos neste processo, ou seja, as crianças.

Referências

ANTUNES, C. **Educação infantil**: prioridade imprescindível. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARCE, A. Ensinando aos pequenos de zero a três anos. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Orgs.) **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas/SP: Alínea, 2009.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_ 03/Leis /L9394.htm>. Acesso em: out. 2014.

ESTEVES, M, da P; CHAVES, E.M. A reflexão da prática como um dos subsídios para a formação do professor de ensino fundamental. **Educação**. Santa Maria: UFSM, v. 31, n.º 01, 2006.

FARIA, G. L. A. de; PALHARES, M. S. (Orgs.) **Educação infantil pós LDB**: rumos e desafios. Campinas- SP: UFSCar, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MANCHOPE, E. C. P.; PASQUALOTTO, L. C. A infância e a formação de profissionais para a educação infantil. **Educere & Educare Revista de Educação**, v. 6, n. 12, jul./dez. 2011. p.209-215

MENIN, M, S de S. Educação moral na primeira infância. **Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre, v. 8, n. 23, abr./jun., 2010.

NOGARO, A.; NOGARO, I. **Primeira infância**: espaço e tempo de educar na aurora da vida. Erechim/RS: EdiFAPES, 2012.

OLIVEIRA, Z. M. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

TÉBAR, L. **O perfil do professor mediador**: pedagogia da mediação. São Paulo: Senac, 2011.

VIEIRA, F. M. L. A formação de professores e a educação infantil. P**átio Educação Infantil.** Porto Alegre, v. 7, n. 19, mar./jun.,2009.

ZABALZA, M.A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gislaine Dias da Silva [31]
Eliane Salete Modzel [32]
Joseliane Z. Pagliosa[33]
Cassiele P. Marin Marco

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A presente pesquisa que tem como tema a música na educação infantil tem como objetivo principal investigar a importância da música no processo de aprendizagem na educação infantil, levando em consideração os processos cognitivos em que a mesma se insere se desenvolve e contribui para as questões cognitivas da criança. Neste estudo de natureza bibliográfica procurou-se realizar leitura sistemática, com fichamento de cada obra, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão. Esta presente pesquisa pretende abordar como o processo do desenvolvimento musical na etapa da educação infantil, auxilia na aprendizagem, no contexto social, afetivo e cognitivo da crianças, tendo em vista a necessidade de se trabalhar a música para contribuir na socialização e no desenvolvimento das crianças na educação infantil. A partir de métodos elaborados por muitos educadores estudiosos e possuintes de teorias e publicações é possível estabelecer relações com o cotidiano da música a ser trabalhada em sala de aula, através de questões lúdicas e abordagens concretas. A mesma por si só é elemento relevante para a aprendizagem das crianças. É importante o resgate histórico para se chegar ao resultado atual, que está em constante modificação devido a pesquisas nesta área que é bastante abrangente.

Palavras-chave: Música. Desenvolvimento musical. Aprendizagem.

Introdução

O presente estudo intitulado pretende abranger a importância da música no processo de aprendizagem na educação infantil, levando em consideração os processos cognitivos em que ela se insere, se desenvolve e contribui para a educação musical das crianças. Por meio da realização deste trabalho seguem algumas observações e leituras realizadas para se entender

[31] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: gislaineedias@hotmail.com
[32] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: elimodzel@outlook.com
[33] Professora do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim . E-mail: joselianezanin@uricer.com

melhor como se dá o processo de musicalização na educação infantil.

Partindo da necessidade para que exista estudos sobre o tema aqui abordado, partiu-se de um pressuposto metodológico, foram organizadas três seções para desenvolver o tema em questão, referente à como se desenvolve a aprendizagem na educação infantil.

A Música na Educação Infantil

Para Goés, (2009) a música é uma linguagem que, se for compreendida desde a infância, ajuda o ser humano a expressar com mais facilidade suas emoções, sentimentos e também a ser criativo. O objetivo da música na educação é contribuir na formação e desenvolvimento da personalidade da criança, pela ampliação cultural, enriquecimento da inteligência e pela evolução da sensibilidade musical. A criança é um espectador do mundo dos adultos e o resultado das relações sociais que vê a sua volta. Primeiro, ela é espectadora e só posteriormente é que se transforma em ator, como por exemplo, quando imita um adulto. A imitação é um aspecto importante no desenvolvimento intelectual e afetivo da criança. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da auto- estima e autoconhecimento, além de um poderoso meio de interação social.

Alguns pedagogos musicais destacaram que um estudo de desenvolvimento musical envolve necessariamente a observação das reações do ser humano ao primeiro contato com a música, o estudo da forma pela qual a música consegue integrar-se ao seu ser íntimo e adquirir significação para sua vida pessoal, assim como a observação das etapas pelas quais passa o processo de aquisição do conhecimento musical e a caracterização dos modos pelos quais o ser humano participa da atividade humana. O educador atento olha o mundo e descobre objetivos importantes para a utilização da linguagem musical. O ensino da música favorece o desenvolvimento do gosto estético e da expressão artística, além de promover o gosto e o senso musical. Formando o ser humano com uma cultura musical desde criança, forma-se educandos adultos capazes de usufruir a música, de analisá-la e de compreendê-la (ROSA, 1990).

As crianças revelam o modo como percebem e se relacionam com o mundo a cada dia, cabe ao educador analisá-las. A partir deste pressuposto é possível interagir melhor com as

percepções das crianças, partindo para um processo de musicalização ainda mais significativo para o universo de crianças frequentadoras de educação infantil (BRITO, 2003).

Conforme Brito, (2003) é importante respeitar o processo de desenvolvimento da expressão musical infantil e também intervir educativamente quando necessário. Refletir sobre as capacidades presentes em cada etapa do desenvolvimento infantil, bem como sobre as tantas conquistas, só tem razão de ser se é respeitado o processo único e singular de cada ser humano, e se considerado que esse processo se dá na interação com o meio, num ambiente de amor, afeto e respeito, agrega significativamente ao processo de educação da criança. Além disso, um trabalho pedagógico musical deve se realizar em contextos educativos que entendam a música como processo contínuo de construção, que envolve perceber, sentir, experimentar, imitar, criar e refletir. Nesse sentido, importa, prioritariamente, que a criança, ou seja, sujeito da experiência, e não a música, como muitas situações de ensino musical insistem em considerar. A educação musical não deve visar formar possíveis músicos de amanhã, mas sim a formação integral das crianças de hoje.

Conforme Brito, (2003) no dia a dia da educação infantil brasileira, a música vem atendendo a propósitos diversos, segundo concepções pedagógicas que vigoraram no Brasil no decorrer do tempo. Ainda percebe-se fortes predispostos de uma concepção de ensino que utilizou a música como suporte para a aquisição de conhecimentos gerais, para a formação de hábitos e atitudes, condicionamento da rotina e comemorações de datas diversas. Os cantos eram sempre acompanhados por gestos e movimentos que, pela repetição tornavam-se mecânicos e estereotipados, automatizando o que antes era expressivo. A música nesses contextos era apenas um meio para atingir objetivos considerados adequados à instrução e formação infantis, o que não fluía de modo significativo na aquisição de aprendizagem da criança de educação infantil.

Considerações Finais

Através de um resgate histórico da música, foi possível identificar o quanto algumas etapas da evolução musical foram importantes para se chegar ao resultado que se tem hoje. A musicalização infantil pode estar relacionada a elementos primordiais ao desenvolvimento do

intelecto, como por exemplo, atividades relevantes ao processo de aprendizagem. O educador necessita de uma formação inicial que oriente a criança no trabalho com a música.

As diferentes situações contidas nas brincadeiras que envolve música, fazem a criança crescer através da procura de soluções e de alternativas para melhor adaptar as brincadeiras e as suas relações sociais.

A importância que a música tem no cotidiano do educando mostra que a mesma deve ser preservada e valorizada nas escolas, deve ser trabalhada com dedicação e amor pelos professores, pois também necessita-se de estudantes mais afetuosos, cuidadosos e que se preocupam com o próximo.

Ainda são necessárias pesquisas na área de musicalização, pois são poucos os materiais para o estudo referente a essas questões.

Referências

BRITO, T. A. de. **Música na educação infantil**. Propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópilis, 2003.

GOÉS. R. S. A música e suas possibilidades no desenvolvimento da criança e do aprimoramento do código linguístico. **Revista do Centro de Educação a** Distância. CEAD/UDESC, v. 2, n.º 1, 2009.

PAHLEN, K. **História universal da música**. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1963.

ROSA, N. S. S. **Educação musical para a pré-escola**. São Paulo Editora Ática S.A, 1990.

A INFLUÊNCIA DA LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM NOS ESTUDANTES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ERECHIM/RS

Maiara Banaszeski [34]
Miriam Londero [35]
Marta Pereira [36]
Denise Aparecida Martins Sponchiado [37]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente artigo tem como tema principal a influência da ludicidade na aprendizagem nos estudantes de ensino fundamental de uma escola municipal de Erechim. O mesmo preconizou de analisar quais são as estratégias utilizadas nesta escola para facilitar a aprendizagem dos estudantes. A partir de uma pesquisa bibliográfica e observatória. Para isso, partiu do levantamento de informações sobre a mesma. Identificar questões pertinentes a ludicidade na aprendizagem destes estudantes, sendo um facilitador para o seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. Diante das observações e trabalhos realizados pelas Bolsistas CAPES/PIBID, do Curso de Pedagogia da URI- Campus de Erechim, analisando a realidade, bem como, o contexto social que o estudante esta inserido, busca-se apresentar a importância do lúdico como ferramenta facilitadora da aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e afetivo no âmbito escolar e pessoal do indivíduo. Constatar que trabalhar de maneira diferenciada com estes estudantes, colabora para os mesmos alcançarem uma aprendizagem significativa, com o intuito de formar indivíduos capazes de pensar, criar por si próprios, além de incentivar seu senso crítico, assim sendo, estaremos inserindo na sociedade indivíduos cumpridores de seus deveres e ainda indivíduos com autonomia, ideias, sabedores de seus direitos e dispostos a lutar por sua comunidade. A partir disto apresentar influências do lúdico e sua relevância no processo de desenvolvimento humano, caracterizando seus aspectos positivos no ensino, para profissionais comprometidos com a educação, deixar/fazer de suas aulas momentos ainda mais agradáveis, não somente aos estudantes mas também a si próprios, construindo uma educação de maior qualidade e que se torne atrativa e significativa.

Palavras-chave: Ludicidade. Aprendizagem. Contexto social.

[34] Acadêmica do Curso de Pedagogia. Bolsista CAPES/PIBID. URI Erechim. E-mail: maiara-b@hotmail.com
[35] Acadêmica do Curso de Pedagogia. Bolsista CAPES/PIBID. URI Erechim. E-mail: miriamlonder@hotmail.com
[36] Acadêmica do Curso de Pedagogia. Bolsista CAPES/PIBID. URI Erechim. E-mail: martinha_perreira@yahoo.com.br
[37] Mestre em Educação e Professora na Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: smdenise@uri.com.br

Introdução

O lúdico vem conquistando diferentes espaços dentro das escolas, o fato do brincar no uso pedagógico possibilita uma melhoria nas aprendizagens dos nossos estudantes, desenvolvimento seu raciocínio lógico de forma que os mesmos se sintam desafiados e estimulados. Á muito tempo os jogos e brincadeiras fazem parte do cotidiano escolar, o que traz para eles um novo olhar da realidade vivenciada.

O presente artigo busca ressaltar como o lúdico pode facilitar o desenvolvimento cognitivo, sendo uma ferramenta muito importante dentro deste contexto, onde os professores ou futuros professores devem ter conhecimento das formas de se trabalhar o lúdico com seus estudantes, bem como, conhecer as ferramentas disponíveis para que tal trabalho seja aplicado de forma produtiva.

Atualmente este tema vem conquistado espaço em diferentes segmentos de estudos educativos apresentando-se, de maneiras diferentes através de jogos de raciocínio lógico, memória, xadrez e brincadeiras diversas.

O objetivo deste artigo consiste em verificar as contribuições que os jogos e brincadeiras vivenciadas e realizas na escola que estamos inseridas pelo PIBID (programa institucional de bolsa de iniciação a docência) trazem aos nossos estudantes uma aprendizagem significativa ou não, percebemos que a brincadeira e o jogo fazem parte da infância dos mesmos e sentem prazer ao realizá-las que propor diferentes metodologias de aula para sim qualificar este processo, mas também valorizando cada progresso alcançado.

O Lúdico no Processo de Ensino Aprendizagem

Por meio da brincadeira a criança se oportuniza, se desenvolve, pois ela descobre, experimenta, fantasia, estimula sua curiosidade, autoconfiança tornando-se uma criança autônoma, encaminha para um processo proveitoso na aquisição da linguagem, obtendo concentração estímulos para um bom desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Freinet (1998) denomina de "Práticas Lúdicas Fundamentais" o exercício de alguma atividade, pois ele acredita que qualquer atividade pode ser corrompida na sua essência, dependendo do uso que se faz dela. Logo, para Freinet a dimensão lúdica é:

> [...] um estado de bem-estar que é a exacerbação de nossa necessidade de viver, de subir e de perdurar ao longo do tempo. Atinge a zona superior do nosso ser e só pode ser comparada à impressão que temos por uns instantes de participar de uma ordem superior cuja potência sobre-humana nos ilumina. (FRENET, 1998, p. 304).

Sendo a brincadeira um fenômeno em qualquer cultura, algo que faz parte da infância, produz na criança prazer, alegria, aprendizagem, e a relevância dos pais brincarem com seus filhos, a brincadeira é julgada muitas vezes apenas como um passa tempo, podemos perceber esta realidade na educação infantil sendo considerado como um parque de diversões no qual os filhos estão apenas brincando, mas na realidade é através destas brincadeiras que os mesmos estão aprendendo a se desenvolver como seres humanos pensantes, críticos e autônomos.

Contudo a família têm um papel de extrema importância neste processo pois ao brincarem com seus filhos, estão em um momento de conhecimento mútuo, além de proporcionar alegria aos filhos por estar integrando-se em seu mundo, a brincadeira é julgada muitas vezes apenas como um passa tempo, muitas pessoas, pais, professores consideram a brincadeira como algo que faz parte apenas do mundo infantil, esta realidade muitas vezes se encontra na educação infantil pois o mesmo é considerado como um parque de diversões no qual as crianças estão apenas brincando, de fato ainda não perceberam a importância da ludicidade na vida das crianças no entanto é através destas brincadeiras que os mesmos estão aprendendo a se desenvolver.

Segundo Winnicott (1975) é no brincar, e somente no brincar que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral, é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (WINNICOTT,1975, p. 80).

O que vem acontecendo nas escolas, é que as grades curriculares exigem que os conteúdos sejam ministrados e a partir disto professores passam a correr contra o tempo, pois os conteúdos precisam ser passados, tem metas a serem alcançadas, pensam que a partir dos anos iniciais do ensino fundamental a criança não precisa mais brincar, e sim copiar temas para aprender, os professores tem dificuldade em perceber a relevância da ludicidade neste processo de ensino/aprendizagem.

Porém profissionais da educação que estão sempre em busca de novos conhecimentos reconhecem a importância do mesmo como meio para o desenvolvimento social, intelectual e emocional de seus estudantes. Para compreender este universo da ludicidade é necessário envolver os jogos, os brinquedos e principalmente as brincadeiras. Estas atividades facilitam o

desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico, estimulando o desenvolvimento intelectual, possibilitando novas aprendizagens.

Para Kishimoto que é muito complexo definir jogo, brinquedo e brincadeira. Uma mesma conduta pode ser jogo ou não jogo em diferentes culturas, dependendo do significado a ela atribuído (KISHIMOTO, 2003, p.15).

Segundo Kishimoto o jogo pode ser aceito como consequência de um sistema linguístico, inserido num contexto social; onde determinados ambientes influenciam a mesma brincadeira é realizada de maneiras e regras diferentes com um outro objeto.

Os jogos: o jogo no processo da aprendizagem e a relação com o contexto social

É relevante apresentar que a palavra "jogo" se origina do vocábulo latino *ludus*, que significa diversão, sendo a brincadeira capaz de promover um ambiente descontraído, motivador, agradável, divertido e enriquecido de novas aprendizagens aos nossos estudantes, possibilitando a aquisição de diferentes habilidades. Dessa maneira, os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem podem aproveitar-se destes momentos lúdicos como o jogo para ser um facilitador na compreensão dos diferentes conteúdos.

> O jogo é portanto, sob as suas duas formas essências de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação da real á atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, sem isso, permanecem exteriores a inteligência infantil (PIAGET, 1976, p. 160).

Conforme Piaget a atividade lúdica é o ponto inicial das atividades intelectuais das crianças, são nestes momentos do “brincar” que a mesma se descobre/ instigando sua curiosidade e inteligência, sendo também uma forma de conhecer nossos estudantes, são meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual e as práticas pedagógicas.

Acontecem porque a criança, em todo seu desenvolvimento, vive em um meio ambiente que está em constante mudança, e tudo se torna novidade contendo uma imensa quantidade de objetos diferentes que ela não conhece. É nesse contexto que os professores, precisam usar o jogo como uma ferramenta instigante/interessante para uma aprendizagem

significativa, na medida em que propõe e estimula o estudante a novas descobertas. O jogo ajuda a construir um novo universo repleto de novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva o professor à criar condições de conduzir e estimular a construção de novas aprendizagem.

> [...] "jogando, a criança vai elaborando teorias sobre o mundo, sobre suas relações, sua vida. Ela vai se desenvolvendo, aprendendo e construindo conhecimentos. Age no mundo, interage com outras crianças, com os adultos e com os objetos, explora, movimenta-se, pensa, sente, imita, experimenta o novo e reinventa o que já conhece e domina" (GRASSI, 2008, p. 33).

Por meio do jogo, desenvolvemos o psicomotor dos nossos estudantes a criança quando joga ajuda na concentração, na atenção, o engajamento e a imaginação. A criança também fica mais calma, relaxada e aprende a pensar, a ter regras, a lidar com suas frustrações, estimulando sua inteligência/capacidade. Precisamos elucidar nossos conteúdos, fazendo aulas mais prazerosas e envolventes, contrastando com a realidade em que o estudante esta inserido, a fim de que o jogo seja significativo para o mesmo.

Com o passar do tempo as crianças vão crescendo se desenvolvendo e através do jogo elas começam a se integrar no meio social aprendendo a respeitar os colegas a conviver em sociedade com limites e regras a serem seguidos.

Deste modo, quando uma criança já se mostra capaz de ouvir e obedecer uma regra, percebe-se que seu entrosamento facilita com outras crianças e até mesmo com adultos, pois sabem ter limites e também reforçando a ideia de que os jogos influenciam no processo de aprendizagem das crianças, todos os estudantes são diferente tem seu próprio ritmo alguns processos são mais rápido e outros mais lentos mas cada uma a seu tempo.

Para Vygotsky (1988) a imaginação em ação o jogo se apresenta como uma primeira possibilidade de ação da criança onde permitindo ultrapassar a dimensão perceptiva motora do comportamento, através do jogo simbólico. Na criança a imaginação criadora, nasce em forma de jogo, instrumento de pensamento no enfrentamento da realidade, ampliando suas possibilidades de ação e compreensão de mundo. O brincar com fins pedagógicos e psicopedagógicos ganhando força e expansão, é justificado pelos estudos que mostram a importância dessa proposta como um recurso que ensina, desenvolve e educa.

O jogo reflete na identidade da criança, como ela se ordena, organiza, desorganiza, destrói e reconstrói o mundo ao seu modo. Podendo a mesma expressar seus desejos, anseios,

sentimentos e conhecimentos novos que vão adquirindo no decorrer de sua vida, utilizando uma das mais relevantes qualidades do lúdico, que é a confiança que a criança tem quanto à própria capacidade de tentar e encontrar soluções.

> [...] a promoção de atividades que favoreçam o envolvimento da criança em brincadeiras, principalmente aquelas que promovem a criação de situações imaginárias, tem nítida função pedagógica. A escola e, particularmente a pré-escola poderiam se utilizar deliberadamente desse tipo de situação para atuar no processo de desenvolvimento das crianças (OLIVEIRA, 1988, p. 67).

Nessa perspectiva as atividades lúdicas e pedagógicas devem envolver e desenvolver a criança nas relações afetivas, experiências de interação com a sociedade, movimento e, mas para isso os professores precisam estar preparados/ capacitados par desenvolverem os jogos envolvendo os estudantes nos mais diversos aspectos.

> [...] os profissionais deveriam ser capacitados para a prática lúdica, tendo as instituições educacionais que investir nos seus educadores, proporcionando uma formação que os levasse a incorporar o lúdico em suas propostas pedagógicas, ressaltando que seu uso não é uma perda de tempo, mas um parceiro (OLIVEIRA, 2009, p. 113).

Muitos educadores devem desenvolver e reconhecer á constituição do sujeito através dos jogos desenvolvendo uma aprendizagem significativa, o jogo facilita o trabalho pedagógico, recurso a ser utilizado em qualquer disciplina, auxiliando o aprender do aluno.

Práticas e observações vivenciadas na escola

Na escola que estamos inseridas como bolsistas do PIBID/CAPES vivenciamos diferentes práticas pedagógicas, por a mesma estar situada em zona periférica a realidade tanto cultural como social destes estudantes de classe baixa, é precária, sendo que se destaca o papel da família, grande parte das mesmas, desestruturadas, sem instruções, como os pais poderão instruir seus filhos se nem eles tiveram oportunidade de uma educação de qualidade, havendo também a desmotivação, a falta de limites, a falta de carinho entre tantos outros fatores relevantes no seu desenvolvimento cognitivo, que reflete diretamente em seu

comportamento na escola e na sua aprendizagem, por tanto cabe a nós refletirmos e instigarmos os mesmos a mudar esta realidade, criando novas possibilidades, fazendo os mesmo enxergarem a vida com outros olhos possibilitando serem autores de sua própria história a criar, inovar, a seres protagonistas a gostar daquilo que estão realizando sentir prazer em determinadas atividades.

No entendo é de fundamental relevância que o docente busque novas metodologias para que esta aprendizagem ocorra, mas também

Na escola que estamos inseridas como bolsistas do PIBID/CAPES vivenciamos diferentes práticas pedagógicas, por a mesma estar situada em zona periférica a realidade tanto cultural como social destes estudantes de classe média baixa, é precária, sendo que se destaca o papel da família, grande parte das mesmas, desestruturadas, afinal como os pais poderão instruir seus filhos se nem eles tiveram oportunidade de uma educação de qualidade? Havendo também a desmotivação, a falta de limites, a falta de carinho entre tantos outros fatores relevantes no seu desenvolvimento cognitivo, que reflete diretamente em seu comportamento na escola, no seu sentimental e consequentemente na sua aprendizagem de forma geral, por tanto cabe a nós refletirmos e instigarmos os mesmos a mudar esta realidade, criando novas possibilidades, fazendo os mesmos enxergarem a vida com outros olhos possibilitando serem autores de sua própria história, a criar, inovar, a serem protagonistas, a gostar daquilo que estão realizando e sentir prazer em determinadas atividades.

No entanto é de fundamental relevância que o docente busque novas metodologias para que esta aprendizagem ocorra, mas também saber adaptar esses conteúdos para assim se tornar algo atrativo aos olhos de seus estudantes e fazer com que fiquem instigados a querer e buscar além do conteúdo passado pelo professor em sala de aula.

Podemos observar que nas atividades onde trabalhamos com o lúdico, a participação e envolvimento dos estudantes se torna mais visível e os resultados são vistos de forma positiva. A partir deste ponto podemos afirmar que dentro da realidade encontrada na escola e vivenciada todos os dias por seus membros, a ludicidade está sim contribuindo no entendimento e aprendizagem dos seus estudantes de forma relevante e com clareza trazendo uma enorme contribuição, não somente no âmbito escolar mas inclusive no intelectual, no senso crítico e na própria vida particular de cada estudante.

Considerações Finais

Diante do exposto neste artigo, é importante ressaltar que o lúdico é de fundamental importância para o desenvolvimento físico, mental e crítico da criança, auxiliando na construção do seu conhecimento e na sua socialização, englobando aspectos cognitivos e afetivos. O lúdico também é um importante instrumento pedagógico que tem o poder de melhorar a auto-estima e aumentar os conhecimentos da criança, quando utilizados com objetivos definidos. O ensino, utilizando meios lúdicos cria um ambiente gratificante e atraente, servindo como estímulo para o desenvolvimento integral da criança.

Assim, é importante que o professor busque sempre ampliar seus conhecimentos sobre atividades que envolvam o lúdico, e que utilize com mais frequência técnicas que trabalhem a didática através de jogos, brincadeiras e outras atividades práticas, proporcionando a seus alunos bons momentos de aprendizagem, de uma forma divertida e atraente, instigando-os a buscar e querer saber mais, proporcionando desta forma um melhor aproveitamento da capacidade do estudante e alimentando sua curiosidade.

Percebemos que a brincadeira e o jogo fazem parte da infância dos mesmos e sentem prazer ao realizá-las, basta que o educador saiba utilizá-los corretamente e em situações onde seu uso seja adequado e venha a facilitar ou acrescentar em determinado conteúdo a ser trabalhado, para que o jogo/brincadeira esteja ali não para “matar tempo” mas para realmente acrescentar no conhecimento necessário a formação deste estudante, seja ela escolar ou pessoal.

Referências

FRIEDRICH, F. **O formador das crianças pequenas**. Disponível: o em www.revistaescola.abril.com.br. Acesso: 20 agosto 2015.

GRASSI, T. M**. Oficinas psicopedagógicas**. 2ª ed. rev. e atual. Curitiba: IBPEX, 2008.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.

OLIVEIRA, M.A.C. **Psicopedagogia**: a instituição em foco. Curitiba: IBPEX, 2009.

OLIVEIRA, M.K.O. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico**. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.

PIAGET J. **Psicologia e pedagogia**. Trad. Lindoso DA, Ribeiro da Silva RM. Rio de Janeiro: Forense Universitária;1976.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**: O desenvolvimento de processos psicológicos superiores. 6ª ed. São Paulo, 1988.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro, 1975.

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Daniela J. Glowacki[38]
Simone F. Zanoello[39]
Denise Aparecida Martins Sponchiado[40]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

Resumo
O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência vivida pela acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – campus de Erechim, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), realizado em uma escola pública da cidade de Erechim, estado do Rio Grande do Sul, com uma turma de terceiro ano. A mesma realizou o projeto intitulado como, "Brincando e Aprendendo através dos Jogos", o qual visava suprir dificuldades que os alunos apresentavam no processo de Ensino e Aprendizagem e da Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O projeto desenvolveu-se a partir de atividades lúdicas, dentre as quais se ressaltam os jogos. Entende-se jogo como uma metodologia, que deve ser bem planejada, com objetivos claros e que vise auxiliar o aluno na aprendizagem de conceitos matemáticos. Para isso, Lara (2003) propõe o uso de diferentes tipos de jogos, sendo eles: jogos de construção, jogos de treinamento; jogos de aprofundamento; e, jogos de estratégias. A partir do projeto verificou-se de forma empírica que os alunos aumentaram o interesse pela Matemática, pois aprimorou o raciocínio lógico matemático, a atenção, a concentração, a memorização, o prazer em aprender, o trabalho em equipe, respeito à opinião do outro, a autoconfiança e a autonomia, obtendo uma melhora no seu desempenho em sala de aula. O que nos mostra que a Ludicidade pode ser uma proposta excelente no auxílio para desenvolver atividades pedagógicas promovendo qualitativamente o processo de ensino e aprendizagem, agregando valores e significados as atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: PIBID. Processo de Ensino e Aprendizagem. Matemática. Ludicidade. Jogos.

[38] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Bolsista CAPE/PIBID. URI Erechim. E-mail danielagbonato@gmail.com
[39] Mestre em Matemática Aplicada pela UFRGS e Doutoranda do programa de Pós Graduação em Ensino de Ciência e Matemática da ULBRA, Professora do Departamento de Ciências Exatas e da Terra da URI Câmpus de Erechim. Coordenadora do Subprojeto de Pedagogia URI Erechim, E-mail: simonez@uri.com.br
[40] Pedagoga, Mestre em Educação, Professora do Departamento de Ciências Humanas – URI Erechim, Coordenadora do Subprojeto da Pedagogia URI Erechim, E-mail: smdenise@uri.com.br

Introdução

O propósito desse artigo é relatar a importância dos jogos no processo de ensino e aprendizagem da Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especificamente no que tange a prática desenvolvida pela acadêmica do PIBID, subprojeto da Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões (URI) - campus de Erechim.

O estudo nasceu da perspectiva de desenvolver atividades diferenciadas para cativar os alunos e ao mesmo tempo mostrar a capacidade que os mesmo tem, em estar resolvendo cálculos matemáticos e assim aumentar o interesse pela Matemática e diminuir as dificuldades apresentadas pelos alunos.

O presente artigo apresenta indicativos teóricos da importância da Ludicidade, no processo de Ensino e Aprendizagem da Matemática, as definições de Jogo, nos quais são ancoradas as prática desenvolvidas a partir de jogos com um turma de terceiro ano do Ensino Fundamental em uma escola pública do município de Erechim.

A Ludicidade no Processo de Ensino e Aprendizagem.

Ludicidade, segundo Luckesi (2015) é: "[...] toda atividade que funciona como um elo integrador entre os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais, dessa forma o brincar desenvolve a facilidade para à aprendizagem".

A ludicidade é muito importante não somente para a aprendizagem, mas também para a saúde mental do ser humano, por ela trabalhar a afetividade com o outro, com os objetos e com o mundo acaba desenvolvendo em cada um a expressão do próprio ser.

No entanto o professor que for trabalhar com a ludicidade precisa estar inteiramente envolvido com a atividade e com os seus alunos doando-se emocionalmente para que haja um retorno positivo de todos.

Além disso, a educação de forma lúdica e prazerosa possibilita ser aplicada em todas as fases seja ela na infância, na adolescência ou com adultos, sempre buscando a mesma finalidade, formar conceitos, estabelecer relações, integrar e estimular o crescimento físico e mental, desenvolvendo assim a socialização com o mundo. Almeida (1990 p.22) salienta que:

> […] a educação lúdica integra na sua essência uma concepção, teórica profunda e uma concepção prática atuante e concreta. Seus objetivos são a estimulação das

> relações, cognitivas, afetivas, verbais, psicomotora, sociais, a mediação socializadora do conhecimento e a provocação para uma reação ativa, crítica e criativa dos alunos.

Os educadores cientes das necessidades e da importância de se trabalhar de forma lúdica com seus alunos, sabem as contribuições que a mesma pode trazer para o desenvolvimento do aluno e que o brincar faz com que o educando se sinta livre para criar e recriar o mundo ao seu redor.

Existem diferentes atividades que podem ser consideradas lúdicas, dentre elas, destacam as brincadeiras, contos de história, fantasia faz de conta, brinquedo simbólico e os jogos, o qual será o tema do próximo item.

O jogo e a Aprendizagem da Matemática.

A matemática tradicionalmente é apresentada como uma ciência exata, isso muitas vezes se traduz aos olhos dos alunos como uma disciplina difícil. Diante das dificuldades encontradas no ensino da Matemática, os professores buscam progressivamente a construção dos conhecimentos através das propostas pedagógicas e recursos didáticos que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem.

Uma das metodologias que podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem é o jogo. Agranionih e Smaniotto (2002, p.16) definem o jogo matemático como:

> [...] uma atividade lúdica e educativa, intencionalmente planejada, com objetivos claros, sujeita a regras construídas coletivamente, que organiza a interação com os conhecimentos e os conceitos matemáticos, social e culturalmente produzidos, o estabelecimento de relação lógicas e numéricas e a habilidade de construir estratégias para a resolução de problemas.

Com o passar dos anos o jogo começou a ser considerado como parte essencial das atividades humanas, caracterizado com a espontaneidade, o brincar e o funcional, busca a satisfação de quem o pratica.

Piaget (1975) aponta em sua obra a experiência e o entusiasmo ao aplicar os jogos lúdicos em crianças. Para ele os jogos são um meio de contribuir e enriquecer o

desenvolvimento intelectual das crianças, representando simbolicamente a realidade vivida por elas.

O jogo pode conciliar na integração entre os alunos, no respeito à opinião do outro, no trabalho em equipe, na autoconfiança, na autonomia e na concentração.

Na Matemática os jogos podem auxiliar o aluno a construir e fixar conceitos, desenvolver o raciocínio lógico, estimular o pensamento independente, desenvolver a criatividade, o cálculo mental e desenvolver diferentes estratégias.

Diante disso Lara (2003) acredita ser importante trabalhar com diferentes tipos de jogos**: jogos de construção; jogos de treinamento; jogos de aprofundamento; e, jogos de estratégicas.**

Assim sendo, ela define **os jogos de construção** como aqueles que trazem ao aluno um assunto desconhecido fazendo com que através da manipulação de materiais ou perguntas e resposta, construa e adquire, os **jogos de treinamento** são aqueles que servem para o aluno fixar noções de matemática, os **jogos de aprofundamento** são aqueles que buscam próprias soluções onde o aluno posso aprofundar trabalhados mesmos em diferentes situações e **jogos de estratégias** são aqueles que requerem dos alunos uma diferença estratégicas para ao aluno buscar desenvolver hipóteses e múltiplas alternativas para resolver um determinado problema.

Para que os jogos auxiliem efetivamente no processo de ensino e aprendizagem é necessário que haja um planejamento por parte do professor, em o mesmo tento objetivos claro ao usar um determinado jogo, caso contrário corre-se o risco de utilizar o jogo sem sua total potencialidade.

O professor precisa conhecer o que irá jogar, pois o jogo por si só pode não ser suficiente para a formação de conhecimentos matemáticos. No caderno, Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa (BRASIL, 2014) é sabendo que a aplicação de um jogo deve ter momentos distintos, como: início do jogo, durante o jogo e depois do jogo.

O início do jogo é quando o professor expõe a jogo a turma, juntamente com as regras, certificando-se que todos compreenderam. Durante o jogo é o momento que o professor mantem o acompanhamento, estando atento para as dificuldades e postura das crianças em relação à resolução para que venha a desenvolver novas possibilidades para a mesma atividade. E por fim depois do jogo, o qual é importante proporcionar um momento de socialização sobre o que aprendeu de Matemática, fazendo questionamentos e expondo os resultados alcançados.

Os momentos dos jogos também podem e devem ser momentos de avaliação, observando a postura do aluno no que se diz respeito a: ganhar, perder, colaborar; a postura em relação ao desenvolvimento de estratégicas e habilidades; a relação do aluno com o saber matemático; se o aluno é comprometido com a atividade mantendo as regras estipuladas.

Considerando que o jogo é uma atividade lúdica e que pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, desenvolveu-se em uma escola pública do município de Erechim atividades que envolviam o jogo como uma forma de auxiliar nas dificuldades dos alunos. As atividades serão descritas no próximo item.

Atividades realizadas em sala de aula através do PIBID

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID oportuniza as acadêmicas de licenciatura a obter experiências em sala de aula, preparando-as para uma educação de qualidade visando valorizar os profissionais da educação, além de facilitar o diálogo entre a Universidade e a escola, ao qual existe uma troca de conhecimentos entre a acadêmica e a professora regente, diante da vivencia do cotidiano com a dinâmica da sala de aula.

Desse modo, a acadêmica bolsista do programa PIBID, subprojeto de Pedagogia, da URI/Erechim desenvolve atividades que envolveram a exploração de jogos matemáticos com os alunos do terceiro ano da escola pública de Erechim, visando suprir diferenças de aprendizagem que os alunos apresentaram em sala de aula, observados pela acadêmica enquanto acompanhava a turma.

A partir disso, surge o projeto, “Brincando e Aprendendo através dos Jogos”, com o objetivo de despertar nos alunos o interesse pela Matemática, o prazer em aprender através do jogo e a compreender a Matemática. Além disso, os jogos matemáticos oportunizam a vivenciar situações pelos alunos, desta forma ocorre o processo de aprendizagem, como mostra Grando (2004, p.29) no qual afirma que o jogo propicia, “[...] a exploração do conceito por meio da estrutura matemática subjacente ao jogo que pode ser vivenciada pelo aluno quando ele joga, elaborando estratégias e testando-as a fim de vencer o jogo”.

Assim, percebe-se que o jogo Matemático, utilizado com objetivos pré-estabelecidos pelo professor torna-se um agente construtor de saberes, podendo auxiliar tanto o professor na

dinamização da prática, quanto aos alunos que se tornam hábil na construção de seus conhecimentos.

Nestas condições, na turma do terceiro ano da escola participante do projeto PIBID, foram colocados em práticas os jogos, o Varal da Tabuada, Dominó da Subtração e o Jogo da Memória da divisão.

O Jogo Varal da Tabuada (Figura 1), foi desenvolvido na turma de terceiro ano, com o intuito de suprir dificuldades e a falta de interesse demonstrado pelos alunos. De uma forma lúdica foi desenvolvido as tabuadas do dois até o sete, as quais já haviam sido trabalhadas pela professora regente, porém os alunos apresentavam dúvidas.

Uma das regras do jogo é dividir a turma em dois grupos. Sendo assim o jogo se torna uma competição entre ambos, despertando a vontade de aprender para poder ganhar. A partir disso se iniciava o jogo realizando o par ou ímpar entre os representantes das equipes. Feito isso cada integrante do grupo tinha uma chance de escolher uma letra e um número para localizar a camiseta e assim responder a questão da tabuada que está verso dela.

Figura 1: Alunos do 3º ano praticando o jogo "O Varal da Tabuada"

Fonte: O autor (2015)

No primeiro dia de execução verificou-se de uma forma empírica que os alunos tinham muitas dificuldades em responder as questões, por não lembrarem ou por não saberem

a resposta, ocasionando assim respostas não coerentes ao que foi pedido. Porém, percebeu-se que conforme se repetiu o jogo os alunos foram respondendo gradativamente melhor a cada dia. O jogo continua sendo utilizado, havendo algumas adaptações conforme os alunos evoluem.

No jogo Dominó da Subtração (figura 2), foi construído com o objetivo de desenvolver o raciocínio lógico e o desenvolvimento de estratégias. Os alunos foram reunidos em grupos de quatro componentes, receberam sete peças que envolviam cálculos de subtração, e o componente que tinha a peça com o maior resultado deveria iniciar o jogo. Dando sequência o colega ao lado direito, deveria procurar uma peça que tivesse o cálculo ou a resposta da peça colocada pelo colega anterior. O primeiro integrante que colocasse todas as suas peças no centro da roda era o vencedor, o jogo continuava até serem colocadas todas as peças de todos os jogadores.

Figura 2: Alunos do 3º ano praticando o jogo "O Dominó da Subtração"

Fonte: O autor (2015)

Enquanto ocorria o jogo foi observado de forma empírica, que os alunos desenvolveram a concentração, o raciocínio lógico e estratégico para jogar e manipular as peças, facilitando a resolução dos cálculos e encontrando as peças.

O Jogo Memória da Divisão (figura 3) foi criado para que os alunos fixassem a tabuada, aprimorassem o algoritmo da divisão e a memória. Em grupos de quatro

componentes, cada aluno deveria escolher duas cartas, verificando se o resultado era correspondente ao cálculo, caso fosse mantinha-se as fichas para si e continuava o jogo. Tinha duas chances para encontrar o par.

Figura 3: Alunos do 3º ano praticando o jogo "Memória da Divisão"
Fonte: O autor (2015)

No decorrer do jogo pode ser observado de forma empírica, que alguns alunos já tinham mais facilidade em resolver mentalmente os cálculos de divisão em decorrência dos jogos anteriores. Os jogos puderam auxiliaram os alunos no aprimoramento da atenção, da concentração, a memorização da tabuada, o aprimoramento da operação de divisão, o prazer em aprender, o trabalho em equipe, respeito a opinião do outro, a autoconfiança e a autonomia, obtendo uma melhora no seu desempenho em sala de aula.

Esses resultados puderam ser observados sempre após a cada realização dos jogos, além do entusiasmo que os alunos demonstravam pedindo para que realizar-se novos jogos, no intuito de demonstrar a suas habilidades e aprendizagem que obtiveram a partir do que tinham vivenciado.

Considerações Finais

Os jogos quando planejados adequadamente podem ajudar e motivar os alunos a aprenderem conceitos matemáticos, aprimorando o desenvolvimento do raciocínio lógico bem como: incentivar os alunos a aprender, servindo como um excelente recurso para auxiliar o aluno no processo de Ensino e Aprendizagem da Matemática.

Com a produção do projeto "Brincando e Aprendendo através dos Jogos", percebeu-se de forma empírica que a grande maioria dos alunos demonstrou uma evolução no desempenho dentro da sala de aula, principalmente no que se referir a memorização da tabuada.

A ludicidade mostrou o quanto é importante desenvolver atividades diferenciadas, pois isso pode incentivar os alunos, e através dessas atividades é possível observar a interação entre os mesmos, a importância de trabalhar em equipe.

Diante do exposto, a vivência do projeto me proporcionou experiência e conhecimento relacionados com contato direto com os alunos. Estando dentro da sala de aula foi possível fazer a aproximação da teoria vista em sala com a prática do dia-a-dia, desenvolvendo assim um novo olhar sobre o que é ser professor e as preocupações enfrentadas por este profissional.

Além de o PIBID contribuir na formação das acadêmicas ele acaba de uma forma reflexiva aprimorar os trabalhos realizados pelos professores regentes através das ações e atividades desenvolvidas pelas bolsistas, ocorrendo assim troca de sabedorias e experiências.

Referências

ALMEIDA, P. **Educação lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

AGRANIONIH, N. T.; SMANIOTTO, M. **Jogos e aprendizagem matemática:** uma interação possível. Erechim: EdiFAPES, 2002.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** Jogos na Alfabetização Matemática. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional; Brasília: MEC, SEB, 2014.

GRANDO, R.; **O jogo e a matemática no contexto da sala de aula.** São Paulo: Paulus, 2004.

LARA, I. C. M.; **Jogando com a matemática de 5ª a 8ª série.** São Paulo: Rêspel, 2003.

LUCHESI, C.; **Ludicidade e Atividades Lúdicas:** uma abordagem a partir da experência interna. Disponível em: http://www.luckesi.com.br/artigoseducacaoludicidade.htm Acesso em: 10 set.2015.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliane Salete Modzel [41]
Gislaine Dias da Silva [42]
Cassiele Paula Marin de Marco [43]
Joseliane Zanin Pagliosa [44]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente artigo tem como tema "possibilidades de prática pedagógicas na educação infantil", o qual busca investigar a contribuição de jogos e brincadeiras para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e consequentemente a relevância na Educação Infantil. Sendo este artigo composto por pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com enfoque exploratório, realizado a partir de obras, (livros e artigos) que abordam o tema, mostrando a importância da ludicidade na Educação Infantil. No artigo destaca-se que as brincadeiras estimulam e contribuem para o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social da criança em idade pré-escolar. Assim, enfatiza-se ao longo deste, a importância de se efetivar realmente a uma prática pedagógica que coloque a brincadeira no centro de todo o processo pedagógico e caracterize a brincadeira como fonte de desenvolvimento e aprendizagem para as crianças.

Palavras-chave: Brincadeira. Práticas Pedagógicas. Educação Infantil.

Introdução

Antigamente os jogos e as brincadeiras eram considerados um passatempo para as crianças. As brincadeiras eram utilizadas sem qualquer significado pedagógico. Os brinquedos que existiam destinavam-se apenas para distrair. Com o passar do tempo foi se tornando mais visível a possibilidade de utilizar os jogos e as brincadeiras para desenvolver a aprendizagem de forma lúdica.

[41] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: elimodzel@outlook.com
[42] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: gislaineedias@hotmail.com
[43] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: paulacassiele@gmail.com
[44] Professora do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim. E-mail: joselianezanin@uricer.com

Diante disso, considera-se importante investigar a contribuição dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e consequentemente a relevância na Educação Infantil.

A brincadeira contribui para o desenvolvimento das crianças, promovendo o processo de socialização e de descoberta do mundo. É possível superar os problemas existentes e oferecer melhores condições de vida às crianças, ampliando e valorizando o tempo, o espaço e as oportunidades para organizar as brincadeiras. E acreditando na importância pedagógica do lúdico, espera que, este estudo venha contribuir, como fonte de pesquisa no processo de aprendizagem e conhecimento infantil. Através das brincadeiras, as crianças substituem objetos por algo real. Brincando, a criança sente prazer e inicia a organização das suas relações sociais.

Neste artigo especialmente abordaremos um estudo bibliográfico, aonde em primeiro momento será abordado as possibilidades de práticas pedagógicas que envolvam os jogos e as brincadeiras na educação infantil e em um segundo momento cita se algumas ideias sobre o papel do professor diante das brincadeiras.

Possibilidades de práticas pedagógicas que envolvam os jogos e as brincadeiras na educação infantil

As práticas pedagógicas devem favorecer o desenvolvimento infantil e a obtenção de conhecimentos de forma prazerosa e significativa. O trabalho pedagógico orientado e trabalhado pelo educador com um olhar para uma sociedade complexa e diversificada promovendo assim a inserção social construtiva respeitando, sendo capaz de desenvolver sua autonomia, identidade, espírito de cooperação e solidariedade com os demais, não apenas dentro da escola, mas também fora dela. Como é apresentado nos Referenciais Curriculares Nacional de Educação infantil:

> [...] a capacidade de se conduzir e tomar decisões, por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é nessa faixa etária, mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas. Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem. Exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das ideias e dos valores. (BRASIL, 1998, p.14).

O professor precisa ter uma atitude crítica perante os alunos conhecendo seus limites e possibilidades. De acordo com Signoretti (2003, p.06), "Ao professor compete respeitar as características, o ritmo, as necessidades e possibilidades de cada criança, nas diferentes faixas etárias". Quanto às dificuldades e dúvidas encontradas deve enfrentar os problemas expondo a seus colegas e à equipe pedagógica quando necessário, verificando se suas propostas estão sendo visivelmente entendidas pelos alunos, pois isso ajuda na organização da atividade proposta. Para isso é preciso que o professor tenha segurança e autoridade desde o maior até o menor acontecimento.

O brincar quando tem intenção pedagógica nos leva a uma reflexão acerca da relevante função que o professor da educação infantil tem a exercer. Agir com intenção pedagógica é organizar a aula de maneira consciente, planejada, criativa e capaz de produzir um efeito positivo na aprendizagem do aluno proporcionando possibilidades e ocasiões para que as crianças brinquem e, ao mesmo tempo, aprenda dentro de uma situação planejada e equilibrada entre a atuação do professor e a espontaneidade do aluno com o máximo de aproveitamento em prol do desenvolvimento integral da criança.

A intenção pedagógica do professor necessita ir além do ritual de planejamento de conteúdos, ela incide, especialmente na atitude do professor, que precisa buscar o tempo todo um diálogo franco, esclarecedor, formativo e proativo com seus alunos, ajustando-se, precisamente, o seu discurso na tentativa de construir no seu aluno algo maior que a transmissão de conceitos e teorias.

O papel do professor diante das brincadeiras

As escolas da educação infantil de hoje, tornaram-se um lugar onde as crianças passam boa parte do seu tempo, no entanto, esse tempo está destinado às atividades propostas pelos adultos, o que fazem com que as crianças comecem a enxergar a escola como lugar de trabalho e não somente de aprendizagem ou de ludicidade.

No entanto, cabe ao educador acompanhar as atividades, bem como promover oportunidades em que a criança possa se desenvolver, através da organização do espaço, da disponibilização de objetos para a criança e materiais que possam enriquecer o espaço da sala de aula e tomá-lo um ambiente lúdico e de aprendizagem por meio de brincadeiras.

O professor da educação infantil enquanto promotores e mediadores da aprendizagem, possuem este papel de estimular a construção, ensinar e aprender a construir brinquedos. Não se trata de uma transformação da sala de aula em ambientes teóricos, mas torná-la prazerosa e desafiadora.

O professor por sua vez, precisa inserir o ato de brincar em sua pratica pedagógica, vivenciando o universo infantil não apenas na teoria, mas na prática, transformando a sala de aula em um ambiente de alegria e de prazer.

Se o brincar facilita a aprendizagem, então, é preciso que o educador seja a favor do lúdico, pois nada será feito se os professores não se interessarem por essa forma de educação. O profissional precisa aumentar a criatividade, o entusiasmo, a alegria e observar as crianças no decorrer do brincar. É necessário que o educador entenda o brincar da criança.

Para que o educador examine o universo infantil é preciso ter um conhecimento teórico, pratico, com capacidade de observação e vontade. Através da observação do lúdico, o educador pode obter importantes informações sobre o brincar. E essas informações definem critérios, por exemplo, de quanto tempo uma determinada brincadeira ou jogo envolvam as crianças, quais as competências e habilidades dos jogadores, qual o grau da criatividade, de autonomia, iniciativa e criatividade de cada um, quais linguagem utilizam os envolvidos, qual o grau de motivação, afetividade, emoções e satisfações pelo brincar.

> A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros (BRASIL, 1998, p.43).

No decorrer do brincar, através das ações das crianças, é possível que o educador verifique problemas como valores morais, comportamentos nos diferentes ambientes, conflitos emocionais e cognitivos, ideias e interesses.

Portanto o educador possui um papel de um facilitador, ora orienta e dirige as atividades lúdicas, ora coloca as crianças como responsáveis de suas próprias brincadeiras. É importante que o responsável organize e estruture o espaço de forma a estimular na criança vontade de brincar, de competir e cooperar, pois em relação ao brincar o que é mais

importante é a participação e aliando a teoria a pratica acontece a valorização do conhecimento.

É importante que o educador determine certa “área livre” onde as crianças possam mexer, montar, fazer e criar, dando certo tempo para a que a criatividade e imaginação aconteçam.

Antunes (2003) ressalta a importância do papel do educador como uma saudável ponte entre a brincadeira e as reflexões sobre a mesma e, atuar como facilitador de discussões entre os jogadores, que coletivamente constituirão sua aprendizagem, muitas brincadeiras através de perguntas bem colocadas, podem proporcionarem reflexões, debates, ideias e projetos.

> Essa relação entre os jogos e a aprendizagem significativa destaca que a boa escola não é necessariamente aquela que possui uma quantidade enorme de caríssimos brinquedos eletrônicos ou jogos ditos educativos, mas que disponha de uma equipe de educadores que saibam como utilizar a reflexão que o jogo desperta, saibam fazer de simples objetos naturais uma oportunidade de descoberta e exploração imaginativa. (ANTUNES, 2003, p. 31).

O professor é responsável em proporcionar interações positivas com as crianças, como também em assegurar as trocas e aprendizagem paralelas entre elas. Por tanto, é necessário que ele lhes ofereça momentos em que possam brincar juntas, em pequenos grupos ou individualmente e ainda que saiba atuar e intervir nestas situações. O professor, como o sujeito mais experiente das relações estabelecidas e sala e estudioso deste âmbito da educação, considera que as crianças aprendam juntas, seja ao imitar uma brincadeira ou aprender possibilidades para resolver uma atividade, um conflito ou uma situação-problema.

Com isso, o professor é o responsável em organizar a rotina, tempo e espaço diário de seus alunos, propiciando as trocas entre os pares e com ele mesmo. A valorização a ação da criança na construção do seu conhecimento o professor oferece apoio à sua atividade sem interferir no que esta a fazer, seja observando ou ate mesmo sendo um sujeito da brincadeira. Mas para que isso aconteça, faz-se necessário que este aprenda a ouvi-los, saiba dar sugestões e aceite as sugestões das crianças, que auxilie na organização destes momentos, que seja atencioso, demonstrando carinho e respeito pelas crianças.

De acordo com Davis (1989, p. 54) “cabe a ele (o professor) garantir a simetria das relações que se estabelecem entre os alunos, evitando que uns se calem, outros apenas

obedeçam e outros ainda dominem. (...) criando condições para a colaboração, a compreensão mutua e a comunicação produtiva."

Para Teixeira (2010), a participação do professor no jogo e na brincadeira dos alunos tem a finalidade de ajudá-los a perceber como podem participar da aprendizagem e da convivência em geral, sentando ao lado dos alunos, incentivando aqueles que não aprenderam ainda, como entrar em uma brincadeira, ou aqueles que apresentam dificuldades em um determinado jogo.

O professor deve ajudar sés alunos a interagirem na atividade lúdica, incentivando a participação fazendo perguntas para quem não sabe como fazê-lo ou é muito inibido. Sua participação é adequada à medida que sua presença for um aval para que todos participem com liberdade e espontaneidade. (TEIXEIRA, 2010, p. 72).

É importante o envolvimento do professor com os alunos, a interação intencional, observando as brincadeiras das crianças, e que as mesmas tenham liberdade e espontaneidade em oferecer o material adequado e um espaço estruturado que permite o enriquecimento das competências imaginativas e organizacionais da criança.

> [...] o professor como mediador, aponta o brincar como instrumento próprio e necessário para a criança. É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa (BRASIL, 1998, p.29).

Teixeira (2010), afirmou também que durante as brincadeiras a intervenção do educador nas instituições escolares é de suma importância, mesmo que seja o brincar espontâneo.

> [...] o professor deve oferecer materiais, espaço e tempos adequados para que a brincadeira ocorra em sua essência. O adulto também pode, portanto, estimular a imaginação das crianças, despertando ideias, questionando-as para que busquem soluções para os problemas, assim como pode brincar junto com as crianças, partilhando sensações e reações nesse momento singular de seu desenvolvimento, podendo até mesmo contar do que e como ele próprio brincava na infância, estimulando assim a imaginação das crianças e servindo de modelo. (TEIXEIRA, 2010, p. 67).

Além disso, os professores poderão desenvolver atividades práticas com as crianças, observando as mesmas quando estão interagindo nas brincadeiras, promovendo e influenciando para sua aprendizagem.

Os professores precisam estar cientes de que os jogos, brinquedos e brincadeiras, são necessários e que proporcionam enormes contribuições para o desenvolvimento da habilidade de aprender a pensar e para o desenvolvimento motor e sócio-afetivo.

Conclusão

Os jogos e os brinquedos constituem-se hoje em objetos privilegiados da educação infantil, desde que inseridos numa proposta educativa que se baseie na atividade e na interação das mesmas. Propõe-se, portanto aos educadores infantis, compreender o brincar como importante elemento para o desenvolvimento e aprendizado das crianças. Nesse sentido remete pensar sobre a relevância do mesmo nas propostas pedagógicas na educação infantil, para que experimentem, como mediadores, o verdadeiro significado da aprendizagem com desejo e prazer.

Conclui-se que as atividades lúdicas são úteis e essenciais à vida humana. Torna-se uma prática voltada à ludicidade indispensável para que a aprendizagem seja realizada com prazer e divertimento. A ludicidade é importante em sala de aula, ainda mais quando se trata de educação infantil, onde jogos e brincadeiras são fantasiados e tornam-se úteis para futuros adultos pensantes.

Na educação infantil o professor e a escola devem valorizar e organizar o trabalho pedagógico em torno do faz de conta, os jogos de construção e os tradicionais, por estarem mas

Referências

ANTUNES, C. **Jogos Para o Bem Falar:** Homo Sapiens, Homo Loquens. Campinas: Papirus, 2003.

_____. **O Jogo e a Educação Infantil**. Falar e Dizer, Olhar e Ver, Escutar e Ouvir, Fascículo 15. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Vol. 1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DAVIS, C.; SILVA, M. A. S. S.; ESPÓSITO, Y. Papel **e Valor das Interações Sociais em Sala Dde Aula.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 71, p. 49-54. Nov.1989.

SIGNORETTI, A. E. R. S. ET AL. **Como Educar e Cuidar**: Aspectos Cotidianos Da Pratica Pedagógica com Crianças de 0 a 6 anos. Revista do Professor. Porto Alegre, v.19, n.73, p.5-10, jan./mar. 2003.

TEIXEIRA, S. R. DE O. **Jogos, Brinquedos, Brincadeiras e Brinquedoteca**: Implicações no Processo de Aprendizagem e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Wak. 2010.

APRIMORANDO SABERES DE FORMA PRAZEROSA

Denise Silva [1]
[1]
Micheli Silvestrini [2]
Jessica Vanin [3]
Simone Zanoello [4]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Ao resgatar dados sobre o ensino no Brasil, verifica-se que o mesmo está enfrentando dificuldades. Diante disso, enaltece-se a importância de atividades diferenciadas que visem incentivar o desenvolvimento dos alunos, aprimorando seu conhecimento de forma diferenciada e prazerosa. Dentre estas atividades destacam-se o uso de jogos, entendemos jogo como uma atividade lúdica, com o objetivos claros e planejados de tal forma que auxilie no desenvolvimento ou fixação de conceitos matemáticos e letramento. As acadêmicas bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação á Docência (PIBID) subprojeto de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Erechim, cientes do quadro e preocupadas em auxiliar os alunos na construção de novos saberes, e aprimorar conhecimentos pré adquiridos, desenvolveram em três escolas publicas do município de Erechim atividades lúdicas as quais priorizaram a aplicação dos jogos. O presente artigo tem como objetivo relatar tais práticas desenvolvidas pelas acadêmicas bolsistas nas referidas escolas. As práticas proporcionaram aos estudantes um momento diferenciado e prazeroso, através das brincadeiras percebe-se de forma empírica que os alunos conseguiram aprender os conteúdos abordados. A partir dessas práticas as acadêmicas bolsistas reforçam o entendimento de que as brincadeiras com objetivo pedagógico podem favorecer o processo de ensino e aprendizagem de matemática e letramento, assim poder tornam o sujeito mais consciente de seu papel na sociedade.

Palavras-chave: PIBID. Dificuldades de aprendizagens. Jogos.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Bolsista CAPE/PIBID. URI Erechim. E-mail: denisezukapf@hotmail.com
[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Bolsista CAPE/PIBID. URI Erechim. E-mail: michelisilvestrini9@gmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Bolsista CAPE/PIBID. URI Câmpus de Erechim. E-mail jeessicavanin@hotmail.com
[4] Mestre em Matemática Aplicada pela UFRGS e Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciência e Matemática da ULBRA, Professora do Departamento de Ciências Exatas e da Terra da URI Erechim. Coordenadora do Subprojeto de Pedagogia URI- Erechim. E-mail: simonez@uri.com.br

Introdução

A educação passa por momentos de grandes dificuldades na aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, destaca-se a inserção do programa PIBID – subprojeto de Pedagogia, o qual está inserido em escolas públicas do município de Erechim, e visa desenvolver atividades diferenciadas auxiliando os alunos em suas dificuldades de aprendizagem.

A fim de atingir tal objetivo este artigo busca apresentar num primeiro momento os dados sobre o ensino no Brasil, após descreve-se sobre o programa PIBID e a sua importância na vida das acadêmicas das bolsistas do PIBID e dos alunos das escolas, na sequência apresenta-se também os fatores que podem desencadear dificuldades de aprendizagem e por fim relata-se atividades desenvolvidas com os alunos das referidas escolas que podem contribuir para sanar tais dificuldades.

Ensino no Brasil

Percebe-se a partir das informações do Ideb mostra-se que 60% das redes públicas do Brasil estão abaixo da meta nos anos do fundamental. Considerando só as redes estaduais, só 41,8% dos estados atingiram a meta do Ideb 2013. Considerando só as redes municipais, só 35,8% delas atingiram a meta, a Prova Brasil tem como objetivo avaliar não somente o estudante, mas o ensino público do país, uma queda na aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental. Segundo dados do INEP (2009), seis em cada 10 municípios gaúchos avaliados pela Prova Brasil[1] não atingiram as metas de aprendizagem traçadas pelo MEC.

Segundo dados apresentados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) (2015) o Brasil aparece na 60º posição entre os 76 países avaliados no quesito educação. Como critérios avaliados pela organização estão o desempenho dos alunos, a média de anos em que os estudantes passam na escola e a porcentagem da população que está cursando o ensino superior. (Brasil ocupa o 60º no ranking de educação, 2015)

[1] A Prova Brasil é um exame avaliação Nacional do rendimento escolar aplicada pelo Ministério da Educação, que visa observar e a educação do país.

O projeto PIBID visa dar espaço aos acadêmicos para que possam vivenciar em sala de aula as dificuldades apresentadas pelos educandos.

Programa PIBID

Uma das maneiras que visam mudar o quadro atual da educação no país é o PIBID, um programa do governo que permite que acadêmicos de licenciatura possam exercer atividades diferenciadas em escolas. Buscando saber as dificuldades que os alunos enfrentam e aprimorá-las contribuindo para o desenvolvimento de novos saberes.

Segundo o site do MEC (2015) os objetivos do programa são: estimular/promover a formação de docentes de nível superior para a educação básica, contribuindo para a valorização do magistério; inserir os licenciados no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem e contribuir para articulação entre teoria e prática necessárias á formação dos docentes, elevando a qualidade de ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Em 2010 o PIBID foi implementado pelo curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Erechim, e desde esta oportunidade vem se desenvolvendo em três escolas públicas do município de Erechim. O que proporciona que as acadêmicas mostrem suas aprendizagens em quatro escolas estaduais.

No ano de 2015, uma das atividades do subprojeto do curso de Pedagogia é procurar sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos a partir do desenvolvimento de atividades lúdicas. Algumas destas serão descritas na sequência.

Dificuldades de Aprendizagem

Todas as crianças têm suas potencialidades, dessa maneira, as mesmas poderão desenvolver suas capacidades adequando-se a sua faixa etária e desenvolvimento.

Cada criança tem seu ritmo de evolução, algumas aprendem de maneira mais rápida e não demonstram grandes dificuldades, enquanto outras demoram mais para entender e para realizar as mesmas tarefas. É competência do educador saber entender e usar os métodos

cabíveis para melhorar a construção de saberes dos educandos respeitando seus limites e evolução.

Para Strick e Smith (2001), as dificuldades de aprendizagem podem ser oriundas de diversos fatores que vão de problemas que afetam qualquer campo do desempenho acadêmico até um distúrbio de aprendizagem. Os autores em destaque definem dificuldades de aprendizagem como problemas que interferem no domínio de habilidades escolares básicas, físicas, motoras e convívio com os colegas de classe, as mesmas normalmente são formalmente identificadas quando a criança começa a ter problemas na escola.

Vygotsky (apud ALBARELI et al.,1989) afirma que o auxílio prestado à criança em suas atividades de aprendizagem é válido, pois, aquilo que a criança faz hoje com o auxílio de um adulto ou de outra criança maior, amanhã estará realizando sozinha com mais facilidade e entendimento por ter recebido afeto e ajuda durante seu desenvolvimento. Desta forma, o autor enfatiza o valor da interação e das relações sociais no processo de construção da aprendizagem.

Strick e Smith (2001 apud BELLEBONI; BERGUETTI,2015) ressaltam que o ambiente familiar exerce um importante papel para determinar se qualquer criança aprende bem ou mal. As crianças que recebem um incentivo carinhoso durante toda a vida tendem a ter atitudes positivas, tanto sobre a aprendizagem quanto sobre si mesmas. Essas crianças buscam e encontram modos de contornar as dificuldades, mesmo quando são bastante graves.

Uma das formas de auxiliar os estudantes com dificuldades de aprendizagem segundo Vygotsky (apud ALBARELI et al., 1998) é o brinquedo que ajudará a desenvolver uma diferenciação entre a ação e o significado. A criança, com o seu evoluir, passa a estabelecer relação entre o seu brincar e a ideia que se tem dele, deixando de ser dependente dos estímulos físicos, ou seja, do ambiente concreto que a rodeia. O brincar relaciona-se ainda com a aprendizagem. Brincar é aprender; na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança aprendizagens mais elaboradas. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Para PIAGET (1971 apud BELLEBONI; BERGUETTI, 2015) a escola desempenha um importante papel no desenvolvimento da criança, visto que as trocas proporcionadas pelo ambiente escolar permitem o desenvolvimento da mesma que aprende a desenvolver-se no convívio social com pessoas que enfrentam vivências diferentes. Porém, a fim de contribuir

com esse desenvolvimento a escola deve estabelecer um ambiente onde a criança interaja e troque conhecimentos a partir de sua realidade.

Segundo o referencial curricular nacional (BRASIL, 1998), para a educação infantil, o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico é necessário que a criança brinque, tenha prazer para crescer, precisa do jogo como forma de equilíbrio entre ela e o mundo, portanto, a atividade escolar deverá ser uma forma de fazer e de trabalho, fazendo com que a criança tenha um desenvolvimento completo.

> Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver capacidades importante tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papeis sociais. (BRASIL, 2015)

Com vistas nisso, a prática do PIBID volta-se também a atividades de auxílio a alunos com dificuldades de aprendizagem através de brincadeiras. Esta prática, desenvolvida com duas turmas de terceiro ano e uma do quarto ano de escolas públicas do município de Erechim será apresentada na sequência.

A prática

As acadêmicas bolsistas do PIBID desenvolveram atividades lúdicas em duas escolas públicas do município de Erechim, sendo em uma escola com uma turma de terceiro ano e na outra com uma turma de terceiro ano e outra de quarto ano. As atividades desenvolvidas buscavam melhorar o rendimento dos estudantes, estimulando-os a aprender de maneira diferenciada e prazerosa.

As atividades desenvolvidas foram: Trilha da tabuada, jogo das trocas e cruzadinha diferenciada.

Trilha da tabuada

A atividade trilha da tabuada tem como objetivo aprimorar os saberes dos estudantes do 3º Ano do Ensino Fundamental em relação à tabuada. Proporcionando um auxílio nas dificuldades e inseguranças dos alunos.

Para iniciar a atividade dividiu-se a turma em dois grupos e escolheu-se um líder para cada um dos grupos. O líder ficava posicionado no início da trilha, jogava o dado, o número sorteado determinaria a tabuada em que a questão proposta se referiria e em conjunto com toda a equipe respondia a questão e qual relatava a resposta final para a professora (Figura 1).

Caso o estudante acertasse a questão deveria avançar uma casa da trilha e se errar permanece no mesmo lugar até chegar sua vez novamente. Cada equipe joga uma vez e passa o dado para a outra equipe, até chegar a um vencedor.

Figura 1- Trilha da tabuada
Fonte: O autor (2015)

A atividade teve como objetivo aprimorar de maneira lúdica e diferenciada a aprendizagens dos estudantes em relação a tabuada. Os mesmos, brincaram de aprender facilitando seu entendimento.

Percebe-se que esta atividade ou outra semelhante deverá ser repetida individualmente tendo em vista que a turma demonstra bastante dificuldade em relação a tabuada.

Jogo das trocas

É escrito no quadro várias palavras, a seguir explica-se e identifica-se os gêneros das palavras contidas no quadro (nomes de animais, comidas e objetos). Em seguida, as crianças viram-se de costas e a professora troca algumas vogais, depois as mesmas devem identificar as palavras que foram trocadas, destrocando as vogais e escrevendo corretamente a palavra ao lado.

Através das trocas de experiências, pode-se observar que o coletivo auxiliou na percepção dos erros, onde foi possível dar avanço no desenvolvimento da habilidade perceptiva, contribuindo para uma visão crítica do educando.

Figura 1- Jogo das trocas

Fonte: O autor (2015)

Cruzadinha diferenciada

A atividade cruzadinha diferenciada tem com objetivo aprimorar de maneira lúdica o conhecimento dos estudantes do 4º Ano do Ensino Fundamental em relação á tabuada. Auxiliando nas dificuldades dos mesmos.

Para iniciar a atividade foi solicitado que um aluno de cada vez viesse até o quadro para montar a cruzadinha e depois misturar palavras da cruzadinha com outras para que os educandos possam pensar qual palavra é a correta, ao encontrar deve-se riscar ou circular a palavra, após escrever a mesma na cruzadinha.

Teve como um dos objetivos promover de forma coletiva e individual, a participação dos educandos, permitindo com que os mesmos sejam autores de suas próprias tentativas, contribuindo para construção e desenvolvimento de novos saberes.

Figura 3- Cruzadinha diferenciada
Fonte: O autor (2015)

Considerações Finais

Ao termino deste artigo conclui-se que após realização de atividades lúdicas foi possível perceber um melhor desenvolvimento de aprendizagem nos estudantes. Quanto a atuação dos docentes, seria viável que os mesmo busquem motivar-se e envolver-se com os

conteúdos, transferindo-os de maneira diferenciada e criativa para os seus educandos. Percebe-se a importância de solidifica-las tornando-as mais presentes no cotidiano dos estudantes.

É imprescindível que todos se conscientizem de que as crianças aprendem mais praticando e envolvendo-se com os conteúdos trabalhados de forma lúdica, buscando através deles incentivar os alunos a participarem contribuindo para construção de novos saberes.

Desta maneira, percebe-se segundo as acadêmicas bolsistas do PIBID a importância de relacionar a teoria e a prática durante do desenvolvimento dos jogos em sala de aula. Através das práticas houve melhora na postura e expressão das mesmas diante os estudantes.

Referências

BELLEBONI, S. BERGHETTI, A. **Qual o Papel da Escola Frente às Dificuldades de Aprendizagem de Seus Alunos?** Disponível em: <http://www.profala.com/arteducesp72.htm> Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental-Brasília: MEC/SEF, 1998.

Brasil ocupa 60º em ranking da educação. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/brasil-ocupa-60-posicao-em-ranking-de-educacao-em-lista-com-76-paises.html> Acesso em: 7 out. 2015.

CAPES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PIBID programa institucional de bolsas para iniciação a docência**. Disponível em:<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>Acesso em: 10 out. 2015.

Atividade lúdica como meio de desenvolvimento infantil. Disponível em>http://www.efdeportes.com/efd162/atividade-ludica-como-meio-de-desenvolvimento.htm> Acesso em: 15 set. 2015.

CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE ATUAL: O FOCO NA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL

Karine Kostuczenko [1]
Adilene Boeira [2]
Priscila Livinalli [3]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Os problemas da educação atual estão profundamente atrelados às transformações na ordem sociocultural, econômica e política da atualidade e, especialmente, à passagem de um modelo fechado (preestabelecido e padronizado) para um modelo aberto (de riscos e ambivalências, de liquidez) de organização social. Com o avanço das tecnologias e da ciência, convive-se hoje com transformações e riscos sociais que caracterizam a atual sociedade como "complexa". A globalização, o individualismo, o alto consumo, as mudanças nas características religiosas e familiares, os riscos, as ambivalências e as contradições, assim como, o aumento populacional e as altas tecnologias provocam uma nova desestruturação social em um contexto onde as grandes verdades da Modernidade são substituídas pela fluidez das mudanças. Neste sentido, todas as transformações ocorridas influenciam diretamente no campo da educação que vive um novo momento de crise, uma ruptura dos antigos padrões preestabelecidos e ganham um novo foco: educar os sujeitos dentro de um novo contexto, primando pela democratização do acesso a um ensino formal de qualidade. Assim sendo, o presente texto aborda de forma sucinta as transformações sociais e a valorização dos diferentes sujeitos dentro deste contexto, abordando para aspectos de valorização também da educação produzida fora do ambiente formal de ensino.

Palavras-chave: Sociedade Atual. Escolarização Formal.

Caracterização da Sociedade Atual: divisão de classes

A sociedade atual caracteriza-se, de forma geral, por aspectos ideológicos e culturais, bem como, por aspectos socioeconômicos e políticos. A sociedade molda-se também nas questões educacionais, a partir do surgimento da escola e da propriedade privada, de uma

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia URI Câmpus de Erechim. E-mail: karinekostuczenko@hotmail.com
[2]Acadêmica do curso de Pedagogia URI Câmpus de Erechim. E-mail: adilene.boeira@gmail.com
[3]Acadêmica do curso de Pedagogia URI Câmpus de Erechim. E-mail: priscil-livinalli@hotmail.com

organização burocrática, em sua formação inicial, a escola dividiu os que podiam estudar por ter condições financeiras e os que não podiam pelo mesmo motivo.

No contexto atual, segundo Hobsbawn (1995), se está vivendo a era dos extremos e das ambiguidades próprias da modernidade, onde se veem grandes avanços tecnológicos, em todas as áreas e em contraponto o surgimento de diversas dificuldades, que se baseiam em desgaste da natureza, o grande aumento populacional, o estresse, a exclusão, etc.

A sociedade atual vê-se muito imersa em especificidades que junto com grandes conquistas vem para contrapor o progresso, como uma consequência. Cada vez menos se investe em políticas públicas, pois um povo não pensante é mais fácil de dominar, então Freire (1983) dizia que era preciso antes de ensinar a ler e escrever a palavra, era preciso ensinar a ler o mundo, a sociedade cada vez mais se dividiu em prol de tecnologias e muito pouco para o humano e crítico, pois ainda segundo o mesmo, nenhum ato educativo é neutro, visa induzir para um sistema, geralmente o capitalista.

Nenhum homem aprende sem ser influenciado pelo meio, já dizia Brandão (1984), então se entende que a sociedade capitalista visa criar sujeitos incapazes de pensamentos críticos de mudança, para que os mesmos apenas sejam oprimidos e sigam o sistema, de forma alienada, não estes atuando na sociedade, mas a sociedade atuando sobre estes. Após o surgimento da escola até os dias atuais vê-se um prolongar das desigualdades que a escola pode ter constituído.

A educação é uma prática social para o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser, aprendendo entre os saberes existentes em uma cultura, para a formação de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade. Toda a sociedade surge sobre códigos de inter-relação entre seus membros, são costumes e regras de modos de ser, muitas vezes fixados em leis. (HOBSBAWN, 1995). É também uma prática social para a formação dos sujeitos educados, sendo este um dos principais fatores de mudanças sociais. Em nosso país, por exemplo, ainda o filho do operário estuda para ser operário e o filho de médico, para ser médico, numa constante reprodução do *status quo* vigente. Cabe neste sentido, a frase de Santos (2002) que perguntava se a ciência poderia diminuir a distância que existe entre o que se é e o que se aparenta ser, entre o que se fala e o que se faz, ou seja, a grande diferença entre a teoria e a prática.

Vive-se hoje uma ordem social rígida e um sistema amplo de meios e de tipos de produtos chamado de produção capitalista. A educação como um bem de uso e de troca, vale

como um bem de mercado de uma dupla dimensão capitalista: vale como alguma coisa cuja posse se detém para o uso próprio ou de grupos, que se vende e compra, como instrumento de controle das pessoas das classes sociais subalternas, pelo poder de difusão de seus ideais.

As leis, decretos e projetos muitas vezes não se limitam a direitos, mas aos deveres que todo homem tem para usufruir da verdadeira liberdade, através do saber. Liberdade que existe através da verdadeira igualdade entre os homens (SANTOS, 2002).

Nesta sociedade, constituída pelo capital, consagra-se o fato de que a educação que deveria igualar, muitas vezes confirma a desigualdade. Embora o que se espera da educação seja a transformação da sociedade, muitas vezes não é o que acontece, pois historicamente vivemos em um contexto em que se ensina para algum tipo de sistema, para algum tipo de dominação, não de forma generalizada, mas de forte impacto em nosso futuro como sociedade. Para Marx (2001), a vida concreta e real determina a consciência, ou seja, os indivíduos são aquilo que determinam suas condições materiais.

Marx (2001), interessava-se em descobrir o que realmente acontece com o homem quando ele trabalha, percebendo que há uma relação dialética entre o homem e a natureza: quando o homem altera a natureza, ele mesmo também se altera, uma troca mútua entre o trabalho e a real condição humana (MARQUES, 2010). O modo como se trabalha marca a nossa consciência e a nossa consciência também marca o modo como se trabalha. Em síntese, a condição do homem está intimamente relacionada ao seu trabalho, conforme Marques (2010, p.18):

> Em Hegel e em Marx o trabalho é visto, inicialmente de forma positiva, como algo pertencente à condição humana. O trabalho é uma condição antropológica que possibilita a realização humana no mundo. Marx constata, no entanto, que nem toda a forma de trabalho assume esta função realizadora da condição humana. Percebe que a forma de trabalho exercido na sociedade capitalista perde o caráter humanizador e assume forma de trabalho alienado. [...]Para Marx estas consequências dão-se pelo fato de o trabalhador não realizar-se em seu objeto produzido, tendo-o como um objeto estranho. O caráter socializante e humanizante do trabalho, onde o indivíduo se constrói na relação com os demais indivíduos, desfaz-se sob a divisão da economia capitalista, pois o ser humano passa a representar uma força de trabalho que é vendida aos proprietários dos meios de produção como uma garantia de sua sobrevivência. Como consequência, tem-se o que Marx denominou de alienação, isto é, o trabalho que o ser humano realiza produz objetos que não lhe pertencem, que lhe são estranhos.

No trabalho alienado, o homem perde seus direitos e vontades, passando a agir de forma a realizar as vontades de outro. No capitalismo, esse processo é percebido com maior intensidade, visto que, no capitalismo, o homem é obrigado a trabalhar, não para satisfazer

suas vontades e seus anseios, mas, para sobreviver. E, para Marx (2001) a alienação do trabalho, portanto, constituía-se na base de todas as outras formas de alienação, fazendo com que os sujeitos permaneçam, sem condições dignas de trabalho, à margem da sociedade e de tudo que dela provém.

Neste sentido, o trabalho influencia a organização social e esta por sua vez encontra-se dividida em classes. Essa divisão da sociedade em classes não é uma novidade, vem desde os primeiros atos do descobrimento até os dias atuais. Define-se a sociedade, pela sua divisão entre aqueles de alto poder aquisitivo e cultural e os que não possuem acesso a tais meios.

Freire (1983), que possui bases marxistas, nos coloca a questão de superar a situação alienante ou opressora, conforme termo por ele utilizado, por parte do oprimido, o *Ser Mais*, porém ressalta também que muitos dos oprimidos encontram-se acomodados e adaptados à suas condições de sobrevivência, chamando de *parto doloroso*, a então liberdade que os faria parte atuante da sociedade.

Visualiza-se então que a sociedade está dividida, que existe uma classificação entre o maior e o menor, sendo que, a questão que se coloca é que não se deve aceitar tal situação. Mesmo que, em um contexto de divisão de classes, pode-se, através de lutas coletivas, primar por uma sociedade mais justa e igualitária, o que, para Freire (1983) só será conseguido através do processo de libertação. Este processo de libertação consiste em, não apenas reconhecer a sua própria realidade sem influenciá-la, mas, buscar indagações e problematizações que coloque os sujeitos na busca por melhorias para esta, não também de forma individual, mas na busca pelo bem comum.

Muito desta desmotivação dos sujeitos deve-se ao fato destes serem resultado, como afirma Freire (1983), do próprio processo de lutas, lutas violentas, geradas por uma sociedade que busca incessantemente o “ter”, fato este que acaba por oprimir cada vez mais os que se deixam oprimir, os que por medo não aceitam qualquer possibilidade de libertação. Acerca deste fato, podem-se incluir os sujeitos da pesquisa, recicladores de lixo, sujeitos que, mesmo visualizando possibilidades de melhoria da qualidade de vida através do processo educativo, não conseguem buscar alternativas viáveis para sair da condição de oprimido e virar sujeito de sua própria história, ficando assim, dependentes de um sistema que prima por trabalhadores qualificados e coloca à margem, mais uma vez, aqueles que não possuem o acesso à escolarização formal.

Ao opressor cabe o *Ter*, e ao oprimido o *Não Ter*, em uma sociedade assim definida e muito bem formatada, onde, muitas vezes o opressor se detém a uma generosidade falsa para poder ter ainda mais comando sobre o oprimido, que, por sua vez acaba por gostar desse opressor e desejar seus padrões de vida, ocorrendo uma alienação cada vez maior e, correndo-se o risco de que o oprimido vire o opressor se as condições assim o favorecerem. Ao querer imitar o opressor, não há libertação, mas uma troca de função e Freire (1996), continua:

> [...] Como contraponto, denunciando o mal-estar que vem sendo produzido pela ética do mercado, Freire anuncia a solidariedade enquanto compromisso histórico de homens e mulheres como uma das formas de luta capazes de promover e instaurar a "ética universal do ser humano". (p.13).

A tomada de consciência da libertação é o que fará o indivíduo ativo para que o mesmo tenha direito de comer, mas tenha também direito de construir e criar. Somente assim, a sociedade, embora dividida em classes, far-se-á justa, pois para que a mesma não siga continuadamente estes padrões já estabelecidos, faz-se necessária uma "revolução" social, para a qual não estaríamos enquanto sujeitos, preparados. Assim sendo, continua-se a visualizar um grande contingente destes sujeitos à margem da sociedade e, mesmo que de forma camuflada se faça valer a importância destes para o desenvolvimento da sociedade, não há uma efetiva preocupação com mudanças de sua situação. Exemplos claros de tal situação são os recicladores que, à margem da sociedade, constituem-se em sujeitos que exercem papel fundamental dentro do contexto social.

O papel social dos recicladores[4] no contexto atual: o foco na educação não-formal

O trabalho, conforme citado na seção anterior, é ainda hoje, considerado em nossa sociedade, de suma importância, para a realização pessoal e social do indivíduo, uma forma de satisfação humana. No entanto, há outra face do trabalho ou do desemprego, onde as pessoas são obrigadas a se submeter a qualquer tipo de trabalho, mesmo que de formas

[4]Define-se por recicladores as pessoas que trabalham, individualmente ou reunidas em cooperativas e organizações, com o processo de coleta e reciclagem de material reciclável (papel, plástico, vidro, etc), que é vendido para sobrevivência do coletivo.

desumanas, para manter sua subsistência e da família. Este trabalho realizado na sociedade, dada sua importância, ainda hoje reflete todas as outras formas de organização social, a começar pelo processo educativo.

Em uma definição rápida de sociedade, esta então, faz-se capitalista, onde os meios de produção, os padrões de consumo e os estilos de vida da sociedade atual são tão fortes a ponto de não enxergarmos que existem serviços de grande importância que passam despercebidos, mas que estão sempre em ação.

Basta uma breve observação dos serviços considerados essenciais como a água, a comida, a moradia, que nos deparamos com questões ambientais e de produção de lixo. Para que se possa comer, coexiste uma produção acelerada de lixo, mas a sociedade não vê ou não quer ver tal situação, e consequentemente, nem os recicladores desse lixo produzido em massa não possuem um valor social, uma visibilidade perante a sociedade, não apenas por não serem vistos, mas porque a sociedade se define como melhor, dividida em classes de pobres e ricos, os que limpam o lixo não chegam ao nível hierárquico de intelectual, diante de uma sociedade que considera dignos de respeito àqueles que possuem maior escolarização e, maior poder aquisitivo.

Para que tal situação fosse possível teríamos que modificar a forma de pensar não apenas em ver os recicladores e os considerar parte da sociedade, mas em perceber que o lixo produzido por cada um é o trabalho destes recicladores, não como um favor, como muitos pensam que ao jogar lixo na rua, terá trabalho para os que limpam, mas no sentido de valorização, pois caso estes recicladores não existissem, teríamos boa parte do nosso planeta aterrado por toneladas e toneladas de lixo, diariamente produzido por aqueles que se consideram os intelectuais de uma sociedade injusta e desigual.

O caráter socializante e humanizante do trabalho, onde o indivíduo se constrói na relação com os demais indivíduos, desfaz-se sob a divisão da economia capitalista, pois o ser humano passa a representar uma força de trabalho que é vendida aos proprietários dos meios de produção como uma garantia de sua sobrevivência.

A sociedade no geral precisa destes trabalhadores, pois diariamente produz lixo reciclável e que não pode permanecer na natureza, gerando o desgaste ambiental de nosso planeta, porém esses trabalhadores não são vistos pela sociedade como aqueles que em prol ajudam a todos e sim como “mal cheiros e sujos”, escondidos no dia-a-dia no ambiente de reciclagem, nisso entende-se que muitos destes resignam-se de seus direitos pois sentem-se

humilhados a tal modo que preferem fechar-se em seus mundos e sobreviver na conformação, a partir disso Delors e Eufrázio (2008, p.03) coloca a seguinte reflexão:

> Solicitado por uma modernidade global, na qual, muitas vezes, não tem meios de realmente participar e que pode contrariar em parte, seu engajamento pessoal em diversas comunidades de base a que pertence, o indivíduo sente- se confuso perante a complexidade do mundo moderno, que altera suas referências habituais. Muitos fatores reforçam esta sensação de vertigem: o medo das catástrofes e conflitos que podem atingir a sua integridade; um sentimento de vulnerabilidade perante fenômenos como o desemprego, devido à alteração das estruturas laborais; ou a impotência generalizada, perante uma mundialização em que podem participar, apenas, alguns privilegiados. Abalado por ver, assim, postas em causa as bases da sua existência, o homem contemporâneo corre o risco de encarar como ameaças as evoluções que se operam além das fronteiras do seu grupo imediato e de, paradoxalmente, ser tentado, por um sentimento ilusório de segurança, a fechar-se sobre si mesmo, com a eventual consequência de rejeição do outro.

A partir de então, entende-se um pouco da estagnação destes trabalhadores ao não buscarem melhores condições de vida, o novo sempre assusta, desacomoda, a falta de apoio, de uma base que faça com que tal trabalhador consiga sair do seu mundinho e buscar algo melhor, está em falta, não há quem os apoie, não há uma política pública voltada para melhor a qualidade de vida dos marginalizados e excluídos da sociedade, coexiste junto com interesses, apenas o assistencialismo que gera a acomodação e tudo permanece como esta. Em concordância isto Freire (1983), dizia que o oprimido, se instigado a lutar pelo opressor, vê-se liberto e por tal deseja parecer-se ao opressor, oprimindo-se ainda mais. Não há como provar que os que vivem oprimidos se sintam bem assim, pois o não saber-se oprimido é um ato de conformação que não permite libertação. A conformação não permite nem a menor tentativa em busca de um novo emprego, sabendo-se excluídos, não enxergam o quanto são importantes em suas funções de reciclagem.

O papel social dos recicladores é fundamental como dizia Stroh e Santos (2007, p.145), “[...] a existência social do catador pode ser indesejável, porem o trabalho é economicamente indispensável”. Nesta abordagem vê-se de forma muito explicita o fato de que para muitos a presença social do reciclador, ou catador como muitos o definem, é indesejável, porem indispensável e se indispensável, deve-se a valorização.

Valorização esta que muitas vezes não é vista, pois a sociedade não aceita, os não possuidores de bens materiais, isso inclusive por causa de políticas publicas ineficazes e de baixa alcançabilidade, em concordância com tal. Lousada (2011, p.173) dizia que:

> A desigual distribuição de bens sociais e econômicos, culturais e políticos, exclui uma extensa legião de pessoas dos processos de participação e provoca a inclusão ou integração em formas desumana se sobrevivência e protagonismo social como modos privilegiados deste e não como a concretização de direitos.

A pobreza no país é vista como dispensável, tanto que as políticas públicas na área social, estão tão relacionadas as questões econômicas do Brasil, que não se concretizam, acarretando cada vez mais pobres e excluídos na sociedade. Os recicladores encontram-se nesta maioria excluída, sem acesso a bens sociais e públicos, sem apoio, sem esperança. Desfrutam da experiência de um viver coletivo e desigual, excluídos, onde sobre maneira se generaliza a pobreza,

O fato de os recicladores viverem à margem de um contexto social organizado a partir de padrões sólidos e preestabelecido, são apenas efeitos de um sistema que privilegia os que possuem maior quantidade de bens materiais, girando sempre em um sistema capitalista, que age sem ser visto e destrói muito mais do que aparentemente podemos notar.

Então sobreviver em uma sociedade capitalista que assim os tratam, mesmo sabendo de sua importância, Cesconetto (2005, p.03) traduz um pouco do que se vê atualmente, quando disse:

> Os catadores trazem consigo uma marca atribuída socialmente – a exclusão, buscam através do seu trabalho de coleta do “lixo” continuar inseridos na sociedade de produção e consumo capitalista, e também a possibilidade de continuar “digno e honesto”, não se deixando contaminar pelo universo do roubo ou da esmola.

Os recicladores são sujeitos que sobrevivem de seu trabalho e isso os tornam tão cidadãos quanto qualquer outro, o trabalho que os mantêm dignos, mas com uma enorme perda de identidade, por parte dos recicladores que não tem nome, nem rosto, são somente recicladores. Por muitas vezes estes se desdobram em silêncio ao se depararem com algo a ser mudado, e a pobreza é repetitiva neste sentido, pois tanto para os pobres que é o caso quanto

para os ricos a reciclagem se faz necessária, é uma via de mão dupla que um precisa do outro, a fim de conservação e limpeza do meio ambiente, onde todos precisam viver, pobres e ricos.

A educação social traduz a educação não formal, aquela que se aprende no dia a dia, por experiência, nestas os recicladores são formados, experiência os mesmos tem, de vida, de convívio de força, de suportar. Embora ainda estejam à margem da sociedade, sem esperança não desistem, de todo dia voltarem as seus postos dentro da cooperativa e continuarem com o trabalho de reciclagem, porque mesmo sem a devida valorização dependem deste para sobreviverem.

Neste sentido, Freire (2012), presta uma grande contribuição ao processo educativo não-formal, ao fomentar a questão política da educação. Pauta-se na cultura popular como elemento fundamental para emancipação da classe trabalhadora. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, mostra-se, neste trabalho, a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo, provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido que ultrapassa as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. O oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida.

A partir destas pretensões, será possível conceber um sistema educativo que abandona sua condição autoritária de detentor das verdades absolutas e regulador de uma sociedade política e passa a se constituir um espaço onde se constrói política, como promulgava Freire (2012) e se cria uma identidade de cidadão nos sujeitos que por ele passam, o que, é hoje o mais importante papel da educação, seja ela ofertada em espaços formais ou não-formais.

Referências

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular.** Petrópolis-RJ: Vozes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CESCONETO, E. A. **Pobreza e exclusão a face perversa do cotidiano dos catadores de lixo.** São Luís – MA. 2005.

DELORS,J. EUFRAZIO,J.C. **Educação:** um tesouro a descobrir. Diário da Educação, 2008.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOUSADA,V.L. **Pensar a economia solidária, a partir de processos educativos com recicladores**. Revista Diálogo, 2011.

MARQUES, F. F. **O livro didático na educação formal escolar: da alienação à humanização.** Dissertação de Mestrado. UPF, 2010

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo. Martin Claret, 2001, p.61-193.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** Porto Alegre: Edições Afrontamento, 2002.

STROH, P. Y e SANTOS, M.A. de. Lixo, trabalho e cidadania. **Revista Latitude**, v.1, nº 2, p.135-150, 2007.

A DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Priscila da Rosa Fisch[5]
Prof. Ms. Giuliano Jacques Liotto[6]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A dança na escola constitui-se numa pesquisa bibliográfica que aborda a dança com as leis que embasam e colaboram com a formação do currículo em relação ao ensino da dança na escola e no que ela proporciona. Na Educação Infantil a dança colabora com os movimentos onde Wallon e Le Boulch, trazem estudos acerca do desenvolvimento infantil, ligados as aprendizagens escolares e os benefícios do movimento. Conclui-se que na perspectiva da dança, conforme as teorias, estudos e aspectos legais, influenciam de forma efetiva para o processo de ensino-aprendizagem auxiliando a ação do corpo docente frente ao desafio de preservar o saber por meio da dança.

Palavras-chave: Dança. Educação Infantil. Desenvolvimento Motor. Movimento.

Introdução

Este trabalho constitui numa pesquisa bibliográfica. Nele são apresentados alguns subsídios que fazem com que a dança se torne efetiva através dos movimentos ordenados ocasionando contribuições à aprendizagem e por meio dela a aquisição de saberes cooperando num processo interdisciplinar da escola.

O objetivo deste trabalho é buscar qual a finalidade da dança inserida na grade curricular, a partir de um olhar histórico, legal e desenvolvimentista de modo a colaborar com a prática dos educadores bem como suas intervenções para que possam traduzir pedagogicamente as extensões pedagógicas adequadas ao desafio de provocar o educando através da dança por meio da prática educacional.

[5] Acadêmica do Curso de Pedagogia, URI-Câmpus de Erechim, Departamento de Ciências de Humanas. E-Mail: priscilafisch@hotmail.com.
[6] Professor Mestre Giuliano Jacques Liotto, Docente do Curso Pedagogia, URI-Câmpus de Erechim, Departamento De Ciências Humanas. E-Mail: giulianojl@gmail.com.

Através dos pressupostos teóricos, o presente estudo propõe estabelecer um elo de compreensão teórica além de que existem muitos estudos a serem explorados em relação a dança, e os benefícios que ela proporciona. Desse modo possamos buscar com êxito as diversas habilidades que encontramos nas escolas.

A dança na educação infantil, Wallon e Le Boulch, trazem os aspectos do desenvolvimento infantil, aliados as aprendizagens escolares e os benefícios do movimento.

Finalmente conclui-se que os esboços já citados, são necessárias intervenções e ambiente adequados para que formem elos em que as crianças explorem o seu corpo conhecendo-se, aprendendo dia a dia a maturação e benefícios que o movimento ocasiona e consequentemente a dança, colaborando de forma interdisciplinar no processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho de revisão bibliográfica tem em vista, o papel da prática do movimento da Dança na Educação Infantil, enquanto ao desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar. Consiste em desenvolver-se-á para o conhecimento dos docentes há fins de futuras práticas pedagógicas.

Aprendizagens Escolares e os Benefícios da Dança

Um dos aspectos mais importantes na educação infantil é o desenvolvimento motor, neste sentido o movimento corporal é a primeira configuração de aprendizagem da criança garantindo assim seu desenvolvimento intelectual. Dessa forma a dança configura o movimento de forma que contribui para as habilidades intelectuais das crianças da educação infantil. Wallon observa o desenvolvimento da criança como uma edificação progressiva que se sucedem a fases com predominância ora afetiva e ora cognitiva. Segundo ele,

"O estudo da criança contextualizada possibilita que se perceba que, entre os seus recursos e os de seu meio, instala-se uma dinâmica de determinações recíprocas: a cada idade estabelece-se um tipo particular de interações entre o sujeito e seu ambiente. Os aspectos físicos do espaço, as pessoas próximas, a linguagem e os conhecimentos próprios a cada cultura formam o contexto do desenvolvimento. Conforme as disponibilidades da idade, a criança interage mais fortemente com um ou outro aspecto de seu contexto, retirando dele os recursos para o seu desenvolvimento. Com base nas suas competências e necessidades, a

criança tem sempre a escolha do campo sobre o qual aplicar suas condutas. O meio não é, portanto, uma entidade estática e homogênea, mas transforma-se juntamente com a criança." (Wallon apud Galvão p.38/39)

Isto acontece em cada um dos cinco estágios propostos por ele, o impulsivo-emocional, o sensório-motor e projetivo, o personalismo, o categorial, e a puberdade e adolescência.

No estágio impulsivo-emocional, que compreende o primeiro ano de vida, a emoção direciona a interação da criança com o meio.

No estágio sensório-motor e projetivo, que vai até o terceiro ano de vida, o empenho da criança se contorna para exploração sensório/motora do meio corporal.

O estágio do personalismo, que vai três aos seis anos, especificamente interessa, pois é onde ocorre a constituição da personalidade. A edificação da consciência de si, que se dá por meio das interações sociais, no qual permite uma resposta das relações afetivas, permitindo com que crianças se interessem pelas pessoas, já com as portas da linguagem e da função simbólica ligada ao processo de desenvolvimento.

Aos seis anos aproximadamente, começa o estágio categorial que descreve a concretização da função simbólica e da distinção da personalidade, trazendo progressos para os processos intelectuais. Isto faz com que a criança torne seus interesses para as coisas ao seu meio, para a informação do mundo exterior, por meio do predomínio dos aspectos cognitivos.

O estágio da adolescência, a crise pubertária interrompe a estimada calmaria afetiva que assinalou o estágio categorial e atribui a necessidade de um novo significado das imediações da personalidade, desestruturadas pelas modificações corporais resultantes da ação hormonal. Esse artifício traz à tona questões pessoais, morais e existenciais, em uma retomada onde a afetividade predomina.

Wallon explicou que o desenvolvimento infantil vai do sincretismo à categorização. O termo se refere à principal característica do pensamento da criança: a ausência de diferenciação entre os elementos, as informações que ela recebe do meio, as experiências pessoais e as fantasias se misturam. O sincretismo corresponde a um momento da evolução do pensamento humano e possui uma lógica própria, diferente daquela observada na fase adulta, que é marcada pela categorização. De acordo com ele:

> Este sincretismo começa por ser o do sujeito com o objeto do discurso: mistura afetiva, pessoal, que refaz, no plano do pensamento, a indiferenciação inicial entre a

> inteligência e afetividade. Wallon recusa persistentemente dar o passo que transforma sincretismo em egocentração: às explicações, contrapõe outras de tendência inversa, encontrando na externa instabilidade, e não em um eixo firmemente auto centrado, a característica maior da ideação infantil. (Dantas apud Wallon 1992, p. 43)

Entretanto, oferecer condições para que a criança exerça seu pensamento e sua expressão e que possa evoluir é imprescindível.

Wallon inovou ao colocar a afetividade como um dos aspectos centrais do desenvolvimento. Diferentemente do que se pensa o conceito não é sinônimo de amor e carinho. A afetividade se refere à capacidade do ser humano de ser afetado positiva ou negativamente tanto por sensações internas como externas. É um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua, juntamente com a cognição e o ato motor, no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento.

Todo ser humano é afetado positivo ou negativamente e reage a estímulos. Wallon não coloca a inteligência como elemento essencial do desenvolvimento, e sim defende que a vida psíquica é formada por três dimensões: motora, afetiva e cognitiva que convivem e operam de forma integrada.

Ao observar o corpo da criança e como ela reage às sensações internas e externas, é possível identificar o que a afeta, de que forma e usar essa ênfase para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido Wallon aponta uma indissociabilidade entre ação motora, afetividade e inteligência e aponta a afetividade como eixo central para a construção do conhecimento pois as origens orgânicas são motivadas pela emoção do qual tecem o caráter que é mediado pelo adulto, o que promove o desenvolvimento cognitivo da criança. Para ele,

> [...] “ Significa dizer que o bebê expressa sua manifestação por meio do choro, que de início é sua única maneira de relacionar-se. Esse choro mobiliza a mãe e ela o interpreta de acordo com seus valores e significados culturais. A interação entre ambos será responsável pelo desencadeamento das funções cognitivas da criança.”(Wallon 2010, p.37)

Assim como a aquisição ocorre sobre as atividades dirigidas, aquelas que não aparecem durante o desenvolvimento a não ser quando existem algumas condições adequadas, a importância da aprendizagem é eficaz. Para que haja uma compreensão acerca do

desenvolvimento motor Le Boulch contribui com alguns conceitos de imagem e sua evolução, para ele, "A imagem do corpo representa uma forma de equilíbrio entre as funções psicomotoras e sua maturidade. Ela não compreende só uma função, mas sim um conjunto funcional cuja finalidade é favorecer o desenvolvimento." (Le Bouch 1982, p.15)

A dança entra nesse papel no qual é atribuído ao profissional da educação infantil em prol de uma educação corporal, tendo em vista que sua ação principal organiza as funções neuro psicocinéticas pois o processo de maturação e a organização do sistema nervoso central prolonga-se até a puberdade, iniciando-se na educação infantil.

Le Boulch alerta que nesse caso se o educador se preocupa apenas pela prática, sem se preocupar com o desenvolvimento integral da criança pode gerar muitas consequências apontando três principais: "1-Pode desaparecer o sintoma, mas aparecer o transtorno em outra forma. Assim, uma criança disgráfica pode melhorar com a reeducação, aparecendo logo uma gagueira. 2 – O sintoma não desaparece: ao contrário, se reforça. 3 – Ou favorece a estruturação obsessiva do sintoma, tornando-se crônico."(Le Boulch 1982, p. 21)

Em relação à linguagem a educação psicomotora da suporte ao movimento onde permite trabalhar especificamente sobre dois grupos do qual Le Boulch atribui como função de ajustamento e as funções gnósicas, apontando a percepção como o primeiro degrau das funções cognitivas. Em particular, a representação mental que permite a relação entre o significado e o significante, da mesma forma da passagem do símbolo e do signo ao objeto que o institui, sendo atingida com a ação educativa psicomotora.

A atividade motora manifesta a expressão de uma necessidade fundamental do movimento de investigação e a expressão deve se tornar satisfatória, cuja experiência transporta um fundo emocional, que se organizam a um nível de comportamento global favorável as qualidades do ajustamento. A espontaneidade criadora e a disponibilidade demonstram à probabilidade que o organismo educado reage globalmente à determinada circunstância imediata em função de sua experiência anterior. Se essa criatividade se expressa se manifesta primeiramente a um nível de comportamentos motores e afetivos, posteriormente a atitude do corpo em sintetizar e explorar no plano mental de forma inovadora será experimentado pela vivência corporal, indo assim da expressão no gesto a expressão verbal.

O exercício da motricidade instintiva da criança num ambiente de segurança afetiva se manifesta uma motricidade harmoniosa e rítmica. O que Le Boulch chama de um gesto coordenado o que é na realidade um gesto rítmico, ou seja, uma própria estruturação temporal,

pois é através do ritmo que os movimentos do seu corpo que a criança tem entrada a organização temporal. Le Boulch aponta três principais fatores que colaboram com a ação do educador, em relação à dança na educação infantil,

> 1 - O primeiro trabalho de ritmo consiste em deixar o próprio tempo da criança nos seus movimentos globais durante os jogos espontâneos e as atividades de expressão livre. 2 – Mas o ajustamento ao tempo implica que o tempo pessoal posso estar de acordo com os ritmos exteriores à criança: o tempo das outras crianças ou o tempo de um tema musical. As rodas infantis acompanhadas de cantos e o trabalho global de música representam bons suportes para favorecer a plasticidade de ajustamento contrária à fixação dos movimentos em tempos estereotipados. 3 - A percepção temporal permite, além da consciência e da interiorização dos ritmos motores corporais, a percepção dos ritmos exteriores. Esta passagem constitui um estado indispensável para que a criança possa, em seguida, tomar conta de seus próprios movimentos e organizá-los a partir da representação mental. Essa última possibilidade só se realizará no estágio seguinte do desenvolvimento psicomotor."(Le Boulch 1982, p.137)

As atividades criam corpo exercendo sua função global ao espaço no qual permite a criança a se confrontar com as fantasias e a realidade em contato com outras crianças é imprescindível ver na atividade lúdica o tipo de atividade necessária para a expressão da personalidade e a progresso da imagem do corpo, resultando na confiança da criança nela mesma e um aprimoramento de suas possibilidades e limites, a atividade lúdica sobrevém a autonomia e a socialização com o mundo.

Considerações Finais

Os aspectos legais confirmam a necessidade de um currículo enriquecedor que tenha como base a busca da atuação integrada à arte no caso a dança que incorpore as atividades educacionais aprimorando as diversas habilidades das crianças da Educação Infantil.

Na Educação Infantil os professores necessitam ter bem claro os aspectos desenvolvimentistas que carece para a maturação da criança em seu aspecto motor e psicomotor do qual a escola desenvolve em suas atividades bem como o desenvolvimento infantil, incorporados às aprendizagens escolares e os benefícios do movimento.

Nas teorias de Le Boulch e Wallon, ambos apontam a afetividade como eixo central ao desenvolvimento motor e psicomotor estreitamente ligado a cognição. Os educadores

tendo como base estes estudos terão uma ideia do que o movimento pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem.

Finalmente, conclui-se que conforme já apresentado, se torna imprescindíveis intervenções e ambientes adequados para que formem crianças que explorem seu corpo conhecendo-se, aprendendo cotidianamente os benefícios que o movimento proporciona e a arte de dançar, colaborando de maneira interdisciplinar inseridas na escola para o processo de ensino-aprendizagem.

Referências

BRASIL. **Ministério da Educação** (MEC). Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Acesso em: 16 abr. 2015.

BRASIL, **Portal da legislação**/ Leis Ordinárias: lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/2008/?searchterm=11.769. Acesso em:14 abr. 2015.

GODOY, K. M. A.; ANTUNES, R. de C. F. de S. (orgs) **Movimento e Cultura na Escola:** Dança/Kathya Maria Ayres de Godoy e Rita de Cássia Franco de Souza Antunes (organizadoras). São Paulo. Instituto de Artes da Unesp, 2010.

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor:** do nascimento aos 6 anos. Trad. Por Ana Guardiola Brizolara. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

PIAGET, VYGOTSKY, WALLON: **teorias psicogenéticas em discussão**/ Yves de La Taille, Marta Kolh de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Summus,1992.

O "BRINCAR" NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA

Geice Conte[7]
Giuliano Jaques Liotto [8]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O objetivo do artigo com o tema O "brincar" na Educação Infantil: uma abordagem Pedagógica, com a seguinte problematização as brincadeiras influenciam o desenvolvimento de diferentes aprendizagens na Educação Infantil. A pesquisa foi feita através de referencial teórico e revisão bibliográfica, assim perceber as influências que as brincadeiras têm na Educação Infantil, em relação ao desenvolvimento físico motor, cognitivo, e afetivo, como o brincar tem auxiliado em suas aprendizagens, assim tendo uma educação de qualidade. E qual o papel do professor nesta faixa etária como ele pode trabalhar com as crianças, para que elas desenvolvam essas habilidades e capacidades, pois o brincar melhora a coordenação motora, auxilia na velocidade do raciocínio e garante uma interação importante com outras crianças o conviver em sociedade, assim essas implicações que serão significativas no seu crescimento como adulto.

Palavras-chave: Brincadeiras. Criança. Aprendizagens.

Introdução

O presente artigo tem por foco principal abordar as publicações relacionadas à ludicidade na Educação Infantil, demonstrando a importância do uso das brincadeiras com as crianças na fase de desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social.

Seus objetivos analisaram como ocorreu o desenvolvimento psicológico das crianças, quanto ao psicológico à criança vê na atividade lúdica como ela vê o mundo, já que a brincadeira possibilita experiências a aprender com elas. Os aspectos psicomotores como vão se dando ao longo do tempo, e as relações professor, família e escola vinculada com a criança, também como a socialização com os outros.

[7] Aluna Curso Pedagogia, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Erechim. Departamento de Ciências Humanas. E-mail: geice.conte@hotmail.com.
[8] Professor do Departamento das Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: giulianojl@gmail.com.

Le Boulch (1992) percebeu que os aspectos físico-motores, sócio afetivos e cognitivos podem ser otimizados e desenvolvidos através da ludicidade, e verificar o desenvolvimento do brincar desde o nascimento até a educação infantil, também percebendo como a afetividade está vinculada com a aprendizagem, a relação do professor com a criança, ressaltando como a ludicidade auxilia na aprendizagem da criança e no desenvolvimento cognitivo.

Tendo em vista a importância de se trabalhar a ludicidade em sala de aula na Educação Infantil, este artigo tem por objetivo analisar as formas de como se fazer atividades que envolvam o lúdico, influenciando as crianças a pensarem e desenvolverem seus pensamentos críticos, além disso, fazendo com que elas interagem com outras crianças desenvolvendo a socialização com os demais, também propiciando seu desenvolvimento cognitivo e coordenação motora e afetivo. O brincar então tem papel fundamental quando se busca por uma prática que proporcione este desenvolvimento e crescimento natural.

Percebendo a criança como ser integral no processo, a escola deve proporcionar situações que favoreçam o seu amadurecimento psicomotor, através das atividades atrativas e prazerosas, de forma lúdica, brinquedos e brincadeiras, contribuindo para que estas habilidades psicomotoras se desenvolvam de forma natural, pois de acordo com Le Boulch (1992) a psicomotricidade ela não corresponde a uma só função, mas sim a um conjunto funcional cuja finalidade é favorecer o desenvolvimento, facilitando a aquisição de novas aprendizagens.

O brincar na educação infantil envolve desde os primórdios da educação, e podemos observar ao longo do tempo como foram se modificando e assim como foram otimizados e desenvolvidos através da ludicidade, compreender essa fase da criança é conhecer toda a evolução humana desde o nascer.

Wallon (1968) comentou que os aspectos físico-motores, sócio afetivos e a afetividade estão vinculados com a aprendizagem, e à relação do professor com a criança que é essencial para que ocorra um envolvimento entre ambas as partes e desperte na criança a curiosidade ao conhecimento. E o desenvolvimento cognitivo através das atividades lúdicas auxilia na alfabetização da criança.

Na educação infantil é possível utilizar os jogos e as brincadeiras para desenvolver o cognitivo, a motricidade, a imaginação, a criatividade, a interpretação, as habilidades de

pensamento, tomada de decisão, organização, regras, conflitos pessoais entre outros. Também para Piaget (apud Almeida 1995, p.25), "os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar a energia das crianças, mas meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual".

É fundamental que todos, os atuais e futuros educadores, busquem formas variáveis para trabalhar com a ludicidade no processo de ensino aprendizagem, estas ações pedagógicas ao serem trabalhadas com instrumentos voltados a ludicidade valorizando os jogos, brinquedos, histórias infantis, música, são ferramentas que contribuem o desenvolvimento representações simbólicas. Pois quando o conhecimento é construído através do lúdico a criança tem maior facilidade de aprendizagem, é importante que elas possam se expressar livremente onde elas possam agir e lidar com seus pensamentos e sentimentos.

Neste sentido, o professor deve estar atento às limitações de cada um de seus alunos, pois nem todos tem o mesmo ritmo de aprendizagem, alguns podem ser mais rápidos e outros mais lentos, mas o educador deve propiciar atividades que todos eles possam estar executando e construindo seus conhecimentos de maneira produtiva que ele possa desenvolver seu cognitivo com físico motor.

Pois despertar nos alunos a vontade de estarem em sala de aula para eles deve ser algo associado ao prazer, que um ambiente bom de estar, e o brincar possibilitam trabalhar a interação com os demais indivíduos, fazendo com que ela compartilhe brinquedos, jogos e relações pessoais, oportuniza um contato social que oportuniza uma aprendizagem de constituição de ser humano como social.

Assim a criança explora da sua maneira enxergando do seu modo o jogo, encontrando ele mesmo as possibilidades que se tem ao manuseá-lo se é algo difícil ou fácil se ele consegue associa-lo a outras coisas, assim o professor fica numa posição de observação para saber quais são os pontos que devo trabalhar nas dificuldades de cada um.

Segundo Vigotski (1989) a aprendizagem se da ao processo de desenvolvimento da criança e que ambos não se encontram pela primeira vez na idade escolar, e sim desde os primórdios da vida e que a aprendizagem deve ser coerente com o desenvolvimento da criança.

Nesta perspectiva, torna-se necessário imaginar que aprendizagem e desenvolvimento são dependentes um do outro, pois é um processo que não só depende da criança, mas também das pessoas que a rodeiam, se elas recebem estímulos para estarem aprendendo e se

desenvolvendo e que tipos de métodos deveriam ser utilizados pelo professor, pais e escola em conjunto para que esses processos ocorram.

> A escola, aqui representada pela figura do professor, precisa perceber a criança como um ser em constante evolução, para que desse forma possa ajuda-la. Desse modo, a escola deve estimular seus alunos para que eles possam desenvolver-se melhor. Ela precisa ser um lugar de alegria e prazer, e seus professores, por sua vez, devem estar atentos às necessidades de cada criança, pois, [...] vivemos o paradoxo de possuir um conhecimento teórico complexo sobre infância e de ter muita dificuldade de lidar com populações infantis e de ter muita dificuldade de lidar com populações infantis e juvenis. Refletir sobre esses paradoxos e sobre a infância, hoje, é condição para se planejar o trabalho na creche e na escola e para implementar o currículo. (KRAMER, 2007, p. 14).

Costa (2014) pesquisou também sobre as contribuições do brincar na aprendizagem da criança na perspectiva de professores de educação infantil da rede pública de ensino. Eles afirmam que essa qualidade não depende apenas de professores muito menos de alunos e sim de um todo que propicia crescimento e desenvolvimento dos alunos e sua equipe.

Sobre as diferentes formas de atividades lúdicas Gonzales (2014) destacou também que a música é uma forma de brincadeira de forma mais abstrata, mais que também influencia na aprendizagem que ela também faz parte da cultura lúdica.

E a música desenvolve outras habilidades bastante importantes como a linguagem, a memória, a atenção, é um método que cativa às crianças e faz com que elas fiquem concentradas por mais tempo.

O brincar é um direito indispensável na vida das crianças é a linguagem que elas têm no mundo infantil, e as faz buscarem a imaginação realizando sinais e gestos, assim elas mesmas fazem construção de aprendizagens básicas.

De acordo com Campos (1986, p.111): “A ludicidade poderia ser a ponte facilitadora da aprendizagem se o professor pudesse pensar e questionar-se sobre sua forma de ensinar, relacionando a utilização do lúdico como fator motivador de qualquer tipo de aula”.

E o professor de Educação Infantil basicamente deve pensar assim, pois todo o trabalho dele se baseia nisso em lúdico, porque nessa idade a criança está na fase das descobertas e precisa de estímulos para ter novos conhecimentos e habilidades tanto cognitivas como afetivas, são aspectos que o professor trabalha pra que juntos se desenvolvam.

Neste mesmo contexto Silva (2014) constatou que a infância é a fase da brincadeira, de alegria, divertimento, onde a criança aprende coisas novas, que o ensino da educação infantil ficou mais eficaz, enfim o fazer em si faz com que as crianças se relacionem assim se socializando, se tornando um ser ativo em suas atitudes.

Aqui ele faz uma abordagem da criança envolvida na sociedade dependente em suas atitudes onde se forma um cidadão competente e com valores, com opiniões fortes a respeito de qualquer assunto, pois desde cedo teve contato com diferentes aprendizagens que com o passar dos tempos e das fases de crescimento se tornou um ser ativo e responsável.

Ujiie (2008) realizou um resgate histórico da ação lúdica, delineando sua gênese e compreendendo a importância do brincar através dos tempos. Como foram se transformando os brinquedos as brincadeiras com o passar do tempo, o quanto mais se criou novidades no mundo lúdico, como as tecnologias trouxeram também o desenvolvimento dos brinquedos.

E contrapondo a ideia de Ujiie (2008) o autor Postaman (1999) faz uma crítica à modernidade dos brinquedos através de sua obra “O desaparecimento da Infância” ele falou sobre a infância contemporânea, ele coloca a televisão como responsável a esse desaparecimento de acordo com o fácil acesso que hoje as crianças têm a essas novas tecnologias que estão ao meio da nossa sociedade, onde a TV está aberta a vários conteúdos inadequados onde às vezes o brincar se tornam esquecidos, pois as tecnologias atraem e agradam mais as crianças de hoje em dia e os deixam viciados em tecnologias desnecessárias em suas faixa etárias, onde elas precisam estar em movimento brincando manuseando objetos, estão lá em ambientes fechados em frente a uma televisão assistindo filmes, desenhos, por horas perdendo um tempo precioso de sua infância.

Mas claro que são momentos que também a criança pode estar aprendendo com músicas que elas consequentemente gravam em suas memórias, porém deve se estabelecer horários para que estes momentos aconteçam na vida da criança.

Conclui-se que o brincar é uma atividade essencial para o ser humano e que uma educação infantil de qualidade influência nos primeiros anos de vida. Nessa perceptiva o lúdico é relevante para o desenvolvimento da criança, e que o professor precisa entender as bases teóricas do lúdico para ter princípios e parâmetros que orientem sua prática.

Embora todas as crianças progridam de acordo com certos padrões mediantes das mesmas sequenciam de crescimento e desenvolvimento, a idade em que cada criança se torna capaz de exercer novas atividades de e a maneira como as executa, varia de uma para outra.

(FLINCHUM, 1981, p.43). Por isso se se considera a importância de trabalhar a ludicidade na Educação Infantil para o desenvolvimento do cognitivo, afetivo e social, são aspectos que se relacionam para se resultar numa aprendizagem é nesta fase que elas vivem intensamente procurando novos conhecimentos e desenvolvimento de suas habilidades e capacidades e o mundo imaginário propicia esses momentos, assim a brincadeira é uma forma que eles encontram para dar significados aos objetos em sua imaginação, é um modo de interagir com a sociedade e ter relações interpessoais.

Assim o brincar é um meio de construção não apenas de conhecimentos do meio, mas também conhecimentos do seu próprio eu a criança forma sua personalidade a partir dessas novas vivências que ela tem nesta etapa de crescimento, as atitudes que ela vê com os demais faz com que ela vá moldando a sua também.

A importância de se estar em meio a outras crianças para sua integração na sociedade, se torna fundamental nesta fase onde ela aprende conviver com pessoas de fora de seu ambiente familiar fazendo outras relações que serão relevantes no seu futuro adulto.

Torna-se assim fundamental a criança desde muito cedo receber estímulos tanto familiar como escolar para que sua curiosidade seja despertada e ela queira desde muito cedo querer aprender, querer conhecer o novo, e desenvolver suas habilidades e capacidades diante da aprendizagem.

Portanto se torna essencial que mais e mais os profissionais da Educação Infantil estejam preparados para trabalhar o lúdico e trazer para a sala de aula todo encanto que esse instrumento pedagógico tem, e percebam o quanto é cativante e atrativo aos olhos das crianças, e quanto por trás dessas brincadeiras a aprendizagem está impregnada nesses métodos que se parecem tão fáceis, mas que muitas vezes os profissionais se negam a estarem a utilizando.

Referências

ALMEIDA, M, T, P. **O brincar na Educação Infantil.** Revista Virtual EF Artigos.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da Aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1986.

COSTA, H, B, B. **O brincar no desenvolvimento e a aprendizagem da criança e a perspectiva de professores da educação infantil**. Universidade de Brasília. Brasília, junho, 2014.

FLINCHUM, B, M. **Desenvolvimento motor da criança.** Rio de Janeiro, Interamericana, 1981.

GONZALES, B, N, A, C, COSTA, N, B. **Canções brasileiras para crianças- uma proposta de investigação discursiva.** Universidade Federal de São Carlos, 2014.

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos seis anos.** Editora Gráfica Metrópole**.** Porto Alegre, 1992.

KRAMER, S**. A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão das crianças de seis anos de idade. Brasília, DF: FNDE: Estação Gráfica, 2007, p.13-23.

POSTMAM, N. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro. Graphia, 1999.

SILVA, P, G. **Saberes e concepções sobre educação infantil: o brincar na pré-escola como método de aprender**. Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira - PB, 2014.

Ujiie, N. T. **Brincar, brinquedo e brincadeira. Usos e significações.** Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati- PR, 2008.

VIGOTSKI, L, S. **A formação social do mestre: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo. Martins Fontes, 2007.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo. Librairei Armand Colin, 1968.

WINNICOTT, D, W. **O brincar e a realidade**. Imago Editora LTDA, Rio de Janeiro, 1971.

_____. **O trabalho e o brinquedo.** Artes Médicas, Porto Alegre, 1993.

AS BRINCADEIRAS INFANTIS NO COTIDIANO DA CRIANÇA

Tatiana Toigo[9]
Joseliane Zanin Pagliosa [10]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente trabalho vem oportunizar uma reflexão sobre as brincadeiras na Educação Infantil com objetivo de pesquisar a importância e contribuição das mesmas para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Pode-se classificar este trabalho do ponto de vista de sua natureza como pesquisa básica realizada através de leituras e estudos sobre autores e documentos que tratam do assunto bem como resumos, fichamento e resenha de textos, livros, capítulos e artigos. Sabe-se que as crianças hoje são seduzidas pela mídia que oferece tantas possibilidades que muitas vezes os pais não conseguem controlar, ou sequer adquirir tudo que é oferecido, estamos vivendo em uma geração de crianças insatisfeitas, que querem tudo pronto. Entretanto é quando é oferecida a possibilidade de criar, o desafio dos jogos tradicionais, elas certamente além de apreciarem as atividades, desenvolverão suas habilidades motoras, afetivas e cognitivas, a escola precisa dispor de tais possibilidades e o espaço de brincar deve ser preservado, seja este na escola, em casa, nas ruas, praças, etc. A importância da brincadeira no dia a dia da criança vai muito além da distração ou ocupação, está intimamente ligada ao bem estar e certamente à aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades físicas, psíquicas e sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Aprendizagem. Brincadeiras. Infância.

Introdução

O trabalho tem como finalidade aprofundar estudos referentes à brincadeira na educação infantil como fonte de aprendizado tendo como pressuposto compreender melhor este universo brincante, quanto possibilidades de aprendizagem lúdica.

[9] Aluna Curso Pedagogia, Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai e Das Missões - Câmpus Erechim, Departamento De Ciências Humanas. E-mail: tati_toigo@hotmail.com.
[10] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Das Missões – Câmpus de Erechim, Departamento de Ciências Humanas. E-mail: joseliane@uricer.br.

Nas escolas de Educação Infantil, é preciso estar atendo para oferecer sempre as condições para satisfazer as necessidades básicas da criança, propiciando assim a aquisição da cultura, socialização, bem estar físico, afetivo e social, de modo a estimular a aprendizagem através das descobertas por meio de brincadeiras e jogos.

O trabalho pretende considerar os estudos de autores que desde muito tempo tratam da importância do brincar no desenvolvimento infantil, aborda também as questões do cotidiano, sejam elas relativas ao consumismo, tão presente nos dias atuais, as fases do desenvolvimento infantil com ênfase na socialização e os interesses de acordo com a faixa etária.

Neste sentido, foram analisados documentos oficiais, entre eles o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, obras e artigos que tratam do brincar no contexto atual e das possibilidades da brincadeira no espaço escolar e social diante da atual conjuntura, visto que muitas vezes aquilo que a criança não sabe aprender sozinha, ela consegue desenvolver através da mediação do brincar.

As Brincadeiras Infantis no Cotidiano da Criança

As crianças brincam porque gostam de brincar. Gostam, porque a brincadeira é o melhor instrumento para a satisfação das necessidades que vão surgindo no convívio diário com a realidade. Faria e Salles (2012), consideram que o corpo é para a criança um objeto de exploração, conhecimento e apropriação do mundo, sendo que o faz através dos movimentos, utilizando as múltiplas linguagens, entre elas, e em especial, o brincar. Para as autoras, é nas relações que as crianças estabelecem com os outros, através das brincadeiras, que elas ampliam os laços afetivos e sociais, elas se apropriam de valores e formas éticas de se relacionar, desenvolvendo possibilidades de refletir e agir. Dessa forma, elas constroem gradativamente, sua autonomia moral e a capacidade de mobilizar saberes e conhecimentos de forma crítica, ativa, questionadora e reflexiva.

Friedmann (2012) traz uma das definições mais simples do assunto em questão: brincar, jogo, brincadeira e brinquedo. Segundo a definição da autora compreende-se o brincar enquanto ação lúdica, com ou sem o uso de materiais, pois se brinca também, com o corpo, através da música, da arte, das palavras etc. O jogo por sua vez é o nome dado tanto a uma atitude quanto a uma atividade estruturada com regras, por sua vez a brincadeira pode ser referida à ação de brincar que pode ser espontânea, resultante de uma atividade não

estruturada, enquanto o brinquedo é definido como objeto de brincar e que dá suporte à ação de brincar. Assim esta mesma definição feita por Piaget (1971), considera o jogo como pólo extremo da assimilação do real ao eu, ele também classificou, descreveu e explicou o jogo nos estágios de desenvolvimento da criança, classificando o jogo em estruturas de: exercício, símbolo e regra.

Ainda existem estudos sobre os diferentes enfoques do brincar na infância, sejam estes: sociológico, educacional, psicológico, antropológico e folclórico, sendo que em cada enfoque existem diferentes formas de classificar o ato de brincar. É fundamental considerar que a atividade lúdica fornece informações importantes sobre a criança, embora atualmente o consumismo da sociedade atual atraia as crianças para brincadeiras cada vez mais eletrônicas e individualizadas, mas que também podem estimular a aprendizagem, pois exigem habilidades específicas da criança.

De acordo com entrevista com Trópia (2015), no site Consciência e Consumo, os meios de comunicação de massa passaram a impor um modelo de adultização e erotização das crianças, é uma cultura do modismo, do consumismo desenfreado e do descartável. Por este motivo no ano de 2014 ocorreu uma mobilização do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por entidades da sociedade civil e ministérios do Governo Federal, para a aprovação de uma resolução, que na prática, proíbe a veiculação de propagandas voltadas para crianças. Para o Conselho acima citado a publicidade infantil fere o que está previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor.

Tal medida tornou proibido o direcionamento à criança de anúncios de todos os tipos, sejam televisivos, banners, impressos shows e apresentações em pontos de venda que possa de alguma forma induzir a criança. Além disso, o texto fala sobre a veiculação de propaganda no interior de creches e escolas de educação infantil e ensino fundamental, seja em materiais didáticos ou uniformes escolares.

A assimilação dos programas da mídia e do mundo exterior por parte das crianças se dá, por um lado, por imitação e, por outro, considerando suas próprias interpretações. Seria impossível isolá-las dos assuntos referentes à mídia, o que fez Munarim (2007), concluir: a infância é construída com a ajuda da mídia. A construção cultural das crianças ocorre em grande parte na escola e, dentro desse quadro, aceitando a mídia na formação e contexto infantil, constata-se ser necessário prepará-las para receber adequadamente as mensagens dos

meios de comunicação.

Diante do que foi aqui apresentado, o público infantil tem sido exposto a uma falta de ética nas campanhas publicitárias infantis e que estas estão contribuindo negativamente para a formação do seu caráter e da sua personalidade, além de gerar hábitos pouco saudáveis. Contudo, não se pode esquecer que, independentemente de qualquer tipo de publicidade, vive-se em um país livre, e nenhum pai é legalmente obrigado a compactuar com os objetivos persuasivos das propagandas e faltar com as suas obrigações de ajudar na formação de opinião e do caráter de seus filhos. As campanhas televisivas são apenas uma influência, além dos amigos e da família. Sendo assim, uma das formas para tentar minimizar os efeitos negativos da televisão sobre as crianças é fazer com que elas se sintam amadas e seguras, e, tanto quanto possível, cercá-las de amigos e de outras atividades que não direcionem ao consumismo desenfreado.

A atividade lúdica infantil nos fornece elementos importantes sobre a criança através das emoções, interações com o outro e desempenho físico. Para a criança o brincar implica muito mais do que o ato em si, pois é através dos jogos e brincadeiras que a criança manifesta seu estágio de desenvolvimento, seu nível linguístico e até mesmo sua formação moral.

O tempo gasto com o brincar nos dias de hoje é cada vez mais escasso, dentro e fora da escola. Muitos educadores dizem que não há tempo para brincar, na escola, evidentemente porque existe um programa de ensino a ser cumprido, objetivos a serem atingidos em cada faixa etária, e assim o brincar fica destinado apenas ao período de intervalo, que por sinal é pouco.

Friedmann (2006), mesmo considerando que a televisão tira um precioso espaço de tempo para a brincadeira, considera que esta não deixa de ser fonte de informação, assim como a mídia eletrônica, reconhecendo que o desenvolvimento e aprendizado da criança se dão em diferentes instâncias do seu dia a dia, na escola ou fora dela, através do contato com as outras crianças, outros adultos, e, sobretudo de forma direta com a tecnologia. A televisão e o computador, por exemplo, inseridos no meio social infantil, atuam sobre o brincar e ao mesmo tempo produzem novos fluxos e novas relações, construindo novas redes, produzindo modificações nas atividades lúdicas das crianças.

A rua era o espaço das brincadeiras. Hoje, em virtude dos riscos que envolvem desde acidentes, sequestro e insegurança dos pais, houve mudanças de hábitos e atitudes, em alguns condomínios existe espaço específico para brincar e até mesmo horário para se recolher, entre

outros como pátio das escolas, clubes e centros comunitários.

De fato, a escola, enquanto elemento transformador da sociedade deve considerar as crianças como seres sociais e trabalhar para que sua integração se dê de maneira construtiva, propiciando ainda o desenvolvimento integral e dinâmico. A educação deve instrumentalizar as crianças para que assim elas possam construir a sua autonomia, criticidade, criatividade, responsabilidade e cooperação, e tais elementos são oferecidos nas atividades lúdicas que, portanto devem estar presentes no planejamento pedagógico contemporâneo. Para Sarmento (2005), o uso de jogos e brincadeiras como práticas diárias é um excelente recurso à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças, sua utilização na Educação Infantil traz muitas vantagens para o processo.

Atualmente a televisão, o computador e a internet introduziram mudanças nas atividades lúdicas infantis, criando novas formas e concepções, gerando discussões entre muitos estudiosos da infância, e alterando a rotina das crianças, mas certamente as crianças hoje são muito dinâmicas, inteligentes e curiosas. Ocorre que alguns críticos discordam dessa visão, pois embora admitam que a televisão exerça forte influência na cultura lúdica, não consideram que ela se oponha ao brincar. Chaves (2010) diz que, a televisão alimenta o brincar, dando-lhe suporte e fornecendo-lhe conteúdos e que a cultura lúdica da criança não está inteiramente submissa às influências da TV. A criança não é receptora passiva de seus conteúdos, pois ela atua sobre eles, apropriando-se deles e integrando-os nas suas brincadeiras, produzindo inclusive outras que escapam totalmente das influências da televisão.

Além de ativa, a criança é completamente independente para aprender, ela própria busca o saber e lança mão de tudo ao seu alcance para ajudar-se neste objetivo. Desvendar o meio em que ela vive faz parte da elaboração da sua personalidade e interagir é uma questão de sobrevivência despertando o intelectual e consequentemente o psicomotor.

O brincar é parte do processo de desenvolvimento infantil, cognitivo e afetivo-emocional, não devendo ser visto como uma atividade complementar, supérflua ou até mesmo dispensável. A criança, do nascimento aos seis anos, percorre, em curto período de tempo, aquilo que a humanidade levou milênios para conseguir atingir.

Diante disso, é importante lembrar mais uma vez que o jogo é um dos direitos da infância, e ao mesmo tempo uma atividade da vida cotidiana e de grande importância para o desenvolvimento integral do sujeito. Além disso, fica evidente que os adultos também devem

jogar e participar, já que se perdeu a cultura do jogo com adultos e com adolescentes. Nas brincadeiras as crianças expressam sua visão de mundo de forma simbólica (Piaget 1971). Antigamente os adultos partilhavam muito mais das brincadeiras junto com as crianças do que nos dias atuais que muitas crianças são deixadas na escola o dia todo, pois a constituição familiar e a organização já não são as mesmas de que algumas décadas atrás, portanto a mudança de cultura teve grande influência na atividade lúdica da criança.

Nas mais diferentes culturas são antigos os indícios da existência de brinquedos, brincadeiras e jogos criados e vivenciados pelo homem. Diante da incontestável história, é possível dizer que o jogo acompanha o trajeto da humanidade. O jogo por sua vez traz consigo elementos de nossa identidade pessoal e coletiva. Inventamos, criamos, recriamos e transformamos e também somos transformados por eles.

Para Mello (2011), o processo de crescimento e mudança nos níveis: físico, comportamental, cognitivo e emocional ao longo da vida é chamado desenvolvimento humano, em cada fase surgem características específicas, as linhas orientadoras são aplicadas a grande parte das crianças em cada fase de desenvolvimento, mas é importante saber que cada criança é um ser único e pode atingir essas fases mais cedo ou mais tarde do que outras crianças da mesma idade. Neste estudo vamos nos deter ao Desenvolvimento Social, já que vivemos em uma realidade de uma sociedade contemporânea, em que é muito comum a inserção da criança, ainda bebê dentro do ambiente escolar, decorrente do fato dos pais trabalharem o dia todo para a sustentação de sua família. Hoje, a sociedade possui um modelo não mais conservador de estrutura familiar onde a mãe ficava em casa para cuidar de seus filhos e o pai era o núcleo do sustento família.

Por isso, o brincar deve ser tão valorizado quanto o cuidado, o amor, o descanso e a nutrição. O brincar em movimento, para a criança, é a representação de seu cotidiano. Por meio dele, expressa sua criatividade, sentimentos e descobertas sobre si mesma, o outro e o meio ambiente. A curiosidade e agitação naturais entre as crianças fazem do movimento um estímulo para o seu crescimento biológico, intelectual e emocional.

As pesquisas de Piaget (1971) e Kishimoto (2010), revelam que durante os primeiros anos de vida, a criança assimila conhecimentos, habilidades e hábitos, formando capacidades, qualidades e valores morais para a vida toda. Daí entra a importância da atividade lúdica nessa etapa da vida, onde o desenvolvimento das esferas cognitivas, motoras e afetivas é potencializado, por isso, é necessário estimular. Ao brincar, a criança assimila conceitos,

experiências, vivência. A capacidade de brincar possibilita ás crianças um espaço para resolução dos problemas que as rodeiam, são as atividades lúdicas que proporcionam a vivência do aqui agora, integrando a ação, o pensamento, onde podem ser uma brincadeira, um jogo ou qualquer outra atividade que possibilite alegria e prazer.

É muito interessante a pesquisa de Wiggers (2005), que analisou desenhos de crianças de Brasília-DF no ano de 2001, fica claro que na mão das crianças, o corpo desenhado, dramatizado e dançado pode transformar-se, sobretudo numa brincadeira, configurando-se desse modo a perspectiva do corpo lúdico. As crianças percebem e recriam as noções que recebem como informações da mídia ou da sociedade para representação do corpo padrão, e assim ao desenhar seu autorretrato transmitem fielmente os elementos da mídia ou da sociedade, bem como seus sentimentos, vivências e imaginação.

Portanto, o brincar é um ato social que permite uma comunicação através de gestos, mesmo que não haja comunicação verbal. É no brincar que a criança tem a oportunidade de expressar o que está sentindo ou necessitando, é através das brincadeiras de faz de conta que ela constrói o seu mundo imaginário situado em experiências vividas em suas diferentes fases do desenvolvimento citadas anteriormente. Fortalecer o brincar no cotidiano da escola e das crianças é um avanço na educação porque assim toma-se consciência da importância que ele tem para o desenvolvimento integral das crianças. Reaprender a brincar como o corpo, espaço e objetos, com a imaginação, inteligência e criatividade para que as crianças possam se redescobrir enquanto corpo e movimento e certamente enquanto seres em desenvolvimento.

Conclusão

Deste modo, na Educação Infantil é importante também que o espaço seja organizado de forma a disponibilizar brinquedos e materiais diversos para promover e possibilitar que o ambiente lúdico seja aprendente, mesmo que com poucos recursos, pois, nem todas as escolas possuem materiais necessários para oferecer. Por isso, o educador, muitas vezes, tem que também ser criativo usar os materiais existentes a seu favor, já que para a criança pequena o professor também é uma referência. Os ambientes devem ser alegres, aconchegantes, coloridos e acolhedores possibilitando a interação e, consequentemente, a aprendizagem.

Considerando as leituras para a realização deste trabalho, acreditando nessa dimensão complexa do processo educacional, objetivou-se discutir a importância das

brincadeiras na educação infantil como processo de aprendizagem. Compreende-se, portanto que o brincar é uma atividade humana criadora, na qual a criança expressa seus sentimentos e desejos através da imaginação, da fantasia, imitação e do jogo em si.

De fato, brincar é uma importante forma de comunicação, visto que a fantasia e a imaginação são funções essenciais na representação da brincadeira, pois é por meio da ação de brincar que a criança reproduz o seu cotidiano interagindo com o outro, e adquirindo noções essenciais para o desenvolvimento global. É na brincadeira que a criança adquire consciência da partilha, do tempo e espaço, é na interação e na brincadeira que a criança compara, analisa, nomeia, mede, associa, calcula, classifica, conceitua e cria, entre outras diversas aprendizagens coletivas e individuais. O professor enquanto mediador de todo esse processo pode fazer uso de todos os jogos ou brincadeiras, sejam espontâneos ou direcionados, para desenvolver noções e habilidades pertinentes a faixa etária da criança.

Referências

Conanda aprova resolução que proíbe a publicidade direcionada a crianças. Disponível em< http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/conanda-aprova-resoluco-que-proibe-a-publicidade-direcionada-a-criancas>. Acesso em: 24 mar. 2015.

CONSCIÊNCIA E CONSUMO: Um bate papo sobre a infância, brincadeiras e consumismo com Luiz Trópia. Disponível em: <http://conscienciaeconsumo.com.br/consumismo-infantil/um-bate-papo-sobre-infancia-brincadeiras-e-consumismo-com-luiz-tropia/>Acesso em: 23 mar. 2015.

CHAVES, M. M. P. **Rumos do brincar na família média urbana de Coronel Xavier Chaves**. 2010. 84f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Joao del Rei, Coronel Xavier Chaves,2010.

FARIA, V. L. B.; SALLES, F.. **Currículo na educação infantil:** diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. São Paulo: Ática, 2012.
FRIEDMANN, A. **O brincar na educação infantil:** observação, adequação e inclusão. Ed. São Paulo: Moderna, 2012.

_____**O desenvolvimento da criança através do brincar.** São Paulo: Moderna, 2006.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 2010.

MUNARIM, I. **Televisão e brincadeira:** as mediações e o imaginário na cultura de movimento das crianças. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15., 2007, Recife. Anais... Recife: CBCE, 2007, v. 1, p. 1-9.

O Desenvolvimento Social da Criança. Disponível em < https://psicologado.com/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/o-desenvolvimento-social-da-crianca ©> Psicologado.com. Por: Maria Aparecida Melo. Acesso em: 04 abr. 2015.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo.** São Paulo: Zanhar, 1971.

RESOLUÇÃO Nº163 DE 13 DE MARÇO DE 2014 - <http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/publicidadeeconsumo/conanda/resolucao_163_conanda.pdf >. Acesso em: 23 mar. 2015.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociologia.** , Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378. (2005, maio/ago.).

WIGGERS, I. D. Cultura corporal infantil: mediações da escola, da mídia e da arte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Campinas, v. 26, n. 3, p. 59-78, maio 2005.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** 7ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____ **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

A PSICOMOTRICIDADE COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosicler França[11]
Giuliano Jacques Liotto[12]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Entender e compreender a importância da psicomotricidade na educação infantil, apontando os principais aspectos que influenciam o desenvolvimento psicomotor da criança. Principais conceitos da psicomotricidade, como o movimento, o intelecto o afeto, buscando entender a importância de desenvolver atividades que envolvam o corpo através da estimulação e reeducação dos movimentos da criança. O estudo tem por critério, compreender o desenvolvimento psicomotor, lateralidade, noção corporal, estruturação, espaço, coordenação motora ampla e fina, o lúdico na educação infantil. Tendo como principais objetivos: como a psicomotricidade pode auxiliar na educação infantil, a sua importância para o desenvolvimento e aprendizagem na educação, tendo como referências as brincadeiras; compreender o papel do profissional no desenvolvimento psicomotor das crianças na Educação Infantil. Entendemos que a psicomotricidade e comunicação é uma maneira de abrir caminhos para a aprendizagem criando elos entre a psicomotricidade e o desenvolvimento infantil. Observando o movimento, o intelecto e o afeto desenvolvem sua importância na aprendizagem, respeitando e explorar as fases cronológicas das crianças para poder desenvolver o cognitivo, o afetivo, o motor e o psicomotor.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Educação. Aprendizagens.

Introdução

Tendo em vista a importância do desenvolvimento corporal e cognitivo do ser humano ao longo de sua vida e a necessidade de um olhar mais crítico voltado para crianças em fase pré-escolar, foi desenvolvido um projeto a respeito da psicomotricidade, com o foco na Educação Infantil. Acreditando que esta seja a base do processo de uma aprendizagem qualitativa, de um desenvolvimento motor, afetivo e psicológico e de habilidades diversas,

[11]Acadêmica do curso de Pedagogia URI - Câmpus de Erechim. E-mail: rosiclerfranca@hotmail.com
[12]Professor do Departamento de Ciências Humanas URI - Câmpus de Erechim: E-mail: giulianojl@gmail.com

torna-se indispensável desenvolver atividades que envolvam a criança, utilizando o corpo para expressar suas emoções, conhecer suas dificuldades e desenvolver sua criatividade, verificando como a psicomotricidade pode auxiliar na educação infantil

O estudo tem como foco a investigação da importância da Psicomotricidade na Educação Infantil, auxiliando no desenvolvimento das crianças através das experiências motoras, cognitivas e sociais/afetivas, interagindo com o psiquismo e a motricidade, buscando um desenvolvimento global, levando o indivíduo a tomar consciência do seu corpo por meio dos movimentos indispensáveis à formação.

É importante que o professor de Educação Infantil tenha consciência que a criança vive no mundo por meio do movimento, daí a importância de saber, conhecer e entender o processo de desenvolvimento motor e sua respectiva fase, pois o professor necessita ser capaz de proporcionar atividades fundamentais para o desenvolvimento e crescimento das crianças criando projetos que possam oportunizar a utilização do corpo como meio de expressão, explorando a criatividade, a brincadeira, a imaginação e a aprendizagem, porque é através dessas atividades que a criança desenvolve suas aptidões perceptivas como meio de ajustamento do comportamento psicomotor.

Educação Psicomotora

O primeiro objeto que a criança percebe é seu corpo. É pelas mobilizações, sensações e deslocamento que se dá este conhecimento. Alves (2012) fala da importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da inteligência, da afetividade, das relações sociais na vida do indivíduo e que elas determinam suas capacidades futuras. O gesto é o primeiro instrumento social de compreensão e expressão da criança. Ações como apontar, evocar, apanhar começam a substituir o choro; a criança gesticula para exprimir situações e ações que ainda não consegue verbalizar, constituindo um importante modo de comunicação que antecede o vocabulário fonético. Segundo Gonçalves (2011, p. 28) “Antes da linguagem, as ações motoras é que determinam as ações mentais.”

A estimulação motora põe a criança em contato com o objeto, com o meio onde vive e com ela mesma, criando uma comunicação corporal cheia de significados. O que diferencia a estimulação motora de uma atividade motora é a intenção de provocar aprimoramento do esquema corporal, ou seja, a criança é estimulada a organizar habilidades diferentes das já

existentes e experimentadas. É fundamental facilitar a interação da criança com o mundo dos objetos, por meio da experiência concreta e do brincar; a aprendizagem torna-se mais do que um processo acomodativo, para uma aprendizagem mais contextualizada e repleta de significados para a sua vida. À medida que se coloca maneiras diferentes e novas para executar o movimento anteriormente conhecido, a criança se vê desorganizada e todo um sistema cerebral é ativado, buscando na cognição, na emoção e no aparato motor uma forma de perceber, decodificar, planificar e executar o novo movimento (GONÇALVES, 2011).

Por isso, é importante colocar a criança em situação de desafio na qual será preciso que ela busque novas situações para conseguir um resultado desejado, porem precisa colocar seu cérebro em funcionamento, o que, além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, será importante para sua organização motora, sua autonomia e a criatividade.

De acordo com Morais (2002) a lateralidade de uma criança quando não está bem estabelecida, demonstra problemas de ordem espacial, não percebe a diferença entre o lado dominante e o outro, não aprende a utilizar corretamente os termos direitos e esquerdos, apresenta dificuldade em seguir a direção gráfica da leitura e da escrita, não consegue reconhecer a ordem em um quadro, entre outros transtornos.

Contudo, segundo as concepções Wallonianas (1995 *apud* Barros, Ferreira, Heinsius, 2008) tudo o que foi vivenciado pela criança anteriormente irá refletir nas experiências futuras, modificando e transformando em representatividades.

Para que a psicomotricidade seja eficaz e possa contribuir para ao processo de aprendizagem da criança é preciso que o professor acredite no potencial delas, respeitando sua individualidade, sabendo que as dificuldades, obstáculos e as insatisfações fazem parte da caminhada escolar, por isso deve oferecer atividades e oportunidades para que a criança comunique, crie e se expresse emocionalmente e fisicamente, para o crescimento pessoal para construção da sua autonomia, despertando assim, o desejo e o interesse de descobrir e aprender por meio da interação com o mundo. Para Barros, Ferreira e Heinsius (2008) a aprendizagem é então entendida como um percurso que a criança deseja percorrer para buscar uma auto-realização.

Para que a auto-realização seja alcançada pela criança o professor deve ser o mediador da aprendizagem, possibilitando que a criança construa seu caminho e se encontre nele, tendo clareza nos seus objetivos e nas suas atividades, nas regras estabelecidas, respeitando a

democratização do grupo amenizando os conflitos gerados, ponderando suas propostas de acordo com cada faixa etária favorecendo o avanço da aprendizagem cognitiva.

Um dos objetivos das aulas de psicomotricidade é estimular o desenvolvimento psicomotor das crianças, por meio de jogos, brincadeiras e atividades que as crianças vivenciem com grande prazer, favorecendo a ligação do real com o imaginário.

Segundo Almeida (2006) existem várias atividades que poderão contribuir no desenvolvimento da criança dentre elas; tonicidade, coordenação motora ampla, coordenação motora fina, lateralidade, desenvolvimento de percepção musical, desenvolvimento de percepção olfativa**,** desenvolvimento de percepção gustativa, desenvolvimento de percepção espacial, desenvolvimento de percepção temporal, desenvolvimento da percepção corporal, seriação e classificação.

Com essas atividades/brincadeiras a criança possui oportunidade de vivenciar ações motoras de todos os níveis e estar estimulando a psicomotricidade através do movimento do corpo. Toda a educação psicomotora deve ser realizada levando em consideração as necessidades reais de cada indivíduo, partindo do mais simples para o mais complexo, além de proporcionar estímulos que devem ser harmônicos e integrados na sua seqüência.

Ressaltamos assim, que todas as atividades descritas devem estar relacionadas diretamente com objetivo que o professor pretende alcançar, a faixa etária, nível de desenvolvimento e espaço físico e específico não somente como atividades isoladas, cabendo ao professor, conhecer bem os seus alunos, proporcionando atividades que possibilitem o melhor desempenho psicomotor, lembrando que cada criança aprende de seu jeito e no seu tempo, no qual o professor deverá primeiramente respeitar o tempo e o limite de seus alunos.

O desenvolvimento psicomotor requer o auxílio constante do professor, através da estimulação.

Enfim, a Educação e a aprendizagem caminham juntas, e os alunos não são só conceitos, eles possuem um corpo e com este o movimento, que precisam ser trabalhados, pois, se passarem despercebidos durante a infância, e na fase escolar, acarretará sérios problemas na sua vida adulta.

Esse estudo não tem a pretensão de estabelecer ou ditar a forma de trabalhar com os alunos, mas tem a finalidade de contribuir e aprimorar o trabalho pedagógico.

Referências

ALMEIDA, G. P. **Teoria e prática em psicomotricidade:** Jogos atividades lúdicas expressões corporais e brincadeiras infantis. Rio de Janeiro: Wak 2006.160p.

ALVES, F. **Psicomotricidade***:* Corpo, Ação e Emoção. 5ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

FONSECA, V. da **Psicomotricidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.

GALLAHUE, D. L; OZMUN J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. 2. Ed. São Paulo: Phorte, 2005.

GUYTON, A.C. & HALL, J. E. (1997) **Tratado de Fisiologia Medica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan

LUSSAC, R. M. P. **Psicomotricidade: História, Desenvolvimento, Conceitos, Definições E Intervenção Profissional.** Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, p. 13, 2008.

LE BOULCH, J. **O Desenvolvimento Psicomotor do Nascimento até 6 anos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LE BOULCH, J. A Educação pelo Movimento: **A Psicocinética na Idade Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

MACHADO, M. L. de A. **Formação Profissional para Educação Infantil:** subsídios para idealização e implementação de projetos. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**: Psicomotricidade: Alternativas Pedagógicas. Porto alegre: Prodil, 1995.

OLIVEIRA, A. F. S; SOUZA, J. M. A Importância da Psicomotricidade no Processo de Aprendizagem Infantil. Revista Fiar: **Revista Núcleo de Pesquisa e Extensão Ariquemes**, v.2, n.1, p.125-146, 2013.

OLIVEIRA, G. C. de. **Avaliação psicomotora à luz da psicologia e psicopedagogia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, G. C. **Psicomotricidade**: Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SIQUEIRA, D. de CÁSSIA T. **Relação Professor-Aluno**: Uma Revisão Crítica. Disponível em conteúdo escola.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, NO BRASIL

Eliane Fátima Naduk Glouvacki[13]
Sandra Terezinha May[14]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente trabalho consiste em uma análise acerca da avaliação no contexto da Educação Infantil e suas implicações para a formação integral da criança. Trata-se de um estudo bibliográfico, pois, utilizará material já publicado em livros, periódicos, sites, artigos, entre outros. Pode-se classifica-lo de vista de sua natureza como estudo básico, uma vez que tem como objetivo gerar conhecimentos novos e de interesse universal. Quanto aos seus objetivos, este estudo é classificado como estudo exploratório, pois se utiliza de levantamento bibliográfico. O acompanhamento das aprendizagens de cada criança torna-se um instrumento para que o professor a compreenda tanto em seus aspectos cognitivos, quanto sociais e afetivos. O olhar de aceitação do professor sobre a situação de aprendizagem atual do estudante, sem julgamentos de certo ou errado, é o ponto de partida para a definição de estratégias pedagógicas adequadas à superação das dificuldades e ao desenvolvimento da criança em sua integralidade. O ato de avaliar, desta forma, passa a ser visto como um ato amoroso, baseado na reflexão da prática docente para fornecer os meios necessários à garantia do processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil. Desenvolvimento Integral. Avaliação. Aprendizagem

O presente artigo tem por objetivo conhecer as práticas avaliativas desenvolvidas na Educação Infantil nas últimas duas décadas no Brasil. A este propósito foram selecionados artigos e livros de autores que trazem experiências, teorias e apontam caminhos para o aprofundamento do tema. Em trabalhos desse gênero observa-se que são muitas as divergências de ponto de vista e de estratégias implementadas pelos docentes na realização dessa delicada tarefa, contudo também são muitas as possibilidades de avanços nessa área.

Para a presente pesquisa, têm-se como problemática central: Como vem sendo realizada a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, no Brasil, nas últimas duas décadas? A

[13] Acadêmica do Curso de Pedagogia PARFOR, turma 2012-URI Erechim. E-mail: elinaduk@hotmail.com.
[14] Acadêmica do Curso de Pedagogia PARFOR, turma 2012-URI Erechim. E-mail: smay45@gmail.com.

reflexão acerca das respostas a essa problematização exigem um resgate histórico em busca da identidade e das concepções construídas em torno da educação na infância e do entendimento da avaliação no processo de ensino-aprendizagem.

Conhecendo as angústias e desafios vivenciados pelos professores que trabalham com um nível de ensino tão carregado de peculiaridades e ao mesmo tempo com uma função que alia o cuidado com a aprendizagem, refletir acerca dessas práticas e de como se pode tornar a avaliação um instrumento de melhoria do trabalho pedagógico fornecendo as informações de que ele necessita desperta um grande interesse e serve como motivação para o desenvolvimento deste estudo. Sentir-se desafiado a olhar para a prática desenvolvida à luz dos conceitos e ideias dos autores da área constitui o desafio de tornar-se um professor pesquisador da própria prática, no sentido de construir uma verdadeira práxis pedagógica.

A revisão de literatura é realizada mediante leitura sistemática, com fichamento de cada obra. Pode-se classificar esse estudo do ponto de vista de sua natureza como estudo básico, uma vez quer tem como objetivo gerar conhecimentos novos e de interesse universal. Quanto aos seus objetivos, este estudo é classificado como estudo exploratório, pois se utiliza de levantamento bibliográfico. Com relação aos procedimentos técnicos o estudo será bibliográfico, pois, utilizará material já publicado em livros, periódicos, sites, artigos, entre outros.

Por fim, a pesquisa justifica-se pelo fato de que, grande parte dos professores da Educação Infantil não possuem, ao longo dos anos, uma clara visão acerca da importância da prática avaliativa neste período escolar, adotando estratégias e metodologias de acordo com suas próprias concepções de ensino-aprendizagem. Surge, assim, a necessidade de uma reflexão aprofundada dessas práticas, bem como, do embasamento teórico, para uma melhor compreensão da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e sua aplicação nas últimas duas décadas no Brasil.

Desde o surgimento das primeiras creches, com suas diferentes denominações, Escola Maternal, Sala de Asilo, Jardim de Infância, Pré-primário, Pré-escola e finalmente Educação Infantil, a educação e a infância foram concebidas e tratadas conforme o pensamento da época (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, 2008). A Educação Infantil constitui-se como a primeira etapa da Educação Básica e, traz consigo, diversas particularidades. É nesta fase, denominada primeira infância, que se dá a construção do caráter, por exemplo, caracterizando a formação inicial e pessoal da criança.

A educação da criança pequena é enfatizada por Craidy (1998) por sua exigência simultânea e indissociável dos processos de cuidar e educar, propondo atividades que permitam a inserção da criança por meio de experiências no mundo que a cerca e na convivência com outras pessoas, além da sua família.

Nogaro (2012) traz a reflexão sobre o ser criança ou viver como criança, pois para entender a Educação Infantil é preciso pensar a criança como sujeito desse processo e saber de qual criança nós falamos, sua origem, em que contexto histórico e social vive. Esse conceito de criança traz consigo a imagem histórica e a evolução conceitual que a caracteriza como sujeito de direitos, com sua personalidade singular própria dos sujeitos de direitos, o que Zabalza (1998) considerava como ponto fundamental. Para este autor, a criança pequena na escola deve ser vista como competente, no sentido de possuir as capacidades necessárias para a construção das habilidades que alicerçarão o seu desenvolvimento posterior. Nesse sentido, as ações governamentais e mesmo a postura da sociedade nem sempre traduzem o respeito a esses direitos e a valorização dessa competência.

Um olhar mais atento à história da infância no mundo pode fornecer elementos para ampliar o entendimento da origem de muitos paradigmas que vêm sendo discutidos e quebrados para a formação da identidade de criança no momento atual. Durante a Idade Média e o início da Idade Moderna, segundo Zabalza (1998), ser criança não era mais que esperar pelo momento de tornar-se adulto, uma vez que não havia preocupação com a infância ou sentimento do que era ser criança. Aos sete anos já se considerava a criança como capaz de se responsabilizar por seus atos, inclusive juridicamente e, a partir daí, passava a pertencer à sociedade dos adultos.

Com o avanço da Idade Moderna e o advento da industrialização, nasce uma nova perspectiva da infância. Seu papel social e cultural na família a torna o centro das atenções com preocupações dos adultos por satisfazer suas necessidades, cuidados, afetividade, reconhecimento e educação. A família ganha um novo preceito moral: dar aos filhos uma preparação para a vida. Essa preparação virá da escola que, por sua vez, substituirá o sistema de aprendiz para priorizar a inculturação e a socialização. A família ficará com a responsabilidade de educar de forma afetiva e ético-comportamental. As identidades de infância assumem uma duplicidade: a da criança-filho e da criança-estudante (ZABALZA, 1998).

A legislação brasileira para a Educação Infantil é relativamente nova, se comparada ao surgimento do processo educativo como um todo. As primeiras referências em relação ao atendimento à primeira infância datam de 1923, como um direito das mulheres trabalhadoras possuírem creches e salas de amamentação próximas ao seu local de trabalho, onde então os empregadores deveriam possibilitar horários para isso. Essa forma de organização não se constituía ainda em um direito das crianças e não havia um caráter educativo nessas instituições, mas, prioritariamente, o cuidado dessas enquanto as mães trabalhavam.

Finalmente, na Constituição de 1988, o Estado assume a educação das crianças em creches e pré-escolas como um direito a ser garantido. De acordo com o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Ao contrário do que se pensava em outros momentos da história da educação, a avaliação não na Educação Infantil não pode ser confundida com um momento isolado de teste das aprendizagens dos estudantes. Ela precisa ser vista como um processo contínuo que inclui o diagnóstico dessas aprendizagens, aliada a tomada de decisões do professor, norteando suas estratégias e fornecendo subsídios para a elaboração do seu planejamento futuro. Apesar disso, ainda hoje podemos concordar com Luckesi (2003, p.11) que afirma: "[...] historicamente, passamos a denominar a prática de acompanhamento da avaliação da aprendizagem do estudante de Avaliação da aprendizagem escolar, mas, na verdade, continuamos a praticar exames".

Reforçando a necessidade de re-significar as práticas avaliativas podemos encontrar um caminho, ainda nas palavras do autor: "a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios" (LUCKESI, 2003, p.47). Isso sugere a urgência do abandono de certos paradigmas e a construção de espaços e momentos que privilegiem a aprendizagem e não a reprodução dos sistemas sociais excludentes nas nossas escolas.

Diante das reflexões e debates envolvendo o contexto próprio da Educação Infantil, um ponto se destaca e merece ser analisado com atenção: a avaliação. Não se pode negar que esse aspecto pode exercer um papel determinante na qualidade do ensino e da aprendizagem das crianças pequenas. O entendimento do professor e os aspectos e métodos que utiliza para

avaliar seus estudantes pode definir ou não as possibilidades de superação das dificuldades e sua conversão em caminhos para a aprendizagem.

Nogaro (2012, p.123) enfatiza que "[...] a avaliação da aprendizagem vem sendo cercada de polêmicas e controvérsias. [...]" mesmo na Educação Infantil, nível que apresenta vários elementos diferenciados das demais etapas da escolaridade, a avaliação se faz necessária e tem gerado grande insegurança nos professores.

O tema da avaliação tem sido objeto de constantes estudos e em especial nas duas últimas décadas, o Brasil vivenciou momentos de reflexão, crítica e revisão da forma como vinha sendo conduzida. Hoffmann (2005, p.23) traz à tona a importância da avaliação da aprendizagem entendida como um espaço para a ampliação da "[...] confiança mútua e da reciprocidade do pensamento professor/estudante". Esse pensamento tem conquistado cada vez mais ênfase no sentido de superar as lacunas deixadas por processos avaliativos que apenas costumam medir a aprendizagens dos estudantes para classificá-los, sem apontar as alternativas para que suas dificuldades fossem superadas. De acordo com esse fundamento, Teodoro (2010, p.22), pontua:

> A avaliação se destina a obter informações e subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento das crianças e ampliação de seus conhecimentos. Nesse sentido, as situações avaliativas não devem limitar-se à medida, à sinalização de erros e acertos. Elas, na verdade, devem constituir fontes informacionais às quais o professor se reportará para analisar o que precisa ser melhorado no ensino e, depois, conceber e implementar ações pedagógicas que auxiliem a criança que ainda não conseguiu aprender.

Tal reflexão se faz pertinente em todos os níveis de ensino e em qualquer faixa etária, mas quando se trata da Educação Infantil percebe-se que não pode haver outra forma de avaliar uma criança senão com a finalidade clara de ampliar seus conhecimentos, considerando seus erros e acertos como ponto de partida para a busca e implementação das ações didáticas mais favoráveis à construção das aprendizagens que ainda não alcançou naquele momento. As compreensões crescentes sobre a necessidade refletir sobre a qualidade da Educação Infantil, respeitando as peculiaridades dessa faixa etária, bem como da valorização da mesma para o desenvolvimento de muitos aspectos de fundamentais para a formação do sujeito, trouxeram avanços também no que diz respeito às especificidades que precisam ser respeitadas ao realizar a avaliação desses estudantes.

Com o intuito de difundir a importância da avaliação formativa na Educação Infantil como base para a garantia da sua qualidade, além de destacar sua especificidade na LDB (BRASIL, 1996), também traz presente no segundo documento legal norteador da educação, o PNE (BRASIL, 2006):

> [...] constituindo um plano do governo que estabelece diretrizes, metas e prioridades para o setor educacional brasileiro, intentando a melhoraria da qualidade de ensino em todo o país. Entre as principais proposições, estão a universalização do ensino em todo o Brasil e a criação de incentivos para que todos os estudantes concluam a educação básica. Esse plano estabelece parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, apresentando a avaliação como procedimento para a adoção de medidas compromissadas com a melhoria da qualidade do ensino (CONAE, 2010 apud TEODORO, 2010, p.22).

Essa preocupação passa a ser traduzida em ações que reforçam o caráter de formação integral do ser humano na primeira infância preconizando o acompanhamento da criança em todos os momentos em que são oferecidas situações de aprendizagem, com a finalidade de favorecer integralmente seu desenvolvimento, sem de forma alguma utilizar esse acompanhamento para classificá-las. A avaliação não pode servir como critério para a promoção das crianças, inclusive para o ensino fundamental (BRASIL, 1996). Além dos supracitados, outros documentos que vêm para auxiliar nas práticas da educação básica são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), que tem como objetivo formar uma referência a ser seguida pelas escolas. Sua publicação e divulgação constituem uma busca por mudanças que qualifiquem o ensino praticado na Educação Infantil no Brasil.

Evitar essas deformações e antecipações dos procedimentos formais de avaliação exige cuidado por parte do professor e um caminho para evitar a classificação e padronização no ato avaliativo é apontado por Hoffmann (2005 apud TEODORO, 2010) ao preconizar o conhecimento do professor/avaliador em relação a cada estudante/avaliado. Quando o professor conhece as particularidades de cada estudante ele está mais próximo de realizar uma avaliação ampla, mediadora e com a finalidade de orientar e reorientar sua prática pedagógica comprometida com a evolução, a superação e o desenvolvimento destes.

Barbosa e Horn (2008), em sua obra “Projetos Pedagógicos na Educação Infantil”, aponta caminhos práticos para orientar os docentes na construção de instrumentos de avaliação que possibilitem um acompanhamento e registros que facilitem o processo de avaliação das aprendizagens na Educação Infantil Como exemplo desses instrumentos, a autora cita o diário

de campo, o diário de aula, o livro da vida ou da memória do grupo, as planilhas, as entrevistas, os debates ou conversas, os relatórios narrativos de acompanhamento das crianças e relatórios narrativos de estudos realizados, a autoavaliação, os trabalhos de integração e consolidação do conhecimento, a coleta de amostras de trabalhos, as fotografias e gravações em vídeo em som, os depoimentos dos pais, os comentários dos colegas, os portfólios, dossiês e arquivos biográficos (BARBOSA; HORN, 2008). Nessa perspectiva, mesmo as crianças pequenas devem ser consideradas como sujeitos ativos no seu processo de aprendizagem e mesmo de avaliação, quando percebem a superação de desafios que numa etapa anterior do seu desenvolvimento ainda não seriam capazes de superar.

Deve contemplar, portanto, uma diversidade de estratégias e atividades para que a coleta de dados seja a mais abrangente possível e reflita realmente as aprendizagens e conhecimentos de todas as áreas trabalhadas. O que se observa, no entanto, é que muitas vezes o portfólio se restringe a alguns aspectos, privilegiando algumas atividades com pouco espaço para registros mais amplos como gravações e filmagens. A metodologia empregada no processo avaliativo deve possibilitar que o professor tenha bastante clareza para entender o que o estudante aprendeu e como aprendeu compreendendo suas construções.

Não existem receitas prontas para isso. Algumas estratégias e instrumentos tem se mostrado nas últimas décadas, mais ou menos adequados a avaliação na Educação Infantil, mas cada realidade exige do professor uma reflexão sobre a sua prática diária e essa é a contribuição vital da avaliação para a melhoria da qualidade na educação.

Referências

BARBOSA, M. C. S.; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL, Lei n° 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).** 26 de dezembro de 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18. Abr. 2015.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei de n°. 8.069**. 3. ed. Brasília:1990.

_____. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Política nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf>. Acesso em: 20. Abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil** /Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CRAIDY. C.M. **Meninos de rua e analfabetismo**: Porto Alegre, Artmed, 1998.

HOFFMANN, Jussara M.L. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUCKESI, C.C. **O Que é Mesmo o Ato de Avaliar a Aprendizagem.** Disponível Pátio On-line. Porto alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

NOGARO, A. **Primeira Infância:** espaço e tempo de educar na aurora da vida. Erechim, RS: EdiFAPES, 2012.

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil.** Curitiba: Ibpex, 2008.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil.** ZABALZA, M. A.; Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed,1998.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: DA ORIGEM Á CONTEMPORANEIDADE

Ana Maria Dal Zott Mokva[15]
Adilene Angélica Boeira[16]
Karine Kostuczenko[17]
Priscila Bertuzzi Livinalli[18]

Eixo Temático: Educação e Ludicidade
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A contação de histórias tem passado por mudanças desde sua origem, onde surgiu inicialmente como uma forma de repassar a cultura para as próximas gerações. Antes das histórias chegarem a lindos livros, eram repassadas oralmente, na intuição do uso da memória. A contação de histórias tem passado por três períodos distintos, sendo estes muito importantes durante o percurso da contação de histórias. Através de várias pesquisas, hoje se tem conhecimento de que a contação de histórias proporciona vários benefícios pra a vida das crianças. Na contemporaneidade as tecnologias também ganharam seu espaço dentro do ato de contar uma história e isso surgiu para enriquecer as histórias infantis, estimulando ainda mais o interesse das crianças pelas histórias, e despertando o gosto pela leitura. Diante de um percurso metodológico e teórico o presente texto tem em vista o resgate do incentivo à leitura e o estímulo ao gosto por histórias, levando em conta sua importância e a do contador desde os primeiros ancestrais aos dias atuais.

Palavras-chave: Contação de histórias. Contador. Criança.

Introdução

A contação de histórias faz parte das nossas vidas desde a antiguidade. Muito antes da escrita existir, a oralidade era a principal ferramenta da contação de histórias, pois era o único meio que as pessoas tinham de transmitir os conhecimentos e a cultura existente nas tribos.

O presente texto trata o percurso que a contação de histórias tem percorrido desde sua origem até os dias atuais e como hoje a contação de histórias permanece em nosso meio

[15] Professora do Curso de Pedagogia e Coordenadora do Curso de Letras– Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
[16] Acadêmica do Curso de Pedagogia – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
[17] Acadêmica do Curso de Pedagogia – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
[18] Acadêmica do Curso de Pedagogia – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

apesar de tantas tecnologias. A hora do conto deve fazer parte do cotidiano escolar, trazendo momentos de diversão e fantasia para as crianças.

Com o passar do tempo, observamos que a contação de histórias ajuda e muito no desenvolvimento cognitivo das crianças, uma vez que é uma forte ferramenta de aprendizagem, pois usam de uma forma divertida para trazer uma aprendizagem e pode ser utilizada de forma significativa ás crianças. A contação de histórias passou por períodos distintos. Inicialmente, só existia a oralidade, e em seguida houve o surgimento da escrita; após, o período da contemporaneidade, o qual nos remete aos dias atuais. As práticas da contação tiveram sua evolução, mas nunca deixaram suas raízes, as quais foram e ainda são suporte para o aperfeiçoamento de técnicas e formas de contar.

Contação de histórias: da origem á contemporaneidade

O ato de contar histórias surge desde épocas remotas, onde o ser humano começa a desenvolver sua linguagem e segue de geração em geração, abrangendo culturas e saberes necessários á sobrevivência.

Cruz et al. (2012, p. 8) enfatizam que: “a contação de histórias iniciou-se muito antes de a escrita ser inventada. As pessoas começaram a contar histórias para divertimento, ensinar, relembrar ou apenas para passar o tempo”. Como a escrita ainda não existia, as pessoas precisavam achar um jeito de se comunicar e repassar seus conhecimentos para gerações futuras. O primeiro contador de história aparece em uma tribo pré-histórica que, devido à necessidade de comunicação para a execução de suas tarefas no cotidiano, percebe que, usando as articulações da boca, os sons vão sendo emitidos. Inicia-se, então, uma nova fase na história do ser humano, quando o mesmo descobre que pode falar e com essa possibilidade começa a narrar fatos (PRIETO,1999).

Castro (2011, p.9), ao estudar os primórdios da contação de histórias, afirma que:

> [...] as histórias não eram indicadas para o público infantil, por conter muitas passagens violentas em seu enredo. Charles Perraut, durante o séc. XVII reescreveu essas histórias e retirou grande parte do conteúdo considerado improprio para as crianças; publicou-as em uma coletânea intitulada “os contos da Mamãe Gansa”.

Se analisar, hoje, quando o professor senta em uma roda para contar uma história, ele retorna ao tempo primórdio, onde as pessoas sentavam-se ao redor da fogueira para ouvir e contar histórias, eis uma prática milenar.

Segundo Matos (2005, p.36), "nas sociedades tradicionais, toda a comunidade da aldeia participava dos serões de contos, independentemente de idade ou do papel na sociedade." Quem não se lembra das histórias contadas pelas avós, quando as famílias se reuniam, a maioria das vezes á noite, para conversar? Os mais velhos contavam histórias e fatos que tinham ocorrido com eles, ou, até mesmo, com seus antepassados. Por vezes, falavam até em outra língua, coisas que não gostariam de revelar às crianças.

Pauluk (2004, p.4), de acordo com seus estudos, afirma que "A arqueologia estabelece o surgimento dos primeiros indícios de utilização de um sistema linear de escrita em 3.500 a.C., na região da Mesopotâmia." Se olharmos as fotos arqueológicas, observamos que a escrita não surgiu inicialmente em folhas ou lindos cadernos como vimos hoje, mas em paredes de pedras no interior das cavernas.

Por muito tempo, entendeu-se que a escrita era destinada a pessoas privilegiadas, que tinham melhores condições, devido à grande dificuldade deste aprendizado. Contudo, no percurso da contação de histórias, a escrita veio para dar uma "leve queda", pois nesse momento as pessoas já não precisavam ouvir tantas vezes a mesma história para, então, guardar o conhecimento e poder passá-lo adiante.

No passado, a memória era muito argumentada e necessária, pois como não existia toda esta tecnologia encontrada nos dias atuais, a memorização era um meio de guardar o conhecimento e, também, de não permitir o esquecimento dos saberes necessários ao cotidiano.

Para isso, como já mencionado, colocaremos em evidência neste texto três períodos distintos e sucessivos de acordo com estudos de Matos (2005): a sociedade de tradição oral, a sociedade de tradição escrita e a sociedade contemporânea.

A contacão de histórias na sociedade tradicional oral

Na sociedade tradicional, em tempos primórdios, as histórias eram contadas com o intuito de transmitir o conhecimento e, principalmente, a cultura (MATOS, 2005). A palavra falada tinha muito mais valor, considerada respeitável, ou seja, as pessoas valorizavam muito

o que era falado. “Pela tradição oral, os homens veiculavam a palavra mítica, revelada, sagrada. Essa palavra tão especial lhes brotava na língua em forma de poesia, tornando-se então Palavra.” (MATOS, 2005, p.5).

Sociedade Tradicional Escrita

Na origem da escrita, o homem percebe que, passando a pedra sobre as paredes das cavernas, surgem riscos, então, têm início as pinturas rupestres que até hoje ainda identificam o homem pelos registros das histórias da pré-história. Pauluk (2004, p.4) nos coloca que: “Se levarmos em conta os grafismos de qualquer espécie, então os mais antigos estampam as paredes de algumas cavernas desde 35 mil a.C.”. Com a chegada da escrita há uma grande preocupação em relação a contação de histórias, pois os contos correram um grande risco de desaparecimento a partir do predomínio da cultura escrita. As práticas orais passaram a ser vistas com certa descrença e suspeita já que as pessoas podiam recorrer à escrita. Mas, graças aos folcloristas e aos etnólogos que se propuseram a lutar pelos contos e os guardaram em livros, a tarefa do contador de histórias teve continuidade (MATOS, 2005).

O homem sempre procurou deixar sua marca e, para isso, fez uso de muitos artefatos como nos aponta Coelho (2000, p. 65):

> Desde suas origens pré-históricas, o homem procurou se comunicar ou marcar sua presença no mundo através de uma determina *escrita*, isto é, de uma forma concreta de registrar sua fala e fazê-la perdurar no tempo. Foram vários os suportes descobertos pelo homem para inscrever suas mensagens: pedra, tabuinhas de argila, peles de animais, o córtex das arvores, junco, chifres...[...] Em nosso tempo cibernético, vemos o livro sendo substituído pelas mil invenções da informática, cuja conquista mais espantosa (até o final do milênio) é a Internet. Será superada a forma do livro?

Tudo tem evoluído, mas as práticas milenares continuam, hoje mais aperfeiçoadas em virtude do avanço das novas tecnologias e isso nos remete a uma sociedade informatizada com disponibilização de vários recursos tecnológicos e de boa qualidade.

Sociedade contemporânea

De modo intenso, neste século XXI, temos acesso a várias formas de conhecimento. Com a chegada da internet e dos meios eletrônicos, a tecnologia invadiu a vida do ser humano de tal forma que ficamos dependentes do uso desta. A comunicação se tornou algo rápido; basta só um clique e somos capazes de falar com qualquer pessoa na face da terra. Prieto (1999, p. 87-88) relata umas mudanças que ocorreram desde as origens.

> Abandonamos as cavernas, mas frequentamos um cinema se Shopping center. E, quando nos sentamos diante da tela, confortáveis na sala negra e escura, como diz o professor Arlindo Machado, em sua obra Pré-cinema e Pós-cinema, reproduzimos a situação das antigas tribos diante dos ancestrais contadores de histórias. Segundo Arlindo, os desenhos rupestres teriam sido feitos em alto-relevo e, no momento em que o xamã dançava com sua tocha iluminada, narrando histórias, a plateia tinha a impressão de assistir a um desenho animado.

A contação de histórias, do mesmo modo, acompanha as novas tecnologias como esclarecido nas palavras de Pietro. A forma como os ancestrais realizavam seu momento de contação de histórias foi se aperfeiçoando e hoje as histórias são contadas em vários lugares, nas famílias, nas escolas, na TV, no teatro, no circo, entre tantos outros espaços e ambientes. Com a ajuda das tecnologias, o professor ou o contador de histórias pode usar vários meios para realizar sua contação, estimulando ainda mais seus ouvintes.

A contação de histórias hoje

Apesar de tanta tecnologia, a palavra continua sendo o principal meio de comunicação entre os seres humanos, seja ela escrita ou falada. Para as crianças, é muito importante o momento da contação de histórias, conforme descreve Abramovich (2006, p.16): “Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo...”

Por meio da contação de histórias, as crianças são estimuladas a imaginar, criar, desenvolver sentimentos e compreender o mundo. Ao ouvir histórias, a criança vai criando o gosto pela leitura pois, de acordo com a autora (idem), na hora da contação de histórias, deve haver um clima de envolvimento para que a criança possa visualizar anjos, bruxas, duendes,

fadas, monstros. Sua fantasia desperta o interesse para que ela busque, cada vez mais, novas histórias, tornando-se leitora por toda sua vida.

A contação de histórias permanece presente dentro das escolas não com muita frequência, mas ainda acontece. Com o aumento das altas tecnologias, a contação de histórias ficou em segundo plano, mas por que será? Será que as pessoas deixaram de acreditar nos livros? Ou acharam um passatempo mais ágil ou simplesmente estão com preguiça de ler uma história? Ficam as perguntas como indagações sobre o porquê se lê tão pouco e cada vez se torna mais difícil a formação de crianças leitoras, que queiram ler por prazer e não por obrigação.

Considerações Finais

Ao realizarmos este texto sobre o percurso da contação de histórias podemos considerar que a mesma surge junto com a fala, quando o homem percebe que através do movimento de sua boca, começa a produzir sons e que estes sons, aos poucos, vão formando palavras e estas formam a comunicação entre as pessoas. Com a possibilidade da fala, foi necessário achar um meio para guardar o conhecimento e a cultura que este por meio da repetição. De tanto repetir as histórias, as pessoas guardavam o conhecimento. Com a chegada da escrita, houve uma maior facilidade para preservar o conhecimento e a contação de histórias teve sua de caída. Portanto, algumas pessoas interessadas resolveram guardar as histórias em livros e estes possibilitaram aos contadores de histórias uma grande diversidade de contos.

Em épocas passadas, as pessoas tinham o costume de contar histórias, principalmente, nas rodas em que as famílias sentavam para conversar, Hoje a contação de histórias está em diversos espaços como: hospitais, asilos, comunidades, bibliotecas, mas, principalmente, é encontrada nas escolas onde o público infantil esta na ânsia por ouvir um conto que possa levar a criança a uma viagem no mundo da fantasia, despertando o imaginário e dando espaço para a criatividade.

Referencia

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2006.

CASTRO, S.A. **A prática da contação de histórias**: Contos e encantos na literatura de Malba Tahan no contexto da Educação Infantil e Ensino Fundamental**.** Seropédica: UFRRJ, 2011.

COELHO.N.N. **Literatura infantil**: teoria, analise, didática. 7. ed.; rev. e atual São Paulo: Moderna, 2000.

CRUZ, A.J. SILVEIRA, V.A. **Aprendizagem de leitura e escrita por meio da contação de história**. Paraná: PUCPR, v.1, n.1, p.8, 2012.

MATOS, A.G. **A palavra do contador de histórias**. São Paulo. Ed Martins Fontes Ltda, 2005.

PAULUK, M**.** Um novo olhar sobre a escrita: a contribuição das ciências cognitivas e da semiótica para o desenvolvimento de uma ciência da escrita. In: **Ciências & Cognição**, Curitiba, PR. v.2, p.4-31, jul.2004.

PRIETO, H. **Quer ouvir uma história?** São Paulo. Ed Angra Ltda, 1999.

MÉTODOS E PRÁTICAS DA TENDÊNCIA LIBERAL-TRADICIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR ATUAL

Priscila Bertuzzi Livinalli[19]
Franciele Fátima Marques[20]
Adilene Angélica Boeira[21]
Karine Kostuczenko[22]

Eixo Temático: Ensino e Aprendizagem
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente estudo intitulado "Métodos e práticas da Tendência Liberal-Tradicional no contexto escolar atual", busca compreender a presença desta tendência na educação atual, primando por sua atualização e, portanto, por métodos e princípios que podem ser de grande valia ainda neste contexto, buscando-se a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto utilizou-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico sendo desenvolvida a partir do fichamento de um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. No contexto atual, evidencia-se na composição do regimento interno de cada instituição escolar, que contém normas disciplinares, regras de comportamento e convivência, que devem serem cumpridas por todos que frequentam o espaço, para que deste modo se garanta um bom funcionamento do local. Nesse sentido, percebeu-se o quanto a relação professor-aluno é necessária, para assim, se chegar a um resultado satisfatório de aprendizagem, sanar as dificuldades que cada um possuí, além de visualizar e compreender o aluno como um ser que encontra-se em pleno desenvolvimento, na formação de sua personalidade, e ao professor cabe a responsabilidade de lhe mostrar as inúmeras possibilidades de aprendizagem. Portanto, com o passar dos anos a sociedade vem evoluindo, transformando-se, o sistema escolar também acompanha essa trajetória e, apesar das transformações ocorridas, tal tendência (Liberal- Tradicional) continua tendo forte presença no contexto escolar, ou seja, constata-se que apesar do sistema escolar ter evoluído, a tendência tradicional não se perdeu no passado, trazendo para este tempo um pouco de suas características originais, e assim, também adaptando-se ao contexto escolar atual algumas metodologias, e princípios, que se estabelecem ainda como fundamentais.

Palavras-chave: Escola. Tendência Liberal-Tradicional. Métodos. Práticas.

[19] Acadêmica do curso de Pedagogia - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI-Erechim. E-mail: priscila-livinalli@hotmail.com
[20] Professora do Departamento de Ciências Humanas – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Erechim. E-mail: francielemarques@hotmail.com
[21] Acadêmica do curso de Pedagogia - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI-Erechim. E-mail: adilene.boeira@gmail.com
[22] Acadêmica do curso de Pedagogia - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI-Erechim. E-mail: karinekostuczenko@hotmail.com

Introdução

Mudanças e transformações no meio escolar foram efetivadas em decorrência do surgimento de diferentes tendências pedagógicas durante a história. Apesar da educação ter sido influenciada por diferentes tendências pedagógica, somente uma se encontrou em grande destaque em toda a história escolar, conhecida como Tendência Liberal-Tradicional, a qual perpassa os períodos da história e continua atualmente com grande força dentro do contexto de educação formal.

Levando-se em consideração estes marcos educacionais, o presente estudo busca compreender a presença desta tendência na educação atual, primando por sua atualização e, portanto, por métodos e princípios que podem ser de grande valia ainda neste contexto, buscando-se a melhoria da qualidade do processo de ensino- aprendizagem.

Para tanto utilizou-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico sendo desenvolvida a partir do fichamento de um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Segundo Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações, sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

As relações estabelecidas no contexto atual em uma perspectiva tradicional

Analisando a perspectiva histórica da tendência liberal tradicional, percebe-se que a mesma sempre se caracterizou como uma tendência extremamente rígida, composta de regras, autoritarismo, buscando por meio do disciplinamento, impor ordem aos sujeitos que, obrigatoriamente, deveriam estar inseridos em um sistema e seguir todas as ordens deste.

Já se passaram IV séculos desde o seu surgimento, entretanto, tal tendência continua vigorando de forma efetiva em grande parte das instituições educacionais, não somente em instituições com princípios leigos e religiosos, como também em instituições privadas e públicas, fornecendo-se como embasamento para as metodologias de ensino, os regimentos, a organização, e o procedimento de avaliação nas mesmas.

Diante destas afirmações, busca-se relembrar da principal e marcante característica da tendência tradicional que encontra-se ainda de forma relevante no contexto escolar atual, que

é a disciplina e que, por sua vez, se constitui em um fundamento necessário para o processo de aprendizagem.

A disciplina, por muito tempo, tida como disciplinamento, possui a intencionalidade de ordenamento do sistema vigente, como uma maneira de rígida organização do ambiente escolar, dos estudantes, dos funcionários e até mesmo para o cumprimento das responsabilidades cabíveis de cada um, dentro de um processo hierárquico rigorosamente seguido.

No contexto atual, porém, esta característica evidencia-se na composição do regimento interno de cada instituição escolar, que contém normas disciplinares, regras de comportamento e convivência, que devem serem cumpridas por todos que frequentam o espaço, para que deste modo se garanta um bom funcionamento do local. O regimento interno é composto pelos princípios, valores, filosofia e a hierarquia da instituição, bem como os objetivos a serem alcançados, o zelo pelo comprometimento ético e moral, e a função de cada funcionário, além de suas responsabilidades no cumprimento de horários, o bom convívio, e comunicação no ambiente de trabalho, com quem integra o mesmo, fatores estes de extrema importância na garantia da qualidade do convívio entre todos e, portanto, da melhoria da qualidade do local e da aprendizagem.

Além da disciplina, podem-se mencionar outras características da tendência tradicional que ainda se evidencia atualmente no sistema escolar, como a organização do ambiente escolar, o ordenamento dos estudantes, o processo avaliativo e a relação hierárquica estabelecida entre professor e estudante, características estas que, apesar de serem por muitos criticadas por possuir raízes tradicionais, se fazem também necessárias num ambiente que prima pelo processo de ensino-aprendizagem, no caso, a escola.

Neste sentido, quanto à organização do ambiente escolar, destaca-se a maneira em que as carteiras se encontram distribuídas na sala de aula. Desta forma, se reconhece a principal herança de uma educação tradicional, na qual as carteiras eram posicionadas em fileiras, uma atrás da outra, como forma do aluno centrar sua atenção somente para o professor que encontrava-se a sua frente, e se notava como autoridade maior. Hoje, em qualquer ambiente escolar, principalmente nas salas de aula de ensino fundamental, médio, e superior situa-se este tipo de organização um tanto ultrapassada, que de certo modo causa temor pelos que frequentam, por lembrar da rigorosidade de um sistema impiedoso com seus educandos, mas,

há de se considerar que tal disposição da sala também faz-se necessária em determinados momentos, quando da necessidade de um trabalho mais individualizado e silencioso.

Ainda, no que diz respeito ao ordenamento dos estudantes, observa-se que este se tornou um requisito de ordem com o passar das décadas até atualidade, surgindo como um meio do professor não perder o controle sobre a turma em que ministra. A este propósito, ao visualizar na prática educativa diária, enquanto professora grande parte das instituições educacionais, particularmente na educação infantil e ensino fundamental (Anos Iniciais e Finais), utiliza-se do ordenamento dos estudantes em forma de fila para o deslocamento das turmas pela escola, e durante passeios fora dela, como também para aquisição da merenda escolar, e especialmente na execução da hora cívica, elemento que retrata um passado que ainda não ficou para trás, e encontra-se presente nas práticas educacionais contemporâneas, comportamentos também necessários se pensarmos nas condições sociais a que estes estudantes mais tarde serão submetidos, empresas, bancos, hospitais, etc.

Centra-se, no momento, a discutir o processo avaliativo, que encontra-se extremamente presente e incorporado em qualquer instituição escolar no contexto atual e é foco de críticas e constantes discussões que assolam o ambiente escolar. Este é um legado idealizado e transmitido pela tendência tradicional. A avaliação surgiu com o intuito de verificar o rendimento dos estudantes acerca dos conhecimentos adquiridos, durante o processo de ensino-aprendizagem, através de provas descritivas, orais e de múltiplas escolhas, que façam que estes estudantes comprovem seu saber. Este método de verificação, apesar de ser muito conservador, e um tanto antiquado por se caracterizar como um processo desigual e injusto, que possui o objetivo de classificação de seus participantes, de certa forma aplica-se basicamente ao sistema social que todo ser humano está inserido, utilizado como maneira seletiva para concursos públicos, vestibulares para ingresso em universidades, exames admissionais de trabalho e carteiras de habilitação, provas escolares, entre outras, nas quais somente obterão um bom resultado aqueles comprovarem seus conhecimentos e habilidades no exato momento da elaboração dos mesmos, caso contrário gerará a desclassificação e exclusão do participante que não atingir as metas. No entanto, o ato avaliativo difere-se do ato de examinar e/ou classificar os estudantes em um padrão pré-estabelecido.

Como retratado anteriormente, Luckesi (2011), compreendeu que o ato de examinar estará sempre voltado para o produto ou desempenho final, já que o mesmo é efetivado ao término de um projeto de trabalho escolar, sem levar em consideração o desenvolvimento do

educando até aplicação do exame, bem como os fatores (emocional: afetivo e cognitivo, e o sociológico) que interferiram neste produto final. Entretanto, quanto ao ato avaliativo, preocupa-se não somente com o desempenho final do educando, mas também com o seu desenvolvimento durante a construção da aprendizagem, o acompanhando cotidianamente, desta maneira se o mesmo não conseguir chegar ao resultado esperado, o educador investigará e buscará soluções para os possíveis impasses na aprendizagem deste educando.

Perante as análises efetivadas anteriormente, pode-se constatar que, apesar do sistema escolar ter transcorrido por constantes modificações pela manifestação de diferentes tendências, este não apropria-se de somente uma, fazendo uma junção de inúmeras delas para fundamentar sua prática e buscar a melhoria da qualidade do ensino ministrado nas escolas. Atualmente, porém, pode-se dizer que a tendência tradicional ganha uma força extra nas discussões, quando se percebe o necessário retorno a alguns métodos e práticas utilizados por esta, mas de forma atualizada e contextualizada, resgatando os valores ao ensino formal.

Ressignificando a tendência liberal tradicional no contexto atual

A tendência liberal tradicional deixou grandes e relevantes marcas no contexto escolar, que ainda com o transcorrer do tempo encontram-se notáveis no ambiente escolar, tanto de maneira tradicional, como mencionado nesta seção, como de uma maneira transformada, em decorrência das mudanças que a mesma passou com a evolução do sistema escolar e principalmente da sociedade, ocasionadas nos diferentes momentos históricos.

Esta tendência modificou-se com o intuito de se adaptar ao contexto em que a educação encontra-se atualmente, por esse motivo algumas características se alteraram, na busca de uma educação mais humanizadora, preocupada não somente com a "rigorosidade metódica"[23], mas também com o processo de ensino-aprendizagem dos educandos, juntamente com as relações e assistências necessárias para que a construção do conhecimento possa ser possível.

O autoritarismo não efetiva-se como a melhor maneira para se alcançar um objetivo. Enquanto educador, precisa agir cautelosamente, mostrando aos educandos diferentes caminhos para que todos possam atingir uma aprendizagem satisfatória e significativa, sem que haja um pré-julgamento com justificativas e motivos superficiais. A este propósito ainda,

[23] FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia:* Saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Luckesi (2011), que analisa o ato de avaliar, compreendeu que a avaliação deve deixar de ser uma prática ameaçadora que subjuga os sujeitos inseridos no sistema escolar, os reprimindo, mas deve existir e se configurar de forma a buscar um norte para a educação e, nesta busca, o professor é a autoridade.

A este propósito, uma das modificações na tendência tradicional inserida no presente contexto escolar, foi a relação professor-aluno. Como já citado na primeira seção desta pesquisa, o inter-relacionamento professor-aluno simplesmente não existia, pois o professor era a autoridade maior na sala de aula, somente ele possuía o conhecimento a ser transmitido, e ao aluno cabia o papel de ouvinte, o qual não possuía a liberdade de expressão de ideias, dúvidas e contribuições. Esta metodologia de ensino impossibilitava o aluno da construção de conhecimento significativo, pois concebia ao mesmo por meio de memorização, aulas expositivas, exercícios repetitivos de fixação do conteúdo, que tornava este conhecimento um tanto superficial e sem sentido.

Deste modo, com a evolução social e escolar, percebeu-se o quanto a relação professor-aluno era necessária, para se chegar a um resultado satisfatório de aprendizagem, sanar as dificuldades que cada um possuía, além de visualizar e compreender este aluno como um ser que encontra-se em pleno desenvolvimento, na formação de sua personalidade, e ao professor caberá a responsabilidade de lhe mostrar as inúmeras possibilidades de aprender, e construir o conhecimento significativo, deixando de lado o aprendizado mecânico, superficial.

A respeito da relação de autoridade do professor, de certo modo a mesma ainda exista, mas é utilizada quando se faz necessária, em momentos que precisa-se de organização, silêncio entre os estudantes, para a elaboração de alguma atividade, trabalho, ou avaliação, ou até mesmo, durante a explicação de conteúdo. Neste caso, a função autoritária do professor não classifica-se em uma ação extremamente rígida, esta é necessária para estabelecer que haja uma organização no ambiente escolar, e a possibilidade da construção do processo de ensino-aprendizagem eficaz.

> O grande problema que se coloca ao educador ou à educadora de opção democrática é como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade. Quanto mais criticamente a liberdade assuma o limite necessário tanto mais autoridade tem ela, eticamente falando, para continuar lutando em seu nome. (FREIRE, 2011, p. 103.)

No contexto escolar do século XXI, o professor ganhou um novo papel, no qual a ele cabe mostrar que todos seus educandos de alguma forma possuem a capacidade de aprender e sonhar com o que quiser, independentemente das dificuldades que possuem, pois as mesmas podem ser superadas. Ao olhar deste professor, cada educando possui seu modo de pensar, refletir sobre diferentes assuntos, fatos, e cada qual possui um tipo de experiência na realidade que está inserido, dúvidas e curiosidades, sendo desta forma sempre convidado a expô-las e compartilha-las no ambiente escolar com seus companheiros. Este professor demonstra-se uma pessoa neutra perante seus alunos, não pretendendo implantar nenhuma ideologia, possibilitando a cada educando formar suas ideologias e posicionamentos, diante dos acontecimentos sociais.

> É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no "tratamento" do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e educandos criadores, investigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (FREIRE, 2011, p. 28)

A relação professor-aluno sempre terá como base o diálogo mútuo, que possibilitará a trocas de saberes, o esclarecimento de dúvidas, curiosidades, a exposição de ideias, posicionamentos, e experiências, e principalmente a busca de resoluções de impasses a respeito do processo de aprendizagem. Com efeito destas analises, a figura do professor elimina seu papel autoritário, e se faz presente como um professor preocupado com a construção do conhecimento nos educandos, posicionando se como um mediador deste processo, no qual deixa primeiro os mesmos refletirem, posicionarem-se, exporem-se, respeitando o conhecimento que já possuem, para que depois possa explicar e esclarecer sobre determinada temática, ou conteúdo. Sobre isso Freire (2011, p. 28), menciona que "[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo." Da mesma forma, Alves (2007, p. 17), enfatizou que:

> Um educador não se faz apenas com o conhecimento dos saberes das ciências da educação. Ele se faz com qualidades tais como bondade, paciência, capacidade de ouvir o aluno em silêncio, sem dar respostas que matariam seu pensamento, capacidade de sonhar os próprios sonhos e os sonhos dos seus alunos.

E assim, prosseguindo a investigação, também na tendência tradicional no contexto atual, ocorreram mudanças quanto as medidas disciplinares, que se caracterizavam como desumanas com seus educandos, os quais em caso de descumprimento de regras, eram submetidos pelos professores a castigos e punições físicas, como modo de educá-los e instruí-los.

> A pedagogia jesuítica pregava abertamente a necessidade de punições corporais para bem educar as crianças. Isso era posto em prática nas primeiras escolas e colégios brasileiros, e tais concepções pedagógicas estendiam-se ao âmbito doméstico, conformando um universo cultural de práticas e representações comuns àquele tempo histórico. (LONGO, 2005, p. 106)

Neste sentido, os castigos e punições físicas no sistema escolar atual foram extintas, pela opressão, intimidação que causavam, atribuindo seu lugar a resolução de problemas de aprendizagem e disciplinamento de modo passível. Agora, criaram-se dentro das instituições departamentos, com profissionais especializados como pedagogos, psicopedagogos, e psicólogos, para amparar os educandos que necessitem de acompanhamento, auxílio, na aprendizagem, no desvio comportamental, no lado emocional e psicológico. “As dificuldades de aprendizagem [...] afetam o modo como uma criança percebe o mundo, de forma que influência a conduta em casa, e os relacionamentos sociais e familiares, bem como seu desempenho escolar”. (SMITH, 2007, p. 37)

Esta mudança no sistema escolar deixou de visualizar a educação, como um processo em que somente preocupava-se com a transferência de conhecimento, com metodologias e teorias ineficazes e desmotivadoras. A educação, neste novo contexto, preocupa-se em encontrar possiblidades para que o processo de ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento sejam significativas para seu educando, sendo que se por um acaso o mesmo não encontrar-se bem emocionalmente, psicologicamente, e estiver com dificuldades cognitivas, esta aprendizagem não se tornará satisfatória, nem significativa. Deste modo, o acompanhamento e o auxílio de diferentes profissionais no contexto escolar, buscará sanar os impasses existentes neste processo de ensino-aprendizagem.

> [...] as crianças que recebem um incentivo carinhoso durante toda a vida tendem a ter atitudes positivas, tanto sobre a aprendizagem quanto sobre si mesmas. Seu espírito de “Eu posso fazer isso” as ajuda a enfrentarem os desafios e superarem os obstáculos. (SMITH., 2007, p. 31.)

Em outro caso, continuando as análises das modificações da tendência tradicional, se enfatiza a relevância do papel familiar no acompanhamento do desenvolvimento escolar dos seus filhos. A família sempre manifestou-se como principal aliada das instituições escolares na efetivação do saber. Desde o surgimento destas instituições, a família tornou-se uma espécie de extensão da escola, pois se educando já era cobrado intelectualmente, e comportamentalmente por esta escola, que encontrava-se inserida em um sistema autoritário, quando o mesmo estivesse no ambiente familiar, era igualmente cobrado, quanto ao seu desempenho escolar. Eis, pois, que se este educando infringisse alguma regra, ou desrespeitasse o professor, ele era submetido a punições físicas, tanto na escola, quanto na família como forma de disciplinamento. Portanto, a união de ambos os lados, buscava zelar pela aquisição do conhecimento pelo educando.

Entretanto, com a evolução do sistema escolar e do sistema social, a estrutura familiar alterou-se, agora além da existência da família de estrutura tradicional, comporta por pai, mãe e filhos, deram-se origem a outras estruturas familiares, como família compostas por homossexuais, que recorrem à adoção, famílias compostas somente com a figura materna ou paterna.

> Como a família passa por estágios, a família na contemporaneidade assume papeis mais flexíveis, seja na questão do amor, religião. Cultura, papeis sociais, relacionados a sociedade atual como fatores econômicos, sociais entre outro. Podemos citar além do chamado familiar composto por pai, mãe e filhos, alguns arranjos familiares: Família ampliada, Família monoparental, Família reconstituída, Família homoparental entre outros. (SANTANA, 2010, p. 02).

Com as modificações ocorridas, e perante a convivência nesta sociedade modernizada, acostumada com as rotinas, o dia-a-dia tumultuado, a falta de tempo, as preocupações, estresses, e os cansaços, fizeram que alguns valores do relacionamento fossem deixados no passado. O papel da família diante da educação dos seus filhos ficou desgastado. As instituições educacionais, além de cumprir seu dever na formação intelectual, moral e ética de pessoas, esta suprindo a ausência, e cumprindo o papel da família nesta formação, que por mais baseados são em princípios tradicionais, necessitem o seu resgate, primeiramente valores como o respeito a vida, amizade, compreensão, e a solidariedade, que se constituem indispensáveis para a formação humana. Portanto, a aliança da família-escola, não continua a

mesma, a família deixou de cumprir seus deveres, e a escola passou a ser sobrecarregada, cumprindo os deveres e responsabilidades das duas.

> [...] as mudanças na sociedade brasileira estão, ao mesmo tempo, conferindo mais responsabilidade e dificultando o trabalho da escola. A nova configuração familiar, a cultura do consumo e satisfação imediata estão fazendo com que as crianças cheguem na escola, em geral, sem educação alguma da vontade, com valores distorcidos, e, como já foi dito, sem sentido próprio. (ZATTI, 2007, p.52)

O processo avaliativo, como já descrito anteriormente, também faz-se extremamente necessário num contexto em que é capaz de medir a qualidade do ensino e, a partir desta, propor novas ações de melhoria. Assim, conforme Luckesi (2011), no ato de avaliar a aprendizagem no contexto atual, o educador precisa ser justo, analisando o processo e o desenvolvimento pelo qual o educando passou, considerando suas dificuldades como somente um desafio para o melhoramento, o esforço, e a dedicação como passos para se alcançar um objetivo, deixando de lado o pré-julgamento, sem sentido e inconsequente. Contudo, existe uma variedade de fatores necessários para observar antes de se tomar uma decisão em relação ao ato de aprovar ou reprovar, podendo evitar futuramente o possível fracasso escolar de determinado educando.

Neste caso, o processo avaliativo originado de tendência tradicional, nem sempre se caracteriza como um processo impiedoso e injusto, pois de certa forma, o professor que utiliza este processo avaliativo adequadamente, para a finalidade de investigação, tem a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento de seus estudantes durante o processo de ensino-aprendizagem, desta maneira dando o auxílio necessário ao mesmo, para se chegar a um resultado satisfatório, ou seja, uma aprendizagem significativa.

> A prática educativa [...] é algo muito sério. Lidamos com gente, com crianças, adolescentes ou adultos. Participamos de sua formação. Ajudamo-los ou os prejudicamos nessa busca. Estamos intrinsecamente a eles ligados no seu processo de conhecimento. Podemos concorrer com nossa incompetência, má preparação, irresponsabilidade, para o seu fracasso. Mas podemos, também, com nossa responsabilidade, preparo científico e gosto do ensino, com nossa seriedade e testemunho de luta contra as injustiças, contribuir para que os educandos vão se tornando presenças marcantes no mundo. (FREIRE, 2000, p. 47).

Diante das análises efetivadas na presente pesquisa, constata-se que apesar do sistema escolar ter evoluído, a tendência tradicional não se perdeu no passado, trazendo para este tempo um pouco de suas características originais, e assim, também adaptando-se ao contexto escolar atual algumas metodologias, e princípios, que se estabelecem ainda como fundamentais.

Considerações Finais

Em decorrência de analises efetivas durante a elaboração desta pesquisa, pode-se observar que a tendência liberal tradicional foi caracterizada como um sistema severo, composto de normas e disciplinamento, que possuía como objetivo maior a transmissão do conhecimento para o educando, ao qual possuía a responsabilidade de memorizá-lo. Em seus primórdios, essa tendência nunca preocupou-se com seus educandos, quanto aos seus problemas cognitivos, afetivos e sociais, a mesma buscava somente cumprir o papel pelo qual foi criada.

Na medida que se passaram os séculos, a sociedade evolui, transformando-se, e juntamente com ela, o sistema escolar e, apesar das transformações ocorridas, tal tendência continua tendo forte presença no contexto escolar mesmo que, criticada por muitos e tida como uma prática ultrapassada.

A realização da pesquisa mostra, no entanto, que tais métodos e práticas podem ser ainda de grande valia, se atualizados e recontextualizados, primando-se pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem, como, em inúmeras vezes, já citado nesta.

Dada à relevância da temática apresentada, a presente pesquisa não se encerra, mas propõe uma continuidade buscando-se um retorno desta ao contexto escolar, bem como, o prosseguimento dos estudos até aqui realizados. “Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujo olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais” (ALVES, 1994, p. 04).

Portanto, a tendência tradicional, mesmo que lembrada e identificada como um sistema rigoroso, composto de regras, ordens e disciplinamento, suscitou relevantes contribuições metodológicas para o sistema escolar atual, como maneiras de organização, de disciplinamento e regramentos para a efetivação de um bom relacionamento de convivência no ambiente escolar formal. Contudo, observa-se a necessidade desta doutrinar e se propagar

atualmente, afim de resgatar os valores e princípios que não podem correr o risco de cair no esquecimento, e efetivam-se necessários para a realização do processo educativo atual. Assim sendo, a presente pesquisa não tem a pretensão de encerrar-se por aqui, trouxe contribuições significativas para a área da educação, primando por ressignificações de métodos e práticas tradicionais para o contexto escolar atual.

Referências

ALVES, R. Prefácio. In. DOWBOR, F. F. **Quem educa marca o corpo do outro**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, R. **A alegria de ensinar.** 4. ed. São Paulo: ARS Poética, 1994.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Professora Sim, Tia Não**. 10. ed. São Paulo: Olho D' Água, 2000.

LONGO, C. da S. **Ética disciplinar e punições corporais na infância**. São Paulo, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n4/v16n4a06.pdf >. Acesso em: 26 mai. 2015.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem:** componente do ato pedagógico. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTANA, M. C.; NOVAES, M. F.; SILVA, P. A. **Família**: Uma discussão na perspectiva crítica. São Paulo: Intertemas, 2010.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z:** Guia completo para educadores e pais. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS LEITORAS

Adilene Boeira[24]
Karine Kostuczenko [25]

Eixo Temático: Ensino e Aprendizagem
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Muito se tem ouvido falar acerca da comunicação, da participação, do fazer-se ouvir, porém em nosso contexto educacional, ainda encontram-se restrições quanto ao contar e alguém ouvir, dentro das salas de aula ou fora delas, contar histórias é algo que pode proporcionar uma mudança significativa na formação de sujeitos. Muito antes da escrita o ser humano possuía somente a oralidade como forma de comunicação e conhecimento. Todo saber era repassado oralmente e para que as pessoas guardassem o conhecimento era necessário o uso da memória, tudo era repetido várias vezes para que o conhecimento ficasse guardado. Neste artigo busca-se um estudo referente à formação de crianças leitoras tendo como aliada no processo a contação de histórias. Não usando neste contexto a leitura, mas a contação de histórias como incentivo a leitura e posterior formação de sujeitos leitores.

Palavras-chave: Educação Contação de Histórias Comunicação Sujeitos Leitores

Introdução

A contação de histórias surge ainda na sociedade tradicional oral, que era aonde o ser humano sentava em rodas para contar suas aventuras de caça e modos de sobrevivência para as próximas gerações.

Nos dias atuais a contação de histórias esta mais voltada para área de educação, já não se vê mais as famílias sentarem para contar histórias para os filhos sobre seu passado como se fazia antigamente, dentro das escolas a contação de histórias se torna uma forte aliada na formação do leitor.

Segundo Abramovich (2006, p.18): “Contar histórias é uma arte... e tão linda!!! É ela que equilibra o que é ouvido com o que é sentido, [...]. Ela é o uso simples e harmônico da

[24] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: adilene.boeira@gmail.com
[25] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: karinekostuczenko@hotmail.com

voz." Ao contar uma história, criamos nas crianças possibilidades de melhorar seu desenvolvimento cognitivo e principalmente de aumentar a criatividade e a imaginação, é possível transmitir emoções e sentimentos a quem está ouvindo. O principal instrumento do contador de histórias é a voz, que sendo ela usada de forma adequada e no tom condizente com a história cria no ouvinte a sensação de estar dentro da história. Diante disto: Souza e Bernardino apud Abramovich (2011, p.246) afirmam que: "A expressão, a entonação bem usada repassando sentimentos e clareza no dizer são técnicas fundamentais ao professor/contador". A contação de histórias vai muito além de ler uma história, ela pode se recriada tendo como base a história lida e atender a realidade em que estas crianças estão inseridas. Regatiere, apud Zilbermam (2008) nos deixam claro que:

> Contar histórias é diferente de ler histórias. Quando lemos, temos que seguir as normas da língua escrita, que tem especificidades próprias, que a distingue da linguagem falada. Já contar história é outra técnica, que nos dá a ideia de uma figura ancestral, de uma memória preservada através da oralidade. Implica uma capacidade de apresentar ou sugerir oralmente para os ouvintes as imagens e situações contidas no texto. "O elemento oral permite uma variedade de opções, possíveis somente na comunicação de viva voz" (REGATIERI apud ZILBERMAN,2008.p.34).

Ao contar histórias conseguimos utilizar personagens e momentos para repassar bons hábitos, boas atitudes, valores como: respeito, amizade, humildade e humanidade entre outros, sem fugir da história original, pois são muitas as histórias que ajudam a trabalhar neste sentido, como as da coleção: Valores para a Vida de Jane Belk Moncure, que são livros indicados para trabalhar os valores na vida das crianças envolvendo vários sentimentos.

No processo de ensino e aprendizagem a contação de histórias se torna uma estratégia pedagógica fundamental, principalmente para trabalhar na educação infantil. Segundo Abramovich (2006,p.16) " é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas histórias, escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, conhecer diferentes tipos de textos, vocabulários, enfim, ampliar o universo linguístico".

Ao escutar histórias as crianças vão criando o interesse pelos livros querendo conhecer novas histórias, participar de novas fantasias. O professor enquanto agente transformador tem o dever de estimular o seu aluno a aquisição do habito pela leitura, não forçá-lo a ler, mas incentivar trazendo materiais e histórias diversas, para despertar a curiosidade na criança.

No momento em que a criança se depara com uma história bem selecionada, que venha trazer significado para a mesma ou fazendo com que ela se identifique com está histórias, vai abrindo possibilidades para viajar no mundo da imaginação, criando novos personagens, e até mesmo sua própria história, produzindo na criança um sentimento de conquista, fortalecendo a vontade de buscar mais para si. Ela vai sentir um desejo maior em buscar nos livros seu aperfeiçoamento, aumentando deste modo seu interesse pela leitura. Deste modo nos destaca Afonso (2009).

> Quando a história contada desperta o interesse da criança, há uma interação entre o contador e o "ouvinte", momento em que os sentidos são estimulados através das trocas de olhares, dos gestos e do corpo do contador que comunica, juntamente que a linguagem verbal, sentimentos e emoção (AFONSO, 2009. p.1).

Sendo assim entendemos que quando a história vai ao encontro do ouvinte e consegue-se estabelecer uma relação entre o ouvinte e o contador, aflora-se neste momento sentimentos simultâneos que fazem uma diferença, sendo esta transmitida através dos gestos, da entonação da voz, das expressões no rosto, dos movimentos realizados pelo contador, tudo é valido para manter a concentração do ouvinte na história, proporcionando para este uma viajem na história alcançando os pontos mais altos e emocionantes da narrativa, trazendo deste modo o ouvinte para participar de sensações e emoções proporcionadas somente através de uma viajem na história contada.

Material e Métodos

Esse estudo consiste em uma revisão bibliográfica, feita mediante leitura sistemática e fichamento de cada obra, onde são apontados os aspectos inerentes ao ensino não-formal no contexto da educação e de contação de história na formação de leitores.

Pode-se classificar esse estudo, do ponto de vista de sua natureza como básica, uma vez que tem como objetivo gerar conhecimentos novos e de interesse universal. Quanto aos seus objetivos, este estudo é classificado como exploratório, pois utiliza-se de levantamento bibliográfico.

Prima, portanto, por dois aspectos fundamentais, a formação de sujeitos leitores e a repercussão educacional. Destaca-se ainda que, as informações disponíveis servirão como base para estudos posteriores de maior relevância para uso na Educação.

Resultados e Discussão

Ler é o principal, mas não apenas ler, mas ler com o objetivo da compreensão, para melhorar, para se comunicar, para se divertir, para poder ser crítico.

Dentro das nossas escolas o professor é o principal mediador da leitura, pois com o uso diário desta técnica de contar histórias ou até mesmo narrar uma história o professor possui em suas mãos uma ferramenta importante para formar crianças leitoras, que é o livro. É necessário que o interesse parta do professor e que este mostre as crianças que também gosta de ler, para que a criança possa se identificar e ter o professor como aparato no gosto pela leitura.

Uma das técnicas ou metodologia mais utilizada dentro das salas de aula ainda continua sendo a "roda de leitura", outros chamam de "cantinho da leitura", mesmo com tantas tecnologias o professor continua a utilizar deste meio para ensinar. Lima (2013) nos coloca como este momento acontece:

> A roda de leitura ou, mais especificamente, a contação de histórias, por ser uma metodologia que oportuniza a troca e o compartilhamento de experiências entre aluno e professor, aparece como uma boa ocasião para que sejam ensinadas estratégias de leitura e compreensão, tais como prever, verificar e construir uma interpretação (LIMA, p.245).

Este momento da roda de leitura é aonde o professor tem a oportunidade de explorar o livro junto com a criança, estimulando a leitura, este explorar significa observar com a criança a capa do livro, o título, fazer um suspense sobre a narrativa despertando uma curiosidade na criança e proporcionando um momento de participação, aonde esta possa expressar o que observa na narrativa partilhando cada um com seus colegas.

O professor deve sempre estimular a criança a leitura usando de vários meios para que isso ocorra. No entanto o professor não deve forçar a leitura. Mantoyama et al.(2013,p.6) nos retrata que "a leitura não deve ser uma imposição escolar, mas, sim, algo preparado para

gerar bem estar nas crianças, e as contações de história podem contribuir para este momento". Forçar a criança a ler só lhe trará prejuízos, pois esta irá se afastar cada vez mais dos livros dificultando seu interesse pela leitura.

De forma lúdica e criativa o professor pode envolver a criança de modo que ele sinta o gosto pelo momento da contação de histórias, e que este gosto pelo ouvir venha ao encontro do gosto por ler uma história. Torres e Tettamannzy (2008) nos apontam o principal objetivo em contar uma história:

> O principal objetivo em contar uma história é divertir, estimulando a imaginação, mas, quando bem contada, pode atingir outros objetivos, tais como: educar, instruir, conhecer melhor os interesses pessoais, desenvolver o raciocínio, ser ponto de partida para trabalhar algum conteúdo programático, assim podendo aumentar o interesse pela aula ou permitir a auto identificação, favorecendo a compreensão de situações desagradáveis e ajudando a resolver conflitos. Agrada a todos sem fazer distinção deidade, classe social ou circunstância de vida. (TORRES.TETTAMANZY, 2008 .p.3)

Contar histórias é muito mais que ler a história que esta escrita em um livro, é torná-lo real, torná-lo presente e participativo no momento da contação, é divertir, fazer rir, despertar sentimentos, sem que pra isso existam limites ou limitações, a história não tem idade, nem cor, não distingue ninguém, apenas completa, instiga, desperta.

Considerações Finais

O ser humano é um ser único se o compararmos aos outros elementos vivos que compõem o nosso planeta. O ser humano, por sua vez, distingue-se dos outros seres vivos, pois tem o poder da voz, da fala, somente ele precisa criar significado humano para as suas ações, ou seja, apenas esse é capaz de comunicar-se e educar-se .

A contação de história é sim também um meio de trabalhar várias áreas do conhecimento e desenvolver habilidades cognitivas, de formação de sujeitos. Hoje as histórias estão envolvidas principalmente nos contextos, familiar ou social. Sabemos que a formação do leitor é um processo que se da por toda a vida, mas é na infância seu primeiro contato com os livros e para que a criança desenvolva o gosto pela leitura é preciso desenvolver na criança o desejo por conhecer histórias, querer saber o que vai acontecer com os personagens, despertando a curiosidade e a busca por mais livros e mais histórias.

Há sim um grande interesse na luta pelo hábito da leitura, pois cada vez nota-se que as pessoas estão se afastando desta prática que deveria começar bem cedo, lá na infância, no entanto ainda é pouco o que se faz para que este contexto mude. É necessário começar pelas crianças, o incentivo pela leitura usando de métodos e formas criativas que envolva a criança e desperte o interesse pelo mundo desconhecido que existe por detrás dos livros, este mundo mágico e cheio de surpresas que encanta a quem sabe ouvir uma boa história.

Cabendo aqui ressaltar a grande importância da leitura no contexto educacional, pois a nossa alfabetização passa pela leitura, e a contação de histórias só vem somar nesta questão de que tenhamos cada vez mais sujeitos críticos e argumentativos e isso somente é possível com a leitura que nos abre horizontes e amplia nosso vocabulário transformando nosso conhecimento prévio em alo valioso e de grande utilidade

Considerando-se, desta forma, a perspectiva educacional na superação das contradições sociais, mediante a reconstrução de suas ações, pretende-se dar prosseguimento a este estudo já iniciado e anunciado, isto é, continuar pesquisando sobre a relação estabelecida entre a educação e a contação de histórias contextualizada e humanizadora.

Fica o desejo de que ainda se pode estudar mais sobre este assunto, sendo este inesgotável, pois a educação e a contação de histórias precisa ainda de maiores entendimentos e entendedores e como diria Freire (1996), somos seres incompletos, em constante aprendizado, estamos em constantes mudanças, quando muda o social e o cultural é porque a educação também tem parte nisso.

Referências

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil:** gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2006.

AFONSO, V. A. M. **Formação de professor**: contação de histórias e mediação de leitura. UFPB, 2009.

LIMA, I. DINIZ, L.G. L. M. Da contação de histórias a formação do leitor: Por uma pedagogia do letramento literário**. Escrita Revista do curso de letras UNIABEU**, Nilópolis, v. 4, n. 4 set./dez. 2013.

MANTOYAMA, M. F. J. FERREIRA, C. S. CURADO, F. H. O. **A "hora do conto" formando leitores: A arte da oralidade na apresentação do texto literário.** 15° JORNADA NACIONAL DE LITERATURA, 12° SEMINARIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM LEITURA E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2013. Passo Fundo RS.

REGATIERE, R. P.L, **Didatismo na contação de histórias.** Em extensão, Uberlândia. v.7, n. 2, p.34, 2008.

SOUZA, O. L. BERNARDINO, D. A. A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental. **Educere**, Uni Oeste, PR, v.6, n. 12, jul./dez. 2011.

TORRES, M. S. TETTAMANZY, L. L. A. Contação de histórias: resgate da memória e estimulo da imaginação. **Revista eletrônica de critica e teoria de literaturas Sessão aberta,** Porto Alegre UFRGS, v 04, n. 01, jan/jun, 2008.

APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL: O PEDAGOGO NESSE PROCESSO

Marlei Sena [1]
Anelise Brod [2]
[2]

Eixo Temático: Ensino e Aprendizagem
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente estudo sobre "Aprendizagem Organizacional: O Pedagogo Nesse Processo" apresenta o quanto a Pedagogia vem ampliando seu campo de atuação, a qual, nos dias atuais não está presente somente em espaços de sala de aula, mas nos mais diversos espaços onde a educação é valorizada e vista como prioridade. Para dar conta da temática buscou-se verificar e analisar como o Pedagogo pode vir a contribuir com os processos educativos no espaço organizacional. O estudo caracteriza-se como bibliográfico, exploratório de caráter qualitativo. Percebe-se que o papel do Pedagogo dentro das organizações é mito importante para o seu desenvolvimento, valorização, participação, integração, transparência e democracia de todos os entes envolvidos. Os funcionários precisam de treinamentos, espaços e tempo para que possam se integrar nas políticas internas das organizações (neste caso as empresas), onde o processo educativo é o principal componente para o seu sucesso. Portanto, a partir do presente estudo desenvolvido foi possível identificar a importância do Pedagogo nos processos de aprendizagem nas organizações empresariais, pois as pessoas as quais ali estão inseridas, talvez antes da atuação e realização dos processos educativos desenvolvidos pelo Pedagogo organizacional, não tinham a oportunidade de qualificar-se profissionalmente, o Pedagogo contempla os funcionários e demais envolvidos através por meio de incentivos e repassando conhecimentos, trabalha para que os colaboradores das organizações possam ser uteis em mais de uma função em seu local de trabalho, tornando estes aptos habilidosos e com competência profissional para que assim as organizações disponibilizem de uma mão-de-obra qualificada, diversificada e de qualidade.

Palavras-chave: Pedagogo. Empresa. Aprendizagem.

Introdução

O presente estudo bibliográfico apresenta a tentativa de nos mostrar o quanto a Pedagogia vem ampliando seu campo de atuação, a qual hoje não se está somente em espaços

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões Missões – URI Erechim. E-mail: marleiped@outlook.com
[2] Mestre em Educação e Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: anelise@reitoria.uri.br

de sala de aula, mas nos mais diversos espaços onde a educação é valorizada e vista como prioridade, dando a oportunidade ao pedagogo para atuar nas mais diversificadas áreas profissionais

Nesse sentido, o estudo teve como objetivo central verificar e analisar como o pedagogo pode vir a contribuir com os processos educativos no espaço empresarial.

Diante de um percurso metodológico, procurou-se trilhar por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico, distribuindo-se de maneira exploratória, tendo como ponto de partida referenciais teóricos como, livros e artigos científicos que de certo modo, enriqueceram e amadureceram as ideias do presente estudo frente ao desenvolvimento de aprendizagens para o conhecimento e atuação do pedagogo em atividades profissionais, estes centrados no desenvolvimento pessoal e profissional do ser humano.

"Aprendizagem organizacional: o pedagogo nesse processo", este, tende a nos alertar para a urgência em que a contemporaneidade atual encontra-se, ou seja, o reconhecimento e a valorização dos funcionários seguidos de incentivos e objetivos tecnicamente traçados para a disseminação de conhecimentos, habilidades e competências objetivas, concretas e significativas para os sujeitos. Com base nestes apontamentos, apresentam-se algumas considerações pertinentes ao estudo.

O presente estudo tornou-se possível através do desejo o qual manifesta-se em apresentar que o pedagogo não se faz útil somente em sala de aula, nem que a Pedagogia é exclusiva do ensino formal, quando falamos no curso de Pedagogia percebe-se que as pessoas nos olham já nos chamando de coitadinhos ou nos dizem para investir em outra profissão. Mas somente que ama está profissão sabe o que está tem de bom e o quão gratificante é seu retorno.

Aprendizagem Organizacional: o pedagogo nesse processo

Deve-se, pois, antes de tudo conceituar a aprendizagem organizacional como um processo importante formador de bases para o conhecimento e fortalecimento das empresas que aprendem a aprender para sobreviver perante a atualidade.

A aprendizagem organizacional é o processo pelo qual se dá o aprendizado que envolve desde o indivíduo, o grupo, a organização e o ambiente externo. (BOMFIN, 1995,

p.31). Este processo permite que as empresas venham a rever e compreender suas necessidades, valores, inciativas e comprometimentos para a competitividade contemporânea. De acordo com (SOUZA, 2012, p. 2) [...] “a importância da aprendizagem organizacional cresce quando as empresas entendem o conhecimento como recurso de valor.’’ A aprendizagem e o conhecimento estão ligados um ao outro, sendo que dentro das empresas estão relacionados e voltados especialmente para a vida econômica. A aprendizagem organizacional desenvolve-se quando as empresas percebem e preocupam-se com a inovação e qualidades profissionais, pois para que ocorra o sucesso e desenvolvimento desta, a aprendizagem organizacional deve ser organizada e trabalhada juntamente com as equipes de profissionais para que estes notoriamente vejam os processos de mudanças realizados e possam através de reflexões analisar os percursos que os levou até os resultados finais (SOUZA, 2012).

A aprendizagem organizacional consiste no desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências para o crescimento eficaz de uma empresa. Visa trabalhar para que os processos de aprendizagem individual possa juntar-se a aprendizagem coletiva, pois uma depende da outra para que juntas possam desenvolver melhor os campos do conhecimento.

À medida que as organizações, como as empresas, vão se tornando amplas e complexas na área do conhecimento, surgem as necessidades de se explorar práticas dentro da aprendizagem organizacional como forma de expandir e gerar o conhecimento nas empresas. A aprendizagem organizacional visa à valorização do capital financeiro, oferece para as pessoas modos de acesso ao conhecimento e com isso aumenta a expectativa no campo profissional dos sujeitos envolvidos. (BITENCOURT, 2005).

Os processos que envolvem a ideia da aprendizagem organizacional no Brasil vêm sendo discutido dentro das empresas e prevalecendo o conhecimento de habilidades profissionais apenas nos últimos dez anos. Antes disso, treinamentos e qualificações desenvolvidos através da aprendizagem eram extremamente limitados aos funcionários, pois as empresas buscavam apenas por aprendizados meramente técnicos.

Guaragna (2007, p. 13) afirma que, [...] “o aprendizado individual tem um impacto significativo nas práticas de aprendizagem organizacional, pois a aprendizagem inicia a partir dos indivíduos.” Convém-nos, entender que cada empresa tem por finalidade seus diferentes modos pra trabalhar a aprendizagem, variando de acordo com o empreendedorismo que esta

trabalha. Ainda segundo Guaragna (2007), o modelo de aprendizagem individual é sustentado por dois direcionamentos teóricos: o primeiro que acredita que a aprendizagem desenvolva-se envolvendo a mudança de comportamento, e o segundo modelo de aprendizagem trabalha com hipóteses de percepções para as realidades para a qual o indivíduo convive.

Neste caso as organizações precisam entender que para a efetiva competitividade através da aprendizagem é necessário que se avalie e valorize dentro dos ambientes organizacionais os conhecimentos gerados anteriormente em outros convívios, com isso surge à responsabilidade e tolerância da gestão de aprendizagem organizacional em sua atuação de modo a respeitar ideias, crenças, atitudes mesmo que não favoráveis para o momento. Como quer que seja, volta-se a indagar, o sucesso de uma organização acontece somente em forma de trabalho coletivo, sendo que para este sucesso se tornar altamente eficaz, a aprendizagem precisa ser trabalhada de maneira que com o tempo os conhecimentos e habilidades adquiridos pelas pessoas não venham a ser indiferentes e monótonos em suas atividades profissionais devido a tantas mudanças em ritmos acelerados em meio a sociedade.

É claro que as mudanças rápidas, profundas e competitivas do mundo contemporâneo são extremamente necessárias para que os sujeitos das empresas sejam vistos e reconhecidos em suas atividades, e, naturalmente, a partir desse reconhecimento esses sujeitos sentirem-se mais dispostos para enfrentar os problemas internos do seu local de trabalho. Pode-se dizer que hoje grande parte das empresas depara-se frente a muitas resistências pessoais devido à falta de coletividade, culturalismo, ética entre gerência e mão-de-obra, ou seja, falta de conhecimento e domínio para o desenvolvimento de competências direcionadas para o processo organizacional nas empresas.

> Mudança é rotina. Não é algo que se possa escolher. É algo presente. Um dos talentos mais importante do ser humano é a fluidez de sua mente para redefinir padrões de pensamento, sentimento e comportamento segundo exigência e estímulos do ambiente (GUARAGNA, 2007, p.11).

Afirma-se que aprendizagem é um componente primordial para o desenvolvimento e competitividade de uma organização a qual carece de estratégias educativas que, se bem elaboradas poderão definir o sucesso para a sobrevivência. Para Bitencourt (2005), compreende-se, pois, se adotada a aprendizagem organizacional dentro de parâmetros legais

advindos de uma gestão focalizada para o atingimento de metas, esta poderá transformar um simples conhecimento em grandes oportunidades para o desenvolvimento de grandes habilidades e competências profissionais.

A aprendizagem organizacional pode ser vista como modo para se trabalhar a gestão, seja a gestão do conhecimento, de pessoas, da ética, gestão do empreendedorismo, gestão de competências e em outros campos envolvidos com o aprender a aprender. "Acredita-se que a prática da aprendizagem organizacional possa contribuir para a gestão de competências gerenciais, tendo em vista sua perspectiva dinâmica e social". (BITENCOURT, 2005, p. 52).

Nestas condições o papel da aprendizagem organizacional é disseminar o conhecimento, pois a conquista e o sucesso de uma organização acontecem por meios individuais, mas também de grupos de pessoas, onde conhecimentos e experiências são os principais relevantes.

Hoje, sabe-se que muitas pessoas não conseguem mudar o conceito de suas vidas, seus direcionamentos profissionais porque sentem medo da possível mudança, por isso as organizações como as empresas implantaram a aprendizagem dentro de suas dependências após entender que esta traz consigo modelos de gestão atualizados sanando-se as necessidades ocorridas no meio corporativo e transformando as dificuldades em conhecimentos.

> No contexto de constantes transformações em busca de maior competitividade, a aprendizagem organizacional surge como uma alternativa de respostas a essas alterações, nas quais a organização deve desenvolver a capacidade de aprender continuamente, tomando por base suas experiências e traduzindo esses conhecimentos em práticas que contribuam para seu melhor desempenho (BITENCOURT, 2005, p.15).

Antigamente as organizações não contratavam a mão-de-obra pela competitividade, nem muitas vezes pelo conhecimento profissional ou pessoal, mas sim pelo porte físico da pessoa que estava à procura de emprego, se tivesse braços fortes e apresentasse resistência física seria contrato imediatamente, entretanto dentro destas condições poucos eram os resultados profissionais positivos, pois ainda não existiam centros internos para a qualificação e educação profissional. Os funcionários recém-contratados mal sabiam sobre as extensões da organização da qual faziam parte.

Mas tais problemas começaram a ser tratados e trabalhados quando estas organizações juntamente com seus gestores deu-se por conta que era preciso e necessário reeducar profissionalmente e pessoalmente sua mão-de-obra, de modo a prepará-las a partir da aprendizagem para a competitividade, conhecimentos, trabalhos em grupo, enfim, valorizar e qualificar a mão-de-obra contratada. Assim, pois, os gestores entenderam que para o crescimento de uma organização não existe uma receita como existe para fazer um bolo e sim existe e carece de aprendizagens e conhecimentos para reinventar o negócio.

Acredita-se que organizações precisam antes de tudo ter capacidades e percepções o suficiente para trabalhar com o coletivo, não podendo centrar-se apenas em dimensões culturais ou crenças, precisa transformar seu espaço, sua estrutura de desenvolvimento para o trabalho organizacional em conhecimento facilitador de habilidades, precisa estar atenta e zelar pelo conhecimento do coletivo no geral, a fim de promover a aprendizagem em meio a treinamentos, questionamentos e desafiar os indivíduos para o conhecimento.

Empresários julgam que, concentrar-se por uma organização que aprende, sem dúvidas é um desafio já vencido, pois quando o processo de aprendizagem vigora de forma competitiva visando o crescimento de todos os envolvidos os problemas são sempre encarados como um problema naturalmente normal que poderia até ser esperado. A aprendizagem organizacional existe nas empresas com o intuito de suprir a necessidade de capacitação profissional, de conhecimentos gerais, habilidades, desenvolvimento e competência dos funcionários num todo.

A atuação do pedagogo neste processo

Não poderíamos deixar de destacar a participação intangível do pedagogo nos processos de aprendizagem organizacional, pois na atualidade, a educação tem sido discutivelmente primordial e adotada pelas instituições como uma estratégia de gestão da aprendizagem organizacional geradora de conhecimentos e valores humanísticos. As organizações corporativas se veem altamente expostas a competitividade profissional contemporânea, com isso passou a rever e compreender a necessidade em valorizar a atuação do pedagogo e ver este como um líder nos processos de aprendizagem na empresa por acreditar que este profissional trabalha em prol de intervenções pedagógicas que além de

dedicar-se e doar-se as prática educativas ainda tem seu olhar voltados para as considerações humanas.

O pedagogo na empresa trabalha nos processos educativos para que os processos de aprendizagem tornem-se ativos e permanentes buscando elementos contribuintes para o desenvolvimento, conhecimento, competências e convivência humana. O pedagogo atua nos processos de aprendizagem na busca constante pelas transformações de conhecimento em habilidades dos profissionais, ajudando-os a qualificar-se em habilidades tanto pessoais quanto profissionais. O pedagogo preza pelo trabalho de grupo por acreditar que a partir da realização do trabalho em equipe poderá também alcançar resultados significativos individuais. Segundo Senge (1990, p. 19), "quando as equipes estão realmente aprendendo, além de produzirem resultados extraordinários em conjunto, seus integrantes também se desenvolvem com maior rapidez no sentido individual.

> Considerando que a educação tem sido adotada pelas empresas contemporâneas como uma estratégia de gestão empresarial, o conhecimento passou a representar um valor tão grande para as empresas que ate passou a ser contabilizada com um ativo intangível; sendo assim, a necessidade de criar conhecimento levou organização a perceber as pessoas talentosas como seu "capital intelectual." (KOPS, 2008, p. 21).

Como se pode observar, convém-nos entanto, entender que a partir dos processos os quais envolvem a aprendizagem organizacional, a empresa não é a única beneficiada, da mesma forma em que esta tira seus proveitos em troca do conhecimento oferecido incialmente, com a ajuda dos processos da aprendizagem organizacional desenvolvidas pelo pedagogo instiga e oferece a qualificação fora desta para sua mão-de obra integrada, podendo abrir novos campos e caminhos profissionais para tais sujeitos, assim como incentiva-los até mesmo para conquista de conhecimentos e méritos mais aprofundados.

Segundo (ALMEIDA, 2006), o pedagogo atua nos processos organizacionais com o intuito de levar para as empresas novas maneiras e métodos de ensino aprendizagem, valorizando o conhecimento já existe destes, porém qualifica-se em criar e transferir novos conhecimentos aos funcionários, fazendo deste o profissional que a empresa procura em meio a desafios de ensino aprendizagem contínuos.

O pedagogo quando inserido dentro do espaço empresarial deverá abranger uma consistente base teórica para o engajamento de planejamentos qualificados e articulados para capacitação de profissionais dentro da empresa, a partir de investigação teórica e prática, com

isso irá compreendendo o processo de construção do conhecimento de cada funcionário inserido no contexto profissional. (ALMEIDA, 2006).

Considerações Finais

A partir do estudo realizado sobre "O pedagogo nos processos de aprendizagem na empresa". Identificou-se que o pedagogo desenvolve um papel fundamental para a sustentabilidade da sociedade porque tem sua formação voltada para a educação. Identificou-se também, a importância que se tem do papel do pedagogo na empresa para o desenvolvimento da mesma, sua valorização, participação, integração, transparência e democracia de todos os entes envolvidos, pois com a construção do presente estudo, concluiu-se que o ser humano precisa de treinamentos, espaços e tempo para que possa englobar-se nas políticas internas das organizações (neste caso as empresas), onde o processo educativo é o principal componente para o seu sucesso.

O campo para atuação do profissional da Pedagogia vem a cada dia ganhando novos espaços para a construção e disseminação do saber nas esferas empresariais, sabe-se que muitas empresas ainda recusam-se radicalmente em não conhecer os processos de aprendizagem organizacionais desenvolvidas e auxiliadas pelo pedagogo, isso, porque algumas pessoas ainda sustentam uma velha visão de que o pedagogo atua somente em ensino formal, ou seja, a Pedagogia existe somente para as escolas, porém nota-se que as empresas de maior sucesso são aquelas que abrem suas portas para a educação, competências e habilidades profissionais, que prezam pela qualificação, garantia e conhecimento de sua mão-de-obra.

É visível a competitividade profissional na contemporaneidade, por isso se faz de extrema a necessidade da emancipação dos sujeitos para a construção de novos conhecimentos, habilidades e competência profissional quanto pessoal, neste caso verifica-se o importante papel do pedagogo nos processos de aprendizagem na empresa, este que a partir de seu conhecimento e embasamento na área a qual irá proporcionar aos funcionários treinamentos para a qualificação profissional tudo em seu devido tempo, pois o ser humano precisa de tempo e espaço para sua atuação de qualidade, assim a empresa valoriza o funcionário e o funcionário valoriza o aprendizado adquirido na empresa, estando à disposição das necessidades da mesma de forma positiva e produtiva.

Portanto, a partir do presente estudo desenvolvido foi possível identificar a importância do pedagogo nos processos de aprendizagem na empresa, pois as pessoas as quais estão ali inseridas, talvez antes da atuação e realização dos processos educativos desenvolvidos pelo pedagogo na empresa, não tiveram a oportunidade para qualificar-se profissionalmente, assim com a atuação do pedagogo na empresa incentivando e passando conhecimentos, habilidades e competência profissional é possível que se tenha mão-de-obra qualificada e de qualidade. A aprendizagem organizacional dentro das organizações consegue dar continuidade, suporte e a oportunidade de ensino continuado para as pessoas que estão ali envolvidas. trabalha para prepara-los para além daquela competência já construída familiarmente e de empregos anteriores,

O pedagogo, a partir dos processos de aprendizagem organizacional na empresa tem por finalidade reeducar e profissionalizar os funcionários, busca levar o conhecimento para cada sujeito em seu tempo, seu alcance. O pedagogo trabalha para preparar os funcionários para além daquela competência já construída familiarmente e de empregos anteriores, respeitando os limites e processos de desenvolvimento de cada pessoa, incentivando-os para o despertar da competitividade contemporânea a qual requer a todo instante a qualificações profissionais e conhecimentos favoráveis ao momento o qual se passa.

Referências

ALMEIDA, M. G. de. **Pedagogia empresarial**: Saberes, práticas e referências. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

BITENCOURT, C. C. **Gestão de competências e aprendizagens nas organizações.** São Leopoldo: Unisinos, 2005.

GUARAGNA, E. V. da C. **Desmitificando o aprendizado organizacional:** Conhecendo e aplicando os conceitos para alcançar a Excelência e competitividade. Rio de Janeiro. Qualitymark, 2007.

KOPS, L.M.H. SILVA, S.F.C. **Desenvolvimento de pessoas**. Curitiba, Ibpex. 2008.

SENGE, P. **A quinta disciplina: arte, teoria da organização de aprendizagem**. SP, Best Seller, 1990.

SOUZA, Y. S.: **Revista Pense Empregos**. Disponível em <http://revista.penseempregos.com.br/noticia/2012/04/aprendizagem-organizacional-

processo-e-essencial-para-ampliar-o-conhecimento-da-empresa-3735905.html> Acesso em: 11 jun. 2015.

RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

Maritânia Neves [1]
Andressa Sbardelot [2]
Juliana P. Sitnieski[3]
Simone F. Zanoello[4]

Eixo Temático: Ensino e Aprendizagem
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

Resumo
O presente artigo aborda o tema Relação entre família e escola, para isso busca subsídios no referencial teórico, dentre os quais destacam-se os autores Aríes (2015), Parolím (2015), Paro (2015) e Abramovich (2015). Os autores destacam o quão importante é o papel da família no processo de ensino e aprendizagem das crianças, porque o aluno que tem o acompanhamento dos pais normalmente apresenta um bom desempenho na escola, os pais estimulam o seu filho a estudar, ajudam nas dificuldades de aprendizagem que ele apresenta, resolvem possíveis conflitos que possam vir a surgir na escola, mantém um diálogo sempre aberto com o professor da classe, assim a escola se torna um complemento da família, ambas formam uma equipe e devem buscar juntas resultados positivos, formando cidadãos críticos, capazes de enfrentar as diferentes situações que surgem na sociedade. Diante disso, as acadêmicas bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) subprojeto de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – campus de Erechim realizaram uma pesquisa com três turmas de 1º, 2º e 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Erechim, com o intuito de identificar qual é a participação dos pais na vida escolar de seus filhos. O objetivo deste artigo é relatar os resultados desta pesquisa, analisando os mesmos e buscando aporte no referencial teórico. A partir da análise dos dados coletados verificou-se que os pais participam de maneira significativa e efetiva da vida escolar de seus filhos, mostrando interesse quanto ao aprendizado dos mesmos.

Palavras-chave: PIBID. Relação Família e Escola. Aprendizagem.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Bolsista CAPE/PIBID. URI Erechim.
E-mail:andressasbardelot@hotmail.com
[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Bolsista CAPE/PIBID. URI Erechim. E-mail:ju_sitnieski@hotmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Bolsista CAPE/PIBID. URI Erechim. E-mail:maritaniia@hotmail.com
[4] Mestre em Matemática Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da ULBRA. Professora do departamento de Ciências Exatas e da Terra da URI Erechim. Coordenadora do Subprojeto de Pedagogia do PIBID da URI Erechim.
E-mail: simonez@uri.com.br

Introdução

A família constitui a base da sociedade contemporânea, desempenhando um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários. As crianças que tem o acompanhamento familiar e uma boa convivência, acabam desenvolvendo um bom rendimento escolar, mas se houver a parceria entre pais e escola, os resultados irão fluir naturalmente.

O envolvimento da família no processo de ensino aprendizagem é essencial para o desenvolvimento do indivíduo, a família e a escola são modelos decisivos para a constituição humana. A escola é na verdade um complemento da família onde ambas formam uma equipe e devem buscar resultados positivos com a participação de todos juntos devendo desempenhar o seu papel da melhor forma possível, para que cada uma das instituições siga os mesmos critérios e princípios, mesmo havendo objetivos em comum cada uma deve fazer sua parte. Para se obter um sucesso nas tarefas escolares necessita-se da colaboração efetiva da família, para que motivados os alunos possam progredir nos estudos, já que o não acompanhamento familiar pode prejudicar a aprendizagem das crianças.

Ciente da importância da relação entre família e escola, as acadêmicas bolsistas do Programa PIBID, subprojeto de Pedagogia, realizaram uma pesquisa com sessenta e três alunos do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Erechim –RS,cuja finalidade era identificar qual é a participação dos pais na vida escolar de seus filhos. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo descrever os resultados da pesquisa realizada, analisando os mesmos e buscando aporte no referencial teórico.

O artigo apresenta inicialmente reflexões sobre a relação família e escola, na sequência relata e analisa os dados obtidos a partir da pesquisa e por fim apresenta uma breve conclusão.

Relação entre Família e Escola

Em tempos modernos os pais estão auxiliando seus filhos nas atividades que são destinadas para serem realizadas em casa? De que maneira isso interfere no desenvolvimento escolar das crianças? De acordo com Ariés (2015), “Com o passar do tempo [...] a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com as crianças”. A família passou então, a estabelecer assim uma intimidade maior com os assuntos que envolvam a escola, percebendo a importância que as duas instituições apresentam.

A família tem uma forte influência no processo de aperfeiçoamento da criança dentro da sociedade, pois é com ela que ocorre os primeiros contatos. É de extrema importância o papel da família no desempenho escolar, pais e mães podem participar de diversas maneiras na vida escolar de seus filhos já que o ambiente escolar e a família compõem o meio social em que o aluno está inserido a escola e família atendem o mesmo objetivo que é o de preparar o aluno para o mundo, porém ambas se diferenciam e tem suas particularidades cada qual desempenhando o seu papel e sua função. Segundo Parolin (2015), "A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo".

A aprendizagem do aluno depende em grande parte da competência profissional do educador juntamente com a participação e a integração entre a família e a escola, a relação entre essas duas instituições contribuirá em grande parte para a melhoria da qualidade de ensino.

A escola deve proporcionar momentos para que essa integração entre as instituições aconteça de maneira efetiva, assim a família participa da vida escolar dos seus filhos percebendo a importância que tem no processo de ensino aprendizagem segundo Paro (2015. p. 2.):

> A escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano.

Diante da importância do papel da família no aprendizado escolar das crianças, decidiu-se conhecer a preocupação e o acompanhamento da escola e dos pais perante seus filhos e alunos, para isso realizou uma pesquisa com estudantes do 1°, 2° e 4° anos de uma escola estadual do munícipio de Erechim-RS . O próximo item irá descrever como esta pesquisa foi realiza, apresentar e analisar os dados.

Pesquisa

Foi realizada uma pesquisa com alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Erechim-RS. A mesma contou com cinco etapas para o

desenvolvimento sendo elas: construção do referencial teórico, elaboração do questionário aplicado para as três turmas, compilação e análise dos dados.

Foram analisados os dados coletados, através do questionário aplicado com cinco questões de múltipla escolha, onde através do mesmo podemos afirmar que os pais participam de maneira significativa e efetiva, mostrando interesse quanto ao aprendizado dos seus filhos, de modo que o envolvimento da família no processo de ensino aprendizagem mostra-se de suma importância sendo essencial para o desenvolvimento dos alunos. Para que os mesmos possam obter resultados escolares positivos, é necessário que a família participe de alguma forma na vida escolar dos filhos, para que motivados possam progredir no processo ensino-aprendizagem. Através da análise de dados coletados foi elaborado tabelas mostrando os resultados obtidos:

Tabela 1: Com quem o aluno reside?

Com quem o aluno mora	**Número de alunos e porcentagem (%)**
Pai e mãe	42 (66%)
Mãe	9 (13%)
Vó	3 (4,8%)
Mãe pai e avós	2 (3,2%)
Avós	1 (1,6%)
Mãe e padrasto	1 (1,6%)
Mãe tio e tia	1 (1,6%)
Mãe e avós	1 (1,6%)
Pai e avós	1 (1,6%)
Mãe e avô	1 (1,6%)
Não especificou	1 (1,6%)

Fonte: A pesquisa (2015)

De acordo com a Tabela 1, nota-se que 66% alunos, moram com seus pais, não se referindo somente a família de sangue, mas a família construída através de laços de afeto. É nessas relações que as pessoas podem se tornar mais humanas, aprendendo a viver com a afetividade de modo mais concreto.

Tabela 2: Os pais leem os bilhetes que o professor escreve?

Quando o professor escreve um bilhete para seus pais, eles leem	**Número de alunos e porcentagem (%)**
Sim	60 (95.2%)
Não	1 (1.6%)

As vezes	2 (3.2%)

Fonte: A pesquisa (2015)

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, verifica-se que 95,2% dos pais leem os bilhetes que são enviados pelos professores, é de suma importância que os pais valorizem o contato com a escola, principalmente através de bilhetes enviados, reuniões e entrega de boletins escolares, podendo através destes meios ser informado sobre as dificuldades apresentadas pelo seu filho, assim como o seu desempenho na escola.

Tabela 3: Os pais conversam com filhos?

Na avaliação quando é entregue o boletim e você está com nota baixa e mal comportamento, os pais conversam com vocês?	**Número de alunos e porcentagem (%)**
Sim	54 (85.7%)
Não	3 (4.8%)
As vezes	6 (9,5%)

Fonte: A pesquisa (2015)

De acordo com os dados da Tabela 3, observa-se que 85,7% dos pais conversam com os filhos. A partir da conversa dos pais com as crianças, verifica-se que os mesmos têm diferentes atitudes, conforme observa-se na tabela 4.**Tabela 4:** Que atitude o pai toma perante o comportamento do filho?

Se o aluno responder sim para a questão anterior que atitude seu pai toma?	**Número de alunos e porcentagem (%)**
Fica sem televisão	10 (16%)
Proíbe de brincar com os amigos	14 (22%)
Tira o celular	12 (19%)
Dão castigo	4 (6.4%)
Batem	3(4.8%)
Tira o video game	3 (4.8%)
Tira todos os itens destacados	1(1.6%)

Continuação da Tabela 4: Que atitude o pai toma perante o comportamento do filho?

Puxa os cabelos	1(1.6%)
O pai conversa	1(1.6%)

O pai não faz nada	12(19%)
Fica sem computador	2 (3.2%)

Fonte: A pesquisa (2015)

Percebe-se através da Tabela 4 que os pais tomam diferentes atitudes quando seus filhos tiram notas baixas e apresentam mau comportamento na escola, 66,6% privam seus filhos de algumas atividades rotineiras, como uma forma de punir e chamar a atenção, fazendo com que seus filhos se dediquem mais aos estudos e apresentem um comportamento melhor na escola. Além disso, 19% dos pais não tomam nenhuma atitude a respeito, 6,4% optam em deixar de castigo, 4,8% optam por bater em seus filhos, 1,6% puxam os cabelos e apenas 1,6% conversam com seus filhos. Com base nesses dados é possível verificar que a grande maioria dos pais toma algum tipo de atitude para tentar mudar a situação.

Tabela 5: Os pais auxiliam no tema de casa?

Os pais auxiliam você a fazer o tema de casa?	**Número de alunos e porcentagem (%)**
Sim	40 (64%)
Não	12 (19%)
As vezes	11(17%)

Fonte: A pesquisa (2015)

De acordo com a Tabela 5 nota-se que os pais auxiliam de alguma maneira seus filhos a realizarem as tarefas de casa onde 64% dos pais mostram interesse e ajudam seus filhos a desenvolverem a tarefa de casa proposta. Segundo Azaredo (2015. p. 2.):

> Os pais devem ajudar seus filhos na lição de casa, auxiliando de modo à não prejudicar o aprendizado, podem auxiliar tirando dúvidas sobre as tarefas, mas jamais devem fazer a tarefa para seu filho, pois isso pode comprometer muito o aprendizado, já que a tarefa de casa é para reforçar o que foi aprendido em sala de aula.

O envolvimento dos pais no auxílio da lição de casa, deve ser apenas uma simples ajuda, quando necessariamente houver dúvidas, que posam ser esclarecidas, mas não pode haver participação dos pais, no sentido de realizar a tarefa proposta, para que isto não comprometa o aprendizado do mesmo.

Tabela 6: Os pais leem em casa para vocês?

Os pais leem histórias em casa para vocês?	**Número de alunos e porcentagem (%)**
Sim	16 alunos (25.4%)
Não	3 alunos (49.2%)
As vezes	16 alunos (25%)

Fonte: A pesquisa (2015)

Através da Tabela 6 os dados mostram que apesar da leitura ser de suma importância nessa fase em que as crianças se encontram, apenas 25,4% dos pais realizam a leitura de histórias para seus filhos, o ato de realizar a leitura mesmo para aquelas crianças que já sabem ler é muito importante, Segundo Abramovich (2015), "Quando a criança sabe ler é diferente sua relação com as histórias porém, continua sentindo enorme prazer em ouvi-las"..

Com isto não importa qual a idade em que a criança se encontra, é necessário fazer leituras para que as crianças possam despertar sua capacidade de imaginação e gosto pela leitura. Quanto mais contato a criança tiver com livros mais amor pelos livros despertará, os pais devem ler para seus filhos, já que o ato de ler, traz enormes benefícios no desenvolvimento da criança, é importante também pois reforça, o que é sempre dito em sala de aula, serve de incentivo, assim a criança busca pela leitura, tomando gosto pelos livros.

Com base nas tabelas e seus resultados no próximo item será feita as considerações finais, afirmando que a relação entre pais e filhos contribui de forma significativa no desenvolvimento dos mesmos.

Considerações Finais

Percebeu-se que ao decorrer do trabalho houve uma efetiva participação e interesse dos pais quanto ao aprendizado dos seus filhos, conforme a pesquisa apresentada, podemos concluir que os pais buscam de alguma forma auxiliar seus filhos, no envolvimento com os estudo e quando este resulta em notas baixas algumas atitudes são tomadas para reverter a situação apresentada, é necessário que a família participe de alguma forma na vida escolar dos filhos, para que motivados os mesmos possam progredir.

A relação entre família e escola é um momento importante e decisivo na vida das crianças, onde elas ampliam suas formações de maneira geral e também especificadamente no aprendizado escolar. A parceria entre escola e família é imprescindível para a educação de qualquer indivíduo, pois o ambiente escolar mostra-se um complemento do ambiente familiar. Juntas devem estabelecer uma boa relação para que o aprendizado seja desenvolvido da

melhor forma possível, onde a família participe juntamente com a escola fazendo o seu papel, incentivando e cobrando de seus filhos.

Através desta pesquisa pode-se afirmar que a relação entre pais e filhos melhora o desempenho escolar das crianças demonstrando maior frequência de comunicação bem como, a participação dos mesmos em atividades culturais e de lazer, correlacionando com a melhora do comportamento e da aprendizagem.

Com resultado obtido na análise dos dados podemos afirmar que embora a família exerça um papel fundamental no desenvolvimento da criança ela não pode ser considerada como única responsável pelos seu sucesso ou pelo seu fracasso.

Referências

ARIES, P. **Escola e família:** a participação dos pais no processo de ensino aprendizagem. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/25823>. Acesso em: 18 set. 2015.

AZAREDO, M. **Lição de casa:** um dever para todo dia. Disponível em: < http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/licao-de-casa-547565.shtml>. Acesso em: 24 set. 2015.

PARO, H.V. **Importância da integração escola-família no processo pedagógico.** Disponível em: < http://br.monografias.com/trabalhos3/integracao-escola-familia/integracao-escola-familia2.shtml>. Acesso em: 20 set. 2015.

PAROLIM, I. **Festa da Família.** Disponível em: http://meduneckas.blogspot.com.br/2015/08/blog-post_23.html. Acesso em: 20 set. 2015.

ABRAMOVICH, F. **Contação de histórias:** Despertando o gosto pela leitura. Disponível em: < http://www.cefaprocaceres.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=949&Itemid=134>. Acesso em: 28 set. 2015.

A PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENT INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Alana P. Chies[1]
Patrícia Euringuer[1]
Daniela Morona[1]
Kananda M. Sadoski[1]

Eixo Temático: Ensino e Aprendizagem
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Ao convivermos em meio ao um contexto de inúmeras transformações sociais, visamos a escola como um ambiente de ensino-aprendizagem, demonstrando um novo pensar e agir com metodologias diversificas propondo uma melhor qualidade nas aulas de psicomotricidade. O que temos observado no atual contexto das aulas é a real importância que a psicomotricidade exerce na qualidade do ensino e do desenvolvimento das crianças nos anos inicias do ensino fundamental, dessa maneira o presente artigo tem como título A psicomotricidade e o desenvolvimento infantil: contribuições para o processo de ensino-aprendizagem, buscando uma análise e compreensão do desenvolvimento da criança nos anos iniciais de ensino em seu físico, cognitivo e personalidade na escola, além de relacionarmos a psicomotricidade e suas contribuições para o ensino-aprendizagem. Destaca-se ainda que o artigo é fruto das experiências vivenciadas pelas acadêmicas do Curso de Pedagogia da URI-Campus de Erechim, a partir do trabalho como bolsistas CAPES/PIBID junto com as escolas públicas do município de Erechim. Temos o motivo de apresentar as contribuições que a psicomotricidades pode trazer para o desenvolvimento da criança em seu desenvolvimento infantil no processo de ensino aprendizagem. Percebendo-se a necessidade de um melhor desenvolvimento na aprendizagem dos nos anos iniciais do ensino fundamental e ao analisarmos teóricos, podemos assim constatar se as mesmas tem ou não uma significativa importância no desempenho das crianças. Pelo motivo de apresentar as facilidades que a psicomotricidades pode trazer para o desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Ensino Fundamental. Processo de ensino-aprendizagem.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Erechim.

Introdução

O presente estudo a ser realizado tem como objetivo analisar o desenvolvimento da Psicomotricidade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tendo como título **A psicomotricidade e o desenvolvimento infantil: contribuições para o processo de ensino-aprendizagem**, e abrangendo diversas dificuldades que os estudos apresentaram em foco, como nas dificuldades físicas e aquisição da linguagem.

Priorizamos estudar a forma como a psicomotricidade está acontecendo dentro de uma instituição educacional, visando analisar o desenvolvimento da aprendizagem, apresentando como é realizado a psicomotricidade nos anos iniciais do ensino fundamental.

Nosso estudo foi baseado num referencial teórico, com leituras especificas apresentando os conceitos citados por diferentes autores, sendo que os mesmos apresentam diversos ambientes de maneira que a escola é a mais visada.

O estudo destaca diversos conceitos que envolvem a educação, a psicomotricidade, entre outros. Deixando algumas afirmações e juntamente com ela dúvidas sobre as incógnitas do desenvolvimento da psicomotricidade da nos anos iniciais do ensino fundamental.

O Desenvolvimento da Criança nos Anos Iniciais do Ensino

O desenvolvimento físico dos 6 ao 12 anos é constante e lento. Piaget,1997 propôs uma grande mudança no pensamento da criança por volta dos 6 anos, quando operações poderosas, como a reversibilidade, a adição ou a classificação múltipla são entendidas. No período das operações concretas, a criança aprende ainda o uso da lógica indutiva, embora ainda não utilize a lógica dedutiva.

Segundo Helen Bee, O Estágio Operatório Concreto ocorre geralmente dos 6 aos 12 anos de idade. Após equilíbrios sucessivos, há um desenvolvimento cognitivo das operações mentais das crianças, que vai pensando logicamente sobre eventos concretos, mas ainda possui dificuldades de lidar com conceitos hipotéticos e abstratos. Isso implica, dentre outros, na capacidade de combinar, separar, ordenar e transformar objetos e ações, bem como da noção de reversibilidade e o raciocínio silogístico.

Segundo Helen Bee (1997), a criança apresenta um declínio do egocentrismo, começa a se socializar em grupos, reconhecendo uma liderança. Compreendem regras e

estabelecem compromissos. Possuem uma linguagem socializada, mas ainda têm uma inabilidade em entender pontos de vista diferentes. Assim, por meio das operações, os conhecimentos construídos anteriormente pela criança vão se transformando em conceitos. Mudanças semelhantes ocorrem nas descrições que as crianças fazem das outras pessoas e na sua compreensão das relações, como as amizades. Estas são cada vez mais entendidas como relações recíprocas, em que generosidade e confiança constituem elementos importantes.

> A memória se aperfeiçoa muito durante a terceira infância porque o tempo de processamento de informações diminui, a capacidade de atenção e a memória de curto prazo aumentam, e as crianças se tornam mais aptas no uso de estratégias mnemônicas, tais como os recursos externos, o ensaio, a organização e a elaboração (BEE, Helen 1997, p.1).

Segundo Helen Bee (1997), as relações com os companheiros tornam-se cada vez mais importantes. A segregação de gênero nas atividades grupais com amigos está no auge nesses anos, aparecendo em todas as culturas. As amizades individuais também se tornaram mais comuns e mais duradouras. As amizades entre os meninos e meninas parecem diferir de maneiras bastantes especificam. Os meninos são mais extensivos e limitados, com níveis maiores de competição e agressividade, as meninas são mais intensas e facilitadoras, com maior concordância e condescendência. A autoestima modelada por dois: o grau de discrepância que uma criança vivencia entre as metas e as conquistas, e o grau de apoio social que ela percebe por parte dos companheiros e dos pais. A baixa autoestima está fortemente associada à depressão nas crianças dessa idade.

A Psicomotricidade

A Educação está presente em todas as sociedades, ninguém escapa dela, pois acontece em todos os meios, em casa, na escola, no convívio com outros.

De acordo com Brandão (2007), “A educação é, como outras uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”.

> A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. (BRANDÃO, 2007, p.10, grifo do autor).

A educação não é explicitada por uma única forma, ela é tida de diferentes formas por diversas sociedades que permeiam este meio. Ela pode existir em forma de saber comunitário e trocas dentre o homem e a natureza. Através da educação as organizações humanas criam modelos de homens, e através da moldagem conforme a necessidade, que em conjunto constroem a sociedade.

> A aprendizagem de qualquer estrutura contém nela própria uma pré-lógica que é inerente aos mecanismos perceptivo-motores necessários ao seu funcionamento, e que advém de um período de repetições e de experiências acumuladas (MENDES E FONSECA, 1987, p. 48).

A partir do momento em que o homem vive em uma sociedade, onde ocorre uma divisão social trabalhista, ele percebe que o processo da educação surge como problema para essa fração de sociedade.

Como a educação é um serviço social, tendo como objetivo servir a comunidade e formar pessoas de acordo com as necessidades da sociedade, é fundamentada entre a relação do homens na sociedade, sob leis, escritos e mandatos, tendo como resultado dessas relações com a educação, uma consciência viva. Isso ocorre uma formação e desenvolvimento de forças produtivas, e de valores culturais. As formas de produção dos meios de vida, a divisão social, as relações entre os homens, são alguns dos elementos que desencadeiam o modo de vida de uma sociedade, também é aplicado à educação. Quando esse modo de viver e pensar é alterado, também as instituições mudam.

Uma nova maneira de definir a educação, como prática social, e destinar-se a sociedade, é trazer as inúmeras questões em relação aos pensamentos já formados até então, e como a educação tem por objetivo alcançar a perfeição, ou ao menos a melhoria da mesma, não se pode pensar nela como apenas o trabalho de corpo e mente, mas uma exigência de grupos sociais na formação de pessoas na e para a sociedade.

O movimento é o instrumento mais adequado para tornar acessível e real e a sua compreensão à criança. A atividade começa por características sem qualquer significado ou objetivo, reação ao meio que se envolve. Movimento simultaneamente como forma de expressão emocional e de comportamento. São descargas de energia muscular em que reações se apresentam de forma descoordenada sem significado ou objetivo, no entanto é portadora de uma carga efetiva e emocional entre o bem e o mal estar. Essas emoções já são um dado da consciência e consistem, por tanto verdadeiras.

> A organização do movimento encontra-se, segundo Wallon, dependente dos músculos estriados, aos quais (e já não é por acaso) os neurologistas chamaram músculos da vida de relação. Está organização aceita por um lado na função clônica do músculo (encurtamento e alongamento simultâneo das suas miofibrilhas) e por outro na função tônica (manutenção duma certa tensão muscular que varia com as condições fisiológicas do próprio indivíduo, com a complexidade do gesto e com a própria fenomenologia da afetividade). (WALLON, 1987, p. 22)

É nessa perspectiva que o movimento se revela por sua vez, como uma expressão do desenvolvimento, materialização corporal da conduta total e mental de cada um ao integrar e ordenar o campo operacional onde se desenrola a ação, com efeito, e resultado ao obter. O movimento e a ação andam em conjuntos.

O domínio dos movimentos e sua perfeição garantem a criança a sua independência e autonomia locomotora, na qual a tornam disponíveis para a socialização de sua experiência. A ausência das manipulações e privações sensoriais como falta de experiências, resultam em grandes obstáculos para experiências dos alunos.

É pela motricidade que é a inteligência se materializa, pois é por seu intermédio que as percepções se afirmam. A própria atividade motora encarrega-se de ajudar no potencial da utilização com privilegio de desenvolvimento psicológico, para FONSECA E MENDES, o cérebro começa a funcionar ainda antes do nascimento e a atividade motora inicial acelera a maturação das suas estruturas neurológicas.

A garantia ao envolvimento com grande potência é uma das grandes responsabilidades do adulto, porque só assim se criam as condições necessárias para acumulação da experiência e meios adequados a sua evolução senso-motora. A criança estará apta a realizar movimentos com seu contato a instrumentos e outros objetos de grande importância e ativas para o seu desenvolvimento. Não podemos assim esquecer, que a formação de qualquer das condutas da

criança passa pela presença do adulto, sem ele a criança não poderia integrar uma determinada experiência. A relação com objetos e instrumentos se trata apenas de um processo de mais socialização, a criança aprende valores sociais na medida em que se trata da sua participação na vida coletiva. Este fato é resultado da experiência de transformar e manipular uma interação com os adultos que a envolvem.

Contribuições da Psicomotricidade no Desenvolvimento Infantil: o processo de ensino-aprendizagem

O desenvolvimento motor é considerado como um processo sequencial, contínuo e relacionado à idade, pelo qual o ser humano adquire uma enorme quantidade de habilidades motoras, as quais progridem de movimentos simples e desorganizados para a execução de habilidades motoras altamente organizadas e complexas. "A psicomotricidade é hoje concebida como a integração superior da motricidade, produto de uma relação inteligível entre a criança e o meio, e instrumento privilegiado através do qual a consciência se forma e materializa-se" (FONSECA, 1995, p. 12). Ou seja, a psicomotricidade possibilita um momento em que a criança consiga se auto conhecer e conhecer o ambiente em que está inserida.

> A Psicomotricidade baseia-se em uma concepção unificada da pessoa, que inclui as interações cognitivas, sensório motor e psíquicas na compreensão das capacidades de ser e de expressar-se, a partir do movimento, em um contexto psicossocial. Ela se constitui por um conjunto de conhecimentos psicológicos, fisiológicos, antropológicos e relacionais que permitem, utilizando o corpo como mediador, abordar o ato motor humano com o intento de favorecer a integração deste sujeito consigo e com o mundo dos objetos e outros sujeitos. (COSTA, 2002, p. 1)

Trabalhar psicomotricidade na Educação Infantil, assim como anos Iniciais, não se trata apenas de proporcionar um momento de quebra de rotina, no qual os alunos fazem algo sem intenção alguma. "A educação psicomotora na criança ilustra e materializa, consequentemente, a totalidade dos padrões da sua aprendizagem" (FONSECA, 1995, p. 112). A psicomotricidade envolve muito mais do que o corpo, pois dispõe de um momento para se trabalhar a percepção, o afeto, a memória, a projeção, raciocínio lógico, a emoção entre outros através da mente. Trabalhar corpo e mente através de atividades que envolvam a

exploração de si mesmo e com o outro onde remete diretamente o comportamento do aluno dentro da sala de aula.

Krechevsky (2001, p. 17), ressalta que "As habilidades motoras amplas e finas evoluem rapidamente, conforme a criança torna-se consciente do próprio corpo e começa a explorar o que pode fazer". Através do movimento eu posso educar aspectos motores (lateralidade), aspectos cognitivos (sociabilidade), aspectos cognitivos (concentração) e aspectos psicológicos (autoestima). Com um bom trabalho psicomotor consegue-se um melhor desempenho em ambos os aspectos além de uma vida ativa, fazendo com que as crianças consigam desenvolver de uma maneira mais complexas as atividades escolares, melhorando seu convívio com o outro e consigo mesmo.

Para Fonseca (1995), nas atividades psicomotoras os alunos revelam as mais diferentes emoções, tendo a oportunidade de criar, expressar se por meio das brincadeiras, conhecer a si mesma e as diferentes funções que o corpo realiza conhecer o outro, e o espaço. Conclui-se, portanto que a psicomotricidade quando envolvida com aprendizagem, traz resultados positivos, pois são através das atividades de movimentos que a criança terá a oportunidade de desenvolver cognitivamente, pois com um simples traçado de uma letra no chão, quando a criança passe por cima, ela estará assimilando este movimento, e também com um simples modelar de uma massinha, irá oportunizando a criança a movimentar seus punhos que muitas das vezes não se locomovem adequadamente, o que possibilitará a escrita da criança quando entrar na fase de alfabetização.

A escrita é formada como uma atividade psicomotora complexa, na prática a escrita estabelece a coordenação de movimentos e o desenvolvimento da motora fina. No analisar dos referenciais teóricos ainda encontramos profissionais que consideram a psicomotricidade como somente uma forma de brincar não percebendo o lúdico e nem o trabalho corporal como um auxílio para a aprendizagem, sabendo-se que a psicomotricidade trabalha o indivíduo com toda a sua história de vida social, política e econômica além de trabalhar o afeto e aspectos comunicativos.

A psicomotricidade é um elemento social na educação por ser ação e expressão ligando o indivíduo no meio em que vive. O desenvolvimento psicomotor proporciona no interior da criança o descobrimento das coisas, do tempo, do espaço e do mundo externo.

Os profissionais precisam saber da necessidade que a psicomotricidade tem no meio educativo das crianças, ter conhecimento de que se a crianças ainda não desenvolveu a

lateralidade será incapaz de ler ou escrever apropriadamente e não terá noções de esquerda e direita.

Considerações Finais

Evidenciada a tentativa de integração entre o sujeito e o mundo que o circula, visamos à necessidade da psicomotricidade nas escolas e no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, trazendo a autoestima, a instituição de regras de jogos e juntamente a conservação de grupos de amigos se identificam nessa fase dos anos iniciais do ensino fundamental.

O desenvolvimento da personalidade da criança ocorre, e as mudanças em seu organismo são perceptíveis, seu comportamento motor, sua construção da inteligência, sua afetividade e sua aprendizagem melhoram, tornando a criança um ser com inúmeras virtudes sendo segura de si em seu dia a dia.

Por isso, sua proposta está voltada para a interação, o prazer lúdico e o estímulo de todos os sentidos, enriquecendo seus conhecimentos, sua formação de novos hábitos, valores e atitudes. Isso tudo baseando em atividades que respeitam a sua história de vida, seu ritmo e seu desenvolvimento, pois cada ser humano é um ser único.

A criança tem como seu movimento motor, técnicas e auxilio dos adultos que contam com a ajuda de alguns instrumentos, sem o adulto ela não possui experiências próprias. Esta ajuda é muito importante para seu desenvolvimento sócio histórico para afetividade e integração com os adultos e o meio em que vivem.

Com base nas discussões a cima conclui-se que a psicomotricidade deve ser desenvolvida com a necessidade e importância tal igual a outras matérias escolares, pois a criança precisa trabalhar equilíbrio, domínio de corpo, raciocínio, além de convivência com o outro para desempenhar um bom trabalho num todo.

Referências

BEE, H. **O Ciclo Vital**. In Piaget, J. 1997 Porto Alegre: Artes Médicas.

BEE, H. "**A memória se aperfeiçoa muito durante a terceira infância porque o tempo de processamento de informações diminui, a capacidade de atenção e a memória de curto prazo aumentam, e as crianças se tornam mais aptas no uso de estratégias mnemônicas, tais como os recursos externos, o ensaio, a organização e a elaboração (BEE, 1997).**" Disponível em:

<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/27331/desenvolvimento-cognitivo-das-criancas-de-6-a-12-anos>. Acesso em: 14 set. 2015.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007

FONSECA, V. da. **Manual de observação psicomotora:** significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Psicomotricidade.com.br/sobre/**O que é psicomotricidade.** Disponível em:http://psicomotricidade.com.br/sobre/o-que-e-psicomotricidade/.

MENDES, N.; FONSECA, V. da. **Escola, escola, quem és tu:** perspectivas psicomotoras

O DESENVOLVIMENTO SOCIO AFETIVO E SUA IMPLICAÇÃO NA APRENDIZAGEM

Darciele Vedana [1]
Lia Mara I A Rohenkohl[2]

Eixo Temático: Ensino e Aprendizagem
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO

Considerando a importância na pedagogia de estudar e saber sobre o desenvolvimento sócio afetivo da criança, e saber qual a sua influência na aprendizagem, destacou-se como um fator principal para o desenvolvimento deste estudo, frente a um melhor entendimento do trabalho do professor e do processo educativo. O presente estudo tem como objetivo principal buscar compreender e instigar, o que a afetividade vem influenciando na aprendizagem, bem como suas implicações no ensino. Desta forma fez parte da pesquisa um estudo bibliográfico para se ter uma melhor compreensão da temática estudada. Buscou-se também, através deste estudo intitulado: "O desenvolvimento sócio afetivo e sua implicação na aprendizagem" discutir sobre como ocorre o desenvolvimento sócio afetivo na infância. O estudo baseou-se por meio das teorias de Vygotsky e Wallon que foram os primeiros teóricos a estudarem e verem a criança em seu todo, frente as suas potencialidades e dificuldades. O desenvolvimento sócio afetivo é sim fundamental para aprendizagem da criança. É necessário que o professor seja o intermediário o estimulador, pois dentro deste estudo ele tem um papel privilegiado. A aprendizagem não é adquirida apenas com o educador, mas, diante de uma atividade conjunta permeada pela relação professor e aluno, frente a uma troca recíproca do saber.

Palavras-chave: Afetividade. Desenvolvimento. Aprendizagem.

A dimensão afetiva, para Wallon (1989), ocupa lugar principal tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto na construção da aprendizagem. O autor relaciona a psicogênese e a história do indivíduo, demonstrando, assim, a estreita relação entre as interações humanas e a constituição da pessoa, propondo um estudo integrado do desenvolvimento humano, definindo seu projeto teórico como uma elaboração da psicogênese da pessoa completa.

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI-Erechim. E-mail: darcielev@gmail.com
[2] Professor do Departamento de Ciências Humanas – URI Erechim. E-mail: rohenkohl@uri.com.br

Para o autor a teoria do desenvolvimento humano é centrada na pessoa como um todo. Ao estudar a criança, ele não coloca a inteligência como o principal componente do desenvolvimento, mas defende que a vida psíquica é formada por três dimensões: motora, afetiva e cognitiva, que coexistem e atuam de forma integrada. A afetividade é um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua, juntamente com a cognição e o ato motor, no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento.

Vygotsky traz a importância das relações sócias para o processo de aprendizagem, através da relação com outras que a criança incorpora os instrumentos culturais. Vygotsky (1994) destaca a importância das interações sociais, a ideia de mediação e de internalização, como indispensáveis para a aprendizagem, acreditando que aprendizagem acontece através de um processo de interação entre as pessoas.

É através da sua inserção na cultura e da interação social com as pessoas que a rodeiam que, ela vai se desenvolvendo. Partindo desta visão o papel do outro tornasse indispensável no processo de aprendizagem. Para o autor, importante aproximar alunos com diferentes níveis de ensino nas atividades em que o domínio dos saberes seja um diferencial. A distância entre as práticas que uma criança já domina e as atividades nas quais ela ainda depende de ajuda. É no caminho entre esses dois pontos que ela pode se desenvolver mentalmente por meio da interação e da troca de experiências. Não basta, portanto, determinar o que um aluno já aprendeu para avaliar seu desempenho.

Para Vygotsky (1994), o professor é figura essencial do saber por representar um elo intermediário entre o aluno e o conhecimento disponível no. A construção do conhecimento ocorre primeiro no plano externo e social (com outras pessoas) para depois ocorrer no plano interno e individual. Nesse processo, a sociedade e, principalmente, seus integrantes mais experientes (adultos, em geral, e professores, em particular) são parte fundamental para a estruturação de que e como aprender.

Temos como um marco na teoria de Vygotsky, ponto crucial a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). É a distância entre as práticas que uma criança já domina e as atividades nas quais ela ainda depende de ajuda. Para Vygotsky, é no caminho entre esses dois pontos que ela pode se desenvolver mentalmente por meio da interação e da troca de experiências, ou seja ocorre a aprendizagem. Não basta, portanto, determinar o que um aluno já aprendeu para avaliar seu desempenho.

A aprendizagem desempenha um papel central no desenvolvimento humano, tendo como característica principal os processos de mudança que acontecem como resultado da experiência. O aprendizado, segundo Vygotsky (1994, p. 89) "[...] é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas".

Outro elemento fundamental no processo de aprendizagem é a escola. Aqui, as atividades educativas, são sistemáticas e tem uma intencionalidade deliberada e compromisso explícito em tornar acessível o conhecimento organizado. Conforme o autor "a escola tem o papel de oferecer cultura, promovendo o desenvolvimento de aptidões na criança", sendo a mesma, parte das condições de existência onde a pessoa se desenvolve e constitui (WALLON, 1989).

Para Vygotsky (1994) a aprendizagem se dá no contexto dos relacionamentos entre as crianças e delas com os adultos, nas conversas, brincadeiras compartilhadas, imitações, ou seja, não apenas no contexto escolar, mas em todas as redes sociais onde a mesma se insere. As relações sociais vivenciadas fora do ambiente escolar, como os aspectos afetivos que permeiam a relação direta com os pais ou cuidadores, irmãos, amigos e demais integrantes do grupo social do qual a criança faz parte, refletem diretamente no repertório de comportamentos verbais e não-verbais manifestados dentro da escola, portanto, torna-se claro que o aluno deve ser considerado em sua totalidade, visto que as emoções exercem papel fundamental em seu desenvolvimento.

É preciso pensar na educação da criança, vê-la como um ser completo, prepara-la para a vida em todos os seus contextos e não somente nos contextos e disciplinas. Wallon (1992 apud NASCIMENTO; PRATTI, 2011) afirmam que desde as primeiras fases da infância, as relações afetivas estabelecidas, tanto no meio familiar quanto no contexto pedagógico, são determinantes na construção da identidade e do caráter da criança.

Os vários estágios de desenvolvimento da criança, caracterizados por Wallon, desde o início da infância, até a vida adulta, tem como característica central a predominância alternada dos aspectos afetivos e cognitivos que no decorrer do desenvolvimento humano, a história da construção da pessoa será constituída por uma sucessão pendular de momentos dominantes afetivos ou momentos dominantes cognitivos. De acordo com Wallon (1992 apud NASCIMENTO; PRATTI, 2011, p, 87). "[...] a importância da afetividade, alertando para o fato de que para evoluir, ela depende de conquistas realizadas no plano da inteligência e vice-

versa". A afetividade seria tão importante quanto à inteligência, uma vez que se constituem num par inseparável na evolução do indivíduo, já que "à medida que o indivíduo se desenvolve, as necessidades afetivas se tornam cognitivas.

A afetividade está vinculada às sensibilidades internas e orientada para o mundo social, para a construção da pessoa, e a representação de ordem intelectual está vinculada às sensibilidades externas, orientadas para o mundo físico (NASCIMENTO; PRATTI, 2011). A origem da conduta emocional é orgânica, sendo expressa involuntariamente e incontrolavelmente, tornando-se suscetível de controle voluntário. No adulto, esse comportamento aparece apenas nos momentos difíceis, em situações novas com poucos recursos.

Afeto pode ser compreendido como um compromisso docente, e demonstração de preocupação com o aluno, compromisso este que influirá na formação de uma sociedade com pessoas não só autoconfiantes como também atuantes e críticas, pessoas que buscam seus ideais, alunos que caminhem com liberdade de expressão e ação. Os autores trazem que além de conteúdos pré-estabelecidos, o docente deve pensar seu ensino, buscando inserir neste currículo atividades que contenham valores, alegrias, estímulos e sentimentos.

O conteúdo só se torna significativo mediante o aluno se visto como centro da produção da aprendizagem, e que estase constrói da interação entre as informações que o aluno já possui com as informações que chegam. Ainda a respeito da importância da afetividade para a educação Goleman (1995, p.78) afirmou que:

> [...] hoje é a neurociência que defende o levar a sério as emoções. As novas da ciência são encorajadoras. Dizem-nos, que se dermos mais atenção sistemática á inteligência emocional – ao aumento da autoconsciência, a lidar mais eficientemente com nossos sentimentos aflitivos, manter o otimismo e a perseverança apesar das frustrações, aumentar a capacidade de empatia e envolvimento, de cooperação e ligação social – o futuro pode ser mais esperançoso.

O educador deve perceber que por meio da afetividade ele influencia diretamente na aprendizagem significativa do aluno, já que o aluno por sua vez é afetado diretamente pela forma com a qual este professor se porta em sala de aula, suas emoções sentimentos valores desejos e até mesmo em um simples modo de falar já contam como diferença no futuro deste aluno. Assim, o poder da afetividade é uma ferramenta importante de repercussão fundamental para o êxito ou total fracasso do aluno bem como do professor. Simka e

Meneghetti (2010, p. 108) [...] não há como criar receitas. Professores não são iguais e, certamente, não possuem igual teor de comprometimento. No entanto, um ponto que deve ser comum é a percepção de que não existe educação eficaz que não se paute na dimensão relacional afetiva.

Pode-se constatar que a aprendizagem do aluno é de obrigação do professor, que deve levar em conta alguns fatores importantes para que a aprendizagem ocorra de forma satisfatória, criando o desejo de aprender do aluno, sua capacidade intelectual, seus conhecimentos e possibilidades de transmitir conteúdos, por parte do educador; apoio dos pais nas atividades extraclasse e outros.

As habilidades sociais e cognitivas, não são trabalhadas, mesmo em ambiente escolar, sem trabalhar a emoção. Deve-se considerar que as emoções e os sentimentos que compõem o homem são formados de um aspecto de extrema importância na vida psíquica do indivíduo, visto que o conjunto de emoções e sentimentos estão presentes em todas as manifestações de nossa vida.

Existe uma qualidade afetiva entre professor e aluno determinantes para o processo de ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento do aluno. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O pleno desenvolvimento depende tanto de cuidados relacionais, que permeiam as relações afetivas como dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, e também a qualidade da alimentação e os cuidados com a saúde, quanto da maneira como esses cuidados são ofertados e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. Assim, a satisfação das necessidades afetiva das crianças são bases essenciais para o desenvolvimento infantil.

Para educar, é necessário que o professor construa situações significativas de aprendizagem, se quiser conquistar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e sócio afetivas, mas e, sobretudo, fundamental que a formação da criança seja vista como um ato incompleto, sempre sujeito a novas inserções, a novos recuos, a novas tentativas.

A afetividade e a inteligência se estruturam nas ações dos indivíduos. E o afeto pode ser entendido como energia necessária para que a estrutura cognitiva possa operar. Tanto a inteligência como a afetividade são mecanismos de adaptação permitindo ao indivíduo construir noções sobre os objetos, as pessoas e situações diversas, conferindo-lhes atributos,

qualidades e valores. Assim, contribuem para a construção do próprio sujeito, sua identidade e sua visão de mundo.

É a partir da aprendizagem que a maneira de atuar no mundo se modifica. A aprendizagem não é só conteúdo disciplinar, mas o conhecimento e desenvolvimento ligados à conduta da vida. Por isso, a importância de ressaltar a afetividade para o desenvolvimento humano.

Portanto, o aprendizado deste trabalho foi importante acrescentou bastante em conhecimento. É preciso uma visão mais crítica acerca da afetividade, que a importância do tema para a educação está no fato de contribuir para o desenvolvimento da moral e da autonomia e de deixar crianças felizes e estimuladas a aprender para a vida com a educação.

Referências

ALMEIDA, A. R. S. **A emoção na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1999.

CARMO, E. **Aprendizagem e Desenvolvimento na Perspectiva Interacionista de Piaget, Vygotsky e Wallon**. UFSM 2010.

GALLDAND, F. B. **A autoridade do professor e o prestígio de sua profissão.** Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

GALVÃO, I. **Henri Wallon uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva. 1995.

LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K.de; DANTAS, H. de L. **Piaget, Vygotsky, Wallon:** teorias psicogenéticas em discussão. 9. ed. São Paulo: Summus, 1992.

NASCIMENTO, L.; PRATTI, R.. **Pedagogia da afetividade no processo de ensino aprendizagem.** Monografia. Escola de Ensino Superior Anísio Teixeira. Serra, 2011.

SIMKA, S.; MENEGHETTI, Í. (orgs). **A relação entre professor e aluno**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A PRÁTICA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

Ediane Brum[1]
Simone Krahl[2]

Eixo Temático: Formação de Professores e Currículo
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) tem-se destacado pela sua marcante incidência nas escolas, porém ainda pouco conhecido pelos professores e pela sociedade, tendo como características três tipos de sintomas; desatenção, hiperatividade e impulsividade, sendo considerada uma das causas do fracasso escolar nas crianças. Nesse sentido, a presente pesquisa, tem por objetivo caracterizar o TDAH, evidenciar sua incidência e repercussão na vida das crianças acometidas desse transtorno, bem como seu impacto na família e na sociedade. Por isso busca-se compreender os aspectos relacionados à formação do professor e salientar a necessidade de entender a criança hiperativa dentro do seu contexto escolar, sendo que ainda impera a falta de conhecimento sobre o transtorno. A partir daí torna-se importante que a escola disponibilize para os professores um programa de formação continuada para que seja possível intervir sobre esse aluno de forma significativa, realizando assim um trabalho pedagógico adequado e prazeroso, tornando assim suas aulas mais dinâmicas e criativas, prendendo a atenção dos alunos e ocorrendo uma aprendizagem mais eficaz.

Palavras-chave: Formação de professores. Práticas pedagógicas. TDAH.

Introdução

O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neuropsicológico que acomete as crianças mais frequentemente na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental e que, geralmente acompanha a pessoa por toda a

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia URI – Câmpus de Erechim. E-mail: diego.edipresser@hotmail.com
[2] Professora do Departamento de Ciências Humanas URI – Câmpus de Erechim. E-mail: simonek@uricer.edu.br

vida. O TDAH caracteriza-se pela combinação de três sintomas básicos, sendo eles, desatenção, hiperatividade e impulsividade.

Sabe-se que hoje o TDAH causa sérios impactos na sociedade pelo seu alto custo na avaliação e tratamento, pelo estresse desencadeado nos doentes, familiares e escolas, pelas dificuldades acadêmicas recorrentes como problemas de comportamento, aprendizagem e pela repercussão negativa na autoimagem e autoestima das crianças e adolescentes que apresentam o transtorno.

De acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção a prevalência do TDAH gira em torno de 3 a 5% da população infantil do Brasil e de vários países do mundo onde o transtorno já foi pesquisado. Nos adultos estima-se prevalência em aproximadamente 4%. Segundo o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5ª Ed. 2014), levantamentos populacionais sugerem que o TDAH ocorre na maioria das culturas em cerca de 5% das crianças e 2,5% dos adultos.

Ainda de acordo com o DSM-5 o TDAH é mais frequente no sexo masculino do que no feminino na população geral, na proporção de 2:1 em crianças e de 1,6: 1 em adultos, com maiores chances de pessoas do sexo feminino se apresentarem primariamente com características de desatenção em comparação com as do sexo masculino.

Diante do exposto acredita-se na necessidade de conhecer esse transtorno e de investigar de que forma os professores da educação infantil estão sendo preparados para atender essa demanda significativa de crianças que apresentam TDAH e quais as experiências pedagógicas que vem sendo realizadas no intuito de oferecer um espaço de ensino aprendizagem adaptado as suas necessidades.

Nesse sentido a presente pesquisa apresenta os principais estudos realizados nessa área, a partir de publicações cientificas realizada no Brasil.

Caracterização do aluno com TDAH

Reconhecendo-se a importância do mecanismo que garante a atenção é fácil imaginar as dificuldades que podem ser observadas nos indivíduos nos quais estes mecanismos não funcionam adequadamente. Para estes indivíduos, crianças ou adultos, o mundo é um lugar povoado por estímulos, que querendo ou não eles têm que responder. Pode-se dizer que estes

indivíduos estão à mercê dos estímulos ambientais e por assim dizer, são como que forçados a tomar consciência de tudo ao mesmo tempo (SCHWARTZMAN, 2001).

Para Bolfer (2009), o TDAH é um problema de saúde mental bastante frequente em crianças de todo o mundo, caracterizando-se pela presença de três grupos de sintomas: desatenção, hiperatividade e impulsividade. Os indivíduos portadores desse transtorno podem apresentar além desses déficits atencionais prejuízos claros no seu funcionamento do aprendizado escolar e no desenvolvimento social e emocional.

Para Antoniolli (2010), falar em diversidade é não esquecer que se vive num mundo diverso e que ninguém é igual a ninguém, portanto é relevante questionar como são tratadas as diferenças no interior das escolas, pois sabe-se que a educação escolar tem um papel importante na formação do individuo para viver na diversidade social, possibilitando assim, as crianças portadoras de TDAH oportunidades para demonstrar suas capacidades.

Seno (2010), caracterizou esses três grupos de sintomas; tipo desatento – não enxerga detalhes, comete erros por falta de cuidado, apresenta dificuldade em manter a atenção, tem dificuldade em seguir instruções, distrai-se com facilidade e esquece atividades diárias; tipo hiperativo/impulsivo – inquietação, dificuldade em permanecer sentado, dificuldade em realizar atividades que exijam silêncio, fala excessivamente, responde perguntas antes delas serem formuladas, interrompem assuntos que estão sendo discutidos e se intrometem nas conversas; tipo combinado – quando apresenta os dois conjuntos de critérios desatento e hiperativo/impulsivo.

Também de acordo com Seno (2010) o TDAH se destaca pela presença de um desempenho inapropriado nos mecanismos que regulam a atenção, reflexibilidade e atividade motora. Seu início é precoce, sua evolução tende a ser crônica, sem repercussões significativas do sujeito. Conforme Carvalho et al. (2012) os portadores do TDAH na infância podem continuar apresentando o transtorno na adolescência e na idade adulta, e o sono também pode ser prejudicado em função da presença da síndrome.

Para Michels (2011), o TDAH é muito mais frequente do que se imagina e já existem estudos suficientes e confirmados que em grande número de casos persiste durante toda a vida. É possível imaginar o grande impacto negativo desses sintomas nas diversas áreas da vida da pessoa. O TDAH não é apenas um problema comportamental e nem somente das crianças ou dos pais. As pessoas com TDAH têm dificuldades em fazer tarefas que exigem habilidades para resolução de problemas e organização, que algumas vezes acabam

determinando o comportamento do aprendizado exigindo da família e escola um trabalho paralelo para um melhor desenvolvimento desse sujeito.

O já citado Michels (2011), disse que o TDAH ainda pode vir acompanhando de comorbidades que dificultam ainda mais a vida da pessoa com esse transtorno, e sem o auxílio da família e da escola muitas vezes o TDAH pode ser determinante para uma formação profissional aquém do esperado, para prejuízos permanentes na autoestima e para relacionamentos sociais frágeis e com grande número de frustrações.

Por isso para Assis (2014), o diagnóstico do TDAH deve ser feito com muita precisão, considerando todos os sintomas que apresenta uma criança portadora desse transtorno (impulsividade, falta de controle da conduta e da vontade, hiperatividade, falta de concentração, agitação), sendo que esses sintomas devem ocorrer em todos os ambientes em que a criança convive, ou seja, na escola, em casa, parques, festas, igrejas, entre outros.

Assis (2014), constatou ainda, que se os sintomas do TDAH persistir em um longo prazo de tempo, de no mínimo seis meses de acompanhamento, faz-se necessário uma investigação profunda que evite possibilidade de erros para que assim no futuro a criança não apresente sequelas em seu desenvolvimento e aprendizagem devido a diagnósticos incorretos, sequelas estas que podem ocorrer devido a formas de tratamento erradas utilizadas para trabalhar com crianças portadoras do TDAH. O autor destacou também que por isso, medicamentos estimulantes devem ser evitados, mas se realmente forem precisos devem ser prescritos de maneira responsável e com crianças que realmente seja confirmada a presença deste transtorno considerado inato, orgânico, que impede suas práticas, deixando o aluno incapaz de desenvolver suas capacidades neuropsíquicas, não conseguindo aprender e tendo assim um fracasso escolar.

Seguindo nessa ideia Dantas (2009), destacou que a criança com TDAH na maioria das vezes é vista com uma grande força negativa na sala de aula, por isso é fundamental esclarecer que como os sintomas do TDAH apresentam-se mais visivelmente na escola e os professores ao perceber essa problemática devem preocupar-se em encontrar formas apropriadas para o desenvolvimento de suas crianças. Valores como solidariedade, direitos iguais e atitudes politicamente corretas tornam-se indispensáveis, mas às vezes não são muito suficientes para a implantação da inclusão, que no contexto do transtorno requer muito mais integração, pois a pessoa que sofre de exclusão possui uma autoimagem desarticulada e uma

autoestima baixa, e acaba assim desorganizando-se externamente por estar desestruturada internamente.

O aluno que se sente excluído necessita ser visto de acordo com suas possibilidades, precisando de uma equipe estruturada para ajudá-lo no desenvolvimento das questões cognitivas e também socioafetivas, precisando que o professor o aceite como seu aluno e não o rotule por suas dificuldades, pois a criança com TDAH tem dificuldade de interação e não consegue estabelecer sua autonomia no processo de aprendizagem, apresentando uma discrepância entre corpo, pensamento e emoção (DANTAS, 2009).

Para Ribeiro et al. (2013), as crianças em idade escolar são as mais prejudicadas pela discriminação dos colegas que o rotulam e os excluem das atividades por não gostarem das atitudes demostradas pelo portador de TDAH, que é estigmatizado e sofre preconceito que se comportam aquém do que é exigido pelas normas sociais por desenvolveram um comportamento mais peculiar, o qual a hiperatividade, a impulsividade e o déficit de atenção imperam, e assim como consequência desse comportamento são vitimizados pela família e pela sociedade, que consciente ou inconscientemente julga o comportamento inadequado da criança.

Ainda para Ribeiro et al. (2013), diante de toda essa problemática causada pelo TDAH, há necessidade de informar a população sobre o que é este transtorno e a importância de um tratamento correto, pois o uso indevido de qualquer medicamento pode levar a prejuízos muito sérios no desenvolvimento normal desta criança. Abordagens psicoterapêuticas especificas podem ser desenvolvidas neste tipo de transtorno, contando com aplicação de técnicas que auxiliem no desenvolvimento social, escolar e pessoal desta criança, respeitando os seus limites e procurando a melhor forma de atendê-lo. Desta forma, o tratamento para o TDAH poderá ser desenvolvido tanto ao principal paciente quanto a família, as quais sofrem angústias e frustrações, já que a estrutura de vida é alterada devido ao comportamento inadequado do portador deste transtorno.

Baseado nesta ideia Souza et al. (2013), constataram a necessidade de que as pessoas que convivem com crianças que apresentam tais sintomas consigam diferenciar desobediência e inabilidade, assim estão aptos a distinguir quando a criança está sendo desobediente e rebelde, ou quando, não está conseguindo controlar seus impulsos, necessitando de cuidados diferenciados ou até mesmo de terapia e/ou tratamento medicamentoso. Não é fácil trabalhar com crianças portadoras do TDAH, isso exige tempo, conhecimento, formação, paciência

muita dedicação e persistência, mas com a ajuda dos pais e o empenho da escola para o bem estar da criança é possível melhorar a qualidade de vida e "carimbar o passaporte" para uma vida mais feliz e menos impactada pelo distúrbio.

Formação dos professores e exigências pessoais e profissionais para atuar com alunos diagnosticados com TDAH

Um dos maiores agravantes para as dificuldades encontradas pelos educadores em trabalhar com crianças com TDAH está relacionada à falta de conhecimento dos mesmos sobre o assunto. Um estudo realizado por Matos et al. (2013), sobre percepções e práticas pedagógicas de professores em uma rede municipal, aponta para o fato de que os entrevistados apresentavam uma noção muito superficial sobre o transtorno e que tais conhecimentos não são significativos diante das situações problemas que se apresentavam no seu dia a dia. Outro resultado desse estudo foi à ausência de orientações específicas que auxiliasse esses professores na própria escola onde trabalhavam, sugerindo que embora, a Lei das Diretrizes de Bases da Educação, que determina a inclusão esteja sendo aplicada, as instituições de ensino não estão ajustadas nos seus currículos à inclusão de alunos com necessidades especiais, tornando o problema ainda maior e , segundo o autor, fazendo como vítima professores e alunos.

Lima (2011), também destacou que apesar da alta prevalência do TDAH, sobretudo no âmbito escolar, são patentes a desinformação e o desinteresse de muitos envolvidos pelo assunto. Dessa forma, segundo o autor, muitos professores podem cometer o erro de confundir essa condição patológica com falta de limites e algumas vezes ao contrário. Portanto, Lima ressaltou que o controle eficaz deste transtorno requer estudo e compreensão dele. Esta compreensão inclui a distinção daquilo que no comportamento hiperativo resulta da falta de capacidade de autocontrole, ou seja, o que de fato se refere ao transtorno e o que é oriundo da desobediência, no caso, a falta de imposição e cumprimento dos limites estabelecidos.

Nesse sentido, Silva (2012) destacou que as crianças com TDAH estarão sujeitas ao fracasso escolar, às dificuldades emocionais e um desempenho negativo como adulto se comparadas aos colegas que não apresentam tal transtorno, se não houver um diagnóstico precoce. Portanto, como salienta esse autor, é fundamental para os profissionais da educação

uma formação aprofundada sobre o tema de modo a perceber e encaminhar com brevidade e objetividade as crianças com suspeita de TDAH, para que assim possam, com o mínimo de sequelas possíveis, desenvolver suas habilidades para que os resultados sejam cada vez mais favoráveis na busca pelo desenvolvimento cognitivo. Portanto, fica evidente a necessidade de investimento na formação continuada dos professores uma vez que o trabalho com TDAH demanda entendimento, compreensão e reflexão para que seja possível intervir de forma significativa (LIMA, 2011).

Para tanto Serafim (2011), afirmou que o professor necessita que pais e escola estejam ao seu lado para auxiliar o aluno com TDAH e que, por conseguinte, seria importante haver palestras para pais e professores nas escolas, num movimento dialético que proporcionaria o debate e conhecimento em prol de uma educação mais inclusiva. O autor aponta para a necessidade da formação continuada, seja ela, proposta pela rede pública de ensino ou particular. Ficando o professor com o compromisso de conhecer para intervir, melhorando a relação de aluno/professor e, aluno/aluno e aluno/escola.

Ainda Serafim (2011), destacou que as escolas de hoje estão se adaptando as demandas da sociedade, não tratando mais sujeitos diferentes com indiferença, mas tentando de fato incluir esses alunos, que por vezes parecem estar com defasagem muito grande e com alto grau de repetência. Conclui ainda a urgência de um estabelecimento de programas de capacitação e educação continuada para professores da área da educação, assim como um efetivo programa de informação aos pais e escola, tentando assim garantir um diagnóstico precoce e correto, acrescido de um tratamento bem sucedido aos portadores de TDAH.

Pode-se assim, destacar que o professor desempenha um papel fundamental no diagnóstico e, também, no processo de aprendizagem do aluno, pois quando o professor sabe fazer distinção entre problemas comportamentais e de indisciplina e o transtorno, ele consegue fazer com que o mesmo aprenda de forma mais tranquila, contribuindo deste modo para o seu desenvolvimento. Considerando que o professor juntamente com a equipe pedagógica deve desenvolver um trabalho mediador, que seja voltado para a observação e avaliação dos alunos com transtorno, conseguindo assim por meio deste trabalho conhecer um pouco mais esse aluno e como está acontecendo sua aprendizagem, quais suas dificuldades e as necessidades especificas que precisam, visando tornar mais dinâmicas suas aulas (RICHTER et al. 2011).

Práticas pedagógicas e o TDAH

Para Naves et al. (2012), aprender é tecer possibilidades de transformação de si mesmo e do que está ao seu redor. Sendo importante saber encontrar soluções para diversas questões, mas isso não acontece, não cabe e nem se esgota nas salas de aula, acontece no mundo em conjunto com a escola e a família. Os alunos precisam de tempo para assimilar e conscientizar um conteúdo e assim aprender, pois tanto que aprendem melhor e com mais eficácia quando se concentram por completo e, sobretudo quando tem materiais didáticos e humanos necessários para que o aprender se concretize. Segundo os autores é na infância onde tudo acontece, todas as bases são lançadas e o incentivo começa, onde tudo será aprendizado, tomando forma e importância buscando sempre respostas para o novo. A educação através da formação deve sempre dar aos alunos os estímulos intelectuais necessários para desenvolvê-los e capacitá-los.

Desta forma, Silva et al. (2010), acreditam que todos os alunos com TDAH têm direito a educação sendo dada de forma a oportunizar o maior nível de conhecimento possível. Trata-se de uma tarefa difícil, pois conciliar comportamento do aluno com TDAH com uma prática que o envolva requer certo investimento do professor. Assim percebe-se que o aluno com esse transtorno poderá necessitar de diferentes estratégias pedagógicas que lhe possibilitem acesso a um conhecimento mais significativo, sendo necessário que essas ferramentas auxiliares sejam utilizadas não apenas como medidas didáticas, mas de forma educativa para um bom desempenho pedagógico e social do aluno.

Tendo em vista uma proposta pedagógica que possa facilitar a aprendizagem de alunos com TDAH no âmbito escolar, é de extrema importância que professores e atuantes façam o exercício de enxergar os seus alunos, pensando nas suas vontades, particularidades e necessidades. Assim criando iniciativas de buscar formação e informação sobre os diferentes alunos que convivem em salas de aula, enriquecendo o trabalho do professor, que por sua vez, possibilita que melhor aceitem a diversidade de seus alunos, tornando a ideia de uma escola para todos cada vez mais perto de deixar de ser uma utopia (OLIVEIRA, 2012).

O próprio Oliveira (2012), recorda ainda que na busca por ações pedagógicas adequadas, no que se refere a desenvolvimento e aprendizagem de alunos com TDAH não é tarefa fácil, porém se faz indispensável quando se escolhe ser professor. A diversidade de alunos merece também uma diversidade de professores que busquem traçar novas estratégias

e meios de proporcionar um melhor aprendizado para seus alunos, recebendo-os de braços abertos para que aprendam um com o outro como ensinar um pouquinho de si, respeitando os espaços, o tempo de aprendizagem e as diferentes formas de ser aluno.

Nesse mesmo âmbito, segundo pesquisas realizadas por Silva et al. (2014), foi possível perceber que a aprendizagem acontece através da interação com os meios presentes, professor/professor, aluno/aluno e professor/aluno com motivação e incentivo, mas com respeito a privacidade e o tempo de cada um, procurando assim utilizar a metodologia mais adequada para cada aluno, fazendo-se assim necessário que cada professor esteja sempre revisando as obras especializadas sobre o tema, fortalecendo ainda mais a prática em sala de aula e o processo de aprendizagem do aluno.

Assim Silva et al. (2010), ressaltou para a importância de um professor que desfruta de sua criatividade, tendo deste modo, uma variedade de alternativas em suas aulas, e avaliando qual delas comtempla melhor as necessidades de seus alunos, precisando ser flexível para adequar-se ao estilo de aprendizagem e as necessidades do aluno com TDAH, sempre o estimulando e o motivando.

Segundo Ronchi (2010), entender a criança hiperativa dentro do contexto escolar, a importância dos professores adotarem metodologias verdadeiramente significativas para esses alunos, e acreditar nas possibilidades dentro do espaço escolar, é o primeiro passo para compreender e encarar este transtorno no ambiente escolar. A confirmação do diagnostico de TDAH, por especialista, é de extrema importância, pois assim o professor poderá planejar e usar metodologias adequadas para contribuir com o processo de aprendizagem de todos e não o classificará como desinteressado, mal educado e sem limites. Deste modo o tratamento poderá ajuda-lo na atenção e inibir um pouco sua impulsividade.

Psicólogo, médico e remédios sozinhos não resolvem o problema do aluno, são coadjuvantes de um processo que juntamente com o professor, ciente do transtorno, pode buscar estratégias para incentivar o aluno com TDAH e tornar a aula dinâmica para preencher sua atenção e construir aprendizagem. Assim é indispensável compreender que o trabalho pedagógico adequado proporcionará ao aluno: aprendizagem, convívio social, respeito às regras, etc, sendo essas condições imprescindíveis ao ser humano (RONCHI, 2010).

Sabe-se que a escola hoje requisita de professores que expressem dimensões humanas, tecnológicas e politicas, e que sejam capazes de visualizar os efeitos sociais do trabalho pedagógico e dos condicionamentos que nele interferem, mas se tratando de TDAH, fica

evidente a necessidade em ter atividades que exijam coordenação de movimentos, contando direto com familiares da referida criança em processo de ensino, especialmente dar mais atenção ao aluno justamente por seguir o tratamento adequado e permitir que a criança possa superar os problemas encontrados (NAVES et al. 2012).

Nesse sentido, para Damazio (2012), as dificuldades na escola são facilmente diagnosticadas, ou seja, é identificada a sua existência, porém, não o tipo. Constata-se que a criança apresenta dificuldades no aprender, no entanto é difícil para o professor identificar o que está causando esta dificuldade, assim para que essa aprendizagem aconteça acreditar que o sujeito possa aprender é o primeiro passo, e em seguida buscar ajuda dos profissionais adequados para cada situação. Aprender exige disciplina, vontade, interesse e determinação de todas as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem. Esse autor acredita que seja importante acrescentar a participação da família, pois a aprendizagem não acontece somente na escola, a família exerce um papel importante na formação do sujeito e precisa ser parceira da escola nessa trajetória, pois o sujeito precisa encontrar na família incentivo, apoio, exemplos, e principalmente amor.

Cada realidade possui obstáculos a serem enfrentados, a realidade das escolas pode ter duas dificuldades: famílias alheias do processo de ensino e aprendizagem, e crianças sem incentivo para aprender, muitas vezes, sofrendo caladas por não aprender. Percebe-se que os portadores de TDAH exigem do professor maior disponibilidade, paciência e acima de tudo muito amor, pois em cada sala de aula com crianças diferentes, com suas especificidades, não e fácil. Mas se aprender não é fácil acredita-se que ensinar também não é, por isso o professor precisa estar atento para receber ajuda de outros profissionais, só assim conseguirá fazer um trabalho pedagógico pautado na interdisciplinaridade, com competência e comprometimento (DAMAZIO, 2012).

Segundo Lima et al. (2013), apesar de ser muito comentado e divulgado o TDAH possui muitos pontos que precisam ser investigados, para assim poder levantar possibilidades reais de intervenções para esta criança que precisa viver em família e em sociedade e ter processos educativos adequados. Para tanto, necessita do aporte de pessoas habilitadas a entenderem suas necessidades e dificuldades para então, de acordo com a individualidade, criar estratégias para que esta criança que já sofre com as discriminações, não sofra também com a falta de uma aprendizagem significativa. A escola dentro de uma visão histórica e sociológica é uma instituição criada para reproduzir e garantir as relações de produção, e com

o passar dos anos sofreu mudanças significativas, porém insuficientes para atender a diversidade social, cultural e humana.

Diante de uma prática pedagógica qualificada que exija um trabalho em equipe, a atuação do psicopedagogo constitui-se como um profissional de extrema importância no processo de ensino e aprendizagem, sendo como um grande colaborador atuando junto com a escola, professores e família. O papel do psicopedagogo serve justamente para que haja uma compreensão melhor a respeito do assunto aprendizagem e TDAH, o trabalho desse profissional deve ser feito de maneira a englobar todos os aspectos que envolvem a criança com TDAH. O mesmo comprometido com sua práxis proporcionará um ambiente favorável à criança no processo de aprendizagem, orientando o professor, a equipe pedagógica, assim como dando suporte educativo esclarecendo sobre o transtorno a todos que se relacionam com a criança, afim de que estes a respeitem nas suas diferenças e a vejam como inteligente, participativa e sensível a tal ponto de sentir e absorver todo o preconceito que a ela é imposta, e que cabe a todos a sua volta percebê-la em sua dificuldade, evitando dessa forma que a sociedade a olhe com preconceito e a discrimine (DAMAZIO, 2012, LIMA et al. 2013)

Segundo Silva et al. (2014), um importante aliado para a efetivação da aprendizagem dos alunos com TDAH é o trabalho em conjunto do professor de sala de aula com o da sala de recurso, pois assim, podem criar estratégias que facilitem e deem possibilidades de conhecer e compreender como conseguir reter a atenção da criança, oportunizando-a o mesmo grau de aproveitamento e aprendizado desfrutado pelos demais alunos. Outro aspecto considerado como importante pelos autores é o estimulo e a motivação do professor para com o aluno durante o fazer das atividades, conseguindo assim ser incluso de maneira agradável e positiva, ao mesmo tempo conseguindo conquistá-lo deixando o aprendizado prazeroso e significante.

Há, no entanto mais estudos que comprovam a importância de outro profissional da área da educação, o professor de educação física, pois crianças com TDAH têm um perfil motor abaixo do desejável e um equilíbrio estático com alterações, por isso, trabalhando estas características motoras pode-se melhorar não somente a parte psicomotora desse aluno, como também a sua aprendizagem de uma forma global (BARRETO et al. 2011).

O próprio Naves et al. (2012), recorda ainda que, a pratica pedagógica não pode ficar limitada ao quadro, ao giz e ao livro de tarefas rotineiras se tornando necessariamente o comprometimento com um projeto de sociedade voltado intensamente para maiores esforços nas atividades que visam lidar com crianças hiperativas, e sobretudo, impor soluções aos

problemas enfrentados através de um eficiente tratamento. O que importa é transmitir o conhecimento, realizando assim sua principal atribuição, para isso não se pode deixar de falar em seu papel de tratar de forma igual todos os seus alunos. As condições que favorecem para essa assimilação é que no primeiro momento o local que é procurado envolve diferentes maneiras em despertar a atenção de uma criança hiperativa, ocorrendo de forma notável à sabedoria.

Segundo Naves et al. (2012), é importante fazer os alunos escolherem e arcarem com as responsabilidades de suas decisões e isso também se aprende na escola, formando-os cidadãos independentes. Construir o conhecimento na escola é dar chance a evoluir e a se atualizar na vida adulta e prepara o aluno através da ação para um mundo mais aberto, entendendo as diferenças, capacidades e habilidades diferentes em cada ser, facilitando a comunicação e o trabalho em equipe sem fazer tais diferenças.

O professor deve ter em mente a essência da transformação, transformar a aprendizagem para uma melhor aquisição de seus conhecimentos e para o conhecimento de seus alunos (NAVES et al. 2012).

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como finalidade caracterizar o TDAH, evidenciar sua incidência e repercussão na vida das crianças acometidas, bem como seu impacto na família e na sociedade.

Buscou também compreender aspectos relacionados à formação dos professores que atendem a essa demanda, salientando a necessidade de entender a criança hiperativa dentro do seu contexto escolar e demonstrar a importância dos professores adotarem metodologias adequadas e significativas para esses alunos.

Por meio dessa pesquisa, foi possível perceber que ainda impera a falta de conhecimento sobre o transtorno, tanto por parte dos professores, quanto da sociedade, que na maioria das vezes ainda tendem a rotular crianças ao invés de compreendê-las. Deste modo, compreende-se a importância de que a escola disponibilize para os professores um programa de formação continuada, para um melhor aperfeiçoamento em relação ao transtorno, pois o trabalho com TDAH requer entendimento, compreensão e reflexão, para que seja possível intervir sobre esse aluno de forma significativa.

Porém, para que isso aconteça é necessário que a escola trabalhe em conjunto com os pais, trazendo para o conhecimento deles o que é esse transtorno e quais são as melhores formas de intervir, formando assim uma equipe pedagógica, onde escola, pais e professores possam trabalhar em conjunto, visando uma educação de qualidade e inclusiva para esses alunos.

Por isso, a presente pesquisa buscou destacar que o papel do professor torna-se de extrema importância para o desenvolvimento desse aluno, onde o professor deve buscar desenvolver um trabalho pedagógico adequado, a fim de proporcionar aos alunos aprendizagem, respeito às regras, convívio social, etc, tornando suas aulas mais dinâmicas e criativas, conseguindo assim prender a atenção dos alunos e, consequentemente ocorrendo uma aprendizagem mais eficaz.

Assim, leva-se em consideração que a relação professor-aluno é indispensável para que ocorra um desenvolvimento significativo, onde o professor tem o papel de conhecer o seu aluno e buscar entender a sua realidade, para assim trabalhar da melhor forma possível com esse aluno, onde juntos podem explorar e desenvolver o conhecimento que possuem.

Essa pesquisa não tem a pretensão de estabelecer ou ditar a forma de trabalhar com esses alunos, mas tem a finalidade de contribuir e aprimorar o trabalho pedagógico, evitando que esse transtorno venha cada vez mais a influenciar o processo de ensino aprendizagem do aluno, bem como dos colegas de classe.

Referências

ANTONIOLLI, C. **Projeto político pedagógico**: criança hiperativa. Rei, Sertão, RS. v. 5, n. 10, jan./jun. 2010.

ASSIS, F. C. **TDAH no espaço escolar: atendimento de alunos por meio da mediação dos professores.** 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Pedagogia, UEM, Maringá, 2014.

BARRETO, M. A. M. MOREIRA, S. C. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e a educação física.** Cadernos Unifoa, Barra Mansa, RJ, 15. ed, abril, 2011.

BOLFER, C. P. M. **Avaliação neuropsicológica das funções executivas e da atenção em crianças com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina, USP, São Paulo, 2009.

CORDIOLI, A. V. (Coord.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** 5. ed. Porto Alegre, Artmed, 2014. 948 p.

DAMAZIO, R. **A percepção dos professores sobre a contribuição do psicopedagogo no processo ensino-aprendizagem da criança com TDAH.** 2012. Monografia (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional) – Curso de Espacialização em Psicopedagogia Clinica e Institucional, UNIBAVE, Orleans, SC, 2012.

DANTAS, P. A. **Inclusão de crianças com transtorno de déficit de atenção na escola: propostas de intervenção pedagógica.** Saberes, Natal, RN. v. 2, n. 3, dez. 2009.

LIMA, F. A. O. **Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade: entendendo melhor a criança com TDAH no contexto da escola pública.** 2011. Monografia (Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, UAB, Brasília, DF, 2011.

LIMA, U. T. CAVALCANTE, V. M. S. Crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH: entendendo-as para a construção de um novo caminho em sua aprendizagem. **Revista Travessias,** Alagoas, AL, v. 7, n. 1. 2013.

MATOS, V. L. MARINHO, V. L. **Percepção e práticas pedagógicas de professores da rede municipal de ensino de Gurupi – TO frente ao transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.** Cereus, Gurupi, TO, v. 5, n. 10, maio/ago. 2013.

MICHELS, J. B. G. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.** 2011. Monografia (Especialização em Saúde Mental) – Faculdade em Saúde Mental, UNESC, Criciúma, SC, 2011.

NAVES, E. C. V. CASTRO, E. M. **A hiperatividade no contexto escolar**. Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo, MG, v. 10, n. 13. 2012.

OLIVEIRA, D. L. **Ele é bem esperto, só que ele não para quieto! Uma análise das ações pedagógicas de professoras que trabalham com alunos diagnosticados com TDAH.** 2012. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Pedagogia, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2012.

RIBEIRO, M. M. PARISI, C. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): prejuízos psicossociais às crianças em fase escolar.** 2013, Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Faculdades Cathedral de Ensino Superior, Boa Vista, RR, 2013.

RICHTER, M. YAEGASHI, S. F. R. **O transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) e suas repercussões sobre aprendizagens.** 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Pedagogia, UEM, Manaus, AM, 2011.

RONCHI, M. **O trabalho do professor nos anos iniciais diante das características do aluno com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade – TDAH.** 2010. Trabalho de

conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Pedagogia, UNESC, Criciúma, SC, 2010.

SCHWARTZMAN, J. S. **Transtorno de déficit de atenção.** São Paulo: Mackenzie, 2001.

SENO, M. P. Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): o que os educadores sabem? **Revista Psicopedagogia**. São Paulo, SP, v. 27, n. 84, 2010.

SERAFIM, J. **Perfil do aluno da rede municipal de ensino de Criciúma nos anos iniciais com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH.** 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Pedagogia, UNESC, Criciúma, SC, 2011.

SILVA, C. P. **Atuação dos profissionais da educação com crianças portadoras do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.** 2012. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Pedagogia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2012.

SILVA, G. L. FREITAS, H. E. M. ANDRADE, L. S. MELO, M. F. Caracterização das práticas pedagógicas como ferramenta para o aprendizado de crianças com TDAH. **Pedagogia em Ação**. Minas Gerais, MG, v. 2, n. 2, nov. 2010.

SILVA, S. B. DIAS, M. A. D. TDAH na escola estratégias de metodologia para o professor trabalhar em sala de aula. **Revista Eventos Pedagógicos.** Sinop, MT, v. 5, n.4, nov/dez. 2014.

SOUZA, V. M. F. FRIGHETTO, A. M. SANTOS, J. C. Refletindo sobre o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade na educação infantil e séries iniciais. **Revista Nativa**. Mato Grosso, MT, v. 1, n. 2, 2013.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM JORNADA AMPLIADA NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ERECHIM/ RS DE 2010 A 2014

Carla Talgatti[1]
Idanir Ecco[2]
Silvana Teresinha Lorenzon[3]
Renata Batista de Azevedo Barbosa[4]

Eixo Temático: Formação de Professores e Currículo
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

Resumo
A pesquisa teve por objetivo caracterizar a formação continuada de professores na implementação da educação integral em jornada ampliada no sistema municipal de ensino de Erechim/ RS de 2010 a 2014. As estratégias metodológicas utilizadas foram leitura e fichamento de obras, análise de documentos, coleta de dados, análise e discussão dos resultados. O público da pesquisa foram 15 sujeitos do Sistema Municipal de Ensino de Erechim de escolas que implementaram o Programa Mais Educação e a Secretaria Municipal de Educação. A amostra foi constituída por um monitor de cada escola, o professor comunitário que coordena o Programa Mais Educação e a diretora da Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação. Os dados obtidos por meio de questionários foram submetidos à interpretação com o auxílio do método de Análise de Conteúdo que permitiu desvelar de forma dirigida, o universo de compreensão que os sujeitos têm em relação à temática investigada. Averiguou-se que a formação continuada aconteceu concomitantemente a implementação da educação integral em jornada ampliada. Esta se caracterizou como um espaço de construção permanente dos sujeitos, através da reflexão da própria prática e ressignificação, momentos de aprimoramento por meio de estudos, pesquisas e planejamento. Além disso, a mantenedora oferece e sistematiza junto com a escola tempos e espaços para que a formação continuada ocorra.

Palavras-chave: Formação Continuada. Professores. Educação Integral.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: carlatalgatti@hotmail.com.
[2] Mestre em Educação – UPF/RS Professor do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim. E-mail: idanir@uricer.edu.br
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: silvanalorenzon@yahoo.com.br.
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: renatablume@hotmail.com.

Introdução

A convergência de vários marcos legal tem apontado para o aumento da permanência do estudante na escola. Exemplo disso, aparece na a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 9.394/96 em observância ao art. 34: "A jornada escolar incluirá o mínimo de quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, ainda, no parágrafo 2°" O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino" (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo, com o Decreto Federal n° 6. 253/2007, de 13 de novembro de 2007, dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), elucida em seu art.4°: "considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias [...]" (BRASIL, 2007 b)

Vários marcos legal traçam o reconhecimento da necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar. A educação integral é uns dos grandes paradigmas educacionais contemporâneos. Nessa perspectiva é que em 2007 através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o governo Federal cria a Portaria Interministerial (BRASIL, 2007 c), e no ano de 2010, o Decreto Federal n° 7.083/2010 que institui o Programa Mais Educação (BRASIL, 2010).

Nesse horizonte, o município de Erechim/ RS está vivenciando a implementação da educação integral em jornada ampliada em seu Sistema de Ensino formando um desenho conjuntural de muitas novas relações. Sendo assim, essa pesquisa foi relevante, pois desvelou como ocorreu caracterizou a formação continuada de professores na implementação da educação integral em jornada ampliada no sistema municipal de ensino de Erechim/ RS de 2010 a 2014.

Metodologia

A pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa com enfoque exploratório. Usou-se como estratégias metodológicas leituras, fichamento de obras, análise de documentos, coleta de dados, síntese dos dados coletados, análise e discussão dos mesmos.

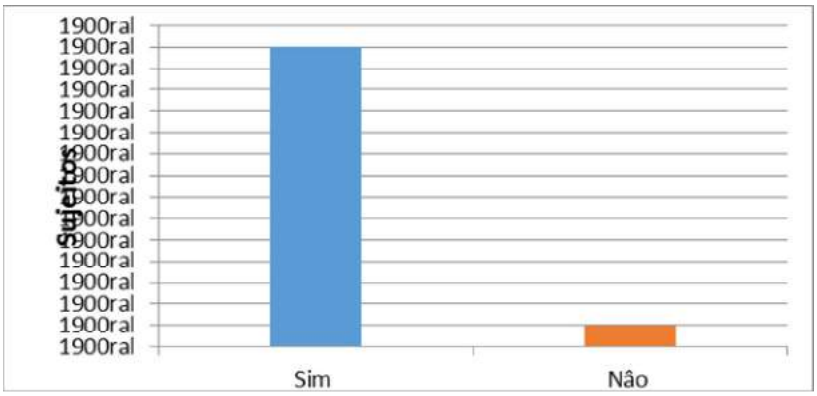
O público da pesquisa foram seis Escolas do Sistema Municipal de Ensino de Erechim-RS que implementaram o Programa Mais Educação e a Secretaria Municipal de

Educação, tendo como recorte o período de 2010 a 2014. A amostra foi composta por um monitor de cada escola, o professor comunitário que coordena o Programa Mais Educação e a diretora da Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação, totalizando 15 sujeitos.

Os dados foram coletados por aplicação de um Questionário Anônimo para os participantes da pesquisa, sendo posteriormente submetidos à interpretação com o auxílio do método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), que por sua vez permite desvelar de forma dirigida, o universo de compreensão que os sujeitos têm em relação ao que se quer investigar.

Apresentação e Discussão dos Resultados

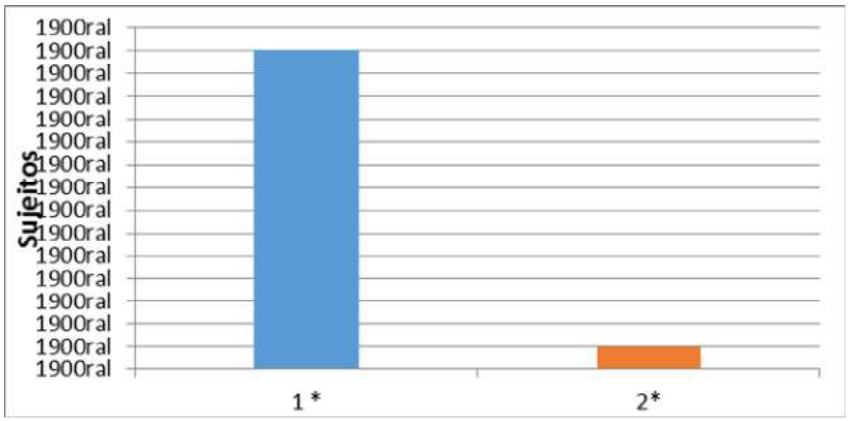
A seguir, apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa.



Fonte: Os autores (2015)
Figura 1: Formação continuada na implementação da Educação Integral em Jornada Ampliada.

Quatorze dos sujeitos está atuando desde 2010 e apenas um começou a atuar depois desse período.

Wrublewski e Lipsch (2014), destacam que para garantir que o processo educativo aconteça de forma qualificada e articulada entre os campos do conhecimento nas escolas é realizado um planejamento integrada em cada escola. A cada bimestre a Secretaria Municipal de Educação viabiliza uma parada pedagógica em todas as escolas. Também cada escola organiza um espaço mensal com os educadores do Programa Mais Educação e equipe diretiva. Espaços de formação, também, são oferecidos em parceria com a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS).



1* São práticas planejadas, sistematizadas que visam estudos teóricos e a reflexão da própria prática e do contexto que essas ocorrem.

2* São práticas planejadas e sistematizadas.

Fonte: Os autores (2015)

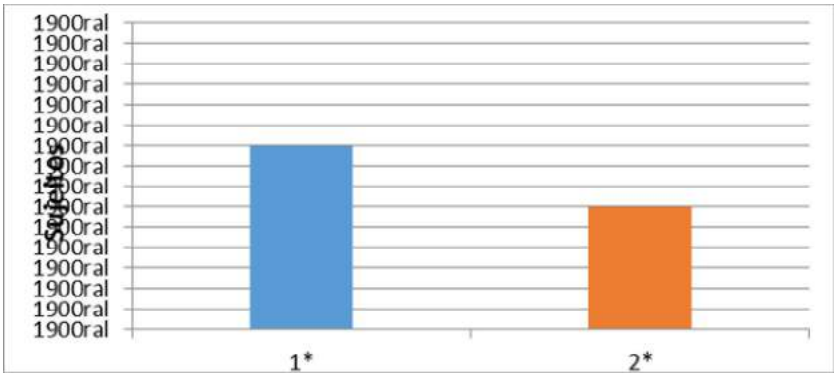
Figura 2: Ocorrência da Formação continuada na Educação Integral em Jornada Ampliada.

Quatorze sujeitos afirmaram que a formação continuada em jornada ampliada na educação integral converge para a ocorrência de práticas planejadas, sistematizadas que visam estudos teóricos e a reflexão da própria prática e do contexto que essas ocorrem. Para apenas um sujeito à formação continuada caracteriza-se por práticas planejadas e sistematizadas.

O primeiro conceito que quatorze dos sujeitos afirmou conceber como formação continuada revela uma intencionalidade de formação continuada quando coloca as práticas como planejadas e sistematizadas. Existe a ocorrência de estudos teóricos e a reflexão da própria prática e do contexto que essas ocorrem.

A ideia aqui evidenciada remete pensar uma associação entre teoria e prática e o professor que reflete sobre essa prática. Pontuando para a ação reflexiva docente como elemento inseparável da práxis do educador o que pode levar o mesmo a ressignifação de sua práxis pedagógica.

Para Benincá (2002), se o rompimento da dicotomia estabelecido no campo teoria e prática realmente acontecer é possível que ocorra uma práxis pedagógica transformadora, que assuma corpo e se efetive nas práticas, com significado, pelo viés da formação continuada.



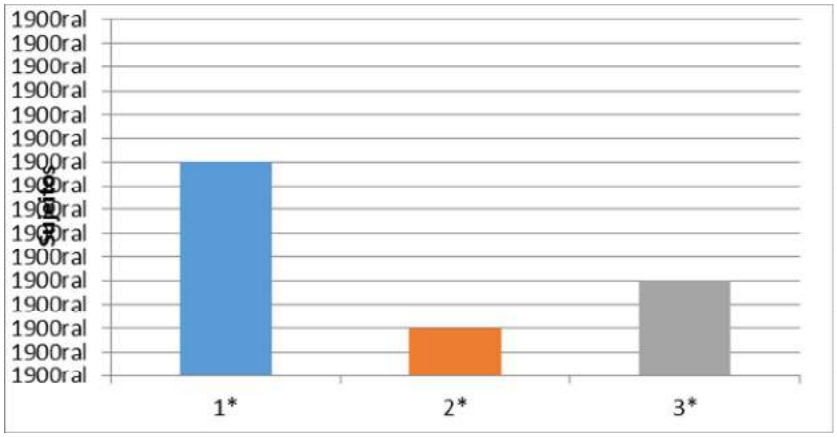
1* Espaço de ressignificar práticas pedagógicas através da ação- reflexão e estudo sistemático de literaturas que ajudam a compreender as relações e práticas pedagógicas desse contexto.
2* Momento de descobrir limitações e buscar aprimorar sua prática pedagógica através da ação-reflexão, buscando aporte teórico para elucidar e melhor compreender o que se passa.

Fonte: Os autores (2015)
Figura 3: Percepção da Formação Continuada na implementação da Educação Integral em Jornada Ampliada.

Em um universo de quinze, nove dos sujeitos percebem a formação continuada como Espaço de ressignificar práticas pedagógicas através da ação- reflexão e estudo sistemático de literaturas que ajudam a compreender as relações e práticas pedagógicas desse contexto. Seis sujeitos perceberam a formação continuada como momento de descobrir limitações e buscar aprimorar sua prática pedagógica através da ação-reflexão, buscando aporte teórico para elucidar e melhor compreender o que se passa.

Nessa proposição perceptiva dos sujeitos destaca-se a importância da práxis pedagógica como norteadora da formação continuada na educação integral em jornada ampliada. Ao encontro disso destaca-se que:

A reflexão neste sentido é um fator fundamental, pois pode permitir que os professores pensem sobre suas práticas e elenquem elementos para melhorarem sua prática docente. Isso pode ajudar a compreender muitas relações que se dão cotidianamente passando de uma curiosidade ingênua para uma curiosidade epistemológica. Sobre isso, Freire (1996, p.43) coloca que “[...] a prática docente crítica [...] envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.



1* Momentos de reflexão sobre a própria prática.

2* Momentos de planejamento

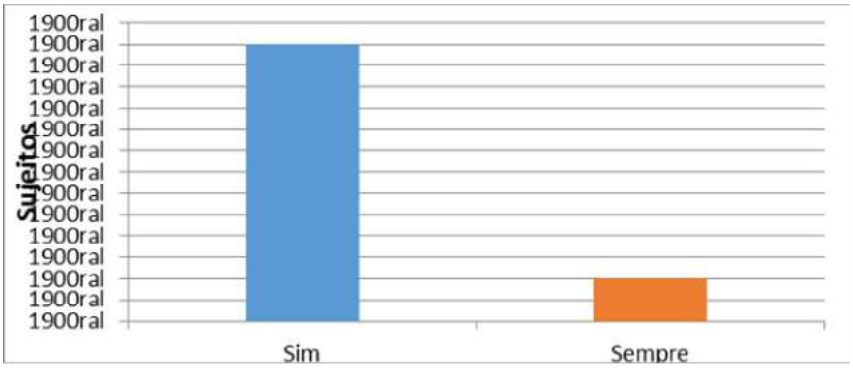
3* Momentos de estudo

Fonte: Os autores (2015)
Figura 4: Apontamentos sobre a Formação Continuada na Educação Integral em Jornada Ampliada.

Nove dos sujeitos acreditam que é fundamental na formação continuada na educação integral em jornada ampliada momentos de reflexão da própria prática. Enquanto dois acreditam que seja momentos de planejamento e quatro momentos de estudo.

A reflexão da própria prática é considerado um elemento fundamental na formação continuada na implementação da educação integral pela maioria dos sujeitos. Isso aponta perceber a prática como um espaço de reflexão crítica e problematizadora da realidade pedagógica.

Sendo assim, “Um trabalho sério e comprometido de formação continuada é aquele capaz de ajudar o professor a produzir o seu próprio conhecimento, levando em consideração o seu contexto de ação, ou seja, a escola e a sala de aula”. (FÁVERO E TONIETO, 2014, p. 57).



Fonte: Os autores (2015)
Figura 7: Oferta e sistematização da Formação Continuada pela Secretaria Municipal de Educação e Equipe Diretiva da escola.

Treze dos sujeitos afirmam sim quanto perguntados se a Secretaria Municipal de Educação com a equipe diretiva entendem necessária a formação continuada, sistematizam e oferecem tempos e espaços para que ela ocorra. Dois sujeitos afirmam que sempre isso ocorre.

Observa-se com esses dados que existe uma efetiva preocupação com os aspectos da formação continuada por parte da mantenedora, bem como por parte da equipe diretiva. É importante salientar que a formação continuada tem um espaço dentro das práticas educativas da educação integral em jornada ampliada.

Considerações Finais

A formação continuada na implementação da educação integral em jornada ampliada é uma prática que ocorre sistematicamente dentro das experiências em curso de educação integral em jornada ampliada no sistema municipal de ensino de Erechim, cumprindo os aspectos legais.

Sendo que esta é oferecida em tempos e espaços sistematizados converge para a ocorrência de práticas planejadas, sistematizadas que visam estudos teóricos e a reflexão da própria prática e do contexto que essas ocorrem. Diante dessa constatação a formação reflexiva e a percepção do contexto são elementos relevantes para entender o fazer pedagógico e indispensável para operar transformações através da ressignificação de sua prática, que se não fosse assim, era percebida como imutável.

Por fim, é possível afirmar que a formação continuada nesse contexto converge para a formação permanente do professor conjuminado pela práxis pedagógica. O alinhamento de

pensamento entre os que promovem os tempos e espaços de formação e daqueles que efetivamente participam desses tempos e espaços convergem para o mesmo sentido de compreensão do que é formação continuada.

A partir desses apontamentos, outros estudos podem ter origem para desvelar outras questões referentes à formação continuada de professores na experiência em curso no sistema municipal de ensino de Erechim/RS, considerando a dinâmica das relações educativas e a diversidades de saberes que circundam em experiências de educação integral em jornada ampliada.

Referências

BENINCÁ, E. **O senso comum pedagógico**: práxis e resistência. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002ª.
BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edição 70, LDA, 2009.

BRASIL. Decreto n. 7.083, 27 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 27 jan. 2010.

_____. Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União. Brasília**: 14 de nov. 2007 b.

_____. Portaria Normativa Interminesterial n. 17, de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 26 abr. 2007c.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

FÁVERO, A. A.; TONIETO, C. **Educar o educador:** reflexões sobre a formação docente. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WRUBLEWSKI, J. e LIPSCH, V.T. Educação integral e em tempo integral em Erechim: avanços e desafios. In:CORÁ, E. J.(Org.). **Reflexões acerca da educação em tempo integral.** Porto Alegre: Evangraf, 2014.

DESAFIOS DE SER PROFESSOR NA ATUALIDADE

Cherli Fátima Bampi[1]
IdanirEcco[2]

Eixo Temático: Formação de Professores e Currículo
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O tema abordado nesta pesquisa destaca os principais saberes necessários para ser Professor, o que pode significar também desafios na carreira profissional docente, tendo como problema de pesquisa as mudanças e transformações que decorrem de uma sociedade cada vez mais moderna e transformada que afeta dessa forma o espaço educativo e principalmente o Professor. A pesquisa tem como objetivo abordar elementos sociais caracterizantes de uma sociedade que vive em constantes modificações, influenciando desta forma a escola e em seguida o Professor, principal agente transmissor de conhecimento que por conta das mudanças enfrenta desafios em sua profissão. A metodologia da presente pesquisa consiste numa contemplação bibliográfica, fundamentada na apreciação, interpretação e discussão dos autores com fichamento em cada obra. Diante das transformações sociais, a escola na maioria das vezes não consegue acompanhar tamanhas mudanças, ocasionando problemas em diversos setores educacionais. Diante disso, o Professor que ao mesmo tempo é "refém" das mudanças socioescolares se torna também agente responsável em cumprir com as demandas da sociedade-escola. Assim, acredita-se que muitos são os saberes necessários para ser um educador e sendo assim, a profissão se transborda de desafios que o docente deve enfrentar em uma sociedade onde as mudanças sociais surgem constantemente influenciando a escola e o Professor que deve se adaptar a este contexto de mudanças.

Palavras-chave: Sociedade. Educação. Saberes Docente. Desafio.

Introdução

A quantidade e velocidade com que transformações acontecem promovem diversas mudanças na sociedade em geral. A escola juntamente com seus membros também sofrem influências de uma sociedade moderna capaz de afetar o ser humano na medida em que o mesmo mude seu modo de vida a fim de adaptar-se aos novos paradigmas encontrados.

Justifica-se a realização desta pesquisa, tendo em vista os aspectos que englobam todo

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: cherli_bampi@hotmail.com
[2] Mestre em Educação e Professor na Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: idanir@uri.com.br

âmbito educacional, o processo de ensino aprendizagem vem sofrendo impactos deteriorando a cada dia o verdadeiro papel da escola, e tornando a rotina do professor ainda mais desafiadora. Neste sentido é importante apresentar algumas mudanças que englobam a sociedade e a escola e diante disso destacar alguns desafios e saberes que o professor precisa obter hoje para conseguir uma maior realização profissional.

Os Saberes e Desafios Docentes

Pensar a sociedade na atualidade constitui-se num grande desafio, bem como possibilitar que sua compreensão seja ampliada e seus processos de transformação sejam analisados se torna importante e necessário. Repensar a sociedade é o mesmo que colocar em evidência o ser humano e seu contexto. Os resultados e ações praticadas por diferentes sujeitos representam diferentes maneiras, formas de convivência e hábitos dos grupos de seres humanos inseridos no meio social, individualmente estruturados e unicamente diferenciados entre si.

Com o passar do tempo, constantes mudanças ocorrem em nossos sistemas sociais, modificando as denominações e nomenclaturas até então difundas, as mais conhecidas são modernidade, contemporaneidade e atualidade. O nascimento da sociedade moderna bem como as transições sociais anteriores, é a prova de que pensamentos estruturam-se e se desestruturam constantemente ocasionando rupturas sistemáticas. Ou seja:

> Pode-se afirmar que a modernidade começa nos anos mil e quinhentos, com o desmonte da sociedade medieval com tudo o que aquilo representou para o homem daquele tempo. Trata-se dum olhar retrospectivo, sem emissão dum juízo de valores, mas simplesmente à luz dos conhecimentos do homem contemporâneo, para descortinar como podemos interpretar os fatos a evolução daquele período. Talvez o melhor símbolo para aquela época seja designá-la como um momento de rupturas. (ROSSATO,2006, p. 10).

Com o surgimento da chamada sociedade moderna, as escolas e, consequentemente, a educação, foram transformando-se, tentando se adequar e, na maioria das vezes, sem a velocidade necessária para acompanhar tamanha mudança. E não há como pensar a escola independente da sociedade na qual está inserido, seu momento, seus conflitos, seus avanços e seus retrocessos.

O que se presencia no Brasil, atualmente, é uma crise profunda na escola, porque os investimentos educacionais, principalmente na área de Recursos Humanos, desde uma análise profunda na formação dos mesmos, que possibilita uma habilitação com aulas não presenciais a futuros educadores e se avalia monetariamente igualmente a todos, até o despertar do gosto e do interesse do adolescente pela escola. Sim, do adolescente, porque a criança da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental demonstra interesse pela escola, porém, mais difícil se torna a partir dos anos finais do ensino fundamental: manter despertado o gosto desses adolescentes pelo aprender, pelo conhecimento. A sociedade precisa participar mais ativamente na busca de uma educação qualificada para todos. Sem a pressão da sociedade não há desenvolvimento da escola. A sociedade precisa defender a escola

Conforme afirma Paro (2001), hoje em dia, o descontentamento com o ensino, em geral, incapaz de satisfazer às exigências do mundo é uma constante. Não faltam boas teorias nem experiências educacionais, porém, para traduzi-las em práticas educativas é necessário que ocorra uma mudança em muitos fatores organizacionais para haver uma renovação geral. A educação só pode ser avaliada em sua inteireza na medida em que avalia o próprio processo, onde se supõe que o educando, não apenas adquire conhecimentos, mas constrói sua própria identidade, com apreensão de valores, comportamentos e tudo que constitui determinada cultura historicamente construída.

Ser educador na atualidade exige saber que educar é formar para a vida. É saber da responsabilidade que ele tem nas mãos e, saber também, que educar é impregnar de sentido a vida, é viver intensamente o seu tempo, com consciência e sensibilidade. Para isso é necessário competência, pois, não basta transmitir conhecimentos é necessário descobrir junto com os alunos e ajudar a construir uma sociedade onde haja lugar para todos. Ele precisa encontrar sentido na sua própria profissão que é a de transformar pessoas, construir pessoas e, alimentar a esperança delas para que consigam construir uma realidade diferente, mais humana, pois, educação sem esperança não é educação.

Ser docente requer competências, requer saberes que possibilitem novos modos de compreensão do real e de sua complexidade, numa contextualização de todos os atos e determinantes que possibilitem a compreensão de perspectivas filosóficas, históricas, sociológicas, psicológicas entre outras. Os saberes docentes são elementos constitutivos de sua prática

> Os saberes da formação profissional: conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores. O professor e o ensino constituem objetos de saber para as ciências humanas e para as ciências da educação [...] Mas a prática docente não é apenas um objeto de saber das ciências da educação, ela é também uma atividade que mobiliza diversos saberes que podem ser chamados de pedagógicos [...].
>
> - Os saberes disciplinares: são saberes que correspondem aos diversos campos do conhecimento, aos saberes de que dispõe a nossa sociedade, tais como se encontram hoje integrados nas universidades, sob a forma de disciplinas. Os saberes das disciplinas emergem da tradição cultural e dos grupos sociais produtores de saberes.
> - Os saberes curriculares: correspondem aos discursos objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados como modelo de cultura erudita e de formação a cultura erudita. Apresentam-se concretamente sob a forma de programas escolares que os professores devem aprender a aplicar.
> - Os saberes experienciais: os próprios professores, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. Esses saberes brotam da experiência individual e coletiva [...] (TARDIF, 2002, p. 36-38).

Na realidade, os saberes afirmam a profissionalidade do que é específico na ação docente, ou seja, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor, de ser educador.

Educar é antes de tudo formar para a vida e aprender implica esforço, dispêndio de energia, dedicação sistemática e atividade produtiva. Ser educador hoje, é reconhecer que a aprendizagem é uma dinâmica reconstrutiva de dentro para fora, como já afirmava Piaget: “conhecimento não se copia, se constrói”, e a aprendizagem deve partir do que já conhecemos, dos saberes disponíveis, de nossa cultura e passado.

Ser professor na atualidade é ter presente que conhecimento não é feito para ser guardado, mas para ser dissipado, sempre refeito, desconstruído e reconstruído. Educar implica influenciar fortemente; entretanto, o bom educador é aquele que sabe influenciar o aluno de tal modo que esse não se deixe influenciar, ou seja, saber pensar é convencer sem vencer.

Um educador precisa possuir algumas qualidades, tais como: compreensão da realidade com a qual trabalha, comprometimento político, competência no campo teórico de conhecimento que atua e competência técnico-profissional. Isso tudo deve existir sem que ele recue e pense em sua má remuneração

Ele precisa conscientizar seus alunos para que não executem meramente as tarefas necessárias, mas também que as apreciem, que não sejam apenas capacitados para trabalhar,

mas que amem o trabalho, que não só aprendam, mas que amem a sabedoria, que não sejam meramente puras, mas que amem a pureza, que não sejam meramente justas, mas famintas e sedentas por justiça.

A missão do educador hoje é conseguir formar alunos conscientes, críticos, produtivos, capazes, só assim a função está cumprida. Hoje a escola está perdendo seu espaço, portanto, deixando de cumprir sua função social de formar alunos competentes e críticos. Perder o sonho e a fantasia para o educador é morrer profissionalmente. Esse educador hoje, é um sujeito singular que aprende e se insere numa perspectiva ética de emancipação humana, à medida em que se automodela e se liberta, ampliando os horizontes do próprio saber frente aos desafios e às ameaças que se estabelecem nas complexidades das relações.

Educador para merecer ser tal, deve ser mágico ao fazer malabarismos com diversas situações que atingem seu dia-a-dia e sua imagem; deve ser médico para atender também crianças adoentadas pela miséria, pela falta de tempo da família etc., deve ser arquiteto para tentar construir conhecimentos que nem sabem se precisos ou adequados. Educador deve ser emoção, desafio, lição, crescimento e perseverança.

A competência de um educador na contemporaneidade é demonstrada quando ele compreende que educar é sempre uma escolha. É um trabalho político através da cultura e, na dimensão em que ela se realiza como educação, por meio da qual sujeitos críticos, criadores de sua vida social e, portanto, da dimensão política da história que partilham, aprendem contínua e criticamente a se recriarem a si mesmos enquanto partilham com outros, a produção de seus próprios mundos.

Como coloca Tardif (2002), um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outras pessoas, não é somente um agente produzido por mecanismos sociais, mas sim, é um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá. O professor é considerado o sujeito ativo de sua própria prática. O objeto de trabalho dos docentes são seres humanos e, por conseguinte, os saberes dos professores carregam as marcas do ser humano. A aquisição da sensibilidade relativa às diferenças entre os alunos constitui uma das principais características do trabalho docente.

O ideal do educador competente, hoje, seria aquele que tem consciência que, na experiência educativa, educandos e educadores, juntos, convivam de tal maneira com este como com outros saberes, até que eles virem sabedoria.

Portanto, bom educador e bom intelectual, não é aquele que possui uma teoria longamente estudada, completa e coerente, que com ela compreende a realidade e pode organizar processo de ação pedagógica libertadora, mas sim, aquele que possui comprometimento real com a luta radical, porque só ele será capaz de compreender a realidade e só então, será capaz de ensinar.

Considerações Finais

Desde os primórdios a sociedade vive situações de mudanças, onde as transformações caracterizam cada época que existiu e existe. A verdade é que a velocidade e a quantidade de ações com que acontecem os fatos, levam uma característica diferente à cada geração. Sociedade do conhecimento, da informação, da comunicação, das tecnologias, enfim, tudo justifica o meio social e esses elementos se fazem presente de forma intensa e são características que definem a época atual. As pessoas que vivem nesta geração, geralmente buscam adaptação às necessidades sociais. É notável que uma nova configuração se forma, onde a urbanização, o consumismo e a publicidade são episódios cada vez mais constantes estabelecendo cada vez mais relação com a sociedade capitalista existente.

Porém, as demandas sociais cobram da escola indivíduos que estejam preparados a atender as novas exigências sociais. No entanto, de modo geral, poucos colaboram para o melhoramento da educação, deixando-a isolada e detentora de toda a responsabilidade que à cerca, dessa forma, é impossível fazer uso e perpassar um ensino igualitário. Transformando a sociedade ainda mais desigual.

Diante de uma sociedade transformadora que afeta diretamente a escola, os professores se tornam as pessoas responsáveis em dissipar os conhecimentos necessários para a vida. Para isso devem estar repletos de saberes e conscientes de que na jornada prevalecem muitos desafios. O docente deve estar sabedor que tomar conta de uma turma perpassando conteúdo, controlar alunos, fazer avaliações não bastam, sua função agora vai muito além disso, ele vai assumir diversos papeis e muitas vezes precisar incorporar outras profissões para conseguir o que almeja. Preparação, domínio, sensibilidade, capacidade, vocação, são apenas alguns dos inúmeros adjetivos necessários para enfrentar os contínuos e progressivos desafios desta profissão, que por mais desafiadora que seja quem tem amor por ela tem futuro.

Referências

PARO, V. H. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

PIAGET, J., INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 3. Ed. São Paulo: Difel, 1994

ROSSATO, R. **As bases Sociológicas**. Santa Maria, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

A FORMAÇÃO CONTINUADA FRENTE O FAZER DOCENTE: ASPECTOS EDUCACIONAIS

Miriam A. Londero [1]
Idanir Ecco [2]

Eixo Temático: Formação de Professores e Currículo
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente artigo tem como tema principal a formação continuada frente ao fazer docente, que envolve o ato de educar todos os seres humanos para conviver em sociedade, estando presente em todos os lugares e ações, nas vivências e nas experiências de cada ser humano. O mesmo preconizou de analisar quais são as estratégias utilizadas para os cursos de formação continuada docentes. A partir de uma pesquisa bibliográfica. Para isso, partiu do levantamento de informações sobre a formação continuada. A indagação para esse estudo emergiu da inquietação da autora no âmbito educacional envolvendo alguns elementos que compõem a formação continuada docente. Identificar e caracterizar docência: algumas considerações, formação continuada: sua relevância na educação. O presente artigo buscou contribuir ao docente um momento de reflexão sobre sua prática pedagógica, seu preparo profissional, ressaltando dessa forma, a importância da realização e sua participação nos cursos de formação continuada. Os cursos de formação continuada possibilitam ao docente a obtenção de novas aprendizagens e conhecimentos específicos com o objetivo de contribuir para sua formação, tornando-os profissionais mais qualificados para conseguir fazer um elo entre a teoria aprendida e aplicar na prática, bem como, suas necessidades específicas, para atender à sociedade em que vivemos. Estes momentos de formação continuada levam os docentes a uma reflexão de sua prática.

Palavras -chave: Educação. Formação continuada. Docentes.

Introdução

Todo e qualquer ato que envolve algum tipo de relação entre seres humanos se torna um ato de educar, de aprender de conhecer e conviver. Nesse sentido a educação significa na sociedade: hábitos, valores e costumes que são repassados de uma geração para a outra. A

[1]Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: miriamlonder@hotmail.com
[2]Mestre em Educação e Professor na Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: idanir@uri.com.br

educação vai se solidificando através de experiências vivenciadas por cada indivíduo ao longo de sua trajetória de vida. Onde todo ser humano se torna um educador próprio, pela sua autonomia de fazer escolhas e decidir que caminho seguir.

> [...] todo ser humano seria educador, pode participar na humana docência. Se enraizarmos a ação educativa na condição humana, na pluralidade de tempos e espaços em que nos formamos ou tornamos humanos teremos de admitir que qualquer um pode ser educador (ARROYO, 2000, p. 68).

De certa maneira a ação educativa é um paradigma desenvolvido na sociedade, que tem por finalidade o ato de preparar os seres humanos para seu crescimento, nas suas habilidades e na condição pensante e crítica para conviver em uma sociedade justa, sendo desempenhada a escola para essa formação.

Mas segundo Brandão (1995, p. 7) "[...] ninguém escapa da educação, seja em casa, na rua, na escola, de um modo ou de muitos todos nos envolvemos pedaços de vida com ela: para aprender e ensinar".

A educação transforma todos os indivíduos em seres capazes de conviver em sociedade, em colaborar para qualquer ato de amor, solidariedade e humildade para como próximo. Dessa forma, o docente frente ao seu trabalho como profissional da educação perpassa por diferentes situações, ou seja, explicar tudo para cada um dos seus estudantes exige perseverança, dedicação e muito amor. Esses atos seguem por todas as atividades executadas pelo docente, que ao mesmo tempo em que educa, serve de exemplo para seus estudantes.

> [...] as práticas pedagógicas que desenvolvem nas pessoas habilidades resultantes mais de treinamento do que educação está sendo progressivamente descartáveis. Um processo educativo forjador de competências humanas, como princípios de práticas humanas, com dimensão cognitiva, compartilhada e afetiva, engrenada uma nova prática social da educação e nela um novo profissional (MORREIRA, 2002, p. 15).

A educação tem conquistado habilidades especificas, em espaços específicos, no âmbito de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas diferentes áreas. Quando se fala em educação a diversas concepções ao assunto, que são discutidos atualmente

é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua, cultura em sociedade (BRANDÃO, 1995).

> [...] o momento em que a educação se sujeita à pedagogia, à teoria da educação, cria situações próprias para seu exercício, produz os métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor (BRANDÃO, 1995, p. 26).

Esta relação de trocas que acontece a todos os momentos com os seres humanos, provoca na educação um caminho de libertação para o indivíduo ter autonomia e saber expressar suas ideias se tornando um cidadão com senso crítico e autonomia.

As pessoas não dependem de um professor para aprender, mas ele é sim um grande mediador de saberes. O conhecimento é construído em todos os lugares, sendo esta uma ação desenvolvida desde o próprio nascimento, mas é no espaço escolar que esses saberes/conhecimentos se difundem é onde adquirem novas possibilidades de crescimento intelectual.

Nesse sentido o presente estudo tem como objetivo analisar e discutir ideias centrais sobre a formação continuada, bem como, o fazer docente no processo educativo. Para tanto utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002, p. 32) é feita a partir do levantamento de:

> Referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Portanto, a educação, como já foi mencionada, está constantemente presente em todos os momentos, ou seja, presente na cultura dos indivíduos, reconstruindo saberes e repassando de uma geração para outra, mesmo sem ser criado um modelo formal de ensino, na espécie humana ela se instala dentro de trocas de padrões, sendo estes: culturais, sociais, políticos, sendo que o ensino formal juntamente com estes aspectos culturais frente ao ato de ensinar e aprender se sujeita a pedagogia da educação criando situações próprias para uma prática mais construtiva.

Docência: Algumas Considerações

O docente é a pessoa que ensina determinados conteúdos, mas para ensinar não basta ter apenas o domínio dos conteúdos em si, mas também estar preparado para enfrentar os desafios postos em sala de aula, bem como, a grande diversidade de estudantes presentes nas escolas. Para os docentes precisa estar claro que os conteúdos não podem ser transmitidos e sim construídos e reconstruídos de forma colaborativa e participativa pelos estudantes, com plenos significados para o preparo do cidadão.

O profissional docente esta sempre se atualizando "[...] devendo ser analisado em função do momento histórico concreto e da realidade social que o conhecimento escolar pretende legitimar, em suma, tem de ser contextualizado" (NÓVOA, 1999, p. 64).

O professor é o grande condutor de saberes, por isso, segundo Veiga (2010, p. 13) "[...] a docência significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar e entender". No sentido formal, docência é o trabalho dos professores, na realidade, estes desempenham um conjunto de funções que ultrapassam a tarefa de ministrar aulas. Com funções formativas convencionais, como ter um bom conhecimento sobre a disciplina e sobre como explicá-la.

Conforme atuais discussões acerca da profissão docente, a respeito do seu papel, da sua formação inicial e continuada dos docentes, a mesma explora o processo de construção da identidade do docente, ou seja, seu percurso pessoal e profissional, contribuindo e dando significado as ações e às práticas durante o exercício da profissão.

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar de diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. "Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (FREIRE, 1997, p. 22-23).

Para Freire (1997) é uma troca mútua de saberes, mas sim o docente é quem mostra o caminho quem ensina e quem aprende ensinando, a sua carreira e formação deve andar juntas de mãos dadas com a procura de aperfeiçoamento para à qualidade de ensino, envolvendo todas as qualidades humanas, mas sobre tudo as de sermos humanos.

> [...] pela própria experiência humana, pelo convívio com filhos (as), netos (as), na família, pela proximidade da infância na sala de aula sabemos que ninguém nasce feito. Fazemo-nos, nos tornamos gente, - "Virou gente"! – falamos com orgulho de um filho, crescido e criado. Não nascemos humanos, nos fazemos. Aprendemos a

> ser. Todos passaram por longos processos de aprendizagem humana. Se preferirmos, toda criança nasce humana, mas isso não basta: temos que aprender a sê-lo. Podemos acertar ou fracassar. Nessa aprendizagem também a sucesso e fracasso (ARROYO, 2000, p.53).

O profissional docente, perpassa por vivências e desafios constantes, e precisa estar sempre em busca de novos conhecimentos para tentar lidar com todas as diversidades culturais e sociais, presente em seu contexto escolar, e que não fizeram parte de sua formação, mas sim do seu crescimento humano, sendo assim, construindo novas maneiras de conduzir o processo educativo.

> [...] quanto mais conheço as escolas, mais percebo que muitos profissionais estão indo além. Não reproduzem no tempo de escola, a desumanização de outros tempos, das estruturas sociais. Muitos professores (as) se perguntam que é possível fazer na escola em termos de recuperar a humanidade que tão cedo lhe é roubada e negada. Tornamo-nos humanos na medida em que as condições matérias em que vivemos e as relações que estabelecemos com os outros são humanas (ARROYO, 2000, p. 64).

Visando esta concepção de educação como formação humana, refere-se então, que o educador como um profissional docente em sua formação percorre um processo no qual o próprio indivíduo deve buscar sanar seus anseios, necessidades e interesses, atividades que forneçam para o docente o desenvolvimento de seus conhecimentos e competências necessárias para então exercer a docência.

Estamos diante de um processo de ampliações no campo da docência, uma das características fundamentais gira em torno da docência como profissão, a mesma requer formação profissional para o seu exercício, bem como, conhecimentos específicos, aquisição de habilidades e dos conhecimentos para melhorar a qualidade de ensino, compreendendo a importância para enfrentar questões fundamentais na escola, uma prática social que implica as ideias de formação, reflexão e criticidade (VEIGA, 2010).

Portanto, a docência, bem como, sua formação é um processo inicial e inacabado, pois esta sempre em processo permanente de adquirir novos conhecimentos e conceitos, valorizando a prática pedagógica, visando que a teoria é o ponto inicial para depois colocar em prática o que se aprendeu.

No processo educativo o docente assume-se como facilitar de aprendizagens, procura criar contextos que favoreçam o seu desenvolvimento e tenta estimular os alunos a descobrir, a criar, a imaginar, contribuindo para a possibilidade de crescimento, para a aceitação de propostas consideradas importantes para o desenvolvimento de aptidões de alunos para a sua libertação (CORTESÃO, 2002).

Formação Continuada: sua relevância na educação

Diante desta sociedade onde os conhecimentos, apresentam diferentes transformações (política, educacional, econômica, social e profissional), sendo a escola um espaço de grandes problematizações, discussões tendo que achar soluções, se depara com uma série de mudanças e a formação continuada vem a esse encontro viabilizando uma melhor qualificação educacional para os professores estarem preparados.

Atualmente a escola tem desempenhado diferentes papeis na sociedade, este campo esta sempre em mutação, bem como, o docente detêm o papel central na formação desses estudantes, sendo responsável pelas atitudes e pensamentos dos mesmos.

> [...] a formação continuada tem, entre outros, o objetivo de propor novas metodologias e colocar os profissionais informados quanto à discussão teóricos atuais, com a intenção de contribuir para as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da ação pedagógica na escola. É certo que conhecer novas teorias faz parte do processo de construção profissional, mas, obviamente, não bastam, se estas não possibilitarem ao professor relacioná-las com seu conhecimento prático (MOREIRA, 2002, p. 55).

Os cursos de formação continuada possibilitam ao docente a obtenção de aprendizagens e conhecimentos específicos com o objetivo de contribuir para sua formação docente, tornando-os profissionais mais qualificados para conseguir fazer um elo entre a teoria e a prática, bem como, suas necessidades específicas, para atender à sociedade em que vivemos.

Libanêo (1998) acredita que os momentos de formação continuada levam os docentes a uma ação reflexiva. Uma vez que após o desenvolvimento da sua prática, os docentes poderão reformular as atividades para um próximo momento, repensando os pontos positivos

e negativos ocorridos durante o desenrolar da aula. Buscando assim melhorias nas atividades e exercícios que não se mostraram eficientes e eficazes no decorrer do período de aula.

Com a obtenção de novos conhecimentos nos cursos de formação continuada oferecidos aos docentes, bem como, para a inovação nas práticas pedagógicas nas escolas, enxergando e mostrando uma nova maneira de conduzir o saber, para assim ocorrer uma aprendizagem eficiente para os estudantes.

Almeida (2014) aponta a importante contribuição sobre a formação continuada. Abraça o conjunto de atividades desenvolvidas pelos professores em exercício, com objetivo formativo, na direção de se prepararem para a realização de atividades atuais ou de outras novas que se coloquem nos locais onde trabalham. Portanto, a formação contínua engloba o conjunto das atividades de formação desenvolvidas após a formação inicial e que se realizam ao longo de toda a carreira docente, nos mais variados espaços e com um número incontável de parceiros.

A palavra continuada, segundo Aurélio (2010), significa não ter interrupção; seguido, continuado. A mesma é dada como processo ininterrupto e permanente de desenvolvimento. Os professores não podem apenas concluir o curso de graduação e achar que já detém o saber necessário para a profissão, essa formação tem que continuar ao longo de sua trajetória docente os mesmos precisam participar de cursos de formação continuada e buscar sempre novos conhecimentos para então aperfeiçoarem sua prática.

Essa formação continuada docente deve promover reflexões que conduzem suas práticas pedagógicas. A mesma vem ao encontro dessa parada de reflexão e contribuição diante do seu fazer.

> [...] a formação continuada é uma necessidade intrínseca á atuação do professor e, por isso, um direito que precisa ser respeitado, (re) conquistado e ampliado diariamente. Até porque, a atuação do professor não se restringe somente a docência, apesar de ser a sua dimensão principal, mas também inclui a participação no projeto educativo e curricular da escola (MOREIRA, 2002, p. 54).

Os docentes em pleno exercício da profissão constroem constantemente os processos educativos, bem como, novos conhecimentos, ideias e práticas, para então poder ensinar e reconstruir os mesmos com seus estudantes. A construção da formação continuada envolve toda a nossa sociedade sua percepção de vida, de escola, de educação, não ficando restrita a

apenas uma instituição, partindo da análise de sua própria realidade e de outras realidades, experiências, concepções, teorias e outras disposições formadoras.

Gamboa (2013) enfatiza a formação continuada, ao referir-se sobre o papel fundamental que desempenha na compreensão da prática profissional e de seu aprimoramento. Ela potencializa a atuação inovadora, quando se utiliza como ferramenta confiável para conhecer os problemas da educação nas suas diversas dimensões e níveis. A formação continuada vem tomando posições nos âmbitos educacionais orientando os docentes nas suas práticas. É uma maneira de se reconstruírem diariamente, se modificarem.

> [...] As práticas de formação continuada, de uma forma geral, são concebidas como meio de acúmulo de conhecimento ou aprendizado de novas técnicas, em eventos de curta duração (seminários, cursos, palestras e etc. Deixando de lado o trabalho de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, voltadas para a reconstrução permanente da identidade pessoal e profissional do professor, em interação contínua (MOREIRA, 2002, p. 53).

Existem diferentes maneiras para conceber conhecimentos, atualmente secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de docentes, encontros onde os mesmo discutem, constroem e trocam experiências. Esta formação tanto inicial como continuada, se sobressai como questão fundamental dentre as políticas públicas de educação, os desafios colocados para o docente na escola exige um trabalho educativo inacabado de constante construção se refazendo diariamente.

> [...] A formação continuada deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc... Estabelecendo de forma firme um processo constante de auto avaliação do que se faz e por que se faz (IMBERNÓN, 2010, p. 47).

Nessa perspectiva a função do docente que é o profissional que tem contato direto com o estudante é levar ao mesmo um entendimento da importância do todos os aprendizados concebidos durante a aula, uma visão de mundo da sua realidade, propondo atividades que venham de encontro do que os docentes necessitam e com isso estimular a busca constante pelo conhecimento.

A formação continuada deve promover reflexões que condizem com as práticas pedagógicas. A mesma vem ao encontro dessa indagação com a reflexão e contribuição diante do seu fazer docente. Sim na teoria é tudo lindo, encantado, mas na hora de colocar em prática às vezes as coisas mudam.

> [...] a contraposição entre teoria e prática tem se apresentado de várias formas. A teoria se vê a si mesma como tão onipotente em suas relações com a realidade que se concebe como práxis, onde a prática é considerada mera aplicação ou degradação da teoria. A teoria se coloca como autônoma e não reconhece na práxis possibilidade de enriquecimento de si mesma (PIMENTA, 2001, p. 92).

A formação continuada procura desenvolver o docente mediante atividades de estudos e pesquisas, a partir das necessidades e conhecimentos derivados das suas experiências docentes, nas suas aplicações no cotidiano do docente no seu processo profissional.

> [...] a formação de professores constitui o ato de formar o docente, educar o futuro profissional. Envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai desempenhar a tarefa de educar, de ensinar, de aprender, de pesquisar e avaliar (VEIGA, 2010, p. 15).

Desse modo, este artigo oportuniza aos docentes um espaço onde possibilite rever suas concepções acerca de sua profissão e que seja levada em conta, seja valorizada. Traz à tona suas expectativas e necessidades sobre o desenvolvimento profissional, deixando claras quais fontes de aprendizagem são mais importantes e eficazes para esses profissionais.

Considerações Finais

Com base na execução deste estudo conclui-se que a formação continuada docente, oportuniza aos mesmos momentos de reflexão e aprimoramento de conhecimentos em diferentes áreas. Essas “paradas” para estudo contribuem diretamente em suas práticas pedagógicas, pois nos dias atuais, os docentes enfrentam muitos desafios e, para tanto, necessitam de um preparo prático e intelectual para lidar com as diferentes situações.

A sociedade tem plena preocupação com o preparo de seus docentes, por isso são oferecidos diversos cursos de formação continuada docente onde contemplam uma grande

diversidade, oportunizando os docentes um crescimento não só como educadores, mas como cidadãos autônomos e críticos.

A educação está presente em todos os lugares e ações, nas vivências e nas experiências de cada ser humano oportunizando um crescimento pessoal e profissional e aprimoramento de conhecimentos em diferentes áreas. Este estudo contribui em suas práticas pedagógicas, pois nos dias atuais, os docentes enfrentam muitos desafios e, para tanto, necessitam de um preparo prático e intelectual para lidar com as diferentes situações.

Esta formação continuada procura desenvolver o docente mediante atividades de aprofundamento de estudos e pesquisas, a partir das necessidades e conhecimentos derivados das suas experiências docentes, nas suas aplicações no cotidiano do docente e no seu processo profissional.

Referências

ALMEIDA, M. E. B.; RUBIM, L. C. B. **O papel do gestor escolar na incorporação das TIC na escola:** experiências em construção e redes colaborativas de aprendizagem. São Paulo: PUC-SP, 2004. Disponível em: http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto04.pdf>. Acesso em: 06 out. 2014.

AURÉLIO, **Dicionário de Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/continuo/> Acesso em: 31 mar. 2015.

ARROYO, M.l G**. Oficio de mestre:** Imagens e auto imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 33. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CORTESÃO, L. **Ser professore: Um ofício em risco de extinção.** São Paulo- SP- Brasil, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GAMBOA, S. S. A pesquisa como estratégia de inovação educativa. **Revista Pedagógica**, v 15, n. 48, 2013.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Lisboa: Porto Alegre: Art med, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOREIRA, C. E. **Formação continuada de professores: entre o improviso e a profissionalização**. Florianópolis: Insular, 2002.

NOVOA, A. **Profissão Professor**. 2. Ed. Porto: Porto Editora, 1999.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação dos professores:** Unidade Teoria e Prática? 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VEIGA, I. P. A. & AVILA, C. d'. **Profissão docente:** novos sentidos, novas perspectivas. 2. Ed. Campinas, SP: Papiros, 2010.

O PRIMEIRO CONTATO DA CRIANÇA COM A GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Juciane Vanessa da Silva[1]
Carlos Antônio da Silva[2]

Eixo Temático: Formação de Professores e Currículo
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Este artigo propõe uma reflexão sobre o primeiro contato da criança com a Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Demonstra-se a necessidade de materializar o ensino de Geografia desde as séries iniciais a partir da leitura do mundo, o que dessa forma conduzirá para o aprendizado mais eficaz do espaço geográfico vivido pelas crianças das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O uso de tecnologias digitais pode auxiliar no processo de aprendizagem dos conceitos geográficos mais elementares. Para isso são apresentadas propostas de jogos interativos como ferramenta de aprendizagens.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Séries Iniciais. Tecnologias.

Introdução

Este artigo busca contribuir para uma melhor compreensão da Geografia a partir da leitura do mundo, o desenvolvimento e o aprendizado do espaço geográfico vivido pelas crianças e o uso das novas tecnologias no aprendizado da Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Tendo em vista a importância do primeiro contado da criança com a disciplina e para um melhor desempenho de suas atividades nas próximas etapas de sua vida escolar, justifica-se a importância dessa reflexão. Visto que a educação no Brasil vem passando por transformações significativas, a Geografia como componente curricular também se modifica, as políticas públicas (PCNs, por exemplo), ressaltaram a importância de utilizar-se do espaço vivido pelas crianças como objeto de estudo dos primeiros ciclos da educação.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim
[2] Professor do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim

Aliado a este fato, as tecnologias podem auxiliar no processo ensino aprendizagem servindo de ferramentas que aguçam e despertam o interesse de forma lúdica, no primeiro contato mais imediato da criança com o espaço geográfico.

Aprender Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental a partir da leitura do mundo

A Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para as crianças, explicável e passível de transformações. Neste sentido, assume grande relevância dentro do contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em sua meta de buscar um ensino para a conquista da cidadania brasileira. As temáticas com as quais a Geografia trabalha na atualidade encontram-se permeadas por essa preocupação.

Como afirmou Callai (1999), primeiro é preciso possuir clareza do por que estudar Geografia. Para a autora há três razões para ensinar essa disciplina na sociedade contemporânea: “conhecer o mundo e obter informações; conhecer o espaço produzido pelo homem e contribuir na formação do cidadão”.

Para Straforini (2004), outro desafio reside na resolução do desencontro teórico-metodológicos da Geografia com a educação. Para ele esse fato possivelmente consiste na incompreensão do construtivismo, do socioconstrutivismo e da Geografia crítica, cultural e humanista que chega nas escolas de Ensino Básico.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), adquirir conhecimentos básicos de Geografia é algo importante para a vida em sociedade, principalmente para o desenvolvimento da cidadania. (BRASIL, 1998).

O processo de assimilação da Geografia no entendimento das crianças requer uma sequência lógica de continuidade, primeiro ela precisa se entender como sujeito e parte integrante de uma sociedade e assim sucessivamente conforme sua capacidade cognitiva de assimilar o real do abstrato ou representado cartograficamente.

Brito e Ghisolffi (2007), apontaram que o parcelamento do conhecimento que fora instituído nas escolas ensinou a separar e isolar as coisas, ou seja, passa-se a segregar os objetos de seus contextos, a realidade em disciplinas, como se dessa forma pode-se compreender o todo, sendo que se desconhece espaço no qual se está inserido e este é feito de interações que não se consegue perceber.

A respeito do nível de abstração das crianças no primeiro e segundo anos do ensino fundamental, Goulart (2011) afirmou, com base Piaget, que o desenvolvimento das funções de conhecimento, de representação e das funções afetivas é marcado por períodos bem delineados, os quais ele chamou de estádios de desenvolvimento. Dentre estes, aquele que diz respeito às crianças entre 6 e 12 anos é o "Estádio Operacional Concreto", durante esse período as operações se diferem das ações das crianças, o que implica na manipulação e contato direto com o real.

Para Ortigoza (2012), a observação é o primeiro passo para a realização da leitura e análise da paisagem; dessa forma, os estudos de casos concretos que tenham como objetivo aprofundar o conhecimento das dinâmicas deve ser o foco das pesquisas, sendo que um momento muito valioso para o avanço das discussões sobre esse tema é o da observação sistemática de campo, seguida da descrição.

Segundo Cavalcanti(1998), O ensino e a aprendizagem da Geografia se caracterizam pela utilização excessiva do livro didático, pela aplicação dos conteúdos mais conceituais que procedimentais como também pela utilização descontextualizada e estereotipada de cartas geográficas.

Para a criança era difícil entender do que se tratavam aqueles mapas, desenhos de florestas e oceanos e não conseguiam se imaginar dentro daquele mundo, dessa forma a criança acabava perdendo o interesse pela disciplina.

A participação da família na continuidade do processo de aprendizagem da criança é muito importante, quando a criança percebe o interesse dos pais vai ter a necessidade de compartilhar o que aprendeu na escola, cabe aos pais indagar à criança, e fazer questionamentos mostrando assim a importância da escola na sua vida e que uma não é distinta da outra, a aprendizagem começa na escola e continua no seu dia a dia em casa e na sociedade. O ensino da Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental é o ponto de partida para que a criança comece a entender todo o espaço a sua volta, para que haja uma boa compreensão da criança, deve haver uma conexão entre o que é ensinado e o que é vivenciado pela criança, o primeiro contato é de suma importância, pois, é a partir daí que surge o interesse pela disciplina.

Para Santos (1995), os conteúdos e o objetivo da Geografia devem estar relacionados com o presente, vivido pela criança, pois para este autor o ensino deve ir ao encontro a realidade vivenciada pela criança. Diante dessa ideia ele afirmou que a escola não está

satisfazendo as necessidades das crianças, pois se mostra como principal função de um ensinamento lógico e formal. Daí ele argumenta, que os professores mostram-se insatisfeitos e acomodados com o ensino e não preparados para encarar um novo ensinamento: o da lógica dialética. É preciso, ainda, proporcionar ao crianças o desenvolvimento de um modo de pensar dialético, que é pensar em movimento e por contradição.

Para Freire, (2001, p. 33), por que não aproveitar a experiência que têm as crianças de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes?

Então, o espaço geográfico vivido pela criança é o que vai instiga-lo a relacionar situações do seu cotidiano com o seu aprendizado, ligando o real e o abstrato.

O professor que conhece suas crianças, sabe o que ele conhece e como é a interpretação dele sobre aquele lugar, onde o espaço lhe seja familiar. Dessa forma, o professor consegue trabalhar a diversidade de lugares, pois, uma criança pode morar em um bairro pobre e outro em um condomínio de luxo, o trabalho do professor passa a ter um significado e não um simples conteúdo estudado em Geografia.

Conforme Callai (2000), o espaço em que vivemos é o resultado da história de nossas vidas. Ao mesmo tempo em que ele é o palco onde se sucedem os fenômenos, ele é também ator/autor, uma vez que oferece condições, põe limites, cria possibilidades.

Para Kaercher (2003), a Geografia é feita no dia a dia, seja através da construção de uma casa, da plantação de uma lavoura ou através das decisões governamentais. Ou ainda pelas nossas ações individuais, como pegar um ônibus, fazer compras, etc. Cabe então ao professor que atua nas séries iniciais aproveitar de todas as situações vividas pelas crianças para fazer o uso da disciplina de Geografia.

A utilização do livro didático pode auxiliar o professor em seu trabalho na disciplina de Geografia, no entanto, precisa utilizar-se de outros recursos concretos e levando em consideração as vivencias de suas crianças.

Então, é importante que o professor das Séries Iniciais do Ensino Fundamental consiga ensinar a suas crianças que ele é parte integrante de uma sociedade, que pode ser um agente atuante do espaço em que vive. Uma forma interessante de exercitar a capacidade de observação e ligação da criança do espaço real, com mapas, que nada mais é do que a leitura de sua representação, é o professor solicitar desenhos de trajetos, plantas da casa, da escola,

da sala de aula ou o percurso que cada um faz de casa pra escola ou até percurso menores desde de que sejam reais e não imaginários. Assim é o primeiro passo para a criança estar começando a saber representar o seu espaço vivido e a partir daí entender representações maiores.

A seguir são apresentados alguns *sites* e/ou portais educacionais que contêm possibilidades tecnológicas para ensinar Geografia nas séries iniciais. Além do Educopédia, um dos mais completos, também pode ser acessados www.e-ProInfo.mec.gov.br/; www.clickideia.com.br/; www.portaldosprofessores.ufscar.br/; www.tvescola.mec.gov.br/;www.portaldeensino.com.br;www.objetoseducacionais2.mec.gov.br/: www.portaldoprofessor.mec.gov.br/; www.sitededicas.ne10.uol.com.br/; www.cidades.ibge.gov.br/, entre outros.

Considerações Finais

Diante de uma sociedade em processo acelerado de mudanças que exigem pessoas cada vez mais reflexivas, criativas, observa-se que o papel da escola torna-se imprescindível na realização de práticas que possibilitem a formação da criança como cidadão atuante em sua sociedade.

O ensino da Geografia deve seguir uma didática critico social, onde o professor é o mediador da criança na construção do conhecimento. O primeiro contato da criança é o que determina seu aprendizado durante toda a sua vida escolar, a assimilação do mundo a sua volta e as representações cartográficas é relevante pois torna a Geografia interessante para a criança, já que, o que ela está estudando faz parte da sua realidade, e não mais algo meramente ilustrativo e abstrato.

Da mesma forma, a Geografia estudada de maneira descontextualizada e decorada pouco acrescenta no aprendizado e também no interesse da criança com a disciplina. Atualmente encontram-se diversos recursos tecnológicos para serem utilizados como recursos didáticos na aula de Geografia, melhorando assim a qualidade da aprendizagem e o desempenho da criança, tornando as aulas dinâmicas, proveitosas e divertidas.

O ensino da Geografia tornou-se diferente do que fora no seu inicio, porque antes, os professores contavam com poucas ferramentas didáticas, utilizavam-se basicamente de recursos verbais e escritos, no entanto, não falava-se tanto da necessidade de aprender a ler o

espaço a sua volta e situar-se como parte integrante e atuante da sociedade, sujeita a transformações em que o próprio homem é responsável.

Os professores que estão sempre atualizados com as tecnologias interagem melhor com suas crianças, proporcionando a eles liberdade de criar. Com o uso de tecnologias espera-se que estes sintam-se instigados a aprender, a pesquisar e a levar a diante seus projetos, frutos de suas pesquisas e aprendizados.

Por fim, percebe-se que o primeiro contato com a Geografia geralmente acontece de maneira não muito adequada, com conteúdos fragmentados e desarticulados, fora da realidade da criança, é necessário que o professor encontre alternativas tornando a disciplina mais atrativa, afim de que o primeiro contato das crianças com a Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental torne-se prazerosa.

Referências

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia 1º e 2º Ciclos. Brasília: MEC/ SEF, 1997. 166p.

BRITO, F. R.; GHISOLFFI, R. M. O ensino de ciências e Geografia nas séries iniciais: interligação dos saberes sob enfoque globalizador. In: Congresso Internacional de Educação-Educação: Visão Critica e Perspectivas de Mudança, VI. **Anais**..., Concórdia, 2007.

CALLAI, J. L. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. In: CALLAI, H. C.; SCHÄFFER, N. O. KAERCHER, N. A. (Org.) **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. UFRGS/AGB-Seção Porto Alegre, 1999. p. 65-74.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 18. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

GOULART, L. B. Aprendizagem e ensino: uma aproximação necessária à aula de Geografia. In: TONINI, I (Org.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

KAERCHER, N. A. **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões / org. Antonio Carlos Castrogiovanni – Porto alegre: Editora da UFRGS/ Associação dos Geógrafos Brasileiros – 2003.

ORTIGOZA, S. A. G. Paisagem: síntese das heranças da relação da sociedade com o espaço

in: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/PROGRAD. **Caderno de formação de Professores**, Bloco 02 - Didática dos Conteúdos, volume 9. São Paulo: Cultura Acadêmica,2012, pp. 51- 59.

SANTOS, D. **Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino de Geografia**. Caderno Prudentino de Geografia (17) Presidente Prudente: AGB, jul. 1995.

STRAFORINI, R. **Ensinar Geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

AUTOESTIMA DA CRIANÇA NA SALA DE AULA EM ANOS INICIAIS

Elizandra Balen[1]
Felipe Biasus[2]

Eixo Temático: Formação de Professores e Currículo
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Compreendendo a importância em trabalhar a autoestima das crianças na sala de aula em anos iniciais e a integração entre família e escola são necessários recursos e atividades que influenciam no entusiasmo e maior participação das crianças nas aulas, assim alcançando objetivos essenciais para o fortalecimento da autoestima como processo de aprendizagem. A autoestima em anos iniciais deve ser bem trabalhada, pois destaca-se por ser a fase de maior importância para as crianças, é a fase da alfabetização e letramento. Para isso é de extrema importância o diálogo e envolvimento tanto da família quanto da escola. O desenvolvimento da autoestima constitui um pilar importante para o desenvolvimento e crescimento das habilidades, e competências das crianças. Desenvolver a autoestima na sala de aula, exige que os professores pratiquem a exploração de atividades interdisciplinares, lúdicas, educativas as quais sejam desenvolvidas através das práticas pedagógicas. Despertando em cada criança o desejo em querer aprender, a participar das aulas, interagir com os professores e colegas. Fazendo-as acreditarem em seus potenciais e qualidades, assim estabelecendo um bom crescimento pessoal e moral, tendo ética e o respeito e, através desses valores, fazer desenvolver a construção e valorização da autoestima das crianças nos anos iniciais.

Palavras-chave: Autoestima. Crianças. Escola. Anos Iniciais.

Introdução

Tendo como base a premissa de que o contexto escolar configura-se como fator significativo na formação intelectual, social e pessoal do ser humano, vê-se igualme importante que o aprendizado, a compreensão e a aquisição do conhecimento como um todo, também sejam construídos de maneira exitosa. Elencando de que maneira ocorre a construção da autoestima nas crianças dentro da sala de aula.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. E-mail: elizandrabalen@hotmail.com
[2] Professor mestre do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim. E-mail: febiasus@yahoo.com.br

A autoestima surge da autoimagem que temos de nós mesmos, é algo que se constrói de forma proativa. Nesse sentido o interesse se deu em buscar conhecer que estratégias e ferramentas são utilizadas para favorecer o desenvolvimento da autoestima frente à rotina escolar. Interesse em explorar como as crianças podem se manter motivadas, incentivadas e interessadas nas atividades práticas pedagógicas expostas pelo professor, analisando a importância de como favorecer a autoestima das crianças na sala de aula em anos iniciais.

Os motivos a que levaram ao estudo dessa questão se deram por considerar que a autoestima exerce um papel fundamental para o desenvolvimento cognitivo, psíquico, afetivo, social e moral das crianças, além disso, é um estímulo para o desenvolvimento de competências para a prática de atividades de expressão lúdica criativas, práticas pedagógicas, as quais incentivam e atraem a atenção das crianças.

Mediante a isso a autoestima pode se constituir em um mecanismo de potencialização da aprendizagem, auxiliando como ferramenta na construção do conhecimento e no fortalecimento da autoconfiança. As práticas pedagógicas podem ser entendidas como prática social, orientadas por objetivos planejamentos, finalidades e com isso o conhecimento.

Autoestima

Autoestima refere-se às crenças e opiniões que temos de nós próprios e ao valor que acreditamos possuir enquanto pessoa. A autoestima aparece como uma das variáveis mais importantes para o nosso bem estar psicológico e para uma boa saúde mental. É a confiança na própria capacidade de aprender, tomar decisões, fazer escolhas (BOM SUCESSO, 1999).

Entende-se também como um sentimento o qual é desenvolvido ao longo da vida advindo das relações interpessoais e intrapessoais ás quais estão expostos. Auto: de si mesmo; Estima: amor, carinho, respeito por si próprio. É o senso global de valor próprio que usamos para avaliar nossas características e habilidades, tratando-se de uma experiência íntima que reside no interior do ser de cada pessoa, refletindo-se diretamente a capacidade de respeitar-se, acreditar em si e no sentimento sobre o próprio eu (PAROLIN, 2005).

Nota-se que as relações interpessoais são um conjunto de procedimentos que, facilitam na comunicação e linguagem, assim estabelecendo laços sólidos nas relações humanas. Trabalha-se esta relação em uma linha de ação, que visa sobre bases emocionais e psicopedagógicos,

criar um clima favorável a escola e em consequência disso integração de todas as crianças em uma mesma atividade (ANTUNES, 2012).

Referente as relações interpessoais Antunes (2012, p.442) aponta que:

> Toda criança sabe que existe, mas sabe muito pouco sobre sua existência. Se não crescessem cercadas de adultos, por certo levariam um tempo enorme para conhecer a si mesmas. Mas como vivem em um mundo social, essa auto exploração é quase sempre substituída por rótulos e como dependem deles e admiram muito os adultos acabam por aceitar esses rótulos quase sem questionamento e fazem do seu "eu" um quadro apreendido, esculpido pelo que dela acham as pessoas que a cercaram ou a cercam. Em alguns casos, esse autorretrato é quase correto em outros casos, absolutamente fantasioso.

Percebe-se que o trabalho integrado entre família e escola resulta em autoimagem e autoestima positiva das crianças, favorecendo nas relações interpessoais, as quais fazem com que cada um se conheça melhor e goste mais de si, de maneira que consigam entender e gostar mais dos outros, tornando-as mais afetivas, educadas e participativas (PAROLIN,2005).

Pode-se observar que falar sobre os defeitos e qualidades das outras pessoas é bem mais fácil do que quando é necessário falar sobre nós mesmos. Muitas vezes isso acontece, pois não nos conhecemos o suficiente, aprendemos a cada dia coisas novas a nosso respeito. O ambiente social o qual as crianças estão inseridas afetas na autoconsciência. É nesse momento em que elas percebem as diferenças entre as pessoas, assim observando até que ponto todos são iguais. Hoje vivemos em uma sociedade de diferentes identidades, onde o modo de pensar em nós mesmos está relacionado a pessoa com quem estamos no momento, na segurança que lhe está sendo repassada (MYERS, 2010).

Parolin (2005, p. 49) destaca que:

> O ser humano não nasce completo, depende biologicamente e se constitui como sujeito a partir da qualidade das relações a qual se estabelece. Esse ser é incompleto, pois se humaniza a partir da apropriação da cultura em que está inserido, das ferramentas sociais com que tem contato, do seu desejo e do desejo do outro, numa dinâmica de aprender a conhecer, conhecendo-se. Entendendo e respeitando o ambiente do qual faz parte e que processa um conhecimento historicamente herdado, o sujeito deve interferir, produzindo novos conhecimentos e exercendo a condição de sujeito universal.

Percebe-se que a autoestima bem desenvolvida é instrumento precioso para o processo de aprendizagem. Uma criança desenvolve boa autoestima à medida que é reconhecida como

pessoa única, singular, com necessidades educacionais específicas a sua pessoa. Estas precisam entender que são capazes de superar desafios e acreditarem em seus potenciais, compreendendo que todos são iguais de corpo, mas diferentes na maneira de pensar. As crianças aprendem a viver em sociedade não apenas no âmbito familiar. A escola, a igreja, o bairro, comunidade, enfim, todo o entorno social contribui com essa aprendizagem das crianças em relação à construção da autoestima (PAROLIN, 2005).

A autoestima em anos iniciais, destaca-se por ser a fase de maior importância para as crianças, é a fase da alfabetização e letramento. Este é o momento o qual o professor tem que ter profunda vontade de educar, que basicamente significa ajudar a crescer, ensinar e amar, respeitar e perguntar. Para haver aprendizagem deve haver a troca e para haver essa troca deve ter diálogo (ANTUNES, 2012).

Percebe-se que muitas vezes nos preocupamos com o que os outros pensam sobre nós e das pessoas com quem temos convivência, com isso deixamos de lado algo importante para a autoestima que é a de nos autoconhecer, por vezes até tentamos, mas dificilmente conseguimos, por pensarmos que a opinião dos outros vale é mais importante do que a de mim mesmo. Na sala de aula as crianças que tem boa autoestima costumam promover a iniciativa, a resiliência e os sentimentos agradáveis, já as que têm baixa autoestima esperam sempre os outros tomarem a iniciativa, sente-se inseguros (PAROLIN, 2005).

Considerações Finais

Com o presente artigo percebeu-se que a autoestima é sim fator essencial para as crianças de anos iniciais e deve estar fortemente presente na sala de aula, pois é neste momento em que as mesmas estão em processo de letramento, alfabetização e descobrindo-se como pessoas. Além disso é importante destacar o espaço da sala de aula como sendo um lugar de novas descobertas e aprendizagens, onde faz com que as famílias, crianças e a escola estejam em contato direto uma com a outra.

O importante é não esquecermos que cada um, com o seu jeito próprio de ser e de acreditar pode dar um novo sentido e significado para este caminhar e para o ato de educar. Ou seja, cada educador/a e educando/a pode tornar este aprender e ensinar, dentro e fora do contexto escolar. Vale a pena ter olhos para as coisas do cotidiano que nos incomodam, inquietam e causam desassossego.

Portanto pode ser valioso e construtivo tentar desvendar e compreender os motivos destas inquietudes e, quem sabe, descobrir o seu modo individualmente e coletivamente de propor mudanças. Quem sabe um olhar de indagador e pesquisador desta realidade, possa contribuir para que a escola deixe de ser uma escola indesejada e passe a se constituir numa escola atravessada pelas tramas do desejo, do desejo de nela estar.

Referências

ANTUNES, C. **Na sala de aula**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BOM SUCESSO, E de P. **Afeto e limite**: Uma vida melhor para pais e filhos. Rio de Janeiro: Dunya Ed, 1999.

MYERS, D. G. **Psicologia Social**. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

PAROLIN, I. **Professores formadores**: A relação entre a família, a escola e a aprendizagem. Curitiba: Positivo, 2005.

JOGOS TECNOLÓGICOS EDUCATIVOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Bárbara Malossi[1]
Carlos Antônio da Silva[2]

Eixo Temático: Educação e Tecnologias
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente artigo tem como foco principal refletir sobre a utilização de jogos tecnológicos com fins educativos no ensino fundamental. O uso dos jogos obviamente como material didático oferece motivação, criatividade e utilização de uma variedade de linguagens e muitas formas geométricas. A escola precisa acompanhar os avanços da humanidade em buscar maneiras de atrair os alunos de forma que sintam prazer em aprender, como aliadas no processo de ensino aprendizagem o uso das mídias tecnológicas. Neste intuito são apresentadas algumas possibilidades de utilização de jogos, como ferramentas de ensino, para uso no cotidiano da sala de aula.

Palavras-chave: Tecnologias. Jogos educativos. Ensino Fundamental.

Introdução

No cotidiano da sociedade contemporânea os computadores estão cada vez mais presentes. Com a chegada das novas tecnologias dentro das escolas o seu uso está ficando cada dia mais essencial e indispensável. Vem como uma nova proposta curricular, um novo método para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de alunos e professores.

Vive-se na “era na informação”, onde os alunos necessitam dominar o processo de ensino aprendizagem para desenvolver corretamente seus conhecimentos e não somente adquirir o conteúdo explanado. A introdução do computador no ambiente escolar vem para auxiliar de maneira lúdica e dinâmica. É um instrumento muito eficaz, pois com o acesso ao mesmo os alunos tem uma maior motivação, desenvolvendo novas oportunidades especiais para aprender e resolver problemas.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia – URI Erechim
[2] Professor do Departamento de Ciências Humanas – URI Erechim

Com os recursos tecnológicos cada vez mais sofisticados e acessíveis, o interesse dos alunos com essa metodologia tem aumentado e se tornado uma ótima tendência educativa. Desta forma, o jogo educativo contribui significativamente para a formação de um ambiente crítico e desafiador, estimulado o aluno na construção do seu conhecimento de maneira divertida e prazerosa. Com a união de computador, somado a jogos educativos, essa metodologia de ensino se tornou mais eficiente no processo de aprendizagem dos alunos, os mesmos interagem com uma ferramenta atual além de fomentar o aprendizado, estimulação o exercício de suas habilidades.

Os instrumentos do dia a dia na escola como giz, quadro negro, retroprojetor, vídeo entre outros são recursos que são utilizados para o processo de ensino aprendizagem porém, seu uso é limitado e pouco atraente para o aluno de hoje .O computador pode realizar todas essas ações de forma mais atrativa e interativa, também de forma simultânea a respostas as perguntas e duvidas durante a aula. O mesmo é uma máquina que dá chances da interatividade em tempo real.

Neste novo contexto de aprendizagem é que este artigo indica possibilidades de uso dos jogos tecnológicos como ferramenta para incrementar o processo educativo.

O Ensino Fundamental

Segundo a LDB 9394/96 no artigo 5º destaca o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. (BRASIL, 1998).

O mesmo documento define educação infantil como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado, garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

As escolas não têm utilizado essa modalidade de maneira adequada, onde na sala de informática deixam os computadores ligados, no programa a ser utilizado naquela aula aberto e o aluno chega em frente do mesmo e realiza de forma mecânica o que o professor solicitou.

A relação professor aluno sofre mudanças com o emprego dos computadores, os alunos têm um conhecimento tecnológico mais avançado do professor. Fazendo com que o professor tenha um novo papel como facilitador do processo de ensino aprendizagem, e não como o detentor de todo o conhecimento.

O ambiente informatizado na educação vem para somar. Os alunos e professores se sentem mais ligados entre si, pois os mesmos trocam experiências e aprendizados. O aluno que conhece mais de computador vira um ajudante, que auxilia os outros colegas, até mesmo o professor.

Gerando um ambiente diferenciado, onde também há aprendizado e o desenvolvimento de muitas habilidades. Os alunos se tornam mais criativos, extrovertidos, não tem medo do erro, são muito espertos em relação às ferramentas disponíveis.

Possibilidades de Utilização de Jogos Educativos nas Diferentes Áreas

Para auxiliar no ensino de Matemática o jogo digital Coni vai às compras (senna.globo.com/senninha) tem como objetivo memorizar o preço dos produtos, após ajudar a Coni a comprar três produtos que feche o valor estipulado. Com o auxílio do *mouse* os alunos devem contar e selecionar os produtos que fechem o valor em destaque na tela. Este jogo é indicado para 2º e 3º anos.

Outra possibilidade de jogo matemático é o Contando e recontando (www.atividadeseducativas.com.br), com o objetivo de contar quantas pessoas estão no trem, divididos em três partes, também auxilia no conhecimento dos colegas da turma, um jogo bem divertido para iniciar o ano letivo. Os alunos devem contar quantos colegas da turma estão em um vagão e colocar o número correspondente no espaço delimitado, também o auxílio do *mouse* para se movimentar e os números do teclado para escrever no local indicado. Este jogo é indicado para o 1º ano.

A Tabuada do Dino (http://www.escolagames.com.br/jogos/tabuadaDino) apresenta o personagem Dino quer brincar no mundo mágico e para isso precisa de sua ajuda com a tabuada. Neste jogo o aluno pode escolher uma tabuada e responder às questões. Também é

possível realizar além da multiplicação, divisão, subtração e adição. Com o auxílio do *mouse* os alunos iram aprender a estudar a tabuada de uma maneira mais divertida e gostosa de aprender. O jogo, com níveis fáceis e difíceis, envolve cálculos relacionados às quatro operações e estimula, de maneira divertida, o raciocínio, a concentração. É indicado para: 3º,4º e 5º anos.

O jogo Sistema de numeração decimal e Sistema monetário problemas (http://www.atividadeseducativas.com.br/index.php?id=124170) faz com que o aluno aprenda a contar com o sistema de numeração decimal e também aprender a fazer contas com o uso do dinheiro. O aluno aprende a diferenciar centena, dezena e unidade de forma divertida e fácil, através do jogo descrito acima. A indicação do jogo é para o 2º e 3º anos.

Na sequência são apresentados jogos que atendem ao ensino das Linguagens. O jogo Atividade com os animais (www.atividadeseducativas.com.br) inicia com a imagem de um animal e duas letras o aluno deve identificar com qual letra começa o nome daquele animal, vencida a etapa aparece outro animal para ser realizada a mesma tarefa. Com o auxílio do *mouse* vai selecionar e clicar na letra correta. É indicado para 1º ano.

Também voltado ao ensino das Linguagens, no jogo Alfabeto dos animais (www.atividadeseducativas.com.br), o aluno deve identificar com qual letra se inicia o nome do animal da imagem e após sairá o resultado se estará correto ou não. Contém nome de animais com nível de dificuldade maior do que o jogo anterior.

Este jogo faz com que os alunos aprendam nomes de animais mais complexos e que não são conhecidos do seu dia a dia, fazendo com que os mesmos escrevam a inicial do animal, com o auxílio do *mouse* e do teclado. É indicado para 1º, 2º e 3º anos.

O Jogo da forca (www.smartkids.com.br/jogos-educativos/animais-forca-animais.html) tem como objetivo do jogo levar o aluno a descobrir o nome do animal escolhendo algumas letras, até formar a palavra com o nome correto do animal escolhido, quando ele erra vai pra forca.

Este jogo faz com que os alunos conheçam mais os animais de sua vivência do dia a dia, e com o auxílio do *mouse* o mesmo vai tentando adivinhar quais letras pode ser clicado para descobrir o nome do animal selecionado. O jogo é indicado para: 1º, 2º e 3º anos.

O Jogo dos substantivos (www.soportugues.com.br), tem como objetivo principal testar os conhecimentos a respeito dos substantivos. Cada classificação de substantivo é representada por uma figura. O aluno deve arrastar qual imagem corresponde à palavra

exibida na tela. Este jogo desenvolve o conhecimento e a aprendizagem do aluno para aprender de maneira lúdica e divertida a diferença dos substantivos. É indicado para: 3º, 4º e 5º anos.

As Ciências da Natureza também estão presentes nas práticas digitais. No jogo Amazônia puzzle (Quebra-cabeça) (www.smartkids.com.br/jogos-educativos/quebra-cabeca-amazonia.html), o aluno escolhe um cenário e deverá montar o quebra cabeça sobre a Amazônia. Desenvolvendo o pensamento e conhecendo imagens da floresta amazônica o aluno necessita escolher quais figuras será a certa para montar o quebra cabeça. É indicado para: 1º e 2º anos.

O Jogo da Reciclagem (http://campeche.inf.furb.br/sisga/jogos/jogoReciclagem.php), tem como tarefa arrastar os materiais que aparecem na tela até a lixeira da cor correta, para ser feita a reciclagem correta dos materiais. Com o auxílio do *mouse* o aluno deve indicar os materiais para o local correto para melhor aprender e conhecer as cores para realizar corretamente a classificação do lixo. Este jogo é indicado para 2º, 3º,4º e 5º anos.

No jogo Chapeuzinho vermelho e a preservação das árvores (www.greenpeace.org.br/multimidia/jogos/chapeu2.html) é necessário mover o chapeuzinho vermelho com auxílio das teclas do computador para ajudar ela a assustar os lenhadores para que eles não destruam as árvores das florestas. Com o auxílio das setas do computador mover o chapeuzinho e apertar espaço para espantar os caçadores dando um susto com o lobo. Apresentar ao aluno a importância das árvores e sua preservação, além de conscientizar para cuidado com o meio ambiente. O jogo é indicado para 1º, 2º e 3º anos.

O Jogo dos cinco erros (www.atividadeseducativas.com.br/index.php?id=330), tem como objetivo fazer com que as crianças se conscientizem que na praia não é certo realizar algumas coisas, devem procurar na imagem o que esta de errado e clicar em cima para conferir o resultado. Com a ajuda do *mouse*, clicar nas atitudes erradas das pessoas da imagem atitudes que destroem o meio ambiente. A indicação do jogo é para 2º, 3º ,4º e 5º anos.

História e Geografia também estão contempladas na relação das disciplinas com jogos educativos digitais. Um dos jogos que pode ser utilizado é o Jogo das Bandeiras (www.jogosboole.com.br), que se propõe a auxiliar na identificação das mesmas. bandeiras. Usa-se o *mouse* para movimentar e clicar na bandeira selecionada pelo aluno. Em caso de acerto da bandeira, a resposta virá com a execução da parte introdutória do hino referente à bandeira escolhida. Este jogo é indicado para: 3º, 4º e 5º anos.

O jogo da Memória sobre trânsito (www.smartkids.com.br/jogos-educativos/jogo-da-memoria-transito.html), introduz a noção de cidadania ao fazer com que o aluno preste atenção onde se encontram os sinais de trânsito. Desenvolve a concentração e a memória dos alunos, e também auxilia para conhecer os sinais de trânsito que o jogo apresenta com a ajuda do *mouse* clicar em cima das figuras até encontrar seu par correto. Indicado para 3º, 4º e 5º anos.

Os Meios de Transporte (www.atividadeseducativas.com.br), é um jogo que faz com que o aluno conheça os meios de transportes e onde os mesmos se locomovem. Com o *mouse* clicar no meio de transporte correto com o local onde se locomove indicando seus locais de uso onde andam, voam, ou flutuam. É indicado para: 1º, 2º anos.

O jogo Dominó do carnaval (www.smartkids.com.br/jogos-educativos/carnaval-domino.html), oportuniza ao aluno conhecer um pouco mais sobre a história do carnaval. Com auxílio do *mouse*, o aluno deve cuidar as imagens e juntar o dominó correto para concluir o jogo até o final utilizando todas as peças e conhecendo personagens e adereços do carnaval. Indicado para 3º, 4º e 5º anos.

Para o ensino de Artes, uma opção é o jogo Pintando as abelhas (www.smartkids.com.br/jogos-educativos/colorir-on-line-abelhas.html). O aluno deverá colorir a imagem utilizando as cores que escolherem para deixar o desenho mais bonito e colorido. Tem como objetivo desenvolver a coordenação motora e a criatividade dos alunos para colorir os desenhos escolhido. Indicado para: 1º ano.

O jogo Memória das cores (www.smartkids.com.br/jogos-educativos), tem como objetivo memorizar e conhecer as cores da aquarela. Com a ajuda do *mouse* clicar nas peças até encontrar a cor igual. Indicado para: 1º, 2º e 3º anos.

No jogo Palhaço com as formas geométricas (www.smartkids.com.br/jogos-educativos/formas-geometricas-palhaco.html), é possível arrastar as figuras geométricas aos seus devidos lugares. Presta-se a conhecer as cores e as formas geométricas, com o auxílio do *mouse* mover as peças ate os locais indicados, para encaixar a peça corretamente. Indicado para: 2º, 3º e 4º anos.

A música pode ser melhor assimilada usando-se o jogo Memória dos instrumentos musicais (http://www.smartkids.com.br/jogos-educativos/jogo-da-memoria-instrumentos-musicais.html), que auxilia no reconhecimento de instrumentos musicais durante o jogo da memória. Com a ajuda do *mouse*, o aluno deve clicar e encontrar a peça igual para completar

o par, para concluir o jogo todas as peças devem estar abertas. O jogo é indicado para: 2º, 3º, 4º e 5º anos.

Considerações Finais

A relação professor aluno sofre mudanças com o emprego dos computadores, onde, muitas vezes o aluno tem uma facilidade no uso e manuseio das tecnologias mais avançada do que seu professor. Isso tem remetido ao fato de que o professor tenha um novo papel como facilitador do processo de ensino aprendizagem.

O ambiente informatizado na educação vem para somar. O aluno e professor necessitam trocar experiências diferentes no processo de ensino aprendizagem. O aluno que conhece mais de computador vira um ajudante, que auxilia os outros colegas, até mesmo o professor.

Gerando um ambiente diferenciado, onde também há aprendizado e o desenvolvimento de muitas habilidades. O aluno se torna mais criativo, extrovertido, não tem medo do erro, e estão muito próximos em relação às ferramentas digitais disponíveis.

Enfim, em tempos de Pós modernidade, professor e aluno, aluno e professor necessitam, cada um a seu modo, um do outro. E com isso, a educação e o seu processo de ensino e aprendizagem se qualifica e passar a ser um diferencial na era digital.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação a Distância. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília/DF, 1996**.**

senna.globo.com/senninha (acesso em: 14 maio 2015)
Neri Santos - www.atividadeseducativas.com.br (acesso em: 14 maio 2015)
http://www.escolagames.com.br/jogos/tabuadaDino (acesso em: 14 maio-2015)
http://www.atividadeseducativas.com.br/index.php?id=12417 (acesso em: 14 maio 2015)
www.atividadeseducativas.com.br (acesso em: 14 maio 2015)
www.atividadeseducativas.com.br (acesso em: 14 maio 2015)
www.smartkids.com.br/jogos-educativos/animais-forca-animais.html(acesso em: 14 maio 2015)
www.soportugues.com.br (acesso em: 14 maio 2015)
www.smartkids.com.br/jogos-educativos/quebra-cabeca-amazonia.html(acesso em: 14 maio 2015)
http://campeche.inf.furb.br/sisga/jogos/jogoReciclagem.php (acesso em: 14 maio 2015)
www.greenpeace.org.br/multimidia/jogos/chapeu2.html (acesso em: 14 maio 2015)
www.atividadeseducativas.com.br/index.php?id=330 (acesso em: 14 maio 2015)
www.jogosboole.com.br (acesso em :14-05-2015)

www.smartkids.com.br/jogos-educativos/jogo-da-memoria-transito.html (acesso em: 14 maio 2015)
www.atividadeseducativas.com.br(acesso em: 14 maio 2015)
www.smartkids.com.br/jogos-educativos/carnaval-domino.html (acesso em: 14 maio 2015)
www.smartkids.com.br/jogos-educativos/colorir-on-line-abelhas.html (acesso em: 14 maio 2015)
www.smartkids.com.br/jogos-educativos (acesso em: 14 maio 2015)

www.smartkids.com.br/jogos-educativos/formas-geometricas-palhaco.html (acesso em: 14 maio 2015)
http://www.smartkids.com.br/jogos-educativos/jogo-da-memoria-instrumentos-musicais.html (acesso em: 14 maio 2015)

INFÂNCIA E TECNOLOGIAS: ORIGENS E A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS

Maiara Fernanda Fusinatto[1]
Carlos Antônio da Silva [2]
Fabiola Duarte [3]

Eixo Temático: Educação e Tecnologias
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo principal demonstrar a epistemologia cultural existente entre a infância e as tecnologias. Inicialmente, são apresentados alguns conceitos a respeito da presente temática. Em seguida, é realizada uma breve contextualização sobre a infância, desde a Idade Média, período onde surgiram os primeiros registros da infância, até o período atual, na Pós Modernidade. Por fim, é verificada a reinvenção da infância e do "ser criança" nos dias atuais, tendo em vista as novas concepções do universo midiático e sua influência para o desenvolvimento infantil. A Pós Modernidade e suas inovações midiáticas têm acelerado processos culturais por meio de interferências exacerbadas no cotidiano das pessoas. O período da infância, fase inicial da vida humana e inicialmente ignorada pelos indivíduos, é atualmente o arcabouço por onde a cibercultura tem sua porta de entrada mais contundente. Além disso, tal período, onde a criança começa a descobrir o mundo à sua volta e apropriar-se dele, também considerado como um momento de alegrias e fantasias, transformou-se em uma homogeneização entre o mundo infantil e o mundo adulto devido ao acesso integral e irrestrito de adultos e crianças ao universo midiático. Dessa forma, pode-se afirmar que a configuração da infância passa por modificações constantemente. Com o advento e socialização das tecnologias, a criança acessa com maior facilidade as informações, sem necessitar da tutela digital do adulto. Em ambas as situações, o que fica, porém, é a incerteza sobre a viabilidade, sem critérios, dos conteúdos que estão disponíveis aos internautas, independente da faixa etária de quem os acessa.

Palavras-chave: Infância. Tecnologias. Incertezas.

Introdução

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: mayafusinatto@hotmail.com
[2] Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: scarlos@uricer.edu.br
[3]Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Erechim. E-mail: fabi1duarte@hotmail.com

A concepção de que a infância se modificou muito no decorrer dos tempos têm ganhado mais força e veracidade nos últimos anos. Porém, não foi somente neste período que aconteceram bruscas mudanças, o comportamento das crianças na atualidade é extremamente diferente da forma com que se comportavam há algumas décadas. Mas, será que estas modificações contribuíram positivamente para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças? Ou será que o período da infância está se perdendo?

Para ser possível caracterizar a infância na Pós Modernidade é preciso, primeiramente, conhecê-la, desde suas raízes, até quando este tema ganhou destaque na sociedade, perpassando brevemente pelos séculos até chegar ao atual, século XXI.

A Infância no Decorrer da História

Existem diversos conceitos e significados que compreendem o período da infância do ser humano. Talvez isso ocorra por este momento ser de constantes mudanças, nos mais diversos períodos da sociedade. Entretanto, os temas "infância" e "criança" demoraram muito tempo para serem pesquisados e estudados, reconhecendo a criança como ser histórico e social e o período da infância como uma fase de ludicidade e de alegria, extremamente importante para o desenvolvimento humano.

Para Gélis (1992):

> O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. (p. 328).

Segundo Arendt (1997), é tarefa do ser humano adulto "sempre abrigar e proteger alguma coisa; a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo" (p. 242).

Desse modo, com o passar dos tempos a criança passou a acreditar que deveria ser protegida e cuidada, tornando o mundo adulto guardião do mundo infantil. Essa aproximação entre os dois universos tornou-os intimamente conectados no que tange o dever do adulto cuidar, proteger e ensinar a criança em seu novo mundo, sendo dele a missão de preservar a

vida e a continuidade da sociedade, pois "uma arvorezinha pode ser plantada, transplantada, podada, dobrada para um lado ou para outro; uma árvore crescida nunca" (COMENIUS, 2002, p. 78).

Essa assertiva de Comenius se refere ao fato de que, para os adultos, é mais fácil modificar os seres humanos mais novos do que praticar as mudanças em si mesmos. Ao transformar hábitos, atitudes, pensamentos e sentimentos, as crianças se tornam tudo aquilo que os adultos decidirem.

Assim, a infância, ao ser considerada um período de descobertas, realizações e encantamento, está diretamente ligada ao desenvolvimento das crianças nos âmbitos cognitivos, sociais e afetivos. É neste momento que a criança se descobre como um ser humano e um ser pensante, capaz de realizar inúmeras atividades e desenvolver diversas habilidades que, antigamente, eram desconhecidas.

De acordo com Kuhlmann Jr. *et al.* (2004):

> A palavra *infância* evoca um período da vida humana. No limite da significação, o período da palavra inarticulada, o período que poderíamos chamar da construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e sinais destinados a *fazer-se ouvir*. (p. 16). (grifos dos autores).

Os autores acima citados referem-se à luta infantil por individualização, por valorização e por reconhecimento social das crianças, no que diz respeito a elas terem o direito de viver sua infância com plenitude, descobrindo o mundo a sua volta e o que nele está inserido.

Ainda, segundo Kuhlmann Jr. *et al.* (2004), a infância é:

> [...] a concepção ou a representação que os adultos fazem do período inicial de vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive esta fase da vida. A história da infância seria, portanto, a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com esta classe de idade, e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade. (p.15)

A indiferença com que a infância foi tratada e que será representada posteriormente no decorrer dos tempos, pode ser um fato que tenha surgido há anos, décadas e até séculos, no

entanto "a fascinação pelos anos da infância é um fenômeno relativamente recente" (HEYWOOD, 2004, p.13).

Segundo Gomes (2010), "o sentido originário da palavra infância vem impregnado por aquilo que os antropólogos chamam de "signo da falta". Quer dizer que o termo infância é um conjunto de ausências que devem ser preenchidas a partir do vir-a-ser-adulto." (p. 64-65).

E era assim que as crianças viviam antigamente. Como pequenos adultos imperfeitos, que deveriam ser ensinados o quanto antes a se tornarem adultos perfeitos, corajosos, habilidosos e maduros. Ser criança, naquele período, era sinônimo de fraqueza, por isso que quanto mais cedo as crianças "viessem a ser adultos" mais beneficiada seria a sociedade, bem como ela própria.

Com vistas a uma breve contextualização a respeito do desenvolvimento histórico da infância, o historiador e escritor Philippe Ariès (1984), pesquisou que até o século XII pouco se falava sobre infância e até mesmo a respeito de crianças. Os sentimentos em relação a estes pequenos seres humanos eram inexistentes.

Com base nessa afirmativa, relata-se que:

> Ariès fez a afirmativa surpreendente de que o mundo medieval ignorava a infância. O que faltava era qualquer *sentiment de l'enfance*, 'qualquer consciência da particularidade infantil', essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. (ARIÈS, 1981 apud HEYWOOD, 2004, p. 23).

A falta do sentimento de infância foi uma característica muito própria da época e dos seguintes séculos, tendo em vista que as crianças eram consideradas adultos em miniaturas, sem poder deixar transparecer sua pureza, doçura e alegria, desconhecidas até mesmo para elas próprias.

Antes do século XII e por vários séculos seguintes desconhecia-se o afeto, o carinho, o amor e demais sentimentos, entre as pessoas e dentro dos círculos familiares. A característica predominante daquele período era a razão e a busca incansável por mais trabalho. A criança era somente mais uma peça sem importância neste mundo dominado pelos homens.

Além disso, as representações artísticas do período que continham crianças eram imagens de adultos encolhidos, com seus traços envelhecidos e musculatura forte.

Servindo de exemplo sobre como as crianças eram retratadas na época, Ariès (1984) relatou que:

> Numa miniatura francesa do fim do século XI, as três crianças que São Nicolau ressuscita estão representadas numa escala mais reduzida que os adultos, sem nenhuma diferença de expressão ou de traços. (...) No livro de salmos de São Luís de Leyde3, datado do fim do século XII ou do início do XIII, Ismael, pouco depois de seu nascimento, tem os músculos abdominais e peitorais de um homem. (p. 39).

Portanto, na Idade Média, a infância era considerada um período inexistente da vida do ser humano, que nascia e logo se tornava um adulto pronto para procriar e trabalhar. “As meninas costumavam ser consideradas como o produto de relações sexuais quando corrompidas pela enfermidade, libertinagem ou desobediência a uma proibição”. (HEYWOOD, 2004, p.76).

Acreditava-se, ainda, na teoria empirista antes mesmo dela ser criada. As crianças eram consideradas como uma tábula rasa, nasciam sem nenhum conhecimento, como uma folha de papel em branco que deveria ser preenchida com a participação dos adultos, através das experiências que fossem julgadas mais significativas.

Já ao final do século XIII a imagem infantil foi, pela primeira vez, relacionada à de um anjo, com expressões graciosas e angelicais, ganhando aparência suave e com a idade de um jovem. Intencionalmente, esta relação se deu para que as famílias de crianças e adolescentes do período incentivassem seus filhos a irem para a igreja, ajudarem nas missas e sentirem o desejo de serem seminaristas, reforçando ainda mais o poder da Igreja Católica Apostólica Romana, grande dominadora da sociedade naquele período.

No século XIV o símbolo infantil continuava a ser o de um anjo, no entanto sua representação começou a ser mais fiel à realidade. As crianças pintadas pelos artistas tinham seus traços mais jovens e graciosos, exatamente como é de fato. Porém, os sentimentos de inocência, pureza, bondade, doçura e ingenuidade ainda não haviam sido despertados.

Ainda, segundo Ariès (1984), no início da Idade Moderna, em meados dos séculos XV e XVI, as crianças eram consideradas adultos em miniatura, pois viviam como pessoas adultas, vestiam roupas muito semelhantes às dos mais velhos, frequentavam os mesmos lugares e estabelecimentos, participavam de jogos e, principalmente, trabalhavam da mesma forma que os adultos. Sua educação era baseada nos valores seguidos pela família e sua tarefa

era seguir com o trabalho realizado por seus familiares, aprendendo apenas os conhecimentos necessários para viver.

Considerando que neste período não existiam muitos métodos contraceptivos e os cuidados com a saúde eram precários, o índice de mortalidade infantil se tornou extremamente alto. Por esse motivo, as crianças que sobreviviam à sua gestação eram consideradas vitoriosas e sua vida era celebrada de modo que logo eram inseridas na sociedade pelo mundo adulto para poder integrar, aprender e viver neste universo o quanto antes. (ARIÈS, 1984).

As crianças viviam livremente em um ambiente adultizado, tomando seus antecedentes como exemplo, espelhando-se neles em todas suas atitudes e considerando-se, desde jovens, pequenos adultos.

Neste período, a infância era considerada apenas uma fase de transição passageira, sendo mais importantes as experiências que seriam vivenciadas na fase adulta da vida de cada criança, já que a infância "era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança" (ARIÈS, 1984. p. 44).

Foi somente no século XVIII que a infância começou a ser vista de outra forma, com olhos mais amorosos e ternos. A primeira vez que este período foi reconhecido veio da relação das crianças com o "menino Jesus". De acordo com Heywood (2004), a criança passou a ser um mediador do céu e da terra, de onde vêm palavras de sabedoria. Neste período também surgiram os primeiros sentimentos em relação à infância.

Além disso, surgiram os sentimentos vinculados à família, que voltou todas as suas atenções para as crianças, compreendendo que estas necessitavam de carinho, cuidados e educação. A criança passou a ser o centro da família, alvo de controle e super proteção.

Neste período de quebra de paradigma, a criança também se modificou e fez surgir a individualização infantil.

Segundo Pinheiro (2003):

> A criança começou a ser valorizada em si mesma e não mais porque representava toda uma família. Os pais começaram a preocupar-se mais com a higiene e a saúde física dos filhos, pois o objetivo era evitar suas mortes, o que possivelmente tenha implicado a constituição de novas relações afetivas entre os entes familiares. (p. 51)

Além disso, a graciosidade das crianças começou a ser percebida e a alegria que elas propiciavam estava sendo valorizada. “O adulto passa a se reconhecer nas crianças, pois elas lhe remetem ao seu processo de desenvolvimento, a sua própria infância e aos seus projetos pessoais” (PINHEIRO, 2003, p.51).

Assim, os adultos passaram a cuidar melhor de suas crianças, pois não queriam perdê-las ou perder sua alegria. A criança passou a ser o foco principal da família e da sociedade, sendo paparicada e agradada em todos os momentos. Os desejos da criança estavam acima dos desejos ou necessidades dos adultos, já configurando a infância atual.

Nesse sentido, a criança passou a ser vista como “um indivíduo pertencente à sociedade, que tem “vez”, tem “voz”, tem sua forma de vivê-la, que influencia e por ela também é influenciada” (NIEHUES, et al. 2012, p. 286).

De certa forma, “sempre houve várias infâncias, distintas entre si por condição social, por idade, por sexo, pelo lugar onde a criança vivia, pela cultura, pela época, pelas relações com os adultos” (MÜLLER, 2007, p.96), no entanto, a criança sempre foi a mesma, com desejos, curiosidades e dúvidas, características ainda presentes na Pós Modernidade.

A Reinvenção da Infância no Universo Midiático

O início da infância Pós-Moderna é caracterizado pelo respeito à individualidade de cada criança, pelo desenvolvimento natural de suas habilidades, pela descoberta do novo mundo que à cerca, pelo sentimento de carinho, cuidado e proteção e, principalmente, por proporcionar um ambiente agradável para este período.

Com a nova caracterização da infância, a relação existente entre mundo adulto e mundo infantil se rompeu, fazendo com que as crianças tomassem seus lugares como “seres frágeis, dependentes e inocentes, a quem é preciso fortalecer o caráter e desenvolver a razão” (ARIÈS, 1984, p. 125)

Para isso, foi preciso que a escola passasse a acolher as crianças que não possuíam conhecimento algum a respeito da vida em sociedade, servindo como uma espécie de iniciação ao mundo real, visto que não eram mais ensinadas pelos adultos de suas famílias. Este processo de escolarização da infância trouxe consigo a infantilidade, a dependência e a carência da criança em relação ao adulto.

Segundo Postman (1999):

> [...] a infância e a idade adulta se tornaram cada vez mais diferenciadas, cada esfera aperfeiçoou seu próprio mundo simbólico e, finalmente, passou-se a aceitar que a criança não podia compartilhar e não compartilhava a linguagem, o aprendizado, os gostos, os apetites, a vida social de um adulto. (p. 65).

Além disso, o autor afirmou que, com a separação dos mundos adulto e infantil, as crianças ficaram "a salvo" dos segredos do mundo adulto, especialmente sobre a sexualidade, a violência e a morte.

Para Narodowski (2001), a nova condição das crianças apontaram para a necessidade de amparo, tutela e orientação adulta, além de concretizar a nova barreira entre crianças e adultos, sendo o poder conferido somente aos mais velhos.

A partir de então os adultos começaram a ocultar das crianças determinados conteúdos, pois acreditavam que elas eram muito inocentes para saberem de tudo o que acontecia no mundo à sua volta. Tal atitude fez com que despertasse ainda mais a curiosidade das crianças e o desejo por informações sobre tudo ao seu redor.

Assim, se no século XII as crianças não eram nem percebidas, atualmente são elas as donas de seus próprios desejos e escolhas. No entanto, tais atitudes de autonomia e de domínio próprio voltaram a fazer relação com o mundo adulto, que tanto se lutou para separar, e a configuração da infância se modificou novamente.

Com o surgimento da tecnologia e do sistema midiático na sociedade, a criança se tornou capaz de chegar muito mais fácil e rapidamente às informações, sem precisar de um adulto para responder à suas dúvidas e curiosidades. Porém, todas as informações que estão inseridas na mídia estarão descritas sempre da mesma forma, sem selecionar seus internautas ou modificar suas informações dependendo da faixa etária de quem acessa determinados conteúdos.

Dessa forma, percebe-se que:

> O novo ambiente midiático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente, a mesma informação. [...] A mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como a infância. (POSTMAN, 1999, p. 94).

Segundo Postman (1999), um ambiente midiático que fornece a todos os mesmos valores, estilos, gostos e perspectivas de adultos faz com que as crianças, que ainda não possuem o discernimento necessário para selecionar o que podem ou não ver e ouvir nos

meios de comunicação acabem considerando o que é transmitido na mídia como se fosse o correto a ser seguido e voltam a viver o que viviam há muitos séculos atrás: a adultização da criança, se tornando, novamente, adultos em miniatura.

Dessa forma, segundo Narodowski (2001), a maioria das crianças, atualmente, vive sua infância com internet, computadores e canais a cabo, deixando de ocupar o lugar do não saber, pois encontram com a facilidade de um *click* todas as informações que lhe interessam.

Com esta superexposição das crianças ao universo midiático a mídia tornou-se um dos os principais mecanismos que podem interferir na formação individual da criança, bem como, na construção de um período de infância saudável. Esta transformação de costumes fez com que surgisse um questionamento por parte dos adultos: "como introduzir a criança, o verdadeiramente novo, o recém-chegado, num mundo velho, sem retirar de suas mãos a novidade?" (GOMES, 2010, p. 69).

Este se tornou o grande desafio da infância Pós Moderna: tentar inserir as crianças na sociedade, fazendo com que elas mesmas descubram todas as novidades. Por isso, a infância atual se configurou tendo como foco principal o mundo da criança, mais independente, mais forte, mais segura, desinibida e sedenta por informações.

Segundo Momo (2010), "[...] O mundo de hoje engaja seus membros na sociedade em função de sua condição de consumidor. O valor está na capacidade de consumo." (p.75). Dessa forma, as necessidades das pessoas passaram a ficar em segundo plano em relação aos desejos de consumir tudo o que lhe é oferecido.

No caso do mundo infantil, "a rede midiática e de consumo em que as crianças vivem mobiliza o desejo, vende experiências humanas, estimula a imaginação, cria necessidades, padrões de exigência, significados, capital simbólico e novas práticas (MOMO, 2010, p. 82).

Nesse sentido, é cabível relacionar o consumo à erotização infantil, visto que as crianças, ao terem conhecimento sobre determinas roupas, acessórios, comportamentos e desejos das mulheres e dos homens por meio da mídia, criam uma imagem ilusória ao tentar ser algo que não são, forçando comportamentos que estão além de seu desenvolvimento físico e psicológico.

Desse modo, faz com que as crianças se espelhem nos comerciais, propagandas e anúncios que assistem, desejando imensamente ser como os adultos que aparecem nas imagens, desprezando seus próprios corpos, suas personalidades e modos de viver para tentar

se parecer com estes seres fictícios. As crianças e jovens "demonstram uma fantástica habilidade para reprojetar constantemente sua imagem, assim como o modo de estar e viver no mundo, descartando o que já não está em voga na cultura da mídia" (MOMO, 2010, p. 83).

Sendo assim, o corpo passou a ser a principal preocupação de todas as pessoas desde a infância, pois é próprio da cultura brasileira supervalorizar a exposição física e avaliar as pessoas através de sua imagem que é escancaradamente exposta no sistema midiático, sistema este que não seleciona conteúdos, informações ou pessoas, estando disponível para todos, principalmente para as crianças.

O retorno da união entre os mundos adultos e infantis, em decorrência do sistema midiático, "desaloja as crianças das posições de sujeição, obediência e dependência ao possibilitar-lhes a construção e o domínio de saberes inacessíveis a muito adultos" (ESPERANÇA, 2014, p. 32).

Portanto, a infância Pós Moderna vai sendo caracterizada com os livros e brinquedos perdendo espaço para os aparelhos eletrônicos, o diálogo entre adultos e crianças sendo substituído pela busca *online* por informações, nem sempre confiáveis, e os laços afetivos entre as pessoas sendo separados por uma tela virtual.

Do mesmo modo como os mundos adulto e infantil vêm se tornando cada vez mais homogêneos, o mundo real e o mundo virtual acabaram se confundindo da mesma forma.

Considerações Finais

Atualmente, a infância se tornou uma das fases da vida do ser humano mais estudada, questionada e debatida por estudiosos e pesquisadores, com o intuito de conhecer o que se passa no desenvolvimento infantil, como as crianças se sentem em relação ao novo mundo em que foram inseridas e, também, como enxergam a relação que mantêm com os adultos.

Tal relação, que vem sendo debatida pela sociedade há muitas décadas e que, ora acredita na criança como um adulto em miniatura, forte, corajoso e autossuficiente, ora o vê como um ser humano indefeso, solitário e ingênuo, acaba fazendo com que as crianças modifiquem sua própria identidade, transformando também o período da infância em todos os seus aspectos.

Portanto, diante do que foi apresentado, pode-se considerar que as características da infância já se modificaram inúmeras vezes desde seu surgimento, no século XII, e continuarão se modificando, seguindo a evolução da humanidade em seu desenvolvimento cultural, social e tecnológico.

Referências

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARIÉS, P. **A história social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

COMENIUS, J. A. **Didática Magna**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESPERANÇA, J. A. **Que tempo é esse? Que infância é essa? A reinvenção dos modos de ser criança na sociedade de consumidores.** Canoas: Textura, n. 32, 2014.

GÉLIS, J. A individualização da criança. 1992. In: ROCHA, H. H. P.; GOUVÊA, M. C. S. Infâncias na História. Belo Horizonte: **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, 2010.

GOMES, L. V. Infância, criança e a experiência humana do tempo. **Educação em Foco,** ano 13, n. 15, 2010.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JR, M. et al. **Sobre a história da infância.** In: FARIA FILHO, L. (Org). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

MOMO, M. Mídia e consumo na produção da infância Pós-moderna. **REU**, v. 36. n. 1, Sorocaba, 2010.

MÜLLER, V. R. **Histórias de crianças e infâncias:** registros, narrativas e vida privada. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NARODOWSKI, M. **Infância e poder**: conformação da pedagogia moderna. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

NIEHUES, M. R.et al. Concepções de infância ao longo da História. **Revista Técnico Científica (IFSC)**, v. 3, n. 1, 2012.

PINHEIRO, M. C. M. A constituição do conceito de infância e algumas questões relativas ao corpo: da idade média à modernidade. Goiânia: **Revista Poiésis**, p. 48-62, 2003.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

JOGOS: UMA TECNOLOGIA PARA AUXILIAR NA ALFABETIZAÇÃO

Bárbara Malossi[1]
Gisele Anhaia Padilha [2]
Rochele Carla Pertuzatti [3]
Simone Fátima Zanoello [4]

Eixo Temático: Educação e Tecnologias
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

Resumo
As tecnologias vêm ocupando cada vez mais espaços nas diversas esferas da sociedade. A escola como uma instituição formadora, não poderia se omitir na formação dos cidadãos que irão atuar nessa sociedade, e para tal precisam estar preparados. Diante disso, as acadêmicas bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto de Pedagogia, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Erechim desenvolveram atividades no Laboratório de Informática de uma escola pública do município de Erechim parceira do referido Programa com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Dentre as atividades desenvolvidas priorizaram-se atividades que envolviam o uso de jogos educativos. O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a importância das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem no que tange o uso de jogos educativos e relatar a prática desenvolvida na referida escola. Entendem-se jogos educativos como um recurso que pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, tornando as aulas lúdicas e prazerosas. Dentre que os jogos podem ter no processo de ensino e aprendizagens destacam-se: desenvolver no aluno a cooperação, o respeito às regras bem como torná-los desde cedo responsáveis fazendo com que adquiram diversas experiências, ajudando na integração entre os alunos, auxiliando no pensamento lógico para uma boa organização e fixação dos conceitos. De forma empírica pode-se observar que os alunos expressavam entusiasmo ao tentarem solucionar os desafios que os jogos lhes ofereciam, esforço e dedicação para compreender as regras, sendo assim iam aos poucos desenvolvendo e solucionando suas etapas, ao findar sua atividade eram flexíveis, pois permitiam que seu colega pudesse também resolver um novo desafio.

Palavras-chave: Aprendizagem. PIBID. Tecnologia. Jogos educativos.

---

[1]Bárbara Malossi, acadêmica do curso de Pedagogia da URI- Câmpus Erechim, acadêmica bolsista do Programa PIBID. E-mail: bazinhamalossi@hotmail.com
[2]Gisele Anhaia Padilha, acadêmica do curso de Pedagogia da URI-Câmpus Erechim, acadêmica bolsista do Programa PIBID. E-mail: giseelepadilha14@outlook.com
[3]Rochele Carla Pertuzatti, acadêmica do curso de Pedagogia da URI-Câmpus Erechim, acadêmica bolsista do Programa PIBID. E-mail: rochele_carla@hotmail.com
[4]Simone Fátima Zanoello, mestre em Matemática Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática do ULBRA. Professora do departamento de Ciências Exatas e da Terra da URI- Câmpus Erechim. Supervisora do Programa PIBID, subprojeto de Pedagogia da URI- Erechim. E-mail: simonez@uri.com.br

Introdução

Muito se ouve falar em tecnologias e as mesmas estão cada vez ganhando mais espaço, inclusive nas escolas, pode-se dizer que as tecnologias podem ser grandes aliadas do processo de ensino e aprendizagem das crianças, principalmente ao que se refere a alfabetização. Os jogos tecnológicos estão ganhando espaço nas aulas de informática, atraindo a atenção das crianças, motivando-as a estarem mais ligadas com o que se diz respeito à leitura e à escrita.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a importância das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem no que tange o uso de jogos educativos e relatar a prática desenvolvida pelas acadêmicas bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto de Pedagogia da URI – campus de Erechim, em uma escola pública do município de Erechim.

Em um primeiro momento estará sendo apresentada a utilização dos jogos, em seguida de que forma os mesmos auxiliam na fase alfabetizadora e para encerrar será apresentada a prática realizada em uma escola.

A Utilização dos Jogos

A escola tem a possibilidade de utilizar os jogos educativos e outros recursos dentro da sala de aula incluindo os mesmos no currículo, para se ter uma maior aproximação com a realidade vivenciada do aluno, pois os mesmos vivem rodeados por tecnologias tendo assim um grande conhecimento sobre esse universo das tecnologias.

Dentre outras possibilidades que as tecnologias apresentam, uma das que os docentes podem utilizar são *softwares* e os jogos educativos os quais podem auxiliar no aprendizado das diferentes disciplinas de maneira divertida e lúdica.

Alguns desafios como o ambiente em que se está inserido o laboratório de informática é a falta de computadores, ainda tendem a serem superados para que os jogos cheguem até a sala de aula, mas nem por esse motivo os alunos se desmotivam, os mesmos gostam e demonstram muito interesse por essa forma deles aprenderem, sendo assim alguns professores motivados e com uma nova didática estão inserindo os jogos em seus planejamentos como estratégias de ensino.

Segundo Hopf et al (2005, p. 66):

> Os jogos educacionais, no formato digital podem ser considerados objetos de aprendizagem ou objetos educacionais que são elementos construídos de forma a serem reutilizados em diferentes contextos educacionais, são recursos didáticos que subsidiam um novo tipo de educação baseada nas tecnologias digitais.
> O jogo faz parte do cotidiano das crianças. A atividade de jogar é uma alternativa de realização pessoal que possibilita a expressão de sentimentos, de emoção e propicia a aprendizagem de comportamentos adequados e adaptativos. A motivação do aprendiz acontece como consequência da abordagem pedagógica adotada que utiliza a exploração livre e o lúdico. Os jogos educacionais digitais aumentam a possibilidade de aprendizagem além de auxiliar na construção da autoconfiança e incrementar a motivação no contexto da aprendizagem.

Os jogos educativos podem facilitar a compreensão e interpretação dos alunos que estão aprendendo brincando, os mesmos se bem explorados podem fazer com que os alunos reflitam, pensem, e resolvam os desafios propostos, desenvolvendo e aprimorando seus conhecimentos para serem utilizados na sala de aula, quando for solicitado.

O uso dos jogos envolve o aprimoramento de várias habilidades técnicas, como as motoras, cognitivas, emocionais e sociais o que gera o aprimoramento de muitas possibilidades de aprendizagens dentro do ambiente escolar.

De acordo com Ribeiro et al (2006, p.65):

> [...] Os jogos digitais, ao permitirem a simulação em ambientes virtuais, proporcionam momentos ricos de exploração e controle dos elementos. Neles, os jogadores – crianças, jovens ou adultos – podem explorar e encontrar, através de sua ação, o significado dos elementos conceituais, a visualização de situações reais e os resultados possíveis do acionamento de fenômenos da realidade. Ao combinar diversão e ambiente virtual, transformam-se numa poderosa ferramenta narrativa, ou seja, permitem criar histórias, nas quais os jogadores são envolvidos, potencializando a capacidade de ensino-aprendizado.

Os jogos educativos propõem desafios, possuem regras a serem cumpridas, atividades que exercitam as habilidades cognitivas indispensáveis no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Malossi (2015 p.16-17) destaca que:

> A escola que reconhece a importância das tecnologias na sala de aula, e as utiliza como complemento no processo de ensino possui um melhor desenvolvimento social e cultural do aluno, formando uma pessoa com novas competências para poder inovar, usar a criatividade, se adaptar com realidade escolar e ter autonomia no que está realizando.

Desse modo além de bons equipamentos, uma sala disponível para fazer uso do laboratório de informática é de suma importância que os professores e alunos saibam utilizar

corretamente dessas ferramentas e didatizá-las, para uma melhor maneira de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Os jogos educativos também auxiliam na alfabetização como mostrará o próximo item.

Jogos Educativos na Alfabetização

O direito à educação é legislativo, ainda assim, mesmo sendo exigido por lei, existem cerca de 16,4 milhões de crianças brasileiras com cerca de 10 anos de idade que não sabem ler nem escrever.

Em resposta a essa crise educacional, as escolas estão buscando métodos diferenciados, como uma forma de incentivo na alfabetização, dentre eles destacam-se o uso dos jogos digitais e da tecnologia em geral os quais têm se tornado uma maneira de auxilio no aprendizado dos alunos. Ao estar interligada a uma determinada atividade do computador a criança está exercendo a leitura, ou seja, para que ela inicie o jogo precisa ler suas regras e compreende-las. A leitura é um desafio para o aluno que está sendo alfabetizado. Cada jogo proposto é um novo desafio, a forma que ele desperta o interesse é estimulador, eles querem aprender sobre o que lhes está sendo proposto, um jogo que requer a leitura e interpretação já é de grande ajuda para a fase alfabetizadora dos novos leitores.

O jogo didático, proporcionado pela aula de informática possibilita à criança um aprendizado amplo, como por exemplo, a pensar, resolver problemas, esperar, aprender a ganhar e a perder. Um método para que as mesmas possam aprender a lidar com algumas situações propostas no mundo real, e na convivência para com seus colegas.

Cada atividade que um computador pode oferecer a criança faz com que aquela situação torne-se uma surpreendente, o fato de recortar e copiar, desenhar, aumentar e diminuir letras, para elas tem grande significado, o modo que as coisas acontecem rapidamente faz deles questionadores, curiosos e com muita vontade de aprender, pois querem saber lidar com o novo.

A tela do computador, com todas aquelas letras, coloridos e tudo mais o que maquina tem a oferecer é de valor inestimável, o que é considerado novo lhes fascina, um jogo nada mais é que um desafio onde eles têm de alcançar sua solução, interpretar as regras também é um objetivo a ser alcançado. Só é necessário aprender a usar de forma correta a tecnologia, pois ela pode se tornar uma grande aliada nessa fase.

O processo de alfabetização não é um ato isolado, ele depende de outras áreas e isso inclui a informática, como já dito, um jogo que contenha letras e números instiga a criança a ler, a se esforçar para resolver o desafio que lhe está sendo proposto.

Por outro lado o desafio da escola é fazer com que sua equipe se adapte e adote a ideia de que tecnologia pode ser um aliado ao processo de ensino e aprendizagem, podem caminhar juntas, saber associar tecnologia com aprendizagem tornou-se um desafio, as salas de informática são de grande importância quando usadas da maneira correta.

A fase da alfabetização é umas das etapas mais importantes na vida de uma criança, o aprender a ler e a escrever é uma grande conquista, é o novo, é a descoberta para o mundo das letras, é um encanto diferente para que a mesma tenha apresso por aprender. As atividades lúdicas, realizadas fora da sala de aula, mas com a finalidade de aprendizado faz com que a criança se interesse mais e ao mesmo tempo em que ela aprenda mais, uma atividade não rotineira desperta a curiosidade, e se feito de uma forma diferente, que não seja o que eles estão habituados a ver, fica anexado na memória fazendo com que haja um novo conhecer e um novo aprender.

Os jogos digitais também têm a função de ajudar as crianças com dificuldades a superar seus obstáculos. Eles oferecem ícones diversificados, como imagens, sons, letras, cores, etc., oferecendo um modo diferente do que eles estão acostumados a trabalhar, como por exemplo, o quadro negro preenchido com letras feitas a giz. Quando o computador está mostrando uma determinada letra com formas e cores diferentes fazem com que a criança grave melhor, e acabe por se interessar mais, ela estará mais atenta ao que pode acontecer com a próxima etapa de sua atividade.

Já a sala de aula tem de se tornar um espaço motivador, pois assim o processo de aprendizagem da criança irá tornar-se mais interessante e de melhor absorção em um espaço onde há letras, cores, desenhos e outros instrumentos educativos para que haja interesse pelo descobrimento daquele novo local. Além de ser responsabilidade de o professor tornar a sala de aula um ambiente agradável, também é seu dever conhecer cada aluno para que possa ser feito um plano de aula adaptado a todos os educandos.

É importante que o regente da turma saiba as dificuldades que seus alunos possuem, pois precisa saber de que forma deve trabalhar com a turma no geral e se irá precisar de algum método mais específico para aqueles que se encontram com dificuldade no aprendizado.

O modo que os jogos digitais podem auxiliar na aprendizagem é quando o professor tem iniciativa de realizar uma prática diferente onde ele precisa saber usufruir dessa ferramenta e fazer dela um aliado para a aprendizagem de seus alunos, e isso só ocorre quando seu método de aula é adequado.

O que resta para os mestres da educação é saber lidar com esse novo método de trabalho, há possibilidades de fazer com que a tecnologia acabe se tornando um objeto de grande valia no que se diz respeito à alfabetização.

Prática

As acadêmicas bolsistas do PIDIB da URI Erechim, subprojeto de Pedagogia realizaram atividades em uma escola pública do município de Erechim, com as turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, no laboratório de informática que a escola possui.

O laboratório divide espaço com a biblioteca da escola, ficando num espaço restrito, com 15 computadores todos funcionando. Os sistemas operacionais são Linux e Windows, instalados para serem utilizados de acordo com a preferência da professora. Todos têm acesso a internet.

As acadêmicas trabalham no laboratório de informática com jogos educacionais abrangendo todas as turmas da escola no período da tarde. As mesmas são atendidas em dois dias da semana, na segunda –feira são atendidas quatro turmas e na quarta feira as outras quatro.

Nota-se de forma empírica que a aprendizagem dos alunos melhora com o auxílio dos jogos, pois os mesmos aprendem brincando, melhorando assim seu desenvolvimento.

Os alunos realizam jogos online de alfabetização envolvendo Matemática, e Português, onde cada dia tem-se um objetivo a ser alcançado. O planejamento é realizado em conjunto com a professora regente de cada turma, onde decide-se o que será trabalhado.

Os principais jogos trabalhados são matemáticos e de língua portuguesa, como por exemplo os jogos das vogais, atividades para fixar as letras F V B M, use P ou B, jogo do castelo, o enigma das frações, labirinto da tabuada, ente outros.

Considerações Finais

A utilização dos jogos contribui para que os estudantes possam desenvolver atitudes de cooperação, respeito a regras estipuladas pelo jogo, responsabilidade, saber trabalhar em duplas e o respeito a opinião do outro. O jogo une a diversão com a aprendizagem para contribuir no processo de ensino aprendizagem e também nas atitudes pessoais do estudante. O ensino utilizando métodos mais lúdicos e diferenciados permitindo criar ambientes gratificantes e atraentes servindo de estimulo para o processo de ensino e aprendizagem.

Os jogos pedagógicos servem de auxilio, tanto para o professor ensinar, quanto para o aluno aprender. O professor tem um papel muito importante, pois o mesmo deve guiar os estudantes na hora do jogo para que os mesmos joguem e estejam compreendendo o que está sendo aplicado, adquirindo assim um conhecimento mais amplo e focado.

Para obter um resultado significativo com o uso dos jogos é necessário ter um planejamento bem elaborado não esquecendo da parte teórica onde vem para contribuir no aprendizado dos mesmos.

Assim o jogo é dado como uma alternativa de maneira lúdica e diferente da sempre aplicada em sala de aula, visando um melhor aprendizado e desenvolvimento dos alunos que estão envolvidos no ato de jogar, brincar e aprender. A prática das bolsistas vem para contribuir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, auxiliando os mesmos a partir do uso dos jogos alfabetizadores, realizando o ato de aprender de forma divertida.

As atividades realizadas a partir do Programa PIBID, proporciona as acadêmicas bolsistas relação entre a teoria e a prática além de experiências significativas que poderão ser utilizadas futuramente na vida profissional.

Referências

MABILDE, A.; LIMA, C. L. **Alfabetização, Aprendizagem e Informática**. V. 2, n. 1, CINTED-UFRGS, Março, 2004.

MALOSSI, B. **As tecnologias na educação infantil e séries iniciais.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Erechim. RS. 2015

PIZZARO, E. M. B. **Jogo Digital:** Um auxílio no processo de alfabetização. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

RIBEIRO, L.O.M. et al. Modificações em jogos digitais e seu uso potencial como tecnologia educacional para o ensino de engenharia**. Revista Novas tecnologias na Educação**, v.4, n 1. Porto Alegre: UFGRS, 2006.

SOUZA, T. F. M.; RAMOS, D. K.; CRUZ , D. M. Jogos eletrônicos e currículo: novos espaços e formas de aprender. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 14, n. 27, jul,/dez. 2013. p. 179-200

POSSIBILIDADES TECNOLÓGICAS PARA ENSINAR GEOGRAFIA NO QUINTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rejane Claudia Zanchet Ganasini[1]
Carlos Antônio da Silva[2]

Eixo Temático: Educação e Tecnologias
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A problemática deste estudo são as possibilidades tecnológicas para o ensino de Geografia, tendo como objetivo de pesquisa a utilização destas ferramentas para ensinar Geografia no quinto ano do Ensino Fundamental. Sabe-se da importância do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental para que os educandos adquiram um bom aprendizado, desenvolvendo habilidades, tornando-se críticos e pensantes. No entanto, percebe-se que, na maioria das vezes, os educadores guiam-se somente pelo livro didático, fazendo com que os educandos apenas decorem ou memorizem o que lhes é transmitido, sem fazer com que os mesmos compreendam de fato e reflitam sobre o que lhes é ensinado. Justifica-se, importante fazer uma análise mais aprofundada do processo de ensino que vem sendo trabalhado com os educandos nesta disciplina e sua complexidade. Também é oportuno levar em consideração as relações sociais e afetivas em que eles estão inseridos. Assim, acredita-se que por meio de diferenciadas possibilidades tecnológicas disponíveis nos dias atuais ser possível despertar nos educandos o interesse em estudar Geografia, fazendo assim com que os mesmos aprendam de fato o que lhes é transmitido.

Palavras-chave: Tecnologias. Geografia. Ensino. Aprendizagem.

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, vivencia-se no mundo um grande desenvolvimento e inserção de novas e diferenciadas tecnologias, principalmente no âmbito educacional. Com este estudo, pretende-se analisar quais as possibilidades tecnológicas podem ser utilizadas pelos educadores para ensinarem Geografia no quinto ano do Ensino Fundamental e a importância do seu uso.

[1] Graduada em Geografia – URI Erechim, Especialista em Educação Ambiental e a Prática Escolar – IBPEX, Graduanda do Curso de Pedagogia – URI Erechim, Professora de Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio – Geografia na Escola Estadual de Ensino Médio São José – Ponte Preta/RS. E-mail: rejane.claudia@yahoo.com.br.
[2] Professor do Departamento de Ciências Humanas – URI Erechim. E-mail: scarlos@uricer.edu.br.

As diversas possibilidades tecnológicas nas formas de ensinar e aprender Geografia desenvolvem novas competências, fazem com que os educadores introduzam em suas práticas de ensino, novos métodos de desenvolver os trabalhos pedagógicos, estimulando o desenvolvimento do conhecimento e do pensamento crítico.

Neste sentido, têm-se a preocupação de apresentar, através deste estudo, a importância do uso de diferentes possibilidades tecnológicas no ensino da Geografia, enfatizando a necessidade de inseri-las no cotidiano dos educandos para que os mesmos correspondam às exigências da sociedade moderna e globalizada, servindo como um meio motivador e facilitador no processo de ensino e aprendizagem.

O Ensino de Geografia no Ensino Fundamental – O Quinto Ano

Atualmente, vive-se um momento onde a sociedade, cada vez mais, está em busca de novas maneiras para aprender, adquirir conhecimento continuamente, pois as informações mudam constantemente. Em virtude disso, os educadores, são os que mais precisam buscar aperfeiçoamento para interagir com seus educandos e serem capazes de enfrentar os desafios propostos pelo avanço das tecnologias.

Adquirir conhecimento deixou de ser tarefa exclusiva da escola, estando disponível em vários lugares. De acordo com o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 4).

Sabe-se da importância do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental para que os educandos adquiram um bom aprendizado, com novas habilidades, tornando-se críticos e pensantes.

Para uma boa compreensão do ensino de Geografia, é necessário que os educadores trabalhem com metodologias diferenciadas que possibilitem um melhor aprendizado por parte dos educandos, não somente decorando o que está nos livros didáticos, buscando também sempre relacionar os fatos com os acontecimentos da atualidade.

Os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental (PCNs), relatam que: " a Geografia [...] oferece instrumentos essenciais para compreensão e intervenção na realidade social” (BRASIL, 1997, p. 67). Ainda segundo os PCNs, é por meio da Geografia que se

consegue compreender como a sociedade interage com a natureza construindo seu espaço. Este documento propõe que se realize um trabalho pedagógico no Ensino Fundamental para ampliar a capacidade dos educandos para compreenderem as diferentes paisagens e o espaço geográfico onde estão inseridos.

A Geografia sempre estudou as paisagens naturais de forma dissociada do espaço vivido pela sociedade, sendo que, muitas vezes, os procedimentos didáticos utilizados pelos educadores eram apenas para memorização e decodificação dos conteúdos pelos educandos, sem esperar que os mesmos questionassem, entendessem, estabelecessem relações.

A Geografia ensinada era neutra, até por volta da década de 70. Após, a realidade tornou-se mais complexa, sendo preciso realizar estudos voltados para a análise das relações mundiais e com isso foi preciso utilizar-se também de meios técnicos e científicos para realizar pesquisas no campo da Geografia.

As mudanças ocorridas ao longo do tempo no ensino de Geografia foram positivas para o Ensino Fundamental, sendo um estímulo para que os profissionais da educação inovassem seus métodos de ensino. Porém, ainda existem pontos negativos, pois estas mudanças vão sendo descartadas constantemente e, na maioria das vezes, os educadores não conseguem acompanhá-las, reproduzindo somente o ensino baseado nos livros didáticos.

Para desenvolver nos educandos o gosto pelo ensino de Geografia e a capacidade de melhor localizar-se e compreender o espaço onde estão inseridos, faz-se necessário que os educadores, nos dias atuais, utilizem variados recursos didáticos e tecnológicos disponíveis.

O educador deve mostrar aos educandos que o ensino de Geografia vai além dos livros didáticos, demonstrando isso por meio de suas habilidades com o uso de diferentes tecnologias em sala de aula.

Para que os educandos permaneçam e se sintam bem no ambiente escolar deve haver uma educação de qualidade, sendo necessário levar às escolas a tecnologia da informação.

É importante destacar a necessidade dos profissionais da educação buscarem muita atualização e aperfeiçoamento para conseguirem trabalhar com as novas tecnologias disponíveis, transmitindo maior conhecimento aos seus educandos.

Orienta o PCNs, que :

> Pelo estudo da Geografia os alunos podem desenvolver hábitos e construir valores importantes para a vida em sociedade. Os conteúdos selecionados devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o

> lugar onde vive e, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira, valorizando os aspectos socioambientais que caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental. Devem permitir também o desenvolvimento da consciência de que o território nacional é constituído por múltiplas e variadas culturas, que definem grupos sociais, povos e etnias distintos em suas percepções e relações com o espaço, e de atitudes de respeito às diferenças socioculturais que marcam a sociedade brasileira (BRASIL, 1997, p. 83).

De acordo com os PCNs de Geografia, no decorrer das aulas, é interessante utilizar "produções musicais, fotografias e até mesmo o cinema para obter informações, comparar, perguntar e inspirar-se para interpretar as paisagens e construir conhecimentos sobre o espaço geográfico" (BRASIL, 1997, p. 78). Outras fontes de informação e leitura do espaço e da paisagem que podem ser utilizados nas aulas de Geografia para melhor entendimento, são: fotos comuns, aéreas, filmes, gravuras e vídeos.

É necessário que os educadores, principalmente os de Geografia, procurem atualizações contínuas, e também devem estar atentos às sugestões dos educandos para cada vez mais melhorar a sua prática.

Porém, na maioria das vezes, o que se percebe é que os educadores não se preocupam com a maneira como estão transmitindo o conhecimento para os educandos, fazendo com que os mesmos percam a vontade de estudar Geografia e considerem as aulas monótonas. Isto está relacionado à falta de interesse em buscar novas práticas pedagógicas para despertar a atenção dos educandos, fazendo com que os mesmos percam o interesse pela disciplina.

O ensino de Geografia deve ser formador de cidadãos, onde os educandos devem ser incentivados a não apenas decodificar ou memorizar os assuntos abordados em sala de aula, mas tornarem-se cidadãos críticos e pensantes. E nesta prática, o educador deve sempre levar em consideração os níveis e as necessidades individuais de cada um, pois numa sala de aula existem diferentes educandos, com distintos tempos de aprendizagem.

Na sociedade atual estão ocorrendo diversas transformações no mundo do trabalho e o avanço tecnológico está incidindo fortemente na escola. Sendo entendido como tecnologia aquilo que é inventado para facilitar o trabalho diário dos seres humanos. Levando em consideração o aspecto da informática, Mercado (1999, p. 13), afirmou que: são "recursos tecnológicos que envolvem o uso de computadores e redes telemáticas (internet), [...] são o conjunto de processos e produtos derivados da informática, suportes de informação e canais de comunicação relacionados com o armazenamento, processamento e transmissão digitalizada de informações".

Nesse novo ambiente escolar, com novas tecnologias, é preciso criar múltiplas e diferenciadas maneiras tecnológicas de transmitir os conhecimentos de Geografia para os educandos. Isso exige uma nova postura do educador, porém, permite que o mesmo trabalhe melhor o desenvolvimento e aquisição dos conteúdos.

As novas tecnologias disponíveis servem para auxiliar os educadores a transmitir o conhecimento aos educandos, criando novos ambientes de aprendizagem, levando os mesmos ao entendimento e construção do seu próprio conhecimento.

Assim:

> As novas tecnologias, junto com uma boa proposta pedagógica, são de grande importância a partir do momento em que são vistas como ferramentas/mídias educacionais podendo ser facilitadoras da aprendizagem, tornando-se mediadora, por facilitarem ao aluno construir seu próprio conhecimento, na qual o aluno passa ter papel ativo, buscando resolver suas necessidades (MERCADO, 1999, p. 53).

O uso das novas tecnologias deve estar interligado com ambientes de ensino e aprendizagem, pois é preciso criar situações para que o educando atinja os objetivos desejados. As tecnologias sozinhas, não conseguem fazer com que os educandos adquiram o conhecimento, a capacidade e a atitude necessários.

Para Mercado (2002, p. 66): “os melhores programas são aqueles em que o aprendiz usa seu raciocínio e pesquisa informações para resolver os desafios” e para Kalinke (1999, p. 72): “a utilização desses softwares pode servir como uma nova fonte de estudo, bem mais interessante e agradável, fornecendo assim subsídios motivacionais aos alunos, para que eles aprofundem seus conhecimentos sobre os assuntos que estão sendo estudados”.

Para que o trabalho em sala de aula seja eficaz, é preciso ter clareza, segundo Kalinke (1999, p. 31), que: “o computador não é a solução de todos os males da humanidade, tampouco será a saída para resolvermos os problemas educacionais que se avolumam nas últimas décadas. Precisamos ter uma visão mais ampla de tecnologia educacional”.

Kalinke (1999, p. 44), afirmou que: “os alunos precisam estar prontos a aceitar que o papel do mestre não é mais o de único transmissor do conhecimento, mas que ele também está envolvido no centro das transformações e, portanto, tem o direito de não estar totalmente atualizado”.

Para obter-se o domínio destas novas técnicas o educador necessita de muito estudo e prática e muitas vezes é preciso que o mesmo se coloque na condição de educando

aprendendo a aprender para depois transmitir este conhecimento, orientando bem os educandos na sala de aula.

Existem vários *sites* disponíveis que podem auxiliar os educadores no momento de transmitir o conhecimento geográfico em sala de aula, utilizando as diferentes temáticas geográficas, sendo muito eficazes no processo de ensino e aprendizagem. Tudo o que for preparado, buscando estimular a curiosidade e a criatividade dos educandos, contribui na formação dos mesmos, tornando-os capazes de buscar novas informações e instigando-os para a importância do conhecimento geográfico para sua vida.

Na sequência propõe-se variadas possibilidades tecnológicas para ensinar a Geografia no quinto ano do Ensino Fundamental, por meio de imagens, jogos, e vídeos geográficos.

Um dos sites mais visitados é o www.educopedia.com.br, no qual são encontradas diversificadas possibilidades midiáticas.

Para auxiliar no entendimento das paisagens e os elementos que a formam pode-se acessar o http://www.sempretops.com/wp-ontent/uploads/ Paisagens-Naturais-do-Brasil-%E2%80%93. A sequência de imagem que podem estão disponibilizadas no site proporcionam um melhor entendimento sobre o tipo de paisagem em que eles se encontram e os elementos que formam esta paisagem.

Com relação a utilização de vídeos geográficos os “Agentes modeladores do Relevo” tem o objetivo de distinguir quais são os principais tipos de relevo. Compreender o que significa o termo paisagem. Destacar os diferentes tipos de paisagem existentes. Demonstrar o quanto a observação da paisagem é importante para entender o mundo em que se vive. (https://www.youtube.com/watch?v=HqkQxTKjoNM).

O vídeo “Os lugares mais bonitos do mundo” tem o objetivo de apresentar as diversas paisagens existentes além de diferenciar os elementos culturais e naturais presentes nas paisagens. (https://www.youtube.com/watch?v=jLY8cYUu6VM#t=36).

O filme “Floresta da Tijuca, a Floresta Urbana” mostra a presença de elementos culturais (humanos) e naturais. (https://www.youtube.com/watch?v=kDyVQtTbS-I).

Paisagens que não sofreram intervenção humana é o foco do vídeo “Paisagens naturais do mundo e do Brasil” (https://www.youtube.com/watch?v=NY0pfrXa5yc).

Identificar, em iconografias ou representações cartográficas, os principais tipos de relevo do Rio Grande do Sul. Relacionar o processo de ocupação do espaço e a influência do

relevo e distinguir as causas sociais das causas naturais ao analisar a ocorrência de um fenômeno associado às modificações da superfície da Terra são encontradas no vídeo "A formação da Terra em três minutos". (www.youtube.com/watch?v=hhrd22FwEZs).

Reconhecer o trabalho da sociedade na construção do espaço geográfico e perceber as transformações deste, principalmente pela ação humana. Estudar a relação da mudança da paisagem com a evolução da sociedade e da natureza, por meio do vídeo "O que é espaço geográfico". (www.youtube.com/watch?v=YHlyZrMDCxI).

A utilização de jogos geográficos é outra possibilidade de incrementar com o uso de multimeios as aulas de Geografia.

No link http://edumed.no.sapo.pt/JogoPaiSag.htm, é oportunizado um jogo que permite distinguir a diferença entre paisagem natural e paisagem humana.

Com este jogo, vinculado ao link a seguir, é possível distinguir os diferentes tipos de clima existentes e conhecer suas características. (http://edumed.no.sapo.pt/JogoCliMun.htm).

Viajar e localizar diferentes lugares no mapa com suas respectivas coordenadas (latitude e longitude), está disponibilizado no link http://edumed.no.sapo.pt/JogoCooGeo.htm.

O estudo da população (taxa de natalidade, mortalidade, urbanização, esperança de vida) poder ser feito por meio do link http://edumed.no.sapo.pt/JogoPopMun.htm.

As diferentes catástrofes naturais que existem, visualizando suas características são acessadas no link http://edumed.no.sapo.pt/JogoCatNat.htm.

A divisão dos setores econômicos: primário, secundário e terciário é encontrada no link http://edumed.no.sapo.pt/JogoActEco.htm.

A visualização dos principais recursos existentes em cada país está disponível no link http://edumed.no.sapo.pt/JogoRecSub.htm.

No link http://edumed.no.sapo.pt/JogoAgrMun.htm está acessível jogo, onde é possível visualizar quais são os principais produtos agrícolas produzidos em cada país.

Existem outros endereços eletrônicos que contemplam diversos temas do estudo geográfico. É necessário que os professores dispendam tempo para novas buscas o que auxiliará sobremaneira na construção do entendimento mais eficaz do espaço geográfico, especialmente aquele vinculado ao quinto ano do ensino fundamental.

Considerações Finais

A sociedade está em constante processo evolutivo e nas últimas décadas evidenciou-se um avanço significativo no uso das tecnologias, onde as mesmas estão influenciando de forma significativa no modo com que os educandos adquirem conhecimento. Compreender o uso das novas tecnologias inseridas na sociedade exige aprendizado, domínio e comprometimento. É preciso se aperfeiçoar constantemente, a cada inovação, deve-se prestar muita atenção no que a internet trouxe de "novo" e selecionar o que é bom e produtivo para auxiliar os educadores a construírem o conhecimento juntamente com os educandos de forma prática, lúdica e prazerosa.

Analisando as propostas presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino em Geografia no quinto ano do Ensino Fundamental, percebe-se que o educador deve mostrar aos educandos que o ensino de Geografia vai além dos livros didáticos, demonstrando isso por meio de suas habilidades com o uso de diferentes tecnologias em sala de aula. Os PCNs demonstram que a utilização de diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos são necessários para construir o conhecimento e trabalhar criticamente com os educandos.

O educador precisa se adaptar s nova dinâmica educacional que engloba diferentes possibilidades tecnológicas de se trabalhar os conteúdos nos diferentes ambientes educacionais, estimulando assim, para a melhor compreensão do assunto.

As novas gerações esperam aulas diferenciadas, os educandos não querem mais entrar na sala de aula somente para receber informações, eles esperam que o educador relacione os assuntos abordados com a realidade onde estão inseridos e que ele transmita esses conhecimentos por meio de instrumentos diversificados para promover uma educação onde o ensino e aprendizagem de Geografia seja efetivo.

É sabido que as novas tecnologias fazem parte do cotidiano da maioria das crianças e adolescentes, porém, acredita-se que estas tecnologias podem ser uma excelente proposta metodológica para o ensino de Geografia. No entanto, acredita-se que apenas expor o educando ao uso das tecnologias (Internet, jogos, imagens, vídeos, entre outros) não é suficiente para o entendimento de tal Ciência. Por conta disso, a presença do educador na sala de aula como mediador e orientador, é indispensável no processo de ensino e aprendizagem buscando sempre aperfeiçoar-se e modificar sua prática.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9.394/96. Brasília, 1996.

KALINKE, M. A. **Para não ser um professor do século passado**. Curitiba: Editora Gráfica Expoente, 1999.

MERCADO, L. P L. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: Edufal, 1999.

_____. **Novas tecnologias na educação**: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002.

SOFTWARES: UMA ALTERNATIVA PARA FACILITAR A COMUNICAÇÃO ENTRE CLIENTES SURDOS E PROFISSIONAIS OUVINTES EM AMBIENTES COMERCIAIS

Carine Toso[1]
Carlos Antônio da Silva[2]

Eixo Temático: Educação e Tecnologias
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Considerando a premência de inclusão dos surdos e sabendo que a falta de domínio de uma língua acaba privando o sujeito de muitos fatores cotidianos, ao mesmo tempo que um profissional com desconhecimento da língua de sinais, acaba limitando os clientes surdos quanto as suas necessidades comunicativas, torna-se oportuno, propor algumas alternativas de capacitação humana e tecnológicas capazes de facilitar a relação de surdos com ouvintes em ambientes comerciais. O trabalho teve como objetivo analisar a legislação em vigor destinada aos ambientes comerciais, dando ênfase aos clientes surdos e também buscar alternativas tecnológicas que venham suprir algumas dificuldades nesse atendimento. Primeiramente apresenta-se a legislação referente a adequação dos ambientes em epígrafe com relação aos clientes surdos. Após, sugerem-se opções tecnológicas, visando facilitar o entendimento entre o cliente surdo e o profissional ouvinte ali presente. Ao final, constatou-se que quando não há presença de um profissional com conhecimento em Libras, as tecnologias, entre elas os *softwares*, podem facilitar esse contato entre profissionais ouvintes e cliente surdos. A Libras é o alicerce da compreensão e comunicação dos surdos, portanto, quando os ambientes comerciais e os profissionais estão habilitados quanto a mesma, propiciam um atendimento justo e de qualidade aos seus clientes surdos.

Palavras-chave: Surdos. Tecnologias. Libras.

A Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), regulamenta a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, segunda língua no Brasil, e a língua oficial dos surdos brasileiros. Esta, foi regulamentada pelos decretos 5.296/2004 e 5.626/2005, os quais, referem-se a sua aplicação como forma de comunicação e acessibilidade aos surdos do país.

Com fulcro no que preconiza a legislação em vigor, tem-se entre outras, o Decreto Federal nº 5.626/2005 (BRASIL, 2002), onde encontra-se que:

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Câmpus de Erechim
[2]Professor do Departamento de Ciências Humanas URI Câmpus de Erechim

> Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2004.
>
> § 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.
>
> § 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Portanto, o ideal seria os ambientes comerciais estarem devidamente adequados com profissionais capacitados e com formação em Libras, para suprir parcialmente as necessidades dos surdos quanto ao produto ou dúvida referentes ao ambiente.

Ainda, segundo o Decreto Federal nº 5.626/2005 (BRASIL, 2002), lê-se que:

> Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.
>
> Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.
>
> Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Mesmo em ambientes privados, percebe-se a importância de incluir nos orçamentos um valor destinado a formação e capacitação dos funcionários quanto a aprendizagem da Libras, para poderem ofertar um atendimento de qualidade aos clientes surdos. Um

profissional que busca realizar um bom atendimento e que possui um contato direto por meio da comunicação com seus clientes, necessita uma formação com o objetivo de compreender seu cliente surdo, não apenas em relação as suas características biológicas, mas também, deve compreender a sua cultura e as especificidades de sua língua.

Vygotsky (2010), ressaltou que deficiente é o contexto social, devido não atender as necessidades dos sujeitos que apresentam alguma restrição biológica frente às necessidades sociais. Assim, é possível classificar as estruturas sociais como deficientes, e não o sujeito com alguma restrição.

Quadros (2003), acrescentou que para um contexto social favorecer o surdo, ele precisa realizar as interações linguísticas de maneira plena, ou seja, valorizando as diferentes maneiras linguísticas, e não apenas uma específica.

O intérprete da língua de sinais (ILS), é o profissional adequado para mediar essa relação entre surdos e ouvintes, mas, quando não há presença desse profissional é possível recorrer ao uso das tecnologias assistivas ou das tecnologias da informação e comunicação (TICs), para facilitar essa relação e assim, melhorar o atendimento com os clientes surdos.

O contato do cliente surdo com o profissional ouvinte, através da tecnologia, é uma maneira de promover a interação e comunicação. Assim, as tecnologias visam facilitar esse contato. Diariamente as atividades humanas são mediadas por ferramentas tecnológicas e quando utilizadas, alteram as práticas interacionais, podendo aprimorar e gerar novos conhecimentos ao usuário.

Pensando nisso, indica-se algumas sugestões de TICs ou tecnologias assistivas que possam auxiliar nesse contato com os clientes surdos. Buscou-se analisar dois *softwares*, *ProDeaf e Hand Talk*, os quais, são classificados como tradutores e não somente dicionários de Libras.

Os *softwares ProDeaf* e *Hand Talk*, são ferramentas gratuitas de tradução *on line* e em tempo real, do português para a Libras. Estes tradutores podem ser utilizados por pessoas ouvintes ou surdas, de todas as idades.

O *software ProDeaf* móvel é o primeiro *software* tradutor de português para a Libras. Com esta ferramenta, é possível traduzir automaticamente pequenas frases para Libras através de textos escritos ou reconhecimento de voz, facilitando também a aprendizagem da língua de sinais.

Através do *software*, é possível realizar traduções para Libras de qualquer conteúdo textual do mundo físico, por meio de um código de barras 2D (QR-Code) localizado, estrategicamente, próximo ao conteúdo a ser traduzido. Basta o indivíduo surdo ou ouvinte apontar seu aparelho celular para o código e usufruir do conteúdo devidamente traduzido para

Libras.

Este *software* possui um Dicionário de Libras com milhares de palavras em português, realizando traduções sem necessidade de conexão com a internet.

As traduções são interpretadas por um personagem animado em tecnologia 3D. O *software* é compatível em aparelhos com *Android* (via *Google Play*), *iOS* (*iPhone/iPad/iPod*) e *Windows Phone* 8 (via *Windows Phone Store*).

Por meio do *ProDeaf*, é possível personalizar o atendimento do ambiente comercial com a LIBRAS, sendo implementada em autoatendimento ou *tablets*. Assim, pode ser oferecido conteúdos específicos em Libras. O *software* possui função videochamada, diretamente com a central de intérpretes do *ProDeaf*, os quais estão aptos a conversação entre surdos e ouvintes.

O uso e *download* do *ProDeaf* Móvel é gratuito, sendo possível encontrar no *link* http://prodeaf.net/instalar ou na loja de *softwares* do aparelho.

Quanto ao *software Hand Talk*, necessita do acesso a internet e é compatível com: *iOS (Apple)*; sistema operacional a partir do *iOS* 5.0; dispositivos: *iPhone* (3Gs ou superior), *iPad* (todos os modelos), *iPod Touch* (todos os modelos); *Android*; *Tablets* e *smartphones* a partir da versão *Android* 2.3; estrutura de processamento ARMv7, *OpenGL* 2 ou superior; *BlackBerry*; dispositivos: *Smartphones BlackBerry* Z10, Q5 e Q10.

Este *software* traduz conteúdos apenas do Português (Brasil) para a Libras, ainda não possui suporte para línguas estrangeiras.

Existe três possibilidades de inserir conteúdo para ser traduzido, as quais são:

- Texto: Digitar ou colar algum texto no campo determinado e logo após o Hugo, intérprete virtual da *Hand Talk*, traduz para Libras.

- Áudio: Ao clicar no ícone com o microfone, o *software* captura o áudio ambiente e a pessoa ouvinte pode falar naquele momento. Logo após deve clicar no botão com um “X” para encerrar a gravação. Após isso, deve-se aguardar poucos segundos e visualizar a tradução. É necessário enviar mensagens curtas de voz para que o Hugo compreenda com mais clareza.

- Foto: É possível fotografar ou escolher alguma foto na galeria do aparelho, que contenha um texto legível, como por exemplo, um título de uma matéria de revista. Após escolher a foto, é preciso recortar o trecho desejado com o texto, verificando a tradução logo em seguida.

Para utilizar a tradução automática, é necessário que o *software* tenha acesso à *internet*, pois, todo o sistema de tradução automática funciona *on line*. Diariamente novos sinais são inseridos automaticamente, por isso, a necessidade da *internet*. Caso não tenha

acesso o tradutor irá apenas usar a datilologia (soletração) de cada palavra consultada.

É possível salvar os vídeos com as traduções ou compartilhá-los nas redes sociais. O *download* e o uso do *software* é gratuito e para realizar o *download* basta entrar no site próprio da Hand Talk (http://www.handtalk.me/app).

Constatou-se que embora os *softwares* indicados apresentem limitações, tais como: necessidade de conexão e restrição de determinados aparelhos nos dois *softwares*, o que acaba reduzindo a quantidade de usuários, é possível facilitar, por meio desses, o processo de inclusão dos surdos, quando o profissional não possuir um conhecimento em Libras.

Por meio do trabalho conclui-se que as tecnologias e inclusão remetem a um assunto inquietante e a sociedade necessita refletir, analisar e tomar consciência do que sabe, aceitando e dispondo-se a mudar conceitos, aprimorando também os conhecimentos, tanto para substituir conceitos antigos, para analisar novas informações ou para obter novos conhecimentos. Assim, rompendo as barreiras da comunicação entre surdos/ouvintes e transformando esses ambientes comerciais em algo verdadeiramente democrático.

Referências

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.296**, Regulamenta as leis nos10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 02 dez. 2004.

_____. **Decreto Federal nº 5.626**, Presidência da República, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n°10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 dez. 2005.

_____. **Lei nº 10.436**, Presidência da República, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 24 abr. 2002.

HANDTALK. http://www.handtalk.me/ Acesso em: 7 jul. 2015.

PRODEAF. http://www.prodeaf.net/ Acesso em: 10 jul. 2015.

QUADROS, R. M. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: Inclusão/exclusão**. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed, 2010.

A CRIANÇA CEGA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Carina Carla Piccoli[1]
Simone Teresinha Marangoni[2]
Cleir de Oliveira Tomasi[3]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas À Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação oral

RESUMO

O sonho dos pais é ter um filho saudável e que venha para superar todas as expectativas criadas durante a gestação. Quando percebem que o plano sai do que era previsto, é necessário buscar a orientação dos profissionais da área, para que aconteça estimulação e desenvolvimento dessa criança. A família será o primeiro contato social da criança com o mundo, sendo assim, esta não pode nem deve impedir que a criança cega interaja ou se relacione com outras crianças. O desenvolvimento delas acontece da mesma forma, cada uma no seu tempo, com as suas particularidades, da mesma forma e com as mesmas necessidades básicas, aconchego, alimentos, carinho e limites. Quem faz as diferenças são os adultos, entre as crianças as brincadeiras envolvem o grupo e cada um tem o seu espaço respeitado.
A escola é um espaço que vem para somar o trabalho realizado pela família, sendo acolhedora, visando estimular a criança em sua integralidade, com ou sem deficiência, dando para a família e para a criança segurança, ao garantir que ali serão respeitados em suas individualidades e não expostos por isso. Com um olhar humanizado de profissionais competentes e preparados para as tarefas que resumem a educação infantil cuidar e educar. Porém é necessário além do querer, para o sucesso desta proposta. A qualificação dos profissionais da educação periodicamente é algo muito importante e que precisa ser repensado nas escolas.

Palavras-chave: Inclusão. Crianças cegas. Educação Infantil

Crianças Cegas e a Educação Infantil

O tema inclusão vem sendo cada vez mais discutido nas escolas. Assim é chegado o momento de repensar a pratica escolar inclusiva.

---

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI Erechim.
[2] Professora do Departamento de Ciências Humanas da URI Erechim.
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI Erechim.

Conforme Maciel (2009), a Educação inclusiva é uma expressão mais específica do que inclusão e compreende o ambiente escolar. Esse conceito é compreendido, na bibliografia sobre inclusão, como alternativa segundo a qual a escola se transforma para atender a diversidade. A Educação Inclusiva consiste na ideia de uma escola que não selecione crianças em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas sociais ou culturais. A sua implementação, sugere uma nova postura da escola regular, valorizando a diversidade em vez da homogeneidade. A contradição dessa proposição é observada quando consideramos que a escola não é uma instituição isolada, mas sim parte da sociedade e, como tal, expressa o movimento contraditório que ocorre no espaço escolar e as concepções vivenciadas fora desta. As diferenças de classe ficam visíveis quando os alunos frequentam as escolas, seja na educação básica ou na educação superior. Considerar as diretrizes das políticas de inclusão social e suas derivadas para orientar o trabalho docente e a organização escolar é, todavia, uma alternativa, tendo em vista que a escola pode ser um espaço de resistência.

Porém para que a educação inclusiva aconteça em sua integralidade dois são os pilares fundamentais, o empenho da família e da escola que juntas, sem desmerecer a importância ou o trabalho de qualquer uma das duas instituições, podem estimular o desenvolvimento integral da criança.

Nenhuma família cria expectativa de receber uma criança com deficiência, todos os pais sonham com crianças saudáveis e sorridentes que possam correm, pular, corresponder às brincadeiras dos pais e amigos e ver o mundo ao ser redor. Sem dúvida alguma é um grande choque para a família receber a notícia de que seu filho será uma criança que poderá não atender a todas essas expectativas criadas nos nove meses de gestação, ou às vezes mais tempo de planejamento. Ali começa uma fase delicada para a família, de tempo indeterminado, que somente eles podem saber quando estarão prontos para superar.

> Os pais de uma criança deficiente estão num eterno luto pela perda do filho saudável que não veio; o que existe é uma criança substituta que está definitivamente lesada. Da mesma forma, os pais sofrem um grande golpe em sua auto-estima, geralmente acompanhado de culpa, e são frequentemente forçados a se desligarem da criança de sua fantasia, enquanto atendem às necessidades sempre presentes da criança substituta. Ao negarem seus sentimentos reais de desgosto, os pais impedem que se desencadeie o processo de luto pela perda da criança idealizada, não conseguindo resolvê-la adequadamente (CARLETTO, 2010, p.12)

Nesta fase a ajuda e orientação de profissionais qualificados sobre o assunto é de fundamental importância, para entender todos os sentimentos envolvimentos nesta hora, a frustração, aceitação. Quanto se sentirem prontos, podem buscar o auxílio da escola, à procura de estímulos e para a criança, resultando uma vida melhor para a família num todo.

A criança cega ou com deficiência visual apresenta algumas características diferenciadas ainda quando bebê. Como a falta do sorriso espontâneo diante da interação do adulto.

A curiosidade é uma característica nata de toda a criança e que deve ser estimulada na criança cega ou com deficiência visual, assim como a exploração de brinquedos, investigações sobre o mundo ao seu redor, levando-a para passear, sem escondê-la por sua deficiência, por vergonha ou superproteção. A criança cega se desenvolve e têm as mesmas necessidades que todas as outras crianças, basicamente comida, roupas, carinho, estimulação e limites. Nada a diferencia das outras crianças em relação ao desenvolvimento, se bem estimulada. Sons, texturas, temperaturas, elevações, voz, um toque, podem servir de alavanca para novas descobertas do mundo ao seu redor, pois, ao estarem com um sentido do corpo diminuído, outros são despertados com maior intensidade. Desde muito cedo os outros sentidos são utilizados com maior eficiência que em outras crianças. Privá-la do convívio social, visando evitar quedas ou machucados, ou pensando no filho como um incapaz, em nada auxiliará nas fases do seu desenvolvimento. As crianças aprendem umas com as outras. Cada criança é única, com deficiência, ou não, tem sua personalidade, seus gostos, desagrados e interesses de forma diferenciada, assim cabe a família pensar no dia-a-dia desta criança apenas com mais imaginação, criatividade e paciência, pois em quase nada muda a forma de tratar um filho cego ou outro que não seja. Pensando na sua autonomia, sem superproteger ou subestimar a criança, permitindo-a que realize suas obrigações com segurança. A valorização da criança pela atividade realizada ou um sucesso alcançado, até em tarefas simples como vestir a meia, colocar a mesa ou guardar os brinquedos, deve acontecer, mostrando a ela que pode realizar as mesmas praticas que outras pessoas, que é útil para si e para os outros.

A estimulação precoce é fundamental para o desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência, e a escola tem papel importante nesse processo de formação. Assim precisa-se buscar escola com pratica educacional inclusiva, visando o bem estar e o desenvolvimento global do estudante, enaltecendo seus sucessos e estimulando a resolver seus insucessos (RODRIGUES, 2006).

O número de matriculas para crianças com deficiências nas escolas vem aumentando ano após ano, assim, para que realmente aconteça à inclusão, é preciso repensar num todo, reformulando antigas estratégias pedagógicas e os espaços que essa instituição tem a ofertar ao estudante. Com planejamentos que visem atender a todos os estudantes, não permitindo que estejam desassistidos ou sem condições de acompanhar os colegas em suas aprendizagens. É importante um olhar humanizado da secretaria de educação e direção das escolas, em rever os espaços físicos para que se tornem acessíveis a todos, também ofertando materiais pedagógicos de qualidade. Aos professores e coordenação pedagógica rever as estratégias de ensino que serão utilizadas neste processo, com atividades lúdicas, histórias, brincadeiras, jogos que sejam atrativos. Sendo o professor estimulador e mediador entre as crianças e novos conhecimentos.

Desse modo para Leite (2013), o papel e a atuação do professor já não é há muito tempo a mesma do passado. Antes ele detinha todo conhecimento e depositava nos seus alunos aquilo que havia estudado. Porém, esse estudo era normalmente lido e repassado para os mesmos sem reflexão ou visão crítica dos conteúdos. Hoje as coisas mudaram, o professor pode e deve ensinar os alunos a pensar, a questionar e a aprender a ler a realidade, para que possam construir opiniões próprias. O professor é apenas o mediador na sala de aula, aquele que dará caminhos para o educando produzir e construir o seu próprio conhecimento. Cabe ao professor repensar sobre sua prática pedagógica diária, trilhando o caminho da escola inclusiva, onde as crianças são respeitadas em suas individualidades e estimuladas em suas aprendizagens.

Quando a família chega até a escola, cabe à instituição, acolhe-la com atenção e carinho, mostrando que aquele novo espaço que a família passará a frequentar, é seguro para seu filho, que não serão expostos, excluídos ou apontados por sua diferença e sim que neste ambiente serão atendidos por profissionais dispostos a buscar novos conhecimentos e formas de melhor atende-lo. A escola deve ser um ambiente acolhedor, seguro e afetivo, capaz de compreender as necessidades da criança e o tempo da família. Inicia-se o processo de adaptação escolar da família e da criança, de forma gradativa, visando reconhecer o estudante como ser social que produz conhecimento e cultura.

Neste primeiro momento, sabe-se que algumas crianças têm maiores dificuldades de se adaptar a novos ambientes. Então se os pais estiverem seguros e confortáveis neste ambientes, é este sentimentos que será transmitido para a criança por meio de olhar, do toque e de

palavras, facilitando a adaptação escolar do estudante.

Os pais entendem que a criança perceberá a cegueira da mesma forma que eles, quando na verdade ela cria uma nova forma de ver o mundo. Sem saber o que é ver com os olhos, nem que está privada de algo, pois o uso de outros sentidos proporciona vivenciar formas diversas de explorar o mudo ao seu redor. É importante também, a troca de ideias entre pais de crianças cegas ou deficientes visuais, para que possam compartilhar suas angustias e felicidades, que são crianças acima de tudo, e ser cego é apenas um aspecto do seu todo. Sendo importante a estimulação da independência e autonomia, o carinho, presença e segurança da família.

O processo de inclusão de crianças com deficiências nas escolas é motivo de grande apreensão também entre os profissionais da educação, por serem poucas as formações especificas. A maioria que atua em sala de aula inclusiva tem a formação básica, sem um conhecimento mais aprofundado sobre tal deficiência. Sabe-se a importância das formações nas escolas, educação inclusiva é um tema que deve estar presente em diversos momentos no ano letivo, sendo repensada sua prática sempre que necessário.

Na educação infantil também é importante conhecer mais sobre todos os estudantes, pensando desta forma, muitas instituições adotaram a entrevista aos pais no inicio do ano letivo. Nesta, o profissional pode conhecer algumas questões mais particulares sobre os estudantes que atendera durante o ano, podendo assim auxiliar e entendê-lo melhor em situações do cotidiano.

São características de criança cega: ao tocar os objetos, levar ao nariz e cheirar, ou balançar, para ouvir qual seu som, perguntar o que é ao tocar as pessoas passar a mão no seu rosto e cheirar, até reconhecer. Quando entram em novos ambientes, batem o pé com cuidado para sentir os obstáculos, enquanto não faz uso da bengala. O barulho dos colegas, na sala de aula e nos espaços comuns da escola, interfere no reconhecimento do espaço ou das vozes ali presentes pela criança cega. A mão passa a ser protagonista em suas descobertas do dia-a-dia, faz a varredura de objetos e guia-se na parede dos corredores da escola, é com a parte de fora da mão que se guiará, pois a parte interna deve ser preservada para a leitura Braille.

Deve se evitar a troca demasiada de professoras na sala de educação infantil com crianças cegas, por serem criados entre eles pequenos rituais. O estudante passa a reconhecer o educador e os colegas por sua voz, por seu cheiro. Um ambiente sem grande agitação ou

tumultos facilita o dia-a-dia da criança cega.

Outro fator relevante na relação entre o professor e o estudante com deficiência visual e cegueira é a confiança. A partir das mãos do professor, esta criança será guiada pelos espaços da escola, conhecendo-o e dando assim maior autonomia e segurança. O estudante experimenta texturas e sensações sem medo, pode ter a confiança de correr e brincar no escuro, com a voz e a mão do seu professor. Sentir algo diferente, confiar na pessoa que está trazendo essa novidade.

Um adulto observando uma criança cega pintando com tinta, pode não ver perspectivas no final deste trabalho, mas para a criança é uma experiência valiosa. O resultado na tela pode não ser o mesmo de um grande artista plástico, aos olhos dos videntes, mas aos olhos da sensibilidade de uma criança cega, é uma obra de arte.

Bibliografia

CARLETTO, M. R. V. **A estimulação essencial da criança cega**. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ produções_ pde/artigo_marcia_regina_vissoto_carletto.pdf> Acesso em: 30 maio 2015.

LEITE, L. A. Inclusão e diversidade na sala de aula. Disponível em: <www.periodicos.unir.br/index.php/semanaeduca/article/download/.../154>. Acesso em: 22 mar. 2015.

MACIEL, C. E. Discurso de inclusão e política educacional: uma palavra, diferentes sentidos. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.15, n.30, p.32-54, jul./dez. 2009.

RODRIGUES, M. R. C. **Estimulação precoce**: sua contribuição no desenvolvimento motor e cognitivo da criança cega congênita nos dois primeiros anos de vida. Dissertação. Mestrado em Ciência da Motricidade Humana. Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio de Janeiro-RJ, 2006.

INCLUSÃO: NOVOS OLHARES E SIGNIFICADOS

Cleir de Oliveira Tomasi[1]
Simone Teresinha Marangoni [2]
Carina Carla Piccoli[3]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas À Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A quebra de paradigmas educacionais surge com o intuito que igualdade e diferença são indissociáveis. A organização das escolas passa a ser repensada e modificada para que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas. Com a inclusão de alunos especiais, desencadeiam-se ações sociais, culturais e pedagógicas para que todos os alunos tenham o direito de estarem juntos, aprendendo e brincando, sem nenhum tipo de discriminação. Este trabalho teve a finalidade de pesquisar e entender como está acontecendo, a inclusão de alunos especiais matriculados nas classes regulares, tendo em vista a falta de estrutura das escolas, principalmente as públicas, e o grande desafio assumido por elas, já que é lá que se concentram grande parte dos problemas vindos da desestruturação das famílias, como pobreza, miséria, drogas, violência, entre outros.

Palavras-chave: Inclusão. Alunos Especiais. Escola Regular.

Introdução

Muito se tem ouvido falar em inclusão, no meio educacional. Leis foram criadas contemplando a inclusão e tornando obrigatória a matrícula de alunos especiais nas escolas de ensino regular. Muitos deles são oriundos das escolas especializadas. Porém, no caminho entre a teoria e a prática, vê-se crianças “encostadas” nas turmas regulares, sem receber qualquer atendimento que contribua para o seu desenvolvimento, e que leve em consideração suas necessidades. Isto acontece devido a políticas educacionais erradas ou ausentes.

As escolas não foram estruturadas, para receber a inclusão. Não foram dadas oportunidades aos professores, funcionários e comunidade escolar para que pudessem estudar e conhecer mais a fundo as deficiências mais comuns nas escolas, antes de receberem os

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia na URI Erechim. E-mail: cleir_tomasi@yahoo.com.br
[2] Professora do Curso de Pedagogia na URI Erechim. E-mail: simomara@gmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia na URI Erechim. E-mail: car_yy@hotmail.com

alunos especiais. No convívio diário nas escolas, são notados pequenos avanços, frutos da dedicação e idealismo de professores e gestores.

Muito se questiona também, sobre a inclusão. Até que ponto é realmente válida? Como os alunos "incluídos" se comportam junto à turma? Atrapalham a aula? E os colegas? Ajudam? Interagem? Como é a alimentação desses alunos na escola? E a higiene? Quanto às atividades: são diferenciadas? São estimulados? Muitas perguntas, poucas respostas! Na tentativa de conhecer a realidade atual da inclusão de alunos especiais na escola regular e encontrar respostas para estas perguntas, como também querer acreditar que ela realmente pode vir a ser realidade em alguns anos, é que realizou-se este trabalho com o intuito de obter um maior conhecimento sobre o tema, tendo em vista sua importância no processo ensino-aprendizagem.

Este trabalho teve como base pesquisas realizadas em bibliografias de autores como Mantoan, Alves, Masiero, Glat entre outros, e atem-se a pontos específicos, os quais são considerados de suma importância para o entendimento de como acontece a inclusão de alunos especiais no ensino regular.

Novos Olhares e Significados

A inclusão de estudantes especiais no ensino regular tem se tornado um grande desafio para as escolas regulares, uma vez que:

> O ato de incluir, não deve significar simplesmente matricular no ensino regular tais educandos, mas assegurar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. Essa proposta implica em uma nova postura da escola comum que deverá propor, no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que verdadeiramente favoreçam a integração social e a opção dos agentes educativos por práticas heterogêneas e atentas à diversidade existente na escola. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, esse processo busca uma pedagogia que se amplie frente às diferenças do alunado. É um novo paradigma que desponta em defesa da ideia de viver a igualdade na diferença, integrar na diversidade (BEYER, 2006, p.73).

A inclusão de alunos especiais na escola de ensino regular tem levado a muitas discussões e dado origem a outras tantas polêmicas. A lei determina que as escolas efetuem a

matrícula de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Porém, as mesmas não têm estrutura física e humana para receber estes educandos. Em muitas delas, os alunos especiais foram apenas integrados nas turmas, e aos poucos a escola vai efetuando as mudanças e adaptações necessárias para que a inclusão desses alunos, realmente aconteça. Esta proposta requer uma mudança geral na estrutura da escola, iniciando pela criação de uma nova concepção de ensino, seguindo com a construção de um projeto político pedagógico inclusivo, novo currículo, nova metodologia, novo modelo de avaliação e principalmente, de novos olhares por parte dos professores, gestores e da comunidade escolar.

A escola precisa rever suas práticas para que a inclusão realmente se efetive, proporcionado a valorização do aluno sem distinção ou preconceito, aberta a todos, independente da condição social, cognitiva ou física. Certamente que um novo modelo de educação, gera medos, dúvidas e incertezas, principalmente aos professores que não receberam em sua formação conhecimentos específicos e nem subsídios para o atendimento aos alunos especiais.

A efetivação do processo de inclusão e o sucesso de todos os alunos, sem exceção, é de responsabilidade da escola, juntamente com a família e a comunidade pois elas são as principais instituições capazes de tomar para si o desafio de tornar a inclusão escolar uma realidade. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos verdadeiramente (BRASIL, 1998).

Quanto a formação do educador, observa-se na convivência diária nas escolas, que os professores do ensino regular ainda não estão preparados para lidar com os alunos especiais. Acredita-se que isso seja em decorrência de uma formação pedagógica inadequada, na qual não recebem conteúdos pedagógicos suficientes para lidar com estes alunos.

Bueno (1993) acredita que a formação do professor e a busca da qualidade do ensino para crianças especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional: a primeira é a dos professores do ensino regular que recebam o conhecimento mínimo exigido, uma vez terão a possibilidade de trabalharem com os alunos; a segunda é a de professores com especialidades nas diversas “necessidades educativas especiais” que possam atender diretamente os alunos com necessidades ou auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula.

A gestão escolar envolve a organização administrativa e pedagógica da escola, visando o desenvolvimento de uma nova prática cultural, baseada no direito que os alunos têm de receber um ensino de qualidade pautado no princípio básico da igualdade, considerando-se que o papel do gestor pedagógico é orientar o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas.

De acordo com Tezani (2010), a criação de um ambiente escolar adequado a aprendizagem exige por parte da gestão escolar um trabalho participativo, no qual planejamentos e implementação de estratégias sejam estruturados e desenvolvidos no coletivo, com a participação de todos os envolvidos no processo. Sendo assim, o primeiro passo, segundo suas recomendações, é construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo do processo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo; o terceiro envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto abrange proporcionar a criação de tempo para reflexão sobre a prática desenvolvida.

Para Penaforte (2009) o desafio do gestor pedagógico é desenvolver estratégias instrucionais que possibilitem respostas às variadas necessidades e situações de aprendizagem. Para tanto, cabe a ele, além de diagnosticar as possíveis necessidades dos professores perante o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, encontrar alternativas viáveis que possam contribuir não só com a prática inclusiva do professor, mas também com o aprendizado dos alunos, seja qual for sua necessidade.

Para Meirieu (2002) é preciso oferecer aos alunos, os recursos de que eles necessitam para a prática da aquisição de habilidades e saberes para a sua construção social, dando-lhes o direito de criar a sua história

Com a realização deste trabalho procurou-se entender como as escolas estão administrando o desafio da inclusão. Concluiu-se que a ideia do convívio com o novo, o diferente, traz muita insegurança para a comunidade escolar que não está estruturada para recebê-los. Insegurança para os professores que não tiveram formação específica, para os pais que não tem conhecimento de como será a inclusão de seus filhos e para os funcionários que também não foram qualificados para tanto.

Tendo em vista que as escolas não possuem as estruturas necessárias para um atendimento de qualidade, é preciso que haja um novo olhar no atendimento aos considerados "diferentes" e que se possa superar os desafios a fim de efetivar a inclusão da melhor maneira possível. Este novo olhar engloba superar várias dificuldades físicas e cognitivas. Essa inclusão não é somente para aqueles com estas deficiências, mas também para alunos com superdotação, para os que fazem parte de grupos marginalizados, aos que estão em situações de vulnerabilidade ou pertencentes às minorias étnicas, raciais e culturais que, em algum momento, exijam um atendimento diferenciado ou especializado.

Quanto à participação dos professores neste processo, ficou clara a insegurança dos profissionais motivada pela falta de capacitação direcionada à prática inclusiva nos cursos de formação. No que se refere a relação família-escola concluiu-se que já foram dados os primeiros passos de uma longa caminhada rumo ao objetivo principal que é a concretização de uma parceria, considerada imprescindível para que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais realmente aconteça.

Todos os educandos são diferentes entre si. É a diversidade natural, portanto, não se deve homogeneizar métodos e práticas educativas e correr o risco de tornar a inclusão "excludente", em que o aluno é apenas acolhido na sala de aula sem interagir e sem receber qualquer suporte para seu desenvolvimento.

Para que as mudanças nos métodos e práticas educativas aconteçam, é preciso que haja empenho das gestões escolares no sentido de proporcionar formação inclusiva aos professores e funcionários, promover adaptações estruturais e de acessibilidade, cobrando dos órgãos responsáveis pela educação o cumprimento das leis da Educação Inclusiva.

Com a realização deste trabalho, ficou a certeza de que a inclusão, no sentido exato da palavra, ainda está longe de acontecer, mas que os avanços são significativos e mostram que o processo, mesmo lento é válido. Já se pode dizer que o cotidiano escolar respeita a diversidade e está a cada dia se tornando um pouco mais inclusivo. Há que se realizar muitas mudanças ainda: Criar projetos político pedagógicos mais eficazes, incluir nos cursos de formação de professores disciplinas específicas relacionadas à educação inclusiva, elaborar um novo currículo para atender a pluralidade, valorizar o professor, elevando sua autoestima, redução do número de alunos por sala de aula e suprir a falta de estrutura das escolas. Estas medidas, por certo, tornarão a inclusão dos alunos especiais nas escolas regulares, mais

efetiva e com subsídios para que eles tenham oportunidade de aprender como os outros alunos, respeitados os seus limites e peculiaridades.

Bibliogafia

BEYER, O.H. Da integração escolar a educação inclusiva: Implicações Pedagógicas**,** 2006. In: BAPTISTA, C. et.al. (Orgs.). **Inclusão e Escolarização:** Múltiplas Perspectivas. Mediação, Porto Alegre, 2006.

BRASIL. **Constituição Federa**l de 1998.

BUENO, J.G.S. **Educação Especial Brasileira**: Integração/Segregação do Aluno Diferente. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

MEIRIEU, P. **A pedagogia entre o dizer e o fazer**: a coragem de começar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PENAFORTE, S.S. **A gestão para a inclusão**: uma pesquisa: ação colaborativa no meio escolar / 2008.

TEZANI, T.C.R., **Gestão escolar**: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva, 2010. http://www.ufsm.br/revistaeducacao.

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EMPRESA

Marinei Soares [1]
Lia Rohenkohl [2]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas À Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O Pedagogo é um profissional apto a trabalhar em diferentes contextos e que sabe organizar, programar, transformar e dinamizar recursos de aprendizagem voltados as necessidades de cada profissional. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde buscou-se literatura a respeito da atuação do profissional Pedagogo na empresa, uma vez que, seu exercício no âmbito organizacional nesse local ainda é recente. Com as exigências no mercado de trabalho, observa-se que este profissional cada vez mais se faz necessário em outros campos. Devido ao cenário globalizado, este profissional da educação com sua formação atua nas empresas como colaborador positivo, para elaborar estratégias metodológicas que permitem o crescimento das instalações empresariais. Sua função e visão crítica estão focadas no planejamento, transformação, mudança, treinamento, capacitação, atualização e desenvolvimento do corpo funcional da empresa tendo em vista, a melhoria da formação continuada. Com sua competência visa também proporcionar e desenvolver as habilidades e capacidades dos indivíduos dentro das organizações, levando-os ao auge do profissionalismo. Desta maneira, a mesma obterá colaboradores, criativos, pensantes, analíticos, proativos, flexíveis, dedicados, habilidosos para resolver problemas e determinadas decisões a serem tomadas com cautela e capacitados para trabalhar em equipes com harmonia.

Palavras-chave: Pedagogo. Empresa. Crescimento. Transformação.

Introdução

O presente estudo bibliográfico apresenta a tentativa de mostrar o quanto na era da globalização o mercado de trabalho está mais competitivo, desta forma, as empresas estão mais voltadas na preocupação em manter-se competitivas no mercado, buscando alternativas de evitar problemas que possam gerar perdas ou inclusive falência, investindo mais nas pessoas que fazem parte da organização. Uma forma de acompanhar o avanço tecnológico e as exigências do século XXI é inserir a arte da Educação nas empresas em meio ao cenário

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: maryanzolin@hotmail.com
[2] Mestre em Educação e Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim. E-mail: rohenkohl@uricer.edu.br

globalizado, ou seja, a atuação do profissional Pedagogo para a formação do profissional qualificado. O Pedagogo é um profissional apto e que sabe organizar, programar, transformar e dinamizar recursos de aprendizagem voltados conforme as necessidades de cada profissional. Diante dessas mudanças ele tem formação adequada para elaborar projetos de qualificação e reeducação, sendo assim, denominado de Pedagogo Empresarial. Com essa graduação o Pedagogo tem seu conhecimento focado no funcionário e no produto da empresa, atuando inclusive no setor de Recursos Humanos.

Portanto cada vez se faz mais necessário a presença de um profissional da área da educação, isto é, um Pedagogo na empresa, para que esta permaneça na competição e acompanhe as grandes transformações que o século atual vem apresentando de forma um tanto burocrática, sem "piedade" e complexo de exigências em meio a tantas dificuldades de sobrevivência.

Gestão de Pessoas

A concorrência por novos nichos de mercado transformou as empresas num lugar turbulento e inseguro tornando o ambiente de trabalho difícil de ser harmônico e muitas vezes afetando na produção, contudo, a atuação do pedagogo empresarial tem sido vista como um suporte, um instrumento para a área de Gestão de Pessoas, onde esta ligado a outros profissionais na condução dos processos de aprendizagem através de treinamentos, fazendo uso do relacionamento interpessoal para interagir com o meio, com o intuito de reorganizar a forma de pensamento.

Com o avanço tecnológico e as mudanças de informações em ritmo frenético, o cenário das organizações, as empresas procuram da mesma forma desenfreada pessoas especializadas e capacitadas em liderar equipes, e envolvendo todo tipo de serviço prestado, desta maneira, o pedagogo empresarial é um instrumento para este desenvolvimento nas organizações para serem recintos de aprendentes.

Visando corrigir falhas, agir estrategicamente, possuir habilidade para as relações humanas – saber aprender, treinar e impor tarefas – estas são características exigidas aos profissionais no mercado globalizado – sendo que, o profissional da educação, conduzirá o

profissional na atividade da qual ele se ajusta melhor para aproveitamento das suas qualidades.

Muitas ações exigem do pedagogo empresarial envolvimento, observação, ousadia, desprendimento, vontade, criatividade e desejo pela descoberta de como será desenvolvido seu trabalho de organização. Desta maneira, este profissional terá um olhar filosófico, pedagógico e psicológico por meio dos colaboradores da empresa, em gerar ações que não faça com que os mesmos não sejam objetos que somente tenham necessidade de cumprir os objetivos deste local de trabalho.

O pedagogo, dentro das organizações terá como papel, planejar, coordenar, executar e avaliar programas e projetos educacionais dentro da empresa. Através de acompanhamento do desenvolvimento do pessoal sob o desempenho e conduzindo-o como agente de mudanças de mentalidade e cultura. Com a habilidade de lidar com a comunicação e com o aprendizado faz com que ele dirija os indivíduos e conduza suas reais funções, não interferindo a mudança de seu comportamento, mas ajudando o trabalhador a descobrir o seu verdadeiro potencial, para assim possa desempenhar sua função conforme a necessidades de cada organização.

Colaborando ainda para o processo de crescimento das pessoas através de atividades formativas, trabalha o lado humano do corpo funcional da empresa: buscando mobilizar o funcionário nas dimensões: físicas, intelectuais, emocionais, atitudinais, dentre outras. Procura sempre trabalhar com sutileza, utilizando métodos de autocontrole para atender e entender as exigências do mercado. Cabe lembrar a importância de se trabalhar em equipe.

O Pedagogo e a Aprendizagem Organizacional

A aprendizagem organizacional destaca-se como uma ferramenta importante no processo de transformação das organizações, visto que, as exigências e competitividades, forçam as empresas buscar meios de sobrevivência.

Refere a importância do *aprender* a *aprender*, desta forma, inicia-se conceituando *aprendizagem:*

> Um processo pelo qual adquirimos experiências que nos levam a aumentar a nossa capacidade, que nos levam a alterar disposições de ação em relação ao ambiente, que nos levam a mudança de comportamento. Pode-se dizer ainda que a aprendizagem seria uma modificação relativamente permanente na disposição ou na capacidade do homem, ocorrida como resultado de sua atividade e que não pode ser simplesmente

> atribuída ao processo de crescimento e maturação ou a outras causas como doença, mutações genéticas etc. (Bordanave apud Boog, 1995, p. 239).

Para os autores, em uma empresa, aprender a aprender, é uma forma positiva de crescimento intelectual, isto é, adquire-se conhecimento, uma vez que, as organizações desenvolvem postura flexível e que errar é uma experiência com resultados positivos, é uma oportunidade de construir um conhecimento novo. Desta maneira, fundamenta-se a importância de mudança mental, novas atitudes e percepção, enfocando a construção de novos meios com base na disseminação e interpretação, que possibilitam, inclusive, crescimentos profissionais.

No contexto da aprendizagem é fundamental compartilhar conhecimentos, crenças e estratégias para que todos que fazem parte do corpo funcional aprendam. É visto pelo autor como um processo de mudanças, mediado pelo afeto, que se manifesta a partir do comportamento.

O processo de aprendizagem em uma empresa ocorre em três níveis:

- No nível do indivíduo: esse processo primeiramente ocorre no indivíduo, repleto de emoções positivas ou negativas, e se dá através de diversas maneiras;
- No nível do grupo: em que a aprendizagem é partilhada pelas pessoas do grupo;
- No nível das organizações: onde o processo de aprendizagem de cada um, na forma de interpretação e compreensão é compartilhado pelo grupo.

No entanto, ainda há a aprendizagem operacional que consiste na aquisição de habilidades físicas, bem como no desenvolvimento das mesmas para gerar ações e a aprendizagem conceitual, na qual, acontece com a aquisição e o desenvolver da capacidade para unir conhecimentos sobre uma determinada experiência.

Portanto, o crescimento, a sobrevivência e o sucesso das organizações em meio às exigências do cenário globalizado, dependem de vários fatores, um deles é a capacidade de aprender, assim como, o compartilhamento de aprendizagens e conhecimentos adquiridos individualmente ou em grupo.

> A Gestão do Conhecimento, o processo de criação do conhecimento e a aprendizagem organizacional, surgem como um novo desafio, repletos de oportunidades para as organizações. A obtenção, geração, distribuição e uso do conhecimento serão, cada vez mais, vistos como vantagem competitiva para as organizações, em um ambiente de rápidas mudanças e foco em processos estratégicos (COELHO, SILVA FILHO E SOFFNER, p 51).

Desta forma, percebe-se o quão importante é o papel de um conhecedor para contribuir com a cultura organizacional, pois a criação do conhecimento, difusão e aplicação em produtos e/ou serviços estão intrínsecas à dinâmica das empresas. Considera-se segundo os autores Coelho et., como desafio compreender a natureza dos contextos organizacionais específicos, identificar oportunidades de aprendizagem e criação de conhecimento.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como foco principal, a atuação do Pedagogo na empresa. Como se pode observar esta prática ainda é muito recente, no entanto é uma técnica cada vez mais buscada pelas organizações com o objetivo de acompanhar as mudanças da era globalizada em que o mundo esta vivenciando.

O ser humano bem como o seu local de trabalho, tem passado por profundas transformações, ou seja, neste cenário globalizado em que, o que prevalece é a competitividade, deve-se pensar em soluções positivas para que se possa sobreviver em meio às mudanças e exigências apresentadas. É como se vivêssemos em uma disputa, jogadores disputando uma "taça", porém com uma grande diferença – o adversário não é um único time, e sim vários com muitos competidores em campo com "sede" de vitória, e: "que vença o melhor".

Assim são as empresas em meio às turbulentas exigências, fazendo o melhor para obter os melhores resultados. Desta forma, o pedagogo entra em cena para apresentar suas habilidades e competências adquiridas ao longo de sua caminhada de estudos e preparações. O mesmo chega, na empresa com ideias, métodos e estratégias para contribuir no sucesso da empresa, seja na parte financeira, como na produção. Deste modo, ele procura em primeiro lugar agir na mão de obra, ou melhor, no corpo funcional. O capital humano é o que produz e garante a sobrevivência e o andamento das organizações, sem o mesmo as máquinas, por mais que exercem seu trabalho, necessitam de condutores.

A função do pedagogo empresarial, em resumo, é capacitar os funcionários, motivá-los no exercício de seu cargo, promover técnicas para que haja harmonia e manter a formação continuada, bem como, desenvolver estratégias com os mesmos para maior produtividade. Entretanto, este profissional está se igualando aos demais membros que compõe a gestão

administrativa de uma empresa. O mesmo está atuando juntamente com psicólogos e selecionando as pessoas para exercer determinada função, ou seja, o profissional da pedagogia está inclusive auxiliando no setor de Recursos Humanos, desenvolvendo seu trabalho neste processo seletivo, para desde já, ocorrer a mais qualificada composição do corpo funcional.

A empresa necessita de funcionários qualificados que cumprem sua tarefa diária, de maneira produtiva e que gere lucratividade. Para que isso aconteça no mundo da competitividade, é imprescindível a elaboração de técnicas e estratégias que visam o crescimento do local, para se evitar possível falência. O pedagogo tem as ferramentas certas para desenvolver e atuar como um mediador de aumentos e resultados positivos. O mesmo desenvolverá dinâmicas as quais, promovem interação e harmonia no ambiente empresarial, bem como, formação continuada. As atividades apresentadas pelo profissional pedagogo são atividades que possibilitam à empresa crescimento, uma vez que, a aplicação de práticas pedagógicas levam os funcionários a se sentirem motivados aumentando sua autoestima, assim como, transformando-os em indivíduos capacitados e qualificados para realizar seu trabalho.

Visto que a educação, em tempos contemporâneos deve ser fundamental, ou melhor, é um “ingrediente” intrínseco nas organizações empresariais. Desta forma, o pedagogo, possui uma bagagem cultural recheada de novidades que podem ser aplicadas neste âmbito. Sua formação permite ver além, apresenta visão crítica, tem criatividade e traduz mensagens significativas, unindo a sua aprendizagem com a cultura de cada ser humano, devolve juntamente dos mesmos o ensino-aprendizagem. Como as portas se abriram para este profissional, não se restringindo apenas entre quatro paredes de uma sala de aula, mas possibilitando o mesmo a atuar em diversos outros locais, este tem em mente, inclusive, que para determinada empresa deve pôr em prática o que aprendeu, porém, com exercícios que cabem àquele setor, ou área, sempre com o intuito de resultados positivos.

Adotar a ideia da contratação de um pedagogo na empresa possibilitará à mesma a manter-se competindo e atendendo às demandas do mercado, pois, este será um instrumento a mais para transmitir conhecimentos. Sabe-se também que para o profissional da pedagogia, esta prática também é relevante, visto que, é uma nova opção de crescimento próprio, bem como, talvez maior satisfação para aqueles que não pretendem nem tem gosto por desenvolver seu trabalho em instituições de ensino. Essa oportunidade abre vaga para ele demonstrar seus

conhecimentos e valores contribuindo no crescimento financeiro e produção da empresa, embora, sua remuneração ainda não seja das melhores.

Cabe ressaltar ainda no rescindir deste trabalho, que o pedagogo, tem a capacidade de promover exercícios que possibilita o trabalho em equipe, cuja é de suma importância na empresa. Como sabemos não somos nada "só". Necessitamos uns do outros, seja na família, na escola, na igreja, na empresa, na sociedade, etc. Por isso, sempre que trabalha no grupo tudo melhora, inclusive a autoestima e os resultados são dobrados, como diz a antiga frase: "a união faz a força". Também nota-se que com esse trabalho do pedagogo, em unir as pessoas nas organizações, promove uma maior união e círculo de amizade fora deste local, na vida íntima e no lazer.

Portanto, conclui-se que a presença do profissional da pedagogia, como atuante do corpo funcional numa empresa, só apresenta resultados positivos, a vantagem de contratar o mesmo, são maiores do esperado, sendo que a função deste vai além da educação. Possui habilidades e competências que permite concluir o trabalho diário na empresa satisfazendo a necessidade de um todo. Seja da empresa, pra si próprio, para o cliente e para o ser humano que exerce sua tarefa neste local.

Referências

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de janeiro: Elsevier, 2004.

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabriela Correa de Aguiar [1]
Jacqueline R. Bianchi Enricone [2]
Michelli Botini [3]
Eliane Fátima Naduk Glouvacki [4]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas à Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A presente pesquisa, de caráter bibliográfico, tem a finalidade de analisar como ocorre o processo de adaptação escolar nas crianças de educação infantil. O assunto foi escolhido diante da observação da dificuldade que todas as pessoas, em especial as crianças, têm em se adaptar ao novo, ao desconhecido. O estudo busca esclarecer como a escola deve conduzir sua prática pedagógica na orientação das crianças e de seus pais, visando um ambiente estruturado e acolhedor. Além disso, ressalta a necessidade das relações sócio-afetivas construtivas, estabelecidas durante a primeira infância. Nesse contexto, a pesquisa objetivou analisar a concepção de adaptação, de infância, de família e o papel da escola, reconhecendo a importância deste período e do acompanhamento familiar no desenvolvimento educacional da criança. Os resultados evidenciam que o início da vida escolar é uma experiência fundamental na infância e, portanto, merece uma atenção especial dos pais e professores, para que as crianças sintam-se seguras e confiantes no novo ambiente.

Palavras-chave: Adaptação Escolar. Educação Infantil. Criança.

Adaptação: Uma Breve Introdução

Ao longo da história da educação é possível perceber que um dos aspectos marcantes da Educação Infantil é o período de adaptação da criança à escola. Fez-se então, deste tema a base do presente trabalho, uma vez que, acredita-se na influência deste processo no

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim – PARFOR 2012. E-mail: gabiaguiar83@hotmail.com
[2] Pedagoga. Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: jenricone@uri.com.br
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim – PARFOR 2012. E-mail: michyfb22@hotmail.com
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim – PARFOR 2012. E-mail: elianenaduk@hotmail.com

desenvolvimento infantil. Por ser um momento especial na vida das crianças, torna-se necessário que seja bem desenvolvido, através do diálogo, da ludicidade, do acolhimento e da afetividade entre professor e aluno.

Adaptação não é algo estático. Adaptação é um processo de mudança e desenvolvimento, é estar atento às novas necessidades. Fala-se em adaptação quando se enfrenta uma situação nova. No decorrer da história da educação infantil, o processo de adaptação foi, por muitas vezes, encarado pelos profissionais docentes como sendo um período de tempo e espaço específicos da escola cujo objetivo era unicamente o de fazer as crianças pararem de chorar. (SILVA, 2010).

A partir da temática apresentada, esta pesquisa bibliográfica procura demonstrar como ocorre o processo de adaptação na educação infantil e a importância do acompanhamento familiar no desenvolvimento educacional das crianças.

Esta pesquisa está fundamentada em estudos bibliográficos, desenvolvidos através de consultas em livros e artigos científicos disponibilizados na internet que abordam este assunto.

A reflexão principal desta problemática deve levar em consideração a necessidade da participação dos pais nessa etapa, atendendo com respeito aos seus hábitos e rotinas, porém não permitindo que isso trave a autonomia e a independência da criança em relacionar-se com as outras.

Família, Escola e Adaptação

O período de adaptação é muito especial, e todos os envolvidos esperam que ocorra da melhor forma possível, pois, para cada família e criança, tal processo ocorre de diferentes maneiras e estas, muitas vezes, são imprevisíveis. Tendo em vista que nesta etapa as pessoas ficam sensíveis (os pais pela separação e os filhos pelo medo do novo), isto pode facilitar ou dificultar esta nova relação.

A adaptação é facilitada quando as relações ficam “mais flexíveis, mais abertas para ouvir o que os outros têm a dizer, pois aumenta a possibilidade de refletir sobre um acontecimento e tomar uma atitude madura.” (ROSSETTI, 2005, p. 76). Por outro lado, a adaptação é dificultada “quando a sensibilidade produz um nível de ansiedade ou nervosismo muito grande. Um pequeno gesto de alguém pode ser tomado como ofensivo para quem está

muito tenso. Uma coisinha qualquer pode desconjunturar as ideias e as relações." (ROSSETTI, 2005, p. 77).

Sabe-se que é na primeira infância que o indivíduo forma a base do ser humano, com responsabilidade, caráter e valores fundamentais, de acordo com Rosa (1993, p. 64):

> [...] a primeira infância é a fase da vida em que as estruturas básicas da personalidade são lançadas. É possível dar expressão diferente e modificar elementos dessa estrutura básica, mas não há dúvida de que aqui se encontram os alicerces sobre os quais esse edifício é construído.

Portanto, é nesta fase que a criança se desenvolverá em todos os aspectos, sendo de fundamental importância o acompanhamento familiar, mas, para que isto ocorra, é necessário que haja um bom relacionamento entre a família e a escola. Por esse motivo, Rossetti (2005, p. 79), salienta que "é importante ter na equipe pedagógica pessoas disponíveis para ouvir um desabafo, conversar, orientar, dar apoio aqueles que estiverem precisando, seja uma criança, uma pessoa da família ou um educador."

Nesse momento da vida, a criança depara-se com duas conquistas fundamentais: a independência e a autonomia. Conforme Balaban (1988, p. 25), "a separação é uma experiência que ocorre em todas as fases da vida humana." Manter a escola fechada à família é uma maneira equivocada de enfrentar esta situação.

Entretanto, o que se pode verificar em grande escala atualmente nas escolas é a falta da participação das famílias na vida escolar dos pequenos. Boa parte dos pais não comparece à escola para acompanhar os filhos e muito menos colabora nos estudos e, várias vezes, a criança é apenas entregue e devolvida na porta de entrada. Agindo desta forma, perde-se a oportunidade tão importante de estabelecer um vínculo entre a escola e a família, onde as mais prejudicadas são as crianças.

Para promover a confiança e o conhecimento mútuo, o período de ajustes precisa ser cuidadosamente planejado, oportunizando, aos pequenos, experiências sociais diferentes da familiar, em um ambiente seguro, estimulante e acolhedor. Rossetti (2005), afirma que o simples fato de ter uma pessoa familiar junto ao aluno na escola, nos primeiros dias, além de possibilitar à família um melhor conhecimento do ambiente escolar e também do educador com quem a criança vai ficar, fará com que todos adquiram maior segurança.

O problema da inserção, em geral, se dá na questão de ruptura do relacionamento exclusivo da criança com seu próprio ambiente familiar. Da mesma maneira, e com razão, na intervenção educacional consideram-se a separação da mãe, a familiarização com os educadores, a alternância destes, etc. A presença de mais crianças é intencional e serve para reduzir os eventuais efeitos negativos, garantir aos pequenos a atenção exclusiva de um adulto ou limitar os eventuais comportamentos de ciúmes por parte das outras crianças em relação ao recém-chegado. (BONDIOLI, 1998).

Segundo Salla (2011), "O início da vida escolar dos pequenos não precisa ser marcado por inseguranças, por pais angustiados e pelo sofrimento diante da separação." No entanto, as razões que fazem com que os pais tomem a decisão de matricular o filho na Educação Infantil são muitas. Entre elas o fato de que algumas famílias desejam apenas um lugar para deixar os pequenos, enquanto outras realmente precisam deste local, devido à jornada de trabalho.

Para a criança, porém, afastar-se do lar e enfrentar o novo significa um enorme salto em sua vida, representando um passo muito importante em direção à autonomia. (MARANGON, 2007).

Do ponto de vista afetivo, a decisão por parte de uma família de mandar o filho a creche significa superar o temor da separação, aceitar enfrentar o ciúme que a comparação com outras figuras de referências comporta, significa a família estar preparada para acolher como efeito do processo de crescimento, e sem lamentar, a progressiva autonomia do filho. (BONDIOLI, 1998, p. 34).

Frequentar um novo ambiente gera mudanças, provocando entusiasmo pela novidade, como também certa preocupação, ansiedade e medo. São muitos sentimentos envolvidos, entre eles ganhos, perdas, alegrias, tristezas, saudades e realizações; e a criança apresenta todos eles neste período, além da sensação de estranheza ou desconforto, pois se sente estranha no grupo ao qual ela está sendo inserida, que é diferente do seu grupo familiar. Todos estes sentimentos precisam ser bem trabalhados e elaborados nesse processo de adaptação.

Balaban (1988) salienta que é necessário tempo para que essa criança apreenda toda a nova situação que está vivenciando (seja a característica desse novo adulto, ou desse novo ambiente). É necessário tempo para que os pequenos aprendam a conviver com essa nova situação: organização do tempo, do espaço e referência do adulto.

Dentro desta dinâmica organizacional, é primordial que antes do início das aulas, sejam organizadas reuniões coletivas e individuais com os pais, para a instituição educativa expor aos mesmos a sua proposta pedagógica, seus objetivos, explicando-lhes como se dá esse processo 25 adaptação, enfatizando que esse período merece uma atenção especial.

> [...] Durante o processo de adaptação á creche, elas vivenciam momentos de separação, insegurança e outros sentimentos que, nessa situação, podem desencadear diversos tipos de comportamentos. Ela estará expressando suas dificuldades e buscando o auxílio e cuidado do adulto. Além de chorar, ela pode adoecer frequentemente, recusar alimentos, não dormir ou dormir demais etc. (ROSSETTI, 2005, p.50).

Entende-se que o primeiro contato social da criança é no seu núcleo familiar, o qual desempenha um importante papel no processo do desenvolvimento psicossocial do infantil. "Portanto, a família como mundo significativo contribui para a formação das atitudes básicas do indivíduo." (ROSA, 1993, p.62).

Para facilitar a adaptação das crianças na escola, é importante que haja uma boa relação de afetividade entre a criança e o educador, que será interpretada pelos pais como indicativo de um bom trabalho, além de permitir uma maior tranquilidade neste período tão sensível. Se bem conduzido este período de adaptação, o mesmo possibilitará aos pais e educadores, que através de sua convivência, estabeleçam uma relação produtiva, de confiança e de respeito mútuo. (ROSSETTI, 2005).

Os relacionamentos são essenciais para regular o comportamento, os humores e os sentimentos humanos. Também são importantes no desenvolvimento intelectual, e necessitam de maior relevância, quando levados em consideração os tipos de ambientes e prioridades que os adultos desejam para as crianças.

É possível concluir, pois, que o processo de adaptação escolar na educação infantil pode gerar dúvidas, incertezas e sentimentos estranhos com os quais nem os pais, e tampouco os pequenos, estão acostumados e preparados para suportar. Por este motivo torna-se fundamental que a escola esteja preparada, segura e organizada para recebê-los nesta etapa tão sensível e importante na vida de um estudante, auxiliando-os na maior compreensão desta fase e na lida com alguns destes sentimentos.

Considerações Finais

Ao finalizar esta pesquisa, destaca-se que o processo de adaptação escolar é muito importante e marcante na vida de qualquer criança e, por este motivo, precisa ser bem

trabalhado pelos envolvidos: escola e família.

A partir das leituras verifica-se que o corpo docente pode ter ciência de que este processo de adaptação é fundamental. Porém, é necessária uma reflexão acerca de como esse profissional tem se preparado e planejado o seu trabalho de forma que a criança se sinta acolhida neste novo ambiente escolar. É importante que o educador estabeleça vínculos afetivos com as crianças na educação infantil, sendo necessário cativá-los e conquistá-los através de atitudes de carinho e respeito. Deste modo, a criança se sentirá, aos poucos, parte integrante do grupo em que está sendo inserida.

Neste sentido, o presente trabalho demonstrou que a partir do momento que os pequenos estão inseridos no contexto escolar, inicia-se não somente o processo de ensino-aprendizagem, como também, a aprendizagem emocional. Essa aprendizagem é importantíssima na educação infantil, pois é nela que a criança aprende que precisa dividir brinquedos e atenção, respeitar o espaço do outro, esperar sua vez e ter limites, regras, entre tantos outros valores que são compartilhados nesta etapa fundamental de suas vidas, onde seu caráter é formado.

É neste momento em que a criança sai da zona de conforto de seu lar, ou seja, do contexto familiar que, até então, era o único meio social que ela conhecia e relacionava-se, para adentrar em um ambiente inovador, totalmente estranho e com pessoas desconhecidas. Sem dúvida, é uma mudança radical mas, se cercada de afetividade e segurança por parte dos adultos envolvidos, esta se torna uma etapa um pouco mais tranquila e menos traumática.

Enfim, pode-se concluir que o desafio da adaptação escolar na educação infantil não é fácil, exige comprometimento e envolvimento de todos, por isso a importância, tanto da escola, como da família, de buscarem alternativas para a superação deste período na vida das crianças, e que se bem trabalhado facilitará o sucesso das crianças na escola, na sociedade e na vida, pois experimentarão formas mais humanizadas de ser e agir na convivência do grupo, o que é essencial às sociedades contemporâneas.

Referências

BALABAN, N. O **início da vida escolar:** da separação à independência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BONDIOLI, A. **Manual de educação infantil:** de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MARANGON, C. **Adaptação bem feita.** São Paulo, v. 207. Nov. 2007. In: **Revista Escola**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infa ntil/0-a-3-anos/adaptacao-bem-feita-449821.shtml>. Acesso em: 08 out. 2014.

ROSA, M. **Psicologia evolutiva, psicologia da infância.** Petrópolis: Vozes, 1993.
ROSSETTI, M. C. (Org). **Os fazeres na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2005.

SALLA, F. **Como em casa.** São Paulo, v. 239, Jan/Fev. 2011. In: **Revista Escola.** Disponível em < http://revistaescola.abril.com.br/edicoes-impressas/239 .shtml>. Acesso em: 15 out. 2014.

SILVA, A. G. F. da**. Adaptação escolar:** enfrentando o novo. Março 2010. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/adaptacao-escolar>. Acesso em: 15 out. 2014.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Cristiane Avozani[1]
Elcemina Lúcia Balvedi Pagliosa[2]
Carina Giaretton Pompermaier[3]
Luci Claudia Wietrzykowski Goetems[4]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas à Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A Literatura Infantil e a contação de história, são fatores preponderantes para a formação sócio-cultural da pessoa, bem como para arquitetar a sua capacidade psíquica e reflexiva a cerca de um determinado assunto ou conteúdo. Este artigo objetiva demonstrar como a contação de história pode auxiliar no desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. Ressaltando a relevância da Literatura Infantil para o educando, enfatizando as práticas pedagógicas envolvidas no processo. O gosto pela leitura deve ser despertado na criança, via atividades de caráter pedagógico que visem articular as práticas de leitura, que retratam o imaginário, o fantástico, com o mundo da realidade, onde o leitor (criança) está inserido. Incrementando as atividades, intuindo desenvolver na criança a sua cognição e o conhecimento. As práticas pedagógicas que envolvem a contação de histórias na Literatura Infantil buscam, sobretudo, auxiliar o docente na abordagem pertinente ao interesse dos alunos pela literatura de uma forma geral. O mundo literário é cheio de magia e povoado pela criatividade humana. O trabalho com a ludicidade é um complemento para que as crianças venham refletir fazendo uma relação com esse mundo e o futuro proveniente de responsabilidade, respeitando as diferenças e tendo em mente o mundo que faz parte da sua vida. Devendo promover e despertar o gosto pela leitura na criança, associando as histórias contadas a objetos e fatos que façam parte do cotidiano.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Leitura. Criança. Contação de História. Práticas Pedagógicas.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia /Plataforma Freire. URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: cristianeavozani_34@hotmail.com
[2] Professora do Curso do Departamento de Linguística, Letras e Artes. URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia/ Plataforma Freire. URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: carinagiarettonp@gmail.com
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia /Plataforma Freire. URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: luci.claudia@yahoo.com.br

Introdução

O presente artigo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica qualitativa, tem por objetivo, verificar a maneira como a leitura e a contação de história pode auxiliar no desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança. Pois já há algum tempo, a educação preocupa-se em contribuir para a formação de um indivíduo crítico, responsável e atuante na sociedade. Isso porque se vive em uma sociedade onde as trocas sociais acontecem rapidamente, e prática da leitura deve ser incentivada ao longo de toda a escolaridade, pois é através da leitura, da escrita, da linguagem oral ou visual que despertam na criança inúmeros sentimentos.

Diante disso, a escola tem papel fundamental para desenvolver na criança as competências da leitura e da escrita. Dessa forma, Rego (1988) aborda que o professor na busca de despertar a motivação e resgatar os interesses culturais e sociais envolvidos no processo da literatura deve estar atento para alguns apontamentos:

> É através da literatura se manifesta todo o potencial criativo de que se pode ser portador o falante de uma língua. Na literatura as palavras funcionam como matéria-prima da criação artística nos seus mais diferentes gêneros. Quando escrevemos dispomos de maior tempo para refletir sobre
> a forma da mensagem que queremos transmitir. Poderíamos mesmo dizer que a escrita é um produto linguístico mais depurado (REGO, 1988, p.10-11).

A leitura e a contação de história estão presentes em todo o lugar. No momento da escrita, a imaginação dos indivíduos flui e acaba construindo um mundo de ideias. O mesmo acontece com as crianças. Através de seus caracteres, rabiscos, desenhos, traços relatam suas mensagens.

As práticas pedagógicas que envolvem a contação de histórias na Literatura Infantil buscam, sobretudo, auxiliar o docente na abordagem pertinente ao despertamento do interesse dos alunos pela literatura de uma forma geral. O mundo literário é cheio de magia e povoado pela criatividade humana. O trabalho com a ludicidade é um complemento para que as crianças venham refletir fazendo uma relação com esse mundo e o futuro proveniente de responsabilidade, respeitando as diferenças e tendo em mente o mundo que faz parte da sua

vida. Devendo promover e despertar o gosto pela leitura na criança, associando as histórias contadas a objetos e fatos que façam parte do cotidiano.

Práticas pedagógicas e a contação de histórias

Apesar da grande importância que a literatura exerce na vida da criança, seja no desenvolvimento emocional ou na capacidade de expressar melhor suas ideias, geralmente elas não gostam de ler. Abramovich (1995) destaca, abaixo, este aspecto e a relação pedagógica em sala de aula com os leitores infantis.

> Portando, ao trazer a literatura infantil para a sala de aula, o professor estabelece uma relação dialógica com o aluno, o livro, sua cultura, e a própria realidade. Além de contar ou ler história, ele cria condições em que a criança trabalhe com a história a partir do seu ponto de vista, trocando opiniões sobre ela, assumindo posições frente aos fatos narrados, defendendo atitudes e personagens, criando novas situações através das quais as próprias crianças vão construindo uma nova história. Uma nova história que retratara alguma vivência da criança, sua própria história (ABRAMOVICH, 1995, p.17).

Contar histórias possibilita sorrir, gargalhar, imaginar com as situações vividas pelas personagens, possibilitando momentos de brincadeira e divertimento. Desta forma, a conquista do pequeno leitor se dá através da relação prazerosa com o contato do livro infantil, onde sonho, fantasia e imaginação se misturam numa realidade única.

Contação de história e a educação infantil

Saraiva (2001) destaca que a contação de história deve fazer parte da organização das atividades da Educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os projetos didáticos e as atividades permanentes contribuem para a valorização da leitura de textos literários de qualidade e o desenvolvimento do gosto pessoal do leitor. Com a sua realização, as crianças serão colocadas, desde o início da escolaridade, no lugar de leitores que interagem e pensam sobre a linguagem que se escreve, tendo o professor como um modelo de leitor que os auxiliará nessa conquista.

Quando o professor lê para as crianças, mostra-lhes seu próprio comportamento leitor e contribui para que se familiarizem com o universo letrado. Por isso, é fundamental que ele

prepare sua leitura ensaiando em voz alta, planejando intervenções para fazer antes, durante ou depois da leitura, antecipando a organização do espaço e a disposição das crianças, e, ainda, determinando o momento estratégico em que interromperá a leitura (SARAIVA, 2001).

Nessa perspectiva, as práticas que envolvam textos literários devem possibilitar à criança a experiência do leitor real. E o leitor real é aquele que lê e interage com o texto individualmente.

O autor assevera que, os livros sem texto, somente com ilustrações, conseguem contar uma história. São textos que permitem ler sem saber ler da forma tradicional. Esses livros são bastante indicados para serem trabalhados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, para isso antes é preciso educar o olhar, torná-lo ativo e crítico. Não basta ver por ver. É ler ao ver. Nesse caso haverá uma interação de linguagens: a ideia será representada pela ilustração

O autor também fala que existem dois fatores que contribuem para que a criança desperte o gosto pela leitura: curiosidade e exemplo. Neste sentido, o livro deveria ter a importância de uma televisão dentro do lar. Os pais deveriam ler mais para os filhos e para si próprios.

Escutar uma história é o início da aprendizagem para ser um leitor e ser um leitor é ter um caminho infinito de descobertas e compressões de mundo. Para a criança a primeira função do livro infantil é estética informativa, a educação da sensibilidade, uma vez que reúne a beleza das palavras e imagens. Os livros devem levar em conta o desenvolvimento psicológico, intelectual e espiritual do leitor.

.O trabalho com a Literatura Infantil é de fundamental importância para o desenvolvimento intelectual e emocional da criança. A partir dos contos, das histórias, lendas, parlendas e da motivação do professor, a criança tem a oportunidade de exercitar a imaginação, criando imagens a partir do seu contexto social. O ambiente narrado na história, as cores, os cheiros, os objetos, os sons, os personagens, ganham proximidade com os fatos vivenciados no cotidiano vivido ou imaginado pelas crianças.

A evolução humana nos seus aspectos biológicos promoveu o alvorecer do pensamento da racionalização. Por consequência disto, o homem passou a viver em sociedade, desenvolvendo a linguagem, tornando mais complexa as relações entre as pessoas. Da necessidade de compartilhar ideias, passar adiante o conhecimento, o aprendizado, as experiências vivenciadas num determinado ambiente, floresceu a literatura, a arte de contar e escrever histórias dos mais distintos gêneros.

O contato com os livros deve ter início o mais cedo possível, mesmo antes da criança decodificar, através de manuseios, história contada, pela família, escola. Dar oportunidade para uma criança conhecer o mundo encantado dos livros é um dos papéis fundamentais da escola, seja através dos clássicos infantis, contos, lendas, anedotas, quadrinhos, dentre vários outros. Para isso, é fundamental que os professores sejam os elementos de ligação entre os alunos e os livros, ao mundo do faz-de-conta, pois estes ampliam o potencial imaginativo da criança, tornando-a mais criativa.

Pressupostos teóricos e metodológicos da articulação entre a literatura e a alfabetização

A leitura é peça fundamental na vida adulta da criança. Perpassa pelo relevante processo de alfabetização, à formação do futuro leitor, do futuro cidadão, que será inserido na sociedade, tornando-se parte dela.

A importância da literatura no processo de alfabetização

Quando a criança tem um contato mais íntimo com a leitura, ela certamente exponencializará o seu horizonte de conhecimento, ampliará a criatividade. Em concordância com estas colocações Saraiva (2001) destaca na sua afirmação que;

> O domínio da leitura é uma experiência tão importante na vida da criança, que determina o modo como ela ira perceber a escola e a aprendizagem em geral. Em decorrência disso, o esforço despendido pela criança no reconhecimento das letras e palavras precisa aliar-se à certeza de que será compensado pela leitura de textos altamente estimulantes (SARAIVA, 2001, p. 82).

Quantificar e determinar a importância da experiência da leitura para a criança é algo categoricamente intangível, entretanto ela significativamente notará isto no âmbito da escola, no decorrer das aulas, das atividades e das tarefas. Entretanto é importante oferecer livros que despertem o interesse do “pequeno leitor”, para que o estimulem a buscar mais, a desvendar o mundo que o circunda, objetivando compreender gradativamente os “mistérios da natureza”, contribuindo desta forma para a formação pessoal e profissional.

Bettelheim (1984) coloca que, a experiência exitosa da leitura nos transporta para um mundo aparentemente desconhecido. Isto faz brotar a fascinação e a imaginação fecunda na

cabeça da criança, referente ao poder mágico da história e seus desdobramentos, fomentando gradativamente o gosto pela leitura e fazendo-a superar barreiras para aprender a ler com mais refinamento.

O acesso ao código escrito concede à criança o poder de participar do mundo secreto dos adultos. Desta forma, o ato de ler para ela, se torna uma aventura fascinante, que lhe fornece um novo domínio, o domínio da leitura e também da imaginação, onde possa encontrar as respostas às suas indagações interiores. A leitura proporciona certamente a possibilidade de a criança viajar nas histórias, por conta própria, exercendo a sua liberdade. O desenvolvimento da criatividade e o acúmulo significativo da bagagem cultural que adquirirá com o tempo, são inestimáveis para a sua vida.

A aprendizagem da leitura deve oferecer para as crianças uma sensação de que por meio da leitura um mundo todo se abre para sua mente. Portanto, cabe aos educadores a seleção de obras que sejam realmente atrativas e significativas para estes leitores iniciantes. Bettelheim (2012, p. 82) diz que: "os contos de fadas e outras histórias do gênero propõem uma ruptura com o real imediato e dirigem-se a regiões do inconsciente, fortalecendo a necessidade de beleza interior e de sabedoria, valores tão precários em um mundo chamado realidade".

Os textos literários servem para ampliar significativamente o processo de aprendizagem da criança, fazendo-as desenvolver uma linguagem mais refinada e rica em termos substantivos, conforme o autor afirma nas linhas que seguem.

> Por desenvolver as áreas afetiva e intelectual, a leitura de textos literários, na fase da alfabetização, oferece às crianças a oportunidade de se apoderarem da linguagem, uma vez que a expressão do imaginário as liberta das angústias próprias do crescimento e lhes proporciona meios para compreender o real e atuar criativa e criticamente sobre ele. Consequentemente, os textos literários transcendem o estatuto do meio ou de instrumento hábil a facilitar o processo de alfabetização, para se afirmarem como elemento essencial, capaz de harmonizar a relação sujeito-mundo, oferecendo àquele outra via de reflexão. Entretanto, por serem linguagem, os textos literários somam, à sua função primordial, uma outra: a de atribuir significados a sinais gráficos, significados que enriquecem pelos sentidos que seu intérprete atribui a eles (BETTELHEIM, 2012, p. 83).

Os textos literários nos oferecem a oportunidade de compreender melhor a realidade e nossas emoções e, também, de incentivar a criança a produzir textos. Por estes motivos, a prática da leitura dos textos literários nos anos iniciais é muito importante, uma vez que

desenvolvem a escrita, a imaginação e a linguagem, propiciando uma reflexão acurada e profunda a cerca da temática da leitura, transcendendo em muitos casos o próprio texto lido. Ponteando, assim, o imaginário da criança com novas realidades retratadas nas histórias, fazendo-as "enxergar" mais longe no horizonte do conhecimento.

Formação do aluno-leitor e produção textual

Perpassando pelos aspectos da formação do aluno-leitor, as colocações de Bettelheim (2012) elucidam este conceito nas linhas abaixo.

> A formação do aluno-leitor transita, necessariamente, pela capacitação do professor-leitor. A paixão pela leitura não é algo casual, pois ela se alimenta da exemplaridade que desencadeia o interesse, a motivação e o encantamento pelo mágico mundo da fantasia. Entretanto, esse estímulo positivo em face da leitura demonstrado pelo professor deve ser complementado por qualidades pessoais e técnicas e pelo domínio conceitual (BETTELHEIM, 2012, p. 84).

Nas palavras do autor citado acima, a formação do aluno-leitor é resultado claro da capacitação do professor (docente) sobre o tema, e que este tenha também no bojo da sua formação a veia de leitor assíduo. Entretanto, não se deve esquecer que o professor deve ter domínio de técnicas e conceitos de leitura, para assim poder orientar seu alunado no decorrer das aulas por ele ministradas.

O processo de autoconhecimento da criança é pautado pela literatura, conforme o autor afirma nas linhas abaixo.

> A importância da literatura para o processo do autoconhecimento da criança e de sua inserção no real, bem como para o desenvolvimento de seu senso crítico diante da linguagem, orienta, pois, a seleção dos textos literários. Consequentemente, ela incide sobre narrativas e poemas que, sendo adequados ao estágio de desenvolvimento da criança, traduzem situações problemáticas (BETTELHEIM, 2012, p. 84).

A literatura serve como um rico instrumento de tradução das situações expostas na história e que são facilmente transladadas para a "vida real", quando a criança entra em contato com a obra, lendo-a e assimilando a sua mensagem. Por isso, sempre se deve observar a faixa etária da criança, conduzindo a leitura dos textos e histórias em obediência a este fator.

Segundo Bettelheim (2012), os textos literários promovem o desenvolvimento da consciência linguística do alfabetizando e o acesso às regras gramaticais da língua,e também o enriquecimento do vocabulário, a capacidade de elaborar interferências sempre mais complexas quando levado em conta a escrita e a fala, a possibilidade de estabelecer relações contextuais entre diferentes obras e temas.

As articulações entre a literatura e a alfabetização ensejam formar o aluno-leitor, buscando desenvolver a leitura e a produção de textos, conforme o autor discorre nas linhas abaixo.

> Portanto, a proposta da articulação entre literatura e alfabetização enfatiza a função formadora da arte literária e, valendo-se da exploração dos recursos significativos da linguagem presentes nos textos, faz deles um modelar recurso para o desenvolvimento do processo de alfabetização, entendido como leitura compreensiva e produção textual (BETTELHEIM, 2012, p. 85).

A proposição de atividades de leitura e de produção textual centram-se em roteiros, concebidos como forma de organização e sistematização do trabalho de leitura e escrita com os alfabetizandos. A organização dos roteiros é dividida em três partes: a atividade de introdução ao texto, a leitura compreensiva e interpretativa do texto; e a transferência e a aplicação da leitura. A primeira etapa tem o objetivo de estimular as crianças à leitura, e é realizada através de diferentes estratégias, como experiências pessoais, brincadeiras infantis, etc. A segunda etapa é caracterizada pela apreensão, compreensão e interpretação do texto. Quanto ao processo de alfabetização, as atividades propostas sugerem a análise e a reflexão sobre a língua escrita, introduzindo questões relacionadas a habilidades metalinguísticas. A terceira etapa é uma decorrência da anterior, onde o leitor recria a leitura, dá a forma à finalidade prevista pelo ato de ler, que gera experiências, origina reflexões, exigindo posicionamentos e, enfim, levando à renovação.

O aluno-leitor deve ser necessariamente “formado” no âmbito da Educação Infantil e os Anos Iniciais, com a estimulação constante para a leitura, instigando-o a descobrir a desvendar os códigos (letras), que posteriormente farão todo o sentido nas histórias. A produção textual apresenta-se de variadas formas, no tangente ao público infantil, deve iniciar pelas composições simples, tais como simples rabiscos na folha em branco do papel, evoluindo gradativamente para composições mais complexas. Atentando sempre para que a expressão interior, cognitiva e criativa do aluno apareça nas composições, dando a liberdade

necessária para expressar-se, servindo de estímulo primeiro para a formação de futuros leitores e formadores de opinião.

Considerações Finais

A Literatura Infantil é um importante agente na formação do cidadão, no que concerne às obras de cunho infantil, personificadas pelos contos de fadas, lendas, fábulas e narrativas transmitem o conhecimento, a experiência vivenciada pelos autores para as crianças. Servem de sustentáculo para a formação do futuro adulto, transmitido valores socioculturais importantes e vitais no mundo atual. Bem como desenvolvendo a capacidade de reflexão e exponecialização dos conhecimentos, enriquecendo o vocabulário e ampliando a visão do mundo e do ambiente que está criança está inserida.

As obras literárias devem, necessariamente, obedecer às questões pertinentes a faixa etária adequada, capacidade psíquica e ao nível de desenvolvimento da leitura que a criança está para poderem atingir o objetivo proposto e esperado pelo professor. A leitura proporciona às crianças à inserção no mundo dos adultos, as aproximam deste e a faz desenvolver novas ideias, novas conexões e conjunturas a cerca de um determinado assunto, promovendo a sua libertação de um mundo amiúde, cingido pelas barreiras que a cercavam.

A prática da leitura deve ser incentivada ao longo de toda a escolaridade, pois os bons leitores não são apenas os que compreendem mais e melhor os textos que lêem, mas os que sentem prazer e gosto pela leitura. A leitura é um processo criativo, contínuo e interativo que possibilita o desenvolvimento da competência comunicativa. As crianças desde pequenas devem ser motivadas a manusearem livros de histórias, pois estes despertam curiosidade e estimulam a imaginação.

A contação de histórias e a leitura auxiliam no desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança, pois o ato da leitura, ou seja, as informações adquiridas ocorrem simultaneamente durante o processo metodológico utilizado pelo profissional da educação, o professor. As ações servem para extrair informações contidas no ato da leitura e estas podem ser mantidas ou modificadas no decorrer do processo da aprendizagem do conteúdo. Outro fator relevante, é que contar histórias auxilia no desenvolvimento pessoal, uma vez que, quem ouve histórias desenvolve capacidades de compreensão e entendimento. Além disso, a contação de histórias revelam, de forma fantasiosa, situações que levam as crianças a

liberarem sua imaginação e o pensamento, indo para mundos imaginários onde a criatividade as levar, proporcionando, assim, momentos de fecunda produtividade intelectual e conhecimento.

A leitura é peça fundamental na vida adulta da criança. Perpassa pelo relevante processo de alfabetização à formação do futuro leitor, do futuro cidadão que será inserido na sociedade, sendo parte compositora dela. As práticas pedagógicas pertinentes a contação de histórias na Educação Infantil e Séries Iniciais devem focar, primeiramente, em despertar o gosto pela leitura na criança, associando as histórias a objetos que façam parte do cotidiano para, em seguida, partir rumo a uma abstração mais complexa, promovendo o associativismo entre o objeto da contação de história e a realidade, propiciando e suscitando questionamentos à criança.

Por fim, fomentar a produção textual pertinente a história trabalhada como atividade de cunho pedagógico em sala de aula, oportuniza fomentar a criatividade, a capacidade reflexiva e o desenvolvimento da escrita, sob a forma de textos de caráter reflexivos que visem agregar conhecimento e experiência à criança.

Referências

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. 4.ed. São Paulo: Scipione, 1997.

_____. **Literatura infantil:** gostosuras e bobices. 5.ed. São Paulo: Scipione, 1995.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos Contos de Fadas**. Trad. Arlene Caetano. 27ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SARAIVA, J.A. Org. **Literatura e Alfabetização**: do Plano do Choro ao Plano de Ação. Porto Alegre; 1ª ed. ArtMed, 2001.

O MÉTODO SOCIOLINGUÍSTICO DE ALFABETIZAÇÃO E AS IDEIAS DE PAULO FREIRE

Michelle Fátima Botini[1]
Simone Teresinha Marangoni[2]
Eliane Naduk[3]
Gabriela Correia De Aguiar[4]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas à Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
As questões em torno da alfabetização são um tema muito recorrente entre todos os envolvidos com o processo. Apesar de avanços, reflexões e medidas que vêm sendo tomadas, pesquisas ainda apontam fracassos no decorrer deste processo. Muitos estudantes acabam o ensino fundamental sem estarem plenamente alfabetizados e letrados, por uma série de questões que são diagnosticadas, porém não são solucionadas. Desta forma, buscou-se compreender, através de algumas reflexões, postos-chaves para o aprimoramento e melhoramento do mesmo. Algo que possa vir a ajudar professores a pensar em novas metodologias para poder utilizá-las e adaptá-las de acordo com sua realidade. Este trabalho teve como objetivo a busca de reflexões sobre a situação e conhecer outras alternativas para melhorar a alfabetização em prol de sua melhor qualidade, onde se possa ampliar a formação de estudantes pensantes e críticos para a atuação em sociedade. Em vista disso, destacou-se algumas reflexões em torno do método sociolinguístico de alfabetização, o qual traz uma proposta sociolinguística e psicolinguística, baseado em ideias de Paulo Freire, sendo que o mesmo visa que além de alfabetizar, é necessário tornar o indivíduo um cidadão que possa atuar e refletir perante questões sociais, fato que está tornando-se extremamente importante nos dias atuais.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Método Sociolinguístico

Introdução

Reflexões em torno da alfabetização sempre foram e continuam sendo muito decorrentes. Os problemas nos processos de alfabetização, a insatisfação dos professores, as

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI ERECHIM.
[2] Professora do Departamento de Ciências Humanas da URI ERECHIM.
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI ERECHIM.
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI ERECHIM.

políticas públicas, a busca dos melhores métodos para o processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita bem como articulá-la com seus usos sociais, vem sendo muito discutida. Os estudos sobre alfabetização e seus métodos estão cercados de inúmeros questionamentos em torno do fracasso escolar que advém de escolas brasileiras, com relação à alfabetização de modo satisfatório.

O trabalho a seguir apresentado, versa sobre alguns aspectos voltados para a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em decorrência das amplas discussões que vêm sendo feitas em torno do tema. Considera-se que apesar dos estudos, ideias e discussões, ainda existem inúmeros problemas relacionados ao assunto. Desta forma, nota-se a necessidade de estudar e conhecer detalhadamente sempre mais sobre o mesmo para consequentemente aliar a teoria com prática, visando uma melhor ação pedagógica no espaço escolar para com as crianças em fase de alfabetização.

É visto que soluções vêm sendo buscadas para resolver essa situação, mas de acordo com algumas pesquisas realizadas, ainda existem crianças que chegam com muitas dificuldades de leitura e escrita ao final do quinto ano.

Abordagem sobre o Método Sociolinguístico

Conforme já foi abordado anteriormente, os estudos sobre alfabetização e seus métodos estão cercados de inúmeros questionamentos em torno do fracasso escolar que advém de escolas brasileiras com relação à alfabetização de modo satisfatório

A partir do que trata Mendonça (2007), algumas explicações podem ser apontadas para o que desencadeia esse fracasso no processo de alfabetização. Dessa forma, serão apresentados a seguir alguns argumentos defendidos pela autora.

Primeiramente, a escola ainda passa por inúmeros problemas estruturais físicos, ou seja, falta de espaço, falta de salas e outros locais necessários para a prática da alfabetização, laboratórios, salas de informática, sem contar a falta de materiais adequados para que se construa esse processo de forma dinâmica e bem estruturado, levando à formação de um estudante satisfatoriamente alfabetizado e letrado.

Outro ponto importante é a formação de professores alfabetizadores, que é questionada pelo fato que muitas vezes o mesmo não está preparado para atuar criticamente nas metodologias e materiais que lhe são propostos. De acordo com a mesma autora, geralmente

os educadores que trabalham nessa área, apenas aceitam propostas prontas de alguns teóricos que talvez não conheçam a alfabetização na prática. Ainda, esses professores têm dificuldades em elaborar sua própria proposta, voltada para os interesses e contextos dos alunos, com relação ao ato de alfabetizar e letrar.

Sendo assim, o fracasso escolar em torno do ato de alfabetizar percorre não somente o ciclo da alfabetização, mas perpassa todas as séries iniciais do Ensino Fundamental. Consequentemente essa defasagem é levada para as séries finais e posteriormente para sua vida. O fato é que as estatísticas de que há defasagens no ensino da leitura e da escrita estão sendo apresentadas e a partir disso cobradas outras posturas com relação ao professor alfabetizador. Percebe-se então, a necessidade de se ter algo que esteja além da mera decodificação do código, onde o indivíduo possa ser alguém consciente da sua atuação em sociedade, bem como de exercer a cidadania.

Para o Freire (1987), o ensino ainda é alienante, extinguindo a curiosidade, onde os alunos acabam por acomodar-se à sociedade existente. No entanto a educação deveria ser bem ao contrário, procurando inquietar esses alunos diante das situações e não conformar-se com elas. Cabe destacar também sobre a alfabetização, a importância que há na compreensão por parte dos professores do processo de pensamento da criança em relação à escrita.

Pensando em tudo isso, novas abordagens deveriam ser melhor analisadas pelos professores. Desta forma, foi importante trazer a alfabetização na perspectiva do método Sociolinguístico, da qual trata Mendonça (2007), onde a autora une os estudos de Ferreiro e Teberoski com a proposta de alfabetização de Freire, salientando a fundamentação da mesma na Sociologia e na Linguística, a qual busca ser eficaz, alfabetizando independentemente de faixas etárias, desenvolvendo competências de leitura e de escrita, bem como de seus usos sociais, em vista da transformação e tomada de consciência. “É sócio porque desenvolve efetivamente o diálogo no contexto social de sala de aula e é Linguístico por trabalhar o que é específico de cada língua”.

Além de tudo isso essa abordagem parte da palavra geradora criada por Paulo Freire:

> [...] palavra geradora, porque é extraída do universo vocabular dos aprendizes, conforme critérios de produtividade temática, fonêmica (palavra composta, preferencialmente, por mais de três sílabas e do seu teor de motivação e conscientização, e, a seguir, através da decomposição das sílabas e pela sua combinação, são geradas outras palavras significativas. (MENDONÇA, 2007, p.122).

Associado a isso, a alfabetização não parte de algo abstrato ou sem sentido, mas de algo que faz parte do cotidiano da criança, facilitando sua aprendizagem. A partir da definição da palavra geradora, seriam necessários seguir alguns passos, onde vários conceitos e o estudo dos mesmos são baseados nas ideias de Paulo Freire. Dessa maneira, Mendonça (2007), destaca que de acordo com o método que trabalha são necessários quatro passos.

O primeiro passo seria o da Codificação, baseado no conceito próprio de Paulo Freire. Nesta etapa o aluno orientado pelo professor faz uso da representação real da palavra geradora, através de diferentes meios e códigos, os quais o aluno já domina. Poderiam ser exemplos deles: expressões orais, desenhos, mímicas, músicas, dramatizações, jogos, e demais expressões que possam ajudar no contexto da aprendizagem.

A partir disso, espera-se despertar a consciência crítica dos estudantes. Freire (1979), pensava na organização do ato de ensinar no sentido de superar obstáculos e dificuldades, retomando o que impede a emancipação do cidadão, desenvolvendo projetos para mudar essa situação.

Em seguida à codificação, procede-se com o segundo passo: a Descodificação, conceito também abstraído das ideias de Paulo Freire. Esse processo incide basicamente sobre realizar uma releitura da realidade que é representada pela palavra geradora, lendo e analisando mais além, num aprofundamento que torne o aprendiz capaz de compreender o mundo. Acrescenta-se, “É um dos momentos mais importantes do processo de alfabetização. Trata-se do exame das palavras geradoras (ou código linguístico) para extrair os elementos existenciais nelas contidos.” (GADOTTI, 1989, p. 150)

Freire (1979), afirma que através de ações pedagógicas como esta, o aluno torna-se sujeito do conhecimento e também envolve-se em tentar novas possibilidades de atuação num contexto social..

Na opinião de Mendonça (2007) os dois primeiros passos: “codificação” e a “descodificação” estão para garantir a aquisição da leitura e escrita de forma significativa, partindo de uma discussão em torno da palavra geradora, que já está inserida no cotidiano dos estudantes. Isso sempre feito através do diálogo e levando em conta os códigos que os alfabetizados já conhecem. Essa também é uma fase de exploração do que o aluno já potencializa, onde precede a habilidade de leitura e de escrita.

Assim, Mendonça (2007), corrobora afirmando que se a codificação e a descodificação forem excluídas do processo e meramente trabalhadas decorebas de sílabas e palavras, isso torna-se um ato mecânico, sem refletir sobre o contexto e a realidade em que o estudante está inserido. Acrescenta-se: "o primeiro passo para a alfabetização é a leitura do mundo ao redor do aprendiz, através da codificação da palavra geradora" (MENDONÇA, 2007, p. 54).

A propósito:

> O ato de ler não se esgota na descodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE,1989, p. 12)

Em outras palavras esse momento é onde o aluno tem a possibilidade de expor suas opiniões e ideias sobre o que está sendo discutido, envolvendo o diálogo entre professor e aluno. Além de poder dar vez aos alunos, o professor a partir disso pode estar a par sobre a compreensão, a visão e os conhecimentos que os mesmos já trazem.

Na visão de Mendonça (2007), enquanto o aluno tem essa oportunidade de falar, e de ser ouvido pelo professor, ocorre uma transformação na postura do aluno, e ele percebe que há um respeito que deve ser de ambas as partes, o qual deve ser algo fundamental no relacionamento entre os dois para que ocorra a aprendizagem de forma satisfatória.

Com relação à descodificação, Mendonça (2007), destaca que esta pode ser trabalhada através de um texto, enfatizando a escolha de diferentes gêneros textuais, desde que esteja de acordo com o tema gerador. Nesta exploração dos textos, o aluno fará a releitura de mundo, onde poderão ser orientados debates em torno do assunto escolhido. Outro aspecto importante que merece ser lembrado é a ludicidade, respeitando a faixa etária dos alunos em fase de alfabetização.

O terceiro passo a ser executado seria a Análise e síntese da palavra geradora, com o intuito de neste momento sim, descobrir o que aquela palavra escrita representa e que a mesma é a representação da fala. Neste momento também inicia-se a divisão em sílabas, e a exposição das famílias silábicas, as quais a mesma é composta. Isto a autora traz como ficha

de descoberta. Em seguida far-se-á a junção destas sílabas que foram descobertas e formam-se novas palavras.

Mendonça (2007), afirma que ao iniciar as primeiras atividades de escrita precisam estar associadas à oralidade, porém de forma real, com palavras de verdadeiro significado e havendo objetivos nessa escrita, não apenas transcrever o que é falado sem dar conta da contextualização das palavras que estão sendo ensinadas. A mesma autora, salienta que neste passo, deve ser trabalhado num nível de aprofundamento conhecimentos que são próprios da alfabetização como, por exemplo: as letras do alfabeto, o que são letras, as combinações que podem ser feitas através das sílabas, a união destas sílabas para compor palavras, enfocando o uso da leitura e da escrita.

Através desse passo, a criança em processo de alfabetização vai compreendendo, a partir da leitura e da escrita, como ocorre o processo de compor palavras, bem como seus significados, e de onde surgem essas palavras.

Como último e quarto passo ocorre a Fixação da leitura e da escrita. O que acontece nesta etapa é novamente a revisão da palavra geradora, junto com suas famílias silábicas, e apresentação das mesmas para a formação de palavras e assim poder inseri-las em contextos sociais, ou seja, composição de frases e textos, porém lembrando sempre de formar leituras significativas e não descontextualizadas.

Neste aspecto podem ser retomados os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberoski, onde são tratados dos níveis de escrita. Mendonça (2007, trata que devem ser oferecidas aos alunos atividades que envolvam os quatro níveis que as autoras abordam, dando assim oportunidades a todos os alunos independentemente da fase em que se encontram.

A autora ainda destaca que neste passo podem ser integradas atividades como: leitura e escrita de palavras de um modo geral, ditados de diferentes tipos, sendo eles de frases ou palavras, caça-palavras, cruzadinhas, atividades que envolvam a linguagem do aluno e a linguagem padrão, trabalhar na compreensão e interpretação de textos que sejam de qualidade, e também explorar a produção de textos, enfatizando a boa qualidade dos mesmos e seu uso como função social.

Considerações Finais

Sendo assim, a partir de estudos feitos e abordados por Mendonça (2007), essa metodologia tem sido eficaz em muitas escolas em que foi trabalhada, incluindo a maioria delas como escolas particulares, alfabetizando crianças aos seis anos de idade. Desta forma, essa proposta poderia ser considerada por outras escolas, para pelo menos tentar melhorar a questão em torno da problemática da alfabetização.

Os estudos baseados no método sociolinguístico, de acordo com Mendonça (2007), denotam que este é um método onde o trabalho é sistematizado, orientado e facilita a organização dos pensamentos das crianças. Ainda assim, neste processo pode-se construir uma visão do contexto em que a mesma se insere, conscientizando-os dos problemas, dialogando e avançando em torno das práticas de leitura e escrita como função social. Ainda a autora destaca que este método é uma alternativa eficiente para os educadores e preocupa-se com a formação de indivíduos conscientes, dotados de criticidade, envolvidos na construção de uma sociedade mais justa.

Acredita-se então, que a alfabetização, tarefa tão árdua e muitas vezes desgastante para os profissionais desta área, tenha sim formas mais simples e possíveis de serem aplicadas nas salas de aulas e para as mais diversas clientelas.

Portanto, é necessária a reflexão contínua em torno de qual método e de que forma ele será aplicado, se está sendo eficaz na realidade em que professor e alunos se encontram, que estratégias serão utilizadas, e qual o comprometimento de cada um dos envolvidos nesse processo. Ou seja, desde a formação adequada dos professores, o comprometimento das escolas e de toda a comunidade, envolvendo também os familiares desses alunos. Também a melhoria de políticas públicas com vistas a melhoria da educação e a responsabilidade dos órgãos governamentais para que o ato de alfabetizar seja realmente eficaz, visando uma aprendizagem de qualidade.

Referências

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____ **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1989.

EDUCAÇÃO SOCIAL: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL COM RECICLADORES DO MUNICÍPIO DE ERECHIM

Karine Kostuczenko [1]
Franciele F. Marques[2]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas À Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
Muito se tem ouvido falar acerca da promoção da inclusão social, da não discriminação das pessoas por razões econômicas, sociais e/ou culturais. No entanto, tais pregações não estão sendo visualizadas na prática diária dos seres humanos. Neste sentido, a presente pesquisa tem por objetivo mostrar as implicações da não escolarização formal de jovens e adultos, recicladores de lixo, o que pressupõe uma alienação aos bens culturais, bem como, sua importância dentro de uma sociedade dividida em classes sociais, de acordo com bens econômicos, numa relação e, portanto, também numa distinção, que se estabelece entre a educação formal e não-formal. Assim sendo, consiste em uma revisão bibliográfica, feita mediante leitura sistemática e fichamento de cada obra, onde são apontados os aspectos inerentes ao ensino não-formal no contexto da educação de jovens e adultos, bem como, realizadas entrevistas, através de questionários, com os sujeitos desta, quais sejam, os trabalhadores da reciclagem de uma empresa do município de Erechim – RS. Prima, portanto, por dois aspectos fundamentais, a qualidade de vida destes sujeitos e a repercussão social do trabalho por eles desenvolvido. Destaca-se ainda que, as informações disponíveis servirão como base para estudos posteriores de grande relevância para uso de Educação Social, por se constituir em um tema atual e de valia para o contexto vivido.

Palavras-chave: Educação Social. Recicladores. Educação não-formal. Jovens e Adultos. Contexto social.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail:karinekostuczenko@hotmail.com
[2] Pedagoga. Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Doutoranda em Educação pela UPF e Doutoranda em Filosofia pela UMINHO – Braga – Portugal. Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: francielemarques@hotmail.com

Educação Não-Formal: uma introdução

Num contexto em que se discute constantemente acerca das rápidas transformações tecnológicas, a palavra constitui-se, mais do que nunca, em um ato de poder, poder este exercido por aquele que sabe dizer a sua palavra. Esta palavra, por sua vez, possui reconhecimento e, portanto, toma forma, na constituição de cada sujeito dentro do processo educativo, ou seja, nos anos de escolarização que este possui.

Neste sentido, a presente pesquisa tem como problemática central: O que caracteriza uma educação não-formal e quais seus princípios e práticas adotados para que esta se constitua como tal? Quais as implicações da não escolarização formal aos trabalhadores da reciclagem no contexto atual e as interferências desta na qualidade de vida dos sujeitos?

Tendo presente tal problemática e o contexto vivenciado de valorização do ensino formal, bem como, a situação de vulnerabilidade social em que uma grande parte da população vive ainda hoje, esta pesquisa tem por objetivo principal, retratar a importância dos trabalhadores da reciclagem do município de Erechim – RS, bem como, as implicações sociais que a não-escolarização formal causa em suas vidas, numa tentativa de resgate da cidadania e na valorização do saber adquirido pela experiência de vida, o que se constitui numa forma de escolarização fora do ambiente escolar, ou seja, a escolarização não-formal.

Sendo justificada tal problemática no fato da não valorização dos recicladores visto pela pesquisadora, num contexto de humilhação, na qual despertou o interesse por pesquisar tal problemática no sentido da busca por respostas que discorressem sobre o porquê de tais recicladores estarem sendo tratados de tal forma, do por que destes viverem à margem da sociedade, mesmo fazendo um trabalho tão importante e indispensável.

A partir da problemática apresentada, organiza-se da seguinte forma: Em um primeiro momento, apresenta-se um pouco da história da educação no Brasil, abordando as primeiras manifestações da educação, desde os jesuítas até os dias atuais, bem como, destacar os pontos relevantes, com as leis que regem a educação e demais atualizações em decorrência de necessidades socialmente produzidas, em especial, no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, definindo-se princípios e práticas na diferenciação da educação formal e não-formal.

Em um segundo momento, realiza-se breve caracterização da sociedade no contexto atual, utilizando-se de informações relevantes de cunho social e cultural, manifestadas na divisão social de classes e, inserindo-se, neste contexto, a importância do papel dos

recicladores em tal contexto.

Por fim, divulga-se a análise dos dados da pesquisa, apontando para os fundamentos e as implicações da não-escolarização formal aos jovens e adultos trabalhadores da reciclagem de materiais, bem como, a relação estabelecida entre o processo de reciclagem e a educação, apontando para a qualidade de vida e perspectivas futuras dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

A Pesquisa: Material e Métodos

A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica, feita mediante leitura sistemática e fichamento de cada obra, onde são apontados os aspectos inerentes ao ensino não-formal no contexto da educação de jovens e adultos, bem como, realizadas entrevistas, através de questionários, com os sujeitos desta, quais sejam, os trabalhadores da reciclagem de uma empresa do município de Erechim – RS.

Pode-se classificar essa pesquisa, do ponto de vista de sua natureza como básica, uma vez que tem como objetivo gerar conhecimentos novos e de interesse universal. Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa é classificada como exploratória, pois utiliza-se de levantamento bibliográfico, questionário. Com relação aos procedimentos técnicos a pesquisa será bibliográfica, pois, utilizará material já publicado em livros e artigos.

Prima, portanto, por dois aspectos fundamentais, a qualidade de vida destes sujeitos e a repercussão social do trabalho por eles desenvolvido. Destaca-se ainda que, as informações disponíveis servirão como base para estudos posteriores de maior relevância para uso de Educação Social.

Resultados e Discussão

A educação no país faz-se presente antes mesmo do seu “descobrimento”, quando os índios aqui já viviam e, possuíam um tipo de educação. No entanto, no que tange à educação escolarizada, esta passa a ser reconhecida com a chegada dos jesuítas e a inserção deste tipo de educação por aqui.

Educação, porém, não acontece apenas em instituições escolares, a mesma encontra-se disseminada na maioria dos nossos ambientes. Embora ainda não reconhecida, a educação não formal existe e precede a educação formal, pois todo conhecimento empírico, ou seja, toda

bagagem de experiência que cada um traz ao se inserir em um ambiente escolar, precisa ser levada em consideração no processo de aprendizagem, seja este formal ou não, com crianças e com jovens e adultos.

Neste sentido a Educação de Jovens e Adultos apenas começou a ser pensada em meados de 1940. Na Era Vargas, Ditadura do Estado Novo, que a Educação de Adultos (EDA) foi tomando corpo e se constituindo como política educacional, devido a efervescência política da redemocratização. Já em 1947, criou-se o I Congresso de Educação de Adultos (EDA) promovido pelo Governo Federal. O início do Congresso marcou o início da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Também houve a criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA).

Em meio a tantas rupturas e tentativas de melhoria da educação pelo povo brasileiro, é que, no período de 1959 a 1964, o chamado Período das Luzes da Educação de Adultos no Brasil, surge com força, a proposta pedagógica implantada por Freire, com o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, programa que teve forte presença do Professor Paulo Freire[1]. Esse período é marcado pela presença de um grande número de pessoas atuando junto aos movimentos populares na construção de uma nova educação, por acreditarem que esta permitia uma ação de transformação social.

Quanto a educação não formal, esta embora ainda não reconhecida, no Brasil ocorreu prioritariamente entre os anos de 1500 a 1808 aproximadamente, quando as instituições escolares formais eram escassas e/ou de acesso restrito, mas visualizavam-se formas de aprendizagem. Cita-se Brandão (2007), que o espaço educacional não é somente o escolar, mas também o lugar da vida e do trabalho, seja ele, a casa, o templo, a oficina, o barco, o mato, o quintal, desde que espaços que reúnam pessoas e tipos de atividades que constituam a produção do saber.

Neste sentido, o autor supracitado enfatiza que a educação não acontece apenas em um ambiente, mas onde se faça saber, onde existam pessoas reunidas com objetivos, que aprendam com experiências suas ou de demais, para melhorar a vida diária. A educação, em um sentido amplo, não se constitui apenas formal, sendo que, aquela que a precede é tão

1 Cabe destacar que, importância dada à educação de jovens e adultos no Brasil, surgiu como uma medida alternativa à necessidade de qualificação de mão de obra barata para atender a demandado processo de industrialização. Assim, a única proposta para esta modalidade, que teve como objetivo a formação de cidadãos numa perspectiva crítica, foi desenvolvida por Paulo Freire. Sua proposta, no entanto, foi abortada pelo regime militar, que via nessa práxis educativa um poder subversivo muito grande.

importante quanto, pois não somos *tabula rasa*, sem contexto e sem texto, aprendemos desde que nascemos e não estamos a todo tempo inseridos em um espaço escolar.

No entanto, apesar da importância dada à educação não formal, vivemos em um contexto que clama por um processo educativo nos padrões formais, capazes de constituir a formação acadêmica dos estudantes. Neste sentido, passa-se a seguir a discorrer acerca da história da Educação Formal no Brasil.

Educação Formal é segundo Machado (2008. p.07), não se utilizando nesta pesquisa a força que tem as palavras utilizadas de exclusão e inclusão, mas a proporção de estar dentro e fora de um sistema, como coloca Machado:

> Num critério estrutural a educação formal e não formal se distinguem por sua inclusão ou exclusão do sistema educativo regrado. Assim por educação formal entende-se o conjunto de processos, meios e instituições específicas ou de instrução que estão diretamente dirigidas ao suprimento dos graus próprios do sistema educativo regrado. O formal é então, o que se define em cada país e cada momento em suas leis e outras disposições administrativas. O não-formal é o que fica à margem do organograma do sistema educativo graduado e hierarquizado.

Atualmente, com o avanço das tecnologias e inúmeros avanços na ciência vive-se hoje em uma sociedade denominada "sociedade do conhecimento", a globalização, o individualismo, o alto consumo da população e inclusive o grande aumento populacional, altas tecnologias, o pós-moderno que faz com que se pense mais em máquinas do que em homens, mais em tecnologia do que em educação, não que a tecnologia não tenha alcançado a educação, ambas tentam andar, porém o que se observa é um total despreparo para que aconteça as coisas de forma correta e qualificada, levando em consideração fatores como a sustentabilidade, a fome no mundo e o analfabetismo.

A população aumenta e a qualidade de vida diminui, a realidade econômica brasileira encontra-se defasada, políticas públicas que não saem do papel, algumas revoltas que acabam não dando em nada. A sociedade hoje é um por vir que desacomoda. Caracteriza-se, de forma geral, por aspectos ideológicos e culturais, bem como, por aspectos socioeconômicos e políticos. Para Ribeiro (1995, p.210),

> [...] a sociedade brasileira estratificada em quatro segmentos, que são as classes dominantes, setores intermediários, classes subalternas e classes oprimidas. Identifica este último extrato com os excluídos sociais, entre o quais estão os

> trabalhadores estacionais, os recoletores, os vendedores volantes, os empregados domésticos, os biscateiros, os delinquentes, as prostitutas e os mendigos. Sendo isso passível de mudança somente com o rompimento das classes.

O trabalho é de suma importância para a realização pessoal e social do indivíduo, uma forma de satisfação humana. No entanto, há outra face do trabalho ou do desemprego, onde as pessoas são obrigadas a se submeter a qualquer tipo de trabalho, mesmo que de formas desumanas, para manter sua subsistência e da família. Este trabalho realizado na sociedade, dada sua importância, ainda hoje reflete todas as outras formas de organização social, a começar pelo processo educativo.

Em uma definição rápida de sociedade, esta então, faz-se capitalista, onde os meios de produção, os padrões de consumo e os estilos de vida da sociedade atual são tão fortes a ponto de não se enxergar que existem serviços de grande importância que passam despercebidos, mas que estão sempre em ação.

Basta uma breve observação dos serviços considerados essenciais como a água, a comida, a moradia, que nos deparamos com questões ambientais e de produção de lixo. Para que se possa comer, coexiste uma produção acelerada de lixo, mas a sociedade não vê ou não quer ver tal situação, e consequentemente, nem os recicladores desse lixo produzido em massa não possuem valor social, visibilidade perante a sociedade, reflexo de um contexto que considera dignos de respeito àqueles que possuem maior escolarização e, maior poder aquisitivo.

A educação, assim, vista enquanto dimensão humana faz parte de uma relação social onde a transmissão da cultura ou dos bens culturais acontece sempre de forma intencional, de um sujeito a outro, veiculando informações, valores e atitudes que, em sua maioria, são repassados de geração a geração. Esse repasse de informações de saberes sistematizados ou não, permite que cada sujeito possa buscar suas próprias percepções acerca da realidade vivenciada, percepções estas que partem de significados previamente constituídos.

Não quer dizer-se que a educação formal se constitui na única fonte de transmissão de saberes culturais, no entanto, alerta-se para o fato de que tal transmissão possui sempre uma intencionalidade, ou seja, possui objetivos previamente traçados, sejam eles para sobrevivência, adaptação ao meio ou para uma análise crítica da situação vivenciada. Nessa direção educativa, Brandão (1984, p.10-11) disse:

> Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender [...]. A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida [...]. A cultura é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade [...]. Através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar-se de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem [...]. Ela ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedade. E esta é sua força.

Em qualquer modalidade educativa, formal ou não-formal, não se pode negar sua grande influência na vida das pessoas.Desta forma, na pesquisa realizada, contata-se a desmotivação de grande parte dos recicladores para com o processo educativo, numa forma de acomodação à situação vivenciada por mais que os mesmos reconheçam a educação como algo importante não se vem diante de bancos escolares na busca por uma condição melhor de vida. Desejam que seus filhos tenham uma vida melhor através da educação, mas não se movimentam neste sentido e consequentemente desmotivam suas gerações de forma indireta.

Considerações Finais

O ser humano é um ser único se o compararmos aos outros elementos vivos que compõem o nosso planeta. O ser humano, por sua vez, distingue-se dos outros seres vivos, pois somente ele precisa criar significado humano para as suas ações, ou seja, apenas esse é capaz de educar-se.

Engrandece-nos esta pesquisa ao falarmos de educação social, princípios e práticas da educação não-formal com recicladores do município de Erechim, onde de uma forma geral podemos identificar a educação social, presente no cotidiano destes recicladores, pois embora excluídos de certa forma da sociedade, não perdem a grandeza de se sentirem importantes no contexto de meio ambiente, conseguimos verificar princípios e práticas da educação não formal, especial para aquela repassada de pai pra filho, práticas de educação não formal advindas de experiências que deram e que também não deram certo e finalmente enfatizar um pouco mais do contexto de reciclagem, ao conseguir chegar neste ambiente e ver que sim

existe exclusão, existe conhecimento e existe esperança, embora muito citada nesta pesquisa a questão de conformação com a situação momentânea, vê-se que o desejo destes recicladores é que seus filhos tenham uma vida melhor por meio da educação, embora o desejo não se faça realidade por si, mas é melhor que se o mesmo não existisse. A pesquisa ainda enfatiza o fato de concretizar o objetivo o fato de dar voz à aqueles que historicamente não tiveram oportunidades.

Considerando-se, desta forma, a perspectiva educacional na superação das contradições sociais, mediante a reconstrução de suas ações, pretende-se dar prosseguimento a este estudo já iniciado e anunciado, isto é, continuar pesquisando sobre a relação estabelecida entre a educação formal escolar e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, não com o objetivo de instituir um caminho para sua possível correção, mas, dispondo-se a construir um caminho de valorização também da educação que ocorre fora dos bancos escolares institucionalizados, defendendo-se a educação, em qual seja o âmbito de realização, como a possibilidade de concretização desta de forma contextualizada e humanizadora.

Fica o desejo de que ainda se pode estudar mais sobre este assunto, sendo este inesgotável, pois a educação não formal precisa ainda de maiores entendimentos e entendedores e como diria Freire (1996), “somos seres incompletos, em constante aprendizado”, para educação essa frase se encaixa , se está em constantes mudanças, quando muda o social e o cultural é porque a educação também tem parte nisso, grande parte, grande contribuição, estudar a educação não formal é nos apropriar daquilo que somos nós e ainda não reconhecemos, pois como tudo é educação e esta acontece em todo lugar, a educação não formal antecede em questões escolares e melhora a visão de mundo, para que se possa mudar com o mundo e não para o mundo, ou seja, ser sociedade e não para a sociedade.

Acredita-se que, com os questionamentos e sistematizações provocados nesta pesquisa, ainda que repletos de limitações e, por vezes, contradições, se pode contribuir efetivamente para evidenciar as práticas não-formais como experiências válidas no contexto educacional e mudar a postura de atuação dos sujeitos na convivência em sociedade.

Referências

ALVAREZ-URIA, F.; VARELA, J. **A maquinaria escolar.** Teoria e Educação, 1992, p.68-93.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular.** Petrópolis-RJ: Vozes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

MACHADO, E.M. **A pedagogia social**: diálogos e fronteiras com a educação não formal e a educação sócio-comunitária. Tuiuti - Paraná, 2008.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil.2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NO UNIVERSO ESCOLAR

Sandra M. M. Farina[1]
Idanir Ecco[2]
Adriane Scarmignani[3]
Nely Paulina Longo[4]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas à Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

Resumo

A relação família-escola é, hoje, tema em destaque na discussão sobre o alcance do sucesso dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. A ausência dos pais nas escolas pode ser um indicativo do pouco acompanhamento da vida escolar dos estudantes por parte dos pais. A família tem um papel extremamente importante na construção do processo de ensino aprendizagem, considera-se responsável por grande parte da formação cultural e também possui influência no estabelecimento dos projetos de vida e identidade dos educandos. A participação da família no universo escolar tem grande influência sobre o desenvolvimento da prática escolar, estabelecendo uma relação de competência com o professor, e uma relação afetiva com o aluno. No entanto, a partir da criação de situações de encontros e diálogo, e a partilha de informações entre as duas instituições, as dificuldades passam a ser compreendidas, gerando possíveis caminhos com soluções e esperanças para os dias conflitantes que hoje pairam sobre as escolas e também, sobre as famílias. Contudo a participação dos pais no universo escolar é uma ferramenta necessária para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes especialmente os que se apresentam com maiores dificuldades.

Palavras-chave: Família. Escola. Desempenho Escolar.

Introdução

Uma das maiores queixas das escolas é que os pais pouco frequentam as reuniões, palestras e afins a eles dirigidas. O comentário bastante comum entre os organizadores é que os pais que mais precisam comparecer, acabam por não ir, nem se incomodam com a escola preferem receber os conselhos e orientações prontos, por acanhamento ou por desconhecer a

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia URI – Câmpus de Erechim. E-mail: farina.sandra@yahoo.com.br
[2] Mestre em Educação – UPF/RS, Professor do Departamento de Ciências Humanas. E-mail: idanir@uricer.edu.br
[3] Acadêmica do curso de Pedagogia URI – Câmpus de Erechim. E-mail: adriane_sca@hotmail.com
[4] Acadêmica do curso de Pedagogia URI – Câmpus de Erechim. E-mail: nely.longo@hotmail.com

importância de sua participação, ou ainda pelo fato de não terem tempo disponível para se envolver com a escola e a educação dos filhos.

Há pais, entretanto que se mobilizam até para participar da discussão dos rumos da escola, dispostos a questionar alternativas, procurar soluções melhores, pensar e construir juntos. O desafio de transformar a escola num espaço onde se vivencia a plenitude da democracia implica na construção de uma política pública que contemple a participação efetiva dos diversos atores sociais do universo escolar, na formulação e na implementação da gestão democrática. A intervenção dos pais na educação dos filhos é essencial. É fundamental nos dias de hoje, e com a constante evolução da sociedade que as escolas devam acima de tudo ser promotoras de estratégias que promovam uma maior aproximação dos pais na escola.

Desenvolvimento

A educação não foi inventada pela sociedade, mas, sim pela vontade de educar proporcionando uma convivência harmoniosa e durante o um maior tempo possível. "[...] o amor possibilita e, sem dúvida, potencializa o aprendizado, mas não pode substituí-lo." (SAVATER, 2005, p.32).

A educação dá forma aos seres humanos, forma indivíduos capazes de caminhar por si mesmos, adaptados as nossas necessidades, conquistando autonomia por meio do aprendizado, a partir de um modelo prévio que deverá ser melhorado pelo professor. Deve estimular no educando a capacidade de pensar e, também, proporcionar o respeito e a confiança no ser humano, provocar o uso da razão, a observação, abstração, dedução, argumentação e consequentemente conclusões. Esta deve ter como princípio a verdade, condição básica para o professor poder ensinar. Ele também precisa acreditar naquilo que está sendo ensinado.

Com a educação é possível potencializar as qualidades de cada um dos envolvidos no processo educacional sendo elas boas ou não, isto é, construtivas ou destrutivas que será para o seu e o benefício familiar e o da sociedade.

A educação deve oportunizar aos seus sujeitos condições de participação e de integração, fatores estes que contribuem para o processo do ensino e da aprendizagem, pois segundo Freire (1996, p.25): "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as

possibilidades para a sua produção ou a sua construção". Certamente o educador e o educando aprendem juntos despertando a curiosidade pelo novo, aproveitando a experiência que cada um traz como bagagem, que por sua vez possibilitará discussões e até mesmo conclusões sobre a realidade concreta nos quais estão inseridos.

Segundo Dias (2004) houve época em que a escola podia se fechar para a comunidade e, ainda assim, continuar funcionando com razoável grau de aceitação. Era um tempo em que a escola constituía-se em uma instituição isolada, em que os professores recusavam o diálogo com os pais de alunos, por entenderem que a presença deles na escola servia para tumultuar os trabalhos, sem nada trazer de positivo.

A educação é tarefa de todos, ou seja, governo, família, sociedade e é necessária a presença da sociedade organizada na escola, participando e acompanhando seus resultados.

Pode-se afirmar que, a família é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social. O papel da família no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.

O ambiente familiar é um local onde deve existir harmonia, afetos, proteção e todo o tipo de apoio necessário na resolução de conflitos ou problemas de algum dos membros. As relações de confiança, segurança, conforto e bem-estar proporcionam a unidade familiar.

A base familiar é evidenciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) de 1996 e reconhece que: "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana [...] e nas movimentações culturais" (BRASIL, 1996, p.1).

A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar, o que é possível considerar que a criança e os pais trazem consigo uma ligação íntima com o desempenho. A participação é uma necessidade humana, inerente à natureza social da pessoa; é a partir dela que se obtêm instrumentos necessários para a transformação da realidade de uma sociedade.

Segundo Godoy (1999), a escola constitui-se no lócus inicial de construção da sociedade e da cidadania; devendo incentivar a participação de todos os que estão envolvidos em sua construção permanente, visando à aprendizagem e o exercício da democracia, visando à transformação social e a superação das desigualdades e favorecendo, principalmente, a formação da cidadania.

A participação efetiva e ativa dos pais e da família na tomada de decisões contribui para a reflexão sobre a questão de também serem atores responsáveis pela história que se faz no âmbito escolar e no âmbito da sociedade.

É primordial a inserção da família no processo de ensino aprendizagem, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), observando a importância dessa correlação família/escola, já prevê em seu artigo 2º que "A educação, dever da família e do estado [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando [...] e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996, p. 9).

Como se pode observar, a família é considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar. Possui uma forte influência no comportamento das crianças, pode também ser considerada a matriz da aprendizagem humana, com significados, e modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva.

É possível que nas interações familiares se concretizem as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras.

Os padrões familiares se transformam e absorvem a mudanças sociais, políticas econômicas e culturais que por sua vez requerem adaptações às novas realidades afetando as relações familiares e os processos de desenvolvimento dos indivíduos. Pode-se observar que a família está atravessando grandes transformações entre elas o aumento no número de separação dos pais, a saída da mãe para trabalhar entre outros fatores, delegando sua função educativa para outros como a televisão e as instituições.

Muitas são as responsabilidades da família e da escola quando se refere ao processo educacional. Presume-se a importância do dever de casa, da necessidade da prescrição pela escola e de seu acompanhamento pelos pais, a família não pode deixar somente para a escola a responsabilidade pela aprendizagem dos filhos, devendo implicar-se com esse processo, inclusive apoiando a realização dos deveres escolares.

O dever pela escola sugerido conceitua-se como sendo uma possibilidade de participação dos pais na vida escolar dos filhos, que permite acompanhar o que os filhos estão estudando e verificar seu desenvolvimento oferecendo um momento de vínculo e interação entre pais e filhos.

Convém, no entanto destacar que é necessária a ocupação do tempo da criança com atividade saudável, construtiva, e que propicie o desenvolvimento do hábito de estudo bem como o desenvolvimento de atitudes de autonomia, compromisso e responsabilidade.

O ideal seria a maioria dos pais, auxiliarem a criança. Todos possuem as condições para isso, pois aquilo que os pais sabem e podem ensinar aos filhos muito irá contribuir na construção do conhecimento, não necessariamente ser a professora a responsável por sanar as dúvidas dos estudantes.

Pais e escolas devem ser parceiros para que haja significação na formação do indivíduo, por que a formação integral do indivíduo é responsabilidade da escola e da família.

A participação da família na escola promove mudanças significativas como a melhoria na educação e na sociedade, e sem dúvida alguma que é na interação entre a escola e a família, que a troca de conhecimentos será possível. Mesmo porque a escola e a família juntas contribuem para o estudante ser um indivíduo crítico, ativo e consciente na sociedade. Essa parceria, sem dúvida deve haver, pois sem ela o nível de qualidade da educação não será alcançado e nem o sucesso na aprendizagem que se espera ter.

O desenvolvimento harmonioso de crianças, adolescentes e jovens é resultado da qualidade de relação entre a escola e a família. Da mesma forma, por serem interesses de socialização, educação e desenvolvimento indispensáveis ao desenvolvimento integral da pessoa, correspondem aos pilares do desenvolvimento humano, ou seja, a integração entre a escola e a família promovem o desenvolvimento de atitudes e de valores.

Logo, o relacionamento entre as famílias e a escola, certamente promoverá a melhora dos resultados e do comportamento dos alunos, aumentando o nível de satisfação profissional dos professores e contribui para a boa imagem da escola, em que os primeiros e maiores beneficiados são os alunos que, ao sentirem-se mais motivados, posicionam-se mais positivamente em relação à escola e à sua aprendizagem, o que potencializa o seu sucesso escolar e educativo.

O acompanhamento e o apoio das famílias para os seus filhos são hoje considerados um fatores que mais influencia a aprendizagem dos estudantes, pois assim sentem a presença

de alguém que possui interesse por eles e está preocupado com o seu futuro e a sua permanência na sociedade. Por isso, tem-se a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de todos. Destacando que a escola e a família devem ter princípios próximos que beneficiem tanto a escola, quanto a família.

Escola e família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas. Mediante as funções que são atribuídas para escola, destaca-se a influência que a mesma possui sobre as pessoas em desenvolvimento, visto ela ser também a responsável pela disponibilização e construção do conhecimento culturalmente organizado.

A comunicação entre escola e família deve ir além das dificuldades escolares, do comportamento e da avaliação do aluno, ela precisa acontecer nos mais variados momentos, como em homenagens, participação em festas, ou seja, a escola precisa envolver os pais para além dos tradicionais eventos promovidos na escola, procurando partilhar as suas responsabilidades. Os pais precisam ser parceiros da escola e ter consciência de que a sua contribuição é valiosa.

Conclusão

Concluímos que existe a necessidade de formação de vínculos mais fortes entre a família e a escola, para que ambas possam atender às necessidades das crianças nesta fase do desenvolvimento escolar.

A interação entre família e escola não deveria ser reduzida apenas a reuniões formais e contatos rápidos, mas ocorrer regularmente em momentos de maior intercâmbio nos quais a família pudesse efetivamente participar do cotidiano da escola. É importante salientar que o fracasso ou o sucesso escolar de cada um é influenciado por diversos fatores, sendo o envolvimento da família com a escola apenas um deles, pois também contam a cultura familiar, as oportunidades vividas por estes alunos e alunas. As expectativas de pais e mães em relação ao futuro são fatores que podem cooperar ou não para que estas crianças e adolescentes estejam motivadas para um bom desempenho escolar.

Criar uma relação entre escola e família permite que haja o acompanhamento e participação dos pais no aprendizado e assim eles com certeza teriam a satisfação de poder ajudar a construir o caráter de seus filhos, pois querendo ou não boa parte dos anos de nossas

vidas passa-se na escola, ou seja, é um local de aprendizado que planta sementes que duram pra sempre. Ter uma aliança entre pais e professores é altamente produtivo e eficaz. Ambos devem agir em conjunto.

Referências

BRASIL. Lei nº 9304 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e bases de Educação.** 1996.

DIAS, J. A. **Gestão democrática da escola.** In: Vários autores. Educação básica: políticas, legislação e gestão – leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

GODOY, A. C. de S. Gestão escolar e prática reflexiva. In: BELOTTO, A. A. M.; RIVERO, C. M. da L; GONSALVES, E. P. (Org.). **Interfaces da gestão escolar**. Campinas: Alínea, 1999.

SAVATER, F. **O valor de Educar**. São Paulo, ed. Planeta do Brasil, 2005.

EVASÃO ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Inez Sbardelotto[1]
Franciele Fátima Marques (orientadora)[2]
Alvari Ferreira[3]
Isabel Bucior[4]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas à Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A evasão escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental ainda é um foco de grande amplitude dentro das inúmeras dificuldades que a estrutura pedagógica precisa enfrentar, estando dentre os temas que historicamente fazem parte dos debates da educação pública brasileira e que, ainda está em destaque, dentro do cenário das políticas públicas e da educação em particular. Assim sendo, a presente pesquisa versa acerca das causas da evasão escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental no Brasil e, tem por principal objetivo analisar e identificar os determinantes da probabilidade de ocorrência da evasão escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental, que compreende o período do 6º ao 9º ano, no Ensino Fundamental de 09 anos. Aborda as questões que desencadeiam a evasão escolar nos Ensino Fundamental sob o ponto de vista de especialistas nesta área. Parte-se da ideia de que a instituição formal escolar, tida como um lugar proeminente na vida da grande maioria da população contribui para a configuração da alienação, à medida que impedem a formação consciente e crítica do aluno e acomodam o professor em seu planejamento e em sua ação pedagógica diária a reproduzir velhas práticas condicionadoras da alienação dele e dos seus alunos. A metodologia da presente pesquisa consiste em uma reflexão bibliográfica, fundamentada no diálogo, interpretação e argumentação dos autores com fichamento de cada obra, ressaltando os pontos principais e de relevância para fundamentação do tema.

Palavras-chave: Educação. Ensino Fundamental. Obrigatoriedade. Anos Finais. Evasão Escolar.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI – Câmpus de Erechim.
[2] Professora do Departamento de Ciências Humanas. URI – Câmpus de Erechim.
E-mail: francielemarques@uricer.com.br
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI – Câmpus de Erechim.
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI – Câmpus de Erechim.

A Educação Escolar no Brasil: uma breve introdução

Há muitos anos a educação escolar brasileira passa por problemas de natureza estrutural e organizacional em todos os níveis e regiões do Brasil, com registros de vários estabelecimentos de ensino que não oferecem as mínimas condições de funcionamento. O desrespeito à coisa pública vem causando danos sociais, destacando-se dentre eles, o aumento da criminalidade, o ingresso de crianças no mundo das drogas, a falta de motivação por parte de educadores e, o elevadíssimo índice de Evasão Escolar.

O presente estudo busca dimensionar quais os possíveis fatores que resultam na evasão escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental no Brasil, com o objetivo de analisar e identificar os determinantes da probabilidade de ocorrência da evasão escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental, que compreendem o período do 6º ao 9º ano, no Ensino Fundamental de 09 anos. Desta forma, a presente pesquisa parte da seguinte problemática: Quais os fatores determinantes para a atual evasão escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental?

A partir de tal problemática, a pesquisa possui por objetivos principais, relatar e refletir sobre as principais causas da Evasão Escolar nos anos finas do Ensino Fundamental; Reconhecer as principais causas da evasão escolar no Ensino Fundamental, Anos Finais; Compreender o papel social da escola e dos fatores que possam contribuir para a permanência do aluno na escola; Identificar possíveis fatores do fracasso escolar- evasão e repetência do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental.

Assim sendo, tal pesquisa justifica-se pela relevância apresentada, sendo a evasão escolar, como já dito, uma problemática de alta recorrência no contexto educacional atual. Analisá-la no sentido de tentar compreender acerca dos principais fatores que a desencadeiam representa um importante passo que, analisados de forma criteriosa, achar-se á um meio de amenizá-la, para não dizer combatê-la.

O contexto social e o estudante dos anos finais do ensino fundamental: a problemática da evasão

Aprender a ser cidadão e a ser cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência, aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da

comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola (MEC, 2010).

A responsabilidade pela formação da criança e do adolescente está na família, instituição primária na formação do cidadão e cidadã. A escola também é responsável, sendo a instituição formadora de pensamentos, ideias. A escola tem a oportunidade de libertar ou de oprimir podendo ser opressora ou libertadora.

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão (REGO, 2003). Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente.

A condição social de criança e de jovem associa-se à sua vida escolar, que se apresenta como a porção "séria" de suas existências, implicando em compromissos e responsabilidades extremamente valorizados. Esta instituição constitui-se em um espaço onde se travam relações institucionais e interpessoais regulares que vão além dos laços de parentesco ou comunidade, e é responsável historicamente por duas grandes funções: instrução e formação (PUIG, 2000; ARAÚJO, 2003). A primeira relaciona-se à transmissão dos saberes acumulados pela humanidade e valorizados pela sociedade, a segunda aos valores e disposições internas, construídos pelos indivíduos nesta instituição. Assim, a escola não se limita à dimensão cognitiva dos alunos e alunas, mas objetiva, também, a formação moral.

Compreendendo as relações família-escola para compreender os processos de desenvolvimento e seus impactos na pessoa, é preciso focalizar tanto o contexto familiar quanto o escolar e suas inter-relações (POLONIA & DESSEN, 2005). Por exemplo, o planejamento de pesquisa sobre violência na adolescência deve incluir tanto as variáveis familiares, que podem contribuir significativamente para a manutenção de comportamentos anti-sociais na escola, quanto as relacionadas diretamente com a escola, como o baixo desempenho acadêmico, que, aliadas aos fatores interpessoais, acentuam este problema (FERREIRA & MARTURANO, 2002; OLIVEIRA & COLS, 2002). Outros exemplos bastante conhecidos são a evasão e a repetência escolar.

Sabe-se que a estrutura familiar tem um forte impacto na permanência do aluno na escola, podendo evitar ou intensificar a evasão e a repetência escolar. Dentre os aspectos que contribuem para isto estão as características individuais, a ausência de hábitos de estudo, a falta às aulas e os problemas de comportamento (FITZPATRICK & YOLES,1992). Em todos

estes fatores, a família exerce uma poderosa influência. Embora um sistema escolar transformador possa reverter esses aspectos negativos, faz-se necessário que a escola conte com a colaboração de outros contextos que influenciam significativamente a aprendizagem formal do aluno, incluindo a família (FANTUZZO, TIGHE & CHILDS, 2000). É importante ressaltar que a família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele.

Caracterização da evasão escolar no contexto escolar atual: causas e possíveis soluções

Problematizando-se a educação oferecida nos espaços escolares e os métodos adotados, observa-se que, em geral, tanto na forma de tratar os conteúdos como nos métodos de implementar a aprendizagem, são processos alienadores que limitam a formação crítica e reflexiva dos alunos e levam os professores a se tornarem meros repassadores de informação. Em outros termos, a metodologia e a postura alienante dos professores nas escolas, permite o controle e a organização dos saberes a serem transmitidos, mostrando como certas atitudes e práticas servem aos interesses de determinados grupos socialmente dominantes. Embora possamos identificar algumas ações em sentido contrário, a escola caracteriza-se como a principal fonte de conhecimento no processo de educação da grande maioria da população brasileira, em especial, da população menos favorecida, onde ela constitui-se como fonte de contato exclusiva com qualquer concepção metodológica.

O Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990. ABANDONO: O abandono se caracteriza quando o aluno se afasta do Sistema de Ensino, desiste das atividades escolares que frequentava, sem solicitar transferência. A desistência supõe o afastamento do estabelecimento de ensino, não atendimento às exigências de aproveitamento e de assiduidade e não solicitação de transferência para outro estabelecimento EVASÃO ESCOLAR Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, compõe o índice de evasão o número de educandos que, em condições adversas e hostis do meio, não completaram um determinado período de formação. No Brasil, muitos jovens e crianças abandonam a escola para ingressarem no mercado de trabalho. Para estas pessoas a prioridade não é a educação, mas a própria sobrevivência. Isto está legitimamente posto, pois, sabe-se que o Brasil é um dos países mais perversos em distribuição de renda do continente. Isto porque, a evasão escolar não é um problema restrito aos muros intra-

escolares, uma vez que reflete as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país e se constitui como um problema social.

Segundo Rocha (2010), em seu estudo o relacionado ao insucesso escolar como consequência a evasão escolar baseia em duas diferentes óticas. Uma diz respeito às relações de ordem familiar do aluno aliado com as questões financeiras que o cerca e que acabam o levando precocemente ao mercado de trabalho. O outro está relacionado com a estrutura escolar que inclui o tipo de abordagem que o professor usa em sala de aula, currículo, falta de recursos físicos, falta ou precariedade de atendimento psicopedagógico, rigidez excessiva nos horários e mesmo as frequentes faltas dos professores nas aulas. Queiroz (2012), cita que dentre as causas da evasão, destaca-se a necessidade de trabalhar para ajudar a família e, também, para seu próprio sustento O ingresso na criminalidade e na violência são outros pontos comuns para tal evasão. O convívio familiar conflituoso, a má qualidade do ensino, entre outros fatores, são todos considerados partes integrantes e comuns da evasão escolar. É válido dizer que a evasão está relacionada não apenas à escola, mas também à família, às políticas de governo e ao próprio aluno.

Com uma sociedade classista existente em nosso país e ideias escravocratas que ainda não foram excluídas do contexto social, a educação encontra-se neste meio excludente que vem tentando se superar através dos tempos. Tem-se neste meio social a necessidade de trabalhar, lutar pela sobrevivência, encontra-se ainda neste contexto famílias que pouco valorizam a educação e uma escola que também não consegue superar através do ensino as desigualdades sociais existentes. Acredita-se que com a necessidade de superar o analfabetismo no Brasil, as políticas que estão sendo propostas no Plano Nacional de Educação para o decênio, (2014-2024) deverão atender as necessidades básicas de uma educação de qualidade, nesta perspectiva os conflitos familiares, a violência e a própria evasão escolar tenderão à diminuir. Urge a necessidade de direitos e igualdade a todos os cidadãos brasileiros, já consolidados em leis.

Considerações Finais

A educação enquanto parte integrante da sociedade sofre dela todo um condicionamento histórico e globalizante, ficando a serviço da uniformização de padrões econômicos e culturais, podendo esta, ser um processo de emancipação, de humanização, um

processo desencadeador de mudanças na busca pela superação das desigualdades sociais existentes ou, como parte integrante do sistema e reprodutora deste, ocorrer de forma alienante.

Os estudantes que evadem ou abandonam as instituições escolares são, geralmente, sujeitos que não tiveram êxito na escola durante o período em que nela frequentaram, trazendo consigo uma história de insucesso no ensino comum. Hoje, muitos desses jovens já estão inseridos no mercado de trabalho formal ou informal. São pessoas que realizam uma atividade produtiva para complementar a renda familiar ou para ter seu próprio dinheiro e, por necessidade, acabam tardiamente procurando a escola novamente, como possível caminho na tentativa de adquirir melhores condições de vida pessoal e profissional, agora na Educação de Jovens e Adultos que cresce significativamente, a cada ano, no Brasil. O fracasso escolar culmina em evasão escolar devido a um conjunto de fatores de cunho familiar ou social, também ligados a política escolar. Evasão escolar é um fenômeno altamente nocivo para o sistema educacional no Brasil causando prejuízos aos cofres públicos e principalmente ao desenvolvimento social, econômico do país e evidencia o insucesso das políticas públicas.

Referências

ARAÚJO, U. F. **Temas transversais e a estratégia de projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. Leis nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília: MEC, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/estatuto_da_crianca>. Acesso em: 18. Abr. 2015.

_____. INEP- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: http://www.inep.gov.br Acesso em: 23. Jun. 2015.

FERREIRA, M. C. T., & MARTURANO**,** E. M. **Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 15, 2002, p. 35-44.

POLÔNIA, A. C., & DESSEN, M. A. (2005). **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 9, n. 2, 303-312.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar para se pensar na inclusão escolar.** UFMT – Universidade do Estado de Mato Grosso. Disponível em:

http://www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf Acesso em 12 out. 2012.

REGO, T. C. (2003). **Memórias de escola**: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes.

ROCHA, L. da. **Evasão escolar no ensino médio noturno.** Porto Alegre, 2010**.** Monografia (Licenciatura em química). Instituto de Química, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

EDUCAÇÃO E ESCOLA DO CAMPO: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES

Ariane Maria Toso [1]
Anelise Brod [2]
Gleise Binotto Mariga [3]
Eliane Fátima Halabura Follador [4]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas à Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O trabalho apresenta como foco principal a Educação do Campo e como esta se encontra fundamentada, partindo-se de uma breve contextualização sobre os aspectos legais que a norteia e sobre os principais marcos históricos que norteiam seu surgimento e desenvolvimento, buscando caracterizá-la e diferenciá-las da Educação Rural, promovendo uma reflexão sobre as mudanças alcançadas, especialmente nos últimos anos, frente ao fortalecimento do debate acerca de sua importância e sobre as consequências negativas que podem estar ligadas ao fato de que, historicamente, a Educação do Campo vem sendo equiparada a educação ofertada nas cidade. Além disso, faz-se uma breve contextualização sobre a Escola do Campo, suas características principais e o papel que representa na luta pela construção da identidade dos sujeitos que fazem parte das comunidades camponesas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e, a partir dela, percebe-se que muitos avanços em relação à forma como a Educação do Campo vêm sendo pensada já foram alcançados, mas que ainda muito tem que ser feito para que a escola localizada no campo deixe de ser uma extensão dos centros urbanos e para que os sujeitos pertencentes a estas comunidades possam sentir-se parte importante da sociedade e serem capazes de tornarem-se agentes na construção de suas identidades de forma digna.

Palavras-chave: Educação do Campo. Escola do Campo. Valorização.

Introdução

A expressão Educação do Campo refere-se a uma forma de construção da educação baseada nas lutas sociais travadas pelas comunidades pertencentes ao campo com o objetivo de construir sua identidade e resgatar seus valores e cultura esquecidos ou negligenciados ao longo do tempo em virtude da construção de uma sociedade fundamentada nos conceitos e no

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: ariane.toso@outlook.com
[2] Professora do Departamento de Ciências Humanas. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: ane@uri.com.br
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: gleise.binotto@hotmail.com
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: elianehfollador@hotmail.com

contexto das relações que acontecem nos centros urbanos através de uma escola feita por eles e não para eles.

O debate acerca da Educação do Campo é algo recente e encontra-se baseado na combinação entre a luta pela terra e pelo direito que todos têm de fazer parte da sociedade, ligado ao direito ao acesso a uma educação de qualidade, que considere a realidade de cada região, a cultura e o conhecimento que a comunidade e seus sujeitos possuem, não renegando suas raízes, mas buscando construir suas identidades e mantê-los em suas propriedades de forma digna.

Frente a isso, o presente estudo busca contribuir com o debate acerca da Educação do Campo partindo-se de uma breve contextualização sobre sua história recente e sobre os principais marcos legais responsáveis por sua fundamentação. Além disso, faz-se uma breve discussão sobre o papel que a escola do campo apresenta na busca por uma educação de qualidade para os que fazem parte deste contexto, trazendo os principais conceitos que a diferenciam da escola localizada em centros urbanos, responsáveis pela busca da identidade dos sujeitos que vivem no campo e da valorização de seus conhecimentos como forma de fortalecimento das comunidades camponesas.

Educação e Escola do Campo

Quando se fala em Educação do Campo, refere-se a uma modalidade de ensino onde os protagonistas são os trabalhadores do campo e as organizações a que pertencem. A expressão Educação do Campo representa um contexto que ainda se encontra em construção, surgido através de discussões para a preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, a qual foi realizada em 1998, no estado de Goiás, sendo que, num primeiro momento, chamava-se Educação Básica do Campo e, posteriormente, em 2002, em meio às discussões para o Seminário Nacional realizado em Brasília, passou a ser chamado de Educação do Campo, sendo reafirmada em 2004, na II Conferência Nacional (CALDART, 2012).

Segundo Oliveira e Campos (2012), o contexto atual que vem se desenhando no meio rural apresenta uma série de transformações ocasionadas pelos movimentos instituintes que passaram a ser articulados especialmente no final da década de 1980, quando a sociedade brasileira deixava de ser comandada por um regime militar e passava a buscar seus direitos

através da luta democrática, inclusive buscando a melhoria da qualidade da educação ofertada no campo. Os autores salientam ainda, baseados em Gramsci, que foi a partir dessa rebeldia e do espírito de luta promovido pelas populações que se encontravam marginalizadas, sem-terras, indígenas, quilombolas e agricultores, entre outros, em busca de uma educação contra-hegemônica e com características próprias, que fez com que surgisse uma diferenciação entre a Educação do Campo e a já institucionalizada Educação Rural.

A Educação Rural encontrava-se instituída através de organismos oficiais que visavam prioritariamente à escolarização de seus sujeitos como uma forma de adaptá-los e inseri-los no mundo do trabalho e da produtividade urbana, inclusive sendo uma das causas do grande êxodo que ocorreu, tirando uma parte significativa das populações camponesas de suas propriedades e levando-as para os centros urbanos, servindo como mão de obra barata (OLIVEIRA E CAMPOS, 2012). Já a Educação do Campo surgiu como uma forma de mudar essa realidade, tentando resgatar os valores do homem do campo e mantê-los em suas propriedades[1].

De acordo com Kolling, Nery e Molina (1999), a palavra campo substitui a até então utilizada expressão meio rural visando promover nas discussões uma reflexão sobre o sentido que se dá atualmente ao trabalho do campo e as lutas, tanto sociais como culturais, da parcela da sociedade que tenta garantir sua sobrevivência.

Dessa forma,

> [...] quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (KOLIING, NERY E MOLINA, 1999, p.26).

Ainda com base nos autores, salienta-se que esse debate surgiu especialmente da necessidade em se caracterizar os sujeitos que fazem parte desse meio buscando uma maior valorização para eles e para o trabalho que desempenham, provocando uma mudança na forma como essa educação deve ser desenvolvida, especialmente no que diz respeito as suas características próprias, tomando-se o cuidado em não torná-la universal.

[1] O termo propriedade corresponde às propriedades rurais localizadas no campo e que pertencem as famílias que residem nas comunidades.

Caldart (2012) destacou algumas das características que a Educação do Campo deve trazer em suas concepções. Para a autora, esse tipo de Educação deve ser constituída como sendo uma luta social para que os trabalhadores do campo tenham acesso a uma educação feita por eles e não para eles, deve assumir formas de pressão coletiva pela criação de políticas públicas com diferentes lógicas de implantação e de formulação, deve ser combinada à luta pela educação a luta pela terra e pelos direitos incluídos nessa luta deixando de ser uma educação somente em si mesma ou apenas escolar, apesar de estar no entorno da escola, deve ser defensora, tanto das especificidades dessa luta, como das práticas geradas por ela, as práticas devem reconhecer e trabalhar com a riqueza social e humana em que seus sujeitos estão envolvidos.

Essa educação não nasce de teorias, mas da prática e, dessa forma, seus desafios atuais também se encontram na área da prática, mas precisa estar pautado cada vez mais na teoria e esta deve estar embasada na análise da realidade concreta. Sua Pedagogia é mais ampla, baseada na totalidade e não em cada um dos sujeitos que fazem parte do contexto e a escola é o objeto central da reflexão atual desempenhando um papel de mediadora, tanto do conhecimento necessário, como em relação às relações perversas que sua ausência no contexto do campo representa.

A Educação do Campo busca unir a luta por uma educação pública de qualidade, com igualdade de acesso, com a luta contra a tutela política e pedagógica detida pelo estado e os educadores sendo considerados como sujeitos fundamentais da transformação necessária da escola.

Dessa forma, com base no que diz a autora, a partir das lutas travadas pelas populações que pertencem ao contexto do Campo, várias conquistas podem ser observadas, porém, algumas contradições ainda persistem principalmente no que se refere ao atual modelo econômico e tecnológico instituído, o qual, ainda hoje, busca trabalhadores do campo para preencher vagas nas cidades, com remunerações baixas e, em muitos casos, realizando trabalhos desgastantes.

De acordo com Molina (2012), importantes marcos legais foram conquistados no decorrer da construção dessa nova ideia de Educação do Campo, que contribuíram para o fortalecimento das lutas sociais para que a educação das comunidades pertencentes ao campo

fosse democratizada, sendo que esses marcos representam uma ferramenta muito importante na continuidade dessas lutas.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - DOEBEC, 01 e 02, criadas pela Câmara de Educação Básica – CEB, integrante do Conselho Nacional de Educação nos anos de 2002 e 2008, com base em seu artigo 2º, são compostas por um conjunto de procedimentos e princípios que tem por objetivo adequar o projeto institucional das Escolas do Campo as Diretrizes Curriculares Nacionais em todos os seus níveis, desde a Educação Infantil, até a Formação de Professores em Nível Médio (BRASIL, 2002 e 2008).

Outro importante marco legal para a Educação no Campo foi o Decreto nº 7.352, de novembro de 2010, o qual dispõe sobre a Política de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. De acordo com o Artigo 1º deste Decreto,

> A política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. (BRASIL, 2010).

Dessa forma, a Educação do Campo, concebida como forma de escolarizar e formar trabalhadores para a indústria da cidade perde espaço para uma nova concepção de educação, baseada na identidade do homem do campo, na valorização de seus conhecimentos e buscando o desenvolvimento social destas comunidades que representam uma parcela importante da população, mas que se encontram, na maioria das vezes, marginalizadas.

Nesse contexto, essa forma de educação deve estar focada em um conjunto de conhecimentos e práticas que leva a escola a perceber e entender o campo como um espaço emancipatório e fecundo para a construção da democracia e da solidariedade, fundamentando-se no direito a educação, a terra e a saúde, implicando em concepções educativas, culturais, econômicas e ambientais, para o campo e para a sociedade como um todo. (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A Educação Escolar que se encontra fundamentada nos princípios de liberdade e solidariedade humana visa desenvolver o educando de forma plena e completa, auxiliando na

compreensão do mundo, bem como, na sua integração e na participação ativa nas questões e lutas sociais, melhorando sua qualidade de vida e exercitando sua cidadania. (RIO GRANDE DO SUL, 2014). Além disso, deve ser uma forma de garantia para a participação efetiva dos povos que fazem parte do campo, das comunidades, dos movimentos sociais e das organizações que representam a comunidade em discussões, tanto no interior da escola, como na sociedade, buscando o desenvolvimento de forma sustentável e criando a escola do campo como um espaço aberto, democrático e que valoriza os saberes e a cultura local (ibid).

O Decreto nº 7.352/2010, em seu Artigo 1º e Parágrafo 1º, conceitua a Escola do Campo como sendo "aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo".

Molina e Sá (2012) enfatizam que a escola do campo encontra-se enraizada em meio ao processo histórico das lutas travadas pela classe trabalhadora na tentativa de superar o modelo capitalista em que a sociedade se encontra, bem como, pela luta ao acesso a educação e direito a escolarização das populações pertencentes às comunidades do campo.

Nesse sentido, as DOEBEC (Brasil, 2002 e 2008), ressaltam que a identidade da escola do campo deve ser definida, primeiramente, pela relação com questões relacionadas à realidade em que ela encontra-se inserida, se baseado na temporalidade e no conhecimento que os estudantes possuem, bem como, na memória coletiva daquela comunidade, nas várias formas científicas e tecnológicas presentes na sociedade atual e, também, nos movimentos sociais que lutam pela defesa da qualidade de vida da sociedade como um todo.

Para que isso seja possível, a escola do campo representa um importante papel na construção da identidade dessas comunidades e no resgate de seus valores, sendo responsável pela formação de qualidade dos sujeitos pertencentes a elas, devendo buscar formas de tornar-se única, contribuindo para o processo de valorização e de quebra de concepções e paradigmas que fizeram com que as populações do campo fossem marginalizadas e excluídas da sociedade ao longo da História.

Conclusão

O campo, apesar de ter sido visto por um longo período como sendo um local de mão de obra, muitas vezes barata, apresenta uma série de peculiaridades que precisam ser

consideradas para que sua população possa ter garantido o direito de ter uma identidade própria, fundamentada em suas raízes e na cultura que os caracteriza. Nesse sentido, a escola apresenta um papel fundamental na busca por alternativas que possam contribuir para a formação de cidadãos atuantes, participativos nas questões sociais e na luta por seus direitos sem que percam suas raízes.

Historicamente, a população campesina teve suas características subjugadas em detrimento da cultura baseada nos centros urbanos, tida como fonte do verdadeiro conhecimento e servindo de modelo para o modo de vida que deveria ser seguido inclusive no campo e a escola, neste mesmo período, também contribuiu fortemente para o desenrolar dessa situação. Até pouco tempo atrás não se tinha uma preocupação em construir uma escola diferenciada, que objetivasse a construção do conhecimento baseado na realidade, nas vivências e no interesse das comunidades locais, e isso pode ser percebido inclusive quando se analisam o tipo de material didático, especialmente livros, que chegavam até as escolas, sendo estes os mesmos utilizados na cidade, enaltecendo a vida urbana, baseando-se em conhecimentos próprios das cidades e, em muitos casos, criando uma visão romântica de um campo que não existe, sem problemas e que serve para descanso e não como um local rico em conhecimentos e constituído por sociedades trabalhadoras e de extrema importância para o desenvolvimento do país.

Essa visão acarretou na criação de uma sociedade, muitas vezes, marginalizada, com dificuldade de reconhecer-se como parte de um meio e, em alguns casos, com vergonha de suas raízes, e, as consequências disso são sentidas até hoje, através do esvaziamento das comunidades rurais e do envelhecimento da população que ainda se mantém em suas propriedades, gerando pobreza e abandono, uma vez que os jovens, ainda hoje, deixam suas terras e suas famílias em busca de uma vida melhor nas cidades. Essa situação somente poderá mudar através da valorização do campo e dos sujeitos que a ele pertencem através da oferta de uma educação de qualidade, que respeite as características locais, sua cultura e identidade de seu povo.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo:** marcos normativos. Brasília, 2012.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I.B,; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B,; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257 – 272

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez [et al] (orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.147-158.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação básica do campo (memória).** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

MOLINA, M. C. Legislação Educacional do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B,; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.451 - 457.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escolas do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B,; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.324 – 330.

OLIVEIRA, L. M. T.; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B,; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.237-244.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010: dispõe sobre a Política de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Diário Oficial da União.** Brasília, 04 nov. 2010.

_____._____. Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002: institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2002.

_____._____. Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008: estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Regimento Escolar Padrão disciplinando o Ensino Fundamental das Escolas do Campo.** CEED/RS, nº 121. Porto Alegre, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Documento Orientador da Reestruturação Curricular das Escolas do Campo para o Ensino Fundamental**: Ciclos de Formação. SEDUC/ CREs/ Escolas. Porto Alegre, 2013.

CONTRIBUIÇÕES DO PACTO PELA ALABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA PARA A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Gleise Binotto Mariga [1]
Franciele Fátima Marques [2]
Ariane Maria Toso [3]
Eliane Fátima Halabura Follador [4]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas à Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
O presente trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de caráter qualitativo que apresenta como foco principal o estudo e a reflexão sobre os principais fatos históricos acerca da Educação Básica ofertada no Brasil, especificamente no que diz respeito às classes de alfabetização, trazendo uma breve contextualização em relação ao Ensino Fundamental de nove anos e como se deu sua implantação no país, apresentando os principais objetivos que se espera alcançar através da ampliação desta etapa de ensino, com apontamentos referentes à legislação que norteia o processo e sua implicação no trabalho imediato que ocorre nas escolas, refletindo sobre seu papel, em especial, no ciclo de alfabetização, retratando, ainda, um pouco da história de como se iniciou a alfabetização no Brasil e a recente criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa através do Ministério da Educação, programa este destinado a todos os municípios do país como forma de sanar deficiências observadas durante a etapa de alfabetização, trazendo os principais aspectos que norteiam sua implantação nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, buscando refletir sobre as contribuições e implicações do programa na busca por uma educação de qualidade, que leva em consideração as características individuais dos estudantes, avaliando os mesmos a partir de seu crescimento e do conhecimento adquirido por eles, bem como, buscar formas de superação dos desafios sentidos nesta fase e que se refletem nas demais etapas de ensino, apresentando consequências negativas como a reprovação, o baixo nível de desempenho e, também, a evasão escolar.

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Alfabetização. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: gleise.binotto@hotmail.com
[2] Professora do Departamento de Ciências Humanas. URI – Câmpus de Erechim.
E-mail: francielemarques@uricer.com.br
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: ariane.toso@outlook.com
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: elianehfollador@hotmail.com

Introdução

Falar em Educação exige uma busca constante de saberes acerca de sua estruturação e funcionamento. Da mesma forma, para falar em Educação Básica, onde se encontra inserido o Ensino Fundamental e do qual fazem parte as classes de alfabetização, também é preciso conhecer sua estrutura organizacional, norteada por ampla legislação e com uma série de documentos que regem sobre objetivos, metas, modalidades e diretrizes de seu funcionamento.

A legislação atual traz consigo recentes e importantes mudanças que eminentemente vêm acontecendo dentro do cenário da educação brasileira, tais como, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos trazendo em si a obrigação da matrícula de crianças com seis anos de idade e a posterior constituição do ciclo de alfabetização, compreendido pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos, atendendo o público infantil de seis, sete e oito anos de idade, matriculados respectivamente no primeiro, segundo e terceiro anos, correspondentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2013, p. 109)

Além disso, outra iniciativa tomada com vistas a uma melhoria significativa no processo de alfabetização das crianças foi à criação, pelo Governo Federal através do Ministério da Educação, em 2012, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, o qual se trata de um conjunto de ações curriculares e pedagógicas firmada entre Municípios, Estados e Governo Federal, visando à formação dos professores que atuam nas classes que correspondem aos três primeiros anos do Ensino Fundamental e que configuram o ciclo de alfabetização, na busca pela garantia ao direito que toda criança tem de alfabetizar-se até o final do terceiro ano respeitando-se suas características individuais e visualizando sanar defasagens que acontecem neste período e que são levadas para o restante da vida escolar.

Frente a isso, cabe-nos reconhecer os significativos avanços do Brasil em direção à democratização do acesso e da permanência dos estudantes no Ensino Fundamental, visto que, hoje, uma grande maioria das crianças brasileiras encontra-se na escola. Para tanto, conhecer a legislação acerca destas iniciativas e refletir sobre os pontos positivos já alcançados, bem como, sobre as limitações que a educação enfrenta, sobretudo, durante o ciclo de alfabetização, contribui para a busca de soluções que possam auxiliar na superação dos baixos resultados até então alcançados, promovendo uma educação com qualidade que contribua para a construção de uma sociedade cada vez mais justa.

Alfabetização no Brasil: um pouco de história

Nossa história educacional é uma história relativamente jovem somada a mais ou menos quinhentos anos desde o início da colonização no país e já aponta uma série de transformações significativas ao longo de sua trajetória. Não há como negar a influência da educação jesuítica que perdurou por mais de duzentos anos a partir de sua chegada, em 1549, até sua expulsão, em 1759, pelo Marquês de Pombal, período este no qual detiveram o monopólio da educação deixando heranças e marcas inegáveis em nosso sistema educacional. (AZEVEDO, 1971).

De acordo com pesquisas sobre a história da organização escolar no Brasil, a seriação instalou-se por volta dos anos finais da década de 1890, e o acesso à escola pública foi ampliado às camadas populares a partir dos anos 1970. Nesse período, os principais problemas da alfabetização eram que, por um lado, apenas um ano era destinado à alfabetização e, por outro, esse processo pautava-se em uma concepção de leitura e escrita como decodificação e codificação, cuja aprendizagem baseava-se meramente na memorização de correspondências grafofônicas, sem qualquer vinculação ao letramento tal como é concebido hoje. Desta forma, o fracasso escolar registrado, principalmente na 1ª série do Ensino Fundamental, era vinculado a questões de natureza individual ou social, sendo os alunos responsabilizados por tal fenômeno. (FARIA FILHO e VIDAL, 2000).

O processo de formação da política de ciclos no Brasil surgiu como forma de resistência ao sistema seriado que traz uma perspectiva seletiva de apropriação do conhecimento como uma sequência linear ou uma sucessão ininterrupta, o que não aconteceria nos ciclos, onde a perspectiva é a retomada dos conhecimentos proporcionando um espiral circular na organização dos estudos, onde as dificuldades são constantemente retomadas e melhor acompanhadas.

Segundo Mainardes (2007), esse processo poderia ser dividido em três períodos: o primeiro, entre 1918/1921 e 1984, foi marcado pela crítica à reprovação e por discussões em torno da promoção automática, o segundo, entre 1984 e 1990, formado com a emergência dos Ciclos Básicos de Alfabetização, promoveu a eliminação da reprovação no final da 1ª série e ampliou o período de alfabetização, assegurando a continuidade do processo, respaldado pelas novas perspectivas teóricas em alfabetização, dentre elas a psicogênese da escrita e o terceiro período, a partir dos anos de 1990, formado a partir da ampliação do sistema em ciclos para

todo o Ensino Fundamental, buscou romper com a lógica da exclusão social e cultural dos alunos.

O Ministério da Educação através de sua Secretaria de Educação Básica lançou vários documentos orientadores para a implantação do Ensino Fundamental de nove anos nas escolas da rede pública brasileira, com o intuito de orientar e articular uma implantação norteada na inclusão reafirmando a importância de uma escola inclusiva e da democratização do processo de implementação do Ensino Fundamental com maior duração. (BRASIL, 2004, p. 12)

Constata-se um interesse crescente no Brasil em aumentar o número de anos do ensino obrigatório, pois, ainda no ano de 1996, a LDB sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade. Isto se tornou meta da educação nacional pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação – o PNE, de anterior vigência.

Cabe, ainda, ressaltar que o Ensino Fundamental de nove anos é um movimento mundial e, são vários os países que o adotam, fato que chega até a colocar jovens brasileiros em uma situação de desvantagem, uma vez que, para continuar seus estudos em outros países necessitam compensar a defasagem constatada pelos anos a menos de permanência na escola.

A Lei Federal nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006 foi um marco importante na organização educacional de todos os estabelecimentos de ensino no país, ao instituir a duração de nove anos para o Ensino Fundamental exigindo uma nova dimensão no trabalho docente, bem como, na própria administração escolar e implicando na elaboração de novos currículos de ensino e projetos político-pedagógicos contemplando a nova determinação.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 também é modificada e vários de seus artigos são alterados. O artigo 32 passa a ser redigido da seguinte forma:

> O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
>
> I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
>
> II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

> III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
>
> IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. [...] (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

O atual Plano Nacional de Educação - PNE instituído através da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e previsto para vigorar até 2024 traz, em sua meta 2 "universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE". Nota-se então, o montante de documentos do âmbito educacional que atentam para a ampliação do acesso, no intuito de assegurar o cumprimento de tal determinação, conspirando para que se forme uma atmosfera de zelo em prol da universalização do ensino fundamental em todo o seu decorrer.

Porém, a ampliação do Ensino Fundamental implica na inclusão mais cedo e de mais educandos, inserindo-os no convívio escolar, social e político como cidadão. No texto das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (2010) publicado pelo Ministério da Educação MEC é claro o intuito do governo ao afirmar o Ensino Fundamental como direito público, mas não somente no direito enquanto acesso, ele faz várias menções acerca do projeto educacional, conforme descrito abaixo:

> [...] a necessidade de estruturação de um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser das crianças e adolescentes nos diferentes contextos sociais. (BRASIL, 2010, p.117)
> [...] implica assegurar-lhe garantia de aprendizagem e desenvolvimento pleno atentando para a grande diversidade social, cultural e individual dos alunos o que demanda tempos e espaços diversos de aprendizagem. (BRASIL,2010, p.121)

Entretanto, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental de nove anos não se reduzem apenas à alfabetização e ao letramento, os conteúdos dos demais componentes curriculares devem também ser trabalhados, proporcionando às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares e lhes oferecendo oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo.

O Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: Ciclo de Alfabetização

O Governo Federal através de seu Ministério da Educação criou em 2012 o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que, segundo o Caderno de Apresentação do programa trata-se de:

> [...] um acordo formal assumido pelo Governo Federal, estados, municípios e entidades para firmar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, 8 anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização. [...] assim, este pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena a meninas e meninos, até o 3º ano do ciclo de alfabetização. [...] este pacto é constituído por um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC, tendo como eixo principal a formação de professores alfabetizadores. (BRASIL, 2012, p.05)

Assim, a partir do ano 2013, iniciou-se a formação continuada a todos os alfabetizadores dos municípios que aderiram ao referido programa federal, em que os professores alfabetizadores tiveram a oportunidade de trabalhar de forma mais aprofundada os conceitos de alfabetização e letramento para, posteriormente à reflexão, poderem aplicar em suas classes de alfabetização os conhecimentos construídos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2010) alertam que a passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental não deve ignorar os conhecimentos que a criança já adquiriu. Igualmente, o processo de alfabetização e letramento, com o qual ela passa a estar mais sistematicamente envolvido, não pode sofrer interrupção ao final do primeiro ano dessa nova etapa da escolaridade, justificando assim a criação do ciclo ou bloco de alfabetização.

> Assim como há crianças que depois de alguns meses estão alfabetizadas, outras requerem de dois a três anos para consolidar suas aprendizagens básicas, o que tem a ver, muito frequentemente, com seu convívio em ambientes em que os usos sociais da leitura e escrita são intensos ou escassos, assim como com o próprio envolvimento da criança com esses usos sociais na família e em outros locais fora da escola. Entretanto, mesmo entre as crianças das famílias de classe média, em que a utilização da leitura e da escrita é mais corrente, verifica-se, também, grande variação no tempo de aprendizagem dessas habilidades pelos alunos. (BRASIL, 2010, p.121)

Dessa forma, a **progressão continuada** empregada no ciclo de alfabetização oferece uma relação mais tranquila com os conteúdos básicos a serem administrados, dando maior autoconfiança ao pequeno estudante, evitando grandes cobranças em pouco espaço de tempo, o que pode gerar a reprovação, o que causaria muita desmotivação já no início da vida escolar.

> Geralmente, as crianças reprovadas tendem a continuar com dificuldades e frequentemente, evadem mais facilmente da escola. Importante destacar ainda, que quando se defende a progressão continuada nos primeiros anos, é uma progressão em que estejam garantidos os **direitos de aprendizagem** *[grifo nosso]* (conhecimentos, capacidades e habilidades) aos meninos e meninas nessa fase escolar, e não como uma mera "passagem" para o ano subsequente e isso somente é possível por meio de instrumentos claros de avaliação diagnóstica. (BRASIL, 2012, p. 23)

Há que se reforçar aqui a diferença estabelecida na forma de avaliar dentro do ciclo de alfabetização. Essa 'nova' concepção de avaliação nas classes de alfabetização enfatizada pelo Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC trouxe muita reflexão e debates acerca da avaliação principalmente ao estabelecer a diferença entre a **progressão continuada e a progressão automática**, ou seja, elas não são sinônimas. A progressão continuada prevê uma avaliação ao longo de todo o processo, onde o aluno não passa simplesmente de um ano ao outro sem ter estabelecidos critérios de observação de seu desenvolvimento e momentos de avaliação sistematizados, para então prever estratégias de busca pela evolução desse estudante, pautadas principalmente nos **direitos de aprendizagem** do educando dentro de cada ano do ciclo e em cada área do conhecimento. (BRASIL, 2012)

> A Progressão Automática é caracterizada, geralmente, pela ausência da avaliação, estimulando que a criança avance de um ano ao outro sem se preocupar com o monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem. Há falta de ações efetivas de estudos de recuperação para alunos de baixo rendimento e não possibilidade de retenção. O objetivo é apenas de racionalizar o fluxo de alunos e reduzir as taxas de reprovação. (BRASIL, 2012, p. 08)

A aprovação ou progressão automática sim é algo mecânico sem consciência de seu estado real em que qualquer esforço para superação ou dificuldades por parte do aluno é ignorado. Era essa a ideia equivocada cultivada ainda por alguns educadores acerca do ciclo

de alfabetização. Tendo-o como um modelo relapso, sem acompanhamento, em que a aprovação automática servia apenas para elevar os índices das escolas e com isso apenas melhorava o índice de desenvolvimento educacional do país.

Se essa fosse a intenção, este modelo de ensino ciclado, deveria sim, estar condenado. O que, em sua essência, não se evidencia, pois o ciclo de alfabetização prevê um tempo maior de aprendizagem para aqueles alunos que dele necessitam. Desvinculando-o puramente do ano calendário, afinal o desenvolvimento humano não pode ser estanque e delimitado por tempos determinados. E aí entra a importante tarefa de avaliar, avaliar o que este aluno evoluiu dentro de seu processo de desenvolvimento, que não deve ser comparativo em relação aos demais e avaliar o que ele ainda precisa evoluir proporcionando as intervenções necessárias. Tudo isto atento ao princípio da heterogeneidade presente na totalidade das turmas de alfabetização do nosso país.

> O ciclo de alfabetização propõe, portanto, a ampliação do tempo de aprendizagem, considerando uma nova postura avaliativa por parte dos professores com critérios adequados a cada ano, enfatizando as aprendizagens, revisitando o processo de ensino-aprendizagem e atendendo a diferentes necessidades de aprendizagem. Nesse processo, as crianças assumiriam um papel mais ativo no processo de ensino e de aprendizagem. Nessa perspectiva, o foco de atenção, no sistema de ciclos, mudaria do professor ou do ensino para a relação professor-aluno e para o modo como a aprendizagem ocorreria, possibilitando ao aprendiz a construção de conhecimentos para seu pleno desenvolvimento. (BRASIL, 2012, p.09)

O papel da escola em se tratando de alfabetização é, portanto, criar mecanismos de ensino que favoreçam a maior aprendizagem possível aos alfabetizandos. É proporcionar-lhes o contato com o sistema de escrita alfabética, mas também acesso aos diferentes tipos de textos de circulação social de modo a promover maior integração ao mundo real que os cerca.

Conclusão

Especialmente nos últimos anos, muito se tem ouvido falar que os Anos Iniciais do Ensino Fundamental representam um dos maiores obstáculos impostos aos alunos para prosseguirem aprendendo. Até pouco tempo atrás, de acordo com dados apontados por pesquisas diversas na área de educação, cerca de metade dos alunos repetiam a primeira série, sendo barrados logo no início da escolarização por não estarem completamente alfabetizados.

Dessa forma, a implantação do Ensino Fundamental de nove anos foi muito mais que simplesmente uma política que visa ampliar a duração deste período escolar, sendo necessária uma ampla discussão com todos os atores envolvidos na educação, sejam eles professores, gestores, governantes e a sociedade civil de forma que o processo fosse implantado de forma democrática, reflexiva e que conspirasse para uma escola inclusiva que respeita a criança de seis anos de idade como um sujeito dotado de história com todas as suas especificidades, para se promover, então, uma escola de qualidade social a este sujeito em formação e, principalmente, uma escola inclusiva que não exclua o educando logo no início de sua vida escolar.

Frente a isso, o papel da escola em se tratando de alfabetização é, portanto, criar mecanismos de ensino que favoreçam maior qualidade do processo de alfabetização as crianças que se encontram nesta etapa proporcionar-lhes um contato de qualidade com o sistema de escrita alfabética através do acesso aos diferentes tipos de textos de circulação social promovendo maior integração com o mundo que o cerca e possibilitando o seu desenvolvimento integral.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa se trata de um conjunto de ações conjuntas entre todas as esferas responsáveis pela educação na busca por uma formação de qualidade para os educadores que atendem a esta etapa, visando a superação dos desafios enfrentados para que a alfabetização seja efetiva nos primeiros anos do Ensino Fundamental e proporcionando que as crianças, nesta fase de descoberta, possam aprender de acordo com seus limites e maturidade e, sobretudo, possibilitando, através de uma resignificação de conceitos, que a alfabetização ocorra até o final do terceiro ano.

O Pacto, assim como todas as propostas lançadas para melhorar o desempenho escolar são válidas, quando colocam o educando como sujeito ativo de sua aprendizagem, quando suas particularidades são respeitadas e seu esforço e evolução são considerados e não meramente quantificados. Também quando os profissionais do ensino, em especial, os alfabetizadores são valorizados por formações de qualidade, incentivados a procurar alternativas e ajudar seus aprendizes a serem atores e não meros espectadores. É assim, que programas são criados e metas são lançadas com o objetivo de elevar não somente os índices, mas os resultados reais nas salas de aula de todo o país.

Referências

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**, 5ª edição, São Paulo: Melhoramentos, Editora USP, 1971.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei de nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html. Acesso em: 10. Abr. 2015.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Ensino Fundamental de Nove Anos. Orientações Gerais.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação Geral do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, SEB, 2004.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** Currículo no Ciclo de Alfabetização: perspectiva para uma educação do campo: Educação do Campo: Unidade 01. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** Progressão escolar e avaliação: o registro e a garantia da continuidade das aprendizagens no Ciclo de Alfabetização. Ano 03/ Unidade 08. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/leis/item/5774-lei-n%C2%BA13-005,-de-25-de-junho-de-2014. Acesso em: 12. Abr. 2015.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G.. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n/14, p.19-34. ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, maio/agosto, 2000.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definições e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org). **Gêneros textuais & ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. Alfabetização e Letramento: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr. n. 25. 2004.

LETRAMENTO NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DE BARÃO DE COTEGIPE

Gleise Binotto Mariga [1]
Franciele Fátima Marques [2]
Ariane Maria Toso [3]
Eliane Fátima Halabura Follador [4]

Eixo Temático: Outras Temáticas Relacionadas à Educação
Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO
A presente pesquisa, que tem como tema central o letramento nas classes de alfabetização das escolas municipais do campo do município de Barão de Cotegipe – RS versa sobre as concepções dos professores em torno das temáticas da Alfabetização e Letramento, tendo como objetivo identificar quais as práticas comumente utilizadas pelos professores que demonstram trabalhar na condição de alfabetizar letrando o educando e apontar outras práticas que possibilitam a alfabetização pautada na função social da leitura e escrita, proporcionando uma leitura de mundo mais abrangente. Assim, contemplando as temáticas supracitadas como relevantes no processo de escolarização de qualquer indivíduo, busca-se avaliar como se estabelece a teoria na prática pedagógica. Também busca-se esclarecer as diferenças entre alfabetizar e alfabetizar letrando, como práticas distintas desenvolvidas na escola, sendo este um espaço muito importante na formação educacional de todo o sujeito. Neste estudo, procurou-se observar como as alfabetizadoras relacionam o que aprenderam em sua formação profissional através de cursos de formação continuada e como isso é transferido para sua prática cotidiana nas classes de alfabetização das escolas municipais do campo de Barão de Cotegipe. Através de conversas informais estabelecidas com as alfabetizadoras torna-se possível perceber a eminente necessidade de práticas de letramento em especial nas classes de alfabetização, como forma de alfabetizar e letrar o educando através de atividades escolares que objetivem o efetivo uso social da linguagem seja ela a leitura ou a escrita. Sendo a escola a principal instituição responsável por promover ações de letramento nos indivíduos e, sendo os professores os atores deste processo em tornar os educandos sujeitos ativos em sua própria aprendizagem, as práticas pedagógicas assumem caráter decisivo em como proceder para que este grande objetivo seja alcançado de forma ampla e eficaz.

Palavras-chave: Educação. Alfabetização. Letramento. Ensino Fundamental.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: gleise.binotto@hotmail.com
[2] Professora do Departamento de Ciências Humanas. URI – Câmpus de Erechim.
E-mail: francielemarques@uricer.com.br
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: ariane.toso@outlook.com
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia. URI – Câmpus de Erechim. E-mail: elianehfollador@hotmail.com

Introdução

Este estudo, de caráter exploratório, visa apresentar alguns conceitos sobre Alfabetização e Letramento e situá-los no contexto teórico e histórico, tendo como delimitação do tema o Letramento nas Escolas do Campo de Barão de Cotegipe, município este participante do Programa do Governo Federal, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC e onde ocorre curso de formação continuada voltada a esta temática.

Diante da eminente necessidade de práticas de letramento, em especial, nas classes de alfabetização como forma de alfabetizar e letrar o educando através de atividades escolares que objetivem o efetivo uso social de sua aprendizagem, o presente estudo busca esclarecer as diferenças entre alfabetizar e alfabetizar letrando como práticas desenvolvidas na escola, sendo este um espaço muito importante na formação educacional de todo o sujeito e identificar as possíveis práticas pedagógicas nas escolas analisadas que encaminham à condição de alfabetizar letrando.

Para tanto, apresentam-se algumas definições envolvendo as temáticas que se constituem foco desta pesquisa, alfabetização e letramento e a importância da prática destas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos, buscando-se estabelecer uma relação com o objetivo principal desta pesquisa, verificando-se como se dá o processo de alfabetização na perspectiva do letramento nas classes de alfabetização das Escolas do Campo de Barão de Cotegipe e as práticas comumente utilizadas pelos professores que demonstram trabalhar na condição de alfabetizar letrando o educando, sob a perspectiva do olhar do professor em suas práticas.

A presente pesquisa constitui-se em um estudo anteriormente iniciado, com as professoras alfabetizadoras da rede municipal de ensino, através de conversas informais, bem como, questionários coletados durante encontros de formação do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), dados que constituíram uma base de dados particular e que forneceram os subsídios necessários para a realização deste trabalho.

Alfabetização e Letramento: Definições e Contradições

De acordo com Ferreira (2004*)*, a alfabetização é o ato ou efeito de alfabetizar e alfabetizar, por sua vez, é definido como ensinar ou aprender a ler e escrever.

Embora algumas tentativas de ampliar a significação de alfabetização terem se difundido atualmente, afirmando que alfabetizar é muito mais do que simplesmente ler e escrever, é muito mais que codificar e decodificar dentro das especificidades do alfabeto são apenas questionamentos que se referem ao domínio do sistema escrito e às habilidades do sujeito em utilizá-los para ler e escrever socialmente.

Diante dessa necessidade de melhor conceituar a prática social de leitura e escrita, surge em meados do século XX, uma nova definição do que até então era somente conceituada como alfabetização, referindo-se aqui ao **letramento**, uma nova nomenclatura, inspirada na palavra inglesa *literacy*, que, traduzida, designa a condição de ser letrado.

> [...] o surgimento do termo *literacy* (cujo significado é o mesmo que *alfabetismo*), nessa época, representou, certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra. (SOARES, 2003, p. 29)

Ferreira (2004) traz a seguinte significação para o verbete letramento: "1. Ato ou efeito de letrar (se). 2. Estado ou condição de indivíduo ou grupo capaz de utilizar-se da leitura e da escrita, ou de exercê-las como instrumentos de sua realização e de seu desenvolvimento social e cultural".

Freire (1987, p.08) utilizou o termo alfabetização com um sentido aproximado de letramento, "[...] aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade". E tudo isso se firmou em sua célebre frase: "A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente". (Idem)

De acordo com Batista (2006, p.16), a alfabetização, em sentido estrito "[...] designa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons, e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da língua, transformando-os em sinais gráficos".

Entretanto, esse conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado em função das necessidades sociais e políticas e hoje já não se consideram alfabetizados aqueles

que apenas codificam ou decodificam os sinais gráficos da leitura e da escrita. Essa ampliação no conceito de alfabetização resultou em um novo conceito, o de letramento, que podemos definir, como:

> [...] o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, como a leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo. (VAL, 2006, p.19)

A escola assume um papel de extrema relevância no processo de alfabetizar e letrar o sujeito. A ela é atribuída à tarefa de sistematizar os conceitos e relacioná-los com a prática social. Mas, na verdade a criança inicia sua alfabetização e seu letramento muito antes de entrar na escola propriamente dita, pois, vive em uma sociedade grafocêntrica, cercada de letras e informações carregadas de significado. Então, podemos afirmar que a escola recebe uma tarefa complexa que já foi iniciada no seio familiar e social, mas que precisa ser sistematizada, organizada a fim de resultar em conhecimentos e assim tornar o indivíduo letrado.

A esse respeito, Soares (2003, p.37-38), explicou bem essa relação:

> A pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu *lugar* social, seu *modo de viver* na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente. [...] Enfim: a hipótese é que aprender a ler e a escrever e, além disso, fazer uso da leitura e da escrita transformam o indivíduo, levam o indivíduo a outro estado ou condição, sob vários aspectos: social, cultural, cognitivo, linguístico, entre outros.

É na escola, que se cultua e cultiva os valores e a cultura semeada na sociedade. É onde o indivíduo relaciona todo seu potencial cultural e o amplia na medida em que estabelece as devidas relações. Assim, pode formalizar sua cultura escrita, que perpassa pela aquisição do código da escrita. Destaca-se aqui a diferença fundamental entre alfabetização e letramento, “que está no grau de ênfase posta nas relações entre as práticas sociais de leitura e

de escrita e a aprendizagem do sistema de escrita, ou seja, entre o conceito de letramento e o conceito de alfabetização." (SOARES, 2003, p.36).

Este ensino voltado à dimensão social da língua deve ser iniciado o mais cedo possível na vida escolar de todo o sujeito, desde a Educação Infantil e, especialmente, nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, concebidos como a classe de alfabetização, que deve atentar para o desenvolvimento da linguagem na criança, como este desenvolvimento acontece e a importância de se considerar as particularidades, respeitando seu tempo e ampliando-o conforme as necessidades de cada educando.

Segundo as colocações do caderno de Educação do Campo 01 da formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC programa este do Ministério da Educação, é necessário que se *alfabetize letrando* [grifo nosso] o educando:

> A alfabetização na perspectiva do letramento inclui uma segunda dimensão, a da inserção do aprendiz nas práticas de leitura e escrita. Tal dimensão é que pode garantir que as crianças, os jovens e até adultos consigam fazer uso real da escrita, em seu cotidiano, nas diferentes situações políticas e sociais. [...] No decorrer do processo de alfabetização é imprescindível que as crianças entrem em contato, manipulem, utilizem e criem textos de diferentes gêneros textuais, que circulem em sua comunidade de maneira que tenham sentido para elas. É importante que compreendam os objetivos dos diferentes gêneros e suas características particulares. Ao realizar atividades que envolvam a reflexão sobre estes aspectos, possibilitamos que as crianças elevem seu nível de letramento e possam fazer o uso efetivo da língua escrita em diferentes contextos sociais. (BRASIL, 2012, p.21)

O uso dos gêneros textuais se constitui em uma importantíssima ferramenta, pertinente a um ensino na perspectiva do letramento devido à sua ampla circulação social. Ainda, conforme Marcuschi (2005, p.19):

> [...] gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social [...] contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. [...] Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados às necessidades e atividades socioculturais, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Corroborando com tal conceituação, Bronckart (1999, p.103) aponta: “A apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”. A escola deve oportunizar o contato com os mais diversos gêneros textuais através dos seus portadores de texto, e também os gêneros orais que circulam nas mais diferentes esferas sociais, sejam eles familiares ou pessoais como as cartas, e-mails, bilhetes, recados, convites, os de ordem literária como fábulas, lendas, provérbios, contos, teatros etc. ou ainda os midiáticos como notícias, reportagens de jornal ou televisão, internet e tantos outros que poderiam ser aqui citados.

No entanto, o mero contato com os diferentes gêneros textuais não fará com que a criança se alfabetize espontaneamente, ela precisa compreender a função social destes, refletir criticamente sobre esta função, compreendendo as características do nosso sistema de escrita alfabético para assim ampliar seu próprio repertório intelectual.

Por isso, não é preciso esperar que a criança esteja alfabetizada para deixá-la entrar em contato com textos dos mais diversos gêneros. Este é, a propósito, o princípio básico da proposta de alfabetizar letrando: a apropriação do sistema de escrita e a inserção nas práticas de leitura e escrita se dariam de forma simultânea e complementar. Em suma se faz necessário desenvolver ambos os aspectos concomitantemente como reafirma Soares (2003, p.47):

> Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

O professor alfabetizador assume assim a importante tarefa de mediar o ensino com os gêneros textuais, tomando estes como eixo propulsor de seu trabalho, mas de nada adianta utilizar os gêneros mais diversos como jornais, revistas, gibis em sua aula, etc., se com eles estabelecer os mesmos procedimentos metodológicos como apontar os substantivos, adjetivos presentes no texto e ou utilizar o texto como simples pretexto para treinar a fluência da leitura.

O alfabetizador se consolida como o grande propulsor do letramento nas classes de alfabetização, é este quem deve manter práticas de leitura e escrita com diversidade textual através da riqueza de diferentes portadores de texto que possuam informações relevantes para o educando, contribuindo assim para seu letramento. Também deve ser considerada toda a

experiência de mundo do estudante, valorizando suas relações construídas cotidianamente com a família, com a própria escola e a sociedade.

Observando-se as crianças, pode-se constatar que desde muito cedo elas manifestam um grande interesse pela leitura e pela escrita, ao tentar compreender seus significados, ao imitar o gesto dos adultos lendo ou escrevendo, mesmo em crianças de camadas populares onde o universo letrado costuma ser menos explorado. Se bem trabalhada na escola essa criança demonstra capacidades cognitivas de se alfabetizar facilmente. Nesse processo, a escola deve considerar a curiosidade, o desejo e o interesse das crianças, utilizando a leitura e a escrita em situações significativas para elas.

Letramento nas Classes de Alfabetização das Escolas do Campo de Barão de Cotegipe

O termo 'educação do campo' foi cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX para contrapor-se à visão tradicional de educação rural. A expressão 'do campo' "[....] é utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades" (BRASIL, 2010, p. 24).

No Brasil, a temática da educação do campo vem ganhando espaço desde o final dos anos 1990. Pensada em uma ação conjunta entre governo e sociedade civil organizada, a educação do campo tem se caracterizado como um "[...] resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade" (BRASIL, 2010). Historicamente, esse direito sempre foi negado porque os modelos pedagógicos implantados ora marginalizam os sujeitos do campo, negando políticas pedagógicas que muitas vezes não contemplam os sujeitos que moram no campo, ora vinculando-se ao modelo urbano, ignorando a diversidade sociocultural presente no campo.

Hoje, algumas tentativas tem se mostrado por parte do Governo Federal por meio de seu Ministério da Educação em especial através da SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que propõe um olhar diferenciado para a Educação do Campo, que respeite suas especificidades, seus valores, suas lutas, sua identidade local propriamente. É com este intuito que surgem programas de governo que atentam para a situação da população camponesa. (BRASIL, 2010)

Um exemplo disto é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC que traz uma abordagem cuidadosa dos temas relacionados à Educação do Campo considerando suas particularidades. Este programa acontece nas escolas do campo da rede municipal de ensino de Barão de Cotegipe, que tem como característica uniforme serem escolas multisseriadas, localizadas em comunidades no interior do município. O trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos proporcionou às professoras formação continuada voltada às especificidades das escolas do campo, e atualmente com a participação do município no PNAIC se intensificou a formação acerca da alfabetização e letramento nas áreas da linguagem e da matemática na perspectiva de uma educação de qualidade, o que possibilitou aos educadores um acúmulo de saberes e experiências que fundamentam a organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo.

As Escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Barão de Cotegipe estão situadas todas na zona rural do município, perfazendo um total de 05 escolas, atendendo 49 crianças de Pré-Escola ao 5º ano do Ensino Fundamental no ano de 2015. Deste total, 20 são alunos das classes de alfabetização distribuídos no 1º, 2º e 3º anos. É uma rede de ensino bastante reduzida, pois as escolas são distantes da sede do município, as comunidades do interior contam com poucos moradores e consequentemente poucos filhos em idade escolar. Cada escola possui apenas uma professora unidocente encarregada de todas as tarefas educativas e, além disso, a administração escolar, merenda e limpeza.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido nas escolas, por cada professora, constitui-se fundamental em todos os âmbitos da escola, visto que, trabalham sozinhas e são as grandes propulsoras do ensino ali reproduzido. A formação recebida por estas professoras e sua posterior dinamização refletem na prática diária que se revela preocupada com seu educando e atenta ao contexto local em que está inserida, isso mostra um trabalho na perspectiva do alfabetizar letrando nas escolas do campo, ciente de que o campo faz parte de uma organização social mais ampla que também precisa ser esclarecida e oportunizada ao estudante como forma de conhecimento do todo.

Durante os encontros de formação continuada oferecida pelo PNAIC aos professores da rede pública municipal de Barão de Cotegipe, muito se refletiu sobre o letramento nas classes de alfabetização, perspectiva esta almejada pelo programa a todos os seus participantes.

Os dados apresentados a partir de então, em forma de gráficos foram constituídos a partir dos levantamentos realizados durante os encontros de formação desenvolvidos pelo PNAIC junto às alfabetizadoras das escolas do campo de Barão de Cotegipe, no período de fevereiro de 2013 a dezembro de 2014 em que a pesquisadora atuou como orientadora de estudos do referido programa.

Algumas professoras relatam suas concepções afirmando que: "Alfabetizar é mediar o processo de aquisição da leitura e escrita." E enquanto letrar "[...] é incentivar um olhar além das palavras e seus significados é encaixá-los em uma leitura de mundo."[1] Percebe-se no relato a clara distinção entre os dois conceitos, o que reforça a distinção já apontada neste estudo, em que Magda Soares (2004), Batista (2006) e Val (2006) consideram cada temática com distintas concepções.

Ainda vale ressaltar algumas observações trazidas pelas alfabetizadoras participantes do PNAIC, em que tais consideram que Alfabetização e letramento: "são processos que devem andar juntos. Alfabetizar é um processo complexo de construção do conhecimento, é a mais importante etapa do Ensino Fundamental, por isso nada deve ser mecânico, deve ser construído, registrado, entendido". "É importante que ocorram práticas sociais de leitura e escrita nos Anos Iniciais. A construção da linguagem escrita na criança é um processo contínuo e significativo na sociedade. Faz-se necessário utilizar diferentes gêneros textuais para que a criança possa interagir no mundo letrado".

Nota-se nas alfabetizadoras que todas afirmam trabalhar na perspectiva do alfabetizar letrando, empenhando-se em estabelecer conexões entre suas práticas escolares e o contexto social. Para isso observou-se quais as concepções de alfabetização e letramento que apontaram as próprias professoras, a maioria diferencia visivelmente os dois conceitos, mas assume a necessidade de se articularem no processo de ensino em especial na construção da linguagem escrita que precisa ser significativa na sociedade. Uma das concepções apontadas remete ao pensamento de que a alfabetização não seria um processo com início e fim e sim algo contínuo para a vida inteira. Essa ideia reflete uma corrente de pensamento que entende o processo de alfabetização como algo que acontece durante toda a vida do indivíduo. No nosso país, o entendimento de alfabetização que permeia nosso sistema educacional remete a que se

[1]Dados obtidos durante encontros de formação pelo PNAIC junto às alfabetizadoras participantes dos encontros.

tenha um início e um final para este processo, inclusive norteando a própria divisão do Ensino Fundamental, com o ciclo de alfabetização compreendido pelos três primeiros anos.

De acordo com as alfabetizadoras, o processo de alfabetização na perspectiva do letramento ocorre no trabalho com os livros didáticos amplamente disponíveis nas escolas e distribuídos gratuitamente na rede pública pelo governo federal, também ocorre através da leitura de livros literários diversificados, no trabalho com ferramentas como o alfabeto móvel e jogos que se tornam importantes recursos didático-pedagógicos e principalmente no uso de gêneros textuais.

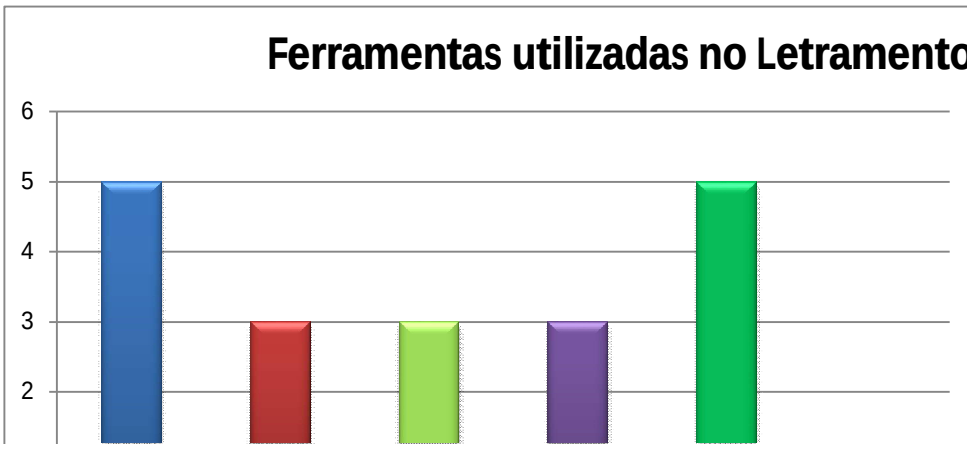


Figura 01: Ferramentas utilizadas no letramento.
Fonte: Dados do PNAIC em escolas do campo de Barão de Cotegipe ano 2014 (arquivo pessoal).

Um importante recurso didático-pedagógico indicado para se ensinar contextualizando com a vida diz respeito aos eventos extraclasse, o menos referido como ferramenta de letramento das alfabetizadoras. Isso demonstra a necessidade de se realizar mais passeios ou visitas com o intuito de letramento, como simples exemplos, ler as placas indicativas ou de trânsito que circundam o contexto escolar e compreender sua funcionalidade social, visita a locais em que a escrita é valorizada como, por exemplo, o correio que recebe e remete constantemente correspondências com intuito de comunicação por meio da linguagem escrita e no qual permeiam inúmeros gêneros textuais, como cartas, cartões-postais, anúncios, propagandas, etc.

O trabalho com os gêneros textuais como objeto de ensino foi analisado como pressuposto de que a prática centrada nos gêneros se torna um caminho profícuo para a ampliação do grau de letramento dos alunos em alfabetização. Assim sendo, os gêneros que apontaram maior utilização por parte das alfabetizadoras foram as histórias infantis através de

livros de literatura, a música, o poema/poesia, e os suportes textuais como o jornal, as revistas e o dicionário enquanto estudo de seus verbetes. Alguns gêneros demonstraram pouca exploração pelas alfabetizadoras em suas aulas como o caso de manuais de instruções, bula de remédios, rótulos de produtos, encartes promocionais e receitas culinárias. Este uso caracteriza uma prática que pode ser mais diversificada e faz repensar algumas metodologias que contemplem melhor a grande diversidade de gêneros e seus portadores como forma de dinamizar e ampliar o ensino na perspectiva do letramento.

O que podemos observar nos resultados apontados na figura a seguir e nas oscilações que cada gênero recebeu dependendo da prática de cada alfabetizador. Há que se esclarecer que quanto menor o índice apresentado, maior é a utilização desse gênero em sala de aula, uma vez que se enumerava de 1(+) a 12 (-) conforme sua utilização.

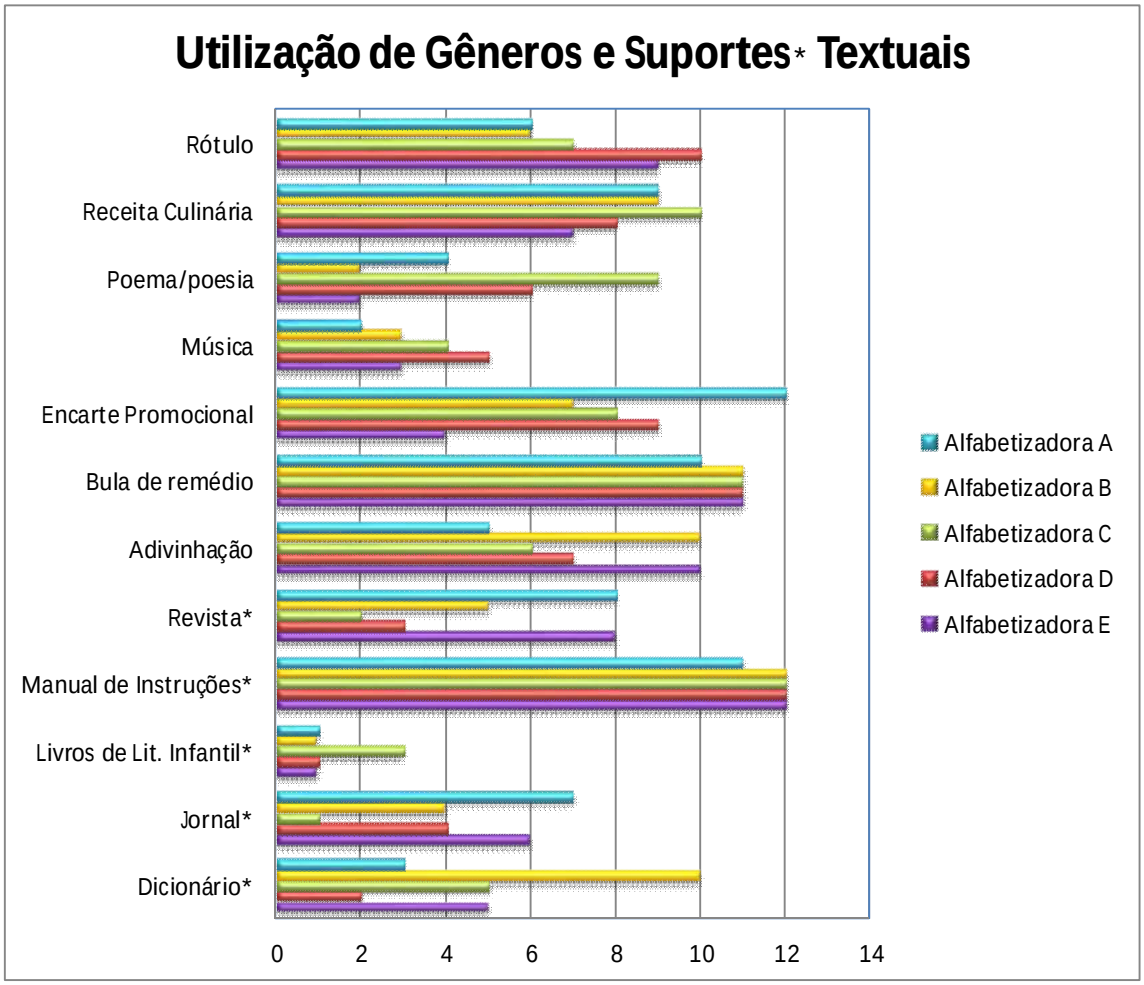


Figura 02: Utilização de Gêneros e Suportes textuais.
Fonte: Dados do PNAIC em escolas do campo de Barão de Cotegipe ano 2014 (arquivo pessoal).

Nessa perspectiva, utilizar-se de gêneros que circulam na sociedade e introduzi-los na escola faz com que o que se ensina na escola esteja mais claramente articulado com o ocorre fora dela, afinal, cada gênero costuma ter um fim e ser utilizado por determinados grupos sociais, os quais facilitam a compreensão das intenções comunicativas pelos alfabetizandos.

As professoras elencaram também quais foram suas práticas mais utilizadas em sala de aula, ponderando uma alfabetização na perspectiva do letramento, sendo estas: a produção de textos com finalidade social, o que evidenciaria o letramento propriamente dito, ou seja, uma escrita para a vida. Outra prática mais citada foi a exploração da oralidade e cultura escrita local como forma de melhor considerar as características próprias do meio, voltando o trabalho para o contexto do educando. E ainda foram citadas práticas como contextualização das experiências no ensino numérico o que contemplaria a relação escola X vida, fazendo a articulação entre o que se ensina na escola e o que se pratica fora dela.

Algumas práticas que não teriam relação direta com o letramento como, por exemplo, a mera memorização de letras, sílabas, palavras e números, o intensivo treino da fluência da leitura e da caligrafia, o ensino fatigante de técnicas de calcular e decoro da tabuada, sem muitas vezes entender o devido processo de construção do pensamento matemático ainda foram apontados pelas alfabetizadoras, o que demonstra que estas práticas continuam a ocorrer em classes de alfabetizadoras que dizem já trabalhar numa perspectiva para o letramento.

Figura 03: Práticas mais utilizadas em sala de aula.
Fonte: Dados do PNAIC em escolas do campo de Barão de Cotegipe ano 2014 (arquivo pessoal).

Muitas observações podem ser feitas a respeito das práticas de um professor, conhecer a teoria do que seria mais adequado para se ensinar devidamente um aluno nem sempre são garantias de que se vá aplicar imediatamente o que se conheceu, exige um amadurecimento e uma quebra de paradigmas e resistências por parte do próprio professor, um rompimento com hábitos e práticas já consolidadas, um novo olhar e repensar sobre sua ação pedagógica.

A tarefa de alfabetizar letrando é muito abrangente, envolve uma série de reflexões sobre a forma de conduzir a aprendizagem de um estudante, que tem a árdua missão de dominar o funcionamento da língua, enquanto leitura e escrita e ainda ser capaz de relacionar sua aprendizagem com o que vivencia além dos muros da escola. Professor e estudante estão envolvidos por relações de ensino-aprendizagem que necessitam de muita interação para alcançarem ambos seus respectivos objetivos.

Conclusões

Refletir acerca da alfabetização e letramento constitui-se em uma grande provocação, visto que ensinar na perspectiva de alfabetizar letrando continua sendo um grande desafio educacional, ainda que com a existência de políticas educacionais voltadas a formação

continuada dos professores alfabetizadores como é o caso do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, fator que em muito contribuiu com a qualificação dos docentes nesta área e, portanto, com a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

Percebe-se que as políticas educativas trazidas pelas propostas de formação acerca da alfabetização e letramento têm concepções bem direcionadas que determinam as metodologias de ensino e, consequentemente, o trabalho pedagógico do professor. Mesmo assim, cabe ao professor a escolha por princípios educativos que, por sua vez, implicam diretamente no processo de ensino-aprendizagem das classes de alfabetização.

Educar na perspectiva do letramento requer uma desacomodação de conhecimentos para posterior reconstrução dos mesmos, gerando práticas inovadoras em sintonia com a vida propriamente dita, não restrita ao ambiente escolar. Saber fazer uso da linguagem quer seja nas práticas de leitura ou escrita, enquanto ferramenta de uso social constitui-se a base do letramento e isso deve ser iniciado o mais breve possível no primeiro contato com o Ensino Fundamental.

Nesse sentido, o presente estudo contribuiu muito para rever os conceitos que circulam sobre alfabetização e sobre o termo letramento, alguns com distinções claras entre as duas temáticas por parte de autores como Magda Soares (2003) que concede especificidades a cada termo salientando a interdependência entre ambos para que o processo ocorra de forma completa e satisfatória e como Paulo Freire (1987), o qual mesmo sem citar o termo letramento em suas teorias, teve suas ideias sobre o ato de alfabetizar sempre em consonância com um ensino voltado à leitura do mundo com estreita aproximação entre o que é ensinado e para que sirva tal ensino na vida social, aliando-se teoria e prática.

Assim sendo, observando-se as práticas dos professores municipais das escolas do campo de Barão de Cotegipe, em especial, em minha participação nas formações do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, em que pude obter relatos das práticas desenvolvidas por tais professores, foi possível aprender muito, reconhecendo as peculiaridades de um trabalho voltado ao contexto local do campo, com classes multisseriadas que possuem, além das classes de alfabetização, também os demais Anos Iniciais do Ensino Fundamental (4º e 5º) em uma mesma sala, dividindo-se o espaço com os demais. Assim, as alfabetizadoras precisam dispor de práticas, métodos e técnicas que atendam as demandas de ensino de cada etapa, favorecidas pela interação natural que ocorre entre os alunos de diferentes níveis e faixas

etárias, no entanto, sem deixar de aportar-se sobre as atribuições específicas de cada nível escolar.

Tornar o alfabetizando alfabetizado e letrado é tarefa que exige do professor um certo protagonismo em suas práticas, para que de fato o aluno torne-se sujeito ativo em sua aprendizagem, compreendendo o ensino como algo voltado à sua vida fora da escola e que lhe faça sentido enquanto uso social.

Com este estudo ainda, percebe-se que se faz necessária a continuidade de programas voltados à formação continuada dos professores, que os provoquem a uma reflexão constante sobre suas práticas, não como forma de respostas às políticas públicas lançadas pelos governos de quaisquer esferas, mas como forma de quebrar visões enraizadas acerca da alfabetização, visões estas que impeçam de agir na perspectiva do letramento e, principalmente, na busca pela promoção de verdadeiras transformações em sala de aula que sejam benéficas aos estudantes.

Ressignificar a prática, transpondo a ela a teoria obtida nos cursos de formação sobre alfabetização e letramento se faz urgente, para que de fato se possa alfabetizar letrando nossas crianças. Concedendo-lhes a possibilidade de vincular o conhecimento científico com a leitura de mundo que cada um tem, aproximando conteúdos escolares como são os gêneros textuais de suas reais funcionalidades comunicativas.

Referências

BATISTA, A. A. G. **Alfabetização, leitura e escrita.** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei de nº 9.394/96.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html>. Acesso em: 10. Abr. 2015.

_____. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Educação, SEED, 2010.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC/SEB, DICEI, 2013.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** Currículo no Ciclo de Alfabetização: perspectiva para uma educação do campo: Educação do Campo: Unidade 01.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRONCKART, J. **Atividade de linguagem, textos e discursos:** porum interacionismosócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

FERREIRA, A. B. de H.**, Miniaurélio:** o minidicionário da língua portuguesa**.** 6 ed. Revista e Atualizada. Curitiba: Positivo, 2004.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

GALVÃO, A. e LEAL, T. F. **Há lugar ainda para métodos de alfabetização?** Conversa com professores (as). In: MORAIS, Arthur Gomes, ALBUQUERQUE, E.B. C. e LEAL,T. F. (org.) Alfabetização: apropriação do Sistema de Escrita Alfabética. Belo Horizonte:Autêntica, 2005.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definições e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org). **Gêneros textuais & ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Alfabetização e Letramento: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr. n. 25. 2004.

VAL, M. G. C. **O que é ser alfabetizado e letrado?** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 13-17.